



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS  
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS E PAULO FREIRE:  
A EMERGÊNCIA DOS CÍRCULOS CIBERCULTURAIS**

**JANAÍNA RODRIGUES DE FREITAS MACHADO EDUARDO**

*Sob a orientação da Professora Doutora  
**Edméa Oliveira dos Santos***

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ  
Fevereiro de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

E21d Eduardo, Janaina Rodrigues de Freitas Machado, 1980-  
Direitos Sexuais e Reprodutivos e Paulo Freire: a  
emergência dos círculos ciberculturais / Janaina  
Rodrigues de Freitas Machado Eduardo. - Seropédica;  
Nova Iguaçu, 2024.  
370 f.: il.

Orientadora: Edméa Oliveira dos Santos.  
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação,  
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2024.

1. Direitos sexuais e reprodutivos. 2. Educação  
freireana. 3. Ciberpesquisa-formação. 4. Feminismo  
interseccional. I. Santos, Edméa Oliveira dos, 1972-,  
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Programa de Pós-graduação em Educação,  
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III.  
Título.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001”

# TERMO DE APROVAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS  
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 411 / 2024 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.027244/2024-48

Seropédica-RJ, 10 de junho de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS  
POPULARES

**JANAÍNA RODRIGUES DE FREITAS MACHADO EDUARDO**

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutora**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

TESE APROVADA EM 27/02/2024

Membros da banca:

EDMEA OLIVEIRA DOS SANTOS. Dra. UFRRJ (Orientadora/Presidente da Banca).

FABIANA DE MOURA MAIA RODRIGUES. Dra. UFRRJ (Examinadora Externa ao Programa).

MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES FERREIRA. Dra. UNEB (Examinadora Externa à Instituição).

TEREZA FERNANDES. Dra. UFMT (Examinadora Externa à Instituição).

LÚCIA DA GRAÇA CRUZ DOMINGUES AMANTE. Dra. UAB-PT (Examinadora Externa à Instituição).

*(Assinado digitalmente em 17/06/2024 22:59 )*

EDMEA OLIVEIRA DOS SANTOS  
PROFESSOR TITULAR-LIVRE MAG SUPERIOR  
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)  
Matrícula: 1532583

*(Assinado digitalmente em 11/06/2024 08:31 )*

FABIANA DE MOURA MAIA RODRIGUES  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptES (12.28.01.00.00.86)  
Matrícula: 2083489

*(Assinado digitalmente em 11/06/2024 08:00 )*

LÚCIA DA GRAÇA CRUZ DOMINGUES AMANTE  
ASSINANTE EXTERNO  
Passaporte: CB039728

*(Assinado digitalmente em 19/06/2024 13:47 )*

MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES FERREIRA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 473.588.405-00

*(Assinado digitalmente em 18/06/2024 21:28 )*

TEREZA FERNANDES  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 762.080.871-04

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **411**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **10/06/2024** e o código de verificação: **12b9b78c83**

## DEDICATÓRIA

Este trabalho foi escrito com a contribuição de muitas mulheres, por isso, ele é dedicado a todas que vieram antes de mim abrindo os meus caminhos e também, àquelas que vieram depois, em especial, à minha filha, Júlia.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi concebido no entrelaçamento de inúmeros fios e tramas nas quais entremearam-se histórias de vida, de luta e ambiências formativas. Uma tese forjada com o calor de muitas mãos, tecida pelas vozes-existências de sujeitos e sujeitas que mergulharam comigo e mantiveram-se ao meu lado até que a pesquisa fosse concluída. Por isso, nada mais justo do que render os mais sinceros agradecimentos a todas e todos que contribuíram e me incentivam. Primeiramente, agradeço aos estudantes, professores, estagiária e gestoras do Colégio Estadual Rio de Janeiro, praticantes culturais e coautores desta pesquisa. Os laços que nos uniram e as conversas mediadas nas redes que estabelecemos possibilitaram as cocriações que realizamos.

Também dirijo a minha gratidão, à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edméa Santos, pela preciosidade da sua orientação nesta pesquisa e pela maneira carinhosa e generosa de me acolher ao seu/nosso Grupo de Pesquisa Docência e Cibercultura (GPDOC- PPGEduc/UFRRJ), lugar onde a gente ri, chora e cria juntos, sempre na luta por uma educação pública, democrática, laica e de qualidade. É uma dádiva que esta pesquisa tenha um tanto do “seu dendê” e axé. Aproveito para agradecer aos membros e membras do GPDOC, pela singularidade dos nossos encontros e por terem dedicado a mim tantos gestos de fraternidade e amorosidade. Não vou citar nomes, pois todos e todas são especiais para mim.

Do mesmo modo, agradeço às Professoras Fabiana Rodrigues, Lúcia Amante, Maria da Conceição Alves e Tereza Fernandes pelos apontamentos e sugestões em meu exame de qualificação, por terem aceitado participar do meu exame de defesa e pelas contribuições em minha pesquisa. Gratidão que se estende aos professores do Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc/UFRRJ), aos meus colegas de Doutorado, turma 2020 e aos amigos que eu fiz no Grupo de pesquisas Estudos Freireanos Contemporâneos e Currículo (FRECON), em especial, à Andreia de Mendonça, Denise Elídia, Raquel Elison, Talita Cabral e Valdeléia dos Santos, pelo carinho e lealdade dedicados a mim.

Sou grata também, aos estudantes, coordenadores e diretores do Colégio Estadual Prefeito Francisco Torres, escola onde estou lotada com a minha primeira matrícula na SEEDUC/RJ, pois além do apoio irrestrito ao longo dos últimos quatro anos do meu doutoramento, vocês foram um ponto de equilíbrio e acolhimento. A certeza de que vocês confiam em mim e na minha competência profissional me fez mais persistente. Em acréscimo,

eu não poderia deixar de mencionar o quanto as caronas e o cuidado dos amigos, Ana Maria Cruz, Edilson Carvalho, Isabela Mazza e Sérgio Souza foram valiosos.

Preciso agradecer ainda, aos Professores Danilo Serafim e Marcelo Dantas, colegas de profissão e de vida, que se dedicaram para que essa pesquisa fosse devidamente apreciada pelo Comitê de Ética na Pesquisa e autorizada no processo encaminhado à SEEDUC/RJ. Sendo sincera, sem a atuação de vocês, este estudo corria o risco de jamais ser desenvolvido em razão dos inúmeros trâmites políticos e burocráticos.

Não posso deixar de agradecer ao Prof. Dr. Marcelo Paraíso, meu orientador na especialização e no Mestrado, maior responsável por eu tentar a seleção ao doutorado no PPGEduc/UFRRJ. Obrigada, por acreditar em mim e por oportunizar os vários trabalhos que publicamos. Estendo a gratidão, ao Professor Dr. Sandro Ribeiro, que foi meu colega no Mestrado e também foi orientando do Professor Marcelo. Agradeço-lhe por compartilhar comigo os passos e os saberes que pavimentaram minha chegada ao doutorado. Quem diria que nós dois nos reuniríamos novamente no GPDoc-PPGEduc/UFRRJ?

Aos meus pais, Joana D'Arc e Jorge Luiz, que me deram a vida e transmitiram a paixão pelo conhecimento, agradeço pelos cuidados e o tempo que investiram para que eu me tornasse a pessoa que sou. É reconfortante saber que vocês respeitam as minhas decisões e têm motivos para se orgulharem de mim. Também sou grata aos meus tios e tias, que contribuíram na minha formação básica e custearam meus materiais escolares, uniformes e calçados. Olha onde a gente chegou!

Eternamente, renderei agradecimentos à minha filha Júlia Machado, por seu amor incondicional e tantas lições aprendidas, obrigada por me tornar uma pessoa melhor. Aos meus gatinhos, Nero e Biel, meus fiéis e amorosos companheiros de jornada. E à Carolina Maria Felipe, amiga de uma vida, que me abraçou e nutriu a primeira vez, quando eu atravessava um momento de vulnerabilidade social e nós estávamos no 3º ano do Ensino Médio e, em uma segunda ocasião, quando me abrigou em sua casa para que eu pudesse refazer a rota, aprumar os caminhos e tentar a seleção ao doutorado.

Por fim, teço agradecimentos especiais ao meu amor, Aristóteles Berino, por aquecer o meu coração, me aconchegar com o seu carinho e encantar a minha vida com dias mais felizes e a esperança de um futuro mais justo. Que bonito o amor que estamos construindo. Tão bom encontrar alguém para amar e criar, abraçar e nutrir, como você é pra mim e eu sou para você. Ainda bem que decidimos dizer sim aos planos que estamos sonhando juntos.

*Ah, comigo o mundo vai modificar-se.  
Não gosto do mundo como ele é.  
JESUS, Carolina Maria de, Diário de Bitita, 2014, p. 109).*

## RESUMO

EDUARDO, Janaína Rodrigues de Freitas Machado Eduardo. **Direitos Sexuais e Reprodutivos e Paulo Freire: a emergência dos círculos ciberculturais**. 2024. 370p. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2024.

Esta tese investigou a tessitura de conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos no cotidiano do Colégio Estadual Rio de Janeiro, em Volta Redonda/RJ. Participaram do estudo, estudantes matriculados no 1º ao 3º ano do Ensino Médio e seus professores, entendidos neste trabalho, como praticantes culturais. Embora os direitos sexuais e reprodutivos sejam direitos humanos assegurados em documentos internacionais e na legislação nacional, eles ainda são alvo de inúmeras violações. O escopo teórico-epistemológico da pesquisa considerou as contribuições de Paulo Freire, bell hooks, Roberto Sidnei Macedo e Edméa Santos. Metodologicamente, este estudo qualitativo se fundamentou nos pressupostos da ciberpesquisa-formação, em diálogo com a educação freireana e a teoria feminista interseccional, tendo como instrumentos o caderno de campo e as fichas-roteiro das conversas nos círculos ciberculturais. A busca de temas geradores e de pistas do interesse juvenil pela temática sexualidade no cotidiano escolar foram os fios condutores dos primeiros movimentos da pesquisa. Os círculos ciberculturais, dispositivo principal deste estudo, foram inspirados na ideia dos círculos de cultura desenvolvidos por Paulo Freire. O uso metodológico deste dispositivo formacional, de pesquisa e *aprendizagem em* ensino considerou o caráter dialógico e ético do pensamento freireano, tendo em vista a potencialidade das redes de conversações instituídas *dentro* da escola. Nos círculos freireanos e ciberculturais, a mediação das conversas foi orientada pelas premissas da educação online. Os atos de currículo que mediamos no colégio e no digital em rede, possibilitaram a realização de nove encontros nos círculos freireanos e ciberculturais e materializaram-se em (ciber)criações sobre a prevenção da violência patriarcal, da gravidez na adolescência e de Infecções Sexualmente Transmissíveis, como o HIV/Aids, produzidas de modo coletivo e inventivo. As cocriações que emergiram dos dados produzidos na pesquisa (narrativas, produção de textos, zines, imagens, áudios, vídeos, etc.) foram tecidas, a partir do modo como os praticantes ressignificaram a proposta curricular oficial. A análise interpretativa da produção de dados nas experiências freireanas e ciberculturais que mediamos no colégio colocaram em evidência duas noções subsunçoras ou categorias analíticas: Educação Online e Docência Implicada e Ambiências Formacionais Ciberfeministas, que de maneira sucinta, revelaram a importância da atuação docente na tessitura de atos de currículo de direitos sexuais e reprodutivos e a potência do ciberfeminismo na mediação de ambiências formacionais comprometidas com a educação não discriminatória, na escola e no ciberespaço. A reflexão sobre os achados da pesquisa também favoreceu a construção de indicadores para a formação de professores na perspectiva da educação não sexista, antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica.

**Palavras-chave:** direitos sexuais e reprodutivos; educação freireana; ciberpesquisa-formação; feminismo interseccional.

## ABSTRACT

EDUARDO, Janáina Rodrigues de Freitas Machado Eduardo. 2024. **Sexual and Reproductive Rights and Paulo Freire: the emergence of the cybercultural circles.** 2024. 370p. Thesis (Doctorate in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2024.

This thesis investigated the fabric of knowledge on sexual and reproductive rights in the daily life of Colégio Estadual Rio de Janeiro, in Volta Redonda/RJ. The study included students enrolled in the 1st to 3rd year of high school and their teachers, understood in this work as cultural practitioners. Although sexual and reproductive rights are human rights guaranteed in international documents and national legislation, they are still the target of numerous violations. The theoretical-epistemological scope of the research considered the contributions of Paulo Freire, bell hooks, Nilda Alves, Edméa Santos and Roberto Sidnei Macedo. Methodologically, this qualitative study was based on the assumptions of Research-formation in cyberculture, in dialogue with the Freire's conception of education and Intersectional Feminist theory, using as instruments the field notebook and script sheets of conversations in cybercultural circles. The search for generating themes and clues for youth interest in sexuality in everyday school life were the threads that led the first movements of this research. Cybercultural circles, the main device of this study, were inspired by the idea of culture circles developed by Paulo Freire. The methodological use of this training, research and learning-teaching device considered the dialogical and ethical character of Freire's thought, taking into account the potential of conversation networks established inside and outside the school. In Freirean and cybercultural circles, the mediation of conversations was guided by the premises of online education. The curriculum acts mediated at school and digitally in the network, made it possible to hold nine meetings in Freirean and cybercultural circles and materialized in (cyber)creations on the prevention of patriarchal violence, teenage pregnancy and Sexually Transmitted Infections, such as HIV/AIDS, produced in a collective and inventive way. The co-creations that emerged from the data produced in the research (narratives, production of texts and fanzines, images, audios, videos, etc.) were woven together, based on the way in which practitioners gave new meaning to the official curricular proposal for learning-teaching the topic covered. The interpretative analysis of the production of data produced in the Freirean and cybercultural experiences that we mediated at school highlighted two underlying notions or analytical categories: Online Education and Implicated Teaching and Cyberfeminist Formation Ambiences, which succinctly revealed the importance of teaching action in the fabric of sexual and reproductive rights curriculum acts and the power of cyberfeminism in mediating formation environments committed to non-discriminatory education, at school and in cyberspace. Reflection on the research findings also favored the construction of indicators for teacher formation from the perspective of non-sexist, anti-racist and anti-LGBTQIAPN+phobic education.

**Keywords:** sexual and reproductive rights; Paulo Freire; research-formation in cyberculture; intersectional feminism.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AIDS</b>	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
<b>CAPSi</b>	Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil
<b>CEAM</b>	Centro Especializado de Atendimento à Mulher
<b>CER</b>	Centro Especializado de Reabilitação
<b>CERJ</b>	Colégio Estadual Rio de Janeiro
<b>DH</b>	Direitos Humanos
<b>DSR</b>	Direitos Sexuais e Reprodutivos
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>EDH</b>	Educação em Direitos Humanos
<b>EM</b>	Ensino Médio
<b>FRECON</b>	Grupo de Pesquisa Estudos Freireanos Contemporâneos e Currículo
<b>GPDoC</b>	Grupo de Pesquisa Docência e Cibercultura
<b>IST</b>	Infecção Sexualmente Transmissível
<b>NEM</b>	Novo Ensino Médio
<b>OAB</b>	Ordem dos Advogados do Brasil
<b>OEA</b>	Organização dos Estados Americanos
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OPAS</b>	Organização Pan-americana de Saúde
<b>PEP</b>	Profilaxia Pós-exposição ao HIV
<b>PPGEDUC</b>	Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
<b>PrEP</b>	Profilaxia pré-exposição ao HIV
<b>SEEDUC-RJ</b>	Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro
<b>SMIDH</b>	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres e Direitos Humanos
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>UNIFOA</b>	Centro Universitário de Volta Redonda
<b>UFRRJ</b>	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Reconhecendo-me nas mulheres que vieram antes de mim.....	21
Figura 2: Sou mulher e só voto em quem me respeita - #EleNão .....	23
Figura 3: Captura de tela do Canal, Educação e Cotidiano, no YouTube.....	24
Figura 4: Aceitando novos desafios – 1º Resumo aprovado .....	25
Figura 5: Rastros nas redes do lançamento do Livro do FRECON.....	26
Figura 6: Edméa e eu - nosso encontro na live e na vida .....	28
Figura 7: Ambiência formacional - orientação coletiva no GPROC.....	29
Figura 8: Captura de tela da playlist cocriada com a contribuição dos praticantes do CERJ ..	31
Figura 9: Fachada do Colégio Estadual Rio de Janeiro, 2019.....	35
Figura 10: Imagens dos pátios do Colégio Rio de Janeiro, 2021 .....	35
Figura 11: Vista lateral do Colégio Estadual Rio de Janeiro, 1961.....	36
Figura 12: Vista da Companhia Siderúrgica Nacional, no Centro de Volta Redonda, 2014 ...	37
Figura 13: Primeiros movimentos de pesquisa.....	50
Figura 14: Registros no caderno de campo .....	54
Figura 15: Coautoria na oficina Procedimentos éticos na pesquisa no IV E-DoC.....	58
Figura 16: Escolas urbanas – recursos de comunicação disponíveis.....	60
Figura 17: Uso das redes sociais em atividades escolares, 2015-2019 .....	63
Figura 18: Ícones de alguns Apps e redes sociais usados na pesquisa .....	64
Figura 19: Status dos países na Convenção de Belém do Pará .....	71
Figura 20: Diferentes concepções ao longo da luta pelos DSR.....	74
Figura 21: Enfim, ruralinos .....	78
Figura 22: Apagamento histórico das mulheres .....	79
Figura 23: Histórico das conquistas das Mulheres no Brasil.....	89
Figura 24: Capa do vídeo com registros radiofônicos e narrativas de Paulo Freire.....	100
Figura 25: Redescobrimo Bisa Bia, bisa Bel e o feminismo em meus primeiros anos na escola .....	101
Figura 26: Estudante apresentando o trabalho sobre Métodos Contraceptivos no EducaCERJ, 2019 .....	107
Figura 27: Imagens fálicas no mobiliário escolar - “rabiscos” nas carteiras.....	108
Figura 28: Pesquisa sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis e apresentação no formato de seminários .....	108
Figura 29: Repintura frequente das portas de banheiros para encobrir a pichação de palavras ou injúrias de cunho sexual .....	109
Figura 30: Respostas de alguns praticantes acerca dos DSR .....	117
Figura 31: Nuvem de palavras cocriada no Mentimeter.....	120

Figura 32: Artigo publicado na Revista Interfaces Científicas - Educação.....	122
Figura 33: Prints de conversas com a Gestora 1.....	125
Figura 34: Primeiras orientações no WhatsApp acerca da criação do mural interativo.....	126
Figura 35: Contribuições do uso do Padlet.....	127
Figura 36: Captura da tela do mural interativo cocriado no Padlet.....	128
Figura 37: Contribuição do WhatsApp na mediação da criação do mural interativo no Padlet.....	130
Figura 38: Outras mediações no WhatsApp durante a cocriação do mural no Padlet.....	138
Figura 39: Do Padlet ao PDF – encontro, despedida e um até logo.....	139
Figura 40: Métodos contraceptivos distribuídos pelo SUS, segundo os estudantes.....	141
Figura 41: Captura da tela do chat no círculo cibercultural no Google Meet.....	142
Figura 42: Captura da tela durante o círculo cibercultural realizado no Google Meet.....	145
Figura 43: Canção 180, do DJ Alok, na Playlist #8M - Mulher.....	150
Figura 44: Conversa no WhatsApp acerca da criação da playlist.....	151
Figura 45: Atividade de cocriação da playlist no Google Classroom.....	153
Figura 46: Logomarca da playlist enviada por um Estudante Th., no Google Classroom.....	153
Figura 47: Conversas no WhatsApp sobre a mediação da cocriação da playlist.....	154
Figura 48: Femicídios no Brasil – a vulnerabilidade das meninas e mulheres negras.....	155
Figura 49: Padrão de vitimização dos homicídios em relação à raça/cor e o sexo - 2007 a 2017.....	160
Figura 50: Média móvel do rendimento de negros e brancos nas Regiões Metropolitanas, de 2012 a 2021.....	162
Figura 51: Notificação de crimes sexuais contra crianças e adolescentes.....	165
Figura 52: Divulgação do círculo cibercultural no Instagram do CERJ.....	173
Figura 53: Conversas reveladoras em meu perfil do Facebook, em 09 nov. 2021.....	174
Figura 54: Conversas no WhatsApp com a representante da Comissão Mulher/OAB-VR... ..	178
Figura 55: Divulgação do círculo freireano no Instagram e a confirmação do encontro no WhatsApp.....	179
Figura 56: Algumas questões propostas pelos estudantes com a mediação de professores... ..	180
Figura 57: Praticantes envolvidos na organização da escola.....	181
Figura 58: Imagens capturadas no círculo freireano sobre a Lei Maria da Penha.....	187
Figura 59: Divisão de tarefas entre meninas e meninos o Brasil.....	190
Figura 60: Rastros do círculo freireano sobre os 15 anos da Lei Maria da Penha nas redes sociais.....	193
Figura 61: Envio de vídeos - exemplo de e-zine e como fazer as zines em papel.....	196
Figura 62: Zine “Romantismo no Brasil” criada pela Professora Themis.....	197
Figura 63: Envio de materiais trabalhados e registro da oficina de dobradura de zines.....	198

Figura 64: Envio de evidências da atividade de prevenção do bullying na escola.....	200
Figura 65: Publicação das atividades de combate ao bullying no Instagram .....	201
Figura 66: Conversas no WhatsApp antes e após o círculo cibercultural .....	203
Figura 67: Divulgações do círculo cibercultural “Conversas sobre a cocriação de zines” ....	203
Figura 68: Indagação dirigida à Gestora 3 no WhatsApp .....	206
Figura 69: Captura da tela do círculo cibercultural “Conversas sobre a cocriação de zines”	208
Figura 70: Postagem dos slides e links apresentados no círculo cibercultural no Google Classroom .....	209
Figura 71: Envio de vídeos com as zines cocriadas pelo WhatsApp .....	212
Figura 72: Primeira postagem das zines no Instagram do CERJ.....	214
Figura 73: Comentários deixados pelos praticantes no Instagram .....	215
Figura 74: Postagem no Google Classroom - acompanhamento da entrega das zines.....	216
Figura 75: Dados produzidos nos comentários do Instagram.....	217
Figura 76: Postagem da zine “ISTs – Infecções Sexualmente Transmissíveis” no Instagram .....	218
Figura 77: Produção de dados no Google Classroom acerca da criação de zines .....	220
Figura 78: Driblando a limitação do WhatsApp - Astúcias e táticas adotadas pelos praticantes para nos enviar os vídeos produzidos .....	221
Figura 79: Roda de conversas – o que os praticantes revelam sobre os modos de fazer as zines.....	224
Figura 80: Postagem da zine “Direitos reprodutivos” no Instagram.....	225
Figura 81: Postagem da zine “Cyberbullying” no Instagram .....	226
Figura 82: Exposição da zines na Sala Maker.....	229
Figura 83: “Fica, vai ter bolo, querida” – a partilha de saberes e sabores no CERJ .....	230
Figura 84: Playlist com vídeos produzidos pelos estudantes .....	231
Figura 85: Caminhar ubíquo - conversas sobre a aquisição de livros em um shopping de Volta Redonda.....	233
Figura 86: Festa da autoria - premiação dos autores das zines que mais se destacaram.....	234
Figura 87: Áudios de conversas disponibilizados no diário de pesquisa no Spotify.....	236
Figura 88: Produção textual - Relato de experiência do Estudante Ka. ....	237
Figura 89: Produção Textual - relato de experiência da Estudante M.C.....	237
Figura 90: Produção Textual - relato de experiência do Estudante A.L.....	240
Figura 91: Postagem no Facebook no início da pandemia de covid-19 .....	241
Figura 92: Capa da zine “Depressão”, cocriação dos Estudantes Be. e I.....	242
Figura 93: Primeiras páginas da zine “Depressão” .....	242
Figura 94: Diferentes situações que podem desencadear o quadro depressivo.....	244
Figura 95: Conversas que deixaram emergir questões sobre saúde mental e masculinidades.....	247

Figura 96: Organização de questões levantadas previamente em conversas mediadas na sala de aula.....	250
Figura 97: Produção textual dos praticantes sobre saúde mental e masculinidades.....	250
Figura 98: Busca de apoio para a liberação de estudantes para a participação no círculo freireano.....	253
Figura 99: Divulgação do círculo freireano, Saúde mental e masculinidades, no Instagram.....	254
Figura 100: Primeiras conversas - A história do “Setembro Amarelo” .....	255
Figura 101: Nosso círculo freireano, Saúde mental e masculinidades, no auditório do CERJ.....	259
Figura 102: Pausa para o café com alguns praticantes da pesquisa.....	263
Figura 103: Rastros do círculo freireano, Saúde mental e masculinidades no meu Facebook.....	264
Figura 104: Postagem da atividade “Educação e saúde sexual e reprodutiva” no Google Classroom .....	268
Figura 105: Captura da tela no Google Jamboard na fase de início da atividade .....	270
Figura 106: Jam sobre a Lei do Minuto seguinte e profilaxia contra o HIV .....	271
Figura 107: Captura da tela da atividade “Educação e saúde sexual e reprodutiva” mediada no Jamboard.....	272
Figura 108: Postagem da atividade “Educação e saúde sexual e reprodutiva” no Instagram .....	278
Figura 109: Primeiro contato no WhatsApp e envio dos TCLEs .....	287
Figura 110: Professorespraticantes da pesquisa no CERJ.....	288
Figura 111: Conversas com a Prof. <sup>a</sup> Glória Roussim no WhatsApp.....	291
Figura 112: Desenhos elaborados pela Estudante E.....	293
Figura 113: Mais um trecho das conversas com a prof. <sup>a</sup> Glória Roussim.....	303
Figura 114: Conversas com praticantes sobre as dificuldades encontradas na abordagem de DSR na escola.....	310
Figura 115: Conversas sobre as dificuldades para o desenvolvimento de atividades relacionadas aos DSR .....	314
Figura 116: Registros de zines produzidas sob a orientação da Professora Themis, em outras turmas .....	317
Figura 117: Divulgação da atividade de criação de zines no Instagram do CERJ .....	318
Figura 118: Indicadores para a formação de professores .....	331
Figura 119: Mesa Redonda no IFRJ/VR- Contribuições pedagógicas do pensamento de Paulo Freire.....	333
Figura 120: Apresentação de trabalho no IV- e-DoC.....	334
Figura 121: Rastros de nossas experiências ciberfeministas .....	335
Figura 122: Último encontro no Clube de Leituras Ciberfeministas.....	336

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Modalidades de comunicação .....	46
Quadro 2: Diferenças entre programa e estratégia .....	49
Quadro 3: Características da EaD, do Ensino Remoto e da Educação Online .....	49
Quadro 4: Estratégias de mediação dos círculos freireanos e ciberculturais.....	65
Quadro 5: Marcos internacionais de direitos da mulher .....	72
Quadro 6: Direitos sexuais e reprodutivos. ....	73
Quadro 7: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável .....	75
Quadro 8: Matriz colonial do poder .....	82
Quadro 9: Feminismos .....	90
Quadro 10: Contribuições do uso do WhatsApp .....	114
Quadro 11: Fatores indicados como determinantes da Gravidez na Adolescência na América Latina e Caribe.....	133
Quadro 12: Fatores relacionados à violência contra as mulheres e os agravantes na pandemia.....	148
Quadro 13: Trecho da canção, <i>Ciúme de você</i> .....	186
Quadro 14: Trecho de <i>Feeling good</i> , de Anthony Newley e Leslie Bricusse .....	194
Quadro 15: Impressões dos praticantes sobre a experiência no Google Jamboard .....	279

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
1.1 Primeiras palavras: minhas itinerâncias formativas .....	18
1.2 Apresentação dos dilemas da pesquisa.....	29
1.3 Objetivos.....	32
1.3.1 Objetivo geral .....	32
1.3.2 Objetivos específicos .....	33
<b>2 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>34</b>
2.1 Área do estudo e sujeitos da pesquisa.....	34
2.2 Contribuições de Freire e Certeau para a tessitura do conhecimento em redes.....	39
2.3 Ciberpesquisa-formação e educação freireana: a emergência dos círculos ciberculturais.....	41
2.3.1 Instrumentos, produção e compreensão de dados da pesquisa .....	52
2.3.2 Desafios e as potencialidades da ciberpesquisa-formação na pandemia: pensando estrategicamente a mediação de conversas sobre DSR .....	59
<b>3 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: UMA EXIGÊNCIA DEMOCRÁTICA ..</b>	<b>69</b>
3.1 Direitos Sexuais e Reprodutivos: direitos humanos fundamentais.....	70
3.2 Pedagogia freireana e os direitos sexuais e reprodutivos: uma aproximação dialógica... ..	76
3.2.1 (Re)encontrando Paulo Freire.....	76
3.2.2 Legado freireano em favor da decolonialidade: diálogos com a colonialidade de gênero e a amefricanidade.....	77
<b>4 POR UMA EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA, ANTIRRACISTA E ANTILGBTQIAPN+FÓBICA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA FEMINISTA INTERSECCIONAL.....</b>	<b>86</b>
4.1 Educação freireana e feminismo interseccional: do encontro (aparentemente) inusitado à insurgência transgressora da educação como a prática da liberdade.....	94
4.2 Juventudes e sexualidade: relação de poder e gênero <i>detráfora</i> da escola.....	102
4.2.1 Percorrendo as pistas do interesse juvenil pelo tema sexualidade.....	106
<b>5 EMERGÊNCIA DA PRODUÇÃO CIBERCULTURAL: APRESENTAÇÃO DOS DADOS PRODUZIDOS .....</b>	<b>112</b>
5.1 Conversas freireanas sobre DSR no WhatsApp e a cocriação no Mentimeter.....	113
5.2 Semana Nacional de Prevenção da gravidez na Adolescência e o nosso mural interativo no Padlet.....	123
5.3 A mediação de conversas sobre a violência de gênero no Google Meet.....	142
<b>6 MAIS CONVERSAS E ENCONTROS: A EMERGÊNCIA DA PRODUÇÃO CIBERCULTURAL NO PERÍODO PÓS-PANDÊMICO .....</b>	<b>176</b>
6.1 Um círculo freireano “à sombra de uma mangueira”: conversas sobre os 15 anos da Lei Maria da Penha .....	176

6.2 Conversas sobre a cocriação de <i>zines</i> sobre direitos sexuais e reprodutivos.....	194
6.3 Saúde mental e masculinidades: um círculo freireano que emergiu a partir de sugestões e de uma transgressão dos praticantes .....	240
6.3.1 Conversas intermináveis na previsibilidade de nosso inacabamento: retomando questões para ouvir as fabulações dos praticantes sobre o vivido.....	264
6.4 Crescimento para todos os lados, assim os rizomas se alastram e uma ciberpesquisa-formação acontece: a cocriação no Google Jamboard.....	267
<b>7 CONVERSAS QUE FAZEM BROTAR NOÇÕES SUBSUNÇORAS E INDICADORES PARA A FORMAÇÃO DE EDUCADORES COMPROMETIDOS COM A EDUCAÇÃO ANTIDISCRIMINATÓRIA .....</b>	<b>282</b>
7.1 Ambiências formacionais: o que os professores nos contam sobre a tessitura de conhecimentos de DSR no cotidiano do CERJ .....	286
7.2 Apresentação das noções subsunçoras e dos indicadores para a formação de professores na perspectiva da educação não sexista, antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica. ....	321
<b>8 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>337</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>343</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>358</b>
Anexo A: Currículo Básico - SEEDUC/RJ. ....	358
Anexo B: Parecer de aprovação no Comitê de ética.....	361
Anexo C: Autorização de realização de pesquisa na unidade escolar. ....	363
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>364</b>
Apêndice A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	364
Apêndice B: Termo de Assentimento.....	366
Apêndice C: Ficha-roteiro de conversas com educadores.....	368
Apêndice D: Fichas-roteiro de conversas com educandos .....	369

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Primeiras palavras: minhas itinerâncias formativas

No intuito de apresentar as razões que me levaram ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), revelo um pouco da minha história de vida, formação e trabalho. Afinal, como evidenciar a decisão de estudar o cotidiano escolar e a opção epistemológica e política contida nesta tese sem mencionar um memorial, ainda que sucintamente? Separar essas dimensões, além de impossível seria desaconselhável, sobretudo porque as memórias impactam na construção da nossa identidade docente.

Por isso, inspirada no posicionamento de Chimamanda Ngozi Adichie<sup>1,2</sup>, apresento-me como uma feminista feliz, sul-americana, que não odeia os homens, não gosta de salto e usa batom quando tem vontade. Além disso, sou mãe da Júlia há 23 anos, trabalho em dois colégios da rede estadual de ensino do estado do Rio de Janeiro, no município de Volta Redonda. Concluí a minha formação inicial no ano 2008, em Licenciatura em Ciências Biológicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 2014, eu finalizei a Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e no ano seguinte, a especialização em Ensino de Ciências Naturais e Matemática, no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Em 2018, apresentei a dissertação intitulada, *Educação ambiental e os conhecimentos tecidos no cotidiano escolar*, no Programa de Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente (MECSMA), no Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA).

Findada esta breve apresentação, relato a partir de agora, o *insight* provocado pelos movimentos da pesquisa e o mergulho no cotidiano escolar, a partir da reflexão sobre a prática docente, do desejo de dialogar com o pensamento de Paulo Freire (1921-1997) e do meu encontro com a obra da escritora Carolina Maria de Jesus (1914-1977). Os movimentos mencionados são decorrentes das leituras e discussões realizadas nas aulas das disciplinas de *Estudos Culturais e Educação* e *Paulo Freire em tempos sombrios: Pedagogia da esperança* e

---

<sup>1</sup> Escritora nascida em Enugu, Nigéria, em 1977, autora do livro *Sejamos todos feministas* (2015).

<sup>2</sup> Devido ao comprometimento com a educação não sexista e entendimento acerca do apagamento histórico de pensadoras e teóricas, sobretudo, de mulheres negras, os nomes e sobrenomes das autoras e autores serão apresentados na primeira vez que aparecerem no texto.

*Pedagogia dos sonhos possíveis*, ministradas pelo professor Aristóteles de Paula Berino, respectivamente, na Graduação em Pedagogia e no PPGEduc/UFRRJ. As aulas que aconteceram no Instituto Multidisciplinar, *campus* de Nova Iguaçu/RJ, despertaram o interesse pela pesquisa sobre as relações de gênero no cotidiano escolar, uma vez que eu leciono o componente curricular de Biologia para jovens matriculados em um colégio público, na faixa dos 15 aos 18 anos, pertencentes à classe popular e que residem, majoritariamente, na periferia da minha cidade.

Em *Quarto do despejo: diário de uma favelada*, Carolina Maria de Jesus narra episódios de violência contra a mulher, a preocupação com a fome, o desalento, o subemprego e o alcoolismo, a falta de acompanhamento adequado na gravidez e puerpério, a mortalidade infantil, a iniciação sexual, a exploração sexual dos jovens e a consequente erotização precoce das crianças que residem na favela. Então, aqui também preciso agradecer às contribuições da Professora Dr.<sup>a</sup> Márcia Denise Pletsch e do Professor Dr. Carlos Roberto de Carvalho que ministraram, respectivamente, as disciplinas obrigatórias de *Produção de Conhecimento na Contemporaneidade* e de *Seminários de Pesquisa III*, no PPGEduc/UFRRJ, e me incentivaram a pensar sobre a pesquisa e a busca de uma tema original e autoral - como se espera que uma tese seja, coerente com as minhas escolhas epistemológicas e implicado com a minha formação e a defesa da educação pública, gratuita, democrática, não sexista e antirracista.

Analogamente, o “quarto do despejo” é o lugar para onde são varridos os problemas da cidade. Em suas páginas pode ser descortinado o crescimento desordenado das cidades brasileiras no início do século XX e revisitadas as contradições que nos conduziram ao inchaço populacional e à degradação ambiental. Não seria possível deixar de associar as mazelas dos personagens às dificuldades enfrentadas pelos meus alunos e às vulnerabilidades vivenciadas em minha infância, na década de 1980. Deixar emergir os ecos de Carolina Maria de Jesus é um movimento que me encheu de coragem e autorização.

Segundo bell hooks<sup>3</sup> (2019a, p. 41), “antes das aulas de Estudos de Mulheres, antes da literatura feminista, mulheres individuais aprendiam sobre feminismo em grupos”. Nesses grupos, onde todas as mulheres tinham voz e eram escutadas, as pautas feministas eram discutidas, por meio de diálogos que aconteciam de maneira quase terapêutica. Para a autora, “as feministas são formadas, não nascem feministas” (*Ibidem*, p. 25). Assim, eu só me reconheci

---

<sup>3</sup> Gloria Watkins adotou o pseudônimo bell hooks, em homenagem a sua bisavó. Seu nome é grafado com letras minúsculas, porque a autora preferiu destacar as suas ideias, em vez da sua personalidade. No corpo deste texto, respeitosa e nomeei a autora acolhendo a vontade expressa por ela. Todavia, nas referências e citações foi preciso atender às normas da ABNT.

como feminista aos 35 anos de idade. Como a maioria das pessoas, eu fui socializada em uma família orientada por ideias sexistas<sup>4</sup>, mesmo tendo crescido em um lar monoparental, pois só conheci e fui registrada pelo meu pai aos quinze anos, quando tomei a iniciativa de procurá-lo em uma lista telefônica. Nessa época, eu era Jovem Aprendiz e trabalhava como recepcionista na Companhia Estaníferado Brasil (CESBRA) e cursava o Ensino Médio à noite em um colégio da rede estadual em Volta Redonda/RJ.

Da minha bisavó materna, Benedita Conceição à minha filha, Júlia Machado há cinco gerações de mulheres. Minha bisavó foi uma mulher que não foi alfabetizada e teve 11 filhos. Enquanto que, minha avó materna, Josefina Ramos, que me criou e nos deixou agora em abril de 2022, frequentou a escola por apenas dois anos e pariu 15 filhos. Minha mãe, Joana D’Arc, foi a primeira a ter um emprego formal, com “carteira assinada” e a ter o direito à laqueadura tubária. Eu fui a primeira a concluir a Educação Básica e chegar à universidade pública. Mas, talvez, o mais importante é que a minha filha é a primeira de nós a romper com a iniciação precoce no mundo do trabalho em “casa de família” e com a gravidez na adolescência, fenômenos que apresentam forte marcador de classe e raça em nosso país.

Como a minha avó materna “encantou-se” dois meses antes do meu exame de qualificação, nos meses que se seguiram eu retomei algumas memórias e recuperei as forças para finalizar esta tese. Minha avó “Zefina”, foi a pessoa que me ensinou sobre o afeto e no seu sepultamento, minha prima Rosinha fez questão de repetir alguns vezes o quando eu era querida. Ela quem cuidava de mim quando ficava “aguada”, me levava à benzedeira para curar “cobreiro” e para tomar leite de égua ao amanhecer, quando tive tosse coqueluche. Com ela, eu trocava os olhares de cumplicidade, como quando me contou aos seis anos, à sombra da jabuticabeira, que eu tinha um pai “verdadeiro”. O pai que eu corajosamente encontrei aos 15 anos, já cansada de tentar entender e explicar essa ausência em meus documentos e na minha vida.

O reconhecimento da importância das mulheres que vieram antes de mim e me abriram caminhos foi favorecido pela leitura de *Cartas para a minha avó*, de Djamila Ribeiro (2021). Por isso, apesar das singularidades e das diferentes experiências de vida que tivemos, eu partilho alguns dilemas geracionais, de gênero e classe com a autora. Desse modo, à semelhança do narrado por Djamila na obra supracitada, quando eu vi os olhos da minha bisavó materna em

---

<sup>4</sup> O sexismo pode ser observado em discursos preconceituosos e atos discriminatórios disseminado em razão do gênero ou no sexo das pessoas. Embora, as opressões sexistas possam ser dirigidas a qualquer gênero, elas culturalmente, afetam as mulheres e meninas.

uma foto, “entendi de onde herdei meus” (*Ibidem*, p. 44). A figura 1, evidencia o registro desse momento de reverência à minha ancestralidade no Facebook.

Figura 1: Reconhecendo-me nas mulheres que vieram antes de mim



Fonte: Acervo pessoal da *professorapequisadora*<sup>5</sup> (2022).

Conforme destacado pelo Prof. Dr. Luiz Fernandes de Oliveira da UFRRJ (2023, p. 61-62), os processos formativos (as nossas itinerâncias) se interconectam formando teias de formação política e pedagógica. Assim, ao longo desta tese emergiram “marcas subjetivas [...] sempre interseccionadas com os lugares de existência, de opressão, de privilégios e de vontades políticas”. Elementos que mobilizaram a produção do conhecimento, o currículo em ato e as implicações com a docência e a pesquisa, pois “nossos percursos formativos e ancestrais, embriagados pelas nossas opções políticas formam também nossas identidades e os conceitos que nos guiam” (*Ibidem*).

<sup>5</sup> Com base nos pressupostos da pesquisa nos/dos/com o cotidiano, neste trabalho algumas palavras são grafadas juntas, devido à compreensão acerca do modo complexo como os conhecimentos são tecidos nas práticas e do entendimento de que esses termos não podem ser expressos pela dicotomia inventada pela racionalidade moderna. (Alves, 2001).

Do mesmo modo, não seria possível deixar de considerar a influência do capitalismo, do patriarcado e dos mecanismos de opressão associados neste trabalho. Nesse sentido, é relevante acrescentar à discussão as contribuições de Silvia Federici (2021, p. 17), que em *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*, ressalta que:

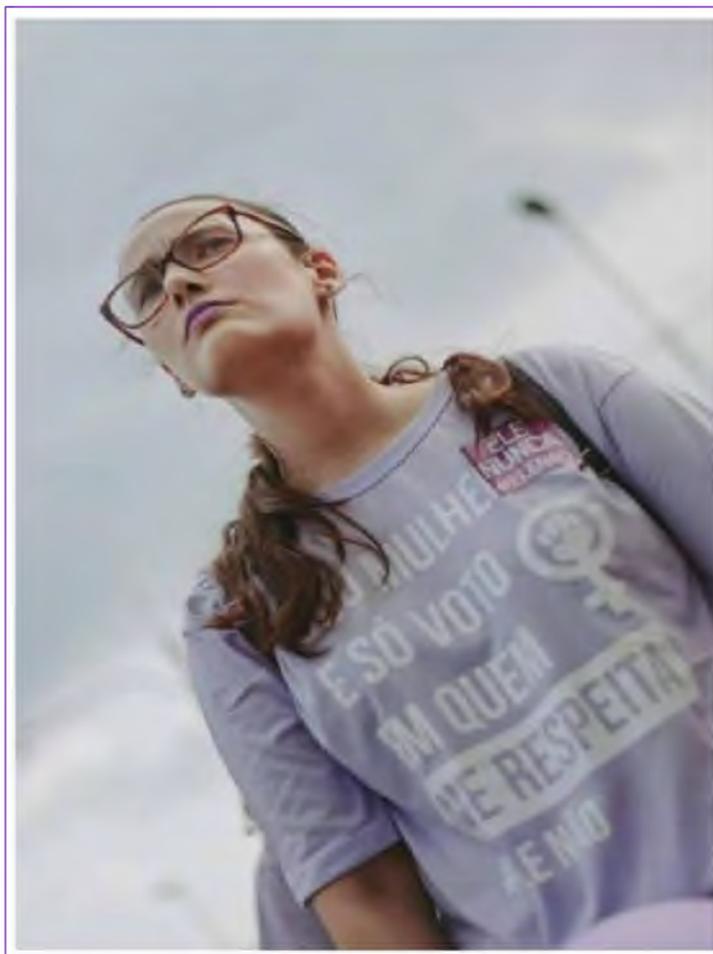
A perspectiva feminista é essencial para uma análise do capitalismo, pois demonstra que, assim como o racismo e o etarismo, o machismo é um elemento estrutural do desenvolvimento capitalista, uma força material a se interpor no caminho de qualquer transformação social verdadeira, que não pode ser derrotada (como Marx acreditava) pela entrada de das mulheres nas fábricas ao lado dos homens, mas exige, em vez disso, que as mulheres se rebelem contra a dominação masculina e suas bases materiais.

Nesse contexto, preciso narrar outro fato que vivenciei em minhas ambiências formacionais. Durante as atividades que cursei em meu Mestrado no MECsMA/UniFOA, mulheres muito talentosas do meu grupo de estudos não se conformaram com as “brincadeiras” sexistas proferidas por um colega de classe e, menos ainda, com o silêncio de outros homens. O enfrentamento do micromachismo despertou a solidariedade entre mim e mais duas amigas, uma internacionalista e a outra, assistente social, e impulsionou a discussão acerca de direitos reprodutivos, da violência contra a mulher e da sororidade.

Na ocasião, ouvi pela primeira vez na vida, enunciado pela minha amiga Stella Aragão, que eu era “*feminista e só não atuava na militância*”, experiência que favoreceu o meu processo de conscientização. Assim, com o “#EleNão”, movimento nascido na primavera de 2018, juntei-me a milhões de mulheres que “Só votam em quem nos respeita”. Com outras cinco mulheres, assumi a coordenação do movimento *Mulheres do Sul Fluminense contra Bolsonaro* e nos dedicamos a informar as autoridades, discutir as pautas, planejar a segurança e organizar os atos públicos contrários às ideias defendidas pelo senhor Jair Bolsonaro, candidato à Presidência da República na época.

Na figura 2, apresento um registro pessoal capturado no primeiro ato público realizado pelo movimento que ganhou as ruas de Volta Redonda, de modo semelhante ao que ocorreu em diversos lugares do Brasil, em 29 de setembro de 2018. Nos encontros que precederam os atos, tive acesso à teoria e às autoras feministas e escutei as reivindicações sobre direitos civis, sexuais, reprodutivos e trabalhistas e percebi que o sexismo é mais perverso com as mulheres pobres, negras, lésbicas e transexuais. Compreendi, portanto que, “o foco feminista em direitos reprodutivos é necessário para proteger e sustentar nossa liberdade” (Hooks, 2019a, p. 55). Por isso, reitero que, as experiências aqui relatadas não podem ser dissociadas da minha formação e práxis e, portanto, coincidem com as escolhas políticas e epistemológicas contidas nesta tese.

Figura 2: Sou mulher e só voto em quem me respeita - #EleNão

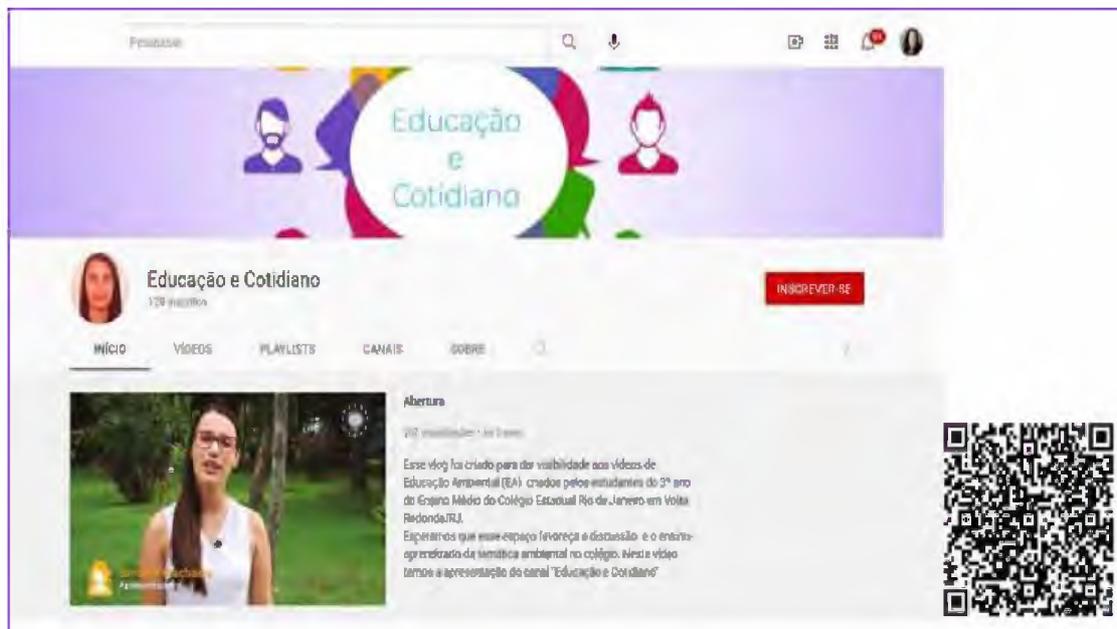


Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2018).

Sem me afastar completamente das razões que me trouxeram até aqui, de modo surpreendente, durante as atividades no Grupo de pesquisas Estudos Freireanos Contemporâneos e Currículo (FRECON), o estudo da obra “*Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação*” de Freire e Guimarães (2021), ajudou-me a compreender que, “uma nova pesquisa, quase sempre, parte dos resultados de uma pesquisa anterior” (Santos, 2019, p. 23). Assim, com o mergulho nas páginas da obra supracitada vislumbrei um pouco da minha desenvolvida no mestrado: a investigação das relações ecológicas no entorno do colégio, o estudo do ecossistema aquático que corta o bairro e sobretudo, que eu sempre estive com meus alunos, *aprendendosensinando*, enquanto cocriávamos os vídeos de educação ambiental que posteriormente foram disponibilizados no canal Educação e Cotidiano, no YouTube, e ainda são uma fonte de inspiração para educandos e esta educadora.

Os vídeos do canal *Educação e Cotidiano* podem ser acessados no endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/channel/UCne1p5HZdJzsPyuBI6ym0AA/playlists>. A figura 3, evidencia o vídeo de abertura e o QR code e o link direcionam ao canal.

Figura 3: Captura de tela do Canal, Educação e Cotidiano, no YouTube



Fonte: Canal Educação e Cotidiano no YouTube (2022).  
Disponível em: <https://youtu.be/Z6pA9ze2vqE?si=ch6QfoUmbPtJiotp>

Cursei o mestrado no UniFOA como membra do Grupo de Pesquisas Laboratório Interdisciplinar de Educação Física e Práticas Corporais. O grupo é coordenado pelo Professor Dr. Marcelo Paraíso, meu coorientador na especialização no IFRJ, orientador no mestrado no UniFOA e pessoa que mais me incentivou a tentar o doutorado. Foi uma etapa fecunda e que frutificou nos artigos publicados na *Revista Brasileira de Educação Ambiental (REVBEA)* e no periódico *Ciências & Ideias*. Ainda tive a oportunidade de apresentar trabalhos no Encontro Nacional de Ensino de Ciências, da Saúde e Ambiente (ENECIÊNCIAS), em 2018 e em 2020 e no *X Seminário Internacional Redes Educativas e Tecnologias* em 2019, além do pôster e de um painel que foram divulgados no *Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ENDIPE)*, respectivamente, em 2018 e em 2020. Sempre tive professores muito dedicados, que acreditaram em mim antes mesmo que eu pudesse acreditar e me incentivaram em cada etapa, pessoas que demonstram felicidade e orgulho por terem me formado, gente do bem e que eu busco honrar.

Ao apresentar as vivências anteriores, não intenciono demarcar a minha implicação com a Educação em Direitos Humanos evidente no meu comprometimento com a Educação em

Saúde e a Educação Ambiental e muito menos pretendo reivindicar que agora me “descobri” freireana. Mas, significa que me reconheço como uma educadora epistemologicamente curiosa, que compreende a importância de cuidar da própria formação e refletir sobre a práxis pedagógica, inclusive, porque “pesquisar implica a capacidade de escutar, um escutar denso, intenso e (im)paciente” (Streck, 2006, p. 265).

Nos primeiros anos do doutorado, eu estive implicada em pesquisar a concepção de educação freireana, no Grupo de Pesquisas FRECON, sob a coordenação dos professores Aristóteles Berino e Fabiana Rodrigues. Aprendi e ainda aprendo muito com meus companheiros de grupo, com os quais cocriei intensamente, por dois anos, período em que cursei os créditos obrigatórios no PPGEduc. Também participei em 2020, do *I Simpósio de Currículo e Cultura: Encontros Antifascistas* promovido pela Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB (Figura 4) e cumpri regularmente, em 2021, dois semestres de Estágio de Docência nas disciplinas de *Currículo e Educação* e de *Estudos Culturais e Educação*, da Graduação em Pedagogia, no Instituto Multidisciplinar, *campus* Nova Iguaçu.

Figura 4: Aceitando novos desafios – 1º Resumo aprovado

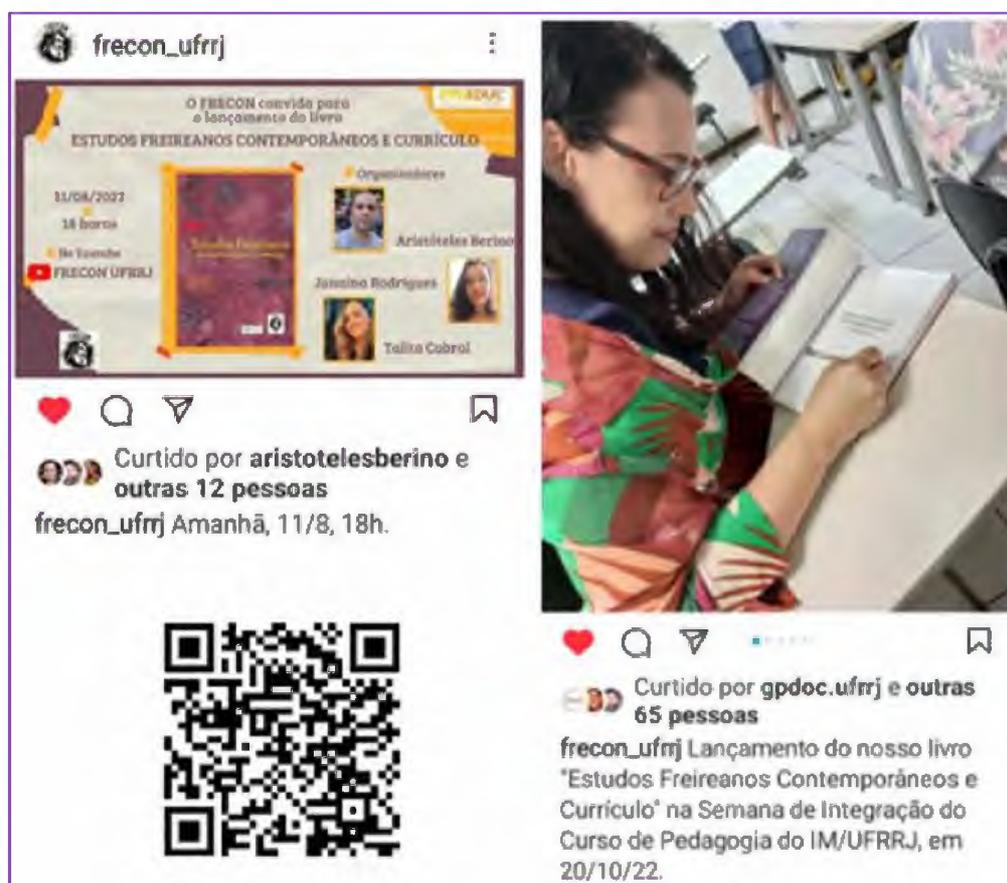


Fonte: Acervo pessoal da *prcfessorapesquisadora* (2021).

Nesse intercurso de tempo, acompanhei a escrita de três Trabalhos de Conclusão de Curso dos mais jovens no grupo de pesquisa, estudantes da graduação e colaborei no Curso de Extensão *Paulo Freire em Tempos de Distanciamento Social*, ofertado pela Escola de Extensão da UFRRJ, no fim do primeiro semestre de 2020, auge da pandemia da covid-19. Em 2022, concluímos a organização de um livro editado com os estudos dos membros do FRECON, em

comemoração ao Centenário de Paulo Freire. Tivemos a oportunidade de lançar o livro na Semana da Integração da Pedagogia no IM/UFRJ, em outubro de 2022 e no XV Seminário Periferias em Movimento: por uma educação decolonial e inclusiva, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ), em junho de 2023. É possível assistir os autores apresentando suas produções no canal do FRECON/UFRRJ, no YouTube, a partir do endereço eletrônico: [https://www.youtube.com/watch?v=vqNEJ\\_-7P3g&t=61s](https://www.youtube.com/watch?v=vqNEJ_-7P3g&t=61s). Além disso, a obra pode ser baixada gratuitamente, por meio do QR code abaixo (Figura 5).

Figura 5: Rastros nas redes do lançamento do Livro do FRECON



Fonte: @frecon\_ufrj no Instagram (2022).

Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1QPL2tVieikzw6xVQ47jfwy3BdL5gYa1a/view?usp=drivesdk>

Ademais, considero importante informar que, partindo tessitura de *saberes/fazer*s com os membros e membras do Grupo de Pesquisas FRECON, politicamente, decidimos adotar em nossos trabalhos a expressão “educação freireana”, em respeito à preferência indicada pelo próprio autor. Acerca disso, ao ser entrevistada por Maria Aparecida Germano, a professora e escritora Ana Maria Araújo Freire, recomendou uso do adjetivo freireano, com a “letra e”, e

não freiriano com “i”, conforme o desejo expresso por Paulo Freire ao ser consultado sobre essa questão (Germano, 2006, p. 102).

Desde o início do ano de 2022, sigo sob a orientação da Professora Dr.<sup>a</sup> Edméa Oliveira dos Santos, que generosamente, acolheu-me no Grupo de Pesquisa Docência e Cibercultura (GPDoC/UFRRJ). É que a vida não segue roteiro. Assim, me chegaram o amor e a inadiável implicação com os estudos ciberculturais, a partir da possibilidade de mediar a prática docente e a pesquisa, com múltiplos modos e usos<sup>6</sup> inventivos (Certeau, 2014) de artefatos digitais, um dos muitos desafios que surgiram com o avanço do coronavírus no país.

A figura 6, mostra o meu primeiro encontro com a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edméa Santos, que mediou a live,<sup>7</sup> *Conversando com Paulo Freire*, realizada pelo meu programa de pós-graduação durante a pandemia, em substituição da Prof.<sup>a</sup> Ana Marques, que não pode participar. No encontro, também pude conversar com a Prof.<sup>a</sup> Lucila Pesce, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e apresentar os meus primeiros movimentos de pesquisa. Abaixo, disponibilizo o QR code que direciona ao vídeo que pode ser acessado no canal do PPGEDUC/UFRRJ, no Youtube.

---

<sup>6</sup> Michel de Certeau nos inspirou a buscar a subversão com as práticas impostas pela cientificidade hegemônica e nos fez repensar métodos, técnicas, pressupostos e rotinas e considerar os modos outros de fazer ciência, com os quais os usuários acionam inventividades próprias, lançam mão de táticas e astúcias em suas práticas sociais.

<sup>7</sup> As *lives* são vídeos transmitidos em tempo real (“ao vivo”), no YouTube, Instagram ou outras plataformas. Se inicialmente, a estratégia era largamente utilizada pela imprensa, durante a pandemia as *lives* foram capturadas para a divulgação de diversas expressões artísticas, como as apresentações de musicais e explodiram na forma de Webconferências, aproximando pessoas interessadas em conversar, discutir ideias, divulgar trabalhos acadêmicos em eventos científicos e que conectaram-se para *aprenderensinar*, a partir da mediação do digital em rede.

Figura 6: Edméa e eu - nosso encontro na live e na vida



Fontes: Acervo pessoal da professorapesquisadora e canal do PPGEDUC UFRRJ, no YouTube (2021).  
Disponível em: [https://www.youtube.com/live/2jBTICTk2mE?si=-kGRon2EM\\_GYH7N2](https://www.youtube.com/live/2jBTICTk2mE?si=-kGRon2EM_GYH7N2)

Com a pandemia de covid-19, tentei resistir à educação a distância (EaD), massificada, bancária, com hiperfoco na disponibilização de conteúdo, quase sempre em *Portable Document Format* (PDFs), pois logo entendi que o que estava em jogo era a luta por uma escola pública democrática e autônoma. Nesse mergulho, metodologicamente, aproximei-me da ciberpesquisa-formação, a partir da mediação das práticas educativas com dispositivos tecnológicos em rede. Nós, professores, tivemos que nos autoformar no “olho do furacão”, com pouquíssimos recursos disponíveis e quase sempre próprios.

Após discorrer sobre os caminhos que me conduziram a esse Programa de Doutorado em Educação e mencionar os primeiros movimentos da pesquisa, apresento a seguir, a problematização de alguns dilemas relacionados à temática e, posteriormente, enuncio os objetivos da pesquisa. A figura 7, evidencia um momento especial de orientação coletiva com a Prof<sup>a</sup> Edméa Santos e meus colegas do GPDoc/UFRRJ, duas semanas antes do meu exame de qualificação.

Figura 7: Ambiência formacional - orientação coletiva no GPDOC



Fonte: @gpdoc.ufrj, no Instagram em 13 jun. 2022.

## 1.2 Apresentação dos dilemas da pesquisa

Partindo da ideia de Educação Problematizadora<sup>8</sup>, defendida por Paulo Freire, e dos pressupostos apresentados, me dediquei à pesquisa bibliográfica. Os direitos sexuais e os direitos reprodutivos são direitos humanos fundamentais, inalienáveis e intransferíveis, reconhecidos em leis nacionais e vários documentos internacionais (Brasil, 2013a). No entanto, apesar da promulgação desses direitos na Declaração Universal dos Direitos Humanos redigida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948 e, também nas constituições dos países signatários, os direitos humanos são alvo de inúmeras violações.

Sendo assim, este estudo despontou do meu interesse no diálogo com a educação freireana e da busca de pistas acerca do interesse dos educandos pelo tema Sexualidade,

<sup>8</sup> A Educação Problematizadora contraria a Educação Bancária, pois é dialógica, se baseia na reflexão autêntica e “implica um ato constante de desvelamento da realidade” (Freire, 2011a, p. 97).

movimentos que possibilitaram a reflexão acerca de alguns dilemas que surgem no cotidiano escola ou dilemas, tal como enunciamos em nossas pesquisas-formação na cibercultura:

- a. Os Direitos Sexuais e os Direitos Reprodutivos estão presentes no currículo?
- b. Quais disciplinas desenvolvem a temática? A abordagem é interdisciplinar?
- c. A discussão das relações de gênero está presente na reflexão das ações educativas?
- d. São realizadas atividades de combate à gravidez não planejada, à violência contra as mulheres e pessoas LGBTQIAPN+?

Esses movimentos da pesquisa são primordiais, considerando-se que, “todo trabalho de tese, como todo trabalho de pesquisa, deve inicia-se por encontrar as perguntas-chaves que é preciso resolver”, ideias que emergiram nas conversas de Paulo Freire com o filósofo chileno, Antonio Faundez, em *Por uma Pedagogia da pergunta* (Freire; Faundez, 2011, p. 73), pois,

O valor de uma tese está na descoberta e formulação das perguntas essenciais que despertam a curiosidade de outros pesquisadores. O valor não está tanto nas respostas, pois as respostas são sem dúvida provisórias, como as perguntas... Mas à medida que encontramos as perguntas, forma-se essa cadeia que possibilitará que a tese se vá construindo. Uma tese em que não só as respostas serão o fundamental, mas também essa cadeia de perguntas, provisória sempre. [...] Para começar uma tese, o fundamental é aprender a perguntar (*Ibidem*, p. 74).

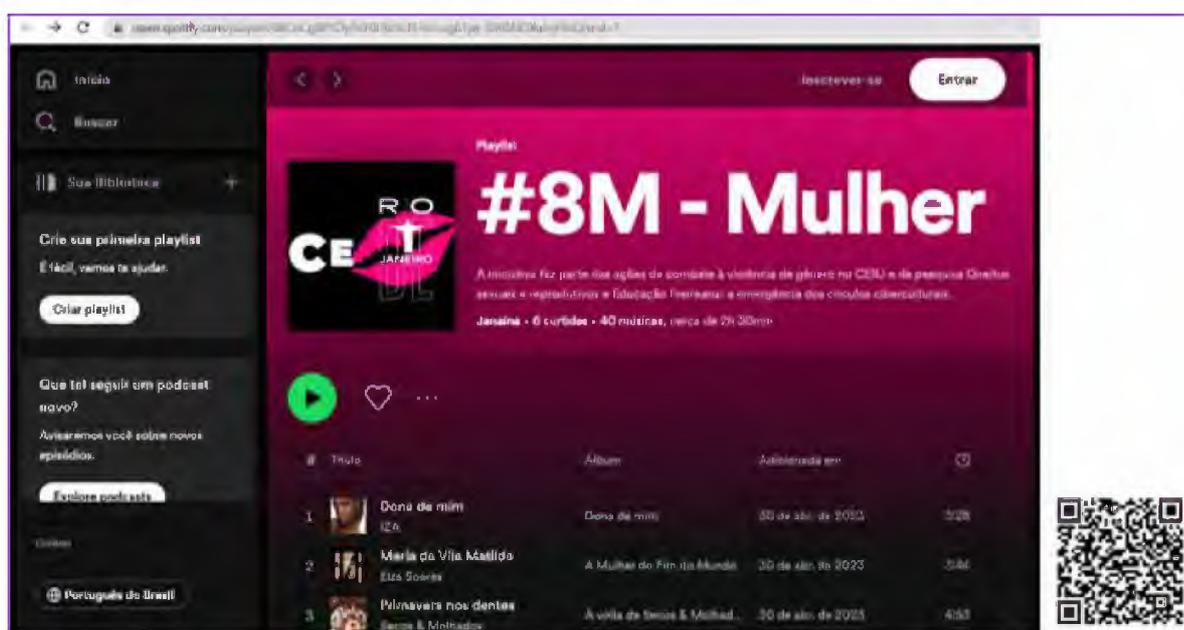
Devido à adoção da concepção de educação freireana, este estudo está pautado na horizontalidade entre os sujeitos que compõem as redes instituídas, na valorização do protagonismo juvenil, na noção de currículo que se constrói no cotidiano escolar e na perspectiva da pesquisa-formação em cibercultura, por meio da ressignificação de conteúdos relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos. Esta tese foi escrita com base na pesquisa desenvolvida em uma escola pública do interior do estado do Rio de Janeiro, com estudantes matriculados no Ensino Médio e seus educadores, e está sendo organizada em sete capítulos, a contar desta introdução.

O segundo capítulo, evidencia o percurso teórico-metodológico utilizado nesta pesquisa que epistemologicamente, está fundamentada na ciberpesquisa-formação (Santos, 2019). Como os fios em uma trama, os instrumentos e os métodos usados na produção de dados e na compreensão das narrativas são enunciados, na medida em que entrelaço as pistas do interesse juvenil pela temática abordada e discuto a potencialidade da ampliação das redes instituídas pelos praticantes do cotidiano escolar.

Nesse ponto da caminhada, convido meus caríssimos leitores e leitoras para acessarem a *playlist*, #8M – *Mulher*. O processo de cocriação que será detalhado mais adiante nesta tese, foi uma “invenção cotidiana” e colaborativa dos praticantes do colégio pesquisado. Assim, ao

longo deste trabalho, as discussões foram entremeadas às letras de algumas canções. A lista de músicas no Spotify pode ser acessada por meio do QR code e do link disponibilizados (Figura 8). A título de sugestão, indico que iniciemos a *playlist* com *Divino maravilhoso*, canção eternizada pela voz de Gal Costa.

Figura 8: Captura de tela da playlist criada com a contribuição dos praticantes do CERJ



Fonte: Acervo pessoal da professorapesquisadora (2023).  
Disponível em: [https://open.spotify.com/playlist/48CoCg8P5Oy3v70L9zSs3E?si=9F\\_UrBXIRJSNqnhMrkJ6g&pi=u-9mfS0SoHRN-U](https://open.spotify.com/playlist/48CoCg8P5Oy3v70L9zSs3E?si=9F_UrBXIRJSNqnhMrkJ6g&pi=u-9mfS0SoHRN-U)

O terceiro capítulo situa a Educação em Direitos Humanos como uma exigência democrática e apresenta a definição de direitos sexuais e reprodutivos. Apresenta também a concepção de educação freireana, na medida em que desvela o (re)conhecimento do machismo pelo próprio educador. Por isso, nessa seção tentei aproximar as ideias presentes nas obras de Paulo Freire à luta pela defesa dos DSR. Por considerar as especificidades da pesquisa e respeitar as particularidades dos sujeitos que habitam o cotidiano escolar, o escopo teórico-metodológico também tenta dialogar com Paulo Freire e várias autoras, como bell hooks (2013; 2019a; 2019b), Carla Akotirene (2019); Maria Lugones (2019), Lélia Gonzales (2020); Djamila Ribeiro (2021) e Bárbara Carine Pinheiro (2023).

No quarto capítulo, narro o mergulho no cotidiano da escola e vou navegando até onde as pistas do interesse juvenil pela temática sexualidade me levaram, para a partir daí me lançar na discussão sobre relações de poder e gênero *dentro* e *fora* da escola. Nessa parte, fiz algumas aproximações com a pedagogia decolonial e a teoria feminista interseccional, em favor de uma educação não sexista, antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica.

No quinto e no sexto capítulo, apresento os dados produzidos com o uso de diferentes artefatos culturais, como os *App-educations*, durante a mediação dos encontros com estudantes, educadores e demais praticantes. Movimentos que me desafiaram, mas também enriqueceram a minha práxis e deram um novo contorno à pesquisa, desenvolvida no contexto de educação online (Santos, 2005; Santos, 2019; Santos, 2020), no período de emergência epidemiológica e teve continuidade a partir da mediação de conversas sobre os DSR *dentrcfora* da escola, no contexto pós-pandêmico. As narrativas que emergiram nos encontros foram destacadas, assim, como o principal dispositivo metodológico desta pesquisa, que neste trabalho se materializou presencialmente, sob a inspiração dos círculos de cultura freireanos, mas também na forma de Círculos de Cultura *On-line* (círculos ciberculturais), em razão da pandemia de covid-19.

O uso dos Apps, abreviatura da palavra inglesa, applications, tem sido impulsionado pela ampliação da utilização de smartphones e tablets, tem favorecido o desenvolvimento e a instalação de vários aplicativos “no dispositivo móvel, alguns dos quais são criados de raiz com finalidades pedagógicas para uso na modalidade de aprendizagem móvel (mobile learning), daí a designação de apps-learning ou apps-education” (Santos; Porto, 2019, p. 9).

O sétimo capítulo apresenta as conversas mediadas no WhatsApp com educadores do CERJ, praticantes culturais que afetuosamente mergulharam comigo como coautores desta pesquisa fazendo brotar a produção de dados nas situações de aprendizagem em atos de currículo, que dispararam a discussão sobre alguns indicadores para uma formação de professores na perspectiva da educação não sexista, antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica, a partir da emergência de duas noções subsunçoras (ou categorias analíticas).

Finalmente, no oitavo e último capítulo, apresento algumas considerações provisórias, evidencio os achados mais relevantes, mas também apresento as limitações e desafios enfrentados no decorrer desta ciberpesquisa-formação. Movimentos que possivelmente, poderão direcionar meus passos e outros estudos no futuro.

### **1.3 Objetivos**

#### **1.3.1 Objetivo geral**

Partindo da aproximação entre a concepção de educação freireana, o feminismo interseccional e da consideração do legado de Paulo Freire em favor da Educação em Direitos Humanos em nosso país, o constructo desta pesquisa busca o entendimento acerca do processo

de *aprendizagem* sino de temas relacionados aos DSR no *espaçotempo* de uma escola pública situada no interior do estado do Rio de Janeiro.

Desse modo, o objetivo geral deste estudo é compreender como os praticantes ciberculturais teceram os conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos no cotidiano do Colégio Estadual Rio de Janeiro, em Volta Redonda/RJ, tendo como centralidade a concepção de educação freireana, em diálogo com teóricas e intelectuais do feminismo interseccional.

### 1.3.2 Objetivos específicos

A partir das reflexões apresentadas anteriormente, os objetivos específicos assim se elencam:

- ✓ Identificar as relações de poder e gênero tecidas no cotidiano da escola pesquisada, considerando-se as tensões, a afetividade e as formas de resistência forjadas pelos praticantes nas redes estabelecidas, a partir da contribuição dos estudos feministas interseccionais;

- ✓ Discutir a influência da cultura na constituição das juventudes e sexualidades no *espaçotempo* escolar, sobretudo, no que tange aos processos de *aprendizagem* sino e temas relacionados à educação e saúde sexual e reprodutiva;

- ✓ Interpretar as narrativas dos praticantes nos encontros realizados presencialmente e no contexto da Educação Online, nos círculos freireanos e ciberculturais, principal dispositivo metodológico da pesquisa, que emergiu sob a inspiração dos círculos de cultura freireanos;

- ✓ Incentivar a cocriação de zines<sup>9</sup>, outros dispositivos e práticas sobre direitos sexuais e reprodutivos, a colaboração e a interatividade, a partir do uso de diferentes dispositivos tecnológicos e da mediação nas redes instituídas pelos praticantes da escola.

---

<sup>9</sup> O termo Zine é a redução da palavra inglesa magazine (revista) e caracteriza-se pela reprodução de fotocópias e divulgação independente de expressões artísticas, como a literatura e também em ações de ativismo. As *zines* tiveram destaque no movimento de contracultura, por isso são mundialmente difundidas no campo dos quadrinhos e dos movimentos sociais.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Quem pesquisa sabe que em algum lugar e de alguma forma terá que fazer seus registros. São notas em cadernos, gráficos, diários de campo, fotos, vídeos, entrevistas, além das imagens e gestos que simplesmente ficaram gravadas na memória. Enquanto isso, ou no fim, organizam-se essas notas e procura-se auscultá-las e dar-lhes sentido. A pesquisa é [...] um ato e uma forma de pronunciar o mundo.

Daniilo R. Streck (2006).

### 2.1 Área do estudo e sujeitos da pesquisa

O estudo está sendo desenvolvido no Colégio Estadual Rio de Janeiro (CERJ), localizado no Bairro Sessenta, em Volta Redonda, município da região Sul Fluminense (CEPERJ, 2019). Considerando-se que, na perspectiva da ciberpesquisa-formação (Santos, 2005; Santos, 2019), formamos enquanto também nos formamos, pois, nossos estudos são forjados na práxis docente, o CERJ foi escolhido, porque leciono o componente curricular de Biologia na unidade escolar desde o ano de 2009 e já havia desenvolvido a pesquisa de mestrado na mesma instituição, fatores que orientaram a minha decisão.

Os participantes da pesquisa, compreendidos aqui, como praticantes culturais, são os estudantes matriculados no 1º ao 3º ano do Ensino Médio (EM), e seus educadores, uma vez que o Currículo Básico<sup>10</sup> adotado pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ), preconiza o ensino de conteúdos relacionados à reprodução, prevenção de ISTs e indicadores sociais e de desenvolvimento humano, nesse nível de escolaridade. O Currículo Básico de Biologia pode ser consultado no anexo D.

No ano de 2021, o colégio pesquisado possuía 369 alunos matriculados do 1º ao 3º ano do E. Médio, distribuídos nos turnos matutino e vespertino. Dados observados no Projeto Político-Pedagógico indicam que os estudantes, em sua maioria, são oriundos de famílias da classe trabalhadora e residem na periferia do município e que seus pais ou responsáveis

---

<sup>10</sup> Apesar da nossa luta pela revogação do Novo Ensino Médio (NEM), sancionado em 2017, pelo ex-presidente Michel e sua reestruturação em moldes mais coerentes às demandas do ensino público, democrático, universal e de qualidade, é importante ressaltar que os movimentos da pesquisa realizados até 2021 e mesmo as ações educativas desenvolvidas com praticantes matriculados no 2º e 3º ano do E.M em 2022, em razão da garantia da terminalidade àqueles que ingressaram na rede estadual nos anos de 2020 e 2021, preponderantemente, seguiram as orientações do Currículo Básico da SEEDUC/RJ. Isso se deve ao fato de nas escolas estaduais do Estado do Rio de Janeiro, o NEM e conseqüentemente, as recomendações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) somente terem sido implantadas no ensino de estudantes que ingressaram no 1º ano do EM, no ano letivo de 2022.

completaram o Ensino Médio e trabalham principalmente no setor de serviços, na indústria ou são autônomos. Nas figuras 9 e 10, podemos observar a fachada frontal e os pátios internos do CERJ.

Figura 9: Fachada do Colégio Estadual Rio de Janeiro, 2019



Fonte: Acervo da direção do CERJ (2019). Cedido gentilmente.

Figura 10: Imagens dos pátios do Colégio Rio de Janeiro, 2021



Fonte: Acervo da direção do CERJ (2022). Imagens cedidas gentilmente.

Os estudantes, praticantes da pesquisa, encontram-se na faixa dos 15 aos 18 anos de idade. Alguns já estão no mercado de trabalho, sobretudo, no setor de serviços e outros cursam o Ensino Técnico concomitante no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ), na Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) ou em instituições privadas, nas áreas de Eletrotécnica, Mecânica, Administração e Enfermagem. O Bairro Sessenta foi erguido como uma forma de ampliação do bairro Vila Santa Cecília, que terminava justamente na Rua 60. Tradicionalmente, esses bairros foram construídos para abrigar a família dos operários da primeira Siderúrgica da América Latina, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), implantada na década de 1940. A figura 11, evidencia a vista lateral do CERJ em uma época em que as casas, escolas e outras edificações não eram cercados por muros. A imagem é emblemática, uma vez que nos contextos de Educação Online, os praticantes ciberculturais caminham ubiquamente, potencializam práticas educativas e cocriam nas redes instituídas, atos de currículo que podem ultrapassar os muros da escola.

Figura 11: Vista lateral do Colégio Estadual Rio de Janeiro, 1961



Fonte: Volta Redonda Antiga (Facebook, 2020).  
Disponível em: <https://www.facebook.com/106866660951242/posts/168404394797468/>

O surgimento de Volta Redonda se confunde com os processos de urbanização e industrialização brasileiro, pois a cidade nasceu ao redor da usina (Figura 12), para abrigar trabalhadores vindos de outras cidades, regiões e estados. Com a instalação da indústria, o antigo povoado do município de Barra Mansa foi emancipado. Ruas e avenidas que levam à usina foram planejadas e vários bairros foram erguidos de forma “hierarquizada, administrada pela CSN, controlada por inúmeras estratégias de poder para ser a cidade do trabalho” (Paraíso, 2012, p. 38).

A lógica da segregação espacial dividiu o espaço conforme os cargos das pessoas na indústria, e ainda foi adotada na criação de colégios, universidades, clubes, hospitais, construções que também refletiam as diferenças econômica e social na cidade. Entretanto, agora o terceiro setor é o maior empregador da cidade, pois com o avanço do neoliberalismo e do processo de globalização mundial, vivenciamos a precarização do trabalho no Brasil (Paula, 2013), sobretudo após os primeiros anos da década de 1990.

Figura 12: Vista da Companhia Siderúrgica Nacional, no Centro de Volta Redonda, 2014



Autoria de Henrique Barra Mansa. Disponível em:  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia\\_Sider%C3%BArgica\\_Nacional#/media/Ficheiro:CSN01.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_Sider%C3%BArgica_Nacional#/media/Ficheiro:CSN01.jpg)

Retomando a questão dos conteúdos, trago a contribuição da obra, “*Política e Educação*”, na qual Paulo Freire (2021a, p. 71) argumenta que não “há educação sem conteúdo”, ao mesmo tempo em que ressalta que os educadores não ensinam somente os

conteúdos. Os apontamentos feitos pelo patrono da educação nacional, favorecem a compreensão de que,

Faz parte da importância dos conteúdos a qualidade crítico-epistemológica da posição do educando em face deles. Em outras palavras: por mais fundamentais que sejam os conteúdos, a sua importância efetiva não reside apenas neles, mas na maneira como sejam apreendidos pelos educandos e incorporados à sua prática (*Ibidem*, p. 100).

Em consonância com as ideias do educador, neste trabalho, temas que geralmente são menos abordados nos planos de aula foram usados como “ganchos curriculares”, considerando-se a relevância social das questões e o interesse praticantes culturais. Os “ganchos curriculares” funcionaram como disparadores de conversas na mediação da tessitura de conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos, pois eles são uma estratégia válida, integradora de saberes e que pode legitimar a abordagem de temas menos comuns no cotidiano escolar (Bastos, 2015).

Para ampliar a compressão sobre a seleção dos conteúdos, destaco o diálogo entre Paulo Freire e o educador estadunidense, Myles Horton (2011), em “*O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social*”, mais um “livro falado” publicado pelo educador brasileiro que floresce a partir do encontro e da sua disponibilidade para dialogar com seus pares. Recorro a essa obra, particularmente, porque em uma conversa sobre a neutralidade, Paulo Freire argumenta com seu interlocutor que, a impossibilidade de bancar nossas escolhas tende a beneficiar a classe dominante e deixa as seguintes provocações: “um professor de Biologia deve saber Biologia, mas é possível ensinar apenas Biologia? O que eu quero saber é se é possível ensinar Biologia sem discutir condições sociais...?” (*Ibidem*, p. 116). Na sequência, além de confirmar que um professor de Biologia e de qualquer outro campo do saber precisa das competências para ensinar os conteúdos de sua área, o educador brasileiro ressalta que, o papel de educadores e educadoras também se associa,

Com sua clareza política, com sua coerência e com sua compreensão do próprio processo. Não se trata de saber se o professor de Biologia pode impor aos estudantes suas ideias políticas. [...]. Mas é questão para o professor discutir o tema de uma forma mais ampla e até expressar a sua *escolha*. [...]. É um problema não de ser neutro, mas de como ser diferente (*Ibidem*, p. 117, Grifos do autor).

No que tange à abordagem dos temas geradores que dispararam as conversas e fizeram brotar o currículo em ato no cotidiano do colégio pesquisado, trago a contribuição da professora Guacira Louro (2014) que salienta que a escolha e o uso dos materiais didáticos em si, não garantem boas práticas de educação sexual. Nesse contexto, a autora acena para a importância da produção de sentido nas práticas educativas de educação sexual, considerando-se que, “professoras/es e estudantes carregam de sentido aquilo que leem, o que dizem ouvem e fazem.

[...] é preciso questionar sempre não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e os sentidos que os/as nossos/as alunos/as dão ao que aprendem” (Louro, 2014, p. 140-141).

## **2.2 Contribuições de Freire e Certeau para a tessitura do conhecimento em redes**

Além das contribuições de Paulo Freire, este estudo qualitativo se aproximou dos estudos nos/dos/com o cotidiano e na noção de currículo construído no cotidiano (Alves, 2001; Oliveira, 2012), decisão coerente com as premissas da ciberpesquisa-formação, considerando-se as contribuições de Santos (2019) que se dedica ao estudo das práticas pedagógicas mediadas pela cibercultura nos cotidianos há quase 20 anos. A adoção de métodos qualitativos considerou a complexidade da temática e a singularidade dos sujeitos e de suas produções. O mergulho com todos os sentidos no cotidiano escolar aguça a percepção sobre os conflitos que emergem das práticas culturais dos praticantes (docentes, discentes, gestoras, funcionários de apoio, pais, responsáveis, comunidade).

Se em uma perspectiva bancária, a escola “transmite” os conhecimentos (Freire, 2011a) produzidos pela racionalidade moderna, em uma perspectiva libertadora, ela poderia considerar os conhecimentos prévios dos praticantes e possibilitar a criação de um currículo singular tecido nas diversas culturas e redes de *saberes/fazer*s estabelecidas em seu *espaçotempo*. Desse modo, pode ser promovida a construção de um currículo permeado pela ressignificação dos conteúdos e o diálogo entre os praticantes do cotidiano escolar (Oliveira, 2012). Nesse contexto, Freire (2011a) assevera que a dialogicidade deve anteceder o encontro do educador com o educando, pois deve estar presente desde quando o professor busca o conteúdo programático. Partindo dessa premissa, será incentivada a discussão e reflexão acerca de questões relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos, nas redes constituídas pelos praticantes do CERJ.

A contribuição da educação freireana pode ser potencializada com a aproximação com as ideias de Michel de Certeau (1925-1986), pois, para o filósofo francês, cada sujeito pode ser um produtor singular e reinventar seus próprios consumos. Considerando-se que os praticantes estão imersos em seus espaços e fabricam múltiplas produções fundadas em suas experiências, é possível perceber a necessidade de buscar o conhecimento acerca da realidade local e as concepções de mundo implícitas, para conseguir compreender o sentido eo significado das narrativas e criações dos estudantes pesquisados. Segundo Pais (2015), o cotidiano é uma área de estudo que valoriza a lógica da descoberta onde a realidade social se insinua e incidia, por

meio de uma percepção descontínua. Segundo o autor, o cotidiano pode ser compreendido como:

Significante flutuante do real-social, outorgando primazia à experiência subjetiva como matéria do conhecimento sociológico, desvendando o mundo de significações que as pessoas experimentam e compartilham, buscando mediações entre o particular e no global, o individual e o coletivo, o subjetivo e o objetivo (Pais, 2015, p. 38).

Desse modo, considerando-se que no cotidiano escolar não é difícil observar indícios do interesse dos jovens pelo tema sexualidade, a atenção aos pormenores, a tudo que normalmente é negligenciado e visto como menos importante, a adoção do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989) favoreceu o levantamento de pistas desvelando as pontas dos fios que entrelaçaram a tessitura de conhecimentos de DSR nesta pesquisa. A partir das pistas encontradas, por inferência, pode ser entendido que o cotidiano exige dos pesquisadores em educação outras possibilidades teórico-metodológicas, diferentes das herdadas da racionalidade moderna. Esse movimento favorece a superação do aprisionamento do cotidiano em categorias previamente determinadas e o respeito às relações de gênero e diversidade sexual.

Por meio de procedimentos cotidianos, os praticantes podem se re-apropriar do espaço e subverter as práticas institucionalizadas por meio de uma criatividade “dispersa, tática e bricoladora” (Certeau, 2014, p. 40-41). Neste trabalho, a bricolagem deve ser entendida como uma maneira de *tecer junto*, a partir da articulação (colagem, montagem, aproximação e diálogo) entre diferentes áreas do conhecimento e da consideração de múltiplas epistemologias e metodologias de ensinar, aprender e pesquisar. Em consideração ao caráter político-epistemológico da ação bricoladora e sua potência revolucionária, em *Pesquisar a experiência: compreender/mediar saberes experienciais*, o Professor Dr. Roberto Sidnei Macedo da UFBA (2015) nos orienta a assumir a bricolagem em nossas itinerâncias, errâncias e criações, porque essa decisão metodológica,

Busca uma relação transgressora com a disciplinaridade uma relação fecunda com a mudança de paradigmas. Compreendendo que o conhecimento imaculado não existe e que as práticas disciplinares não são desenvolvidas de modo racional, linear e integralmente consciente, os *bricoleurs* estão em busca de um *modus operandi* nesse oceano de caos epistemológico. Os *bricoleurs* não são transgressores enlouquecidos, são cronistas da diferença e sua presença e influência infundáveis (*Ibidem*, p. 60).

Com base nessas premissas, Oliveira (2012) defende a contraposição ao pensamento hegemônico que percebe o cotidiano como local de repetição e senso comum, onde não há reflexão, nem criação de conhecimentos, ao passo em que afirma que devemos entender o cotidiano como lugar rico de criações, reinvenções e ações e percebê-lo como *espaçotempo* no qual são tecidas as relações sociais e as redes de conhecimento e valores. Diante do exposto, acionei os praticantes culturais nas redes colaborativas e medie as conversas em diferentes

dispositivos, com o intuito de que nossas invenções e criações pudessem forjar uma construção curricular cotidiana, à medida em que estudantes, docentes, gestoras e demais envolvidos, se autorizassem e ressignificassem a proposta oficial estabelecida pela SEEDUC/RJ.

Partindo desse pensamento, a educação freireana, entendida neste trabalho como *pedagogia do diálogo*, deve permear os movimentos desta pesquisa com o cotidiano e entrelaçar a tessitura de conhecimentos (Alves, 2001). Nesse sentido, é importante ressaltar que a existência humana não é muda, nem tampouco silenciosa e deve ser alimentada com palavras verdadeiras que podem promover a transformação do mundo, pois segundo a concepção de educação defendida por Freire (2011a, p. 108, Grifos do autor), existir humanamente é:

*Pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles um novo *pronunciar*. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho e na ação-reflexão.

Para o educador, “dizer a palavra verdadeira é práxis, é transformação”, desse modo, enunciar a palavra não pode ser privilégio de alguns, mas direito de todos, principalmente, porque ninguém deve silenciar os demais, portanto, nessa perspectiva de educação, “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo para ‘pronunciá-lo’...” (Freire, 2011a, p. 109). Por isso, devo ressaltar que se comprometer com a concepção de educação freireana significa abraçar a educação popular. De acordo com Brandão (2012, p. 15), “pensar a educação popular obriga a uma revisão da própria educação”, pois implica na consideração da diferença, em razão das desigualdades em nosso país e, também, porque a educação popular não oferece um único modelo de práticas educativas.

Por conseguinte, na perspectiva adotada não há espaço para hierarquia, nem para reduzir o outro à sua funcionalidade. Principalmente, porque a “reconstrução horizontalizante de relações entre saberes, culturas, e usos do conhecimento” é primordial às tramas epistemológica e política traçadas nesta pesquisa (Oliveira, 2012, p. 42). O diálogo é uma exigência existencial fundamentada no amor, na humildade e na fé noshomens e em sua capacidade de criar e recriar, a partir de uma relação horizontal e, conseqüentemente, de confiança. Por isso, Freire (2011a) salienta que o diálogo requer o pensamento crítico e ressalta que não existe diálogo sem esperança, pois o encontro dos homens para “ser mais” não pode ser pautado na desesperança.

### **2.3 Ciberpesquisa-formação e educação freireana: a emergência dos círculos ciberculturais**

Na cena contemporânea, podemos<sup>11</sup> perceber que a cibercultura caracteriza-se “pela emergência da mobilidade ubíqua em conectividade com o ciberespaço e as cidades” (Santos, 2019, p. 30). Desse modo, o crescimento considerável desse campo merece ser ressaltado, haja vista a intensa produção nas redes e a frutificação de inúmeros trabalhos e pesquisas nas áreas de educação, comunicação e ciências sociais. Uma nuance que já podia ser vislumbrada, mas que indubitavelmente assume novas cores e sabores no contexto pandêmico da covid-19 que vivenciamos.

Lúcia Santaella (2021, p. 15), nos instiga a suspeitar do suposto “desaparecimento do ciberespaço” e consequente “desalojamento da cibercultura”, uma vez que na maioria das vezes estamos *in/c,jf* ao mesmo tempo e que a cibercultura de tão evidente tem se tornado pouco perceptível, em face aos processos de hibridização promovidos pelo avanço das tecnologias e as transformações sociais. Nessa lógica, considerando as implicações, estudos e itinerâncias formativas apresentadas por Santos (2019), sou impulsionada a concordar com a defesa político-epistemológica do uso do termo cibercultura em nossas pesquisas, conforme pode ser verificado ao longo deste texto. Em razão dos apontamentos anteriores, considero que seja relevante apresentar a conceituação desses dois termos: a cibercultura, que “corresponde a todas as formas de produção de linguagem e interações comunicativas que proliferam no ciberespaço” (Santaella, 2021, p. 14). E o ciberespaço, que compreende “a internet habitada por seres humanos, que produzem, se autorizam e constituem comunidades e redes sociais por e com as mediações da tecnologia digitais em redes” (Santos, 2019, p. 30).

Diante dos pressupostos mencionados, decidi me comprometer epistemológica e metodologicamente com ciberpesquisa-formação, inclusive, por causa do exercício da docência *on-line* durante a pandemia. Nesse sentido, é importante destacar as contribuições da socióloga e antropóloga, Marie-Christine Josso, que se dedicou a pesquisar a formação de professores, especialmente no que concerne à relevância das experiências e narrativas de vida. A professora da Universidade de Genebra percebe a pesquisa como “um processo cocriado conscientemente pelo sujeito aprendente e seus pares”, por entender que o processo formativo, que prescinde inexoravelmente da narrativa, é algo que ultrapassa a reflexão de si e sobre si e requer o compartilhamento de nossos sentidos individuais com os sentidos dos demais envolvidos, pois

---

<sup>11</sup> Neste trabalho, uso a primeira pessoa do singular para apresentar as minhas escrituras, ideias e elaborações, mas em alguns momentos, por pertinência e pertencimento, me pronuncio na primeira pessoa do plural, pois não ando só. Esta pesquisa também emerge da coautoria com minha orientadora, professores, meus pares, discentes e colegas do meu grupo de pesquisa, fundamentados pelo referencial teórico que construímos, nas discussões e cocriações que tecemos juntos em nossas redes de *saberes/fazeres*

a nossa formação se fundamenta na experiência existencial e perpassa a construção da nossa subjetividade (Santos, 2019, p. 89).

Para Josso (2007, p. 423-424), a identidade é um conceito construído, a partir das nossas noções de pertencimento, solidariedade, dos atos e tessituras simbólicas e concretas que constituem nossas dinâmicas de ser no mundo. Por entender as subjetividades como algo formativo, a autora ressalta que a identidade é um conceito nos acompanha a vida toda, sendo tensionado pelas transformações coletivas e aspirações individuais, tendo em vista que a formação existencial, fruto das experiências vividas, apresenta diferentes aspectos:

- a. como um processo evolutivo de integração/desintegração de saber-pensar, de conhecimentos, de representações, de valores, de comportamentos, de saber-fazer;
- b. como um processo evolutivo de integração/desintegração de saber-pensar, de conhecimentos, de representações, de valores, de comportamentos, de saber-fazer;
- c. como um processo de dar sentido às aprendizagens formais e informais, às experiências e aos projetos de si;
- d. como um processo de tomadas de consciência de si e de suas potencialidades;
- e. como um processo de concretização de uma intencionalidade em projetos;
- f. e, finalmente, como uma transformação permanente – e às vezes imperceptível – de si psicossomático.

A pesquisa-formação pode dialogar com os pressupostos da pesquisa-participante, que, segundo Brandão (2006), instaurou-se a partir de movimentos políticos e sociais que emergiram na América Latina, historicamente, entre as décadas de 1970 e 1980, graças às contribuições de Paulo Freire e do sociólogo colombiano, Orlando Fals Borda. Segundo Freire (2011b, p. 30), “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. Desse modo, na pesquisa participante, o conhecimento da realidade se estabelece a partir da reciprocidade entre pesquisador e participante. Como não há mais lugar para a dicotomia entre sujeito e objeto e entre teoria e prática,

A distância entre pesquisador e informante se não eliminada é encurtada e o produto do conhecimento é mais amplo, mais profundo, mais capaz de superar o imediato dado pela aparência do fenômeno em consideração. A realidade é tomada como objeto de investigação, mas numa perspectiva crítica, capaz de desenvolver um movimento que busque compreender essa realidade enquanto totalidade e produto de múltiplas determinações. A figura do pesquisador, portanto, não desaparece nem se dilui, mas entra em articulação com outros sujeitos que também passam a contribuir com o processo de construção do conhecimento (Silva, 2006, p. 127-128).

Considerando-se as implicações mencionadas, apresento os pontos elencados por Santos (2019), que representam os esforços dessa autora ao longo de mais de 20 anos de trabalho nesse campo, e fundamentam os atos de currículo e as cocriações que realizei de forma colaborativa e interativa com os praticantes culturais, professores, estudantes e gestoras do CERJ:

- a. A cibercultura é a cultura contemporânea que revoluciona a comunicação, a produção e circulação em rede de informações e conhecimentos na interface cidade-ciberespaço. Logo, novos arranjos *espaçotemporais* emergem e com eles novas práticas educativas. Sendo a cibercultura o contexto atual, não podemos pesquisar sem a efetiva imersão em suas práticas.
- b. Pesquisar na cibercultura é atuar como praticante cultural produzindo dados em rede. Os sujeitos não são meros informantes, são praticantes culturais que produzem culturas, saberes e conhecimentos no contexto da pesquisa. Fazer pesquisa na cibercultura não é, para nós, apenas utilizar *sc.ftwares* para “coletar e organizar dados”.
- c. Não há pesquisa-formação desarticulada do contexto da docência. Nosso investimento é pesquisar em sintonia com o exercício docente e no ensino que investe na cibercultura como campo de pesquisa. Sendo assim, a educação online é contexto, campo de pesquisa e dispositivo formativo. Educação online não é uma mera evolução das práticas massivas de EAD. Logo, não separamos os contextos educativos das cidades e seus equipamentos culturais (escolas, universidades, movimentos sociais, museus, organizações, eventos científicos, demais redes educativas), ainda mais em tempos de mobilidade ubíqua (Santos, 2019, p. 20).

Na fase da *web 1.0*, a limitação tecnológica ainda não possibilitava a interatividade, conforme podemos experienciar hoje. A conectividade era realizada de forma “física e fixa de um computador com internet via linha telefônica, rádio ou banda larga” (Santos, 2019, p. 30). Nessa lógica, o polo de emissão não era liberado e as mensagens eram fechadas. Os seres humanos, suas mentes e subjetividades se comunicavam em rede, mas seus corpos permaneciam estáticos diante das telas dos *desktops*, uma vez que a mobilidade física era um fator limitante e o “ciberespaço e cidades eram espaços de comunicação unidirecional” (*Ibidem*, p. 31).

Com a evolução para a *web 2.0* provocada pelas transformações econômica-sociais e no avanço da tecnologia, emissor e receptor deixaram de se comportar de modo tradicional. Nessa lógica, a mensagem não se restringiu mais ao polo de emissão, possibilitando a ruptura com a

ideia da comunicação unidirecional e o florescimento da interatividade<sup>12</sup> (Silva, 2010 *apud* Santos, 2019). Concretamente, os usuários que antes navegavam nos grandes repositórios de conteúdos ganharam acesso aos *blogs* e redes sociais, espaços que permitem a autoria e o compartilhamento. O quadro 1, nos ajuda a compreender as diferenças entre as comunicações unidirecional e a interativa.

---

<sup>12</sup> Segundo Marco Silva (2014, p. 99-100), a comunicação interativa se caracteriza pela “bidirecionalidade entre emissores e receptores, expressando troca e conversação livre e criativa entre os polos do processo comunicacional”.

Quadro 1: Modalidades de comunicação

A COMUNICAÇÃO	
Modalidade unidirecional	Modalidade interativa
<p>MENSAGEM: fechada, imutável, linear, sequencial.</p> <p>EMISSOR: “contador de histórias”, narrador que atrai o receptor (de maneira mais ou menos sedutora e/ou por imposição) para o seu universos mental, seu imaginário, sua récita.</p> <p>RECEPTOR: assimilador passivo.</p>	<p>MENSAGEM: modificável, em mutação, na medida em que responde às solicitações daquele que a manipula.</p> <p>EMISSOR: “<i>designer de software</i>”, constrói uma rede (não uma rota) e define um conjunto de territórios a explorar: ele não oferece uma história a ouvir, mas um conjunto intrincado (labirinto) de territórios abertos a navegações e dispostos a interferências, a modificações.</p> <p>RECEPTOR: usuário, manipula a mensagem como coautor, cocriador, verdadeiro concepor.</p>

Fonte: Silva (2014, p. 87).

Atualmente, os praticantes ciberculturais não necessitam mais conhecer a linguagem HTML, acrônimo que na língua portuguesa pode ser traduzido como Linguagem de Marcação de Hipertexto, componente básico que permite a inserção de conteúdo em um *website*. Assim, as mudanças trazidas pelo avanço tecnológico e a mobilidade ubíqua podem favorecer a educação democrática, tendo a “autoria, compartilhamento, conectividade, colaboração e interatividade” como possibilidades para potencializar o desenvolvimento de “práticas pedagógicas baseadas em fundamentos valorizados como a autonomia, diversidade, dialógica e democracia” (Santos, 2019, p. 33).

Diante dessas transformações, professores e estudantes, que inicialmente, usavam a internet em seus projetos de ensino-aprendizagem e pesquisa, como um enorme acervo de informações, passam a usá-la também como espaço para publicizar suas autorias, que agora podem ser socializadas com o mundo fazendo emergir novos espaços e manifestações culturais capazes de gerar intervenções nas cidades e nas várias redes educativas, entendidas aqui como “espaços plurais de aprendizagem” [...], “construídas pela apropriação dos diversos artefatos culturais, tecnologias interações sociais, entre outros” (*Ibidem*, p. 35-36).

Ao levarmos em consideração a ideia de sociosemiótica, somos convidados a refletir sobre as seguintes questões: “em favor de que estudo? Em favor de quem? Contra que estudo? Contra quem estudo?” (Freire, 2011b, p. 75). Nesse sentido, Santaella (2021) partilha

conosco o pensamento do linguista alemão, Gunther Kress (1940-2019), que nos provoca com o seguinte questionamento:

Uma abordagem pragmática ou sociolinguística deve perguntar sob quais condições, quando e onde as formas linguísticas são usadas, e quais efeitos o seu uso tenderia a provocar. [...] Nessa medida, são descritos os papéis linguísticos e sociais dos participantes. Isso implica explicitar o status dos participantes e as relações de poder [...]. Portanto, até certo ponto, o foco encontra-se no modo como a linguística está relacionada com seu contexto social (Kress, 2010 *apud* Santaella, 2021).

Outro aspecto que merece ser destacado é a não linearidade, uma vez que a hipermídia quebra “o fluxo linear e monossemiótico ou monomodal do texto impresso” (Santaella, 2021, p. 37). Partindo dessa premissa é importante considerarmos também, o fato de sermos seres inteiros e não dicotomizados, pois:

Todos os nossos sentidos agem simultaneamente, com mais ou menos foco em um ou outro, no nosso estar no mundo e em nossas reações em relação ao entorno e ao outro. Nosso pensamento nada tem de linear, mas constitui-se de um sistema dinâmico de ideias entrelaçadas [...] (*Ibidem*, p. 38).

Somos, portanto, convocados à superação da ideia de linearidade, uma vez que o nosso pensamento nas redes nada tem de monomodal, pois a nossa espécie, assim como a linguagem, está sempre em permanente transformação. Do mesmo modo, temos a evolução dos dispositivos tecnológicos e vivenciamos a “cibercultura móvel e ubíqua”, que não se caracteriza apenas pela libertação do desktop, mas principalmente, pela conexão e mobilidade contínuas com o ciberespaço e as cidades e as interações entre as pessoas nas variadas redes (Santos, 2019, p. 36). A superação da dicotomia entre *download* e *upload* observada na era anterior à mobilidade ubíqua, possibilitou o hibridismo, assim:

Mais do que a mimetização da dinâmica intersemiótica e fugidia do nosso pensamento, a condição *on/c,f* de nossa existência, ou condição *onl,fe*, para usar essa nomenclatura mais ajustada, *entronizou-se* em nosso próprio *modus vivendi nômade*, em movimentos intermitentes nos espaços físicos em simultaneidade com os espaços informacionais, sempre *hiperconectados* e, conseqüentemente, *hiper-híbridos* (Santaella, 2021, p. 39, Grifos meus).

Conforme explicitado, desde as páginas introdutórias desta ciberpesquisa-formação realizada no âmbito do doutorado no PPGEduc/UFRRJ, venho me dedicando ao diálogo entre o pensamento do educador Paulo Freire e a pesquisa-formação na cibercultura (Santos, 2019). Desse modo, considerando-se também o legado de Paulo Freire em favor da Educação em Direitos Humanos em nosso país, venho buscando o entendimento em torno da tessitura de conhecimentos acerca dos direitos sexuais e reprodutivos no cotidiano do CERJ. Sendo assim, a mediação das práticas educativas e os atos formativos e curriculares relacionados à tessitura de conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos na escola pesquisada, foi realizada por meio

do emprego de diferentes artefatos culturais (*Apps-educations*), considerando-se os fundamentos da Educação Online (*Ibidem*).

Nos encontros, as narrativas dos praticantes emergiram nos círculos freireanos e ciberculturais, nas práticas educativas mediadas presencialmente e pelo digital em rede. Os círculos freireanos e ciberculturais, dispositivo principal desta pesquisa, foram forjados sob a inspiração dos círculos de cultura (Freire, 2021b), desenvolvidos por Paulo Freire na alfabetização de adultos camponeses como na marcante experiência realizada no sertão nordestino, na cidade de Angicos/RN, em 1963.

Segundo Edméa Santos, na ciberpesquisa-formação, os dispositivos que acionamos “são atos de invenção cotidiana” (ABCIBER, 2022, 25’37”). Tendo em vista as contribuições de Jacques Ardoino (2003) e de Roberto Sidnei Macedo (2009), além de suas experiências na pesquisa na pós-graduação no período pandêmico, a autora ampliou a noção de dispositivo, como “inteligência pedagógica que se materializa em atos de currículo mediados pelo digital em rede, na relação interativa online em interface cidade-ciberespaço. Os dispositivos são autorias experienciais de ciberpesquisa-formação” (*Ibidem*). Desse modo, nos trabalhos desenvolvidos no GPDoc acionamos dispositivos metodológicos na mediação de situações de aprendizagem e pesquisa que cocriamos com os praticantes culturais nas redes sociotécnicas e digitais estabelecidas.

Partindo desses pressupostos, como entendemos que as invenções nas ciberpesquisas-formação são atos conscientes, com potência transformadora em busca de linhas de fuga para escaparmos do engessamento e imposições das práticas tradicionais e colonizadoras, neste trabalho, as atividades, perguntas, microdispositivos e seus usos foram pensados como “estratégia e não apenas como programa” para “não subutilizar o potencial das tecnologias digitais” (Santos, 2019, p. 105). No quadro 2, podemos verificar como as ideias de programa e estratégia são metodologicamente diferentes, para o educador Edgar Morin.

Quadro 2: Diferenças entre programa e estratégia

MÉTODO	
PROGRAMA	ESTRATÉGIA
Organização pré-determinada da ação	Encontra recursos, faz contornos, realiza investimentos e desvios
Necessita de condições estáveis – repetição do mesmo no mesmo, dose fraca e superficial de risco e de obstáculos	Necessita da instabilidade – aberta, evolutiva, enfrenta o imprevisto, o novo, situações aleatórias, utiliza o risco, o obstáculo, a diversidade
Tolera dose fraca e superficial de erros	Tira proveito e necessita de seus erros para a concorrência, iniciativa decisão e reflexão
Ignora contexto	Depende do contexto. Não existe método fora das condições em que se encontra o sujeito
Ciência clássica	Arte e ciência
Busca acabamento eficaz e eficiente dos processos.	Tensão entre inacabamento e a síntese da última interpretação possível.

Fonte: Morin (2003) *apud* Santos (2019).

Na tentativa de favorecer o entendimento, sem reduzir o debate que não se esgota aqui, apresento o Quadro 3, para sintetizar algumas diferenças entre educação a distância (EaD), ensino remoto e educação online (EOL), conforme os pressupostos delineados por Santos (2020), considerando-se o contexto do que ainda é *vividopraticado* em muitas instituições educacionais brasileiras.

Quadro 3: Características da EaD, do Ensino Remoto e da Educação Online

Ensino a Distância	Ensino Remoto	Educação Online
Autoestudo; Foco nas atividades assíncronas; Pouca ou nenhuma interatividade; Massiva, com hiper foco na distribuição de material impresso/PDF; Presença do tutor.	Virtualização do presencial emergencial na pandemia de Covid-19; Webconferências com aulas síncronas e expositivas e veiculação de videoaulas e slides no AVA; Assíncrono para a realização de tarefas e repositório de conteúdo; Contato professor/aluno apenas durante as aulas.	<i>Aprenderensinar</i> são atos indissociáveis; Síncrono e assíncrono bem distribuídos e planejados; Foco na interatividade, na colaboração e autoria; Mediação do professor a partir do digital em rede; Temos a “explosão” do horário da sala de aula.

Fonte: Elaborado pela *professorapesquisadora*, a partir de Santos (2020).

A rigorosidade epistemológica, a interatividade, a dialogicidade e a estética observadas na educação online possibilitam que essa modalidade se conecte horizontalmente com o pensamento do educador Paulo Freire, inclusive, porque ambas não dicotomizam a relação

*prácticateoriaprática* e criticam a educação bancária, pautada na transmissão do conhecimento. Nesse sentido, é importante ressaltar que a educação online é um fenômeno da cibercultura (Santos, 2019).

Abaixo, apresento o esquema que evidencia as tramas que delinearam os primeiros movimentos, entremeadas com o escopo teórico metodológico da pesquisa que, fundamentalmente está implicado com pressupostos da educação freireana, em diálogo com teóricas do feminismo interseccional e os pressupostos da ciberpesquisa-formação, abordagem metodologicamente implicada com a multirreferencialidade e os estudos nos/dos/com cotidiano escolar (Figura 13).

Figura 13: Primeiros movimentos de pesquisa



Fonte: Elaborado pela *professorapesquisadora* (2023).

A leitura de *Mil Platôs – Volume 1*, de Gilles Deleuze e Félix Guatarri, recomendada em meu exame de qualificação pela Prof.<sup>a</sup> D.<sup>ra</sup>. Maria da Conceição Alves, da UNEB, trouxe uma nova percepção acerca das potencialidades, estratos e multiplicidades dos círculos freireanos e ciberculturais mediados no decorrer desta pesquisa. Resolvi assumir, portanto, a metáfora do rizoma, inclusive em razão da decisão de adotar as conversas como metodologia de *aprendizagemensino* e pesquisa.

De acordo com o biólogo chileno, Humberto Maturana (1997, p. 167), etimologicamente, a palavra conversar vem da reunião de dois radicais de origem latina: “*cum*, que quer dizer ‘com’, e *versare* que quer dizer ‘dar voltas com’ o outro”. O autor salienta que, as conversas se associam intimamente à vida cotidiana, nossos encontros e abertura aos outros, às relações sociais estabelecidas, de imprevisibilidade, negociação, expansão e à tessitura de redes, o que poderia ser aproximado ao paradigma rizomático proposto por Deleuze e Guattari (2011), pois segundo os filósofos franceses, o rizoma se apresenta em direções movediças formando multiplicidades lineares:

Ele é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza. Não se deve confundir tais linhas ou lineamentos com linhagens de tipo arborescente, que são somente ligações localizáveis entre pontos e posições. Oposto à árvore, o rizoma não é objeto de reprodução [...] O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga (*Ibidem*, p. 43).

Diferente do observado nas raízes da maioria das árvores, o rizoma estruturalmente, é um tipo de caule subterrâneo capaz de se expandir em diversas direções e de crescer a partir do seu meio, pois não apresentam começo nem fim, “um não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*” (*Ibidem*, p. 48). Eles podem se conectar de um ponto a outro, em uma perspectiva que, analogamente, nos faz ponderar sobre as relações sociais que tecemos em nossas redes. Nesse sentido, até mesmo as linhas de fuga são interessantes, pois nos pontos de ruptura, os ramos se partem fazendo brotar novas hastes do rizoma.

Com o intuito de tentar explicar a complexidade da experiência rizomática e sua coerência com a fundamentação metodológica desta pesquisa, recorro à contribuição de Macedo (2015, p. 56) que delineia que essa,

Metáfora botânica é apresentada como um tipo de olhar estratégico, modelo de funcionamento e ação, também enfrentamento e resistência, que opera a partir de princípios diferentes daquele unitário, vertical, estrutural e disciplinar. O rizoma se estende se desdobra num plano horizontal, de forma acêntrica, indefinida,

heterárquica, abrindo-se para a multiplicidade, tanto de interpretações quanto de ações. O rizoma opera por dimensões variáveis, além de constituir multiplicidades lineares ao mesmo tempo em que é constituído por múltiplas linhas que se cruzam nele, formando uma rede móvel, conectando pontos e posições. [...]

Nessa linha de pensamento, a rede de conversações estabelecida com os praticantes culturais do CERJ possibilitou a produção de “discursos, textos, narrativas, imagens, sons, encontros, silêncios e silenciamentos, visto que, [...] insere-se tanto a luta pelo discurso, o silêncio repressivo, como a passagem do diálogo para a multiplicidade e a heterologicidade” (Carvalho, 2017, p. 65).

### 2.3.1 Instrumentos, produção e compreensão de dados da pesquisa

Em “*O diário de pesquisa: o estudante universitário e seu processo formativo*”, Joaquim Barbosa e Remi Hess (2010) ressaltam as atitudes recomendadas aos pesquisadores, especialmente àqueles comprometidos com a multirreferencialidade, como a capacidade de questionar e formular questões de relevância para si próprio e seu grupo social; a disposição para encontrar informações e as respostas possíveis; A abertura às novas perspectivas e reformulações; e, ousadia para a interrogar a si mesmo e seu contexto social e para formular hipóteses de interpretação e sentido.

Partindo da contribuição do pensamento multirreferencial, os autores também recomendam a atenção ao caráter reflexivo da “produção de sentido”, no processo formativo dos pesquisadores, pois,

Se por um lado, somos nós, sujeitos humanos, que significamos o que fazemos e produzimos, por outro, não nascemos prontos, dispendo de todos os sentidos e significados possíveis de serem vivenciados no decorrer da vida. Aprendemos a significar, significando (*Ibidem*, p. 24).

Os autores propõem que o processo de formação dos pesquisadores seja reflexivo e menos alienado da realidade ao nosso redor. A proposição pode ser entrelaçada às ideias freireanas acerca da tomada de consciência do nosso inacabamento e conseqüentemente, à compreensão de “que somos seres *condicionados*, mas não *determinados*” (Freire, 2011b, p. 20, Grifos do autor). Desse modo, em *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, o patrono da educação nacional, argumenta sobre os condicionantes sociais na formação dos seres humanos, sobretudo, a cultura, ao mesmo tempo em que destaca o papel da educação na transformação dos seres e do mundo.

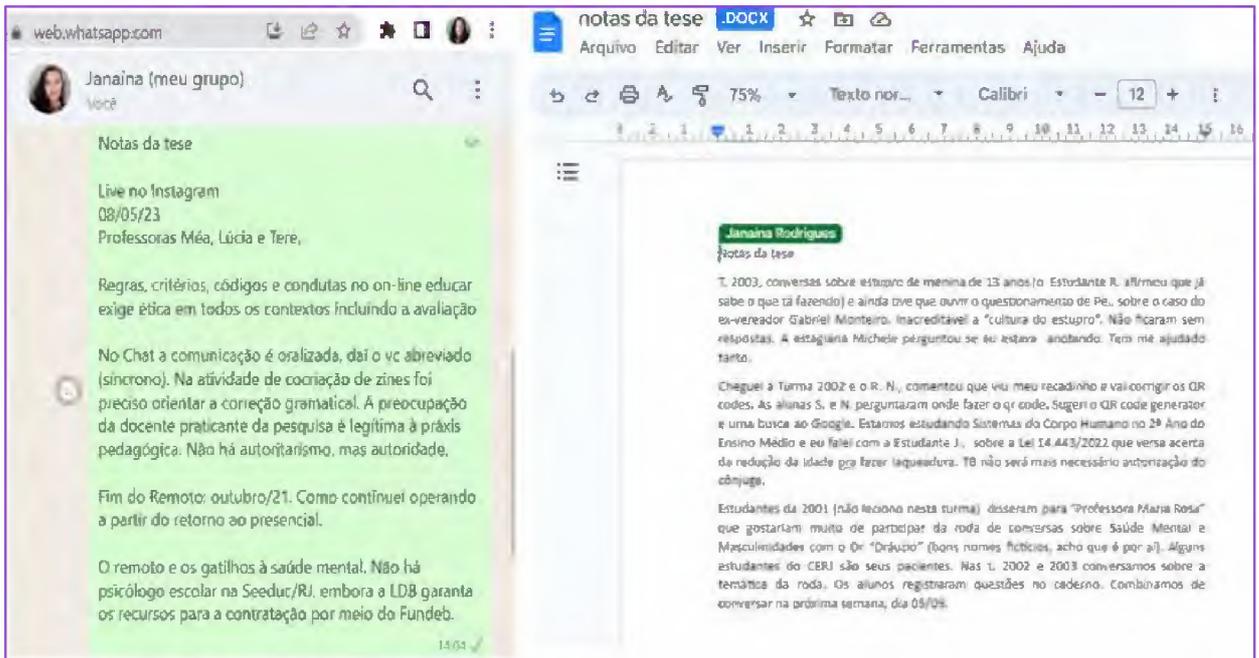
Nessa linha de raciocínio, em *Educação e Mudança*, Freire (2021c) ressalta a importância de nos assumirmos como educadores comprometidos com transformação social,

na medida em que aponta os riscos inerentes à “sociedade alienada”, que “não tem consciência de seu próprio existir’ e em razão disso, é incapaz de enxergar sua realidade, uma vez que tenta compreendê-la “com olhos alheios” (*Ibidem*, p. 45). Na obra, o autor salienta que somos seres relacionais, característica que nos torna capazes de apreender a realidade, refletir sobre nós mesmos e sobre o modo como nos relacionamos com os outros no mundo. Por isso, de acordo com o autor, “a consciência reflexiva deve ser estimulada”, pois, a compreensão da nossa realidade nos permitiria propor hipóteses para superar os desafios e soluções para transformar a si próprio e recriar as circunstâncias (*Ibidem*, p. 38).

Neste trabalho, os instrumentos utilizados foram o caderno de campo e as fichas-roteiro da mediação das conversas nos círculos freireanos e ciberculturais (apêndices C e D). Todavia, partindo das recomendações acerca da consideração da reflexividade na produção de sentido, o que seria pertinente registrar na produção dos dados nesta pesquisa? Para responder a esse dilema, recorri mais uma vez a Barbosa e Hess (2010, p. 55) que argumentam que não há razão para anotar todas as observações, o mais importante é registrar o que “faz sentido, que desperta reflexões ou sentimentos”, e anotar principalmente “as possíveis relações ou conexões provisórias entre diferentes fatos ou ideias que cruzam o campo” estudado.

O caderno de campo permitiu o registro das observações e narrativas que emergiram ao longo da pesquisa, a partir do uso de diversos recursos: papel, “meu grupo” no WhatsApp e notas no Google Docs (Figura 14). A variedade de mídias utilizadas para realizar os registros são um reflexo da mudança na pesquisa durante a pandemia de covid-19 e a não linearidade da minha itinerância formativa, evidente pelas diferentes ambiências formacionais e situações de aprendizado experimentadas ao longo do doutoramento e também, nas atividades desenvolvidas nos grupos de pesquisa FRECON e GPDoC.

Figura 14: Registros no caderno de campo



Fonte: Acervo pessoal da *professorapensadora*.

Apenas para exemplificar, destaco a decisão de encaminhar os áudios de algumas conversas com praticantes no WhatsApp para o *App Anchor* (que agora foi incorporado pelo *Spot.fy for Podcasters*), após a contribuição dos estudos da Prof.<sup>a</sup> Maristela Midlej durante o seu estágio pós-doutoral no PPGEDUC/UFRRJ. Decisão tomada para deixar o texto multimodal, como um convite para que os leitores também possam “*mergulhar com todos os sentidos*”, conforme recomendado pela Professora Nilda Alves. Convém ressaltar ainda, a importância do uso do *smartphone* em nossas criações curriculares, conforme sugerido no estudo de Reis e Renata Flores (2017). Nesse sentido, meu caminhar na relação cidade e ciberespaço, possibilitou o registro de narrativas em diversos *Apps* e a captura das imagens e áudios da pesquisa, de modo ubíquo.

Quanto às fichas-roteiro, elas foram desenvolvidas no intuito de incentivar a busca de temas ou palavras geradoras<sup>13</sup> e a produção de dados no decorrer da pesquisa. Todavia, convém elucidar que, embora tenham sido elaboradas previamente, por exigência do Comitê de Ética que obriga a apresentação do instrumento na submissão do projeto de pesquisa, elas possuem flexibilidade, por isso, os “subsídios” apresentados nas fichas-roteiro (Apêndices C e D), não podem ser entendidos como “uma prescrição rígida” (Freire, 2021b, p. 150). Principalmente,

<sup>13</sup> Os temas geradores têm origem nas “palavras do povo, grávidas do mundo”, pois emergem da leitura do mundo, da situação presente, concreta e existencial dos grupos populares (Freire, 2001, p. 20). A investigação dos temas geradores somente é possível por meio da conversação e da reflexão crítica.

porque este estudo se fundamenta na na concepção de educação freireana e na ciberpesquisa-formação, o que tornou imprescindível a consideração das particularidades dos acontecimentos e experiências e as singularidades dos praticantes do CERJ.

A busca de temas geradores e o acionamento de perguntas geradoras na produção de dados (textos, imagens, vídeos, conversas) foram incentivados no decorrer da pesquisa, a partir do entendimento sobre a concepção de educação freireana, pautada no diálogo e na consideração da ética e da estética no processo educativo. Nesse contexto, se as palavras podem ser instrumentos de opressão, elas também podem ser usadas quando falamos aos outros, escrevemos frases e modos de saber, que pronunciados e exercidos, um dia poderão favorecer a libertação de sujeitos e seus mundos (Brandão, 2012).

A adoção da conversa como metodologia de ensino e pesquisa está implicada com a ideia dos círculos de cultura concebidos por Paulo Freire em aproximação com os estudos nos/dos/com o cotidiano, pois a rede de conversações instituída entre os participantes é entendida aqui como *arte de conversar* e oportunidade para o reconhecimento da narrativa dos sujeitos envolvidos (Certeau, 2014). Os círculos de cultura, originalmente, foram realizados nos encontros entre educadores e educandos, composta majoritariamente por camponeses, durante a aplicação do método de alfabetização criado por Paulo Freire, no início da década de 1960.

Na experiência de Angicos/RN, as narrativas orais eram anotadas ou gravadas. Nos encontros, os praticantes se engajaram “na prática da teoria de sua prática” e ao refletir “sobre sua prática, em termos cada vez mais críticos”, os alfabetizandos construíam uma visão mais global da sua realidade (Freire, 1981, p. 43). O educador assumia o papel de mediador do círculo de cultura e atuava como um coordenador, sem influir ou adotar uma postura impositiva (Freire, 2021b).

No PPGEduc, a Professora Dr.<sup>a</sup> Flávia Miller Naethe Motta e a Professora Dr.<sup>a</sup> Patrícia Bastos nos incentivaram a estudar a temática interseccional na disciplina *Educação e Demandas Populares*, a partir de vasto referencial teórico oferecido, das trocas intensas e das discussões que contaram inclusive, com a presença de vários convidados. Segundo Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 15), o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica nasce da necessidade de solucionarmos problemas sociais que nós e pessoas muito próximas enfrentamos, pois, esse conceito permite que possamos investigar como “as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana”.

As autoras ressaltam que a interseccionalidade nos faz refletir acerca de desigualdades sociais, como a disparidade econômica vivenciada por famílias chefiadas por mulheres negras,

não poderia ser entendida somente pelo viés de classe, pois a diferença não é uma questão “apenas racializada, mas também, e simultaneamente, de gênero” (*Ibidem*, p. 34). Desse modo, de acordo com Carla Akotirene (2019, p. 19), a abordagem interseccional,

Visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

Com base nos elementos mencionados anteriormente, metodologicamente, os dados produzidos nesta pesquisa foram tratados, a partir de uma bricolagem inventiva atravessada pelos fundamentos da teoria feminista interseccional e da ciberpesquisa-formação, fazendo emergir as noções subsunçoras, conceito proposto originalmente, pelo psicólogo da educação estadunidense, David Ausubel (1918-2008) que defendia que o processo educativo deveria abordar as subsunções, como os conhecimentos prévios e o contexto de vida dos educandos, possibilitando uma aprendizagem significativa e repleta de sentido, na qual os novos conhecimentos ancoravam-se em estruturas cognitivas desenvolvidas previamente e podem ampliar-se.

Nas abordagens multirreferenciais de ciberpesquisa-formação, não dissociamos as ambiências formacionais, as atividades de pesquisa e a práxis docente. Desse modo, cada um de nós é convidado a exercitar a autoria e autorização, movimentos que nos instigam à invenção criativa de metodologias para *aprenderensinar* na educação online (EOL) e de novos dispositivos de pesquisa favorecendo a atualização das noções subsunçoras que despontam da interpretação do *corpus* analítico que emerge da empiria. Nesse sentido, segundo Macedo (2020, p. 69),

[...] Não há método que funcione apenas como um padrão recomendado para todo e qualquer contexto de pesquisa, é preciso ir se autorizando e se responsabilizando a criar, com abertura e o debate sobre suas elaborações. Todo método, precisa da intervenção clínica do pesquisador, porque a singularidade, o acontecimento e as transduções estarão, em toda e qualquer pesquisa a desafiar as tomadas de decisão do pesquisador.

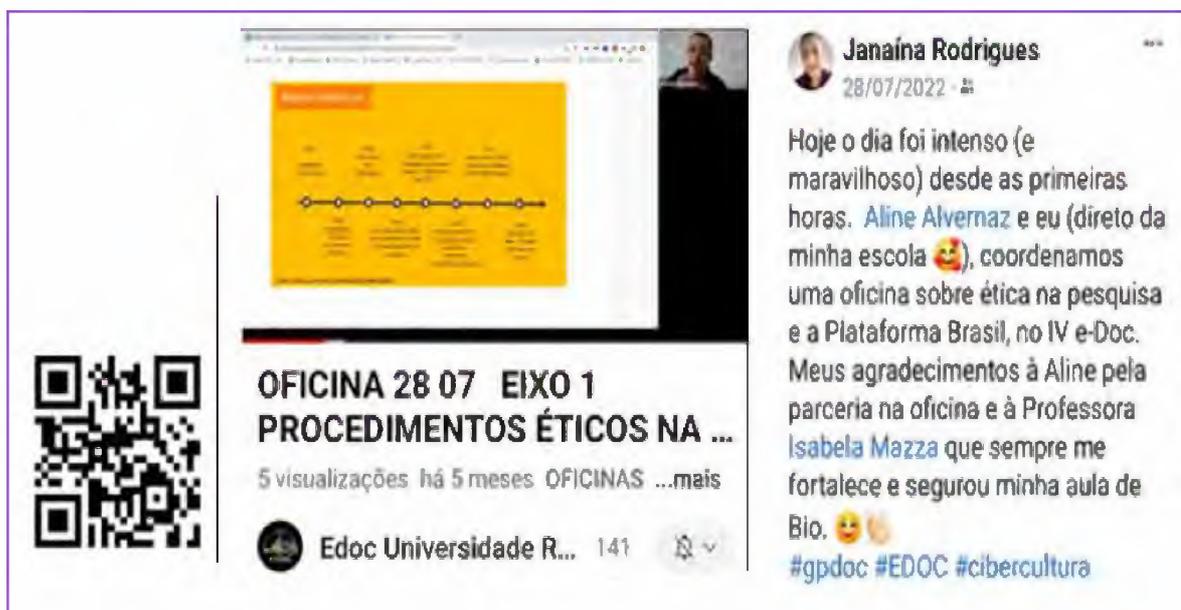
As noções subsunçoras são entendidas como “compreensões híbridas construídas no encontro in(tenso) entre teoria e empiria, capazes de possibilitar a sistematização compreensiva do acontecimento no movimento hipercomplexo” (Macedo, 2016, p. 109). Por isso, neste trabalho no qual intenciono “compreender a compreensão” dos acontecimentos decorrentes da investigação da tessitura de conhecimentos de DSR no cotidiano do CERJ, as duas noções subsunçoras que serão apresentadas de maneira pormenorizada no 7º capítulo emergiram dos achados e situações experienciadas na pesquisa, das contradições e até mesmo dos silêncios observados nos encontros com os praticantes culturais do colégio, uma vez que somos

convidados a deixarmos-nos “habitar pelo acontecimento, para intercriticamente, criar saberes-com e sobre ele” (*Ibidem*, p. 109). Além de coerente com a metáfora rizomática que assumimos, os fundamentos metodológicos que adotamos tem implicação com um modo outro de fazer ciência, mais generoso, sem perder o rigor característico da ciberpesquisa-formação (Santos, 2019).

Atendendo às exigências legais, a pesquisa que apresentamos foi apreciada pelo Comitê de Ética na Pesquisa tendo sido aprovada com o Certificado de Apreciação de Aprovação Ética, CAAE nº. 44200621.6.0000.5609 (anexo B). Assim, convém informar que os praticantes da pesquisa e seus responsáveis responderam positivamente aos Termos de Assentimento e de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndices A e B), encaminhados via Formulário do Google e que uma cópia desses documentos foi enviada aos e-mails declarados no preenchimento, em razão da pandemia da covid-19.

No intuito de partilhar o conhecimento e tecer novos saberes referentes à submissão das pesquisas para apreciação dos comitês de ética, eu e a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aline Alvernaz, professora adjunta da Graduação em Educação Especial do IM/UFRRJ e membra do GPDoC, ministramos uma oficina sobre os procedimentos éticos na pesquisa e a Plataforma Brasil (Figura 15), no IV EDoC. O QR code e o link disponibilizados direcionam ao vídeo no YouTube. Convém destacar que, como eu estava em horário de aula na escola em que estou lotada em minha primeira matrícula na SEEDUC/RJ, a minha participação na condução da oficina foi possível, graças à Professora Isabela Mazza, que assumiu a minha turma e reuniu os seus e os meus discentes no auditório, com a anuência dos gestores do Colégio Estadual Prefeito Francisco Fontes Torres.

Figura 15: Coautoria na oficina Procedimentos éticos na pesquisa no IV E-DoC



Fonte: Acervo pessoal da professorapesquisadora (2022).  
Disponível em: <https://youtu.be/H458PzjzN9g?si=OcNDWDi6mBLYHQvA>

Para garantir o sigilo, os praticantes da pesquisa foram identificados com as iniciais de seus nomes, no caso de estudantes, atendendo às exigências do Comitê de Ética, o acordado com a SEEDUC-RJ e a orientação da Deliberação nº. 473/21, emitida pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRRJ, tendo em vista que, na maioria dos casos, são menores de idade. Os *professorespraticantes* foram majoritariamente, denominados com nomes de docentes<sup>14</sup> que hoje nomeiam as escolas da cidade de Volta Redonda, para evitar quebra de sigilo, uma vez representam um pequeno grupo de praticantes na pesquisa e inclusive, lecionam um número ainda mais restrito de componentes curriculares. As praticantes do cotidiano escolar que atuam na equipe pedagógica-administrativa e concordaram em participar da pesquisa foram nomeadas como *Gestoras 1, 2 e 3*, assim como as advogadas representantes de duas Comissões da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Volta Redonda, que foram nomeadas como *Membras A, B*,

<sup>14</sup> Apesar de nunca ter lecionado, o operário Walmir de Freitas Monteiro emprestou o seu nome a um dos *professorespraticantes* do CERJ, curiosamente o único docente do sexo masculino que participou desta pesquisa. Walmir foi um dos três trabalhadores mortos na greve de 1988 em Volta Redonda, quando o Exército Brasileiro invadiu a Usina Presidente Vargas – CSN. Ele foi atingido com um tiro de fuzil à noite, ao deixar o refeitório após o jantar. Apesar da paralização, ele estava de plantão, pois era o responsável por um equipamento que precisava ser mantido em operação no Alto Forno por questões de segurança. Em sua homenagem, o Centro Integrado de Educação Pública – CIEP, do bairro Santa Cruz/VR, onde o metalúrgico residia com sua esposa e dois filhos recebeu o seu nome passando a se chamar CIEP 293 – Walmir de Freitas Monteiro, conforme apurei com o Professor Edilson Carvalho da SEEDUC/RJ, que até o ano de 2014 foi diretor da escola. Walmir foi morto aos 27 anos e estava matriculado em uma escola no turno noturno onde cursava a antiga 8ª Série do Ensino Fundamental.

*C e D.* O médico que participou do círculo freireano sobre Saúde mental e masculinidades, também recebeu um nome fictício.

### 2.3.2 Desafios e as potencialidades da ciberpesquisa-formação na pandemia: pensando estrategicamente a mediação de conversas sobre DSR

Entre os maiores desafios do nosso tempo diz respeito à limitação da inclusão digital, evidenciada mais ainda na pandemia, inclusive com o veto integral do ex-presidente da república, Jair Bolsonaro, ao Projeto de Lei nº. 3.477/2020, que previa o repasse de verbas para melhorar a conectividade de docentes e estudantes matriculados nas escolas públicas, entre as várias ações nefastas observadas nesse governo (Morales, 2021). Nesse descompasso, embora a maioria dos domicílios brasileiros tenham acesso à internet, um contingente considerável de estudantes afirma que geralmente, recorre ao telefone celular, sendo assim, lamentavelmente:

Quatro a cada 10 alunos (39%) de escolas públicas não possuíam nenhum tipo de computador (de mesa, portátil ou tablet) no domicílio, ressaltando a relevância do telefone celular como dispositivo de acesso a grande parte dos recursos disponíveis na rede e, durante a pandemia, também como meio de participação nas aulas remotas. [...] Outro aspecto a ser considerado é que 62% dos alunos de escolas públicas acessavam a Internet em lugares onde geralmente havia acesso livre ou gratuito à rede, como shoppings, igrejas ou lanchonetes, e 37% acessavam a rede em centros públicos de acesso gratuito, como telecentros, bibliotecas ou entidades comunitárias. Com o fechamento destes locais por conta da pandemia, uma parcela desses alunos pode ter ficado sem condições de acesso. Uma estratégia utilizada por algumas secretarias de Educação, especialmente estaduais, para suprir a falta de conexão à Internet foi ofertar acesso subsidiado a determinados recursos, como aplicativos da própria secretaria e serviços ou plataformas utilizados na condução de atividades remotas (TIC Educação 2019, 2020, p. 82-83).

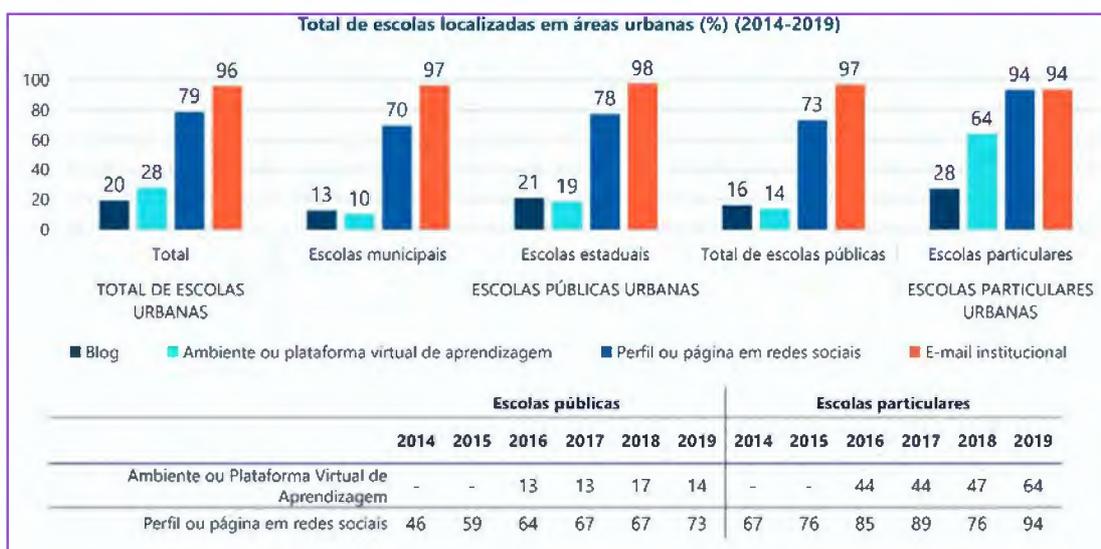
Os dados apresentados pela Pesquisa TIC Educação 2019, desenvolvida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.BR), desmascaram as desigualdades sociais, uma vez que, enquanto 79% dos lares no ambiente urbano têm acesso à internet, nas áreas rurais esse índice cai para 40%. Além disso, enquanto os estudantes matriculados nas escolas públicas, majoritariamente, afirmaram que só dispunham de seus *smariphones* (ou o de seus responsáveis) para acessar as atividades escolares, nas redes privadas, apenas 3% dos discentes declararam que acessaram as atividades escolares somente pelo aparelho celular. A situação é uma temeridade, principalmente, porque nossas práticas educativas ciberculturais devem se basear em “mobilidade, ubiquidade, autoria, conectividade, colaboração e interatividade” promovendo “múltiplas experimentações e expressões”, a partir do estabelecimento de redes nas quais os participantes se conectam e do estímulo à “inquietação criadora e colaborativa” (Santos, 2019, p. 48).

À esteira desse debate, convém ressaltar que a primeira vez que recebi o “auxílio tecnológico” da SEEDUC/RJ para a compra de equipamentos foi no ano final de 2021. Utilizei o recurso para comprar o *smartphone* e o *laptop* que uso para trabalhar, estudar e pesquisar. Em mais de uma década na rede, tenho vivenciado uma política de retrocesso, delineada pela remoção dos professores articuladores tecnológicos que nos acompanhavam nas escolas até 2017 e na obsolescência dos laboratórios, seguida pela distribuição de um *tablet* ineficiente, que sinceramente, nunca consegui usar. Os dados divulgados na pesquisa TIC Educação 2019 (2020) parecem reforçar que os maiores desafios nesse campo são relacionados à falta de dispositivos tecnológicos nas escolas, à baixa velocidade na conexão e à carência na disponibilidade de internet aos estudantes, assim:

Para 70% dos professores de escolas públicas urbanas, a baixa velocidade da conexão à Internet dificultou muito o uso desse recurso em atividades com os alunos, assim como o número insuficiente de computadores por aluno, que foi citado por 82% dos professores da rede pública. [...] Em 92% das escolas com acesso à Internet havia rede WiFi, porém, em diversas escolas o acesso dos alunos era limitado. Entre as escolas públicas, 90% tinham WiFi, sendo que um terço (34%) disponibilizava o acesso para os alunos. Entre as escolas particulares, 96% possuíam acesso à rede WiFi e 49% disponibilizavam o acesso para os alunos. Entre 2018 e 2019 houve uma melhora na velocidade de conexão existente em escolas públicas, com o aumento de 12% para 28% na proporção de instituições que possuíam 11 Mbps ou mais (*Ibidem*, p. 24).

Mais uma vez, podemos observar a carência das escolas públicas em comparação com as escolas das redes privadas, que apresentaram mais estrutura para enfrentar o desafio de educar na pandemia, uma vez que percentualmente, já dispunham de mais acesso aos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) ou plataformas de ensino (figura 16).

Figura 16: Escolas urbanas – recursos de comunicação disponíveis



Fonte: TIC Educação 2019 (2020).

Disponível em: [https://cetic.br/media/analises/tic\\_educacao\\_2019\\_coletiva\\_imprensa.pdf](https://cetic.br/media/analises/tic_educacao_2019_coletiva_imprensa.pdf)

A falta de investimento em infraestrutura e em formação é um grande desafio, mas a questão é fundamentalmente política. O veto do ex-presidente Bolsonaro escancarou as desigualdades sociais no que tange à acessibilidade, ao mesmo tempo em que descortinou o abismo existente entre os inscritos nas grandes redes de educação, municipais e estaduais e os discentes atendidos pelas instituições privadas. Felizmente, o veto foi derrubado pelo Congresso Nacional em junho de 2021, uma conquista forjada nas lutas de educadores e pesquisadores da área da cibercultura, pois conforme as palavras da Professora Dr.<sup>a</sup> Edméa Santos, na entrevista concedida ao portal *GI*, naquela ocasião, “deveria haver internet gratuita em todo lugar público: nas ruas, escolas e universidades” (Oliveira, 2021). Segundo dados da pesquisa, TIC Educação 2020 (2021), os principais desafios enfrentados para garantir a realização das atividades pedagógicas na pandemia da covid-19 foram:

- a. dificuldades dos pais e responsáveis para apoiar os estudantes nas atividades da escola;
- b. falta de dispositivos tecnológicos, como computadores e celulares e de acesso à internet nos domicílios dos estudantes;
- c. o aumento da carga de trabalho dos professores;
- d. dificuldades em realizar atividades remotas para estudantes em alfabetização e nos anos iniciais do ensino Fundamental;
- e. o atendimento a estudantes em vulnerabilidade social e insegurança alimentar;
- f. a falta de habilidades de professores e profissionais da escola para utilizarem recursos de tecnologia em atividades pedagógicas;
- g. dificuldade no atendimento de estudantes com deficiência.

Acerca da dificuldade apresentada pela escola na utilização dos recursos tecnológicos nas atividades escolares, trago a contribuição da obra *Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação* (Freire; Guimarães, 2021), na qual Sérgio Guimarães conversa com Paulo Freire, que foi Secretário de Educação no município de São Paulo, de 1989 a 1991, sobre o avanço da tecnologia e a o uso dos recursos tecnológicos disponíveis (gravador, a câmera fotográfica, a TV e o videoteipe) na educação. Ainda que datada, a discussão proposta pelos autores pode nos ajudar a compreender a disseminação massiva de conteúdos (PDFs) e transposição didática e integral da dinâmica da sala de aula para as telas (*web-conferências*), tal como vislumbrado no ensino remoto ministrado emergencialmente na pandemia de covid-19, pois segundo Guimarães,

As escolas ficam tão preocupadas, tão comprometidas com o cumprimento tradicional dos programas já estabelecidos que elas procuram, apenas, quando utilizam esses

recursos, utilizá-los como exclusivos auxiliares da execução dos programas, e não no sentido de aproveitar esses instrumentos para desenvolver um novo campo de atuação e expressão (*Ibidem*, p. 82).

Além disso, os dados divulgados pela pesquisa TIC Educação 2020 (2021) indicaram que os professores se sentiram sobrecarregados com a carga maior de trabalho e todas as demandas que surgiram no período pandêmico. Indubitavelmente, não podemos deixar de mencionar o quanto buscamos nos dedicar, reinventar e até mesmo investir nossos recursos próprios para trabalhar na emergência da pandemia. Infelizmente, eu não pude me inscrever na formação *on-line* oferecida pela SEEDUC/RJ, pois não consegui equilibrar dois empregos no sistema *on-line*/híbrido e o cumprimento das disciplinas do doutorado.

A rede de ensino do Estado do Rio de Janeiro não deveria retroceder aos avanços vislumbrados no período pandêmico e as reflexões decorrentes. Nesse momento, ainda temos acesso ao Google Classroom, e Diário de classe *on-line* no Google Drive. As web-conferências, práticas da cibercultura que dinamizam as ações forjadas pelos praticantes ciberculturais e podem conectar e aproximar as pessoas, também deveriam continuar. Apesar disso, no início de 2022, não consegui o recurso da gravação no Google Meet, pois esse ele havia sido removido da nossa conta institucional.

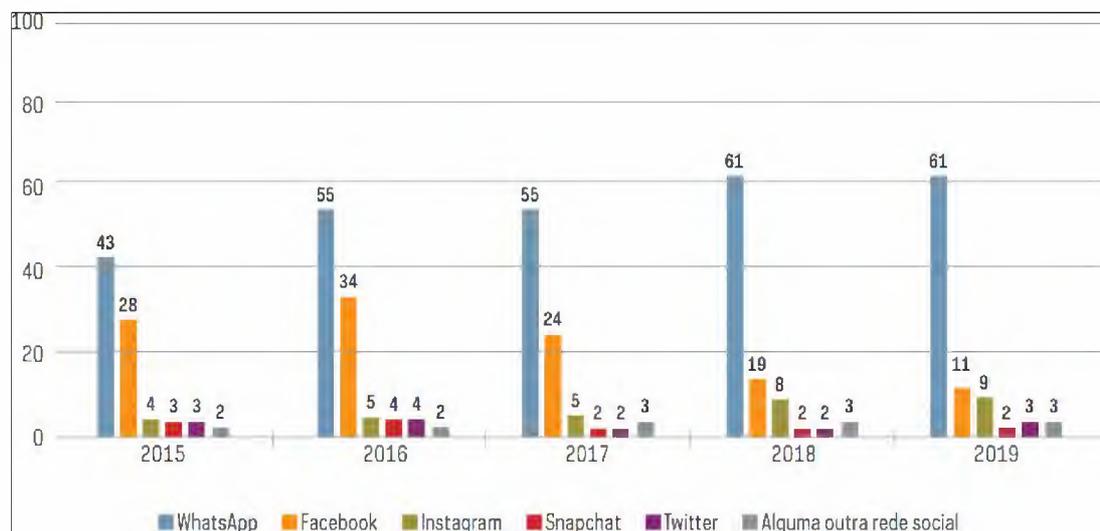
Segundo a pesquisa Tic Educação 2020 (2021), para tentar garantir a realização das atividades pedagógicas durante a pandemia da covid- 19, as escolas brasileiras adotaram as seguintes medidas:

- a. Agendamento de dia e horário para que os pais e responsáveis buscassem atividades e materiais impressos;
- b. Criação de grupos em aplicativos e redes sociais, como o Facebook e WhatsApp para facilitar a comunicação;
- c. Gravação de aulas em vídeo e disponibilização para os estudantes;
- d. Realização de aulas por meio de videoconferências no Zoom, Google Meet e Microsoft Teams;
- e. Parceria com líderes comunitários para facilitar a comunicação e envio de materiais e atividades;
- f. Envio de atividades e materiais para os estudantes por e-mail;
- g. Uso de plataformas e ambientes virtuais de aprendizagem como o Google Classroom.

Embora os dados fornecidos pela pesquisa TIC Educação 2019 (2020) já apontassem o aumento da utilização de dispositivos como o WhatsApp e Instagram em atividades escolares desde 2015 (Figura 17), no período pandêmico foi possível observar o aumento de atividades

educativas mediadas pelo digital em rede nas escolas e universidades brasileiras, possível graças ao engajamento de professores, estudantes, gestores e pesquisadores.

Figura 17: Uso das redes sociais em atividades escolares, 2015-2019



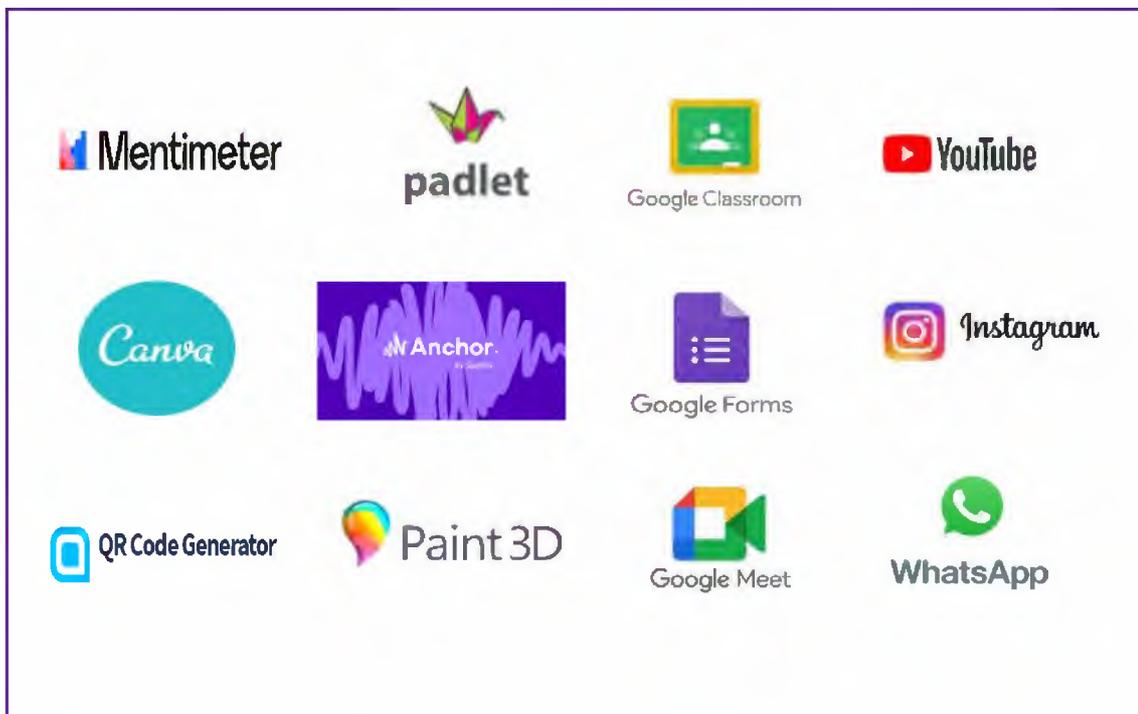
Fonte: TIC Educação 2019 (2020).

As redes sociais, como o WhatsApp, Instagram e o Facebook ajudaram a conectar os praticantes e reaproximar os praticantes do cotidiano escolar, colaborando na reintegração de todos às rotinas de *aprendizagem* *in* *sino*. Por isso, pensando na ampliação das redes *dentro* *fora* da escola, considerei a potencialidade do uso de redes sociais no estabelecimento de comunidades de afetos entre os praticantes culturais (Carvalho, 2009), na produção de dados desta pesquisa e registro das narrativas que emergiram no contexto das práticas de Educação Online realizadas na pandemia. Não obstante, o WhatsApp foi um dos artefatos mais usados para forjar os atos de currículo tecidos no decorrer desta pesquisa, por incentivar a interatividade e possibilitar as conversas ubíquas, principalmente com o uso de *smartphones*.

Avaliando com criticidade, eu gostaria de poder adotar somente *softwares* livres, fáceis de usar, de baixar e gratuitos, entretanto, lamentavelmente, isso nem sempre é possível nas grandes redes públicas de ensino, onde as resoluções não estão ao alcance dos regentes de turma. Embora, os softwares livres possam contribuir para uma educação verdadeiramente democrática, nem sempre podemos decidir qual plataforma adotar. Os contratos firmados entre as gigantes do ramo da tecnologia digital e as grandes redes de ensino, nem sempre observam a precariedade dos laboratórios das escolas, a dificuldade de conectividade, a falta de formação específica do corpo docente, a escassez de recursos tecnológicos dos estudantes e professores das redes públicas, ainda mais no contexto emergencial da pandemia.

Por isso, tentei lançar mão do que era possível e estava à disposição, sem deixar de refletir sobre isso, sobre as implicações que isso tem e terá. Na figura 18, apresento os ícones de alguns *Apps* e redes sociais utilizados nas ações formativas que estão sendo desenvolvidas.

Figura 18: Ícones de alguns *Apps* e redes sociais usados na pesquisa



Fonte: Google imagens (2022).

Nas próximas linhas, narro o modo como a mediação dos encontros foi *pensada, feita*, considerando-se as implicações desse estudo com o pensamento de Paulo Freire e os fundamentos da ciberpesquisa-formação, o que tornou imprescindível que as particularidades dos estudantes e educadores, praticantes do cotidiano da escola pesquisada, fossem consideradas no planejamento das ações formativas curriculares realizadas presencialmente ou no contexto da educação online (EOL). Nesse sentido, trago a contribuição de Roberto Sidnei Macedo (2009, p. 82-83, Grifos do autor), que postulou que as pesquisas qualitativas multirreferenciais são aventuras pensadas, implicadas com “o *rigor outro*<sup>15</sup> que deseja afirmar em praticando uma *política de conhecimento* relacional. *Pertencimento e afirmação* estão incluídos aí como valores que produzem no momento as trilhas do novo rigor”.

Acerca disso, convém relembrar a flexibilidade das ações formativas que estão sendo desenvolvidas, em diálogo com o pensamento de Freire (2021b) e as “itinerâncias estratégicas”

<sup>15</sup> Termo relacionado ao modo como as pesquisas qualitativas “reinventam e repolitizam a ciência, a construção e a relação com o conhecimento”, inclusive nos processos formativos, considerando-se as implicações epistemológicas, políticas, históricas sociotécnicas destes estudos (Macedo, 2009, p. 78).

de Santos (2019, p. 105). No quadro 4, é possível perceber como os encontros foram pensados. Além das estratégias adotadas na realização dos círculos freireanos, apresento também os microdispositivos formacionais, artefatos culturais que possibilitaram a mediação tecnológica das conversas nos encontros e a tessitura de DSR no currículo em ato.

Quadro 4: Estratégias de mediação dos círculos freireanos e ciberculturais

ENCONTRO	TEMA GERADOR	DISPARADOR	MICRODISPOSITIVO FORMACIONAL
1º	Direitos sexuais e reprodutivos	Estatutos da Criança e do Adolescente e da Juventude	WhatsApp
2º	Palavras geradoras	Pistas do interesse juvenil pelatemática sexualidade. (imagens registradas no cotidiano escolar)	Mentimeter
3º	Semana Nacionalde Prevenção da Gravidez Adolescência na escola	Dados sobre a gravidez na adolescência na América Latina	Padlet
4º	Violência degênero	Aumento de casos de violência de gênero na pandemia	Google Meet
5º	15 anos da LeiMaria da Penha	Demanda que surgiu ao final do 4º encontro	Oralidade (Pátio do CERJ)
6º	Zines sobre Direitos sexuais e reprodutivos, ISTs e <i>Cyberbullying</i> .	Lei 13.663/2015 e reflexões acerca do 4º encontro	Google Meet e Instagram
7º	Saúde mental e masculinidades	Sugerido pelos discentes que participaram do 4º encontro	Oralidade (Auditório do CERJ)
8º	Educação e Saúde Sexual e Reprodutiva	Estudo dos sistemas genitais, fecundação e hormônios sexuais	Google Jamboard
9º	Devir e práxis	Indicadores para a formação de professores na perspectiva da educação antidiscriminatória	WhatsApp

Fonte: Elaborado pela *professorapesquisadora* (2021).

Na mediação das conversas nos encontros, o currículo em ato foi tecido passo a passo. Assim, à maneira rizomática, ao entremearmos os fios condutores da pesquisa novas conexões foram geradas. Cada criação curricular e cotidiana que emergiu na mediação dos encontros com os praticantes suscitou reflexões, despertou novas demandas e o desejo de continuarmos conversando. Nas próximas linhas delineio brevemente, os acontecimentos que emergiram em cada encontro. Os dados produzidos serão apresentados com maior detalhamento nos capítulos 5 e 6 desta tese.

Mediei os três primeiros círculos ciberculturais no segundo semestre de 2021, ainda no período de ensino emergencial na pandemia, contando com a participação de nove praticantes culturais. No primeiro círculo cibercultural que aconteceu no WhatsApp foram mediadas conversas que fizeram emergir narrativas sobre os conhecimentos dos praticantes acerca dos direitos sexuais e reprodutivos. Partindo da consideração do interesse juvenil pelo tema da sexualidade, conforme apontado no exercício do paradigma indiciário, na mediação do segundo círculo cibercultural, eu e os praticantes do CERJ mergulhamos na busca dos temas geradores, movimento que possibilitou a cocriação de uma nuvem de palavras geradoras no Mentimeter com os termos que emergiram em nossas conversas sobre a temática.

No terceiro círculo cibercultural mediei a cocriação de um mural interativo no Padlet, a partir de conversas sobre a Lei da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na escola, os fatores associados aos alarmantes índices de gestações precoces registrados na América Latina e as implicações sociais na vida das jovens, como a violência de gênero, assunto que disparou a ideia de mediarmos um círculo cibercultural no Google Meet sobre o aumento da violência de gênero na pandemia de covid-19. O quarto círculo cibercultural foi realizado em novembro de 2021. O encontro emergiu da necessidade de conversarmos mais sobre a temática, pois assim, como a gravidez na adolescência tem um forte marcador de raça e classe em nosso país, a violência de gênero também afeta mais as meninas e mulheres negras.

De modo semelhante ao exposto anteriormente, a realização do quinto círculo freireano que emergiu da mediação de conversas sobre a Lei Maria da Penha e suas implicações, também foi disparado a partir de uma demanda que surgiu no encontro realizado anteriormente (4º encontro). O quinto encontro ocorreu em março de 2022, no período pós-pandemia de covid-19 e contou com a presença de algumas advogadas, membras de duas comissões da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Volta Redonda (OAB-VR), que aceitaram nosso convite para conversar sobre o combate à violência de gênero com os praticantes da pesquisa no pátio do CERJ.

O 6º círculo que possibilitou a cocriação de *zines* sobre direitos sexuais e reprodutivos, ISTs e *Cyberbullying*, inspirou-se na ideia de atualização das fichas de cultura utilizadas por Paulo Freire na alfabetização de trabalhadores rurais (Freire, 2021a). O termo *zine* é a redução da palavra inglesa, *magazine* (revista) e caracteriza-se pela reprodução em fotocópias e a divulgação independente. As *zines* surgiram na contracultura, por isso, são amplamente difundidas no mundo dos quadrinhos e no ativismo feminista. Durante a mediação das atividades de produção das *zines*, eu e mais três professoras que lecionam os componentes curriculares de Biologia e Língua Portuguesa, incentivamos que os praticantes do CERJ pesquisassem a temática e selecionassem recortes de revistas, fotografias, memes, ícones da internet, entre outros elementos criativos. ´

Além disso, realizamos um encontro no Google Meet para orientarmos os estudantes e decidimos que as criações deveriam ser desenvolvidas de modo coletivo para estimularmos a autoria, a interatividade e a colaboração. Considerando-se que as cocriações poderiam ser produzidas de maneira manual ou digital (*e-zine*), julgamos que a exploração das potencialidades do Instagram do colégio seria pertinente. Posteriormente, mediei em sala de aula um encontro para que os praticantes pudessem conversar e apresentar suas produções. As atividades educativas que forjamos na tessitura do currículo em ato revelaram as ideias criativas, a beleza das criações cotidianas e o *pensar/fazer* dos praticantes do CERJ, pois ao tecerem suas narrativas ciberculturais, os sujeitos da pesquisa conseguiram projetar, a “imagem de suas existências juvenis na escola, sobretudo, por meio de uma realização estética que demonstra a força do comum e da coletividade nas identidades juvenis” (Berino, 2018, p. 167).

O quarto encontro, no qual mediamos as conversas sobre a violência de gênero foi tão fecundo que também disparou a ideia de realizarmos o sétimo círculo freireano com conversas sobre a saúde mental e masculinidades realizado no auditório do CERJ em setembro de 2022, com a presença de um médico especialista em hebiatria e psiquiatria infantil que aceitou nosso convite para conversar sobre a temática com os praticantes do cotidiano escolar. A discussão de questões relacionadas à saúde mental foi sugerida reiteradamente, pelos estudantes, em razão dos impactos à saúde e nas condições socioeconômicas ocasionados pelo isolamento físico e o estresse desencadeado pelo ensino remoto no período de emergência epidemiológica. Sendo assim, o sétimo círculo freireano com conversas sobre saúde mental e masculinidades emergiu das ações educativas voltadas à pesquisa sobre o Setembro Amarelo e a prevenção ao suicídio forjadas coletivamente com as colaborações dos *professores/praticantes* que lecionam os componentes de Geografia e Sociologia, considerando-se também que, a proposta curricular oficial do componente curricular de Biologia orientava o estudo da anatomia e fisiologia

humanas, tendo os sistemas nervoso, endócrino e genitais como alguns dos conteúdos que deveriam ser abordados na segunda série do EM.

A idealização das estratégias que possibilitaram o oitavo círculo cibercultural emergiu simultaneamente à realização do 7º círculo sobre saúde mental e masculinidades, a partir do modo como os praticantes culturais ressignificaram a proposta oficial do componente curricular de Biologia que orientava o estudo de sistemas genitais e endócrino. Desse modo, as mediações que realizei no Google Jamboard e nas aulas de Biologia resultaram na produção de um material coletivamente criado para *aprenderensinar* conhecimentos de sistemas genitais, fecundação e hormônios sexuais, mas que também disparou conversas sobre a legislação brasileira acerca da interrupção da gestação e outros direitos sexuais e reprodutivos.

Após a realização dos oito primeiros encontros, para aproveitar as experiências e também, por entender a relevância de escutar o que os *professorespraticantes* tinham para nos contar sobre a tessitura de conhecimentos de DSR no cotidiano escolar, mediei o 9º círculo, que aconteceu a partir das minhas conversas com os educadores do CERJ no WhatsApp. A tentativa de compreensão dos achados da pesquisa e as reflexões suscitadas pelos movimentos desta ciberpesquisa-formação desvelaram duas noções subsunçoras que emergiram na/da análise dos dados produzidos nos atos de currículo que forjamos coletivamente com os praticantes culturais possibilitando a criação de indicadores para a formação de professores na perspectiva da educação não sexista, antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica.

### 3 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: UMA EXIGÊNCIA DEMOCRÁTICA

Os Direitos Humanos (DH), foram concebidos a partir da “ideia de dignidade da pessoa humana, ou seja, de que todo ser humano, independente da condição pessoal, deve ser igualmente reconhecido e respeitado” (Magri, 2012, p. 46). Nessa linha de pensamento, Paulo Freire ressalta que a educação é histórica, pautada na ética e no diálogo afetivo entre educando e educador e por isso, precisa ter sua potência transformadora considerada. Embora, o patrono da educação nacional não tenha empregado o conceito de DH, indiretamente, este pode ser vislumbrado em sua obra, por exemplo, na explicação da dinâmica oprimido-opressor. Assim, em seus estudos desde a década de 1960, o educador destaca-se como:

O primeiro teórico brasileiro que formulou os primeiros fundamentos para a construção de uma educação em direitos humanos. Tal afirmativa encontra sustentação em toda sua experiência como intelectual comprometida com os oprimidos, na construção da participação engajada e comprometida com um projeto de sociedade e de mundo que se contrapõe à ordem capitalista (Pini; Moraes, 2011, p. 38).

Paulo Freire é reconhecido como precursor da Educação em Direitos Humanos (EDH), desde a sua atuação na gestão da Secretária de Educação do município de São Paulo, durante o governo da Prefeita Luiza Erundina, entre os anos de 1989 e 1991. Ocasão em que o educador brasileiro, juntamente com outros educadores defendeu a articulação da educação popular e da EDH, como uma exigência democrática (Vivaldo, 2009). Convém mencionar que, além da pertinência da associação da concepção freireana de educação e da Educação em Direitos Humanos (EDH), os disparadores que compõem esta tese foram pensados em consonância com a legislação vigente. Entre o conjunto de leis que justificam a investigação da temática no cotidiano escolar e devem orientar a realização das atividades educativas que foram desenvolvidas neste trabalho, destacam-se:

- a. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O estatuto ratifica os direitos constitucionais e norteia a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes (Brasil, 1990).
- b. Lei nº. 12.852, de 05 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, incluindo o direito à saúde sexual (Brasil, 2013b).
- c. Lei nº. 13.185, de 16 de novembro de 2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática – *Bullying*, que caracteriza e classifica as ações praticadas, incluindo o *Bullying* sexual e o *Cyberbullying* (Brasil, 2015).

- d. Lei nº. 13.663, de 14 de maio de 2018, que altera o artigo 12 da Lei nº. 9.394/96 e institui a promoção de medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, incluindo a intimidação sistemática – *Bullying*, e a promoção da cultura de paz nos estabelecimentos de ensino (Brasil, 2018).
- e. Lei nº. 13.798, de 03 de janeiro de 2019, que institui a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Essa Lei acrescenta o artigo 8º-A à Lei nº. 8.069/90, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2019).

### **3.1 Direitos Sexuais e Reprodutivos: direitos humanos fundamentais**

Os direitos humanos são construídos socialmente e, por isso, configuram-se como campo de constante tensão entre os movimentos conservadores e os grupos cujos direitos são violados (Arendt, 1979). Nessa linha de pensamento, deve ser ressaltado que “antes de 1992, nenhuma declaração elaborada nas Conferências sobre Mulheres se referia à sexualidade das mulheres, muito menos aos seus direitos sexuais”, devido à resistência política e religiosa para se discutir o assunto (Petchesky, 1999, p. 17-18).

Na tentativa de contextualizar historicamente os avanços nessa área e explicitar um desses direitos, trago o sétimo capítulo, parágrafo 7.3, do documento da Conferência Internacional da ONU sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada em 1994 no Cairo, que definiu os direitos reprodutivos, como direitos reconhecidos:

Em leis nacionais, em documentos internacionais sobre direitos humanos, em outros documentos consensuais. Esses direitos se ancoram no reconhecimento do direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência (BRASIL, 2005, p.7).

No mesmo ano foi realizada a Convenção de Belém do Pará – Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. O instrumento adotado pela Comissão Interamericana de Mulheres instituída pela Organização dos Estados Americanos (OEA), tem o Brasil como um dos signatários. Esse documento é considerado o primeiro tratado internacional a criminalizar as formas de violência contra a mulher, sobretudo, a violência sexual. Entretanto, embora o documento seja amplamente citado em cortes internacionais e na elaboração de políticas públicas comprometidas com o combate do feminicídio, ele não foi assinado por Cuba, Estados Unidos e Canadá. A figura 19, apresenta a situação no continente americano e o QR code traz informações fornecidas pelo site da OEA.

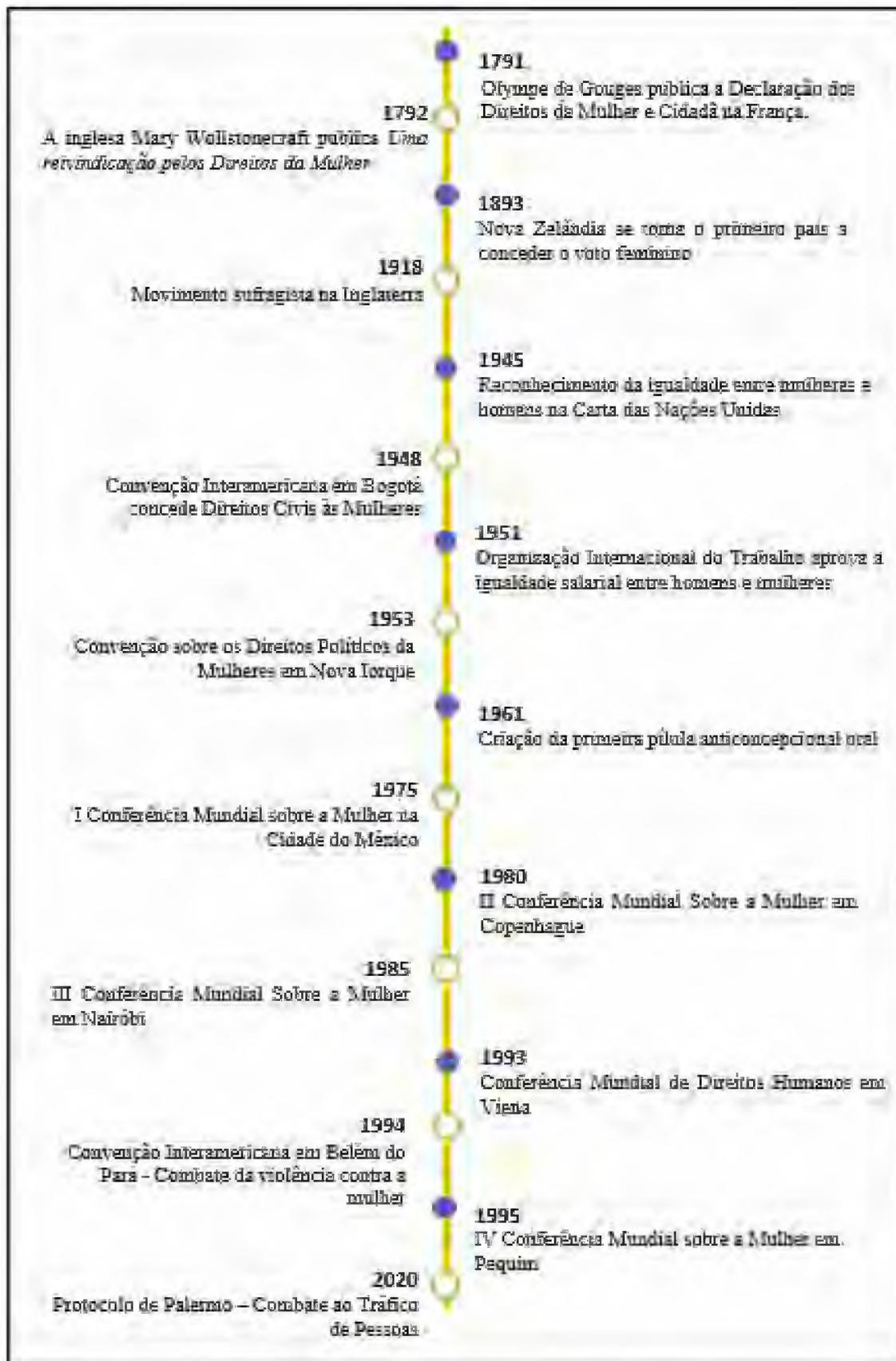
Figura 19: Status dos países na Convenção de Belém do Pará



Fonte: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Conven%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Bel%C3%A9m\\_do\\_Par%C3%A1](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Conven%C3%A7%C3%A3o_de_Bel%C3%A9m_do_Par%C3%A1)

Outro marco que precisa ser ressaltado foi o avanço promovido pela IV Conferência Internacional sobre a Mulher realizada em Pequim, em 1995, que mudou o foco da mulher para o conceito de gênero, suscitando o reconhecimento da estrutura patriarcal, a reavaliação das relações existentes e à reestruturação da sociedade, uma vez que a igualdade de gênero é uma questão universal, benéfica a todas as pessoas. Na declaração emitida na conferência, o conceito de gênero foi definido na agenda internacional reafirmando os direitos das mulheres como direitos humanos e o compromisso com a construção de políticas públicas pautadas na perspectiva de gênero. Ainda há muito a fazer, mas como forma de reconhecimento e agradecimento às minhas antecessoras, no quadro 5, destaco alguns eventos relacionados à luta pelos direitos da mulher no mundo.

Quadro 5: Marcos internacionais de direitos da mulher



Fonte: Elaborado pela professora pesquisadora (2021).

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995, também garantiu uma maior autonomia dos direitos sexuais em relação aos direitos reprodutivos (Brasil, 2005). Se anteriormente, as discussões se concentraram exclusivamente, na garantia da capacidade reprodutiva das mulheres, invisibilizando e silenciando os direitos das pessoas idosas, com deficiência, LGBTQIAPN+, soropositivas para o vírus da imunodeficiência em humanos (HIV), a partir dessa conferência temosa distinção entre os direitos sexuais e os direitos reprodutivos. Desse modo, a história dos direitos sexuais foi atualizada e reformulada “no âmbito dos movimentos gay e lésbico europeu e norte-americanos, produzindo-se, em seguida, uma sinergia com os segmentos dos movimentos feministas” (Brasil, 2013a, p. 13). Os direitos sexuais e os direitos reprodutivos (DSR), podem ser consultados a seguir (quadro 6).

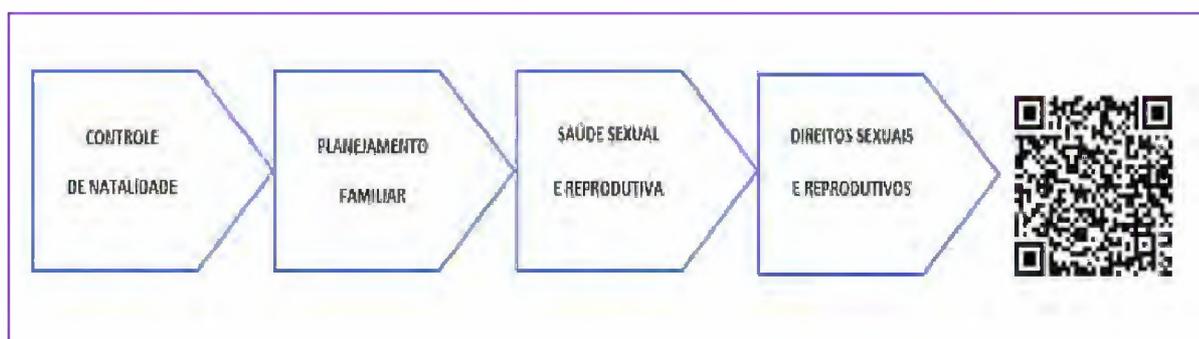
Quadro 6: Direitos sexuais e reprodutivos.

<p>Direitos Sexuais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● O direito de viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminações e imposições, e com total respeito pelo corpo do(a) parceiro(a).</li> <li>● O direito de escolher o(a) parceiro(a) sexual.</li> <li>● O direito de viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças.</li> <li>● O direito de viver a sexualidade, independentemente de estado civil, idade ou condição física.</li> <li>● O direito de escolher se quer ou não quer ter relação sexual.</li> <li>● O direito de expressar livremente sua orientação sexual: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade.</li> <li>● O direito de ter relação sexual, independentemente da reprodução.</li> <li>● O direito ao sexo seguro para prevenção da gravidez e de infecções sexualmente transmissíveis e AIDS.</li> <li>● O direito a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e um atendimento de qualidade, sem discriminação.</li> <li>● O direito à informação e à educação sexual e reprodutiva.</li> </ul>
<p>Direitos Reprodutivos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● O direito de as pessoas decidirem, de forma livre e responsável, se querem ou não ter filhos, quantos filhos desejam ter e em que momento de suas vidas.</li> <li>● O direito de acesso a informações, meios, métodos e técnicas para ter ou não ter filhos.</li> <li>● O direito de exercer a sexualidade e a reprodução livre de discriminação, imposição e violência.</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Brasil (2013a), pela *professorapesquisadora*.

O esquema abaixo pode nos ajudar a compreender algumas transformações ocorridas no campo dos direitos sexuais e reprodutivos (figura 20), desde a política de controle populacional adotada por alguns países como a China, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, mas que em nosso país não foi implementada, tendo sido institucionalizado o programa de planejamento familiar, que se estabeleceu ao longo da segunda metade do século XX e orientou predominantemente, a atenção à saúde sexual e reprodutiva e, mais recentemente parece avançar para o entendimento dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos como direitos humanos fundamentais. As informações foram apresentadas no módulo intitulado *Direitos Sexuais e Reprodutivos*, do Curso de Extensão na modalidade on-line que eu tive a oportunidade de concluir na pandemia, *Feminismos – algumas verdades inconvenientes*, disponibilizado pela Plataforma Lúmina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no ano de 2020, cujos vídeos podem ser acessados no YouTube, a partir do QR code e do link abaixo.

Figura 20: Diferentes concepções ao longo da luta pelos DSR



Fonte: Elaborado pela professorapesquisadora, a partir das contribuições de Lúmina UFRGS (2020).Disponível em: <https://youtu.be/-TPGDxQpHIo?si=2EfFm0epGKAAjDH4>

O entendimento acerca das diversas concepções que construíram a história dos direitos sexuais e reprodutivos é um movimento importante, porque as imposições do Estado no controle dos corpos de adolescentes e mulheres, sobretudo as negras e pobres e o cerceamento da nossa capacidade produtiva e reprodutiva são influenciados pelo colonialismo, o patriarcado e o capitalismo. Uma vez que, historicamente, os programas de controle populacional “se basearam em premissas flagrantemente racistas” e que não questionaram a “exploração de classe”, materializadas em políticas de esterilização em massa e na dificuldade de o acesso à interrupção legal da gestação (Davis, 2016, p. 205).

Desse modo, considerando que a igualdade de gênero é 5º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que deveria ser atingido até o ano de 2030 (Quadro 7), acredito que é

preciso garantir urgentemente o direito à educação sexual e reprodutiva, para que meninas e mulheres possam acessar seus direitos e ocupar seus lugares na sociedade de modo igualitário.

Quadro 7: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

<b>OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - AGENDA 2030.</b>	
ODS 1	Erradicação da pobreza, ou seja, eliminá-la em todas as suas formas e em todos os lugares;
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável. Em linhas gerais, acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
ODS 3	Saúde e bem-estar. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos e em todas as idades;
ODS 4	Educação de qualidade. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
ODS 5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
ODS 6	Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos;
ODS 7	Energia acessível e limpa. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
ODS 8	Trabalho decente e crescimento econômico. Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos;
ODS 9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
ODS 10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
ODS 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
ODS 12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
ODS 13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
ODS 14	Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
ODS 15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
ODS 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
ODS 17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: elaborado pela autora a partir de <https://conectabrasil.org/#!/blogs/details/ods-1-significado-pacto-global>

Os ODS fazem parte da agenda internacional elaborada na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2015, em Nova Iorque, no qual foram estabelecidos os 17 marcos que deveriam orientar as ações de entidades civis, públicas e

privadas e as organizações sociais no período (Quadro 7). Para alcançarmos o *Objetivo 5, Igualdade de gênero*, por exemplo, além de garantirmos o acesso à educação não sexista, a ampliação da inserção da mulher na política e a promoção da igualdade salarial, seria necessário erradicarmos o “casamento infantil”, definido internacionalmente pela ONU como uma violação de direitos humanos, por preceder a gravidez precoce, inocentar abusadores que se casam como forma de reparação moral às vítimas, abandono escolar e dificuldade de colocação no mundo do trabalho e também devido a sua relação com a violência de gênero. Enquanto em diversos países, a questão está relacionada à tradição e rituais religiosos, na América do Sul e Caribe, que segundo estimativas, nos próximos dez anos sustentarão a amarga liderança nesse quesito, o fenômeno tem forte ligação com a pobreza.

No Brasil, segundo dados da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN), por dia são formalizadas oito uniões em que pelo menos um dos nubentes é menor de idade, colocando o país na quarta posição mundial em número de “casamentos infantis” (Gouveia, 2023). Todavia, como a união civil com pessoas menores de 16 anos é legalmente proibida desde 2019, o fenômeno em nosso país é denominado casamento na infância e na adolescência, pois embora sejam necessárias mais pesquisas com essa temática, há indícios de que existam jovens brasileiras convivendo em regime de união estável antes de 14 anos de idade, conforme apontado no estudo de Marília Veiga e Valeska Zanello (2020).

### **3.2 Pedagogia freireana e os direitos sexuais e reprodutivos: uma aproximação dialógica**

#### **3.2.1 (Re)encontrando Paulo Freire**

Como neste trabalho tenho me dedicado ao estudo das relações de gênero na escola, mais objetivamente à compreensão da tessitura de conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos, a partir do diálogo entre a concepção de educação freireana e a teoria feminista interseccional, considero importante narrar meu reencontro com Paulo Freire. A primeira vez que eu tive a oportunidade de estudar Paulo Freire foi na licenciatura em Ciências Biológicas cursada pela UFRJ, via consórcio CEDERJ, quando cursei a disciplina eletiva *Movimentos Sociais e Educação*, em 2007. Para mim, foi um encontro tardio, pois eu não fiz o Curso Normal e não me recordo de qualquer menção a esse educador na Educação Básica. Sinceramente, confesso que gostei da disciplina, mas admito que, naquele momento, eu não consegui compreender a densidade do pensamento freireano.

Em 2011, já matriculada na Licenciatura em Pedagogia cursada na UNIRIO, que também ingressei via consórcio CEDERJ, eu tive a oportunidade de cursar a disciplina eletiva sobre Paulo Freire e estudar três obras: *Conscientização*, *Pedagogia da Autonomia* e *Pedagogia do oprimido*. Nessa época, eu já tinha duas matrículas como professora da escola pública e lecionava o componente curricular de Ciências Físicas e Biológicas na rede estadual, então considero que a segunda oportunidade de estudar Paulo Freire foi mais bem aproveitada, porque eu tinha mais maturidade, me sentia mais autorizada e segura das minhas escolhas, já tinha condições de comprar os meus livros e conseguia refletir sobre a indissociabilidade da relação *prácticateoriaprática*.

Apesar disso, na especialização em Ensino de Ciências e mesmo no Mestrado em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente (MECSMA), eu não realizei um estudo mais aprofundado de Paulo Freire e suas obras, o que não significa de forma alguma que tenha realizado abordagens superficiais, inócuas ou distantes do posicionamento crítico e progressista, mas que nas ocasiões anteriores, eu trabalhei com as condições que eu tinha, considerando a duração dos cursos e outras especificidades pessoais e dos programas.

Olhando para as minhas itinerâncias formativas consigo observar que a minha paixão antiga pela educação ambiental não se opõe ao respeito que eu tenho pela educação em saúde, inclusive porque saúde e meio ambiente são direitos sociais. Algo que não emergiu da formação inicial em Ciências Biológicas, mas que nasceu comigo, está na minha ancestralidade e aflora quando eu retorno às “meninices na roça” e às memórias da infância em Pinheiral, uma pequena cidade do interior do estado do Rio de Janeiro, que até 1993 era o 5º distrito do município de Piraí. O pertencimento e a afetividade, elementos tão importantes na construção da minha identidade docente, não são mencionados aqui despreziosamente e sim, porque para mim é que o adiciona sal e sabor às obras do patrono da educação nacional. Todavia, não intenciono reivindicar que sempre fui freireana, mas reconheço que a minha preocupação com a Educação em Direitos Humanos não surgiu agora, como obra do acaso ou modismo. Tudo isso sempre esteve implicado com a minha formação e práxis.

### 3.2.2 Legado freireano em favor da decolonialidade: diálogos com a colonialidade de gênero e a amefricanidade

No Grupo de Pesquisa FRECON, eu tive a oportunidade de assistir uma banca de qualificação realizada em 22 de abril de 2019, atividade que me levou a questionar as minhas escolhas teórico-metodológicas. As bancas são um exercício coletivo, bastante recomendável,

por serem absolutamente formativas e permitirem que nós sejamos lidos, arguidos e tenhamos a possibilidade de escutar outros mestres, experientes, atenciosos e com outras leituras de mundo. Na ocasião, eu já estava acompanhando as atividades na disciplina de *Estudos Culturais e Educação*, da Pedagogia IM/UFRRJ e tinha iniciado a leitura de *Quarto de despejo*, conforme mencionei anteriormente. Mas, na banca, quando o Professor Dr. Ary Pimentel da UFRJ nos falou que mesmo nas revoluções, as mulheres nem sempre foram visibilizadas e respeitadas por seus camaradas, eu me lembrei do destino de Olympe de Gouges após a Revolução Francesa e o de tantas mulheres revolucionárias no Brasil e na América Latina.

As palavras proferidas pelo professor me convidaram a refletir sobre o fato de eu ser uma mulher, brasileira, professora na rede pública, que leciona para estudantes da classe trabalhadora e que naquele dia, sonhava em cursar o doutorado em uma universidade localizada na Baixada Fluminense, um lugar marcado pela vulnerabilidade social e o descaso do Estado. Na figura 21, partilho um momento de descontração com meus colegas do PPGEduc, após a realização do Exame de proficiência em Língua Estrangeira, em dezembro de 2019, última etapa da seleção de ingresso ao doutorado (Figura 21).

Figura 21: Enfim, ruralinos



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2019). Instituto Multidisciplinar, *campus* Nova Iguaçu/RJ.

Ao mesmo tempo, na qualidade de aluna especial do PPGEduc/UFRRJ, eu estava cursando a disciplina Paulo Freire em tempos sombrios: *Pedagogia da esperança e Pedagogia*

*dos sonhos possíveis*, na qual o professor Aristóteles Berino nos apresentou as fichas de cultura e o círculo de cultura freireano, ideias presentes na obra “*Educação como prática da liberdade*” (Freire, 2021a). Depois da aula, ele nos fez a seguinte provocação: nós deveríamos pensar sobre as fichas de cultura de Paulo Freire na contemporaneidade e trazer algo para apresentar à turma na semana seguinte. Os colegas de classe trouxeram as mais variadas releituras, desde memes, pintura em tela, atividades educativas mediadas por tecnologia digital etc. Eu decidi trazer a figura 22, que eu tinha visto na página, *ConheCIÊNCIA*, no Facebook alguns dias antes, justamente em 01 de maio de 2019, Dia Internacional do Trabalho (ou melhor, dos trabalhadores), cuja postagem pode ser visualizada na íntegra, a partir do QR code e do link disponibilizados.

Figura 22: Apagamento histórico das mulheres



Fonte: *ConheCIÊNCIA*, “Como a filosofia mudou o mundo?” (FACEBOOK, 2019). Disponível em: <https://www.facebook.com/conhecienca/photos/a.1621070661519749/2081989642094513/>

A minha leitura dessa postagem, partindo da proposta de atualizar a ideia de ficha de cultura, buscou questionar o falocentrismo, o eurocentrismo e os privilégios da branquitude, na medida em que indaguei sobre o lugar da mulher no mundo grego antigo e disparei a discussão acerca da violência de gênero, do trabalho doméstico não remunerado, da socialização das mulheres para a maternidade e do casamento como “condicionantes naturais” e do pouco espaço

para meninas e mulheres na ciência. Na Grécia Antiga e nos vários séculos que se seguiram, existiram mulheres (poucas) que tiveram a oportunidade de estudar, pesquisar, criar, escrever, pintar, mas elas foram apagadas e quase sempre de forma violenta. A leitura da obra, *Como ser um educador antirracista*, da Prof.<sup>a</sup> Bárbara Carine Pinheiro (2023) favoreceu a ampliação do meu entendimento acerca dos atravessamentos da questão acima, ao apontar para a importância da inclusão das pessoas negras, trans e com deficiência nos espaços de poder e na ciência, a partir de uma abordagem decolonial.

Voltei meu olhar para o Sul, também em razão de dois acontecimentos: o primeiro, ocorreu quando o Prof. Dr. Aristóteles Berino nos contou sobre como a sua participação na roda de conversas que reuniu indígenas, quilombolas, feministas populares, no III Encontro da Cátedra Paulo Freire na Amazônia, realizado na Universidade do Estado do Pará (UEPA), em 2019, o fez perceber os diversos modos como essas mulheres se autorizavam e reinventavam a pedagogia freireana. O segundo, foi sua recomendação para que eu buscasse a obra *Estudos Feministas, Mulheres e Educação Popular*, de Amanda Castro e Rita de Cássia Machado (2016) e ficasse atenta às produções, rastros, referências das autoras. Esses movimentos me ajudaram a fundamentar o anteprojeto de pesquisa na seleção ao PPGEduc com mais consciência e rigor epistemológico, pois segundo Freire (2011a, p. 110), a revolução, “porque um ato criador e libertador, um ato de amor. [...] não se faz sem uma teoria revolução, portanto sem ciência” e tampouco sem conscientização”.

Os movimentos que narrei estabelecem um diálogo com a *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*, obra na qual Paulo Freire, amorosamente, nos incentivou a “sulear” a nossa leitura do mundo (Freire, 2018a, p. 33). Assim, no discurso proferido em 1992, no recebimento do Prêmio Nobel de Literatura, o escritor colombiano, Gabriel García Márquez enuncia o legado de Freire em favor das “Epistemologias do Sul” (Berino, 2018), uma forma outra de fazer ciência, mais atenta e orientada às questões e teóricos do nosso hemisfério global. Portanto, ao longo desta pesquisa, busquei a aproximação com autores e autoras que estudaram o pensamento de Paulo Freire e a decolonialidade, considerando-se que, o patrono da educação nacional, recomendou que refletíssemos sobre educar de modo coerente, pois não é possível ter um discurso democrático e antidiscriminatório e uma prática docente que reproduz o colonial (Freire, 2018a).

É importante ressaltar que a contribuição das ideias de Paulo Freire em favor do questionamento da dicotomia que governa o mundo, legitima as opressões e se revela em práticas heteronormativas, misóginas e tendem a subalternizar corpos e desejos é considerável

(Maso; Mendonza, 2021). A respeito dos conceitos decolonização e resistência, bell hooks argumenta que:

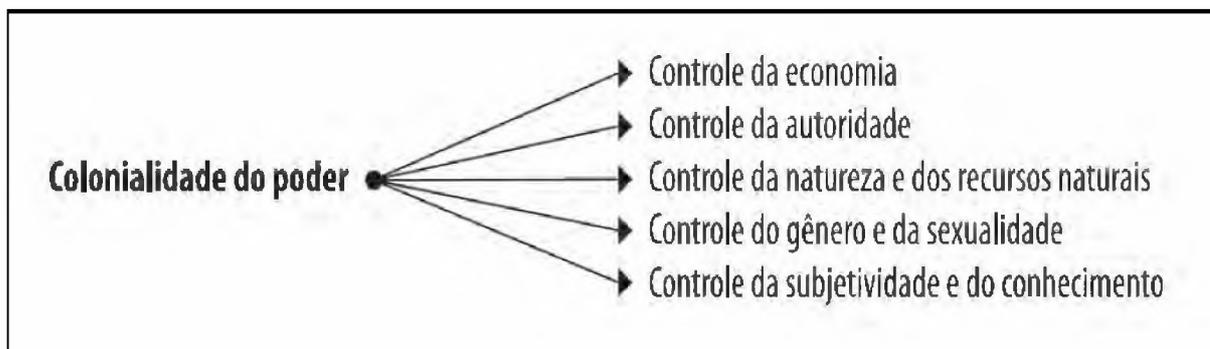
Somos bombardeados diariamente por uma mentalidade colonizadora – poucos de nós conseguimos escapar das mensagens oriundas de todas as áreas de nossa vida –, uma mentalidade que não somente molda consciências e ações, mas também fornece recompensas materiais para a submissão e aquiescência que superam em muito ganhos materiais advindos da resistência, de modo que precisamos estar constantemente engajados em novas maneiras de pensar e ser. Precisamos estar atentos de forma crítica (Hooks, 2020, p. 57).

Os pesquisadores que se dedicam à compreensão da decolonialidade consideram que os processos de colonialidade nas esferas política e econômica ainda não foram destruídos, apesar da independência das nações que foram colonizadas. Partindo dessa premissa, trago a contribuição de autores como o sociólogo peruano Aníbal Quijano, que propôs o conceito de colonialidade de poder, em 1989, a partir da crítica ao marxismo e à influência do pós-estruturalismo europeu na América Latina.

Nessa linha de pensamento, a antropóloga argentina e professora da Universidade de Brasília (UnB), Rita Segato (2021, p. 48) argumenta que, “a heterogeneidade da realidade latino-americana- econômica, social e civilizatória -, em permanente e insolúvel suspensão, simplesmente não pode ser apreendida a partir das categorias marxistas”. E ressalta que, a crítica do sociólogo peruano ao materialismo histórico reside “na imposição forçada sobre a realidade latino-americana de uma ideia de classe social *sem a menção à raça*, ainda que as classificações étnicas e raciais sejam tão importantes para a remuneração do trabalho e atribuição de posições sociais” em nosso continente (*Ibidem*, p. 67, Grifos meus).

Na esteira desse debate, o semiólogo argentino, Walter D. Mignolo (2010, p. 12) ampliou o entendimento do conceito de colonialidade para além das relações de poder, postulando que a matriz colonial do poder é “uma matriz complexa de níveis entrelaçados”. O esquema elaborado por Luciana Ballestrin, a partir de seus estudos sobre a decolonialidade evidencia a complexa rede instituída pela colonialidade de poder (Quadro 8).

Quadro 8: Matriz colonial do poder



Fonte: Ballestrin (2013, p. 100).

Segundo Catherine Walsh, Luiz Fernandes de Oliveira e Vera Candau (2018, p. 3), os termos colonialidade e decolonialidade conquistaram espaço nas pesquisas e publicações, como uma “contraposição às tendências acadêmicas dominantes de perspectiva eurocêntrica de construção do conhecimento”. De acordo com os autores, um conjunto de intelectuais da América do Sul formou o grupo de pesquisa na perspectiva Modernidade/Colonialidade, no intuito de estabelecer “uma crítica profunda à retórica da modernidade e à lógica da colonialidade e uma intervenção política e pedagógica, entendida como a necessidade de ler o mundo para intervir na reinvenção da sociedade” (Walsh; Candau; Oliveira, 2018, p. 4-5).

Sendo assim, considerando-se que, a decolonialidade pode ser compreendida como um campo essencialmente comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade (Ballestrin, 2013), a *Pedagogia decolonial* desponta como um trabalho de politização da ação pedagógica concebido,

A partir da ideia de uma práxis política contraposta a geopolítica hegemônica monocultural e monoracional, pois trata-se de visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições que têm como horizonte de suas práticas e relações sociais a lógica epistêmica ocidental, a racialização do mundo e a manutenção da colonialidade (Walsh; Fernandez; Candau, 2018, p. 5).

Em sua explicação sobre a relação existente entre os conceitos de colonialidade e decolonialidade, Pinheiro (2023) afirma que, enquanto a decolonialidade está comprometida com a ruptura do pensamento colonialista, a colonialidade pode ser entendida como:

Um padrão de subalternidade do sul global perante o norte global, uma subalternidade para além da dimensão territorial. Ela também está relacionada à construção de um padrão ético, epistêmico, cultural religioso – tudo isso atravessa padrões de colonialidade. A decolonialidade vai na contramão, buscando descentralizar o pioneirismo e a potência do mundo que nos cerca, tendo como bases o continente europeu e os Estados Unidos. A decolonialidade, assim como o antirracismo, é uma categoria ocidental, pois orbita em torno da colonialidade, assim como o antirracismo orbita em torno do racismo (*Ibidem*, p. 107).

Com base no pensamento da autora, os educadores comprometidos com as ideias antirracistas devem assumir o seu lugar na destruição do racismo, considerando-se que a escola,

É um complexo fundamental no processo de transformação da realidade social; ela é influenciada pelo sistema, ao passo que, em contrapartida, também o influencia, uma vez que forma pessoas que vão ocupar e ajudar a construir todas as demais instâncias sociais. [...] a escola precisa ser uma forte aliada no enfrentamento das opressões estruturais, fundamentalmente o racismo (*Ibidem*, p. 147).

Nesse sentido, Rita Segato (2021, p. 72) acena para a necessidade de entendimento a respeito do giro decolonial, uma estratégia “teórica/ética/estética e política” fundamentada em “um modo de subversão epistêmica do poder”, que incentiva inclusive, a superação da ideia de descolonização,

[...] Uma vez que não se trata de um retorno ou um movimento nostálgico, mas sim de retomar um caminho até agora bloqueado pela razão tecnocrática, de esquerda e de direita, dos estados neoliberais e real-socialistas. O giro decolonial não é um movimento restaurador, mas uma recuperação das pistas abandonadas rumo a uma história diferente, um trabalho nas brechas e fraturas da realidade social existente, dos restos de um naufrágio geral de povos que mal sobreviveram a um massacre material e simbólico contínuo ao longo de quinhentos anos de colonialidade [...] (*Ibidem*, p. 73).

Ao discutir o conceito de colonialidade de poder, Aníbal Quijano (2005) acrescentou as categorias gênero e raça à discussão, a partir da crítica à razão eurocêntrica, cartesiana e dualista que dicotomiza e hierarquiza os seres e seus corpos e lamentavelmente, atribui uma condição de inferioridade às mulheres e pessoas negras/indígenas em contraposição ao *status* concedido ao homem branco. Desse modo, é possível observar como operam os sistemas de opressão, como o racismo e o sexismo, pois a colonialidade de poder, “não afetou somente as relações raciais de dominação, mas também a mais antiga, as relações sexuais de dominação” (*Ibidem*, p. 68).

Na perspectiva apresentada, os “povos indígenas da América e escravos<sup>16</sup> africanos eram classificados como não humanos” (Lugones, 2019, p. 358). Por isso, o lugar das mulheres, sobretudo as indígenas e negras no pensamento colonial foi estereotipado, culminando na desumanização de suas existências e violação de seus corpos, tendo como justificativa o envolvimento de seus povos e culturas com a natureza em oposição ao observado no sistema-mundo branco (Quijano, 2005).

Na obra *Interseccionalidade*, Carla Akotirene ressalta as contribuições da professora Maria Lugones que aprofundou os estudos sobre a colonialidade de gênero e também dos

---

<sup>16</sup> O artigo de Maria Lugones foi escrito em inglês tendo sido publicado em 2010, por esse motivo, os editores das versões mais recentes têm decidido manter algumas palavras conforme a publicação original.

trabalhos da filósofa brasileira, Lélia Gonzalez. Segundo a bacharela em Serviço Social e Doutora em Estudos Interdisciplinares de Gênero, Mulheres e Feminismo pela UFBA,

A amefricanidade defendida por Lélia Gonzalez, na década de 1980 e, em seguida, a abordagem decolonial, consolidada nos anos 2000 de modo cabal, através de Maria Lugones, pensadora argentina, criticam a postura missionária da civilização ocidental – metodologicamente interseccionam as estruturas de raça, gênero, sexualidade, nação e classe, estabelecendo coro latino-americano contra o colonialismo, imperialismo e monopólio epistêmico ocidental (Akotirene, 2019, p. 33).

Ao discutir que o sistema ideológico de dominação que hierarquiza as mulheres negras conferindo-lhes um lugar de inferioridade que seria biologicamente sustentado pelo sexo e a raça, Lélia Gonzalez (2020) assevera que as imposições suprimem não somente a humanidade, mas também nega o direito dos sujeitos ao discurso e à própria história. Nesse sentido, a autora explicita que,

O feminismo latino-americano perde muito da sua força abstraindo um fato da maior importância: o caráter multirracial e pluricultural da sociedade da região. Lidar, por exemplo, com a divisão sexual do trabalho sem articulá-la com a correspondente ao nível racial é cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante branco. Falar de opressão à mulher latino-americana é falar de uma generalidade que esconde enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço alto por não serem brancas (*Ibidem*, p. 142).

Na mesma linha de pensamento, a ampliação da discussão acerca da *colonialidade de poder e de gênero*, proposta por Aníbal Quijano, atravessou os estudos de Maria Lugones (2019) devido à compreensão crítica acerca do modo como a modernidade tenta categorizar, dicotomizar e homogeneizar o entendimento acerca do mundo e dos seres. Segundo a socióloga argentina, que foi professora na Universidade de Binghamton, em Nova Iorque, até o seu falecimento em 2020,

A crítica das mulheres de cor e do Terceiro Mundo ao feminismo universalista coloca como central o fato de que a intersecção de raça, classe, sexualidade e gênero extrapola as categorias

Da modernidade. Se mulher e negra são categorias homogêneas, atômicas, separáveis, sua intersecção nos mostra a falta de mulheres negras; ver mulheres não brancas é extrapolar essa lógica categórica. Analisando o sistema moderno, colonial e de gênero, acredito eu, conseguimos produzir uma teoria mais profunda sobre a lógica opressora da modernidade colonial, o uso de dicotomias hierárquicas e de uma lógica categorizante [...] (*Ibidem*, 2019, p. 357-358)

A autora propõe que o pensamento moderno, colonial e capitalista, que opera a partir da separação e hierarquização, conforme indicado na citação acima, aplica o mesmo critério às dimensões raça, classe e gênero, impondo uma lógica perversa que desumaniza e oprime as pessoas que foram colonizadas, mesmo depois do fim da colonização. Sendo assim, a autointitulada “teórica da resistência”, defende que a subjetividade resistente (movimento de

libertação subjetivo) deveria “se expressar infrapoliticamente”, abrindo espaços em busca de “legitimidade, autoridade, voz, sentidos e visibilidades” que foram negadas aos grupos historicamente subalternizados (*Ibidem*, p. 362).

A partir dos estudos de outras pensadoras, como a cientista social de origem nigeriana, Oyèrónké Oyěwùmí, que escreveu *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*, obra na qual elucida que na tradição iorubá, a hierarquia era dada pela senioridade e não por aspectos sexuais e de gênero até o encontro com o colonizador, Maria Lugones afirma que:

O gênero é uma imposição colonial, não apenas na medida em que se impõe sobre a vida – como se vive de acordo com as cosmologias incompatíveis com a lógica moderna das dicotomias –, mas também nos sentidos em que as vivências de mundos entendidos, construídos e alinhados com tais cosmologias provocam o Eu-entre-outros à resistência com e em tensão extrema com a diferença colonial (*Ibidem*, p. 365).

O giro decolonial de Maria Lugones foi promovido a partir da mudança metodológica dos feminismos das mulheres de cor<sup>17</sup> para a compreensão do feminismo decolonial, considerando-se os estudos sobre sua origem e a diferença colonial<sup>18</sup>. Por isso, segundo a autora, “decolonizar os currículos é necessariamente uma práxis”, pois o feminismo decolonial visa a superação da colonialidade de gênero (*Ibidem*, p. 363).

Partindo dos pressupostos apresentados, na próxima seção me deterei na interseção de diferentes categorias de opressão e beberei na fonte da teoria feminista interseccional, com as contribuições de intelectuais negras e decoloniais, para delinear as bases que ajudarão a fundamentar a construção de indicadores para a formação de professores na perspectiva da educação não sexista, antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica.

---

<sup>17</sup> Modo como as mulheres de origem mestiça, as chicanas e latinas se automeiam (ou são denominadas) nos Estados Unidos.

<sup>18</sup> De acordo com Walter Mignolo (2000) *apud* Lugones (2019, p. 368), “a diferença colonial é o espaço onde a colonialidade de poder é acionada”.

## 4 POR UMA EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA, ANTIRRACISTA E ANTILGBTQIAPN+FÓBICA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA FEMINISTA INTERSECCIONAL

[...] Joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor. Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarinas. Vocês são as profetisas com penas e tochas. Escrevam com suas línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. Não deixem a tinta coagular em suas canetas. Não deixem o censor apagar as centelhas, nem mordanças abafar suas vozes. Ponham suas tripas no papel [...] (ANZALDÚA, 2000, p. 235).

Para iniciar este capítulo em que aprofundo a teoria feminista e suas contribuições nesta pesquisa, trago o texto “*Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*”, no qual Gloria Anzaldúa nos presenteia com recomendações viscerais e de sobrevivência sobre a escrita, tendo em mente que uma “mulher que escreve tem poder” (*Ibidem*, p. 234). Neste texto, a feminista estadunidense, estudiosa da teoria cultural chicana e da teoria *queer*, fala especialmente com as “mulheres de cor”, mestiças, negras, indígenas, asiáticas e lésbicas, em uma perspectiva que abarca a decolonialidade ao mesmo tempo em que se dedica a interseccionar diferentes opressões.

O termo interseccionalidade, embora já apresentasse ressonância em trabalhos de diversas autoras, como Lélia Gonzalez e Angela Davis, foi criado pela ativista e advogada, Kimberlé Crenshaw, na década de 1980. Os Estudos Interseccionais consideram as diversas formas de opressão (raça, gênero, sexualidade, classe, idade, condição física, nacionalidade etc.) que se relacionam e constroem sistemas específicos de poderes que se articulam e forjam valores e imagens cristalizadas (Collins, 2019). Em uma Conferência proferida na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em julho de 2017, Angela Davis reverenciou a obra de Carolina Maria de Jesus e o pioneirismo de Lélia Gonzalez e seus estudos que interseccionaram as lutas pelos direitos das pessoas negras e dos povos indígenas, apontando que os Estados Unidos têm muito a aprender com o feminismo negro brasileiro (Alves, 2017). Nesse sentido, acrescento ao debate as ideias de Sueli Carneiro acerca da necessidade de enegrecermos o feminismo, pois:

Esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, arma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições

resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (Carneiro, 2019, p. 315).

Concretamente, essas ações evidenciam a necessidade de demarcar a questão racial nas políticas públicas voltadas à violência patriarcal e atenção de saúde, por exemplo, uma vez que metade da nossa população é composta por pessoas negras e são essas mulheres as que mais sofrem as opressões impostas pelo racismo e as violações e omissões perpetradas pelo Estado. Lamentavelmente, as meninas e mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio, estupro, gravidez na adolescência, mortes ocasionadas por aborto clandestino. Elas “ficam à margem desses debates, bem como de políticas públicas próprias para, entre outras coisas, acessar créditos, moradia, creches, programas de saúde que atendam suas particularidades” (Bambirra; Lisboa, 2019, p. 271).

Diante do exposto, penso que deveríamos assumir o compromisso de “enegrecer” os referenciais teóricos, tal como recomendado por Sueli Carneiro em sua tese doutoral incentivando a leitura de autores negros (Ribeiro, 2019) e o enegrecimento dos currículos escolares (Pinheiro, 2023). O combate ao genocídio do povo negro e periférico, assim como a oposição ao epistemicídio e ao apagamento da intelectualidade e cosmopercepções africanas, também são formas de se apoiar a luta antirracista.

A partir dos pressupostos apresentados, como garantir que os jovens tenham seus direitos sexuais e reprodutivos respeitados, sem assegurar o direito à educação e à saúde sexual e reprodutiva? Principalmente, quando podemos observar que mesmo as mulheres instruídas, com boa colocação no mercado de trabalho e pertencentes às classes mais abastadas sofrem com a violência patriarcal e colonial. Como fazer que a igualdade proposta pela teoria feminista ecoe em todos os lugares, chegue às periferias, diminua as mazelas que acometem, sobretudo, meninas e mulheres negras e pobres? Não tenho dúvida de que isso vai requerer o entendimento acerca da sobreposição de categorias, conforme delineado pelo feminismo interseccional e o comprometimento com a criação de atos de currículo dedicados a educar nossos estudantes e nos educar com eles, a partir de ideias antidiscriminatórias, interseccionais e democráticas. Segundo Heloísa Buarque de Hollanda, a,

[...] nova geração política, na qual se incluem as feministas, com estratégias próprias, criando formas de organização desconhecidas para mim, autônomas, desprezando a mediação representativa, horizontal, sem lideranças e protagonismos, baseadas em narrativas de si, de experiências pessoais que ecoam coletivas, valorizando mais a ética do que a ideologia, mais a insurgência do que a revolução. Enfim, outra geração (2018, p. 12).

A exemplo disso, ao retomar as ideias apresentadas por Paulo Freire em *À sombra dessa mangueira*, bell hooks (2021a) recomenda a reflexão sobre a necessidade de conseguirmos perceber a existência de aliados na luta antirracista, pois para o educador brasileiro, o racismo não é algo inerente à condição humana, nós não nascemos racistas e se nos tornamos racistas, podemos deixar de sê-lo, portanto,

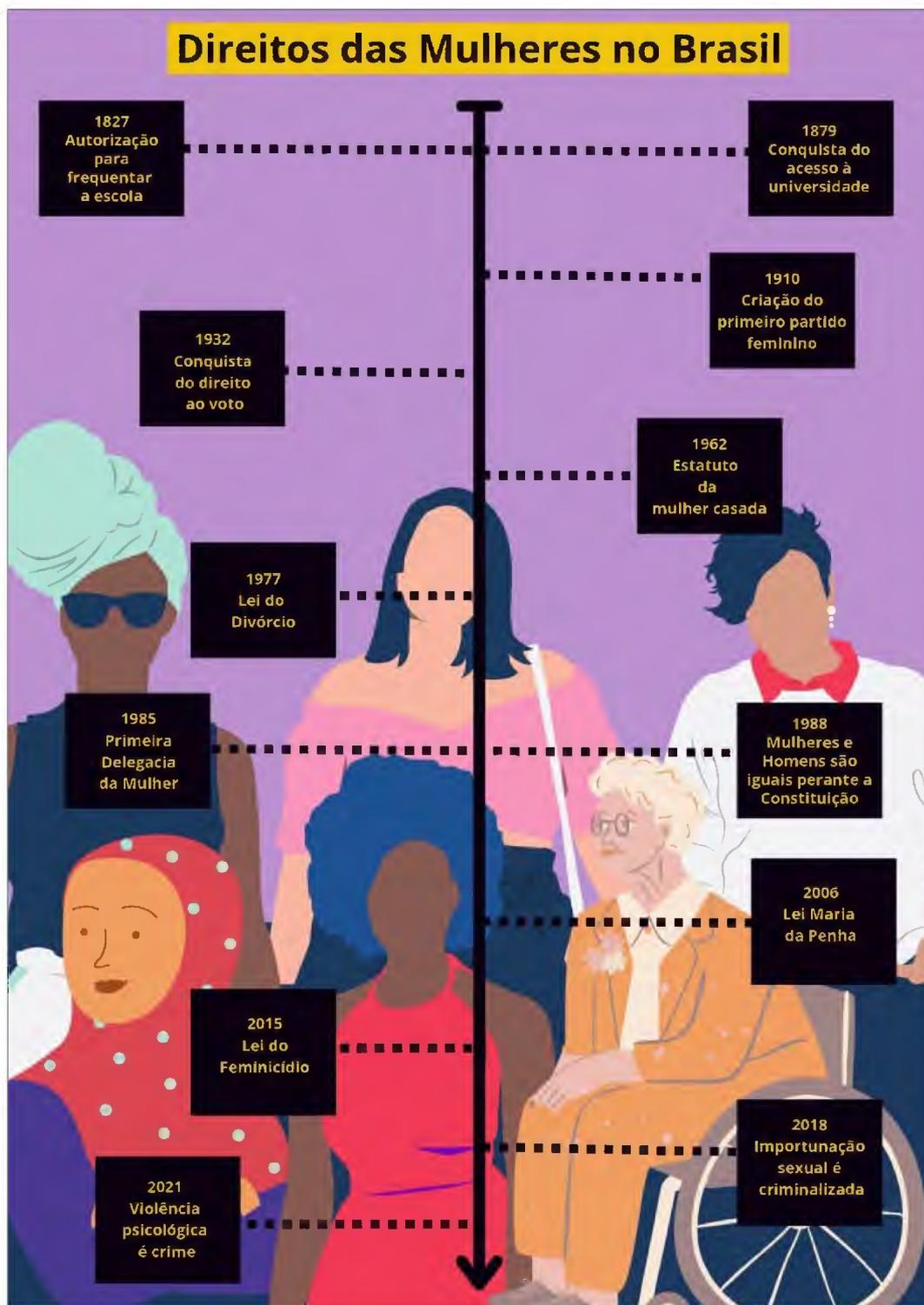
Se não conseguimos perceber o valor e o significado de indivíduos brancos antirracistas, não apenas desprezamos o trabalho que eles fizeram e fazem para transformar seus pensamentos e comportamentos como também impedimos que outras pessoas brancas aprendam com o exemplo. Todas as pessoas de cor que sofrem com a exploração racial e opressão sabem que a supremacia branca não vai acabar até que as pessoas brancas racistas mudem. Qualquer pessoa que negue a possibilidade de essa mudança ocorrer, de uma pessoa passar de racista para ativamente antirracista, está agindo de acordo com as forças racistas de dominação existentes (*Ibidem*, p. 110).

Em nosso país, nos últimos dois séculos, podem ser verificados avanços no campo dos direitos das mulheres, frutos de muita luta, uma vez que as meninas somente tiveram acesso à escola em 1829, tendo o direito de frequentar a universidade assegurado somente em 1879. Tivemos o movimento sufragista na década de 1930, inspirado nas reivindicações de outras mulheres mundo afora e a aprovação da Lei nº 4.121 de 1962, que assegurou os direitos jurídicos das mulheres casadas. Já não precisamos pedir autorização de um homem para trabalhar, viajar e ter um cartão de crédito, temos o direito à herança assegurado independentemente do estado civil, conquistamos o direito ao divórcio e a liberdade sexual e produtiva proporcionada pela criação da pílula anticoncepcional oral. Mas, mesmo com a criação das Delegacias Especializadas para o Atendimento à Mulher (DEAM) em situação de violência de gênero e com a igualdade de gênero assegurada finalmente, pela Constituição Federal de 1988, ainda somos o quinto país em números de feminicídios, recebemos salários menores, somos importunadas sexualmente no trabalho, nas ruas, transportes coletivos, temos o direito de ir e vir limitado pelo medo de transitar por toda cidade, em qualquer horário. Diante do exposto, a recente criminalização da violência psicológica e da importunação sexual devem ser destacadas.

Também merecem ser ressaltadas a Lei nº. 11. 340, de 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), que cria mecanismos para combater a violência doméstica e familiar e outras conquistas recentes, como a inclusão do termo “identidade de gênero” à Lei Maria da Penha, aprovado pela Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania do Senado Federal e a aprovação da Criminalização da LGBTQIAPN+fobia pelo Supremo Tribunal Federal, ambas em 2019. Outras de nós ainda são vítimas de violência política e institucional no Congresso Nacional e tribunais e outros espaços públicos. Nesse sentido, é importante observar que somente 12% das nossas congressistas são mulheres, índice menor do que o observado em

outros países da América do Sul. Em Volta Redonda/RJ, minha cidade, das 21 cadeiras destinadas à vereança, nenhuma é ocupada por uma de nós. A figura 23 conta um pouco da luta pelos direitos das mulheres no Brasil.

Figura 23: Histórico das conquista das Mulheres no Brasil



Fonte: Criado pela *professorapesquisadora* no Canva (2022).

Embora Guacira Louro (2014, p. 146) indique que é pouco recomendável tentar fazer “um inventário das representações do feminismo e, por extensão, das feministas”, elaborei o quadro 9, não somente para delinear as divergências entre as correntes, mas principalmente, para ressaltar a aderência desta pesquisa à perspectiva feminista interseccional.

Quadro 9: Feminismos

<b>ALGUMAS CORRENTES FEMINISTAS</b>	
Anarcofeminismo	A abolição do Estado pode promover a liberação da mulher
Ciberfeminismo	Interessa-se pelas relações de gênero nas redes sociais e nas práticas mediadas no ciberespaço
Decolonial	Considera o racismo e a influência do pensamento do colonizador
Ecofeminismo	Combate o patriarcado e o capitalismo para preservar a natureza e promover a igualdade de gênero
Interseccional	Além das opressões sexistas é necessário combater as intersecções de classe, raça, idade, condição física, etc.
Liberal	O capitalismo e o individualismo podem promover a igualdade social
Marxista	A eliminação do sistema capitalista de classes sociais pode promover a libertação da mulher
Negro	Questiona a marginalização da mulher negra e afrodescendente na sociedade
Radical	A eliminação do patriarcado é necessária para finalizar a discriminação sexista
Transfeminismo	Baseia-se na Teoria Queer e considera o sexo também é uma construção cultural e não somente biológica

Fonte: elaborado pela *professorapesquisadora* (2023).

Considerando-se que as diferentes pautas dos movimentos feministas advêm do fato de que “mulher” não é uma categoria universal e que as opressões sexistas operam e são entendidas pelos sujeitos de diferentes formas, qual seria a definição de feminismo ou melhor, qual definição de feminismo poderia abarcar as reivindicações de tantas mulheres de uma maneira mais satisfatória? Segundo bell hooks (2019b, p. 65) a compreensão do feminismo como um

movimento político que luta pelo fim de toda opressão sexista, além de contemplar as pautas reivindicatórias de diferentes feministas colaboraria ao direcionar a “nossa atenção para os sistemas de dominação e para as inter-relações entre sexo, raça e opressão de classe”. Acerca da questão da autossuficiência econômica na luta pelo fim da dominação patriarcal, bell hooks explicita que,

A pobreza se tornou uma questão feminina central. Tentativas patriarcais capitalistas da supremacia branca para desmanchar o sistema de assistência social em nossa sociedade privarão mulheres pobres e indigentes do acesso às necessidades mais básicas da vida: abrigo e comida. Na verdade, ao retornar ao lar fundamentado na dominação masculina patriarcal em que homens são provedores é a solução oferecida a mulheres por políticos conservadores, que ignoram a realidade do desemprego em massa – tanto de mulheres quanto de homens -, fato de que simplesmente não há emprego e que vários homens não querem sustentar economicamente mulheres e crianças, mesmo que tenham salário. Não há pauta feminista atual que ofereça às mulheres uma saída – uma maneira de repensar o trabalho. Uma vez que o custo de vida da nossa sociedade é alto, para a maioria dos trabalhadores, incluindo as mulheres, o trabalho não leva à autossuficiência econômica. Ainda assim, autossuficiência é necessária se as mulheres quiserem ser livres para escolher o contrário da dominação masculina, para serem totalmente autorrealizadas (Hooks, 2019a, p. 85- 86).

A importância da autossuficiência econômica para a libertação da mulher, presente na reflexão proposta pela autora desnuda que esse tema é atravessado pelos direitos reprodutivos, haja vista a situação de milhões de crianças brasileiras que sequer tem o nome paterno em seu registro de nascimento, sem contar o fato de culturalmente, os cuidados do lar e da prole serem atribuídos quase exclusivamente à mulher, que tende a abandonar os estudos para constituir o matrimônio e é incentivada a abdicar do trabalho para cuidar dos filhos, não por escolha mas por imposição do poder patriarcal e falta de rede de apoio.

Devido ao comprometimento deste trabalho com a teoria feminista interseccional, direciono minha atenção à obra, *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, na qual a professora Guacira Louro (2014) incita a reflexão sobre como foi difícil e ainda é assumir a defesa dos feminismos como epistemologia de pesquisa, pois,

Se admitirmos como padrão da ciência – e então de pesquisa, como meio de fazer ciência – uma ação regida por paradigmas teóricos e por ordenados procedimentos metodológicos, caracterizada pela atitude desinteressada, objetiva, isenta; e, se ao mesmo tempo, entendemos que o feminismo implica um posicionamento interessado, comprometido e político, estamos diante de um impasse: somos cientistas/pesquisadoras ou somos feministas. Seria impossível ser uma *pesquisadora feminista*. Busco, no entanto, exercer essa atividade - reconhecendo-me nesta identidade – assim como o fazem inúmeras mulheres (e homens feministas). Aceitar ou reivindicar tal qualificação supõe um processo que passa, certamente, por uma aceitação anterior: a de que nenhuma pesquisa, ou melhor, nenhuma ciência é desinteressada ou neutra. A pesquisa feminista é, então assumidamente, uma pesquisa interessada, ela fala a partir de um dado lugar (*Ibidem*, 146-147, Grifos da autora).

Além de coerente com o pensamento de Paulo Freire no que tange a não neutralidade da educação (e da pesquisa) e da necessidade de consideração do caráter político, a reflexão proposta carrega em si outros aspectos como a implicação desta pesquisa, *pensada feita com um rigor outro* (Macedo, 2009) e a decisão pela adoção dos termos “defendo o feminismo”, no lugar de “sou feminista”, conforme recomendado por bell hooks (2019b, p. 63), pois,

Para fortalecer o engajamento feminista no sentido de um compromisso político, deveríamos evitar usar a frase ‘sou feminista’ (essa estrutura linguística que remete à identidade e à autodefinição da pessoa) e dizer ‘defendo o feminismo’. Por conta da ênfase indevida nos quesitos identidade e estilo de vida, as pessoas costumam incorrer em perspectivas estereotipadas sobre o feminismo. Tirar a atenção dos estereótipos e necessário se quisermos rever nossas estratégias e trilhar novos caminhos. Tenho constatado que dizer ‘sou feminista’ geralmente significa que estou conectada a noções preconcebidas de identidade, papel e comportamento. Quando digo ‘defendo o feminismo’, a resposta que geralmente surge é ‘o que é feminismo?’. A frase ‘defendo o feminismo’ não implica o tipo de absolutismo sugerido pela afirmação ‘sou feminista’. Ela não nos engaja naquela mentalidade dualista que constitui um componente ideológico central de todos os sistemas de dominação da sociedade. Implica antes que uma opção foi feita, que o compromisso com o ato de vontade [...].

Acerca dos estereótipos atribuídos às feministas, lembrei-me que após a realização do círculo freireano com conversas sobre a Lei Maria da Penha, ouvi de um professor do CERJ no Conselho de Classe do 1º bimestre de 2022, que alguns estudantes do 2º ano lhe perguntaram em sala de aula, se “*teriam que aguentar o meu feminismo?*”, questão que ele respondeu afirmativamente, por considerar que o feminismo é a luta por igualdade de gênero. Os risos de alguns e a exposição imediata da questão que eu desconhecia à coletividade provocaram-me estranhamentos, considerando-se que estávamos na presença das gestoras, coordenadoras e da agente de acompanhamento de gestão escolar. Ouvi com tranquilidade a enunciação do colega, porque estávamos acolhendo a reclamação de uma professora acerca da indisciplina desses estudantes e principalmente, por acreditar que os homens podem ser nossos aliados. A experiência que narrei fez emergir a reflexão sobre a construção da consciência política feminista, considerando-se que,

Muitas mulheres relutam em aderir ao feminismo porque não se sentem seguras quanto ao significado do termo. Mulheres de grupos étnicos explorados e oprimidos às vezes descartam o termo porque não querem ser vistas como apoiadoras de um movimento racista; o feminismo geralmente é associado à luta das mulheres brancas por direito. Muitas mulheres consideram o feminismo sinônimo de lesbianidade; por serem homofóbicas, evitam se vincular a qualquer grupo identificado como pró-lésbicas. Algumas mulheres temem a palavra ‘feminismo’ porque não querem se identificar com nenhum movimento político, especialmente àqueles vistos como radicais. Nesse caso, são mulheres que não querem de forma alguma ser associadas ao movimento pelos direitos das mulheres, colocando-se à margem e contra ele. Muitas mulheres estão mais familiarizadas com as perspectivas negativas sobre a ‘libertação das mulheres’ do que com os significados positivos do movimento. É o significado e o poder político positivos desse termo que devemos lutar por recuperar e preservar (Hooks, 2019b, p. 55).

Em outro momento, no início de 2023, registrei em meu caderno de campo que um estudante me contou que o mesmo professor que mencionei acima, que a título de informação, não assinou o Termo de Consentimento desta pesquisa, porque não teria conseguido acessar o formulário do Google (apesar de também não ter devolvido a versão impressa assinada, nas duas tentativas que eu fiz), havia lhe dito que eu era “PP (Professora Plataforma)”. Consultado por mim, o professor contou-me que o estudante se queixou da minha decisão de usar o Google Classroom na mediação da *playlist*, #8M – *Mulher*, cocriada pelos praticantes do CERJ.

Apesar das situações vivenciadas concordo que a propagação da ideia de que “os homens são inimigos” é inadequada, pois “quando deixamos de insistir na opinião simplista de que ‘homens são inimigos’, somos compelidas a examinar os sistemas de dominação e nossa contribuição para a manutenção e perpetuação” (Hooks, 2019b, p. 55). Sendo assim, a plataforma segue sendo utilizada para a realização de atividades de Biologia, mas também de outras disciplinas e da coordenação da escola, que nos incentiva e apoia na mediação dos processos educativos a partir do digital em rede.

Diante do exposto, considero importante trazer ao debate as contribuições ciberfeministas de Santos, Fernandes e York (2022, p. 141), que mergulharam nos multiletramentos críticos, promoveram encontros e tessituras de saberes com as trans(feministas) em *lives* realizadas no Instagram, deixando evidente a potência criadora das (ciber)invenções e do (ciber)ativismo nas redes sociais que, segundo as autoras, são espaços multirreferenciais de *aprendizagem* *in* *sino* e pesquisa e podem favorecer a promoção de,

[...] Novos coletivos, práticas e metodologias, interação, visibilidade e o estar junto virtual de pessoas geograficamente dispersas, o que, para além do encontro interpessoal, fortalece os afetos, os pertencimentos e as identidades (em um âmbito estratégico e nunca estático). A legitimação desses espaços online como ambiências formativas potencializa o trabalho e uso criativo para produções, autorias e compartilhamentos, com desdobramentos e operações conceituais autênticas, que geram novas perguntas de vida e de pesquisa. São espaços que possibilitam a circulação de conteúdos científicos e democratização do acesso de leitoras(es) às(aos) suas(seus) autoras(es), professoras(es), alunas(os), entre outros pares, e ainda esse acervo pode se transformar em artefatos curriculares e culturais, uma vez gravados em vídeos e armazenados em redes sociais para acesso e uso posterior à transmissão ao vivo. As *lives* como potencialidades aos multiletramentos críticos podem mobilizar novos arranjos às expressões de cidadania e de insurgência ao lugar de fala das várias mulheridades. Por meio desse espaço de potência, é possível reconhecer práticas culturais de ativismos, engajamentos, protagonismos e ações de alteridade, produção coletiva, dinâmica, ‘inter-ativa’, ‘recre-ativa’ e profundamente criativa. Essa abertura ao debate, em que tensões, resistências e lutas são travadas nas pautas sociais e políticas, a interpretação e a atribuição de sentidos críticos às expressões ideológicas plurais são disparadoras da construção de contradiscursos ante as narrativas hegemônicas.

Nas próximas linhas, apresento a aproximação dialógica entre o pensamento do educador Paulo Freire e as ideias de teóricas que se dedicam ao estudo da teoria feminista interseccional.

#### **4.1 Educação freireana e feminismo interseccional: do encontro (aparentemente) inusitado à insurgência transgressora da educação como a prática da liberdade**

A partir de agora, explico a contribuição de Paulo Freire e, sobretudo, a decisão de partir principalmente, da sua *Pedagogia do Oprimido*, uma obra tão criticada pelas feministas dos Estados Unidos, na década de 1970. Acerca disso, Freire (2018a) nos conta que as críticas despertaram a sua atenção sobre a discriminação de gênero, mas, salienta que o contexto histórico em que o livro foi escrito não foi considerado. Nesse sentido, Freire (2000) ressalta que a educação varia no tempo e no espaço, pois tem historicidade. Embora a consideração da historicidade não tenha sido uma tentativa de se desculpar pelo emprego da linguagem sexista, Freire (2018a, p. 328) reconheceu que não conseguiu escapar “dos poderes envolventes de uma cultura altamente sexista” existentes em nosso país e ponderou que, após refletir sobre as críticas, tentou retirar as características degradantes para as mulheres presentes em sua linguagem, e também insistiu para que seus tradutores americanos apresentassem o seu trabalho como não sexista.

Cabe frisar que, inicialmente, Paulo Freire não recebeu bem as críticas dirigidas à linguagem sexista presente em sua obra. Ele se defendeu tentando explicar que o termo “homens” incluía as mulheres. Posteriormente, ele reconheceu o machismo e entendeu que não se tratava de uma questão gramatical, mas sim ideológica. A partir desse momento, o educador passou a utilizar “homens e mulheres” e, pedagogicamente, nos saudou com uma reflexão na obra *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido* ao propor o seguinte questionamento: se em uma sala com duzentas pessoas há somente um homem, por que a gente deve continuar a dizer que “eles todos são trabalhadores e dedicados?” (Freire, 2018a, p. 93).

As línguas de origem latina, como o Português e o Espanhol apresentam fortes marcadores de gênero. O sexismo linguístico observado na língua portuguesa, é uma ferramenta do poder patriarcal, pois se ele manifesta com parâmetros sexistas, circunscritos em práticas, registros e narrativas que colocam o homem no centro no mundo, conforme apontado pela advogada Salete Silva (2017). Nessa perspectiva, onde as experiências masculinas são as referências e a disseminação das palavras e ideias acontece a partir do interesse desse grupo, a

linguagem sexista, privilegia o homem em detrimento de outros grupos, incorporando-se cotidianamente como se fosse o representativo da humanidade, conforme apontado pela jurista (*Ibidem*). Operando de modo diferente, é possível mencionar outras línguas que admitem o emprego de pronomes neutros, como o observado no idioma inglês e no alemão ou ainda, a ausência de marcadores de gênero, como ocorre nas línguas japonesa, tailandesa, turca, finlandesa e iorubá.

No tocante à presença da linguagem sexista nas primeiras obras de Paulo Freire, são necessárias duas ressalvas. Primeiro, é importante destacar que a decisão do educador foi importante naquele tempo, mas precisa ser superada, pois “os dualismos<sup>19</sup> ou dicotomias ocidentais têm sua gênese na estruturação do pensamento europeu de base greco-romana” e são estruturas que hierarquizam e separam o que é válido ou não, o que tem mais ou menos valor (Pinheiro, 2023, p. 120). Em segundo lugar, é necessário ponderar que para Paulo Freire não basta mudar apenas a linguagem, embora esse seja um passo relevante, considerando-se que também precisamos descolonizar corpos, conhecimentos, currículos, epistemologias etc. As mudanças na sociedade são influenciadas pela cultura e historicamente produzidas, portanto, é imprescindível compreender o comprometimento do pensamento freireano com a transformação social e salientar a necessidade de educar e nos educar no mundo e com o mundo.

Nessa ótica, em *Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade*, Gloria Watkins conversa com bell hooks, sua voz escritora e estabelece um diálogo lúdico sobre a obra de Paulo Freire. No inusitado “encontro”, a autora estadunidense revela sua forte identificação com os camponeses marginalizados das obras do educador brasileiro, principalmente, quando começou a questionar “a política da dominação, o impacto do racismo, do sexismo, da exploração de classe e da colonização que ocorre dentro dos próprios Estados Unidos”, de modo mais profundo (Hooks, 2013, p. 66).

Segundo a autora e feminista interseccional que nos deixou em 2021, apesar da linguagem sexista presente, sobretudo, nas primeiras obras de Paulo Freire, “é o pensamento feminista que dá força para fazer uma crítica construtiva” ao trabalho do educador (*Ibidem*, p. 70). Acerca disso, a autora revela que encontrou Freire quando:

---

<sup>19</sup> Em contraposição à visão dualista tradicional e colonial que considera sexo *versus* gênero e entende esses conceitos como polos dicômicos e irreconciliáveis, as feministas biólogas, como Anne Fausto-Sterling (2019) defendem a perspectiva biossocial na qual sexo/gênero não são opostos e muito menos independentes, pois a fisiologia poderia influenciar o gênero e a identidade de gênero, tanto individualmente quanto culturalmente e as estruturas generificadas podem produzir transformações em estruturas e funções biológicas. Além de nos ajudar a pensar sexo/gênero como um espectro (*continuum*), a partir da perspectiva biossocial, no artigo *The five sexes, revisited*, a autora questiona a classificação dicotômica entre sexo/gênero pautada nos pares homens-machos e mulheres-fêmeas, em consideração à existência e reivindicações das pessoas intersexo (*Idem*, 2000).

Estava sedenta, morrendo de sede (com aquela sede, aquela carência do sujeito colonizado, marginalizado, que ainda não tem a certeza de como se libertar da prisão do *status quo*), e encontrei na obra dele [...] um jeito de matar essa sede. Encontrar uma obra que promove a nossa libertação é uma dádiva tão poderosa que, se a dádiva tem uma falha, isso não importa muito (*Ibidem*, p. 71).

A teórica do feminismo interseccional, ainda argumenta que Paulo Freire favoreceu a transformação do seu pensamento crítico e contribuiu no engajamento da sua luta, ao mencionar uma frase do educador brasileiro que mexeu profundamente com ela: “não podemos entrar na luta como objetos para nos tornarmos sujeitos mais tarde” (*Ibidem*, p. 66). Mas, ressalta que em nenhum momento deixou de considerar a linguagem sexista e o modo como o educador brasileiro, assim como tantos outros pensadores constroem “um paradigma falocêntrico da libertação – onde a liberdade e a experiência da masculinidade patriarcal estão ligadas como se fosse a mesma coisa” (*Ibidem*, p. 69).

Acerca disso, é imprescindível ressaltar que o falocentrismo não é uma característica que se restringe às obras de Paulo Freire, pois esse mecanismo é comum na ciência, na arte e na literatura e se perpetuou durante séculos devido à valorização majoritária de produções idealizadas por homens brancos, como nos explica Pinheiro (2023), ao discutir que dificilmente, a primeira imagem que vimos na vida em uma obra da área de Ciências da Natureza era de uma pessoa negra, homossexual, trans, com deficiência ou um corpo obeso, pois geralmente,

O que nos é mostrado é um corpo de um homem branco cisgênero adulto em idade economicamente ativa, com estética de ‘machão’, com pênis destacado, corpo atlético e sem deficiência. Essa é a noção de humanidade produzida e difundida nos manuais científicos que adentram a escola básica e formam o imaginário coletivo do nosso povo. É justamente esse corpo branco, cis, falocêntrico, capacitista e gordofóbico que aparece nas imagens da evolução humana desde os primitivos hominídeos, representando o máximo desenvolvimento humano. O ser genérico é esse homem e tudo que está fora dessa representação é menos humano. De acordo com essa representação, largamente difundida nos livros didáticos de ciências, são os homens brancos que estão no topo da nossa humanidade, e é justamente por isso que eles têm representatividade nos espaços de poder [...] (*Ibidem*, p. 118-119).

Partindo dos pressupostos apresentados é importante destacar que, mesmo com o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos, ainda existem inúmeras críticas e uma necessidade de universalização, porque diversos grupos têm seus direitos humanos violados em função da sexualidade, como:

Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, bem como pessoas que exercem a prostituição e pessoas que vivem com HIV/AIDS. Ainda há grupos aos quais erroneamente se supõe o não exercício da sexualidade, como é o caso das pessoas idosas, pessoas com deficiência; e outros para os quais se supõe a impertinência na reprodução, como é o caso das pessoas com deficiência, em situação de prisão, adolescentes e pessoas com orientações sexuais não heterossexuais (BRASIL, 2013a, p. 16).

Nesse sentido, de acordo com Hooks (2020), as lutas contra o machismo, o racismo e a exploração de classe devem ser constantes, portanto, se o sexismo é mais perverso com as mulheres pobres, negras, lésbicas e transexuais é importante nos comprometermos com a pedagogia feminista implicada na luta pelos direitos reprodutivos, imprescindíveis à proteção das pessoas mais vulneráveis e para dar sustentabilidade à libertação (*Idem*, 2019a).

Em sua análise acerca da violência sexual e colonial, a filósofa Sueli Carneiro (2019) destaca que nas teorias feministas latino-americanas, o gênero é uma condição relevante, desde que não dissociada de outras categorias de opressão. Nesse contexto, outro fato que merece ser ressaltado é o aumento de casos de violência contra as mulheres e sujeitos LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e/ou transexuais, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e pessoas não binárias). Principalmente, porque 4.621 mulheres foram assassinadas, entre os anos de 2005 e 2015 e 179 travestis e transexuais foram assassinadas no ano de 2017, dado que lamentavelmente, mantém o Brasil na liderança mundial de assassinatos de pessoas transsexuais, conforme os registros da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Amaro, 2018).

Os índices evidenciam a importância da discussão da temática na escola e o desenvolvimento de ações educativas que estimulem o respeito às relações de gênero e à diversidade sexual, sobretudo, porque em muitas sociedades as relações de gêneros são desiguais (BRASIL, 2013a). Acerca disso, é importante refletir que “toda relação de dominação, de exploração, de opressão já é, em si, violenta”, acrescida de uma sutil observação proferida por Frantz Fanon, pois “o opressor aprende a torturar, torturando o oprimido. O oprimido, sendo torturado pelo opressor” (Freire, 2021, p. 70). Em uma palestra realizada na década de 1980, revista depois na forma de artigo, Audre Lorde (2019, p. 248), nos alertou sobre as “ferramentas” do opressor, mecanismos que garantem a manutenção das velhas estruturas de opressão. Segundo a autora, em *Pedagogia do oprimido*, Paulo Freire elucida que:

O verdadeiro foco da mudança revolucionária nunca está simplesmente nas situações opressivas das quais buscamos fugir, mas sim naquele pedaço do opressor que está plantado no fundo de cada um de nós, e que só conhece as táticas do opressor (Lorde, 2019, p. 248).

Ao nos orientar a ponderar que “mudar é crescer e crescer pode ser doloroso”, a autora salienta que a luta nos aperfeiçoa, sobretudo, quando instaurada ao lado daqueles diferentes de nós, mulheres negras e brancas, de diferentes idades e orientações sexuais, mas que partilham os mesmos objetivos e pelejam pela sobrevivência (Lorde, 2019, p. 248). Portanto, se “mudar é difícil, mas possível” (Freire, 2018b, p. 210), a escola deve assumir o papel de educar para a tolerância, o respeito ao outro, o cuidado de si e o combate a toda forma de discriminação.

Nesse sentido, a realização de uma pesquisa que contempla a investigação dos processos de *aprendizagem* dessa temática na Educação Básica e, também na formação continuada de educadores, possivelmente poderia ser um disparador da reflexão e promoção das mudanças necessárias.

Segundo Denize Sepulveda e Ivan Amaro (2018), no centro desse debate, o estudo das relações de gênero ascende como foco de inúmeras pesquisas forjadas nas ideias de resistência, fundamentadas na decolonização de currículos e comprometidas com a problematização da heteronormatividade e a desconstrução de ideias sexistas no cotidiano escolar. Essas pesquisas são desenvolvidas para “revelar o ‘irrevelável’, ver o não visível, olhar o que nos foi negado, perceber o que nos fizeram não perceber, desinvisibilizar o que foi invisibilizado...” (Sepulveda; Amaro, 2018, p. 12).

Nesse momento, partindo da necessidade de contextualizar as escolhas político-epistemológicas contidas nesta tese, passo a delimitar alguns conceitos fundamentais implicados com a ideia de educação não sexista, antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica. Por isso, relato os movimentos precursores da pesquisa e, também, as conquistas históricas no campo dos direitos das mulheres no país. Em *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*, Paulo Freire (2000) desvela a barbárie em que os povos originários do nosso continente foram submetidos no processo de conquista pelos europeus há 500 anos. E assevera que a dominação dos corpos permanece e se repete “hoje na luta dos ‘sem-terra’, dos ‘sem-casa’, dos favelados; na luta contra a discriminação racial, contra a discriminação de classe, de sexo” (*Ibidem*, p. 34).

Na obra, que reúne justamente os últimos escritos do educador antes da sua partida, podemos perceber o quanto ele era sensível a essa e a outras questões urgentes, na medida em que ele questionava o “descobrimento da América” e a manutenção dos mecanismos de opressão, no final do século XX. As observações anteriores são relevantes, uma vez que a concepção de educação freireana é pautada no diálogo e na consideração da ética e da estética no processo educativo. Desse modo, Paulo Freire denuncia as discriminações e violações de direitos que, lamentavelmente marginalizam indígenas, negros e mulheres e colocam suas vidas em risco, de modo que seria recomendável que educadores e pesquisadores refletissem sobre a necessidade de insurgência de uma educação não-sexista, antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica.

Seguindo essa linha de pensamento, é relevante acrescentar à discussão as contribuições da *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*, na qual Paulo Freire salienta que:

[...] Os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos. É preciso deixar claro que a transgressão da eticidade jamais pode ser vista ou entendida como virtude, mas como ruptura com a decência. O que quero dizer é o seguinte: que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contar ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar (Freire, 2011b, p. 59).

Na obra supracitada, o educador brasileiro ressalta que “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição do discurso e práticas discriminatórias (*Ibidem*, p. 36), ao mesmo tempo em que nos recomenda que:

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres (p. 37).

Em uma reunião no GPDoC, a professora Edméa Santos nos convidou a pensar que Paulo Freire teve a oportunidade de pensar sobre as opressões de gênero e de se posicionar. A professora nos recomendou o vídeo *O andarilho da utopia*, do Projeto Livro Livre (Iba Mendes, 2016), que traz alguns áudios veiculados originalmente via rádio, que possibilitam o acesso às narrativas nas quais Paulo Freire destaca as diferenças culturais e sua reflexão sobre o machismo, a partir do observado em suas andanças mundo afora. No material mencionado, a partir de 44 minutos, podemos ouvir o momento em que o educador narra o episódio em que ele colocou uma das mãos no ombro de um homem no Chile e foi preterido, pois o gesto era algo muito delicado naquele país. Em seguida, podemos ouvi-lo contar sobre a sua visita à Tanzânia, na ocasião em que um anfitrião entrelaçou suas mãos às dele durante o deslocamento pelo povoado, provocando uma reflexão no educador acerca do que “o pessoal do Recife iria pensar se visse a cena”. A figura 24, evidencia a capa do vídeo. O QR code e o link direcionam ao material disponibilizado no YouTube.

Figura 24: Capa do vídeo com registros radiofônicos e narrativas de Paulo Freire



Fonte: Iba Mendes, 2016. Disponível em: <https://youtu.be/2251LEHxWOc?si=WnVqzqBTZJrg3xkH>

Em *Paulo Freire e a condição da mulher*, Balduino Andreola (2016) discute o modo como o patrono da educação nacional reconheceu o machismo, pôde refletir sobre a sua infância pobre e a sua relação com a sua mãe e depois com suas esposas e filhas e filho, reiterando que Paulo Freire não deixou de recomendar que seus revisores cuidassem da linguagem, do mesmo modo como amorosamente sempre nos orientou a recriá-lo ao invés de copiá-lo.

Em seu texto, Andreola (2016) narra como o menino Paulo reagiu às humilhações que dona Edeltrudes Neves Freire passou para alimentar seus filhos quando ficou viúva e, posteriormente, já adulto, pôde questionar a solidão imposta à mãe pelos seus irmãos, após a partida do seu pai. As narrativas me ajudaram a refletir sobre o meu trabalho e me levaram a retomar as ideias discutidas em Freire (2000, p. 31-32), na qual o educador assevera que:

Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que fizemos e o que fazemos. Desrespeitando os fracos, enganando os incautos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando o índio, o negro, a mulher não estarei ajudando meus filhos a ser sérios, justos e amorosos da vida e dos outros...

Os movimentos desta pesquisa e particularmente, a leitura de "*Cartas para minha avó*", de Ribeiro (2021), conduziram-me à redescoberta da obra, "*Bisa Bia, Bisa Bel*" (Machado, 2007), que eu havia lido aos oito anos de idade, nas aulas de Língua Portuguesa, quando cursava a 3ª Série do Ensino Fundamental (atual 4º ano). Na obra, a escritora Ana Maria Machado destaca a presença de vozes femininas de várias gerações, principalmente, a bisavó Bel e a bisneta Bia, ao mesmo tempo em apresenta algumas conquistas do movimento feminista, como

a emancipação das mulheres no Século XX e discussões sobre a superação do estereótipo de fragilidade e passividade e o direito de não adotar o sobrenome do marido após o matrimônio.

As contribuições do estudo de Maria da Luz Sales e Ana Clara Maués (2021), que mapearam a presença de ideias feministas no livro infantil publicado originalmente, por Ana Maria Machado em 1981, me ajudaram a perceber que tive acesso à discussão de relações de gênero, em meus primeiros anos de formação escolar, algo que eu nem considerava quando iniciei esta pesquisa, em razão de ter sido educada em um ambiente familiar imerso às ideias sexistas. Abaixo, partilho alguns registros no meu Facebook (Figura 25) e também um trecho da obra de Ana Maria Machado, em que a personagem Bia nos conta sobre a afetuosa relação estabelecida com sua Bisa Bel, uma ancestral que ela não chegou a conhecer, mas que se tornou presente em sua vida, após o encontro de uma antiga fotografia.

Figura 25: Redescobrimo Bisa Bia, bisa Bel e o feminismo em meus primeiros anos na escola



Fontes: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2023) e Machado (2007, p. 5).

O encontro geracional narrado na obra infantil capturou a minha atenção, me fez recordar a doçura do colo da minha avó e a cura dos banhos com ervas preparados pela minha mãe, favorecendo a redação da dedicatória apresentada nas primeiras páginas desta tese. Assim, como as ideias de Ribeiro (2021, p. 43), acerca da importância de reverenciarmos àqueles que nos abriram os caminhos:

Penso que somente a geração futura poderá fazer justiça às mais velhas ou compreender outros olhares. Como se diz no candomblé, os mais novos precisam dos mais velhos, reconhecer o caminho pavimentado, mas os mais velhos também precisam dos mais novos, para seguirem existindo e tendo senso de continuidade.

Como a leitura das obras acima despertou a recuperação das minhas memórias ancestrais e escolares, dirigi meu olhar para o cotidiano do CERJ à procura de indícios do desenvolvimento de atividades educativas relacionadas à tessitura de conhecimentos de DSR. Desse modo, nas próximas linhas, narro o mergulho no cotidiano escolar, que permitiu a observação de pistas acerca do interesse juvenil pela temática da sexualidade e favoreceu a discussão sobre as relações de gênero e poder.

#### **4.2 Juventudes e sexualidade: relação de poder e gênero *dentro* da escola**

De acordo com Monique Silva (2013), as existências juvenis são influenciadas pelas imagens produzidas na interconexão entre artes, mídias e o consumo e as identidades se revelam móveis, voláteis e até mesmo reativas em razão da padronização imposta pela cultura. Diante do exposto, tentar reduzir as culturas juvenis, suas contradições e diversidade “à homogeneidade de uma narrativa única” seria desastroso do ponto de vista teórico (Freire-Filho, 2007, p. 54). Por isso, utilizaremos o termo juventudes neste trabalho, em respeito à pluralidade cultural.

Estudar o cotidiano das escolas pode nos ajudar a entender como as “as juventudes se mimetizam “numa teia de toques e estreitamentos que revelam a complexidade de seu existir”, principalmente, frente às diversas tentativas de adequação e aprisionamento, perpetrados pelos mecanismos de repressão social existente na história (Silva, 2013, p. 81). Assim, os cotidianos escolares são *espaçotempos* de virtuosidades e de disputas entremeadas por relações de poder, pois a escola é campo de enfrentamento das ofensivas conservadoras, pela adoção de uma postura crítica, reflexiva e formativa, centrada no respeito à diversidade sexual e às relações de gêneros (Sepulveda; Amaro, 2018). Para favorecer o entendimento das questões mencionadas, apresento a contribuição de Michel Foucault (1926-1984), filósofo que admitia que o poder não se exerce isoladamente e de maneira individual, pois tem caráter relacional e deve ser compreendido como:

A multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios de tais correlações de forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas, ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam em si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na forma de lei nas hegemônias sociais (Foucault, 2017, p. 100-101).

Outro aspecto que merece ser considerado é que o desenvolvimento dos sujeitos depende da combinação de aspectos biológicos, psicológicos, socioambientais e culturais e que

a interação entre esses diferentes elementos possibilita a construção da identidade sexual e de gênero, desse modo,

Sexo refere-se a um conjunto de características genotípicas e biológicas. Gênero é conceito que se refere a um sistema de atributos sociais – papéis, crenças, atitudes e relações entre mulheres e homens – os quais não são determinados pela biologia, mas pelo contexto social, político e econômico, e que contribuem para orientar o sentido do que é ser homem ou ser mulher numa dada sociedade. Portanto, o gênero é uma construção social e histórica (Brasil, 2013a, p. 17).

Contudo, essa distinção já não nos atende, pois não podemos insistir na separação radical que conceitua o sexo e o gênero, respectivamente como algo biológico ou uma categoria exclusivamente produzida pela cultura, principalmente, porque “quando o status construído do gênero é teorizado como radialmente independente do sexo, o próprio gênero setorna um artifício flutuante” (Butler, 2021, p. 26). Esta problematização está presente na obra, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, publicada originalmente em 2003, onde a filósofa estadunidense Judith Butler nos faz refletir sobre as seguintes questões:

Podemos referir-nos a um “dado” sexo ou um “dado” gênero, sem primeiro investigar como são dados os sexo e/ou gênero e por que meios? E o que é afinal, o “sexo”? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal, e como deve a crítica feminista avaliar os discursos científicos que alegam estabelecer tais “fatos” para nós? Teria o sexo uma história? Possuiria cada sexo uma história ou histórias diferentes? Haveria uma história de como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável? Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenham sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nula (*Ibidem*, p. 26-27).

Nesse sentido, Ana Urpia (2020, p. 389) alerta que devemos “ter cuidado para não resumir o sujeito corporificado à sua natureza semiótica ou discursiva, assumindo um reducionismo cultural que é tão perigoso quanto o reducionismo biológico”. As ponderações são relevantes em uma pesquisa que pretende investigar as relações de gênero (e poder) no cotidiano escolar, sobretudo, se considerarmos meu posicionamento político-epistemológico em favor da educação não sexista e antiLGBTQIAPN+fóbica, mas também, a minha formação inicial em Ciências Biológicas (e posteriormente em Pedagogia) e meu exercício na docência do componente curricular de Biologia na escola pesquisada. Nesse sentido, Guacira Louro (2000, p. 5-6) argumenta que:

Muitos consideram que a sexualidade é algo que todos nós, mulheres e homens, possuímos "naturalmente". Aceitando essa ideia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter construído. A sexualidade seria algo "dado" pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. No entanto, podemos entender que a sexualidade

envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou

mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. *As possibilidades da sexualidade* — das formas de expressar os

desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais *são*, portanto, *compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder* de uma sociedade. (Grifos meus).

Na esteira desse debate, é possível observar que apesar da formalização dos direitos sexuais e reprodutivos nas conferências internacionais e de avanços no planejamento familiar e na luta contra violência sexual sofrida pelas mulheres, segundo a Organização Pan-americana de Saúde, as estatísticas da gravidez na adolescência ainda são alarmantes na América Latina, mesmo com a discreta queda (OPAS, 2016). Na tentativa de reduzir esses números, desde janeiro de 2019 passou a vigorar a Lei nº. 13.798/19 que acrescenta o Art. 8º-A ao Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), Lei n.º 8.069/1990, instituindo o dia 1º de fevereiro como início da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência (Brasil, 2019a). Mesmo com o avanço vislumbrado com a instituição da Semana Nacional de Prevenção à Gravidez, é preciso entender que os direitos humanos são um campo de constantes tensões, o que torna o foco na luta uma tarefa contínua. A exemplo disso, convém destacar que nesse momento está em discussão no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº. 4883/2020 que prevê a mudança na realização da Semana Nacional de Prevenção na Adolescência que atualmente deve incluir o dia 1º de fevereiro para o mês de setembro, período realmente mais propício para o desenvolvimento de atividades no calendário letivo (Eduardo, 2022).

Os inúmeros embates, principalmente, nos campos educacional, político e religioso, não silenciaram a discussão acerca dos direitos reprodutivos proporcionando transformações nas legislações e avanços nas políticas públicas de saúde e segurança em diversos países da América Latina, de acordo com Ivone Gebara (2019). Entretanto, a autora destaca que embora os direitos reprodutivos sejam uma expressão contemporânea da luta por direitos de mulheres em diversas partes do mundo, eles entraram “no âmbito das religiões e particularmente do Cristianismo como uma discussão polêmica exigida pela necessidade de controle população imposta pelo Estado e das reivindicações de respeito às escolhas e decisões das mulheres” (*Ibidem*, p. 41).

Para ampliar a discussão, trago as contribuições da biografia, *Paulo Freire: uma história de vida* (Freire, A., 2018), na qual a professora Ana Maria de Araújo Freire apresenta uma série

de prefácios que o patrono da educação nacional, escreveu para obras relacionadas à temática sexualidade. No prefácio da obra *O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde*, organizada por Marcos Ribeiro, podem ser observadas a radicalidade e a atualidade do pensamento freireano manifestadas na denúncia à hipocrisia e cinismo de algumas pessoas (*Ibidem*). Nessa lógica de pensamento, é conveniente destacar o Projeto de Lei nº. 813/2019, que está tramitando no legislativo paulista. Um projeto preocupante, pois além de não respeitar o direito de escolha e culpabilizar, sobretudo as adolescentes que optaram pela iniciação da vida sexual, desconsidera que a educação sexual e reprodutiva é um direito dos jovens e que a abstinência sexual, ainda que seja uma decisão legítima, íntima e possa ser tomada independentemente do credo religioso, enquanto política educativa é uma medida pouco eficaz (Cabral; Brandão, 2020).

Outra questão bastante delicada, mas que precisa ser considerada é que a gravidez na adolescência pode reforçar a pobreza e até mesmo influenciar indicadores sociais, como a violência, e o abandono escolar, tendo como consequência, o controle dos corpos das mulheres e da sua capacidade reprodutiva e também, a dificuldade para conseguir um emprego formal, em razão da inconclusão dos estudos e do tempo dedicado aos cuidados com a prole. Diante do exposto, cabe ao poder público priorizar as atividades educativas que contemplem todos os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), com o foco nos direitos e na saúde sexual e reprodutiva, na informação acerca dos métodos disponíveis e no esclarecimento da legislação relacionada ao planejamento familiar. E, também, “garantir as ações de anticoncepção para todas as mulheres e homens em idade reprodutiva, adultas(os) e adolescentes, que desejem ter acesso a métodos e meios para regulação da sua fecundidade” (Brasil, 2005, p. 13).

Acerca da responsabilidade dos homens em relação à saúde sexual e à saúde reprodutiva é preciso discutir por que as questões relacionadas à anticoncepção, tradicionalmente são entendidas como responsabilidade exclusiva das mulheres. Principalmente, porque o pleno desenvolvimento de homens e mulheres poderia ser favorecido pela “construção de parcerias igualitárias, baseadas no respeito [...] e em responsabilidades compartilhadas” (Brasil, 2009, p. 6).

No intuito de discutir o assunto, seria pertinente incentivar que os homens possam se conscientizar sobre seus direitos e deveres em relação a sua participação no planejamento reprodutivo, sobretudo, com base no documento da Conferência Internacional Sobre a Mulher, realizado em Pequim, no ano de 1995 que reconhece o:

Direito de controle e decisão, de forma livre e responsável, sobre questões relacionadas à sexualidade, incluindo-se a saúde sexual e reprodutiva, livre de

coerção, discriminação e violência. A igualdade entre mulheres e homens, no que diz respeito à relação sexual e reprodução, incluindo-se o respeito à integridade, requer respeito mútuo, consentimento e divisão de responsabilidades pelos comportamentos sexuais e suas consequências. (Brasil, 2010).

A paternidade não deveria ser percebida apenas como obrigação legal, mas “como um direito do homem a participar de todo o processo, desde a decisão de ter ou não filhos, como e quando tê-los, bem como do acompanhamento da gravidez, do parto, do pós-parto e da educação da criança” (BRASIL, 2008, p. 16). Ademais, a paternidade na adolescência, não deveria ser compreendida somente como algo a ser evitado, pois os jovens precisam ser atendidos em suas necessidades e projetos de vida (*Ibidem*). Desse modo, seria aconselhável que houvesse o maior envolvimento dos homens na vivência de uma paternidade responsável, na prevenção da gravidez não planejada e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), compartilhando “com as mulheres as responsabilidades relacionadas à criação dos filhos e à vida doméstica” (Brasil, 2009, p. 6).

#### 4.2.1 Percorrendo as pistas do interesse juvenil pelo tema sexualidade

O interesse de estudantes pelo tema sexualidade foi destacado no trabalho de Pedro Miranda e José Alves (2019) que investigaram os assuntos relacionados à temática mais apontados por estudantes matriculados no Ensino Médio. Partindo disso, a seguir revelo algumas pistas do interesse dos jovens encontradas no colégio pesquisado e que motivaram a investigação da tessitura de conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos no cotidiano escolar na perspectiva da educação freireana.

Monique Silva (2013, p. 83) afirma que por ser um espaço das juventudes, “a escola fulgura repleta de desafios e dualidades”. Assim, o cotidiano escolar é o *espaçotempo* onde se estabelecem as relações interpessoais e acontecem muitas experiências nas vidas dos jovens, que em contrapartida são influenciados, além de ser um palco de conflitos e resistência à tentativa de uniformização e contenção das individualidades e diferentes expressões estéticas juvenis. Com base nas informações acima e no paradigma indiciário de Ginzburg (1989) foram buscadas pistas do interesse juvenil pela temática da sexualidade no cotidiano do CERJ, a partir da observação dos cômodos que compõem os espaços, a mobília, as palavras escritas, das conversas, corpos, performances e comportamentos que poderiam evidenciar o interesse dos praticantes culturais.

Para Denize Sepulveda e José Antônio Sepulveda (2018), considerar o paradigma indiciário compreende a investigação daquilo que “não está à mostra, já que a realidade não se

desnuda enquanto tal. Situações que muitas vezes são tidas como insignificantes podem expressar muito ao pesquisador, já que são imagens da realidade pesquisada” (p. 59). Nesse sentido, os rabiscos à caneta ou corretivo nas paredes e carteiras escolares, frequentemente, são percebidos como vandalismo. Entretanto, para Monique Silva (2013, p. 84) revelam “a expressividade das imagens e das mídias no comportamento dos estudantes dentro da escola, visto que toda imagem produz escritas num sentido criativo circular”. Acerca disso, Berino (2009, p. 1) ressalta que:

O copista escolar e também artista que persegue a alteridade das imagens que produz. As folhas pautadas de um caderno, o papel ofício ou a folha, tamanho A4 são mídias demasiadamente rarefeitas para manifestar uma lancinante imagem da existência e impróprias para narrar as cosmovisões juvenis diante daquelas que estão inconscientes da linguagem pictórica da comunicação deflagrada pela escrita.

Assim, na investigação do processo de *aprendizagem* de conhecimentos acerca dos direitos sexuais e reprodutivos, foi realizado o mergulho nos *espaçostempos* da escola pesquisada no qual busquei indícios do interesse pelo tema sexualidade entre os jovens que habitam o cotidiano do CERJ. A seguir, apresento algumas pistas que consegui capturar no cotidiano escolar (figuras 26 a 29) que, evidenciam o interesse pelo tema sexualidade entre os jovens.

Figura 26: Estudante apresentando o trabalho sobre Métodos Contraceptivos no EducaCERJ, 2019



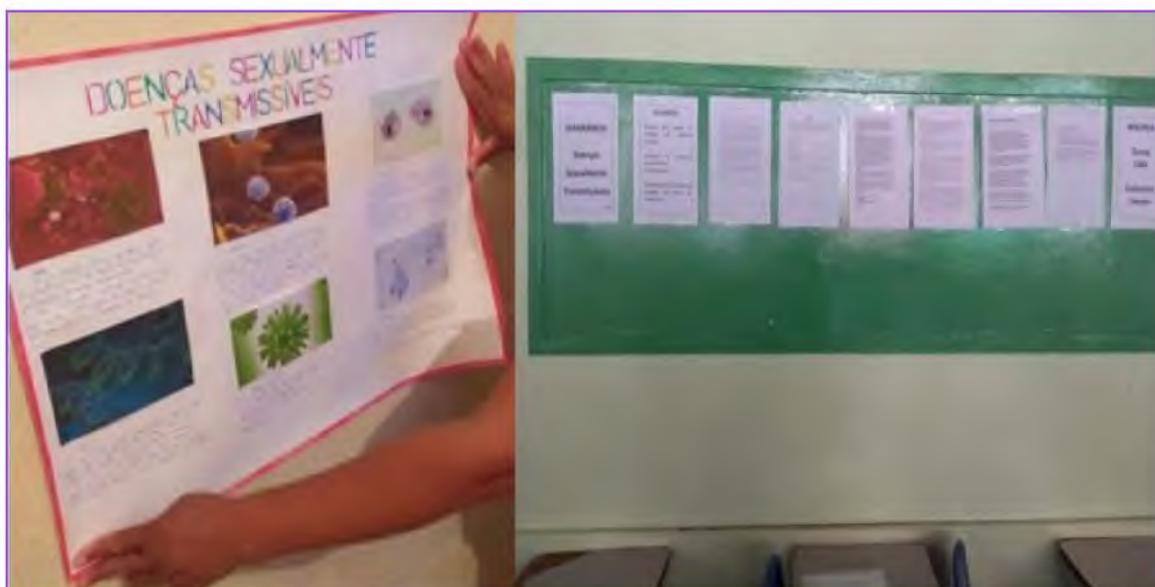
Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2019).

Figura 27: Imagens fálicas no mobiliário escolar - “rabiscos” nas carteiras



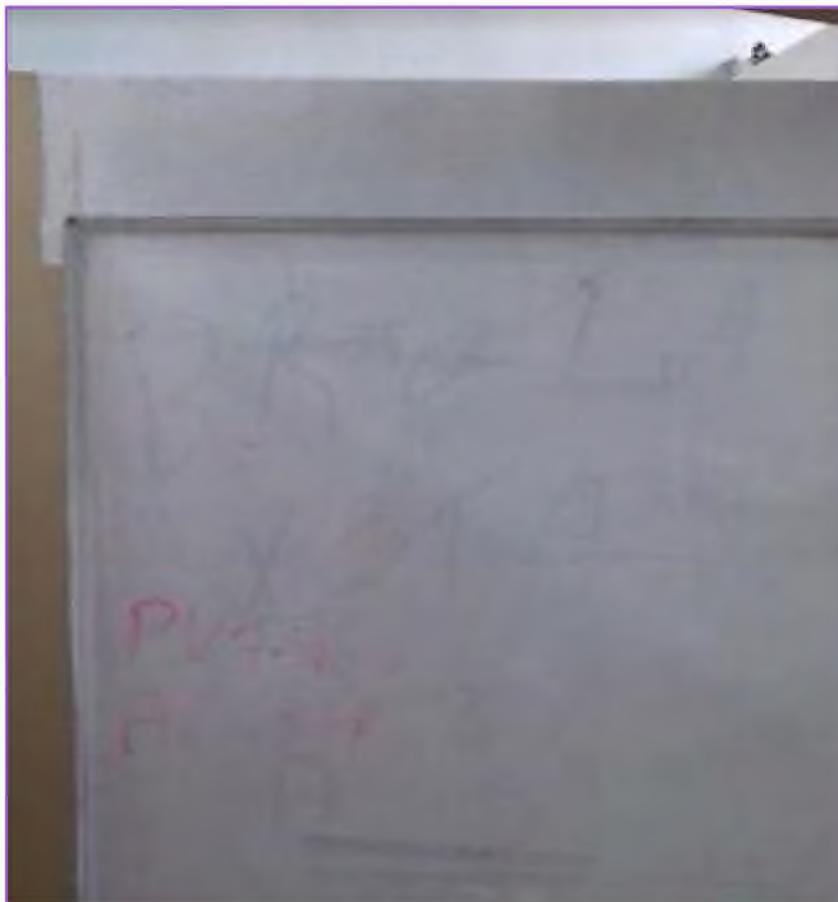
Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2020).

Figura 28: Pesquisa sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis e apresentação no formato de seminários



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2019).

Figura 29: Repintura frequente das portas de banheiros para encobrir a pichação de palavras ou injúrias de cunho sexual



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2020).

Apesar do reconhecimento da importância desses indícios observados no cotidiano escolar, registrados por meio da captação das imagens, seria pertinente também citar algumas narrativas. Acerca disso, Berino e Victório (2007, p. 11) afirmam que:

As imagens juvenis de maior relevância são seus corpos e falas geradores de imagens móveis, transitórias e transitantes de uma torrente de narrativas. Poéticas explicitam as redes de sentidos por meio das quais seus jovens autores inscrevem e descrevem suas vidas. Redes imagéticas em cujos movimentos fulguram suas criações, reproduções, irrealizações, fabulações e evocações, na permanente produção de suas próprias significações, suas autorias.

Entre as pistas observadas no cotidiano da escola pesquisada, entendidas neste estudo como indícios do interesse juvenil pelo tema sexualidade destacam-se:

- a. A queixa recorrente dos educadores sobre o comportamento e o rendimento de estudantes LGBTQIAPN+;
- b. a curiosidade dos estudantes sobre anatomia e fisiologia do corpo humano, a reprodução e métodos contraceptivos, entremeada por mitos e acanhamento inicial, mas que logo revela o interesse pelo cuidado de si;

- c. a busca por métodos de prevenção de ISTs destinados à relação sexual entre mulheres;
- d. o questionamento sobre a falta de políticas públicas voltadas para a saúde de lésbicas;

Também merece ser mencionado que no ano de 2018 os estudantes escolheram o tema “Orientação sexual” no Projeto de Leitura Escolar (PLE) e no ano de 2019 os discentes elegeram o tema *Bullying*, evidenciando a atenção dos jovens para as questões de alteridade, dados que me impulsionaram a orientar o estudo e o desenvolvimento de atividades sobre *bullying* sexual, como a produção de cartazes elaborados após a pesquisa de frases relacionadas ao tema, no intuito de incentivar reflexão sobre essa questão no cotidiano escolar.

Outros fatos que considero urgentes são o interesse sobre as medidas de contracepção de emergência (pílula do dia seguinte) e as dúvidas sobre as profilaxias anti-HIV (PrEP e PEP). A Profilaxia Pós-Exposição (PEP) compreende a administração de medicamentos antirretrovirais logo após a exposição ao fator de risco, por até 28 dias. Enquanto, que, a Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP) é o uso preventivo de medicamentos antes da exposição ao vírus da Imunodeficiência em humanos, reduzindo a probabilidade da pessoa se infectar (Brasil, 2019).

Abaixo, apresento a transcrição de uma conversa no dispositivo de mensagens do Facebook realizada em outubro de 2020, na qual uma estudante solicita informações para socorrer uma amiga que relatou um caso de violência sexual.

*Estudante K.* Boa tarde, desculpa incomodar, mas precisava muito da sua ajuda. Muito mesmo. *Lembro de uma aula que a senhora deu ano passado sobre a PEP. Poderia me lembrar melhor?* Minha amiga foi violentada e queria dar um suporte melhor pra ela. 😞😞

*Professora Janaína Rodrigues:* Oi, sinto muito. Ela precisa procurar um posto e pedir a pílula do dia seguinte e o coquetel anti-HIV. É gratuito. Acho que deverá tomar a PEP por 28 dias.

*Estudante K.* Qualquer posto?

*Professora Janaína Rodrigues:* O correto seria. Mas talvez o mais adequado seja o Cais Aterrado [Centro de Atenção Intermediária em Saúde]. Também deverá fazer os exames e ver algo de Hepatite.

*Estudante K.* Ela precisa “provar” algo? Pois acho que isso vai desestruturar ela mais ainda.

*Professora Janaína Rodrigues:* Eu iria primeiro ao hospital. Se exigirem, terá que fazer B.O., corpo delito. Mas espero que tenham sanidade [e cumpram a lei]. *A PEP é gratuita* pra todos. Mesmo quando a camisinha estoura.

*Estudante K.* Ok. Vou tentar resolver isso com ela.

*Professora Janaína Rodrigues:* Sim. QQ coisa avisa.

*Estudante K.* Ela nem sabia dessa PEP e tá com medo de ir e ter que fazer o B. O. [...]

*Professora Janaína Rodrigues:* Entendo. [...] É um crime subnotificado. O que só aumenta a impunidade. Mas compreendo que o processo pode fragilizar a vítima. Não deixe que fique sem atendimento por isso.

Estudante K. Ok.

*Professora Janaína Rodrigues:* Inclusive DEAM se for o caso. Acho que o médico é obrigado a comunicar. (Grifos meus).

Acerca das mensagens trocadas é conveniente ressaltar que, a conversa foi realizada no início do ano de 2020 e informar que a estudante não era mais minha aluna, pois já havia concluído o Ensino Médio, em 2019. Ademais, foi importante perceber como as nossas ações tocam nossos alunos de várias formas e observar também a sororidade, o cuidado de si e do outro. Muitas vezes o professor e a escola são portos seguros, espaço de direcionamento e acolhimento. É preocupante que os alunos tenham pouco conhecimento acerca da “Lei do minuto seguinte”, Lei nº. 12.845/2013 e da profilaxia anti-HIV, por outro lado, o uso de contracepção de emergência não é incomum, eu já presenciei algumas alunas tomando a pílula do dia seguinte. Questões urgentes e que indicam o quanto é relevante conversar sobre os direitos sexuais e reprodutivos com os praticantes culturais do CERJ.

## 5 EMERGÊNCIA DA PRODUÇÃO CIBERCULTURAL: APRESENTAÇÃO DOS DADOS PRODUZIDOS

As atividades do currículo em ato emergiram da experiência cotidiana no magistério, portanto, a dialogicidade tematizada entre os sujeitos concretos delineia uma realidade que evidencia que educadora e educandos já realizaram trocas e participaram de outros encontros juntos. Nesse contexto, é importante frisar que as experiências que serão narradas aqui não se traduzem em algo vazio de significado, pois em minha práxis docente tentei considerar que a “inquietação em torno do conteúdo do diálogo é a inquietação em torno do conteúdo programático da educação” (Freire, 2011a, p. 115-116).

Diante disso, apresento as cocriações curriculares e freireanas que emergiram da rede de *saberes/fazer*s estabelecidas entre a *professora-pesquisadora* e estudantes do Colégio Estadual Rio de Janeiro (CERJ), uma escola pública localizada no interior do estado do Rio de Janeiro, a partir de conversas realizadas nos microdispositivos formacionais, WhatsApp, Mentimeter, Padlet, Google Meet, entre outros. Além dos *Apps-education* usados na mediação tecnológica dos atos de currículo que forjamos foram utilizados o caderno de campo, que permitiu o registro detalhado das observações e as fichas-roteiro dos encontros, estrategicamente pensadas em respeito às opções políticas-epistemológicas contidas neste estudo e em consideração às particularidades dos praticantes.

Segundo Freire (2011a, p. 109) “dizer a palavra verdadeira é práxis, é transformação” e enunciar a palavra não pode ser privilégio de alguns, mas direito de todos, pois ninguém deve silenciar os demais e, também, porque o diálogo acontece do nosso encontro com outras pessoas no mundo e com o mundo. Nesse sentido, convém ressaltar que trabalhar com a educação freireana é abraçar a educação popular, portanto, “pensar a educação popular obriga a uma revisão da própria educação”, pois implica na consideração da diferença, em razão das desigualdades em nosso país e também, porque a educação popular não oferece um único modelo para nossa prática educativa (Brandão, 2012, p. 15).

Considerando-se que o currículo oficial e as práticas tradicionais de ensino, raramente contemplam um tempo para ouvirmos as ideias, fabulações, criações e reinvenções dos sujeitos que habitam o cotidiano escolar, a escuta de educandos assume uma relevância considerável, pois quando os educandos “chegam à escola, também têm o que dizer, e não apenas o que escutar” (Freire; Guimarães, 2021, p. 118). Nesse sentido, é importante ressaltar que reinventar as ideias freireanas significa aceitar sua forma de entender a história como possibilidade, mas

também implica em conseguir ir além da leitura da obra *Pedagogia do oprimido*, pois assim como o pensamento desse educador evoluiu ao longo dos anos, a história e as ideias não podem ser congeladas, elas se transformam constantemente (Freire, 2018a).

Para Paulo Freire (2011a), o diálogo é uma exigência existencial fundamentada no amor, na humildade e na fé entre as pessoas e em sua capacidade de criar e recriar, a partir de uma relação horizontal e conseqüentemente, de confiança. Partindo dessas premissas, é importante ressaltar que as atividades educativas que realizamos foram pautadas no diálogo e na consideração da ética e da estética no processo educativo, pois a existência humana não é muda, nem tampouco silenciosa e deve ser alimentada com palavras verdadeiras que podem promover a transformação do mundo (*Ibidem*). Na perspectiva de educação freireana,

Existir humanamente é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles um novo *pronunciar*. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho e na ação-reflexão (*Ibidem*, p. 108, Grifos do autor).

Diante do exposto, considero que o uso das mídias e de microdispositivos formacionais nas atividades educativas, além de contemporâneo, foi coerente com o contexto pandêmico que vivenciamos e compatível com as ideias apresentadas em *Educar com a mídia: novos diálogos sobre a educação* (Freire; Guimarães, 2021). Nesse sentido, Marco Silva (2017, p. 16) destaca que o WhatsApp pode ser um artefato cultural importante no processo educativo, por contemplar “a participação de sujeitos dialogantes na dinâmica da autoria e da cocriação da comunicação, aprendizagem e da formação” e, portanto, em consonância com o pensamento freireano.

Outro aspecto que merece ser destacado é que a descrição analítica das narrativas e cocriações que emergiram nas ambiências formacionais que mediamos nos círculos freireanos e ciberculturais foram fundamentadas com as contribuições de intelectuais e teóricas do feminismo interseccional em diálogo com as ideias de Paulo Freire. Nas próximas linhas, apresento os dados produzidos e a discussão dos resultados, minuciosamente.

### **5.1 Conversas freireanas sobre DSR no WhatsApp e a cocriação no Mentimeter**

Este estudo foi realizado com nove estudantes de 15 a 18 anos matriculados em uma escola pública da rede estadual localizada no município de Volta Redonda/RJ. As conversas que aconteceram no dispositivo WhatsApp foram incentivadas pela coordenação, em razão do desenvolvimento do projeto *Esperança é preciso* – Centenário de Paulo Freire na rede estadual do Rio de Janeiro. Em relação ao uso do WhatsApp como dispositivo para *aprenderensinar*,

trago a contribuição do Prof. Dr. Felipe Carvalho (2015) da UNESA e membro do GPDoC, que pesquisou a potencialidade do uso desse aplicativo em suas ambiências formacionais e nos convida a compreender que:

Com a mobilidade ubíqua, os telefones celulares se tornaram os grandes disparadores das nossas produções e criações, por meio de aplicativos diversos, com suas interoperabilidades e multifuncionalidades, que nos ajudam nas mais diversas atividades diárias, como a geolocalização e a comunicação *on-time* (WhatsApp, Facetime), desde que estejamos conectados a redes sem-fio (*wi-fi*, 4G, 5G plus) (*Ibidem*, p. 27-28).

Acerca disso, o autor ressalta que o WhatsApp rompe com a dinâmica da sala de aula tradicional ao empoderar os aprendentes e favorecer que os praticantes intervenham no currículo em ato, principalmente, pelo “estabelecimento de processos formativos horizontais entre estudantes e docentes”, conforme apontado por Carvalho (2015, p. 186). O quadro 10, apresenta as contribuições do uso do WhatsApp em atos de currículo.

Quadro 10: Contribuições do uso do WhatsApp

O uso do aplicativo WhatsApp em atos de currículo	
<i>Autonomia dos aprendentes</i>	A plasticidade do aplicativo oferece e dá ao aprendente autonomia para criar, gerir e acionar seus grupos de trabalho a qualquer momento, estabelecendo laços de trocas de saberes, negociações e colaborações;
<i>flexibilidade</i>	A relação docente-discentes rompe com espaços instituídos, dando mais liberdade para cocriações e coautorias ubíquas, dando aos atos de currículo mais dinâmica e interatividade.
<i>Potencialidades funcionais</i>	Lista de contatos, criação de grupo, mensagens particulares e em grupo, compartilhamento de conteúdo (texto, imagem, áudio e vídeo).

Fonte: Carvalho (2015).

A respeito da cocriação realizada com os praticantes do cotidiano devemos ressaltar duas coisas: dedicação dos praticantes e a importância do acolhimento dos profissionais da escola. Acerca dos participantes, é necessário ressaltar o clima harmonioso e solidário que se manteve desde os primeiros momentos do turno matutino e se prolongou horas a fio, situação que fez reverberar o argumento freireano de que educar é um ato de amor e coragem (Freire, 2011a).

Sobre a parceria estabelecida com os docentes do colégio pesquisado, convém informar que a proposta foi prontamente acolhida. Desse modo, quatro docentes liberaram os estudantes para que pudessem acompanhar as atividades no grupo criado no WhatsApp, intitulado, *Diálogos sobre DSR*. A iniciativa foi comemorada, pois alguns participantes trabalham e/ou fazem cursos e afirmaram que não conseguiriam realizar as atividades educativas em outros turnos, conforme podemos observar nas narrativas abaixo:

*Professora Janaína Rodrigues*: A coordenação sugeriu que fizéssemos essa semana, pra fecharmos tudo antes [da semana] das provas. Vocês teriam condições de realizar o segundo encontro essa semana à tarde? Estamos tentando que os professores do turno matutino liberem vocês amanhã.

*Estudante J*: Então, infelizmente, durante a tarde e à noite não consigo, tenho curso todos os dias.

*Professora Janaína Rodrigues*: Por isso estamos combinando de fazer pela manhã. Vamos aguardar os professores responderem.

*Estudante J*: Tá bom.

*Estudante Jo*: De vez enquanto de tarde eu chego a trabalhar. Mas, dependendo do dia, fica tranquilo pra mim.

*Estudante A*: A tarde eu trabalho não posso e a noite tenho curso.

*Professora Janaína Rodrigues*: Oi, gente. Os professores deram a liberação. [...] Vou falar uma coisa, devo muito aos profissionais da escola. Sempre dedicados, carinhosos e compreensíveis.

*Estudante M*: Tá bom. 😊👏. Que legal!

*Estudante J*: Ok, prof.

Merece destaque também, a contribuição do WhatsApp como *App-education* (Santos; Porto, 2019), pois esse dispositivo indubitavelmente, pode favorecer o processo educativo devido às potencialidades e usos diversos apontados por Rosemary dos Santos, Felipe Carvalho e Tânia Lúcia Maddalena (2017) e que no contexto pandêmico ganha novas nuances. Sobre os desafios que a pandemia da covid-19 impôs aos educadores e educandos, destacam-se o enfrentamento às desigualdades e exclusão, sobretudo nas grandes redes da educação pública e o modo *certeuniano* como os praticantes adotaram diferentes táticas e estratégias para driblar a falta de formação e de equipamentos, a partir do estabelecimento de múltiplas redes e do emprego de aplicativos e dispositivos para favorecer o processo de *aprenderensinar*.

Transcorrido o momento de saudações iniciais foram repassadas as orientações sobre o estudo, os objetivos e os procedimentos que seriam adotados. Busquei compreender as conversas, tentei entender o que os estudantes pensam e querem saber, por considerar que isso pode nos ajudar a perceber seus interesses e contribuir na discussão das relações de gênero no cotidiano escolar.

Decidi intervir o mínimo possível nas transcrições, alterando somente aquilo que dificultava a compreensão. Desse modo, o “internetês” e as novas formas de escrita, como as abreviações e *emcjis*, sempre que possível foram mantidas, pois são entendidas aqui como criações das juventudes nas redes. A seguir, podemos observar as transcrições de outra conversa no grupo criado no WhatsApp.

*Professora Janaína Rodrigues:* Boa tarde, nosso grupo foi criado. Em breve retorno aqui para contar os próximos passos. Abraço.

*Estudante J.:* Tá bem! [...]

*Professora Janaína Rodrigues:* Meus queridos, faremos as "conversas" aqui, preferencialmente no turno da manhã, mas fiquem à vontade para participarem ao longo do dia se precisarem. Na próxima segunda-feira darei mais informações, mas já adianto que quero ouvir a opinião de vocês em algumas questões. TB vamos coletar palavras no Mentimeter. Vai ser lindo e muito tranquilo! Cuidem-se bem! Bom fim de semana.

*Estudante Jo.:* Tá bom, professora!! Professora, com todo respeito... aceitamos notas tbm kkkkk

*Estudante G.:* Tá bom, professora!!!

*Professora Janaína Rodrigues:* Vocês nem precisam, rs. Sério, vão me ensinar muito.

*Estudante Jo.:* Ai sim, professora!!!

*Estudante D.:* Ok, professora. [...]

*Professora Janaína Rodrigues:* Bom dia, meus lindos! Adivinha quem acordou bem-disposta!? Iniciaremos hoje, conforme combinado. Vou colocar uns critérios aqui só pra gente se organizar. Lembrem-se que aqui sou aprendente e o que importa é a opinião de vocês, desde que não machuque os demais.

*Estudante D.:* Bom dia

*Professora Janaína Rodrigues:* Hj teremos algumas questões e um link para a nuvem de palavras [...]. Se acharem necessário podem enviar áudio para complementar sua resposta ou para comentar a resposta de um colega e dialogar com tranquilidade. É isso, gente! Em qualquer momento, vocês poderão me chamar aqui ou no privado, se julgarem melhor.

*Estudante P.:* Deve ser respondido no grupo? Bom dia!!

*Professora Janaína Rodrigues:* Bom dia, Estudante P. Como a coletividade e a solidariedade são importantes na concepção de educação freireana, sim. Mas se alguma questão te deixar desconfortável você poderá enviá-la no privado. O importante é vocês se sentirem seguros.

No intuito de frisar o compromisso com a pedagogia da pergunta, capaz de aguçar a curiosidade dos educandos (Freire; Faundez, 2011), eu postei a 1ª questão na mediação das conversas com os praticantes no WhatsApp: “*Nas aulas anteriores um estudante perguntou o que eram os direitos sexuais e reprodutivos. Sejam sinceros, vocês já tinham ouvido falar sobre isso antes?*”. Abaixo, podemos perceber que enquanto alguns estudantes ressaltaram que o debate desse assunto é escasso, outros relataram suas experiências.

*Estudante G.:* Nas minhas antigas escolas, esse tipo de assunto nunca foi muito bem abordado.

*Estudante Pe.:* Sim, uma vez na minha escola anterior, quando estávamos aprendendo o sistema reprodutor (acho que era isso).

*Estudante Jo.:* Nas minhas escolas antigas nunca entramos nesse assunto.

*Estudante J.:* Sim, eu já tinha conhecimento a respeito da temática supracitada, uma vez que era habitual a prática de debates e cafés literários em minha antiga escola.

*Estudante L.:* Hum, sinceramente não, nunca ouvi quais direitos a gente tinha, sei das doenças e acho que no colégio já tivemos coisas parecidas, [...] como educação sexual, mas não lembro de ter estudado o tema [dos] direitos que você tem, nem sabia que tinha [esses] direitos.

*Estudante P.:* Sim, eu já havia ouvido falar, aliás, todos os dias. Pois, nas redes sociais esse assunto é bastante abordado, por todos os tipos de pessoas (crianças, adultos e idosos).

*Estudante D.:* Sim, pois sou voluntário de uma ONG não governamental que luta pelo direito de amor, direito de viver, direito de ter direito.

*Estudante M.:* Sim. Nas minhas escolas anteriores, as professoras falavam bastante.

*Estudante A.:* Sim, é um assunto que se é comentado em alguns lugares mesmo sendo mal recebido por algumas pessoas. (Grifos meus).

A importância das redes sociais no debate dessa questão evidenciada na narrativa da *Estudante P.* merece destaque, assim como duas situações, a tematização, indicada pelo *Estudante Pe.*, evidenciada pela lembrança da abordagem específica do tema sistema reprodutor exclusivamente no 8º ano do Ensino Fundamental e a centralidade no professor, mencionada pela *Estudante M.* A figura 30, traz a captura de tela com a participação de alguns estudantes.

Figura 30: Respostas de alguns praticantes acerca dos DSR



Fonte: Acervo pessoal da professora pesquisadora (2021).

Se as palavras podem ser instrumentos de opressão, elas também podem ser usadas quando falamos aos outros, escrevemos frases e modos de saber, que pronunciados e exercidos, um dia poderão favorecer a libertação de sujeitos e seus mundos (Brandão, 2012). Assim, é importante ressaltarmos a narrativa do *Estudante D.*, que em um desdobramento da conversa nos contou sobre sua participação na Organização Não Governamental (ONG), *Volta Redonda sem homofobia*, e também a reação da *Estudante M.*, que evidencia o respeito e a solidariedade que observei entre os praticantes:

*Professora Janaína Rodrigues:* Estudante D., qual o nome da ONG? Poderia compartilhar conosco?

*Estudante D.:* É Volta Redonda sem homofobia, nós lutamos não só pela comunidade LGBTQIA+, mas por todos os grupos minoritários.

*Estudante M.:* Que legal! Parabéns. 🍷

*Professora Janaína Rodrigues:* É o grupo coordenado pelo N. A? Estou seguindo há algum tempo lá no Facebook.

*Estudante D.:* Simm, [https://instagram.com/ongvrsh?utm\\_medium=copy\\_link](https://instagram.com/ongvrsh?utm_medium=copy_link)

*Professora Janaína Rodrigues:* Opa, já vou seguir no insta tb! Adorando as contribuições. Vocês podem falar com *liberdade*. Não se prendam à resposta do colega. Cada ideia conta muito, importa muito. (Grifos meus).

No intuito de ampliar o entendimento acerca da tessitura de conhecimentos relacionados à temática abordada, avancei para a 2ª questão: *Você já realizou alguma atividade sobre direitos sexuais e reprodutivos na escola?*

*Estudante G.:* Pelo que eu me recorde, não.

*Estudante Pe.:* Acredito que não, tive poucas matérias que abordavam o assunto.  
*Estudante Jo.:* Não.

*Estudante J.:* Realizei alguns pequenos debates dinâmicos, no entanto, não contaram com muito aprofundamento.

*Estudante L.:* Pelo que eu me lembre não, não acho que estudamos.

*Estudante P.:* Sim, posso citar a vez em que estava na quarta série e tinha 8 anos, quando uma professora falou abertamente sobre o assunto, explicando e mostrando em imagens. E, também, comumente, em aulas de ciências ou em sociologia.

*Estudante D.:* Na escola, não.

*Estudante M. e Estudante A.:* Que eu me lembre, não. (Grifos meus).

Nos trechos acima me ajudaram a refletir sobre a insólita difusão da temática no cotidiano escolar e também, que nem sempre o assunto é abordado em todos os componentes curriculares, conforme indicado pelo *Estudante Pe.* e confirmado por quase todos os colegas, com exceção da *Estudante P.*, que mencionou a realização de atividades nas aulas de Sociologia. Os achados acima são preocupantes, pois acredito que a temática poderia ser abordada de forma interdisciplinar. Na realidade da maioria das escolas brasileiras, excetuando alguns esforços, o

desenvolvimento de atividades relacionadas educação e saúde sexual, ainda são delegadas aos professores que lecionam os componentes curriculares de Ciências e de Biologia (Hassen, 2006).

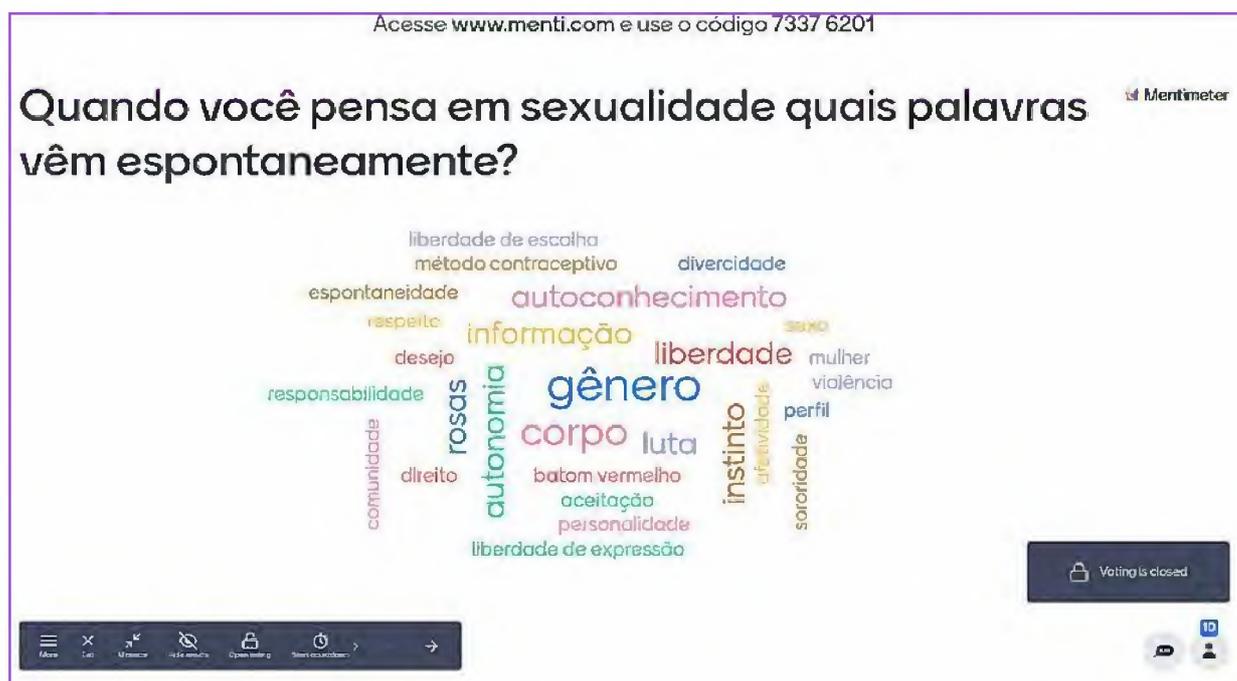
Em sua narrativa, a *Estudante P.*, parece confirmar a centralidade do educador que “*fala abertamente*”, “*explica*” e “*mostra*”, situação que havia sido destacada anteriormente por outra participante, mas também aponta para o indicado por Cabral e Brandão (2020) que consideram que a temática deveria ser abordada em todos os níveis de escolaridade, pois segundo as autoras, a escassez desse debate não contribui na discussão das desigualdades de gênero e coloca as meninas e as adolescentes em risco, uma vez que as estatísticas indicam que esses grupos são os mais vulneráveis à violência sexual.

Dando continuidade às discussões, posteriormente, as conversas realizadas no WhatsApp favoreceram a busca de palavras geradoras que saltaram espontaneamente nas narrativas dos educandos e que possibilitaram a cocriação de uma nuvem de palavras no Mentimeter, dispositivo que não necessita de instalação, é fácil de usar, possibilita a interatividade entre os participantes e pode ser acessado no endereço eletrônico: <https://www.mentimeter.com/> (Torres *et al.*, 2019). A atividade foi disparada pelas pistas do interesse dos jovens estudantes pela temática sexualidade que eu encontrei no cotidiano escolar nas edificações, ações curriculares, mobiliário e conversas preliminares com os praticantes culturais.

Com base no pensamento freireano, as palavras geradoras são termos ou conceitos que consideram a realidade dos educandos. Nesse sentido, o dispositivo Mentimeter deu visibilidade às expressões dos praticantes e fez emergir as palavras e ao mesmo tempo desvelou os modos de ser e estar no mundo. Em consideração à horizontalidade entre os participantes, questão primordial na educação freireana e ao comprometimento político-epistemológico com os estudos nos/dos/com o cotidiano, o trabalho desenvolvido foi coletivo, desse modo, educadora e os educandos criaram juntos.

Na nuvem cocriada (figura 31), os termos que mais atraíram os nossos olhares foram os relacionados ao respeito aos direitos e à diversidade, palavra que foi digitada incorretamente, mas que assume importância considerável, sobretudo quando ao lado de palavras como “luta” e “liberdade” e, também por considerarmos que “a realidade é multicolor, é arco-íris” (Freire, 2019a, p. 57). Nesse sentido, o achado é relevante e não foi excluído, embora o Mentimeter disponibilize o recurso de revisão, porque “o chamado ‘erro’, em linguagem, é apenas um breve momento na busca da linguagem correta” (FREIRE, 2019b, p. 146).

Figura 31: Nuvem de palavras criada no Mentimeter



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2021).

Considerando-se que a afetividade é um conceito fundamental na perspectiva da educação freireana, os termos “desejo”, “corpo”, “rosas”, “batom vermelho”, também merecem ser destacados, porque embora inacabados, somos seres inteiros e não dicotomizados, que conhecem com o corpo todo, com sentimento, paixão e razão (Freire, 2019a, p. 28). Depois da realização das atividades foi solicitado que os estudantes avaliassem o encontro. Os dados observados nessa avaliação evidenciaram que recursos utilizados foram atrativos, como podemos perceber abaixo:

*Estudante Pe.:* Foram métodos superlegais e educativos, abordando o assunto de uma forma fácil de compreender. Assim como eu aprendi muito sobre os assuntos falados, todos os outros também aprenderam e compartilharam seus conhecimentos, certamente favoreceu bastante o processo.

*Estudante J.:* Sim, adorei os meios utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, tornou-a bem dinâmica e leve.

O movimento mostrou-se frutífero, pois esta foi a primeira experiência dos praticantes no Mentimeter. Educadora e educandos tiveram a oportunidade de partilhar, de *aprenderensinar* em comunhão. Inclusive, todos os participantes colocaram-se à disposição e responderam que aceitariam participar de outros encontros da pesquisa, o que é maravilhoso, visto que essa conversa não poderia terminar aqui. Após a realização desse primeiro encontro pretendemos continuar a conversa, dessa vez para investigar as potencialidades de atividades voltadas à Lei da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, Lei nº.

13.798/2019, uma vez que os participantes apontaram que têm interesse no debate de temas relacionados aos direitos reprodutivos.

Ressaltamos a contribuição da pedagogia do diálogo proposta por Paulo Freire materializada aqui na ideia de conversa como metodologia de *aprendizagemensino* e nos microdispositivos formativos utilizados, que contribuíram no processo educativo, ainda mais se considerarmos o contexto pandêmico que vivenciamos. Ademais, é importante acrescentar que as atividades realizadas favoreceram a discussão da temática e a ressignificação de conteúdos abordados, a partir de uma criação coletiva e atrativa às juventudes nas redes na visão dos participantes. Os dados produzidos nos dois primeiros círculos ciberculturais podem ser acompanhados com mais detalhes no trabalho de Berino e Eduardo (2022), com a contribuição dos processos de orientações que vivenciei no FRECON até o ano de 2021, e que pode ser acessado a partir do QR code disponibilizado abaixo (Figura 32).

Figura 32: Artigo publicado na Revista Interfaces Científicas - Educação



EDUCAÇÃO  
V11 • N.3 • Publicação Continua - 2022  
ISSN Digital: 2316-3828  
ISSN Impresso: 2316-383X  
DOI: 10.17564/2316-3828.2022v11n3p44-81

**DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS  
E PAULO FREIRE: CONVERSAS NO  
WHATSAPP E MENTIMETER**

SEXUAL AND REPRODUCTIVE RIGHTS FROM AND PAULO FREIRE:  
CONVERSATIONS ON WHATSAPP AND MENTIMETER

DERECHOS SEXUALES Y REPRODUCTIVOS Y PAULO FREIRE:  
CONVERSACIONES EN WHATSAPP Y MENTIMETER

Aristóteles de Paula Berino<sup>1</sup>  
Janaina Rodrigues de Freitas Machado Eduardo<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este artigo foi escrito com base em uma pesquisa que está investigando a tessitura de conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos no cotidiano escolar em diálogo com o pensamento de Paulo Freire. O estudo supracitado está sendo realizado com estudantes secundaristas matriculados em uma escola pública da rede estadual situada em um município no interior do Rio de Janeiro. Metodologicamente, buscamos aproximar a concepção freireana de educação à pesquisa com os cotidianos, a partir de conversas realizadas no *WhatsApp* e de uma criação coletiva no *Mentimeter*. Além dos dispositivos acima, também foram utilizados, o diário de campo que permitiu o registro detalhado das observações e as fichas-roteiro das conversas, instrumento previamente elaborado para fornecer subsídios ao diálogo estabelecido entre os participantes nas redes instituídas.

**PALAVRAS-CHAVE**

Direitos Sexuais e Reprodutivos. Pesquisa com os Cotidianos. Mentimeter. Paulo Freire. *WhatsApp*.

Fonte: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/10641/5001>

## 5.2 Semana Nacional de Prevenção da gravidez na Adolescência e o nosso mural interativo no Padlet



Cinderela  
Rino Ivan de Castro (2007)  
“[...] Que mundo hein, em um segundo  
Me confundo com a dama e o vagabundo  
é sempre assim o fim do quadro  
É quando o sapato vai ficando apertado  
E o vestido pega dos lados, é o fim do sonho  
encantado  
De princesa pra rainha, de beleza adivinha  
Se não é a experiência e a inteligência que  
fica  
Sabedoria rica, por favor me explica  
O que o ataque da corrosão do tempo não  
danifica  
Aparentemente a mente nem se cogita  
Mas o corpo fica gordo, em troca da filha  
bonita  
Nessa altura a vida fica dura e muito mais  
sofrida  
E isso multiplica quando não tem pai pras  
suas filhas  
Que educa na luta mesmo com jornada  
dupla  
Na raça abraça tanta desgraça que acostuma  
Solteiras, separadas, traídas, viúvas  
Mães que derramam suor como a chuva  
Eu já vi, diversas mulheres da vida sofrida  
jogada no canto  
Sozinha com sua filha recém nascida  
envolvida num manto  
E o pranto, resultado de uma decepção  
E a alma partida, pela separação grita por  
uma solução  
O que será, sem profissão, e ainda sem  
pensão de quem sumiu?  
Ninguém viu, acho que fugiu  
Deixou sua família com frio  
Mas não tremeu, agasalhou o seu bebe, foi  
a luta até vencer  
(É quando o sonho de princesa vai  
chegando ao fim)  
Quem nunca ouviu algo assim, diz pra mim  
A história de uma moça que vivia assim  
[...]”.

Nas primeiras linhas acima, estaco alguns versos da canção *Cinderela*, do grupo de RAP paulistano, *Ao Cubo*. A música faz parte da *playlist* que cocriamos no CERJ e pode ser acessada a partir do QR code disponibilizado. A canção narra alguns dilemas enfrentados pelas jovens que passam pela gravidez na adolescência e sofrem com as mudanças físicas, emocionais, acadêmicas, econômicas e sociais subsequentes. É um tema relevante na minha construção como pessoa, afinal, minha bisavó e minha avó materna casaram-se e engravidaram antes dos

15 anos. Minha mãe engravidou aos 18, por isso, na pequena cidade onde cresci, algumas vezes me senti constrangida ao ouvir que eu era filha de da mãe solo. Repetindo os ciclos que marcaram a história das mulheres da minha família, eu engravidei e me casei aos 19 anos e tive que adiar o sonho de entrar na universidade até os 24 anos. Os ciclos que descrevi acima, finalmente foram quebrados pela minha filha, que hoje tem 23 anos, nenhum filho, trabalha e cursa a graduação em Administração, por isso, mesmo reconhecendo os meus privilégios e os dela, trago o excerto do poema, *Vozes-Mulheres*, escrito pela Professora Conceição Evaristo (2017, p. 25), cujos versos manifestam suas *escrevivências*<sup>20</sup> e falam de ancestralidade e liberdade:

[...] A voz de minha filha  
recolhe todas as nossas vozes  
recolhe em si  
as vozes mudas caladas  
engasgadas nas gargantas.  
A voz de minha filha  
recolhe em si  
a fala e o ato.  
O ontem – o hoje – o agora.  
Na voz de minha filha  
se fará ouvir a ressonância  
o eco da vida-liberdade.

Considerando-se as estatísticas que colocam os países da América Latina na liderança de ocorrência desse fenômeno e sobretudo, a legitimidade da sexualidade na construção da autonomia social dos jovens, o segundo encontro teve a Lei da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência na escola, como tema gerador e utilizou os índices de gestações das jovens até 19 anos, na América Latina divulgados pelo relatório da Organização Panamericana de Saúde (OPAS, 2016). Assim, no círculo cibercultural, as conversas buscaram compreender se os estudantes:

- a. Conhecem alguma adolescente grávida;

---

<sup>20</sup> Termo desenvolvido por Conceição Evaristo, a partir da reunião de duas palavras: escrever e vivência. Embora a a genealogia da ideia ultrapasse a simples aglutinação de dois termos, pois segundo a escritora abarca o seu lugar de nascimento e demarca suas experiências étnicas e de gênero. Meu encontro com a obra de Conceição Evaristo aconteceu, a partir da leitura de *Escrevivências Ciberfeministas e Ciberdocentes: narrativas de uma mulher na pandemia de Covid -19* (Santos, 2022). Além disso, entre os meses de outubro e dezembro de 2023 participei do Clube de leitura -Escrevivências Ciberfeministas mediado predominantemente, na plataforma Conferência Web RNP e no WhatsApp, pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edméa Santos, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Barros e Marcos Vinícius Menezes, graduando em Letras/UFRRJ. No curso ofertado pela Escola de Extensão da UFRRJ na modalidade on-line, tivemos a oportunidade de ler e conversar sobre a obra *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo.

- b. Realizaram atividades sobre esse tema na escola;
- c. Discutiram a prevenção da gravidez na adolescência em alguma disciplina específica;
- d. Consideram que a temática deve fazer parte do currículo escolar;
- e. Sabem quais os métodos contraceptivos distribuídos gratuitamente no SUS.

Após as primeiras a mediação dos dois primeiros círculos ciberculturais no WhatsApp e no Mentimeter, eu e os praticantes combinamos que o nosso próximo encontro aconteceria no *App* Padlet. Nesse processo, é conveniente destacarmos a contribuição da equipe diretivo-pedagógica, que além de apoiar o desenvolvimento da atividade, agilizou o contato com outros professores da unidade, que gentilmente liberaram os estudantes de suas atividades síncronas previstas para a data da realização das conversas que orientaram a cocriação do mural interativo no Padlet, conforme podemos observar nos prints que apresentaremos abaixo (Figura 33).

Figura 33: Prints de conversas com a Gestora 1



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2021).

Embora o mural pudesse ser construído de maneira assíncrona, o que de fato ocorreu para pelo menos dois praticantes que não conseguiram estar conosco no síncrono, termos um horário para conversarmos no WhatsApp e passar as primeiras orientações foi valioso, já que a mediação seria realizada com estudantes de diferentes turmas, que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa, estavam em sua primeira experiência no *App* e tinham outras

demandas durante a pandemia de Covid-19, como lazer e descanso, tarefas da escola, curso profissionalizante e afazeres domésticos, etc.

O grupo criado no WhatsApp, “*Diálogos sobre DSR*”, também foi fundamental, pois favoreceu as primeiras orientações, aumentou nossa agilidade e interatividade, conforme indicado por Carvalho (2015). Sempre que eu precisava de uma mediação mais específica, eu o utilizava, para abordar alguma situação pontual ou orientar os praticantes durante a cocriação do nosso mural interativo no Padlet. Além de conferir agilidade, compreendi que o WhatsApp favorecia que a gente não se dispersasse, que ninguém ficasse perdido durante a atividade interativa. A figura 34, evidencia algumas orientações compartilhadas com os praticantes pelo WhatsApp:

Figura 34: Primeiras orientações no WhatsApp acerca da criação do mural interativo



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2021).

As cocriações que mediamos no Padlet resultaram na escrita de artigo submetido a um periódico da área de educação, ainda em fase de análise. O Padlet é um aplicativo gratuito e que possibilita a construção de murais *on-line* de forma colaborativa, características que balizaram a sua escolha nesta pesquisa. Segundo Daniela Barros (2019), esse dispositivo permite:

Aos utilizadores “curtir”, comentar e avaliar as postagens de materiais publicados no mural, além de compartilhar com outros usuários para visualização ou edição. O uso do Padlet contribui para mostrar que há outros recursos colaborativos que também podem

potencializar processos formativos, independentemente do desenho metodológico do curso (p. 243-244).

Além do *App*, o Padlet também pode ser acessado diretamente no site de origem, a partir do endereço eletrônico: <https://padlet.com/>. Em seu estudo sobre o uso do Padlet na aprendizagem colaborativa, a pesquisadora espanhola, Inma Beltrán- Martín (2019) se dedicou a estudar as potencialidades desse aplicativo relacionadas à habilidade de colaboração e criação do conhecimento, ao envolvimento na criação do conhecimento no desenvolvimento cognitivo e a flexibilidade de tempo e espaço, uma vez que este artefato pode facilmente ser utilizado em nossas práticas educativas ciberulturais. As contribuições do uso do Padlet destacadas pela autora, podem ser verificadas a seguir (Figura 35).

Figura 35: Contribuições do uso do Padlet



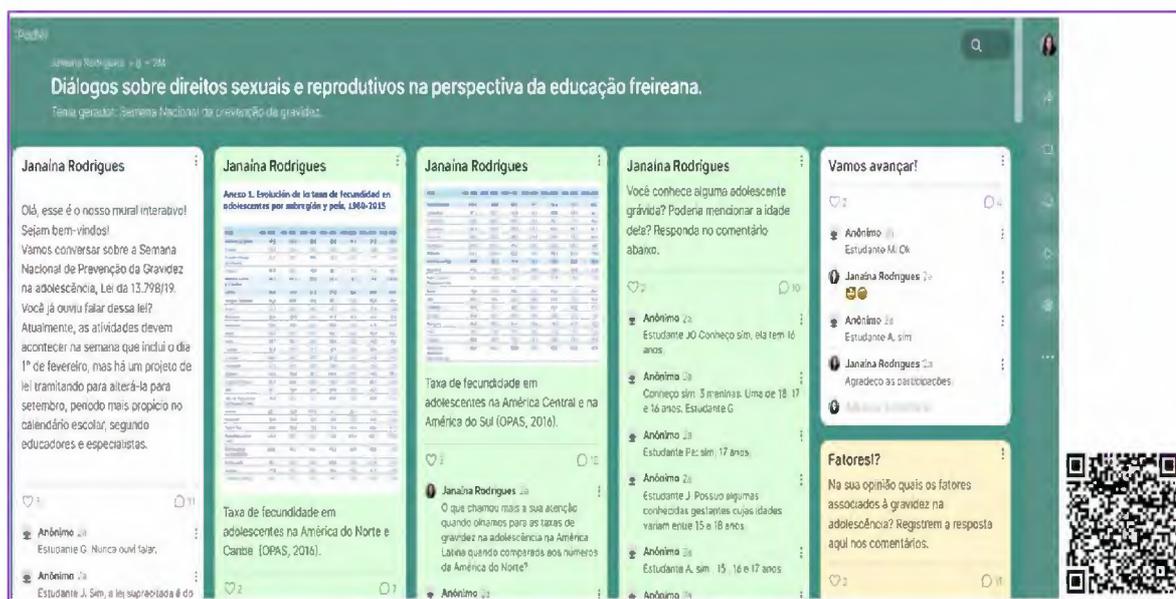
Fonte: Beltran-Martín (2019). Traduzido pela *professorapesquisadora*.

Abaixo, podemos verificar uma captura do mural interativo cujo tema gerador versava sobre a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência (Figura 36). Na imagem também adicionei um QR code e o link que direcionam os leitores desta tese à atividade desenvolvida com meus educandos.

Na primeira tela, é possível observar que nosso mural interativo foi *feitpensado* em “unidades coloridas”, branco, verde, amarela, rosa e azul, disponíveis no Padlet. A cor branca,

por exemplo, foi usada no início e sempre que eu queria fazer uma transição das perguntas geradoras ou motivar a continuidade da cocriação. Penso que isso fez toda a diferença devido aos dilemas da pesquisa, uma vez que eu estava iniciando a minha atuação na Educação Online na Pandemia, mediando um grupo de praticantes jovens que também utilizavam esse *App-education* pela primeira vez, assim como eu.

Figura 36: Captura da tela do mural interativo cocriado no Padlet



Fonte: <https://padlet.com/janainameduardo/vv7z9sk4qf0b5e0r> (2021).

Nas próximas linhas relato a experiência, que foi para mim um desafio muito divertido, agradável e potente. Após a saudação inicial, iniciei as mediações com a seguinte questão: “*Vamos conversar sobre a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na adolescência, Lei n.º. 13.798/19. Você já ouviu falar dessa lei? Atualmente, as atividades devem acontecer na semana que inclui o dia 1º de fevereiro, período escolhido devido à proximidade das festividades de carnaval, mas há um projeto de lei tramitando para alterá-la para setembro, período mais propício no calendário escolar, segundo educadores e especialistas*”. Apresento a seguir, as narrativas dos praticantes:

*Estudante G.* Nunca ouvi falar.

*Estudante J.* Sim, a lei supracitada é do meu conhecimento, uma vez que aborda um assunto cada vez mais em vigor nos tempos modernos, assunto esse presente não só nos recursos midiáticos, mas no próprio meio social da nossa convivência.

*Estudante Jo.* Cheguei a ouvir uma vez só.

*Estudante D.* Jamais, só por cima.

*Estudante Pe:* Já ouvi falar algumas vezes, mas não sei do que se trata.

*Estudante A.* Já era de meu conhecimento que havia uma semana para a prevenção de gravidez na adolescência, mas não imaginava ser uma lei.

*Professora Janaína Rodrigues:* É uma lei recente, foi promulgada no ano de 2019.

*Estudante M:* Nunca tinha ouvido falar.

*Professora Janaína Rodrigues:* Obrigada pelas contribuições. 🙌🙌

*Estudante L:* não, acho que nunca ouvi falar dessa lei, tipo sei que ela existe mas não sei exatamente o que ela faz.

*Estudante P:* Sim, já ouvi falar!

Em seguida apresentei as tabelas com as taxas de gravidez na adolescência na América do Norte, Caribe, América Central e Caribe divulgadas pelo relatório da OPAS (2016) e fiz a seguinte provocação: “Vocês deram uma olhada nesses números? (IMPORTANTE: Olhem a diferença na América do Norte e na América do Sul e comentem aqui. Bjs.)”. A seguir, podemos verificar a transcrição dos comentários dos praticantes no Padlet e a contribuição do WhatsApp na mediação da cocriação do mural interativo (Figura 37). É possível ouvir o áudio disponibilizado em meu diário de ciberpesquisa-formação no *Spot.fy for Podcasters*, a partir do QR e do link abaixo.

*Estudante Jo.:* dei uma olhada sim, professora.

*Estudante A:* Verifiquei.

*Estudante M:* Olhei sim!

*Estudante G:* Olhei sim.

*Estudante J.* Também pude verificar tais diferenças nos dados!

*Estudante L:* Comparando a América do Norte a América Latina é até um pouco triste considerando que nossos números desde o ano de 1980 são mais altos que os da América do Sul.

*Professora Janaína Rodrigues:* O que chamou mais a sua atenção quando olhamos para as taxas de gravidez na adolescência na América Latina quando comparada aos números da América do Norte?

*Estudante A:* Acho um tipo de comparação espantosa, mas também interessante.

*Professora Janaína Rodrigues* (no grupo do WhatsApp): Estudante A., poderia explicar [por meio de um comentário em nosso mural] o que causou espanto lá na questão da tabela?

*Estudante M:* Achei as [porcentagens] % um pouco altas! Mas com o decorrer dos anos, [o índice] baixou.

*Professora Janaína Rodrigues:* Sim, os índices apresentam uma ligeira queda ao longo dos anos. Mas, a taxa de gravidez na adolescência na América Latina ainda é uma das maiores do mundo.

*Estudante J:* Bom, analisando os gráficos, é possível averiguar uma diferença significativa a respeito dos dados: as taxas de natalidade na América Latina possuem números visivelmente mais notáveis quando comparados aos da América do Norte, embora tenham apresentado queda, consequência direta no quesito do planejamento familiar.

*Estudante Jo.:* As porcentagens são muito altas.

*Estudante L:* Igual tinha mencionado no meu comentário no gráfico eu acho extremamente triste ter esses números meio altos desde o início.

*Professora Janaina Rodrigues:* Sim, estudante L. 😊

*Estudante P:* Alguns países estão tão perto do nosso e com uma taxa bem mais alta.

*Professora Janaina Rodrigues:* Embora na América do Sul alguns países estejam em situação melhor do que a encontrada no Brasil, no geral, os índices da América Latina revelam taxas altíssimas de gravidez na adolescência quando comparados aos números dos países da América do Norte.

Figura 37: Contribuição do WhatsApp na mediação da criação do mural interativo no Padlet



Fonte: Acervo da professorapesquisadora (2021). Disponível em:  
<https://podcasters.spotify.com/pod/show/janana-rodrigues/episodes/Orientaes-no-Padlet-e23lave/a-a9pucce>

Dando prosseguimento, apresentei ao nosso círculo de conversas ciberculturais, outra questão: “Você conhece alguma adolescente grávida? Poderia mencionar a idade dela?” Abaixo, temos as respostas dos praticantes:

*Estudante Jo.:* Conheço sim, ela tem 16 anos.

*Estudante G:* Conheço sim. 3 meninas. Uma de 18, 17 e 16 anos.

*Estudante Pe:* sim, 17 anos.

*Estudante J.:* Possuo algumas conhecidas gestantes cujas idades variam entre 15 e 18 anos.

*Estudante A.* sim, 15, 16 e 17 anos.

*Estudante D.* Sim,13,15,17,16.

*Estudante M:* Sim. Duas com 17 anos e uma com 16 anos.

*Professora Janaina Rodrigues:* Nossa, muitas adolescentes.

*Estudante L:* Eu conheço três acho que tinha uma na faixa dos 16 e duas na faixa de 17, mas eu não lembro se era exatamente essas as idades.

*Estudante P:* Conheci 2, uma esteve grávida com 16 e outra com 17.

*Professora Janaína Rodrigues:* Vamos avançar!

*Estudante M:* Ok.

*Professora Janaína Rodrigues:* 😊😊

*Estudante A.* Sim.

*Professora Janaína Rodrigues:* Agradeço as participações.

Não me surpreendi com o fato de os meus alunos conhecerem adolescentes grávidas, mas por serem tantas. Em seguida, comecei a questioná-los sobre quais os fatores relacionados a esses números, na opinião dos educandos, conforme podemos ver nas próximas transcrições:

*Professora Janaína Rodrigues:* Na sua opinião quais os fatores associados à gravidez na adolescência? Registrem a resposta aqui nos comentários.

*Estudante D.* Os adolescentes muitas das vezes não tem o conhecimento certo, meu primo é GO [ginecologista-obstetra], ele fala que a grande maioria das suas pacientes não têm o conhecimento adequado.

*Estudante A.* Acho que é falta de conhecimento, prevenção, uso de métodos contraceptivos, falta de diálogo familiar para que seja alertado sobre o assunto.

*Estudante M:* Muitas adolescentes não têm conhecimento, base familiar, não usam métodos contraceptivos etc.

*Professora Janaína Rodrigues:* Falta conhecimento, realmente. Mas também há dificuldade de acesso aos serviços de saúde e as questões econômica e social contribuem muito nesse caso, infelizmente.

*Estudante J.* Podemos salientar que a gravidez precoce e não planejada, faz-se presente, sobretudo, em áreas que contam com populações que, em sua maioria, são pertencentes aos estratos sociais mais baixos e que possuem pequeno nível de escolaridade, não portando de meios de acesso à informações básicas de autocuidado e prevenção no que tange à saúde reprodutiva, consequências diretas da negligência estatal no investimento na educação sexual de jovens nas instituições de ensino, desde a infância, e em campanhas de caráter informativo, destinadas à prevenção dessa mazela. Tais medidas, que teoricamente deveriam concretizar -se como ações banais, na prática, carregam um ideal utópico quanto suas implantações, convivendo, ainda, com um grande abismo devido à falta de planejamento público. Outros casos, esses em menor quantidade, ocorrem com o uso incorreto dos métodos contraceptivos e banalização por parte da sociedade. Possuo alguns familiares médicos que lidam diariamente com esses assuntos em seus ambientes de trabalho.

*Estudante Jo.:* Eles não têm muito conhecimento sobre a gravidez. Pois a gravidez, faz você sentir várias coisas e fica preocupado com vc e com o bebê.

*Estudante Pe:* Para mim, geralmente é por acidente, adolescentes não possuem experiência e conhecimento com isso também, então a curiosidade também é um fator.

*Estudante G:* Na contemporaneidade, podemos destacar alguns fatores que estão associados à gravidez na adolescência, como por exemplo, baixo nível de ir,formação.

*Estudante L:* Além da clara falta de conhecimento, também tem a taxa alta de estupros que podem trazer uma gravidez indesejada na adolescência e eu acho que as vezes tem o fator da sociedade, as meninas são ensinadas tão cedo que é para isso que estamos no mundo (o que não é verdade) e muitas vezes tem influências dentro da escola, como amigos que a influenciam a crescer mais rápido e por isso acaba vendo o sexo como uma coisa que ela precisa fazer para crescer ou se encaixar e isso pode

acabar saindo pela culatra. O comportamento de grupo relaciona-se à questão cultural e não deve ser desconsiderado.

*Professora Janaína Rodrigues:* Excelente contribuição, Estudante L. Isso demonstra que a abordagem na escola deveria ser interdisciplinar.

*Estudante P:* Falta de orientação e proximidade com a família, a idade em que esses indivíduos estão e querem experimentar coisas novas e a baixa condição da maioria para se informar em um ginecologista sobre seu corpo e mente.

*Professora Janaína Rodrigues:* Seguimos!

*Estudante A.* Sim.

*Estudantes M, Jo. e P:* Ok. (Grifos meus).

As narrativas das Estudantes J. e L., transcritas acima também parem evidenciar o entendimento de que a gravidez na adolescência pode reforçar a pobreza e até mesmo influenciar indicadores sociais, como o aumento dos registros de violência sexual, baixa renda e informalidade, pois devido à gravidez precoce, “os jovens interrompem ou são impedidos de retornar os estudos” e podem ter dificuldade para encontrar um emprego e contribuir na composição da renda familiar (Heilborn, 2006, p. 31).

Acerca da educação sexual nas escolas, esvaziada da agenda do Ministério da Educação no governo Bolsonaro (Herdy, 2020), gostaríamos de ressaltar a narrativa da *Estudante J*, que aponta a negligência do Estado. No que tange à ideia controversa de que a educação sexual deve ser responsabilidade exclusiva da família e a consequente falta de investimentos na formação de educadores implicados com atividades educativas relacionadas à temática, convém apresentarmos os embates sociais e políticos que tensionam dois grupos na contemporaneidade: as feministas e pessoas da comunidade LGBTQIA+, que defendem a promoção da igualdade de gênero e os direitos sexuais e reprodutivos e os católicos carismáticos e evangélicos neopentecostais com suas agendas de defesa da liberdade religiosa e da moralidade cristã (Vaggione; Machado; Biroli, 2020). Apesar de heterogêneo, os membros mais reacionários do segundo grupo costumam reagir ferozmente, por entenderem que o acesso ao controle reprodutivo, a descriminalização do aborto e o reconhecimento dos direitos sexuais reivindicados pelo primeiro grupo ameaçariam as famílias cristãs, por confrontarem “de maneira direta o poder da Igreja sobre o Estado, assim como as pretensões de sua hierarquia de defender uma moral universal” (*Ibidem*, p. 47).

Por considerar a questão muito complexa e entender que várias dimensões influenciam os números que vimos anteriormente, decidi publicar em nosso mural interativo o quadro 11, que apresenta os fatores apontados pelas participantes de uma pesquisa realizada em nosso continente e que foi divulgada no relatório da OPAS (2016).

Quadro 11: Fatores indicados como determinantes da Gravidez na Adolescência na América Latina e Caribe

<p>In</p> <p>Indivíduo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Puberdade e neurodesenvolvimento durante adolescência e controle limitado de impulsos;</li> <li>• Falta de conhecimento sobre sexualidade e reprodução;</li> <li>• Iniciação sexual precoce ou forçada;</li> <li>• União precoce ou forçada;</li> <li>• Uso irregular de anticoncepcionais;</li> <li>• Equívocos sobre contraceptivos;</li> <li>• Perspectiva futura e autopercepção.</li> </ul>	<p>Família:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Valores e expectativas de parentes, colegas, professores etc. sobre sexualidade, gravidez, violência etc.;</li> <li>• Pressão dos colegas e do parceiro para iniciar a vida sexual;</li> <li>• Baixo nível de conexão com adultos em casa, na escola ou na comunidade;</li> <li>• Pouco apoio familiar e escassez de repasse de recursos e habilidades positivas para o enfrentamento de dificuldades;</li> <li>• Tolerância ou prática de violência sexual.</li> </ul>
<p>Comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de acesso a educação sexual abrangente em casa, na escola ou na comunidade;</li> <li>• Falta de acesso a serviços de saúde e controle de natalidade;</li> <li>• Falta de capital social e ativos comunitários de apoio;</li> <li>• Falta de normas e valores culturais e de gênero de apoio e empoderamento.</li> </ul>	<p>Sociedade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Políticas, leis e normas sociais que não reconhecem a sexualidade dos adolescentes nem sua necessidade de educação sexual e serviços de saúde sexual e reprodutiva, como anticoncepcionais;</li> <li>• Escassez de oportunidades educacionais e de emprego para adolescentes de ambos os sexos;</li> <li>• Normas e valores que favorecem a desigualdade entre</li> <li>• sexos;</li> <li>• Tolerância e aceitação da violência de gênero.</li> </ul>

Fonte: OPAS (2016, p. 31). Traduzido livremente pela *prcfessorapesquisadora*.

A respeito da falta de informação, aspecto recorrente nas narrativas dos praticantes desta pesquisa, que também foi um dos fatores apontados pelos jovens que participaram da pesquisa realizadas pela OPAS na América Latina e Caribe, é importante destacar que o conhecimento não é o fator determinante para que as pessoas consigam modificar seus comportamentos e o “bombardeio” de informações não fará os indivíduos mudarem suas atitudes e modos de viver (Carvalho *et al*, 2009). Desse modo, embora o fenômeno da gravidez na adolescência seja atravessado por múltiplos fatores (Quadro 8) e não apenas pela escassez de informações, não é possível desconsiderar a relação entre a vulnerabilidade e as condições reais para a adoção de comportamentos seguros. Do mesmo modo, não é coerente responsabilizar exclusivamente, os indivíduos, sobretudo, as meninas e as jovens pelo número alarmante de gestações na adolescência em nosso continente, quando podemos perceber que essa taxa, que é uma das maiores no mundo apresenta aspectos sociais, econômicos e culturais fortemente marcados pela influência do sistema patriarcal, do racismo e do capitalismo. A apresentação dos dados

divulgados no relatório da OPAS (2016) favoreceram a ampliação da nossa discussão e fizeram emergir as narrativas que transcrevo abaixo:

*Professora Janaína Rodrigues:* O relatório da Organização Panamericana de Saúde – OPAS(2016) apresenta diversos fatores que contribuem na elevação da taxa de gravidez na adolescência. *Eu fiquei bastante impressionada quando observei que a falta de resolução das questões ligadas à violência de gênero é um dos fatores sociais que podem elevar as taxas de gravidez na adolescência.*

*Estudante J.* Realmente...

*Estudante A.* Sim.

*Professora Janaína Rodrigues:* Além da questão do *abuso*, existem países com leis que protegem abusadores que se casam com suas vítimas. Alguns países ainda permitem o “casamento infantil”, por exemplo.

*Estudante M:* Sim.

*Estudante J.* Às vezes esquecemos o quanto a cultura de outros lugares difere-se da nossa, é assustador tais ações serem autorizadas...

*Estudante L:* Bom, o gráfico acabou infelizmente provando [que] as minhas teorias pessoais [estavam] certas, não e só falta de conhecimento, é falta de proteção, falta de uma estrutura na sociedade que não force as mulheres a desde cedo entender o sexo de uma forma equivocada, além da questão da falta de opção depois que a adolescente engravida por causa da situação da saúde brasileira.

*Estudante P:* Exato. (Grifos meus).

A Lei nº. 13.811/2019 proibiu o casamento de nubentes menores de 16 anos, mesmo nos casos de gravidez. A partir dessa idade, a união é considerada legal, desde que consentida pelos pais ou responsáveis, como ocorreu recentemente no Sul do Brasil, onde um prefeito se casou com uma jovem de 16 anos e em seguida nomeou a sogra para um cargo comissionado (Andrade, 2023). O impedimento legal é uma tentativa de proteger os direitos de adolescentes, pois além do afastamento do convívio da família e amigos e do abandono escolar, o “casamento infantil” também se relaciona a várias formas de violência, que “vão desde o generalizado controle da mobilidade e sexualidade das meninas até a violência física”, segundo Taylor *et al.* (2015, p. 87). No estudo, as adolescentes grávidas pesquisadas, majoritariamente, se autodeclararam como pessoa negra e informaram que viviam justamente, nos bairros mais pobres dos centros urbanos ou no campo.

A seguir, trouxe uma nova questão: “Em nossas conversas, vocês apontaram que a educação sexual e reprodutiva deve ser discutida na escola. Mas, em suas vivências, a prevenção da gravidez na adolescência foi um tema abordado em todas as disciplinas?”.

*Estudante J.* Já realizei tarefas, trabalhos, avaliações e debates sobre o assunto mencionado e outros que relacionam -se intimamente com essa mesma temática, dentro da disciplina de *ciência e biologia*.

*Professora Janaína Rodrigues:* Isso que eu gostaria de saber. Se na realidade essas questões são trabalhadas praticamente exclusivamente pelos professores da área de Ciências/Biologia.

*Estudante A:* Acho que nas disciplinas escolares não, a algum tempo (antes da pandemia) fizemos um trabalho para discutirmos sobre como prevenir a gravidez na adolescência, mas *foi só uma vez, não foi mais abordado* esse assunto na escola, *só foi um assunto na minha turma de 2019 porque uma aluna havia engravidado*, mas também *não falamos nada sobre*, acho que *tinha que ser um tema a ser sempre falado*.

*Estudante M:* Não. Lembro que já fiz alguns trabalhos e atividades sobre esse tema, mas os professores não aprofundaram.

*Estudante D.* No 8º ano foi um assunto muito abordado na disciplina de *ciências*.

*Estudante Jo.:* Não me lembro muito bem, mas já cheguei a fazer algumas atividades sobre essa matéria.

*Estudante J.* Acabei de me recordar que já presenciei o assunto dentro da disciplina de *português* em minha antiga escola, em atividades envolvendo interpretações desse cenário.

*Professora Janaína Rodrigues:* Entendi, Estudante J. Legal que teve a oportunidade de trabalhar essa questão em outra disciplina. Hoje existe uma “patrulha”, pessoas que censuram os estudos de gênero nos livros didáticos. Situação que não favorece o debate dessa questão.

*Estudante Pe:* Não, esse assunto nunca foi abordado na minha escola.

*Professora Janaína Rodrigues:* Isso é preocupante, Estudante Pe.

*Estudante G:* Como mencionado em uma [etapa da] pesquisa anterior, em 2019, na minha escola antiga, os alunos do 9º ano receberam um grupo de enfermeiras do posto de saúde para dar mais informações para nós alunos. Dando continuidade à matéria dada na aula de *biologia*. Nessa conversa com as enfermeiras, um diálogo foi aberto, onde alunos poderiam escrever suas dúvidas de forma anônima. Foi abordado diversos assuntos como: gravidez na adolescência e as prevenções para tal. O uso correto das camisinhas tanto masculinas como femininas. Elas mostraram algumas IST'S e como elas reagem em nosso corpo. Falamos do uso dos anticoncepcionais como as pílulas, o DIU, as pílulas do dia seguinte (por mais que não sejam consideradas como anticoncepcionais).

*Estudante L:* Não em todas as disciplinas, *somente em biologia*, trabalhos de biologia, deveres de biologia e às vezes a gente tinha um trabalho incentivado pela escola que girava em volta de educação sexual ou meio ambiente ou literatura eu acho.

*Professora Janaína Rodrigues:* Um Salve à Biologia! 🤗👏

*Estudante P:* Uma professora alertava e ainda alerta seus alunos sobre o que envolve.

*Professora Janaína Rodrigues:* Uma professora de qual disciplina, Estudante P?

*Estudante P:* Foi uma professora de *Matemática*. Ela sempre disse de forma que queria o melhor para os seus alunos, que são crianças e adolescentes, que ainda estão em desenvolvimento. Sempre alertando e nunca intervindo na vida alheia. Achei isso incrível.

*Professora Janaína Rodrigues:* Sim, muito importante. Obrigada pela contribuição, Estudante P.

*Estudante P:* Eu que agradeço a participação! (Grifos meus).

Aproximando-me da última parada do encontro, planejei um momento em que os educandos pudessem explorar o aplicativo e interagir mais entre si. Passei uma breve orientação sobre a funcionalidade e sugeri que eles personalizassem a edição do modo que achassem adequado. Para tanto, solicitei que eles compartilhassem suas experiências anteriores e

contassem sobre atividades que eles desenvolveram na escola relacionadas à temática que abordamos na cocriação do nosso mural:

*Estudante J:* Como já havia mencionado nos comentários [anteriores], realizei um trabalho escolar, que incluía um debate a respeito do assunto em uma apresentação individual, as temáticas discutidas abordaram também os métodos contraceptivos e suas respectivas eficácias. Ademais, no momento da manifestação pessoal, subimos no palco do auditório e falamos sobre as ISTs, cada um com suas contribuições, a fim de formar um incrível aspecto final. Foi algo bem dinâmico, contando também com a presença de slides e cartazes educativos. Se eu não me engano, aconteceu no 8º ou 9º ano, com a participação de todos os alunos, coordenadores e uma pessoa da equipe diretiva.

*Professora Janaína Rodrigues:* Atividade bastante diversificada! 🧠

*Estudante M:* Lembro que fiz alguns trabalhos na minha antiga escola (sempre na disciplina de biologia), discutimos um pouco, mas esse assunto infelizmente não era muito abordado.

*Professora Janaína Rodrigues:* É um tema delegado quase exclusivamente à Biologia e é abordado poucas vezes e em datas determinadas. Não acho que isso favoreça pois nós vimos aqui hoje, que as questões sociais, econômicas, políticas e culturais influenciaram a questão da gravidez na adolescência. Obrigada pela sua participação

*Estudante M:* Verdade! Infelizmente né?! 😞

*Professora Janaína Rodrigues:* Sim. 😞

*Estudante M:* Obrigada a sra! Foi muito legal ter participado. 😊

*Professora Janaína Rodrigues:* 🤗🤗🤗

*Estudante A:* Me lembro que em 2018 tive que fazer um trabalho em grupo sobre métodos contraceptivos para prevenção de gravidez, não me recordo do número de pessoas, mas lembro que era um grupo pequeno, pegamos camisinha no posto, pedimos para a minha avó comprar anticoncepcional porque tínhamos vergonha (sim, tínhamos coragem de pegar camisinha, mas não tínhamos para comprar anticoncepcional). Fizemos em uma cartolina imprimimos várias fotos de métodos cirúrgicos (DIU), comentamos sobre prevenção de acordo com tabela, falamos sobre o coito [interrompido] e vários outros métodos.

*Professora Janaína Rodrigues:* Muito legal. 😊. Obrigada 😊

*Estudante D:* Em *biologia* os alunos levaram camisinha e anticoncepcional. Falamos da camisinha feminina que muitas vezes não é mencionada, fizemos uma roda de conversa falando não só da gravidez como de DSTs.

*Professora Janaína Rodrigues:* Maravilha. Conta pra gente, em qual ano e disciplina isso foi abordado?

*Estudante D:* 8º ano, mas só em Biologia.

*Estudante Pe:* O assunto sobre prevenção da gravidez realmente é muito importante para os adolescentes, infelizmente *esse assunto não foi abordado nenhuma vez* no meu colégio anterior. Porém é fácil saber que é muito importante falar sobre isso quando vemos uma adolescente sem experiência ou conhecimento, com medo e preocupação por estar grávida, por isso esse assunto deve ser cada vez mais compartilhado.

*Professora Janaína Rodrigues:* Verdade. Obrigada pela participação!

*Estudante G:* Estudamos sobre sistema reprodutor masculino e feminino e como funcionam no 8º ano de uma forma não muito aprofundada. No 9º *voltamos a estudar esse assunto, porém de uma maneira rasa. E quase no final do ano, tivemos uma palestra sobre educação sexual.*

*Professora Janaína Rodrigues:* Tá parecendo que também aconteceu exclusivamente, nadisciplina de ciências, conforme vocês falaram anteriormente.

*Estudante Jo.:* Eu não lembro de muita coisa, mas sobre a matéria prevenção da gravidez, chegamos a fazer trabalhos, explicações em quadros e também, *teve feira de ciências*. Foi muito legal, e foi tudo como surge a gravidez.

*Professora Janaína Rodrigues:* Obrigada pela participação.

*Estudante L:* Pelo o que eu me lembro tivemos trabalhos na escola sobre o assunto, todo ano poderíamos escolher um tema entre 3 e um deles era educação sexual acredito que no mínimo 3 trabalhos eu já fiz sobre o assunto, trabalhos eu digo tipo cartaz mesmo, e acho que já fui em uma palestra sobre o assunto mas infelizmente não lembro quando nem onde, *mas sendo um pouco aberta aqui infelizmente eu nem acho que isso faz tanta diferença assim, mesmo que tenhamos 3 trabalhos por ano sobre gravidez na adolescência, não vai ter muito impacto se o estudante não estiver ouvindo*, os estudantes sempre vão ouvir ao ciclo que eles estão dentro, então eu acredito que um grande fator da gravidez na adolescência é a *construção social* em que o adolescente se encontra e infelizmente não pode ser consertada facilmente, *só podemos torcer para que as pessoas que estão na escola hoje passem a ir formação para frente e que aos poucos a estrutura social atual mude um pouco* acho que falei um pouco demais, bom, essa é só minha opinião pessoal.

*Professora Janaína Rodrigues:* Muito obrigada pela sua contribuição. Foi muito legal "aprenderensinar" com Paulo Freire, com vocês. 😊

*Estudante P:* Agradeço a oportunidade também! Acredito que existem inúmeras formas de personalidades nas pessoas, e isso a fazem tomar certas atitudes. Mas a prevenção e saber fazer o que é certo é essencial. Também tenho a falar que *muitos se deixam levar* por amizades e ideias, *mas quando se trata de si próprio deve-se fazer o que é melhor* para cada um, a antecipação influenciada nem sempre é [algo] bom. (Grifos meus).

Na tentativa de ampliar as discussões suscitadas a partir da cocriação mediada no Padlet, convém destacar os comentários das *Estudantes L. e P.*, suas compreensões sobre a construção social da gravidez na adolescência e as influências dos grupos em nossa formação, mas também ressaltar a necessidade de deixar os jovens falarem, pois nós educadores deveriam ouvi-los e eles têm muito a nos contar e ensinar. Precisamos garantir que as meninas, os meninos e todos os adolescentes tenham acesso à educação gratuita, não sexista e livre de qualquer tipo de discriminação, inclusive, porque incentivar a participação dos jovens na formulação de políticas de prevenção da gravidez e a consideração das experiências juvenis e suas propostas para a resolução da questão são ações bastante recomendadas.

Os blocos coloridos do Padlet foram nomeados de “fases” para facilitar a localização das interações dos praticantes no mural. O WhatsApp era acionado sempre que a ampliação do entendimento ou uma correção eram necessárias (Figura 38).

Figura 38: Outras mediações no WhatsApp durante a cocriação do mural no Padlet

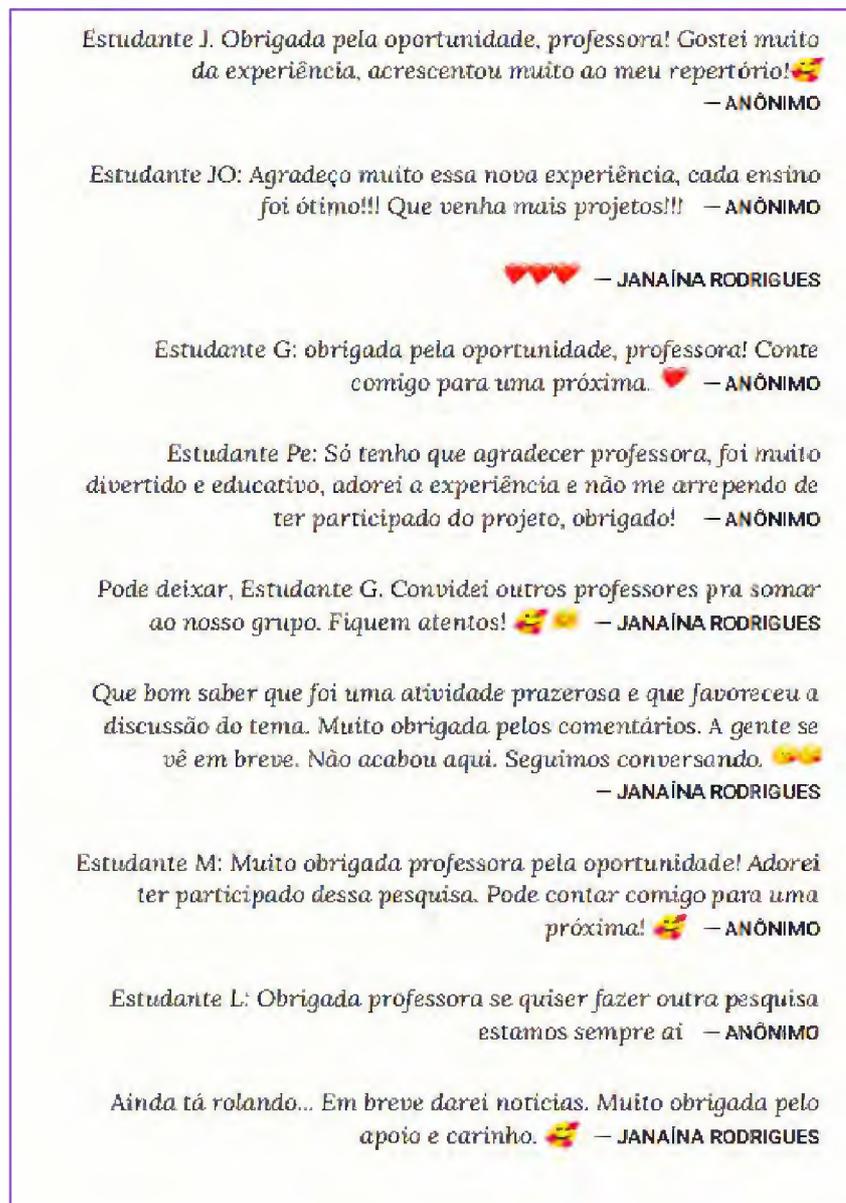


Fonte: Acervo pessoal da *prcfessorapesquisadora* (2021).

Na figura acima, é possível observar o momento em que eu sinalizo a necessidade de identificação de um comentário na “fase rosa”. Fiquei muito entusiasmada com a participação dos educandos na atividade, por aceitarem participar da pesquisa, voluntariamente. Foi maravilhoso ver todos juntos, *aprendendoensinando*, cocriando de modo freireano e cibercultural. Encerramos a cocriação do mural com a certeza de que essa conversa não acabou ali. Além disso, como a *Estudante L.*, estava matriculada no turno vespertino, indício que evidencia a “explosão” do horário da sala de aula (Figura 38), pressuposto da educação on-line defendido por Santos (2019).

Abaixo, apresento um recorte do PDF exportado, uma das opções disponibilizadas pelo Padlet (Figura 39). No recorte, temos o nosso momento de despedida, marcado pela confiança de termos desenvolvido uma atividade educativa exitosa, pelo carinho e o respeito demonstrados em todo o processo e aquele pedido de bis, que move e me inspira a prosseguir, afinal os jovens estudantes, praticantes desta pesquisa, têm muito a nos contar.

Figura 39: Do Padlet ao PDF – encontro, despedida e um até logo



Fonte: Acervo da professorapesquisadora (2021).

Utilizando o Google formulário estrategicamente, como mencionado anteriormente, encaminhei o link do formulário no grupo de WhatsApp solicitando que os praticantes avaliassem a atividade e apontassem as dificuldades, se algo havia prejudicado o desenvolvimento e o que deveria ser corrigido. Abaixo, partilho as seguintes narrativas:

*Estudante Pe.*: Nunca tinha utilizado ou sequer ouvido falar deles [Padlet e Mentimeter], mas são realmente legais e interessantes de se usar. Sendo sincero, [não tive] nenhuma impressão negativa, o assunto foi abordado de uma forma muito fácil, rápida e diferenciada, foi excelente.

*Estudante L.* [...] Nada realmente me chateou ou incomodou, acho que foi até interessante, mas fico triste que teve que ser tão rápido imagino que esse tipo de pesquisa funcione bem melhor quando é usada de longo termo. (Grifos meus).

Embora a maioria tenha informado que essa era a primeira experiência no Padlet, a *Estudante P.* (cf., p. 129), relatou que já havia utilizado esse *App* em uma atividade do componente curricular de Matemática. Acima podemos verificar que essa discente considera que a atividade seria mais frutífera se fosse desenvolvida por mais tempo, o que eu concordo, sobretudo, se a abordagem contemplar as ideias de coletividade, a interatividade, criatividade, pautadas nos pressupostos da Educação Online, que está inscrita no contexto das práticas ciberculturais (Santos, 2019).

A estratégia também ajudou a testar possíveis disparadores de outros encontros ao mesmo tempo em que apresentava outros questionamentos: O primeiro, apresentou a seguinte provocação: *No legislativo paulista estão tramitando dois Projetos de Lei na área dos direitos sexuais e reprodutivos: O projeto “Escolhi esperar”, que versa sobre a abstinência sexual como política pública de educação e o projeto “Escolhi me informar”, que respeita a escolha individual, mas reconhece o direito à educação sexual e reprodutiva. Na sua opinião qual dos dois projetos é mais adequado para trabalharmos essas questões na escola?* As transcrições abaixo revelam que os discentes ficaram divididos:

*Estudante M.:* Os dois [projetos].

*Estudante G.:* Escolhi me informar.

*Estudante J.:* No meu ponto de vista, acho que o “Escolhi me informar” por respeitar as opiniões e posicionamentos individuais, torna-se mais adequado.

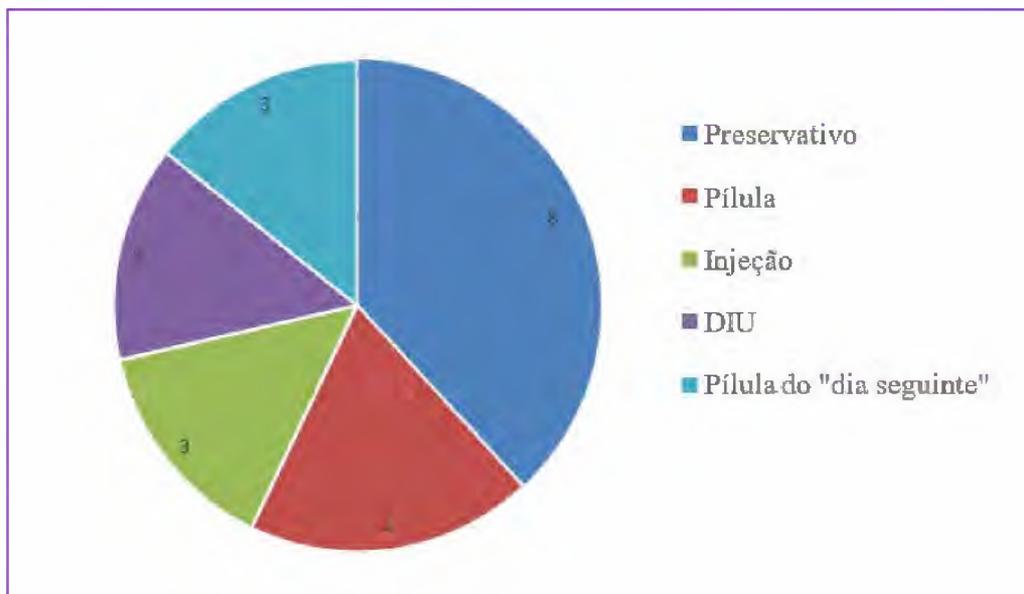
*Estudante L.:* Os dois, mas especialmente eu prefiro o primeiro [escolhi esperar], eu acho que o primeiro talvez tenha melhores resultados.

*Estudante A.:* Ambos os projetos são importantes para serem discutidos. (Grifos meus).

As narrativas acima foram reveladoras, pois podem sugerir que alguns praticantes possivelmente, ainda não têm a uma compreensão sobre a questão da liberdade individual e da laicidade do estado e da escola e principalmente, que o acesso à educação sexual reprodutiva é um direito dos jovens. De qualquer forma, esse achado pode indicar que é necessário retomar esse tema futuramente, principalmente, a partir do desenvolvimento de projetos interdisciplinares e atos de currículo cotidianamente construídos de forma continuada e mais consistente.

O segundo questionamento buscou entender se os estudantes têm conhecimento sobre o acesso aos métodos contraceptivos, a partir da seguinte questão: “Em nossas conversas observei o interesse em temas ligados à educação reprodutiva. Você sabe quais métodos contraceptivos são distribuídos gratuitamente no SUS? Poderia citá-los?” Novamente, os estudantes responderam de forma afirmativa. O gráfico abaixo nos ajuda a visualizar os métodos contraceptivos mencionados pelos alunos (Figura 40).

Figura 40: Métodos contraceptivos distribuídos pelo SUS, segundo os estudantes



Fonte: Elaborado pela *professorapesquisadora* (2021).

Cada estudante poderia dar mais de uma resposta. De modo semelhante ao identificado no estudo de Patrícia Vasconcellos, Elza Sebastião e Andrea Grabe-Guimarães (2019) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), os preservativos foram os mais citados pelos praticantes desta pesquisa. A *Estudante G.*, relatou inclusive, que só tinha conhecimento acerca da distribuição desse método, o que possivelmente se deve às campanhas nacionais que divulgam o uso do preservativo, sobretudo, na prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis. Duas coisas me surpreenderam e revelaram a necessidade de ampliarmos esse debate: o fato de alguns estudantes terem mencionado o Dispositivo Intrauterino (DIU), método reversível, distribuído gratuitamente e perfeitamente recomendado para os jovens da faixa etária dos meus alunos e, que ninguém tenha mencionado a laqueadura e a vasectomia, dois métodos cirúrgicos regulamentados pela Lei Nacional de Planejamento Familiar, Lei nº 9.263/1996, cuja redação foi alterada em razão da reivindicação da luta pelos direitos das mulheres. Desse modo, a assinatura do cônjuge autorizando esses procedimentos não é mais necessária e a idade mínima para a realização do procedimento foi reduzida para 21 anos, conforme assegurado pela Lei 14.443, sancionada em 02 de setembro de 2022.

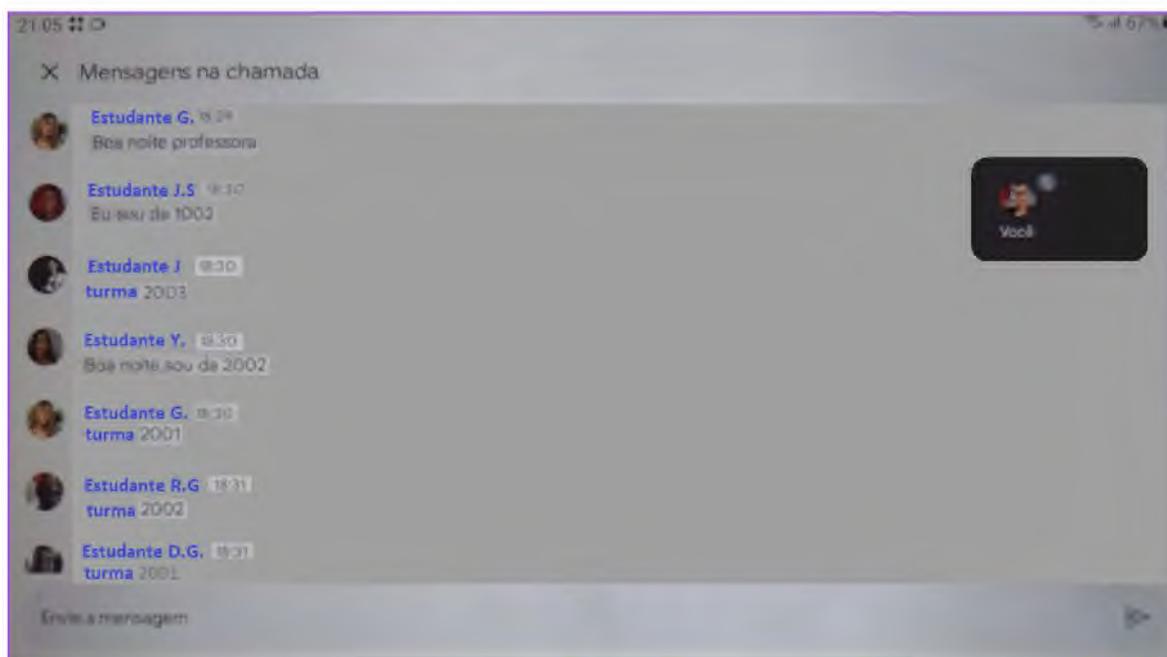
Finalmente, destaco que os discentes apontaram que o mural interativo criado na discussão sobre a instituição da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência na escola foi uma atividade colaborativa, atraente e adequada à série, inclusive, os estudantes foram unânimes em afirmar que gostariam de participar dos próximos círculos freireanos.

### 5.3 A mediação de conversas sobre a violência de gênero no Google Meet

Em reunião a direção e coordenação solicitaram que os professores propusessem atos de currículos articulados ao ensino de relações étnico-raciais (ERE) e à história e cultura dos povos africanos e afro-brasileiros, conforme a Lei nº. 10.639/2003. Eu já estava pesquisando relações de gênero e perguntei se poderíamos fazer algo em contexto interseccional, com o recorte de raça, classe e gênero.

A atividade emergiu como um ato de currículo, entretecido de maneira interdisciplinar, no qual os *professores praticantes* orientaram a pesquisa da temática e planejaram a mediação de conversas sobre o aumento da violência de gênero na pandemia que afetou principalmente, mulheres e meninas negras. Sendo assim, contando com a colaboração dos educadores que lecionam os componentes curriculares de Sociologia e Geografia e o apoio da equipe administrativa-pedagógica, planejamos o *1º Círculo de Cultura, Gênero e Juventudes*. O encontro aconteceu em 08 de novembro de 2021 e embora ele tenha sido concebido para ter a duração de uma hora, a atividade foi realizada de 18h30 às 21h, em razão da densidade das discussões. A figura 41, evidencia a participação dos praticantes no *chat*.

Figura 41: Captura da tela do chat no círculo cibercultural no Google Meet



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2021).

Na ocasião, eu ainda não estava acompanhando as orientações da Prof.<sup>a</sup> Edméa Santos e não dispunha de recursos materiais adequados ao trabalho docente, pois somente em

dezembro de 2021 recebi o auxílio tecnológico que permitiu a compra de um *Laptop*. Por isso, nesse círculo cibercultural, eu usei um *tablet*, motivo que me fez optar por apresentar a transcrição das narrativas e não as telas capturadas. Após alguns minutos, saudei os presentes e iniciamos nosso círculo cibercultural com estudantes do 1º e 2º anos do EM. Decisão tomada, por razões estéticas e também em virtude de garantir o sigilo aos praticantes. Abaixo, apresento a transcrição do meu áudio e das primeiras narrativas registradas pelos praticantes no *chat* do Google Meet:

*Professora Janaína Rodrigues*: (áudio): Oi, Estudante J., tudo bem? Vamos aguardar um pouquinho o pessoal chegar ok!? Sejam bem-vindos.

*Estudante J.*: Oi, tudo bem sim e a senhora? Tá bom.

*Estudante Y.F.*: Oi gente, boa noite. 🙄

*Estudante R.G.*: Boa noite professora, beijão para você.

*Professora Janaína Rodrigues*: (áudio): Gente coloquem no chat para mim a turma de vocês.

*Estudante G.*

*Estudante J.S.*: Eu sou da 1002.

*Estudante J.*: J., turma 2003.

*Estudante Y.* Boa noite. Sou da 2002.

*Estudante Y.F.*: Y.F., 2001.

*Estudante D. G.*: D.G., 2001.

*Estudante B.*: 2001.

*Estudante R.*: Boa noite, 2001.

*Estudante M.F.*: 2003.

*Estudante Gu.*: Opa, sou da 1001.

*Estudante D. G.*: Professora se eu tiver se eu sair do nada é porque eu tenho curso 19:00 aí eu tenho que entrar em outro meet.

*Estudante R.G.*: Também tenho, “fessora”.

*Professora Janaína Rodrigues* (áudio): Ok, agradeço muito a presença de vocês. Não deixem de responder o formulário. Vamos colocar o link nos grupos [whatsApp].

*Estudante D. G.*: Tá bom.

*Estudante A.*: Olá! boa noite

*Professora Janaína Rodrigues* (áudio): Boa noite, Professores Maria Rosa e Walmir de Freitas.

*Professora Maria Rosa.*: Boa noite... Amando ver todos vcs por aqui...

*Professor Walmir de Freitas*: Boa noite.

Nosso encontro aconteceu no Google Meet, no período noturno, ou seja, em um horário flexível e previamente combinado com os participantes e foi oportunizado por estarmos em um período de ensino híbrido em que os professores com comorbidades estavam afastados do ensino presencial amparados pela legislação vigente promulgada diante da calamidade pública

instaurada pelo avanço do coronavírus. No círculo cibercultural mediado no Google Meet conversamos sobre o aumento da violência observado durante a pandemia da covid-19, que vitimiza sobretudo, meninas e mulheres negras e pobres, tendo em vista, a aproximação do dia 25 de novembro, que desde 1999 foi definido pela ONU, como o Dia Internacional de Eliminação da violência contra a mulher.

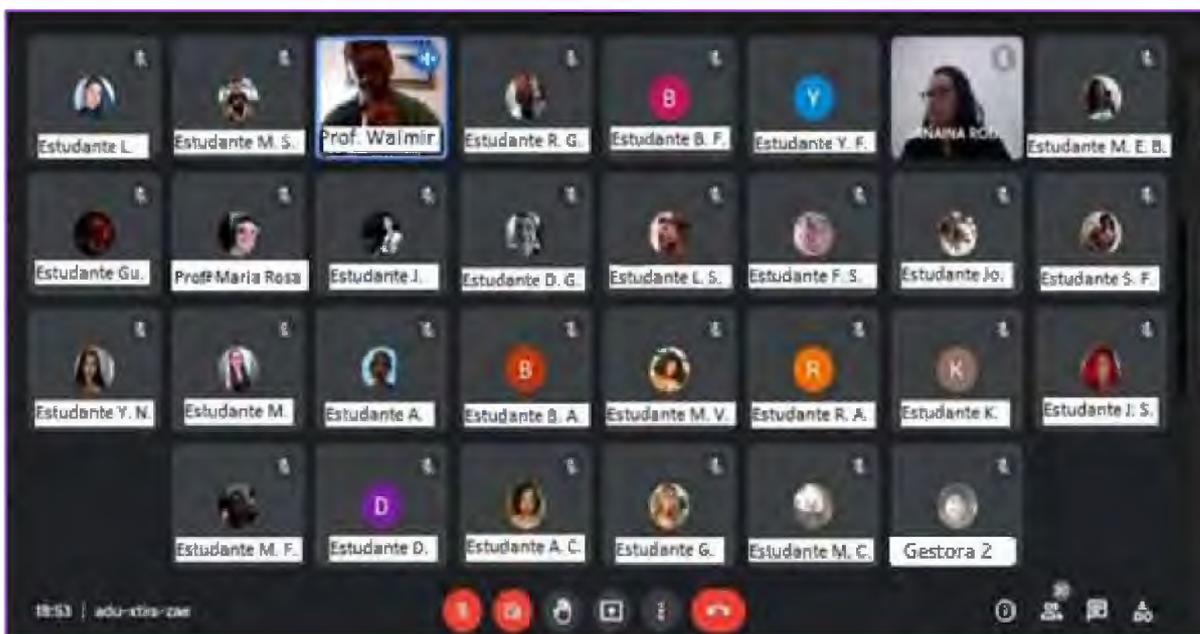
A partir do mapeamento de ciberfeminismos no Instagram, Fernandes, Santos e York (2022, p. 59), nos convidaram a repensar alguns aspectos da educação brasileira, imersa em uma economia capitalista em que, “histórica e culturalmente, o trabalho reprodutivo, o sexual e o de cuidados relacionados aos corpos das mulheres”, se deu sob a lógica da exploração, controle e submissão, acentuando as desigualdades inerentes a esse sistema com o acréscimo de outras opressões, como o colonialismo e o cis-heteropatriarcado. As autoras, ainda suscitaram a reflexão sobre como esses sistemas de opressão se multiplicaram no decorrer da pandemia de covid-19, pois do mesmo modo que a política nefasta que atrasou a compra de vacinas e incentivou a difusão de *fake news* sobre tratamentos sem comprovação científica, quando poderia evitar a morte de milhares de brasileiros, têm uma fundamentação classista, racista e territorial, as violações contra meninas e mulheres, negras e pobres ficaram ainda mais evidentes no período de emergência epidemiológica.

Como o nosso planejamento previa uma abertura do encontro com duração de 15 minutos, o *professorpraticante*, *Walmir de Freitas*, recebeu todos os presentes, apresentou os participantes e passou algumas orientações. A *Gestora 2*, estava presente e acompanhou a atividade e colaborou na captura das imagens. Por acessar o Google Meet apenas pelo *smartphone*, em razão da escassez de recursos, certamente eu não conseguiria mediar a produção de dados e registrar a atividade sem a colaboração dos praticantes. A generosidade e afetuosidade que vivenciei me fizeram recordar do conceito de *Eccem femina*, quinto movimento da pesquisa denominado por Alves (2003), e que “abarca homens e mulheres que cotidianamente nos auxiliam a fazer pesquisa, onde o coletivo é fundamental para a compreensão e sistematização de tudo que envolve as abordagens” realizadas nas pesquisas nos/dos/com os cotidianos (Gonçalves, 2014, p. 40).

Aproveitei para narrar aos presentes as trilhas percorridas até a realização deste círculo cibercultural no Google Meet (Figura 42). Contei aos praticantes sobre os atos de currículo realizados anteriormente, nos microdispositivos formacionais, WhatsApp, Mentimeter e Padlet, nos quais eu e os praticantes culturais conversamos sobre direitos sexuais e reprodutivos, cocriamos uma nuvem de palavras e um mural interativo construído coletivamente, a partir do diálogo sobre a instituição da lei da Semana Nacional de Prevenção de Gravidez na

Adolescência. Também mencionei nossos achados da pesquisa acerca da observação da elevada taxa de gravidez na adolescência no Brasil e na América Latina e a relação desses dados com a violência de gênero, principalmente, porque tais violações suscitaram a revisão do artigo 1.520 do Código Civil, a partir da promulgação da Lei nº. 13.811/2019, que finalmente proibiu o “casamento infantil” no Brasil, sendo a partir de então, vedado em qualquer caso, o casamento de nubentes menores de 16 anos.

Figura 42: Captura da tela durante o círculo cibercultural realizado no Google Meet



Fonte: Imagem gentilmente cedida pela direção do CERJ.

Em seguida, introduzimos a discussão sobre os 15 anos da Lei Maria da Penha, completados em agosto de 2021, em nosso círculo cibercultural. Nesse momento, apresentamos os diferentes tipos de violência de gênero: psicológica, moral, patrimonial, física e sexual. Discutimos sobretudo, a recente tipificação da violência psicológica, em julho de 2021, e a preocupação com os casos de *cyberbullying* e *bullying* sexual. Comentei inclusive, que existe a lei de prevenção do *bullying* nas escolas, além de outras que criminalizam a perseguição na internet (Lei contra o *stalking*, nº. 14.131/2021) e que punem a invasão cibernética e o vazamento de imagens íntimas, sem o consentimento da vítima (Lei Carolina Dieckmann, nº. 12.737/2012). Acerca da violência sexual, discutimos que ela aflige, principalmente, meninas e adolescentes até 13 anos, daí a importância da garantia do direito à educação e saúde sexual e reprodutiva e de informações sobre a Lei do “Minuto Seguinte”.

A busca que orientamos previamente nas aulas de Sociologia e Geografia, revelou dados alarmantes que absurdamente, colocam o Brasil como campeão em assassinatos de

peças trans e quinto colocado em número de feminicídios. Junto com a *professorapracante*, *Maria Rosa*, apresentamos outros dados obtidos na pesquisa sobre a percepção da população sobre a violência doméstica realizadas pelo Data Popular em parceria com o Instituto Patrícia Galvão (2013) que evidenciaram a gravidade da questão:

- a. O parceiro, marido ou namorado é o responsável por mais de 80% dos casos reportados.
- b. A cada duas horas, uma mulher é assassinada no Brasil.
- c. 30% das mulheres já sofreram algum tipo de violência doméstica.
- d. 68% das mulheres evitam denunciar seu agressor por medo.
- e. Machismo e alcoolismo são apontados como fatores que contribuem para a violência.
- f. A cada dois minutos, cinco mulheres são violentamente agredidas.
- g. Seis entre dez brasileiras conhecem alguma mulher vítima de violência doméstica.

O círculo cibercultural que mediamos contou com a participação de 26 estudantes, três docentes e uma pessoa da equipe diretivo-pedagógica, totalizando 30 praticantes. Desse total, 22 discentes aceitaram participar da pesquisa e responderam o TCLE, que foi enviado via formulário do Google. No fim da atividade enviei também um formulário com o objetivo de avaliar o encontro e produzir mais dados. Após a apresentação dos educadores e saudação aos presentes, eu passei a palavra para o *professorpraticante*, *Walmir de Freitas*, que iniciou a sua fala abordando o sofrimento na pandemia no Brasil. Abaixo, apresento as transcrições dos áudios e das narrativas dos praticantes no *chat* do Google Meet:

*Estudante Jo.:* Não só no Brasil, professor!

*Professora Walmir de Freitas (áudio):* Eu também gostaria de destacar o aumento da violência de gênero e discutir a dificuldade que as vítimas tem para denunciar.

*Estudante Y.:* Muitas não conseguem sair por causa dos filhos.

*Estudante A.:* Sim.

*Estudante M.S.:* Verdade.

*Estudante M.:* Sim, vdd.

Nas transcrições acima, podemos observar que, a *Estudante Y.*, destaca um dos motivos que levam a mulher a evitar a denúncia. Segundo dados oficiais, a principal razão é o medo, seguido da sensação de impunidade ou descrédito na justiça, mas fatores relacionados à necessidade financeira, dependência emocional e receio de afastar o pai do convívio com os filhos, não podem ser descartados. Dando continuidade, mencionei um achado da pesquisa disparado pela cocriação do mural sobre a Lei da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência no Padlet. Na atividade realizada anteriormente com a presença de alguns

discentes que também estavam no círculo cibercultural no Google Meet, o estudo dos fatores apontados pelo relatório da Opas (2016) possibilitou que os praticantes observassem a relação entre violência de gênero e as elevadas taxas de gravidez na adolescência em nosso continente e ultrapassassem a ideia prévia de que o problema está associa-se à falta de informação dos jovens. Abaixo, apresento algumas interações no *chat*, incluindo um excerto que traz o questionamento de um estudante acerca dos dados que mencionei e as respostas de duas estudantes que participaram de todos os círculos ciberculturais anteriores:

*Estudante Gu.:* As elevadas taxas de gravidez na adolescência, n se deve principalmente, a falta de orientação?

*Estudante A.:* Não só por causa da falta de orientação muitas das vezes (são) violentadas sexualmente, Gu.

*Estudante J.:* Acho que também envolve o baixo nível de escolaridade, inserção nos extratos sociais mais baixos...

*Estudante Gu.:* Tenho uma visão parecida com a sua [Estudante]J. Entendo sobre essa questão também, [Estudante] A.

*Professora Janaina Rodrigues (áudio):* Sim, são diferentes fatores que envolvem questões comunitárias, questões individuais, econômicas, mas também a violência. Em nosso país é importante destacar o recorte de classe e raça, onde as meninas mais pobres, as meninas negras representam a maior incidência de gravidez na adolescência.

Dando continuidade ao círculo cibercultural, discutimos o aumento de casos de violência de gênero durante a pandemia e sobre como isso afeta a questão do emprego e renda, pois segundo dados do Atlas da Violência de 2019, a maioria das vítimas têm ocupação, são mulheres que têm profissão e economicamente ativas, e enquanto, “a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 1,6%, entre 2007 e 2017, e a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9% no mesmo período” (IPEA, 2019). O que evidencia que mesmo aquelas com autossuficiência econômica sofrem com a violência patriarcal, que atinge todas as classes sociais e que o feminicídio tem forte marcador de raça e classe. Segundo hooks (2019a, p. 95-96):

A violência patriarcal em casa é baseada na crença de que é aceitável que um indivíduo mais poderoso controle outros por meio de várias formas de força coercitiva. Essa definição estendida de violência doméstica inclui a violência de homens contra mulheres, a violência em relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo e a violência de adultos contra crianças. O termo “violência patriarcal” é útil porque, diferentemente da expressão “violência doméstica”, mais comum, ele constantemente lembra o ouvinte que violência no lar está ligada ao sexismo e ao pensamento sexista, à dominação masculina. Por muito tempo, o termo violência doméstica tem sido usado como um termo “suave”, que sugere emergir em um contexto íntimo que é privado e de alguma maneira menos ameaçador, menos brutal, do que a violência que acontece fora do lar. Isso não procede, já que mais mulheres são espancadas e assassinadas em casa do que fora de casa. Além disso, a maioria das pessoas tende a enxergar a violência doméstica entre adultos como algo separado e diferente da violência contra crianças, quando não é. Com frequência, crianças sofrem abuso quando tentam

proteger a mãe que está sendo atacada por um companheiro ou marido, ou são emocionalmente afetadas por testemunhar violência e abuso.

O quadro 12, apresenta os fatores relacionados à violência contra as mulheres e os fatores relacionados ao aumento dos casos durante a pandemia.

Quadro 12: Fatores relacionados à violência contra as mulheres e os agravantes na pandemia

FATORES EXPLICATIVOS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES	FATORES AGRAVANTES NO CONTEXTO DA PANDEMIA
<ul style="list-style-type: none"><li>- Desigualdade de gênero;</li><li>- Sistema Patriarcal;</li><li>- Cultura machista;</li><li>- Misoginia.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Isolamento social;</li><li>- Impacto econômico;</li><li>- Sobrecarga do trabalho reprodutivo das mulheres;</li><li>- Estresse e outros efeitos emocionais;</li><li>- Abuso de álcool e outras drogas;</li><li>- Redução da atuação de serviços de enfrentamento.</li></ul>

Fonte IPEA (2020).

Após o episódio de violência, a queda na renda da família é acentuada, pois algumas mulheres precisam faltar ao serviço para tratarem as lesões ou por vergonha, para não mostrarem as marcas em seus corpos. Elas acabam sendo demitidas e outras precisam deixar os empregos por medo do agressor. Aliás, o medo está entre as principais causas que levam as vítimas a não denunciarem, seguido pela sensação de impunidade, a dificuldade de acesso à justiça, delegacias de mulheres, a dependência econômica e emocional e a preocupação com o futuro dos filhos. Retomando a discussão, acerca dos principais motivos que retardam ou diminuem o registro das queixas pelas das vítimas no que tange ao medo de denunciar, o *Estudante Gu.*, traz a seguinte indagação:

*Estudante Gu.:* A propagando informação sobre essa questão do medo, insegurança n seria uma forma de se combater isso?

*Professora Janáina Rodrigues (áudio):* Se informar, divulgar os direitos, buscar ajuda e denunciar são sempre os melhores caminhos. *Por terem crescido em um lar, em um ambiente abusivo, não é incomum a gente ouvir em relatos de feminicidas presos que eles também vivenciaram a violência doméstica, sofreram maus-tratos na infância.*

*Estudante A.:* Nem sempre a criança ou adolescente que cresceu vendo a mãe sendo violentada tem essa visão que tem que ser assim.

*Estudante G.:* Concordo tbm, [Estudante] A.

*Estudante Gu., [discordando da minha fala]:* Imagino que aconteça mais o contrário.

*Estudante Y.:* Concordo.

*Estudante M.So.:* Eu por exemplo sou desconstruído!

*Estudante A.:* Por exemplo, eu cresci vendo o pai da minha irmã agredindo a minha mãe e não tenho a visão de que tem que ser assim.

*Professora Janaina Rodrigues (áudio):* Sim, Ana. Não é porque crescemos em um ambiente disruptivo que precisamos repetir isso. A gente pode romper esse ciclo, fazer diferente, construir uma nova história. O que estou trazendo para a conversa são dados estatísticos sobre o histórico dos agressores. (Grifos meus).

Para colaborar no entendimento sobre a questão da perpetuação do ciclo da violência patriarcal nas famílias e até mesmo das recidivas, afinal algumas vítimas desistem de denunciar quando o abusador promete que a agressão não voltará a acontecer, trago a contribuição de hooks (2021b, p. 65), que salienta o fato de que:

Em nossa cultura, muitos homens nunca se recuperam da crueldade sofrida na infância. Estudos demonstram que, na ausência de cuidados, homens e mulheres violentamente humilhados e abusados são constantemente propensos a ser disfuncionais e predispostos a abusar dos outros violentamente.

Todavia, a *Estudante A.*, sentiu-se provocada e discordou da informação que partilhei na conversa com a concordância de três praticantes, incluindo o *Estudante M.So.* que afirmou que está em processo de desconstrução e realmente, estávamos todos conversando no círculo cibercultural e aprendendo juntos. Quando a *Estudante A.*, nos contou suas dores pessoais e vivência da violência foi satisfatório ouvir ela dizer não tem “a visão que tem que ser assim”. Hoje já não é possível repetirmos que “homem é mesmo assim”, que “pelo menos não te bate” ou em “briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Estamos em franco processo de transformação social, de ruptura do ciclo de violência, impunidade e medo e o número recorde de medidas protetivas concedidas nos primeiros meses de 2023 corrobora isso. Segundo dados fornecidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), foram expedidos no ano de 2022, 37.011 documentos. De janeiro a março de 2023, em média, pelo menos cinco mulheres conseguiram uma medida protetiva a cada hora (Cinco, 2023).

Acredito que a luta pelos direitos das mulheres, a pressão das organizações civis, as campanhas promovidas pelo estado e o comprometimento com a educação não sexista e o combate à violência na escola podem favorecer as mudanças necessárias. Dando sequência, a *professorapracante, Maria Rosa* comentou que são inúmeras denúncias de violência de gênero na mídia e os estudantes acrescentam um caso de grande destaque na imprensa nacional:

*Estudante J.:* Sobre a violência, teve o caso do DJ [Ivis], solto recentemente.

*Estudante Y.:* Verdade, J.

*Estudante Gu.:* O DJ foi solto, J.?

*Estudante R. G.:* Nmrl, esse DJ aí, ó.

*Estudante J.:* Foi. Estudante R. G.: Goleiro Bruno...

*Estudante Gu.:* Pq? Cumpriu 1/3 da Pena? Se ele cumpriu 1/3 da pena infelizmente acontece sempre.

*Estudante J.*: Pois é, né...

*Professora Janáina Rodrigues* (áudio): A questão é mais complexa. Se alguém comete uma agressão grave e logo é solto e responde em liberdade, para vítima fica uma sensação de impunidade de falta de justiça. No caso do goleiro houve um assassinato com ocultação de cadáver. Como uma pessoa assim pode ficar livre depois de tão pouco tempo?

*Estudante M.S.*: Professora você já escutou a música do Alok? 180 (Part. Mc Hariel, Mc Davi e Mc Leozinho e Mc Dricka).

*Professora Janáina Rodrigues* (áudio): Ainda não, Estudante M.S. Vou pesquisar. (Grifos meus).

Acima, podemos observar a transcrição da narrativa da *Estudante M.S.*, que me perguntou no *chat* do Google Meet se eu conhecia uma canção criada pelo DJ Alok, intitulada, *180*, em alusão ao número telefônico que recebe as denúncias de violência contra a mulher, que também podem ser feitas anonimamente. A indicação da praticante fez florescer a ideia de montarmos a *Playlist #8M - Mulher*, no Spotify, que pode ser acessada por meio do QR code disponibilizado (Figura 43).

Figura 43: Canção 180, do DJ Alok, na Playlist #8M - Mulher



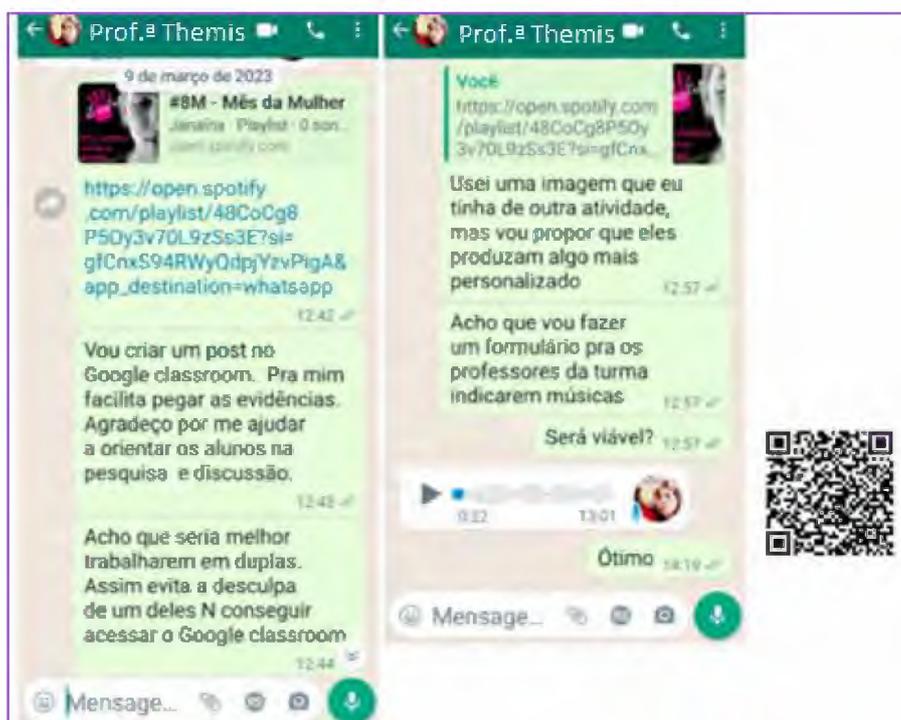
Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2023).

Na figura acima, também apresento os primeiros versos da canção. Ao escutá-la verifiquei que no final, Alok aponta para a necessidade de não nos calarmos ao presenciarmos a violência, um movimento pertinente, pois considero importante que os homens conversem entre si e possam se tornar aliados no combate à violência patriarcal.

Nas próximas linhas, abrirei um parêntese e narrar o processo de cocriação da lista com as músicas selecionadas pelos praticantes da pesquisa. No decorrer de sua pesquisa de mestrado no PPPGEduc/UFRRJ, Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Talita Cabral mediou a criação da *playlist* do FRECON-UFRRJ, que reuniu canções sugeridas pelos membros do grupo de pesquisa. A experiência colaborativa fez brotar a ideia de mediar a cocriação de *playlist* do CERJ, quando a *Estudante M.S* perguntou se eu já havia escutado a música do DJ Alok, durante o círculo cibercultural realizado no Google Meet.

Para materializar a cocriação, convidei a *prcfessorapracicante*, *Themis de Almeida*, que leciona o componente de Língua Portuguesa e é uma das praticantes desta pesquisa, para mediarmos a atividade no Mês da Mulher, como fruto de nossas ações educativas voltadas à prevenção da violência patriarcal. Abaixo, apresento o registro da conversa com a Prof.<sup>a</sup> Themis no WhatsApp (Figura 44). O QR code e o link abaixo possibilitam o acesso ao áudio enviado para meu diário de ciberpesquisa-formação no *Spot.fy for Podcasters*

Figura 44: Conversa no WhatsApp acerca da criação da playlist



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023). Disponível em:  
<https://podcasters.spotify.com/pod/show/janana-rodrigues/episodes/Profa-Themis-Cocriao-da-playlist---parte-1-e265t0s/a-aa232mq>

Na conversa mediada via WhatsApp é possível observar o modo como *pensamos: fizemos* o desenho didático da cocriação da *playlist*. Inicialmente, agradei a participação da *prcfessorapracicante* na mediação da atividade e apesar das críticas dirigidas às grandes

empresas do ramo da tecnologia e dos riscos da plataformização e dataficação em curso, tive que usar o Google Classroom, único ambiente virtual de aprendizagem (AVA) disponibilizado pela minha rede de ensino. Também propus que os praticantes culturais criassem uma logomarca para dar identidade visual ao projeto e manifestei o interesse de criar um formulário do Google para facilitar a participação de outros professores. As considerações enviadas por áudio pela *professorapraticante*, *Themis* deixaram-me mais segura para mediar a cocriação da *playlist*, pois essa foi a minha primeira experiência no Spotify.

Ao todo, 54 praticantes enviaram sugestões para a nossa seleção no Spotify, perfazendo uma lista com 40 músicas que foram selecionadas de acordo com a temática abordada. Na mediação da atividade observei que alguns estudantes, praticantes da pesquisa deixaram transparecer um incômodo com a *playlist* que estávamos cocriando. Na tentativa de compreender o que estava ocorrendo conversei com os discentes sobre o processo de criação coletiva, que a *playlist* não era individual ou de uma turma, mas do CERJ. Ouvi da *Estudante K.*, que “*algumas músicas eram antigas*”, o que me intrigou, porque as boas canções são eternas, mas foi bastante interessante, pois fez emergir uma conversa sobre etarismo, que é o preconceito com pessoas idosas e que nas mulheres é mais perverso, pois coincide com a queda da nossa capacidade reprodutora por volta dos 40 anos de idade. Além da questão geracional, os achados da pesquisa colocaram em foco a influência do feminismo branco e liberal na mídia e na indústria da música, por isso, registrei em meu caderno de campo a possibilidade de conversarmos sobre feminismos, decolonialidade e interseccionalidade, a partir da contribuição de Pinheiro (2023) sobre o papel dos educadores na luta antirracista e a inclusão da Educação para Relações Étnico-Raciais na escola.

Ouvi também, a reclamação do *Estudante D.*, acerca da sua indicação que “*havia sido deixada de fora*”, fato que nos mobilizou, eu e alguns praticantes, a ouvirmos algumas canções juntos, buscarmos as letras na internet e discutirmos os critérios de exclusão. Em consenso, concluímos que deveríamos evitar canções que abordassem o revanchismo entre pessoas de diferentes gêneros, atos violentos e ilícitos, objetificação dos corpos e a romantização de comportamentos abusivos e da dependência emocional. Movimentos que possibilitaram que o *Estudante D.*, indicasse duas canções que foram adicionadas à *playlist*. A seguir, apresento a captura da tela com a postagem de orientações acerca da atividade de cocriação da *playlist*, mediada durante o mês de março de 2023 no Google Classroom (Figura 45).

Figura 45: Atividade de cocriação da playlist no Google Classroom

**Instruções** **Trabalhos dos alunos**

Data de entrega: 31 de mar. 18:00

**Playlist: #8M - mês da Mulher.**

Olá, tudo bem.

As conversas e atividades que estamos desenvolvendo no colégio e no Google Classroom estão nos mobilizando na cocriação de uma seleção de músicas no Spotify, a partir das sugestões de educadores e estudantes do CERJ. Essa atividade é fruto das nossas discussões sobre os direitos da mulher, o combate à violência de gênero e incentivo à participação de meninas e mulheres em todas as esferas da vida pública, sobretudo, no campo da política, economia e ciência.

Assim, preciso que vocês:

1. Indiquem uma música que não pode ficar de fora da nossa playlist, #8M - Mês da Mulher. Aguardo as suas sugestões.
2. Contem pra mim os motivos que te levaram a sugerir a música que vocês acabaram de indicar. Registrem as suas respostas aqui no Google Classroom.
3. Criem com seus colegas um card, pode ser digital (no Canva ou outro App) ou não. A identidade visual da nossa playlist precisa estar ligada à temática e tem que ter a cara do colégio. Já conversei com outros professores que não pouparam elogios ao descreverem o quanto vocês são criativos e talentosos. Já estou ansiosa pra ver as criações de vocês.

Bom trabalho.

Comentários da turma

Fonte: Acervo da *prcfessorapesquisadora* (2023).

Na sequência, apresento a captura da tela da participação do *Estudante Th.*, no Google Classroom, que evidencia o envio da logomarca criada pelo praticante no *App* Canva (Figura 46).

Figura 46: Logomarca da playlist enviada por um Estudante Th., no Google Classroom

Playlist: #8M - mês da Mulher

TH

20230327\_2008091.mp4

RO  
CE  
T  
JANEIRO  
DE

Arquivos

Enviado: 27 de mar. 20:10

Ver detalhes

Playlist: #8M - mês da Mulher

Playlist: #8M - mês da Mulher

20230327\_2008091...

Comentários particulares

JANANA RODRIGUES DE F...  
11 de abr. 14:25

Obrigada pela indicação.

Adicione um comentário

Fonte: Acervo da *prcfessorapesquisadora* (2023).

Conforme narrei acima, além de mediarmos a participação dos estudantes do 1º ano do EM, no Google Classroom, também enviei o link do Formulário do Google à *Professora Themis*, estratégia adotada para facilitar que professores e estudantes de outras turmas, pudessem enviar as contribuições. Abaixo, temos os registros do envio do formulário e do link de acesso à *playlist* via WhatsApp. O QR Code e o link disponibilizados permitem a escuta dos áudios das conversas com a *Próf.<sup>a</sup> Themis* (Figura 47).

Figura 47: Conversas no WhatsApp sobre a mediação da cocriação da playlist



Fonte: Acervo da professorapesquisadora (2023). Disponível em: <https://podcasters.spotify.com/pod/show/janana-rodrigues/episodes/Prof-a-Themis-part-2-playlist-e24puut/a-a9tileb>

A partir de agora, irei retomar a questão acerca dos motivos que levam as mulheres a evitarem as denúncias, que havia aparecido na narrativa da *Estudante Y.*, mas eu não consegui aprofundar na primeira parte deste capítulo. O *Estudante Gu.*, destaca a dificuldade de aplicação da lei. Embora a legislação brasileira seja uma das mais avançadas no mundo quanto à proteção da mulher, a tramitação no judiciário é lenta, em alguns casos o juiz manter o acusado em liberdade até o julgamento e ainda há a possibilidade de recursos que aumentam a sensação de impunidade, como podemos observar nas narrativas apresentadas abaixo:

*Estudante Y.* Muitas das vezes o homem fica preso nem 2 meses direito.

*Professora Janaína Rodrigues* (áudio): Os dados apontam que a maioria das vítimas não denunciam por medo.

*Estudante Gu.*: Professora, também não é só questão de medo, às vezes a aplicação da lei, seja policial até mesmo carcerária no Brasil é bem ruim.

*Estudante J.*: Verdade, a aplicação da Lei ainda deixa muito a desejar...

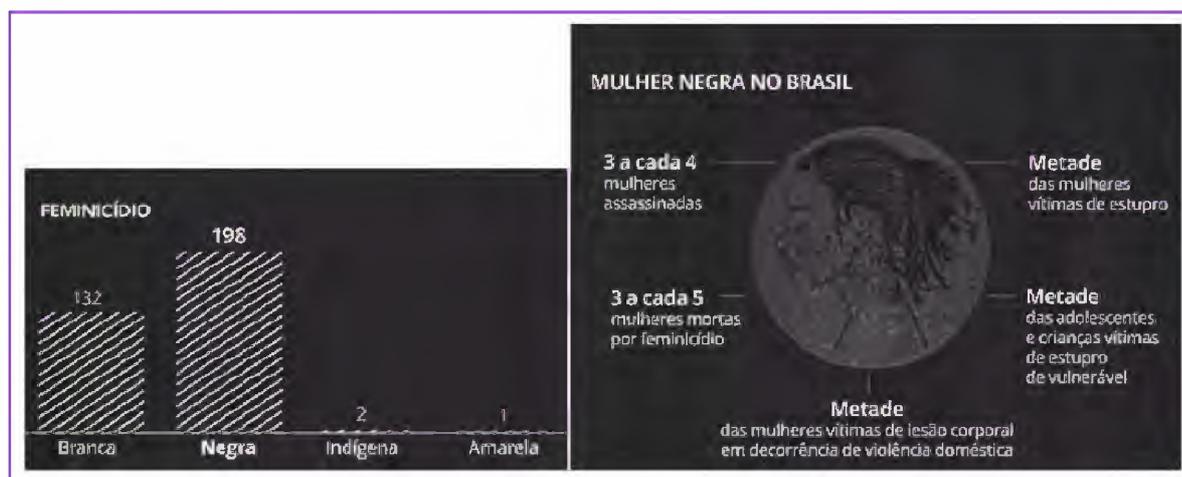
*Estudante M.S.:* Concorde, [Estudante] Gu.

*Estudante M.So.:* A real é que a lei no Brasil é PÉSSIMA.

*Professora Janaína Rodrigues* (áudio): Eu mencionei que “a maioria das vítimas não denunciam por medo”, mas com certeza não é o único fator. As pesquisas também mencionam a questão da morosidade da justiça, receio da impunidade e falta de confiança na proteção do Estado (medidas protetivas), mas há outros elementos de fundo financeiro, psicológico, familiar, religioso... (Grifos Meus).

A figura 48, apresenta dados sobre o número de feminicídios no país em 2020, primeiro ano da pandemia de covid-19 em nosso país, questão que parece apresentar um forte marcador de raça, pois mais de 70% das vítimas eram mulheres negras. Por isso, segundo Pinheiro (2023, p. 69), “a pandemia desvelou o racismo que estava exposto, escancarado havia séculos, mas que a ignorância deliberada da branquitude a impedia de ver”. Outro fator alarmante é a subnotificação do marcador racial, uma vez que os dados fornecidos pelo Monitor da violência e Secretarias de Segurança Pública em 2020, indicam que essa categoria de análise não é considerada nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraíba, Maranhão, Pará, Rondônia e Acre, enquanto Ceará, Mato Grosso e Roraima só apresentam esses dados parcialmente.

Figura 48: Feminicídios no Brasil – a vulnerabilidade das meninas e mulheres negras



Fonte: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-ja-as-brancas-compoem-quase-metade-dos-casos-de-lesao-corporal-e-estupro.ghtml> . Acesso em nov. 2021.

Dando continuidade à conversa no círculo cibercultural, mostrei as tabelas acima no compartilhamento de tela no Google Meet, cujos dados revelam que as mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio e fui questionada:

*Estudante Gu.:* Mas as vítimas de feminicídio no Brasil não seriam proporcionais a cor da pele da população brasileira?

*Professora Janaína Rodrigues* (ao microfone): Muitos Estados não fornecem nem registram os casos com o recorte da questão racial. Nesse caso é sempre pertinente a gente pensar de uma maneira que abarque a interseccionalidade, considerando o

gênero classe e raça, pois nunca um dado isolado vai conseguir explicar algo tão complexo. Além disso, falta de registro dos dados por raça em si, já parece lamentável, porque tem a questão do racismo estrutural, racismo institucional. Nunca foi feita uma política séria de reparação, mas hoje nós temos as cotas para alunos da escola pública, incluindo as cotas raciais para que todas as pessoas possam ocupar todos os espaços.

*Estudante Gu.:* Mas o sistema de cotas não seria uma forma ainda pior para se combater esse tipo de coisa?

*Estudante J.:* Não acho não.

*Estudante Y.F.:* Isso mesmo, o [Estudante] *Gu.*, tá certo, parabéns.

*Estudante R. G.:* Eu acho que sim, [estudante] *Gu.*, na minha *cpinião*.

*Estudante Gu.:* Isso mostra ainda mais o problema de desinformação (Grifos meus).

As narrativas parecem evidenciar que alguns estudantes não têm compreensão sobre a política de cotas, por isso, a *professora praticante, Maria Rosa*, indica que é preciso nos informarmos melhor sobre a política de cotas nas próximas atividades, o que eu concordo. Na sequência, eu argumentei que as cotas não são “*cpinião*”, conforme a narrativa do *Estudante R.G*, elas são uma ação afirmativa do Estado julgada constitucional segundo decisão do STF. E destaquei também, que nosso país teve um processo de escravização que durou três séculos e que após a abolição, as pessoas escravizadas foram abandonadas à própria sorte, sem acesso à instrução, emprego e moradia. Nesse contexto, segundo a Prof.<sup>a</sup> Barbara Carine Pinheiro,

A cota é um importante mecanismo de equidade social. É sobre encurtar o caminho de quem precisa percorrer duas, três vezes mais percurso de quem tem todas as condições de subsistência garantidas e precisa apenas se preocupar em estudar, tendo o estudo como atividade principal de sua vida. É sobre reparação histórica. Não se trata de ser racista por ver o negro como inferior intelectualmente e pensar que por isso ele precisa de cotas, mas sim de compreender quais processos sociais obrigaram as pessoas negras a priorizar, desde a infância, as atividades de trabalho em detrimento dos estudos, e também quais processos sociais levaram as escolas que formam jovens negros e negras no Brasil a serem tão deficitárias. Em outros termos, não é sobre o seu coletivo e a sua historicidade recente. Cotas são mecanismos políticos de reparação histórica, não são esmola (2023, p. 140).

A respeito da necessidade de reconhecimento dos privilégios da branquitude (Bento, 2002) e da discussão acerca da presença insólita de pessoas negras nos lugares de poder, Ribeiro (2019, p. 31-32) delinea que,

[...] A baixa incidência de pessoas negras em espaços de poder não costuma causar incômodo ou surpresa em pessoas brancas. Para desnaturalizar isso, *todos* devem questionar a ausência de pessoas negras em posições de gerência, autores negros em antologias, pensadores negros na bibliografia de cursos universitários, protagonistas negros no audiovisual. E, para além disso, é preciso pensar em ações que mudem essa realidade. Se a população negra é a maioria no país, quase 56%, o que torna o Brasil a maior nação negra fora da África, a ausência de pessoas negras em espaços de poder deveria ser algo chocante. Portanto, uma pessoa branca deve pensar seu lugar de modo que entenda os privilégios que a acompanham a sua cor. Isso é importante para que os privilégios não sejam naturalizados ou considerados apenas esforço próprio. (Grifo da autora).

Em consonância com esse pensamento, tento me posicionar como uma aliada da luta antirracista na escola, na academia e na vida, porque embora eu enfrente as opressões de gênero por ser mulher, ao refletir sobre as intersecções de classe, raça, condição física e intelectual, idade e orientação sexual, reconheço-me como uma pessoa privilegiada. Isso significa que, eu observo a ausência das pessoas negras nos espaços de poder e me questiono quando percebo que a presença dessas pessoas está estritamente condicionada às posições de subalternidade, como a prestação de serviços de limpeza e cuidado. Nas transcrições abaixo, apresento mais narrativas dos praticantes acerca da implementação da política de cotas nas instituições públicas:

*Estudante J.:* Concordo com a senhora, professora. Ela [cota] foi justamente uma medida para conter essa marginalização.

*Estudante Gu.:* Mas o sistema de cota leva em conta chamada de “dívida histórica “certo”?”

*Estudante M.S.:* Concordo, J.

*Estudante J.:* Isso as raízes históricas possuem consequências atuais

*Estudante Gu.:* As cotas, por dividirem a população dessa forma faz a segregação ainda maior.

*Estudante J.:* Mas o princípio das cotas não é causar uma divisão, mas sim acabar com ela.

*Estudante M.:* Concordo, Júlia

*Estudante Gu.:* J., você não acaba com divisão criando uma.

*Estudante M.So.:* Quanto mais divisões tivermos, pior é para acabar com elas.

*Estudante R.G.:* Isso é fato.

*Estudante Gu.:* Exatamente M.So., porque a maioria dos brasileiros são negros.

*Estudante J.:* As cotas não criam divisão, elas partem do princípio de alcance à equidade, Gu. Você não alcança a isonomia fazendo com que certas pessoas possam entrar em qualquer lugar levando uma vantagem que ela acaba tendo.

*Professora Janaína Rodrigues (áudio):* Já olharam ao redor quantos juízes o médico os negros nós conhecemos quem são as pessoas que fazem as limpezas nos locais que frequentamos? O capitalismo também se beneficia em muito do racismo. Por conta do racismo estrutural que apaga essas existências, *hoje além da política de cotas, o ensino da história da África é obrigatório nas escolas* [Lei 10.639, promulgada em 2003].

*Estudante D.:* Não precisamos ir longe, [referindo-se à] ocorrência [de] um caso em duas escolas da região com censura em livros de História sobre os negros.

*Estudante Gu.:* O capitalismo tem relação com o racismo?

*Estudante R.G.:* Concordo mano, eu acho que deveria ter na igualdade na minha opinião isso desvaloriza mais ainda.

*Estudante Gu., (questionando o Estudante D.):* D., como quais?

*Estudante G.B.:* Concordo, R.G., acho que desvaloriza muito a raça do meu ponto de vista os dois tinham que dedicar igualmente.

*Estudante D.:* [Escola] Sxxx e [a unidade de] Barra mansa, estudava lá na época.

*Estudante Gu.* [concorda com um colega e retoma o questionamento ao Estudante D.]:  
Exato,

G.B. [Estudante] D., em qual forma de censura *poderia explicar para mim*. Estou *ignorante* sobre esse assunto, *detalhadamente*, se possível. (Grifos meus).

Na tentativa de compreender as narrativas acima, observei que quatro praticantes, homens, cis e heterossexuais haviam confrontado os dados trazidos por mim e pelos *professores praticantes* da pesquisa e questionado o *Estudante D.*, um praticante negro de pele retinta, que havia declarado sua orientação homossexual e participação no movimento social, *Volta Redonda Contra a Homofobia*, nas conversas sobre DSR mediadas no WhatsApp durante a cocriação no Mentimeter (seção 4.1). Quando os *Estudantes Gu. e M.So.*, enunciam que as cotas criam uma divisão e quando os *Estudantes R.G e G.B.*, apontam que esse mecanismo pode desvalorizar as conquistas das pessoas negras, os praticantes parecem sugerir que o caminho seria a adoção de cotas sociais em detrimento das cotas raciais, talvez porque ainda não conseguem reconhecer os privilégios da branquitude para em seguida, renunciá-los e defender as cotas raciais como política de reparação de uma dívida histórica.

De acordo com Pinheiro (2023, p. 44), “branquitude é uma categoria social, que se refere a um lugar de vantagens simbólicas, subjetivas e matérias disponíveis para as pessoas identificadas como brancas em uma sociedade onde o racismo é estrutural”. Desse modo, a autora nos explica que,

Branquitude não é necessariamente sobre a cor de pele, mas sobre os acessos sociais que a cor da pele garante. É sobre boa aparência para todos os empregos, é sobre ocupar todos os espaços de poder, é sobre possuir a estética da beleza e da credibilidade. Nesse intuito, branquitude é um conceito dialético que articula o lugar do sujeito universal branco os privilégios que beneficiam todos/as os/as integrantes deste coletivo (*Ibidem*, p. 55).

Nas conversas e situações de aprendizagem, o posicionamento crítico e o questionamento devem ser incentivados, mas observei a relação de poder que emana da coesão do grupo dos “*manos*”, que confrontam e solicitam informações “*detalhadamente*”. Ponderei se a adoção dessa atitude poderia ser uma tentativa de coibir a participação de mulheres, pessoas negras, LGBTQIAPN+ nos debates em diferentes espaços públicos, na política e nas atividades escolares. Por isso, anotei em meu Caderno de campo se essa conduta não seria uma argumentação passivo-agressiva, pois ainda que velada, mascara uma forma violenta de se comunicar que tende a silenciar outras vozes, sobretudo, das minorias historicamente subjugadas para agirem de modo submisso, dócil e sob controle.

Para ampliar ainda mais o entendimento sobre a questão das cotas, Pinheiro (2023) aponta a necessidade de políticas de permanência, como a criação de bolsas para jovens negros,

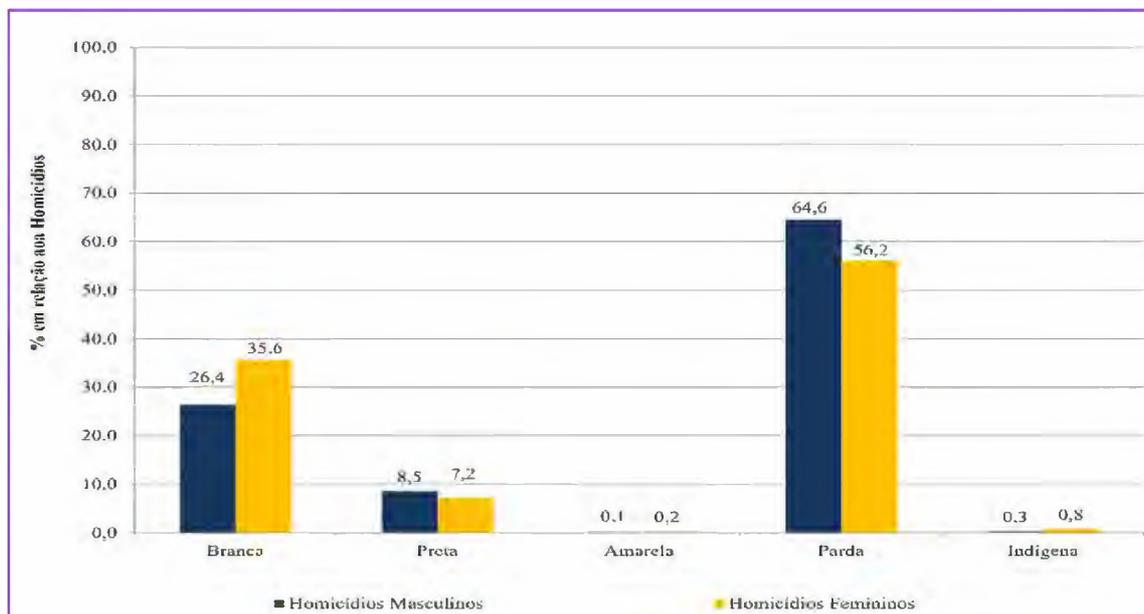
restaurantes e transporte universitário e investimentos nos laboratórios de informática e em cursos de idioma e de reforço em Matemática, pois,

[...] Não basta existirem cotas. Também vale destacar que pouco adianta ter cotas se as ações afirmativas não alcançam as políticas de permanência. Segundo a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2028, apenas 10,4% das mulheres negras que ingressam nas universidades conseguem concluir o ensino superior, as universidades precisam pensar que essas pessoas que estão ingressando no ensino superior viram de um processo histórico de destituição de direitos materiais e imateriais. Não se trata apenas de acessar o direito à educação, mas de pensar nas condições sob as quais isso se processa (*Ibidem*, p. 137-138).

Acerca da obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todos as séries da Educação Básica e também no Ensino Superior, nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas, conforme previsto pela Lei nº. 10.639/2003, cuja redação foi alterada pela Lei nº. 11.645/2008, para a inclusão do ensino da história e cultura indígenas, também em caráter obrigatório, a autora argumenta que esse processo deveria perpassar “toda a extensão curricular, englobando todas as disciplinas, não só artes, literatura e história” (*Ibidem*, p. 135). Bárbara Carine Pinheiro, é professora no Instituto de Química na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e faz essa ressalva, por entender que não é comum observar educadores que lecionam outros componentes curriculares, como ciências e matemática ensinarem os conteúdos a partir de uma perspectiva afrocentrada, o que é surpreendente, considerando-se que a nossa espécie e a matemática surgiram em África (*Ibidem*).

Dando continuidade à conversa, a *professorapracicante*, *Maria Rosa*, acrescentou que também não podemos deixar que pensar sobre o alto índice de assassinatos de jovens negros, o que o *Estudante Gu.*, discorda por acreditar que tal diferença é apenas em razão de que em nosso país a população negra é majoritária (54% dos brasileiros). Os dados fornecidos pelo Mapa da Violência (IPEA, 2019) indicam a superioridade dos homicídios entre os homens e mulheres negros em relação a homens e mulheres não negros (Figura 49).

Figura 49: Padrão de vitimização dos homicídios em relação à raça/cor e o sexo - 2007 a 2017



Fonte IPEA (2019).

Lamentavelmente, 80% das mortes violentas do país e 90% dos assassinatos na capital fluminense vitimizam pessoas negras, segundo dados divulgados pelo Instituto Sou Da Paz (ROFRIGUES; FILARDI, 2021). De acordo com Leo Arcoverde (2022), no ano de 2020, a taxa de homicídio homens negros é quase quatro vezes superior ao número de assassinatos de pessoas não negras, pois a cada 100 mil assassinatos registrados, 51 vitimaram pessoas negras e 14,6, pessoas não negras. Abaixo, apresento a transcrição de mais narrativas que emergiram em nossa conversa durante a realização do círculo cibercultural:

*Estudante G.B.:* Hoje a nossa realidade (até onde eu sei) não é como em lugares mais nobres onde se depender das pessoas que têm grana cifrão \$\$\$\$ a maioria Branca vai pagar para entrar em faculdade e a cota vai permitir que quem não tenha tanto dinheiro assim, e seja de uma região menos favorecida, entre uma faculdade.

*Estudante Gu.* (sobre alto índice de mortes de jovens negros): Professora Maria Rosa, estou dizendo sobre a *proporcionalidade sobre as mortes da população* e o número de pessoas de cor da pele negra.

*Estudante G.B.:* Faz sentido.

*Estudante Gu.:* G.B., o que acontece infelizmente não é isso e não é só esse fator a maioria que utiliza cota também tem condição na minha opinião ao invés de cota racial porque não contou colocar cota em relação a renda e não a cor?? Não seria uma forma ainda melhor de combater a desigualdade?

*Estudante G.B.:* Eu também acho, Gu., que a cota deveria ser referente a quem tem mais ou menos renda como que acontece no IFRJ, onde quem tem menos de um salário mínimo tem acesso a outro grupo para entrar no IF O que é equivalente se não me engano a 25% de todos os alunos.

*Professora Janaina Rodrigues* (áudio): As cotas são uma reparação histórica e como você mesmo colocou, a sociedade já é desigual. A política de cotas, que já foi julgada

na suprema corte e declarada constitucional, ela traz a ideia de equidade. Não adianta tratar com igualdade, pessoas que têm necessidades e oportunidades diferentes. A ideia de meritocracia é um engano, essa coisa da “pessoa se esforçou”, pois parece que basta a gente se esforçar para conseguir. Mas tem muita gente que se esforça e nunca vai atingir seus objetivos dependendo do local de onde está se está partindo. Nesse sentido, eu preciso retomar uma questão que apareceu aqui, sobre a sustentação do sistema capitalista, já que na base da pirâmide socioeconômica, nós temos as mulheres negras.

*Estudante Gu.:* O capitalismo não se beneficia com isso. Ele é um sistema que visa o lucro pouco se importando sua cor, sexualidade, etc.

*Estudante G.B.:* Sim, sim! É isso.

*Estudante Gu.:* Mas, infelizmente G.B., isso é minoria.

*Professora Janaína Rodrigues (áudio):* Mulheres negras recebem os menores salários, ocupam as funções com menor remuneração. Como você já comentou o Gu., os negros são a maior parcela da população, e além disso, têm as menores rendas.

*Estudante G.B.:* [reivindica sua ideia sobre as cotas serem por renda e não por raça]: Eu demonstrei como deveria funcionar e não como funciona agora, kkk. É nesse caso deveria ser como cotas que envolve o capitalismo as condições de cada estudante.

*Estudante Gu.:* Exato Gabriel.

Na tentativa de compreender as narrativas, observei que o *Estudante Gu.*, entende que o capitalismo visa o lucro, apesar de não conseguir perceber que isso foi um dos motivos para nefasta Diáspora Africana consolidada a partir da imigração forçada de pessoas negras para fins escravagistas mercantis e que perdurou da Idade Moderna ao Século XIX. Todavia, alguns estudantes têm mais abertura para o entendimento das contradições e distorções do capitalismo, como a narrativa do *Estudante G.B.*, parece evidenciar, pois ainda que de maneira enviesada, por não conseguir relacionar que em nosso país a renda das pessoas tem forte marcação de raça, ele reivindica que as cotas deveriam considerar somente a renda. Penso que será preciso continuar a desenvolver atividades que abordem esse tema e uma pesquisa específica sobre cotas, como a *professorapracante, Maria Rosa*, indicou. No meu entendimento, algo que preciso me deter futuramente e averiguar melhor, alguns praticantes desconhecem que a política de cotas reserva 50% das vagas nas universidades públicas para estudantes oriundos de escolas públicas, considerando-se a renda (acima e abaixo de 1,5 salários mínimos) e, principalmente, que as cotas raciais, para a população negra e indígena e as cotas destinadas às pessoas com deficiência, estão inseridas dentro desse percentual. Assim, a chance de um estudante negro e rico acessar uma universidade pública pelo sistema de cotas é ínfima, inclusive, porque os mais ricos normalmente não estudam nas escolas públicas brasileiras, que atendem a mais de 80% dos jovens matriculados no EM.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) homens brancos são menos afetados pela informalidade, apresentam menor taxa de desocupação no mercado de trabalho e têm rendimento salarial superior às rendas de homens negros, mulheres brancas e

mulheres negras (ALMEIDA, P., 2022). Além disso, apesar da diferença salarial ser reduzida com o avanço na escolaridade, mesmo entre pessoas com curso superior, o rendimento de homens brancos é maior, inclusive porque pessoas negras ocupam somente 30% de cargos de gerência. Em todos os cenários, as mulheres negras são as mais prejudicadas, pois ocupam a “base da pirâmide ocupacional” e carregam “o fardo da opressão sexista, racista e de classe” (Hooks, 2019b, p. 45).

Acerca da importância da mobilização da luta por transformação social, trago o pensamento da filósofa estadunidense, Angela Davis que ressaltou que "quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo" (Alves, 2017, s/p). A figura 50, apresenta dados do *Boletim de Desigualdade Social - nº5*, no período de 2012 a 2021 que evidenciam que brancos recebem, em média, o dobro do rendimento recebido por pessoas negras.

Figura 50: Média móvel do rendimento de negros e brancos nas Regiões Metropolitanas, de 2012 a 2021



Fonte: (Salata; Ribeiro, 2021).

Seguimos com a conversa e dessa vez, o mote foi a questão da linguagem racista trazida pelo *professorpraticante*, *Walmir de Freitas*, como podemos observar nas transcrições abaixo:

*Professora Walmir de Freitas*: Devemos evitar o uso de expressões racistas como denegrir.

*Estudante Gu.:* Na minha opinião, esse tipo de violência com palavras (como ovelha negra e etc.) é algo geral como a expressão: deu branco.

*Professor Walmir de Freitas:* Comentário não é a mesma coisa. Dá um branco é esquecer algo, um lapso da memória, ovelha negra é uma ovelha desviada tem uma conotação negativa, pejorativa, ruim.

*Estudante M.So.:* Não é só isso, professor, mas também exemplos muito famosos como ovelha negra, quadro negro, etc.

*Estudante R. G. [sobre a frequência e continuidade dos círculos ciberculturais]:* Tinha que tinha que ter toda semana isso aí, hein. cada semana com um tema.

*Estudante Gu.:* Último adendo, o argumento de que as mulheres recebem menos é falácia temos leis que visam isso.

*Professora Janaína Rodrigues (áudio):* De fato [Estudante] Gu., a constituição assegura que mulheres e homens que exerçam a mesma função recebam o mesmo salário. Mas na prática isso não ocorre, dados apontam que quando se ganha acima do teto da categoria, como por exemplo nos cargos de confiança, como chefia, supervisão, gerência e até mesmo as atrizes de cinema, que precisam negociar seus cachês e culturalmente “aceitavam” receber menos que um homem.

*Estudante M.So.:* Na minha opinião, esse tipo de violência com palavras aparentes como ovelha negra e etc., é algo geral como a expressão deu branco. A gente falou a mesma coisa, q fofo. [Dirigindo-se ao Estudante Gu.]

*Estudante Gu.:* R.G., concordo [com a continuidade dos círculos]. [Estudante], MSo., S2.

*Estudante M.:* [Estudante] R.G., ia ser muito bom, rs.

*Estudante, M.S.:* Vdd, [apelido do estudante R.G.].

*Estudante M.So.:* Prof. tenta trazer pra semana que vem um assunto relacionado a psicológico, depressão, etc.

*Estudante M.S.:* Sim, traz questões de abandono ansiedade, etc.

*Estudante Gu.:* Apoio a ideia do M.So.

À despeito da “suposta” falácia desigualdade salarial que emergiu na narrativa do *Estudante Gu.*, no círculo cibercultural realizado no Google Meet em novembro de 2021, é importante ressaltar que a Lei, n.º 14.611/2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e os critérios remuneratórios entre mulheres e homens e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, foi sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em 03 de julho de 2023, a partir da aprovação do Projeto de Lei n.º 10.85/2023, remetido ao congresso Federal pelo Poder Executivo. Além disso, as narrativas dos *Estudantes M.So.* e *Gu.*, me provocaram a pensar que não é incomum observar que os homens, socialmente, destinam sua atenção, afeto e interesse para seus “manos”. De qualquer forma, isso também evidencia, o quanto estavam participativos e confortáveis em nosso encontro. A respeito disso, convém destacar as narrativas acima, nas quais os estudantes solicitaram a continuidade dos círculos ciberculturais e inclusive, propõem outras temáticas. Dando prosseguimento, trago as narrativas abaixo que trazem à tona a discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos no cotidiano escolar:

*Estudante Gu.:* Felizmente, a questão de estupro no século 21 tenderá a diminuir. Essa nova lei sobre questão psicológica é muito mal feita na minha opinião ela deixa muito aberto sobre o que poderia ser violência psicológica.

*Professora Janaína Rodrigues (áudio):* Não considero confuso. Penso que se relaciona a não fazer aos outros o que a gente não gostaria que fizessem com a gente: manipular, xingar, diminuir, gritar, confundir emocionalmente. Mas nós podemos pesquisar mais sobre o tema e retomar essa questão. Sobre o estupro, os casos de violência sexual só crescem, embora as estatísticas o considerem como crime subnotificado devido à superexposição das vítimas.

*Estudante G.B.:* Bgl que eu acho zoadado é não ter um método contraceptivo para homens porque dizem que dá muito efeito colateral, porém nas mulheres também dá, kkkk.

*Estudante Gu.:* G.B., tem sim, descobri a pouco tempo, mas é pouco falado.

*Estudante D.* Tem sim.

*Estudante Gu.:* É uma pílula tbm, mas tem problemas em ambos os lados [como para as mulheres].

*Estudante G.B.:* Ué. Nunca ouvi falar, logo acredito que não seja falado para ninguém que exista logo, assim como outros anticoncepcionais também deveriam aprender que existe isso na escola, kkk.

*Estudante M.S.:* Sim. Acho que muita gente não sabe sobre isso.

*Estudante J.:* É pouco discutido.

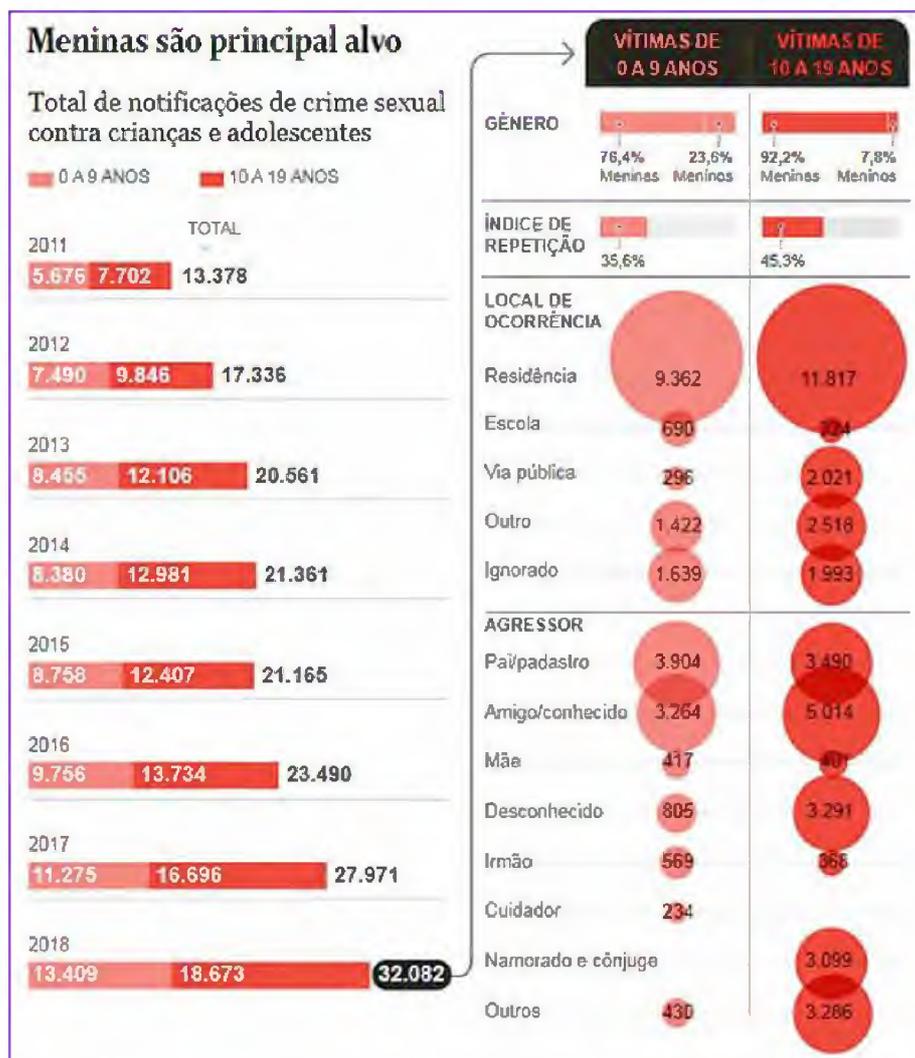
*Estudante Gu.:* Mas isso G.B., seria trabalho da educação sexual que infelizmente foi retirada da grade escolar.

*Professora Janaína Rodrigues (áudio):* A pílula ainda está em fase de estudo clínico, a previsão é que esteja disponível à venda talvez em cinco anos. No currículo escolar, a educação sexual é um tema transversal e que deve perpassar todas as disciplinas e não ser tratada como uma disciplina isolada.

*Estudante Gu.:* Felizmente professora, isso muda muito com o passar do tempo, por conta desse tipo de educação isso está sendo muito mudado.

Nesse momento, eu preciso destacar as conversas no *chat* sobre a contracepção hormonal masculina, ainda em fase final de estudos. Pude observar o interesse do *Estudante M.So.*, que não tinha conhecimento a respeito e que outros estudantes já estavam se informando. Realmente acredito que homens e mulheres deveriam se corresponsabilizar pela contracepção ou pela decisão de ter filhos. Apesar de uma possível diminuição do estupro no século 21, mencionada acima pelo *Estudante Gu.*, lamentavelmente, os registros de estupro entre crianças e adolescentes aumentam a cada ano, conforme podemos observar na figura 51, que apresenta dados recolhidos entre 2011 e 2018. Em nosso país, estatisticamente, 2/3 dos casos de estupro são praticados contra crianças e adolescentes de 0 a 13 anos.

Figura 51: Notificação de crimes sexuais contra crianças e adolescentes



Fonte: (HERDY, 2020).

Segundo dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2022 foram registrados 74.930 estupros, perfazendo a tenebrosa média de 205 denúncias de violações sexuais por dia, índice que supera em 8,2%, os dados registrados ao longo de 2021 e evidenciam a gravidade da questão. Quanto ao crescimento de denúncias, elas são devidas, principalmente, pelos avanços no campo da legislação e às campanhas para a identificação do abuso, entendimento acerca de consentimento e combate à violência sexual, embora a violência sexual ainda seja um crime subnotificado, uma vez que a vítima teme a retaliação, porque na maioria das vezes o agressor é alguém do seu convívio, a exposição e a revitimização, por ter que narrar inúmeras vezes e para diferentes agentes e instâncias algo doloroso e pelos questionamentos sobre sua conduta, pois a tentativa de descredibilizar a vítima não é incomum.

Apesar disso, entendo que o *Estudante Gu.*, apresenta uma narrativa sensível quando evidencia a necessidade da educação sexual escolar para o debate. Na ocasião da realização do círculo cibercultural nosso país era presidido pela extrema-direita, cujo maior líder defendia publicamente que a sexualidade não deveria ser discutida nas escolas, mas apenas no ambiente familiar. Nessa ótica, quando questionado acerca da abordagem da temática e continuidade de programas relacionados à educação sexual nas escolas, o Ministério da Educação informava que agora isso figurava sob os cuidados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que por sua vez, respondia que ainda não havia reformulado um programa para as escolas, mas que estaria em negociação sobre iniciativa semelhante, porém voltada para agentes de saúde (Herdy, 2020). O que é lamentável e um grande prejuízo, uma vez o investimento na formação de educadores poderia favorecer a criação de um espaço seguro para a romper o silêncio e reduzir a violência familiar. A educação não sexista, comprometida com a discussão das relações de gênero na escola, que promove a valorização da diversidade e o acolhimento a todas as formas de existência pode favorecer a transformação social, todavia, as mudanças decorridas da educação, ainda que mais consistente são mais lentas e prescindem de investimentos em pesquisa e ensino. As lutas por direitos alteram a legislação em uma velocidade diferente da observada nas mudanças culturais, por isso a implicação e o comprometimento com a educação não sexista, antirracista e antiLGBTQIfóbica não pode esmorecer e recuar nenhum passo.

Sentindo-se confortável e totalmente envolvida com a temática do combate à violência de gênero, inclusive por sua história de vida, a *professorapracicante, Maria Rosa*, partilhou conosco uma triste experiência particular de violência doméstica, ao mesmo tempo em que desvela questões relacionadas à romantização do casamento, da maternidade e as dificuldades enfrentadas em seu processo de divórcio. Tentei acolher, prestar minha sororidade a minha colega, parceira há tantos anos e eu não sabia o que havia acontecido. Muitas mulheres são socializadas para acreditar, ceder e aceitar tudo em nome da ideia da maternidade e do casamento compulsórios e da dinâmica da família tradicional indissolúvel. Muitas demoram a perceber que estão sofrendo abusos morais, patrimoniais, sexuais, que embora sejam bastante prejudiciais são menos visíveis e até mesmo mais tolerados por instituições da sociedade em geral, como a família e o círculo religioso, que a violência física. Abaixo, apresento algumas narrativas dos estudantes diante do comovente relato:

*Estudante M.:* Nossa, Professora Maria Rosa. 🙄

*Estudante A.:* Nos tempos de hoje o divórcio chega a ser “normal” por várias questões dos envolvidos, mas a sociedade ainda critica muito.

*Estudante G.B.:* Mas ainda acho que a cada dia que passa, fica mais “normal” para rapaziada, esse bgl de separação por problemas de convivência, antigamente isso era quase inaceitável.

Os movimentos da pesquisa e as narrativas dos praticantes do CERJ também fizeram emergir minhas memórias e me transportaram para a narrativa de Ribeiro (2021, p. 47), que nos conta uma experiência desagradável e abusiva vivenciada aos 11 anos, durante uma viagem intermunicipal de Santos a São Vicente/SP na companhia de sua mãe:

O ônibus estava cheio, nós estávamos em pé e um homem se aproximou de mim. Eu era pequena ainda, mas brincava de tentar segurar na parte alta do suporte. Meus seios estavam crescendo, eu usava uma blusa um pouco cavada e não entendia, por que o homem, tida vez que eu erguia os braços e ficava na ponta dos pés, inclinava a cabeça em direção ao meu corpo. Eu me lembro dessa cena como se fosse hoje. Na minha inocência de criança, não entendia. Ao ver tudo, minha mãe se colocou entre nós e o homem se afastou.

Estatisticamente, as crianças menores de treze anos são as principais vítimas de abusos sexuais, também não é incomum que a vítima só perceba a violação transcorrido algum tempo, já mais consciente e com condições de lidar com o trauma. Observando novamente os dados apresentados na Figura 51, me recordo que aos dez anos de idade entendi, porque uma menina é ensinada desde cedo a “não sentar no colo de homem algum” (Ibidem, p. 52). Assim como a autora, também sofri com os olhares lascivos de homens mais velhos. Foi quando eu ganhei o meu primeiro conjunto de sutiã de presente da Dona Marlene, proprietária de um bar próximo à minha residência. Ela tinha uma filha da minha idade e procurou a minha mãe com a recomendação de que ficasse atenta quando eu fosse para a escola com a camiseta branca usada nas aulas de Educação Física. Eu era uma criança e lembro-me que fiquei bastante envergonhada de saber que, enquanto eu passava para o colégio, no bar o meu nome estava na berlinda. Mas hoje, agradeço o cuidado. Minha mãe era trabalhadora doméstica, saía cedo e voltava tarde, não podia me acompanhar à escola e não pôde perceber que eu já estava desenvolvendo as mamas. Como o dinheiro sempre era contado, ela mobilizou a família e eu ganhei outros conjuntos das minhas tias e avó. Escrever esta tese tem sido uma forma de reencontrar as mulheres que vieram antes de mim, abraçá-las, reconhecer que nem tudo estava ao alcance delas, devido às opressões e violações que a sociedade e o Estado nos impõem e principalmente, agradecer que elas tenham tentado me proteger.

Novamente observo o apelo para a continuidade da realização dos círculos ciberculturais. A insistência me fez ponderar inúmeras coisas: Os Estudantes não têm conhecimento acerca dos prazos, cumprimentos de metas, foco nos resultados e toda sorte de coisas que oprimem o fazer docente. De todo modo, me chamou a atenção a necessidade de estarmos no círculo cibercultural conversando sobre diferentes temas, muitos propostos pelos

próprios estudantes. Além disso, o círculo aconteceu em oito de novembro de 2021, transcorridos menos de dez dias do retorno presencial após a pandemia, decretado pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro para 31 de outubro do mesmo ano. Na ocasião, alguns professores com maiores de 60 anos, com comorbidades, em gestação e puerpério, inclusive nem haviam retornado para a escola, pois estavam amparados pela legislação. Desse modo, a vontade de participar e dar continuidade à atividade merece destaque, sobretudo, em um período de próximo ao fim do período letivo e em que muitos já estavam esgotados pelos excessos do “ensino remoto”, pelas dificuldades econômicas, psicológicas e sociais impostas pela pandemia. Não obstante, não causa estranhamento que para os Estudantes os temas mais urgentes seriam os ligados à saúde mental. Eu registrei minhas impressões no meu caderno de campo, tomei nota e pensei que seria fundamental retomar essa questão, daí surgiu a ideia de promovermos um círculo sobre Saúde mental e masculinidades que contarei mais adiante. Abaixo, apresento as narrativas dos estudantes que me conduziram a reflexão que mencionei nas linhas anteriores:

*Estudante M.So.:* Prof., tenta trazer pra semana que vem um assunto relacionado ao psicológico, depressão, etc.

*Estudante G.B.:* Eu e o R.G., pedimos um desse aqui [círculo] toda semana, com temas diferentes e importantes para a sociedade. Momento de trocar ideia, troca de opinião. acho que depressão não tem um bom para semana que vem se forem fazer hein muitas pessoas sofrem disso e às vezes ninguém sabe

*Estudante R.G.:* Sim, separar temas para cada semana. Faz uma votação, tanto faz. Falar sobre drogas tb, acho uma boa.

*Estudantes M. e G.:* Sim.

*Estudante J.:* Verdade.

*Estudante M.So.:* Pois é, G.B.

*Estudante Y.:* Podemos falar sobre a dependência emocional.

*Professora Janaína Rodrigues (áudio):* Infelizmente, não temos como dar conta do tempo da escola e fazer isso todas as semanas. Mas vamos tentar fazer sim pelo menos uma vez por bimestre.

*Estudante T. [concordando com a realização do círculo por bimestre].* Isso mesmo professora.

*Estudante J.:* Sim.

*Estudante Gu.:* Por bimestre é muito pouco.

*Estudante M.So.:* Por bimestre é muito pouco, prof.

*Estudante G.B.:* Acho que por semana seria legal, tamo na reta final do ano.

*Estudantes R.G., T., M. e Y.:* Verdade.

*Estudante M.S.:* Sim, concordo.

Temas como aborto e violência vieram à tona, assim como o apoio dos praticantes. A essa altura, já encaminhando para o fim foi importante deixá-los falar, não adotar uma postura

castradora e principalmente, ouvir os temas que os praticantes gostariam de trazer para os próximos círculos ciberculturais.

*Estudante G.:* Talvez seja legal, após a discussão dos problemas psicológicos falar sobre violência em geral. Concordo com a G., também. Tenho informações bem importantes sobre ambos os temas.

*Estudante Y.* Concordo

*Estudante G.B.:* Todo mundo dando tema, apoiando a ideia falando que vai participar, só falta o aval dos professores que é idealizar isso tudo. Apoio ela tem. :D

*Estudante R.G.:* Concordo, tá com os professores agora.

*Estudante M.* Sim. Tem vários temas bacanas para discutir. 😊

*Estudante M.So.:* Só depende deles [os professores].

Em seguida, retomo a questão da violência doméstica já apresentada inicialmente pela *prcfessorapracicante, Maria Rosa*. Nesse momento, trago para nossa conversa o alarmante aumento de registros de feminicídio e comento que a maioria dos casos o agressor é o companheiro, alguém que deveria amar e cuidar. Também acrescento, que segundo os dados que apresentei no início da nossa conversa no círculo cibercultural no Google Meet apurados em pesquisas que investigam a percepção da população sobre a violência, apontam o aumento no registro de casos de violência de gênero quando comparado a anos anteriores.

*Estudante A.:* Absurdo!!

*Estudante M.S.:* Nossa. Que horror.

*Prcfessora Janaína Rodrigues* (áudio): Alguém gostaria de abrir a câmera o microfone e falar conosco.

*Estudante A.:* Boa noite galera, vou precisar me retirar até breve!

*Estudante Gu.:* Eu, em relação à violência doméstica vou tentar o micro.

Acima podemos observar a narrativa na qual o *Estudante Gu.*, demonstra o interesse em participar, ele abre o microfone e diz que poderia apresentar vídeos para “*rebatem os dados apresentados e explicar a questão*”. Em sua fala, ele questiona os dados acerca do feminicídio, pois segundo o discente “*agora tudo é registrado como feminicídio*”. Observei que o estudante não havia ficado satisfeito, inclusive porque indagou sobre “*qual a necessidade da lei do feminicídio, uma vez que os homens são as maiores vítimas de violência*”. Os praticantes ficaram bastante desconcertados com essa questão. De certa maneira, foi observado um clima de tensão no ar. O *prcfessorpraticante, Walmir de Freitas*, um grande parceiro e homem aliado, asseverou e disse que “*existe sim, o feminicídio! As mulheres morrem principalmente por serem do gênero feminino*”. Alguns discentes pediram para silenciarmos o microfone do colega, outros abriram os debates escritos no *chat*. Considero relevante incentivar que eles se posicionem, perguntem, tragam questionamentos. Na verdade, se isso não acontecesse, pra mim seria um

sinal de alerta, porque poderia mascarar a gravidade da temática e sugerir uma harmonia que não existe na escola, nem na sociedade. A seguir, trago outras narrativas que emergiram nas conversas:

*Professor Walmir de Freitas.* (áudio): As mulheres são seres humanos, vítimas do sistema patriarcal. Não estamos debatendo sobre o corte de uma árvore.

*Estudante R.G.* (discordando do Estudante Gu.): Claro que não, responde o que o professor falou.

*Estudante Y.:* Mulher morre por não arrumar a casa, por não fazer o que o marido quer, aparece vários casos como esse na TV.

*Estudante M.S.:* É verdade, amiga.

Na tentativa de elucidar a questão, trouxe o seguinte exemplo: se em um supermercado há uma tentativa de assalto e uma mulher é vítima de assassinato, temos um homicídio, mas se seu companheiro a mata, porque ela rompeu a relação ou não fez o jantar, estamos diante de mais um caso de feminicídio. Nesse momento, pensando nas reflexões sobre o conceito de feminicídio, a *professora praticante, Maria Rosa* explica que o crime ocorre “*em razão do gênero*” e que o agressor devido às “*relações desiguais de poder se acha no direito de decidir sobre a vida de outro ser humano*”, assim como podemos observar na narrativa da *Estudante Y.*

*Estudante J.:* Exato, concordo.

*Estudante Y.:* Né, de verdade, professora. Ele acha que manda na mulher que *tem poder sobre ela.*

*Estudante M.S.:* Concordo, professora.

*Estudante A.* (que não havia saído): Sim, Y., tem caso também que a mulher foi assediada dentro do ônibus público são perseguidas no caminho e acabam sendo mortas (Grifos meus).

Todavia, por áudio, o *Estudante Gu.*, diz “*que não faz sentido*”. E o aparente clima de cordialidade se desfaz, diante da tensionamento da questão do feminicídio, conforme podemos observar na transcrição de várias narrativas que emergiram simultaneamente e de maneira espontânea e quase desenfreada no *chat*:

*Estudante G.:* Não faz sentido???? 😊

*Estudante R.G.* (criticando o fala do Estudante Gu.): E, “palinha” aí, hein. Tava caminhando bem, começou a correr.

*Estudante J.:* Pois é.

*Estudante M.S.:* Sim, A., vários casos acontecem pq somos mulheres.

*Estudante M.V.:* Tem homem que acha que pq tá casado, a mulher tem que ser submissa sempre é ele, isso é ridículo!

*Estudante G.B.:* Papo reto, (citando apelido do Estudante R.G.). Falou tudo.

*Professora Walmir de Freitas:* Podemos retomar a questão futuramente, as professoras concordam que ainda temos que pesquisar e tentar compreender melhor a questão. Acho que podemos ir encaminhando para o fim

*Professora Janaína Rodrigues:* Sim. Conforme o combinado, aqui está o link do formulário:

*Estudante M.So.:* O PROFESSOR me ouviu. Obrigado.

*Estudante M.S.:* As igrejas tbm sentiram isso, falam que as mulheres devem servir ao homem, isso é ridículo!

*Estudante J.* Exatamente.

*Estudante J.R.:* Verdade.

*Estudante G.B.:* Papo reto, M.S., incentivam muito! E são poucos que não incentivam! E ainda romantismo uma família unida, com os pais casados e tudo bonitinho!

*Estudante R.G.:* Mds. Nmrl.

*Estudante G.:* 🎮. Isso foi de 10 a 0 muito rápido.

*Estudante G.B.:* Tava indo bem. 👍. Papo, [apelido Estudante G.], kkk. F.

*Estudante Y.* (também concorda com o apelo do Professor Walmir de Freitas.): Está certo professor

*Estudante A.:* Misericórdia.

*Estudante Y.* C\*\*\*\*\*....

*Estudante M.* Vdd, [apelido estudante G.].

*Estudante R.G.:* Cara debateu tão bem no chat... para falar isso aqui. Afobou.

*Professora Janaína Rodrigues* (áudio em resposta ao comentário do Estudante G.B.): Isso dialoga com a questão do divórcio que levantamos antes. Nessa perspectiva, não ter um marido poderia ser considerado um fracasso.

*Estudante G.:* Não mesmo, professora.

*Estudante M.So.* Professora, com todo respeito, mas não acho melhor finalizar por aqui não? [Estudante] Gu., pfv, colabora também ponto tá no clima ruim.

*Estudante G.B.* Acho que passou do prazo de validade já viu, tá mofado.

*Professora Maria Rosa* (áudio): Sim, acho que podemos encerrar por hoje.

*Estudante M.So.:* OBRIGADO PROFESSORA MARIA ROSA. EU TE AMO, te amo professora <3, de verdade.

*Estudante T.:* Tem razão professora.

*Estudante A.:* Muito obrigada, alguém fez esse mlk calar a boca.

*Estudante R.G.:* OBRIGADO. Boa. KKK.

Durante esses momentos de mediação, tentei pontuar a importância do diálogo e resaltei que o círculo freireano foi pensado para promover o diálogo e incentivar à reflexão sobre a temática. A intenção não era a de trazer as respostas prontas, mas de tentar discutir os dados que são consistentes e também que a legislação tem avançado, devido a urgente demanda social. Em seguida, comentei que o delegado que lavra as ocorrências, tem o conhecimento sobre as leis e a tipificação dos casos. O inquérito é remetido à justiça e se comprovado o excesso, o promotor pode indicar a readequação da acusação e o juiz pode decretar o encerramento do inquérito ou a abertura do processo. Destaquei também, que o Brasil foi condenado pela

Organização dos Estados Americanos (OEA), como Estado violador, uma forma de sanção moral, por não garantir justiça às vítimas de violência como aconteceu com a cearense Maria da Penha Maia Fernandes, que passou quase duas décadas lutando, sem sucesso, enquanto seu agressor segue em liberdade. A *professora praticante, Maria Rosa* também ponderou a conversa não se encerraria ali, evidenciou a necessidade de continuarmos estudando essas questões e se prontificou a continuar orientando a pesquisa da temática. Pude perceber que os praticantes colaboraram para a manutenção do respeito, do diálogo e garantiram a condução dos trabalhos até o fim de modo satisfatório.

*Estudante M.So.:* PROFESSORA MARIA ROSA, EU TE AMO. Vocês professores são FODAS.

*Professora Janaina Rodrigues (áudio):* Bom, eu encerro nossa conversa de hoje e agradeço a presença de todos. Fiquem bem, cuidem-se.

*Estudante M.:* Obrigada, a senhora professora! Obrigada professores! Foi muito bom

*Estudante A.H.:* Vlw, prof. Foi lindo, obrigada professores!

*Estudante G.B.:* Amém.

*Estudante Gu.:* Obg pelo espaço, espero que tenhamos outras.

*Professora Janaina Rodrigues (áudio):* Sim, muitos alunos gostaram e pediram para a gente fazer mais.

*Estudante M.So.:* Fala de mim aí, professora.

*Estudante J.:* Tá bem! Obrigada, professores!

*Professora Maria Rosa.:* Jana, obrigada pela oportunidade. Amei...

*Estudante M.S.:* Obrigada, vocês professores, por proporcionar esse debate, foi incrível demais.

*Estudante G.:* Obrigada por proporcionar esse momento, professora! Por mais momentos assim. Obrigada! Foi dms.

*Professora Maria Rosa.:* Valeu, lindos... Amei dialogar c vcs...

*Estudante G.B.:* Preenchi o formulário, obrigado pelo debate, e que venham muitos outros porque foi mto f\*\*\*!

*Estudante M.So.:* Foi sensacional, seus maravilhosos. Pfv, que tenha mais semana que vem.

*Estudante Y.:* Foi incrível!

*Estudante R.G.:* Adorei a conversa professores, valeu!

*Estudante A.:* Foi lindo! Menos a participação do [Estudante] Gu. com microfone ligado. Boa noite.

*Estudantes J., Y. e R.G.:* kkkkkkk.

*Estudante Gu.:* A., tu n deu argumento nenhum e nem bater o ponto, tá falando do q?

*Estudante M.S.:* A, salvou a noite.

*Estudante Y.:* Eita, Gu., voltou.

*Estudante G.:* 😊 😊 😊 😊

*Estudante G.B.:* A.= fez nada e todo mundo ama/ Ele = fez tudo e todo mundo odeia. Às vezes quem faz pouco, sai com muito.

*Estudante Y.:* Falou tudo. 🙌🙌🙌🙌🙌

*Estudante Gu.* (ainda reclamando dos dados apresentados): G.B., só mostrou foto de argumento.

*Estudante G.B.:* Enfim, em relação ao papo, gostei muito, obrigado pela conversa, mudou minha cabeça sobre vários assuntos citados aqui a cada um que colou aqui <3.

*Estudante Gu.* Até.

*Estudante M.S.:* Tchau professores, boa noite.

*Estudante G.B.:* Vai dormir [Estudante] Gu., Boa noite. <3.

Abaixo podemos ver nosso círculo cibercultural, carinhosamente nomeado como *Círculo de cultura, gênero e juventudes*, ganhando uma rede social da escola (Figura 52). Inclusive, preciso destacar o comentário da mãe de um estudante, praticante bastante participativo em nossa conversa no Google Meet. Família presente e “ligada” às criações que emergem no cotidiano escolar é um indicativo de que as atividades educativas que mediaram foram bem sucedidas, além de evidenciar a constituição das nossas redes e as forças de interatividade e colaboração entre os praticantes.

Figura 52: Divulgação do círculo cibercultural no Instagram do CERJ

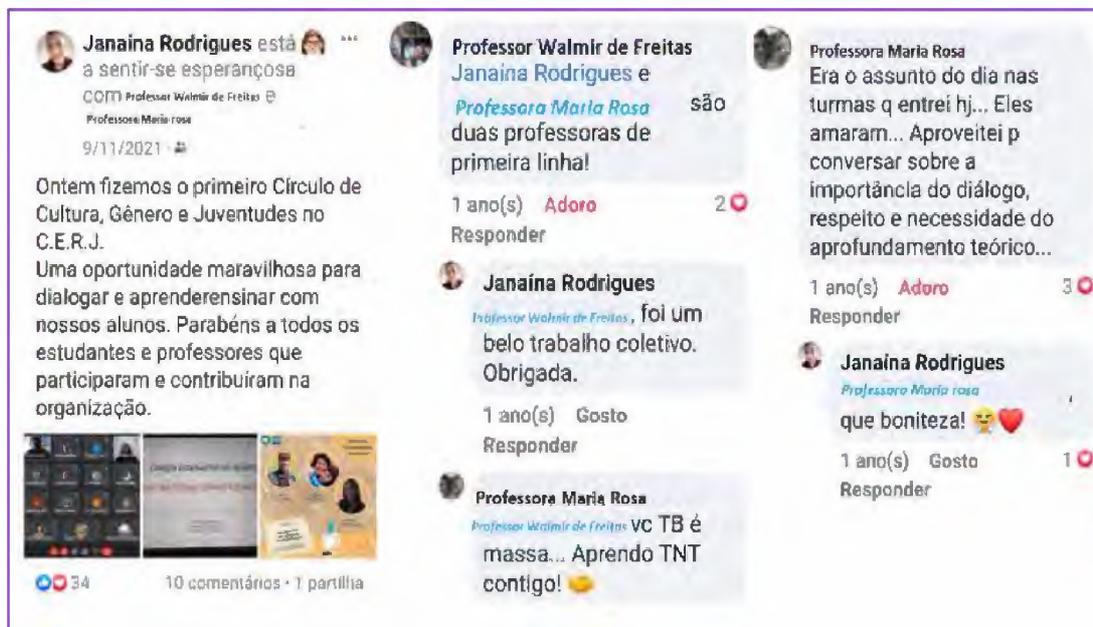


Fonte: @canalcerj, no Instagram (2021). Disponível em:  
[https://www.instagram.com/p/CWDq87srSh5/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/p/CWDq87srSh5/?utm_medium=copy_link)

A figura 53, evidencia o clima de parceria e a comunidade de afetos tecida pelos praticantes cotidianamente, movimentos que ultrapassam os muros do colégio pesquisado e se revelam nas redes. Os resultados parecem satisfatórios, uma vez que os participantes

demonstraram interesse antes, durante e depois da atividade e inclusive, mencionaram que desejam participar de outros encontros e deram sugestões de temas.

Figura 53: Conversas reveladoras em meu perfil do Facebook, em 09 nov. 2021



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2021).

Ao longo do Capítulo 5 descrevi as primeiras experiências vivenciadas em campo e narrei a emergência de quatro círculos ciberculturais estrategicamente, *pensados/feitos* para mediar as conversas sobre o DSR com os praticantes culturais. Considerando-se a implicação deste estudo com os pressupostos da educação online (Santos, 2020), a mediação do digital em rede aconteceu com o uso intencional e pedagógico de microdispositivos formacionais: WhatsApp, Mentimeter, Padlet e Google Meet.

Sendo assim, neste capítulo apresentei as narrativas que emergiram nos quatro encontros iniciais mediados no período da pandemia de covid-19 e tentei compreender o modo como os praticantes culturais do CERJ tecem conhecimentos de DSR, contando com as contribuições da educação freireana e da teoria feminista interseccional, na bricolagem de saberes.

Os atos de currículo que forjamos possibilitaram a emergência de cibercriações singulares, autorais, interativas e colaborativas, que brotaram nas conversas com os praticantes culturais, na cocriação de uma nuvem de palavras geradoras sobre a sexualidade e um mural que discutiu a prevenção da gravidez na adolescência. Desse modo, destaquei os textos, imagens, áudio e os rastros produzidos com os praticantes e abusei da linguagem de hipermídia para convidar os leitores a mergulharem e navegarem comigo nesta ciberpesquisa-formação, a partir dos QR codes e links disponibilizados.

No próximo capítulo, me dedico à narração dos acontecimentos vivenciados em mais quatro círculos ciberculturais que possibilitaram outras conversas e ciberinvenções sobre os direitos sexuais e reprodutivos.

## 6 MAIS CONVERSAS E ENCONTROS: A EMERGÊNCIA DA PRODUÇÃO CIBERCULTURAL NO PERÍODO PÓS-PANDÊMICO

Este capítulo foi escrito com o intuito de descrever as novas conexões que brotaram nesta ciberpesquisa-formação tal como rizomas, a partir do início do ano letivo de 2022, período caracterizado pelo retorno definitivo às atividades presenciais no colégio pesquisado, avanço da vacinação da população brasileira e redução de registros de casos graves de covid-19. Os encontros que mediamos na escola e no ciberespaço possibilitaram outras tessituras de conhecimentos de DSR com praticantes do CERJ e os convidados que chegaram e ampliaram as redes estabelecidas.

As ciberinvenções (e transgressões) que descrevo a seguir, nasceram no exercício da docência, enquanto eu me formava na perspectiva da ciberpesquisa-formação. Assim, conforme fui ganhando maturidade acadêmica pude entender os acontecimentos, as cocriações e as experiências vivenciadas em diferentes ambiências formacionais como um chamado do campo, considerando-se o modo particular e autorizado como os praticantes culturais ressignificaram a proposta curricular oficial da rede de ensino, propuseram novos temas e demonstraram interesse em continuar conversando sobre os DSR *dentro* da escola.

### 6.1 Um círculo freireano “à sombra de uma mangueira”: conversas sobre os 15 anos da Lei Maria da Penha



Maria da Vila da Penha  
Douglas Germano (2015)

“Cadê meu celular? Eu vou  
ligar prum oito zero  
Vou entregar teu nome e  
explicar meu endereço  
Aqui você não entra mais  
Eu digo que não te conheço  
E joga água fervendo se você se  
aventurar

Eu solto o cachorro  
E, apontando pra você  
Eu grito péguix guix guix guix  
Eu quero ver você pular, você  
correr  
Na frente dos vizinhos  
'Cê vai se arrepender de  
levantar a mão pra mim [...].”

Abro esta seção que narra a mediação das conversas que emergiram no círculo freireano sobre os 15 anos da Lei Maria da Penha, Lei nº. 11.340/2006, com a canção Maria da Vila Da Penha, que pode ser ouvida na *Playlist* criada no CERJ, na voz da gigante Elza Soares, a partir do QR code disponibilizado. A realização desse círculo freireano foi disparada pelas reflexões suscitadas durante a realização círculo cibercultural no Google Meet no qual conversamos sobre o aumento da violência de gênero na pandemia e seu forte marcador de classe e raça e também, pela necessidade observada pelos docentes de que era recomendado continuarmos investigando a temática.

Diante do exposto, nas próximas linhas, narro os movimentos que nos permitiram *fazer pensar* as estratégias educativas que culminaram no círculo freireano no pátio da escola, realizado em março de 2022, “à sombra de uma mangueira”, tal como a obra homônima em que o patrono da educação nacional detalha a sua infância em Pernambuco. Conforme mencionei acima, o encontro começou a ser entretido após a realização do círculo cibercultural no Google Meet com conversas sobre o aumento da violência de gênero na pandemia, em novembro de 2021. Contemporaneamente, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Volta Redonda (OAB-VR) havia eleito para a presidência uma das amigas que o movimento social, *Mulheres do Sul Fluminense contra Bolsonaro*, me deu na primavera de 2018. Ao tomar conhecimento da sua vitória, comuniquei os rumos da pesquisa às gestoras, pois as ações educativas que forjamos sempre estiveram alinhadas ao planejamento e calendário escolar, inclusive em respeito à autorização concedida pela SEEDUC-RJ para a realização deste estudo na unidade escolar. Liguei, portanto, para a presidenta eleita da OAB-VR, contei-lhe sobre esta pesquisa e a metodologia e fiz o convite para que viessem à escola para conversarmos sobre a Lei Maria da Penha e a tipificação do feminicídio, o que ela prontamente aceitou, pois conforme eu pude apurar, as membras da Comissão Mulher/ OAB-VR, já tinham a prática de visitar as escolas do município para conversar com os estudantes sobre a prevenção da violência patriarcal. Embora a presidenta eleita tenha me pedido para aguardar sua posse, prevista para janeiro de 2022, ela me enviou o contato da *Membra A*, representante da Comissão Mulher/OAB-VR, para que eu fizesse o convite e marcasse a data (Figura 54).

Figura 54: Conversas no WhatsApp com a representante da Comissão Mulher/OAB-VR



Fonte: Acervo pessoal da *professora pesquisadora* (2021).

O círculo freireano de conversas sobre a Lei Maria da Penha e suas aplicações contou com a participação de estudantes, professores, uma gestora e as seguintes convidadas: três advogadas da Comissão Mulher/ OAB-VR, que nomeei aqui como, *Membra A.*, *Membra B.* e *Membra C.* e uma ex-aluna muito querida, egressa do CERJ e bacharela em Direito, que denominei como *Membra D.*

A ideia de trazer as convidadas se alinhava à nossa necessidade de continuar discutindo o combate à violência de gênero e a compreensão do avanço da legislação dessa área com os praticantes do CERJ, mas de modo mais especializado. A presença das nossas convidadas possibilitou um momento de partilha de saberes e também um modo dos praticantes do cotidiano escolar conhecerem a atuação dos da OAB em nossa cidade, sobretudo no que se relaciona às trocas de experiências acerca de questões do direito implicadas com os marcadores de gênero, raça e classe. Na figura 55, apresento alguns rastros nas redes, como a divulgação do círculo freireano no @canalcerj, perfil da escola no Instagram e um print de uma conversa com a *Membra A*, da Comissão Mulher/ OAB-VR, acerca dos preparativos para nosso encontro.

Figura 55: Divulgação do círculo freireano no Instagram e a confirmação do encontro no WhatsApp



Fonte: @canalcerj no Instagram e acervo pessoal da *professora pesquisadora* (2022).

Inicialmente, eu e a *professorapracicante*, *Maria Rosa*, praticante desta pesquisa, pensamos em atuar com um pequeno grupo de estudantes, pois estávamos retornando ao ensino presencial e não poderíamos permitir a aglomeração. Entretanto, a *Gestora 2*, pontuou que excluir algumas turmas e restringir o número de praticantes não eram boas ideias, pois a atividade era recomendada a todos. Por isso, passamos a considerar a realização do encontro no pátio da escola, ambiente aberto que costumava ter as sombras das mangueiras. A direção sugeriu que as turmas pensassem as perguntas geradoras com a orientação dos *professorespraticantes*. Desse modo, em sala, democraticamente as questões seriam costuradas e os representantes de cada turma foram escolhidos.

Em nosso trabalho docente, a *professorapracicante*, *Maria Rosa*, que leciona o componente de Geografia, me ajudou a orientar os estudantes quanto à pesquisa sobre a violência doméstica. As *professoraspraticantes*, *Themis* e *Delce Horta*, que respectivamente lecionam Língua Portuguesa e Biologia, colaboraram na condução do processo de discussão e levantamento das perguntas geradoras que deveriam ser trazidas para o nosso encontro. Durante a fase de planejamento, nós orientamos os estudantes de que não tratava de uma palestra ou

sabatina, mas de uma conversa, nesse sentido, o mais importante seria o a oportunidade de diálogo entre os praticantes e as convidadas. O acompanhamento do processo educativo desde a pesquisa, passando pela definição dos estudantes representantes e escolha das perguntas geradoras pelas turmas também nos ajudou a orientar o descarte de questões não relacionadas às conquistas das mulheres, sem embasamento legal ou fora da área de atuação das convidadas, como o alistamento militar obrigatório para mulheres, pergunta indicada por estudantes da turma 2001 (Figura 56). A definição dos representantes possibilitou que todas as turmas participassem das conversas em nosso círculo freireano e apresentassem os assuntos discutidos previamente em sala de aula.

Figura 56: Algumas questões propostas pelos estudantes com a mediação de professores



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2022).

Não seria possível realizar o nosso círculo de cultura sem a colaboração dos praticantes do cotidiano escolar. Abaixo, evidencio a organização da escola para nosso encontro, como a confecção de cartazes impressos e um banner, elaborados com a orientação da *professorapracicante*, *Glória Roussim* e colocados no pátio (Figura 57), assim como uma mesa de apoio, com água e lanche e a disposição de cadeiras para os presentes. Por isso, além da colaboração dos estudantes e da participação das professoras, como praticantes da pesquisa e também no planejamento do encontro e mediação das conversas, é importante destacar que também contei com a colaboração das cozinheiras, inspetora de alunos, porteira, zeladores e

membras da equipe administrativo-pedagógica, que trabalharam para que tudo transcorresse bem.

Figura 57: Praticantes envolvidos na organização da escola



Fonte Acervo pessoal da *prcfessorapesquisadora* (2022).

Devido à impossibilidade de usarmos o auditório por conta da circulação do vírus da covid-19 e em consideração à importância de mobilizar toda a escola na atividade, conforme solicitado pela equipe diretivo-pedagógica, nos reunimos à sombra de uma pequena mangueira, que havia sido podada recentemente, pois o excesso de folhas danifica os telhados da escola, antigos e frágeis. A estratégia sugerida pelo *prcfessorpraticante*, *Walmir de Freitas*, logrou-se positiva, pelo menos até o horário de maior incidência dos raios solares naquela bonita manhã de verão. O que capturei com meu olhar ao observar a situação de aprendizagem que experienciamos naquele encontro pode ser entrelaçado aos versos de *Canção óbvia*, de Paulo Freire (Gadotti, 1996, p. 189):

Escolhi a sombra de uma árvore para meditar  
no muito que podia fazer enquanto te esperava

quem espera na pura esperança  
vive um tempo de espera qualquer.  
Por isso enquanto te espero  
trabalharei nos campos e dialogarei com homens, mulheres e crianças  
minhas mãos ficarão calosas  
meus pés aprenderão os mistérios dos caminhos  
meu corpo será queimado pelo sol  
meus olhos verão o que nunca tinham visto  
meus ouvidos escutarão ruídos antes despercebidos  
na difusa sonoridade de cada dia.  
Desconfiarei daqueles que venham me dizer  
à sombra daquela árvore, prevenidos  
que é perigoso esperar da forma que espero  
que é perigoso caminhar  
que é perigoso falar...  
porque eles rechaçam a alegria de tua chegada.  
Desconfiarei também daqueles que venham me dizer  
à sombra desta árvore, que tu já chegaste  
porque estes que te anunciam ingenuamente  
antes te denunciavam.  
Esperarei por ti como o jardineiro  
que prepara o jardim para a rosa  
que se abrirá na primavera.

*Primavera nos dentes (1973)*



O poema foi escrito na década de 1970, quando Paulo Freire se encontrava no exílio em razão da ditadura cívico-militar instaurada em nosso país de 1964 a 1985. Caminhando ubiquamente (Santos; Rangel, 2020) com o uso dos dispositivos móveis nas práticas ciberculturais que forjamos no currículo que brotou à maneira freireana, é pertinente mencionar que os versos do educador brasileiro aguçaram a minha memória e conduziram-me à letra de *Primavera nos dentes*, lançada pela saudosa banda, *Secos e Molhados*, em 1973, cujos acordes podem ouvidos por meio do QR code acima, que direciona à *playlist* cocriada pelos praticantes do CERJ.

Poesia e canção, respectivamente, destacam o esperançar que se faz com consciência política e a coragem para seguir na luta. Poeticamente, as duas expressões artísticas revelam a potência estética e força transgressora da arte, apenas para citar algumas das contribuições desse campo na promoção das transformações sociais. Nos versos do poema, o educador brasileiro fala sobre a espera ativa, com disponibilidade para dialogar com todos os outros e para trabalhar

mesmo sob o calor do sol, não apenas constatando ou denunciando, apesar dos perigos à espreita.

Desse modo, é conveniente salientar que as intervenções no cotidiano escolar propostas por esta pesquisa, como a mediação de conversas sobre DSR e a prevenção da violência patriarcal aconteceram, predominante quando o Estado brasileiro estava sob a égide de um governante que defendia a tortura e o corte de investimentos nas universidades públicas, pregava a submissão das minorias aos interesses dos grupos dominantes e colocou o processo democrático em risco. Do mesmo modo, é conveniente frisar a existência de conformidade entre o projeto de governo derrotado em outubro de 2022 e as ideias do representante reeleito para administrar o Estado do Rio de Janeiro até 2026.

Findada a primeira parte relacionada à organização do nosso círculo freireano, passo a descrever o encontro e a apresentar as narrativas que emergiram durante as conversas. Iniciei o círculo de cultura cumprimentando os presentes e agradecendo a presença das convidadas. Como de costume, rememorei os movimentos de pesquisa e ações anteriores e informei os objetivos e a intencionalidade da nossa prática educativa. Passei a palavra para o *professorpraticante*, *Walmir de Freitas* que cumprimentou os praticantes e comentou sobre a necessidade de colaboração de todos, no sentido de evitarmos a dispersão, por estarmos no pátio e sem microfone. Nesse sentido, observei alegremente, a emergência de táticas e astúcias de nossos praticantes: A *Membra A*, da Comissão Mulher/OAB-VR, disse que retiraria a máscara quando falasse, pois, estávamos vacinados, em pátio aberto e guardando distância e a *professorapracante*, *Maria Rosa* recomendou que as questões trazidas fossem repetidas caso ficassem inaudíveis.

A *Membra A*, da Comissão Mulher/OAB-VR, iniciou a conversa elogiando o banner que estava no pátio e destacou que “o 8 de março é um dia de luta e não de flores”. Ela também elogiou o fato de a gente poder conversar. O *Estudante Gu.*, sempre muito participativo e atento, estava sentado ao meu lado durante o círculo freireano e perguntou para mim o que significava a sigla OAB. Eu respondi que é a Ordem dos advogados do Brasil e ainda acrescentei que não existe democracia sem justiça e não há justiça sem advogados. Em suas primeiras palavras, a *Membra A*, da Comissão Mulher/OAB-VR, mencionou que quando estamos em grupo, um homem tem uma probabilidade 75% maior de falar e que quando uma mulher fala, é estatisticamente provável que um colega a interrompida ou fale junto, pois alguns homens podem ser mais rudes, fortes e rápidos. Complementou nos contando que cientificamente, a voz feminina pode ser registrada pelo cérebro masculino com alguma tensão, então, nós precisamos estar dispostas a falar, porque o silêncio poderá nos matar. Nesse momento, eu fiz um pedido

aos presentes, considerando a necessidade de nos educar e de termos os homens como aliados: que mais importante que as flores, que inclusive eu amo recebê-las, quando um menino vir uma mulher tendo a fala interrompida que ele possa devolver a palavra e dizer ao seu grupo que quer escutá-la.

A *Membra B*, da Mulher/ OAB-VR, “disse que a interrupção da fala acontece até no Supremo Tribunal Federal – STF”, pois lamentavelmente até as ministras da suprema corte são vítimas de violência política e institucional. Continuando a conversa, ela solicitou que as demais advogadas convidadas se apresentassem e nos contassem a sua experiência na área do direito. Em seguida ela nos falou sobre algumas ações da Comissão da mulher e apresentou números alarmantes sobre a violência doméstica. Apesar da sua aparente felicidade por estar conversando na escola e nos ajudar a refletir sobre o tema, ela afirmou que “*deseja sinceramente que um dia essa conversa não seja mais necessária, pois teremos uma sociedade mais igualitária, onde todos são respeitados*”. Acerca disso, o *Estudante D.*, que havia participado de todos os círculos ciberculturais que mediamos nesta pesquisa pediu para complementar a fala da *Membra B*, da Comissão Mulher/OAB-VR e acrescentou a questão da violência contra as pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ que sofrem com os deboches, violência verbal, etc. Nos falou sobre a sua satisfação pessoal por podermos conversar sobre isso na escola e se sentiu confortável para contar a todos sobre a sua militância na ONG, *VR Sem Homofobia*. Acerca da narrativa do *Estudante D.*, eu penso que tão importante quando falarmos, é sentirmo-nos ouvidos como estávamos sendo naquele momento, conforme Freire (2011b, p. 111) nos recomendou:

O sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a *escutar*, mas é *escutando* que aprendemos a *falar com eles*. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala *com ele*, mesmo que, em certas condições, precise falar *a ele*. O que jamais faz quem aprende a escutar para poder falar com é falar *impositivamente*. (Grifos do autor).

Em seguida, a *Membra A*, da comissão Mulher/OAB-VR, explicou o que era a lei do feminicídio e fez a seguinte provocação, perguntou se *alguém sabia quem foi Maria da Penha?* A *Estudante Lu.*, do primeiro ano, ergueu a mão e foi convidada a se levantar. A discente nos contou que Maria sofreu várias tentativas de homicídio perpetradas por seu cônjuge. A *Membra A*, da Comissão Mulher – OAB/VR e as demais convidadas ficaram muito satisfeitas de saber que os alunos tinham conhecimento. Devido à lentidão e impunidade, a denúncia da farmacêutica cearense, Maria da Penha Fernandes, foi levada à ONU e no ano de 2002, o Brasil foi condenado por omissão e negligência pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e teve que promover a reformulação das leis de combate à violência contra a mulher.

Em seguida, a *Membra A*, da Comissão Mulher/OAB-VR, explicou detalhadamente, os cinco tipos de violência doméstica: violência moral, patrimonial, sexual, psicológica e física. Nesse momento, a *Membra C*, da comissão OAB Mulher/VR foi convidada a nos falar sobre a violência simbólica, que pode afetar, sobretudo as mulheres mais jovens, pois geralmente, a violência não começa com agressão física: “*É Preciso ficarmos atentas quando o agressor disfarça ciúme com cuidado e compreendermos o quanto o ciúme é nocivo*”. Algumas vezes, é aplicada a estratégia de isolamento, quando a vítima é afastada da família, do convívio com as amigas ou manipulação quando a vítima é incentivada a tolir comportamentos, mudar hábitos e trocar suas roupas para evitar a ira do abusador.

A *Membra A*, pediu ajuda às demais membras da Comissão Mulher/OAB-VR para colocarem uma música para tocar em uma caixinha de som. Elas colocaram uma música intitulada, “*Ciúme de você*”, composta por Luiz Ayrão (Quadro 13) e gravada por Roberto Carlos em 1968. Elas tocaram a canção para os presentes, mas na versão gravada pela banda Raça Negra e trouxeram para nossa conversa a discussão acerca de melodias populares que tendem a romantizar o controle do corpo da mulher. Nas conversas, também emergiram os nomes de canções que evidenciam a naturalização a cultura do estupro. Nossas convidadas mencionaram o quando isso é prejudicial em nossa sociedade e os praticantes que participaram das conversas, em sua maioria, comentaram que já haviam ouvido canções que exploravam a temática da sexualização e objetificação dos corpos. Aliás, a existência de um discurso de desvalorização das mulheres não é algo incomum na indústria fonográfica e muito menos no movimento de Música Popular Brasileira. Desse modo, os praticantes demonstraram que tinham o conhecimento acerca de canções que abordam a violência sexual, independente do estilo musical.

### Quadro 13: Trecho da canção, *Ciúme de você*

Ciúme de você

Se você demorar mais um pouco	Esse telefone que não para de tocar
Eu fico louco esperando por você	Está sempre ocupado quando eu penso em lhe falar
E digo que não me preocupa	Quero então saber logo quem lhe telefonou
Procuro uma desculpa, mas que todo mundo vê	O que disse? O que queria? E o que você falou?

Que é ciúme	Só de ciúme
Ciúme de você	Ciúme de você
Ciúme de você	Ciúme de você
Ciúme de você	Ciúme de você

Se você põe aquele seu vestido Lindo, e alguém olha pra você	Se você me diz que vai sair sozinha
Eu digo que já não gosto dele	Eu não deixo você ir
Que você não vê que ele está ficando démodé	Entenda que no meu coração tem amor demais
	Meu bem, e essa é a razão

Mas é ciúme	Do meu ciúme
Ciúme de você	Ciúme de você
Ciúme de você	Ciúme de você
Ciúme de você	Ciúme de você [...]



Fonte: <https://tinyurl.com/yyp846cx> . Acesso em 10 mar. 2023.

Em seguida, as advogadas presentes nos explicaram sobre as medidas protetivas. Nesse momento, a *Estudante A.*, que também participou de todos os círculos de cultura da minha pesquisa, interveio e comentou que as medidas protetivas “*não funcionam*”. Imediatamente, os praticantes que estavam sentados ao seu lado concordaram. Cotidianamente, acompanhamos na mídia casos de descumprimento por parte do agressor e também da vítima que pode estar insegura quanto à denúncia por ainda ter dependência emocional ou financeira, ter receio acerca da reação da família ou do afastamento entre filhos e o pai. A *Membra A.* compreendeu a sensação de impunidade e explicou que já existe um avanço na legislação, inclusive em relação à velocidade no pedido da autoridade policial e na decretação pelo juiz e que atualmente, quem descumprir, se aproximar da vítima, enviar mensagens pode ser preso, assim, não devemos descartar a necessidade da adoção de medidas protetivas e garantir que as autoridades as apliquem com urgência, pois negligenciar isso pode ser fatal. A figura 58, contém imagens capturadas durante as conversas que mediamos durante o círculo freireano que abordou os 15 anos da Lei Maria da Penha e suas implicações.

Figura 58: Imagens capturadas no círculo freireano sobre a Lei Maria da Penha



Fonte: Arquivo pessoal da *Professorapesquisadora* (2022).

Para finalizar a primeira parte do nosso círculo de cultura marcada pela apresentação das convidadas e conversas sobre a temática, a *Membra D*, nos contou sobre o avanço na legislação recente, como por exemplo, a Lei Carolina Dickmann, Lei nº 12.737/2012, que criminaliza a invasão da privacidade no âmbito digital e a cobrança de extorsão mediante ameaça de divulgação de imagens íntimas. A seguir, apresento as perguntas geradoras levantadas nas aulas e trazidas pelos representantes das turmas.

Representando a turma 1001, as Estudantes La. e E., perguntaram, “em média, quantos os casos de feminicídios não resolvidos? E sobre os culpados: são muitos os absolvidos? A justiça tem sido eficiente?” A *Membra A* da Comissão Mulher/OAB-VR, nos informou que, “a

cada 10 mulheres vítimas de feminicídio, nove morrem pela ação de companheiro, ex-cônjuge ou algum parente”. E reiterou que, a Lei Maria da Penha pode ser aplicada aos pais, irmãos e até de mães para as filhas, por exemplo. As advogadas disseram sobre as dificuldades pra denunciar e seguir com o processo e nos pediram pra nunca dizer que uma mulher “volta ao marido, porque gosta de apanhar”. Inclusive, relatou que uma delegada responsável por uma DEAM na região Sul Fluminense dizia sempre para a vítima não ter vergonha de voltar e denunciar caso em qualquer momento tenha decidido voltar para casa ao convívio com o agressor. Também nos incentivaram a denunciar quando alguém pedir Socorro, pois há mulheres que gritam e ninguém faz nada, “como ocorreu com a advogada Tatiana Spitzner”, encontrada morta, após ser jogada do 4º andar, em Guarapuava/PR<sup>21</sup>. Aproveitando o momento, a Professora Gloria Roussim, nos falou a respeito do “Disk 180, canal telefônico de denúncias sobre violência doméstica, inclusive anônimas”.

Dando prosseguimento, os representantes da turma 2001, a *Estudante A.J.* e o Estudante *Gu.*, apresentaram dados do estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que evidenciava que as mulheres ganham menos do que os homens em todas as ocupações selecionadas na pesquisa. Eles questionaram sobre “*como isso é possível, se a legislação veta a diferença na remuneração*”. Acerca da questão trazida pelos estudantes, a *Membra C*, da Comissão Mulher/OAB-VR, nos explicou sobre os subterfúgios usados pelas empresas pra driblar isso, pois em uma mesma categoria isso é vetado, mas em cargos de confiança, valores que ultrapassam o teto do INSS por exemplo, as funções gratificadas são pagos como adicionais, além disso há casos em que as empresas não registram as funcionárias, as registram em categorias abaixo do serviço executado ou as registra em uma categoria e em seguida promovem o acúmulo de funções sem a devida remuneração.

Em 04 de maio de 2023, a Câmara dos deputados aprovou o Projeto de Lei nº. 1085/2023, que agora segue para tramitação no Senado. O Projeto de Lei “estabelece mecanismos de transparência e de remuneração a serem seguidos pelas empresas, determina o aumento da fiscalização e prevê a aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento das regras” (Câmara, 2023). Entre os 36 deputados federais que votaram contra o projeto havia dez mulheres, o que não deixa de ser surpreendente. A principal “justificativa” para a negativa versava sobre o entendimento de que o Estado não deveria intervir nas decisões dos empresários referentes à contratação de mão de obra.

---

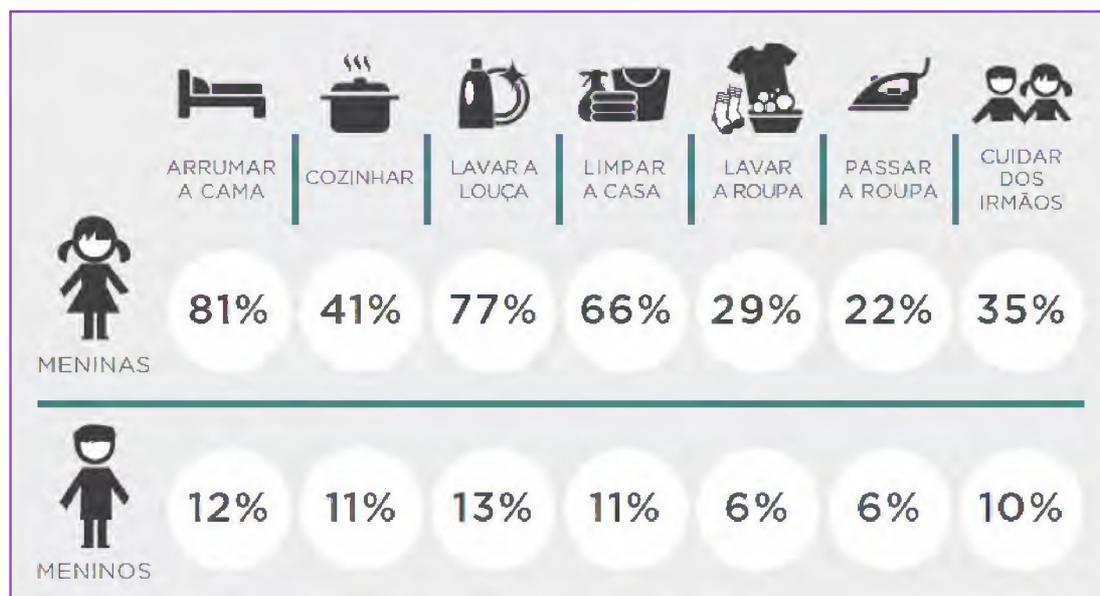
<sup>21</sup> Segundo as investigações, o marido de Tatiana, Luís Manvailier, foi acusado de homicídio qualificado, tendo sido condenado em julgamento realizado em 2021, a 31 anos e 9 meses de reclusão em regime fechado (Castro *et al.*, 2021).

Nesse contexto, o *Estudante J.R.*, da turma 3002, pediu a palavra para fazer um comentário sobre o trabalho doméstico, pois em sua opinião, “*os homens também deveriam contribuir nos serviços em casa*”. Achei bastante interessante a colocação dele, uma vez que as mulheres gastam semanalmente, quase o dobro das horas dedicadas pelos homens em serviços domésticos e de cuidado parental. Em “*Mulheres, raça e classe*, publicado originalmente na década de 1980, Angela Davis (2016), apontou a reivindicação do movimento de mulheres acerca da divisão do trabalho doméstico e discutiu seu caráter “invisível”, pois além de exaustivo, repetitivo, pouco criativo e improdutivo, as tarefas domésticas somente são notadas quando não realizadas. Todavia, embora muitos homens contribuam no trabalho doméstico na contemporaneidade, a filósofa estadunidense aprofunda a questão ao indagar se esses sujeitos conseguiram se libertar da ideia equivocada de que o cuidado da casa e dos filhos é uma condição natural da mulher:

Muitos homens já começaram a colaborar com suas parceiras em casa, alguns deles até devotando o mesmo tempo que elas nos afazeres domésticos. *Mas quantos desses homens se libertaram da concepção de que as tarefas domésticas são ‘trabalho de mulher’? Quantos deles não caracterizariam suas atividades de limpeza da casa como ‘ajuda’ às suas companheiras? (Ibidem, p. 225, Grifos meus).*

Nesse sentido, é conveniente apresentar os dados obtidos na pesquisa realizada por Taylor *et al.* (2015), que indicaram que a divisão das tarefas domésticas entre meninas e meninos brasileiros é desigual (figura 59). Culturalmente, há a naturalização do papel da mulher no cuidado da casa, dos irmãos e posteriormente, do marido, filhos e idosos da família. Enquanto que, uma parcela menor de meninos é socializada para o cuidado de si e dos demais membros da família.

Figura 59: Divisão de tarefas entre meninas e meninos o Brasil



Fonte: Taylor *et al.* (2015).

Na sequência, o *Estudante Gu.*, perguntou sobre “o que nossas convidadas pensavam a respeito do uso de castração química de estupradores?” A *Membra A*, da Comissão Mulher/OAB-VR e as demais advogadas disseram que são contra, principalmente, porque os crimes de violência sexual se relacionam com a ideia de poder e dominação sobre as vítimas, seus corpos e existências, nesse sentido, mesmo com a privação hormonal, um agressor poderia usar outros meios cruéis ou instrumentos fálicos.

As *Estudantes S.* e *M.E.*, da turma 2002, perguntaram “como estão os cargos políticos entre homens e mulheres, atualmente?” A *Membra A*, da Comissão Mulher/OAB-VR, nos falou que em Volta Redonda temos 21 vereadores. E nos perguntou se sabíamos “quantas cidadãs volta-redondenses foram eleitas à vereança?” Os alunos ficaram quietos e eu disse, zero! Ela nos falou que havia candidatas, muitas com bastante experiência e condições para o cargo. Mas lamentavelmente, nenhuma mulher foi eleita. Ela recomendou que avaliássemos bem os candidatos, buscássemos informações e que pensássemos também sobre o porquê de as mulheres estarem ajudando a manter os homens em cargos de poder. E reiterou que o ano de 2022 era um ano eleitoral e que nós tínhamos condições e direito de ocupar todos os espaços.

Após o pleito em outubro de 2022, foi possível observarmos o crescimento das bancadas com forte apelo religioso, militarista e até mesmo alinhado às ideias de extrema-direita nas assembleias legislativas e no Congresso Nacional, onde as brasileiras ocupam menos de 18% das vagas, sendo considerada uma das menores taxas de presença de mulheres na política em todo o mundo. No poder executivo não foi muito diferente, pois no segundo turno das eleições,

apesar do seu projeto obscuro de governo, totalmente deslocado do debate com as minorias e publicamente contrário à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, o ex-presidente obteve votos 47,14% dos votos válidos, totalizando 81.346 de votos no município de Volta Redonda e 56,53% dos votos válidos no estado do Rio de Janeiro, totalizando 5.403.894 de votos (TSE, 2022).

Continuando o nosso encontro, os *Estudantes T. e M.G.*, da turma 2003, trouxeram a questão sobre educação sexual na escola para a conversa, pois gostariam de ouvir o que as convidadas pensavam a respeito. As advogadas disseram que eram favoráveis à abordagem da educação sexual em contexto escolar. A *Estudante Lu.*, pediu a palavra novamente e nos falou que deveria ocorrer desde a infância, para que os pequenos saibam se proteger de abuso. Educadores e pesquisadores concordam que educação sexual deve ser implementada desde os primeiros anos da escolarização considerando a faixa etária dos educandos e os níveis de ensino, inclusive, porque uma das formas de combate à violência sexual é o conhecimento do próprio corpo, o entendimento sobre o respeito à própria integridade e a dos colegas, o reconhecimento do abuso e sobre como se proteger e pedir ajuda para um adulto de confiança. A escola, cada vez mais assume o lugar de atenção integral aos educandos e identificação da violência familiar, sobretudo, a partir do investimento na formação dos educadores e da formulação de políticas públicas comprometidas com a prevenção da violência de gênero.

Os *Estudantes C. e A.R.*, da turma 3001 apresentaram suas dúvidas sobre o processo penal, eles indagaram sobre a tramitação das ações de violência doméstica no Poder Judiciário e também perguntaram se no município de Volta Redonda havia uma Casa Abrigo para acolher as vítimas. A Membro A, da Comissão Mulher - OAB/VR, nos informou que a resposta era um pouco longa, mas que ela tentaria resumir: “*Após a lavratura da ocorrência de violência doméstica, o delegado pode solicitar uma medida protetiva ao juiz que tem 48h pra expedi-la*”. Nesse momento, o *Estudante P.N.* solicitou a palavra e nos perguntou se “*essas medidas funcionam?*” A advogada resolveu repassar a pergunta aos estudantes presentes em nosso círculo freireano que imediatamente responderam que as medidas protetivas não eram eficazes. Ela concordou, mas pontuou que as medidas protetivas estão ficando cada vez mais severas, inclusive pela alta demanda social, pois são muitos os casos registrados e há um crescente clamor por justiça, que pode influenciar o avanço da legislação e a revisão do código de processo penal. Ela também comentou que o Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM), vinculado à Secretaria de Direitos Humanos no bairro Nossa Senhora das Graças em Volta Redonda/RJ, é um espaço de escuta, orientação e encaminhamento e oferece atendimento multidisciplinar com assistentes sociais, psicólogas e advogadas. Além disso, quando

necessário, nossa cidade acolhe as mulheres vítimas de violência e seus filhos em um abrigo cujo endereço é mantido em sigilo.

Caminhando para os momentos finais do nosso encontro, as Estudantes M.V. e M.C, da turma 3002, apresentaram a próxima questão: “se a mulher está sendo vítima de violência no âmbito doméstico e decidir deixar a residência, ela perderá seus direitos?” Complementando a questão, o Estudante C., reforçou que eles tinham dúvidas “se a vítima, nesse caso perderia o direito à casa e à guarda dos filhos, por exemplo?” A Membro C, informou-nos que isso é mito e não procede. Acerca disso, a Membro D, inclusive nos explicou que na medida protetiva, “a visita aos filhos pode ser realizada por terceiros (como os tios ou avós) e que em relação aos trâmites da ação de alimentos (pensão alimentícia), ela também pode ser concedida pelo juizado às mulheres que são donas de casa ou estão sem condições de trabalhar”. E, a Membro A, ressaltou que no caso de violência doméstica, “a ação de dissolução do casamento (divórcio), já pode correr na Vara Criminal, sendo discutidos na Vara de Família, somente as ações de alimentos e guarda dos filhos”.

Por fim, os *Estudantes J. e D.*, da turma 3003, que eu gostaria de destacar que participaram de todos os círculos freireanos realizados na minha pesquisa trouxeram a última questão: “como podemos alcançar a igualdade de gênero?” A *Membro A*, nos falou que essa era “*uma pergunta importante e que o fato de estar conosco em nossa escola naquela manhã a encheu de esperança*”. Ela nos informou que é católica e que a Campanha da Fraternidade lançada na quaresma do ano de 2022 tinha como tema a Educação. Por isso, a advogada pediu que naquele momento de encerramento do nosso círculo de cultura “*todas as mulheres ficassem de pé, olhassem para si e para o horizonte de cabeça erguida e peito aberto*”, movimento que ela nomeou de “postura de heroína” e fez brotar os sorrisos nos rostos das praticantes, “*pois a gente nunca deve esquecer que ninguém pode nos deter*”. Apesar do meu receio acerca da atribuição de termos como “heroína” ou “guerreira”, pois eles podem romantizar as opressões sexistas e silenciam nossas vozes, eu entendi o movimento como um convite para que cada praticante do CERJ olhasse para si, reconhecesse seus direitos e se empoderasse.

Em seguida, nossa convidada disse que para encerrar sua participação partilharia conosco a leitura de uma pequena frase escrita em uma das folhas de papel que ela trouxe para a escola e manteve em suas mãos durante o desenrolar das conversas: “*ninguém pode parar uma mulher que finalmente entende que pode e merece mais na vida e no amor*”. Agradecida, ela e as demais convidadas nos saudaram por aqueles momentos de esperança que nós ajudamos a desenhar naquela bela manhã de sol às vésperas do dia 8 de março. Por mais que a mente nos

lembre que a luta precisa continuar, o coração pulsa mais vigoroso quando a gente percebe que está em boa companhia e cercado de afetos.

Nosso encontro no círculo freireno deixou os praticantes do CERJ e nossas convidadas muito felizes e esperançosos. Abaixo, a figura 60, recupera os rastros e afetos nas redes, entre as advogadas no Instagram do @oab\_vr, a formalização dos agradecimentos que a *Membra A*, encaminhou a mim por WhatsApp e também os registros no meu perfil no Facebook, que podem ser acessados na íntegra, a partir do QR code e do link disponibilizados.

Figura 60: Rastros do círculo freireano sobre os 15 anos da Lei Maria da Penha nas redes sociais



Fonte: Perfil @oab\_vr no Instagram e acervo pessoal da professorapesquisadora (2022). Disponível em: <https://acesse.one/FpxU6>

Foi mesmo um dia repleto de emoções, de partilha e de aprendizado. Tantas narrativas emergiram, abusos infelizmente comuns na vida de muitas mulheres e que não deveriam jamais ser naturalizados e perpetuados. É preciso informar, formar para o diálogo e para a escuta na perspectiva da educação em direitos humanos, freireanamente. E incentivar a busca de justiça. Mas também é essencial educarmos de maneira não sexista, para prevenir a violência patriarcal, favorecer o questionamento crítico dos padrões impostos pela racionalidade cis-heteronormativo e o estabelecimento de relações mais democráticas e pautadas no respeito à diversidade.

Inevitavelmente, o círculo freireano sobre os 15 anos da Lei Maria da Penha provocaram atravessamentos em mim, afinal, eu tive que sair de casa em 2019, esperar o divórcio por quase

três anos e ainda aguardo a partilha dos bens. Talvez por isso, os movimentos da pesquisa e as minhas memórias me conduziram à canção *Feeling Good*<sup>22</sup>, mundialmente conhecida na voz marcante de Nina Simone, que está na *playlist* cocriada pelos praticantes do CERJ, cujo trecho, eu partilho abaixo. A canção pode ser acessada, a partir do QR code disponibilizado (Quadro 14):

Quadro 14: Trecho de *Feeling good*, de Anthony Newley e Leslie Bricusse

[...] Dragonfly out in the sun you know what I mean, don't you know  
Butterflies all havin' fun you know what I mean  
Sleep in peace when day is done  
That's what I mean  
And this old world is a new world  
And a bold world  
For me

Stars when you shine  
You know how I feel  
Scent of the pine  
You know how I feel  
Oh, freedom is mine  
And I know how I feel [...]

It's a new dawn  
It's a new day  
It's a new life  
For me  
And I'm feeling good.



Fonte: <https://www.lettras.mus.br/nina-simone/185417/>

## 6.2 Conversas sobre a cocriação de *zines* sobre direitos sexuais e reprodutivos

Nas próximas linhas, narro o processo educativo que possibilitou a cocriação de *zines* sobre direitos sexuais e reprodutivos produzidas por 60 estudantes matriculados no terceiro ano do EM, com o apoio de uma pessoa da equipe diretivo-pedagógica, nomeada aqui como *Gestora 3*, e as orientações de quatro docentes que atuam na área de Linguagens e suas Tecnologias, as *professoras praticantes*, *Themis de Almeida* e *Antonieta Mota* que lecionam o componente

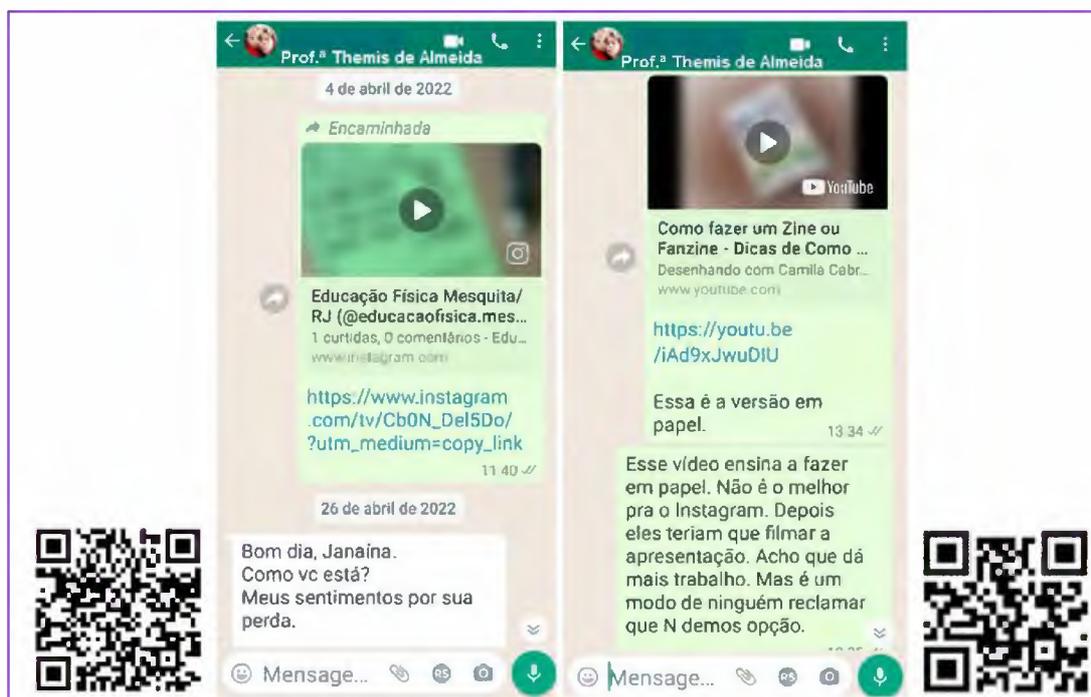
<sup>22</sup> Trecho da canção traduzido livremente pela *professorapesquisadora*: Libélula sob o Sol/ Você sabe o que eu quero dizer, não sabe?/Todas as borboletas se divertindo, você sabe o que eu quero dizer/Dormir em paz quando o dia termina, é isso que eu quero dizer/E este velho mundo é um novo mundo/E um mundo corajoso para mim/Estrelas quando você brilha, você sabe como eu me sinto/Aroma do pinheiro, você sabe como eu me sinto/Ah, a liberdade é minha! E eu sei como eu me sinto[...]É um novo amanhecer/É um novo dia/É uma nova vida/É uma nova vida para mim/E estou me sentindo bem.

curricular de Língua Portuguesa e da área de Ciências da Natureza, eu e a *prcfessorapracicante*, *Delce Horta*, que lecionamos Biologia. A escolha da realização da atividade com estudantes da terceira série considerou que alguns já haviam participado dos círculos freireanos e ciberculturais anteriores e demonstraram interesse em continuar colaborando nos atos de currículo que forjamos nesta pesquisa.

Eu já havia comentado com a *prcfessorapracicante*, *Themis de Almeida* sobre a potencialidade das *zines* e ela me falou que teve contato com o gênero literário durante sua formação inicial em Graduação em Letras. Em uma de nossas conversas nos intervalos das aulas no início de abril de 2022, eu comentei que enviaria um vídeo produzido com a criatividade e inventividade da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Aline Alvernaz, disponibilizado em seu Instagram na fase de campo da sua pesquisa de doutoramento concluída sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Edméa Santos, pois compreendi que o material criado pela colega do GPDoC era um bom exemplo de zine digital ou *e-zine* (criada por meio da colagem, montagem e mixagem de textos, imagens digitais ou não, vídeos, áudios, etc.). Após a conversa, compartilhei o link do vídeo com a *prcfessorapracicante*, *Themis de Almeida*.

Algumas semanas depois, em uma nova conversa pelo WhatsApp, a praticante fez contato comigo para prestar condolências em razão da passagem da minha avó materna e também para manifestar sua preocupação com o planejamento da atividade, sobretudo em relação à data do círculo cibercultural que pretendíamos realizar no Google Meet para passarmos as orientações aos estudantes. Na conversa, aproveitei para encaminhar um novo material audiovisual à docente, praticante da pesquisa, que ensinava como dobrar e montar uma zine em folha de papel A4. Abaixo, além da transcrição da conversa, podem ser visualizados o registro de envio dos *links* por WhatsApp e os QR codes e os links abaixo direcionam aos vídeos mencionados (Figura 61).

Figura 61: Envio de vídeos - exemplo de e-zine e como fazer as zines em papel



Fonte: Acervo pessoal da professorapesquisadora (2022). Disponível em:  
[https://www.instagram.com/tv/Cb0N\\_De15Do/?igsh=MW5wODBxNjhqOG83eQ==](https://www.instagram.com/tv/Cb0N_De15Do/?igsh=MW5wODBxNjhqOG83eQ==) e  
[https://youtu.be/iAd9xJwuDIU?si=Khbt83y1OVC\\_\\_oLe](https://youtu.be/iAd9xJwuDIU?si=Khbt83y1OVC__oLe)

[26/04/2022 10:31] *Professora Themis de Almeida*: Bom dia, Janáina. Como vc está? Meus sentimentos por sua perda [em razão do falecimento da minha avó materna]. Aqui, já imprimir alguns materiais para trabalhar com eles em aula, mas estava pensando em já marcar a aula no Meet sobre Fanzine para a próxima semana, pois o 2º Bimestre é MT curto. O que vc acha?

[26/04/2022 10:55] *Janáina Rodrigues*: Oi, por mim, tudo bem. Como trabalho na segunda até 18h teria que ser às 19h. Obrigada pelo carinho. Estou muito cansada, mas bem 🙏

[26/04/2022 11:13] *Professora Themis de Almeida*: Então, como segunda é conselho, talvez nem entrem, vc não pode outro dia? Pq só entrarei lá na TER. Eu não posso nem TER, nem QUI.

[26/04/2022 11:16] *Janáina Rodrigues*: Eu posso quarta às 19h. TB trabalho na quarta até às 18h. Podemos marcar na próxima quarta, Dia 4/5. Preciso falar com a [Professora] Antonieta Mota, porque com o conselho eu não conseguiria entrar na 3001. Vc chegou a ver se vamos conseguir gravar?

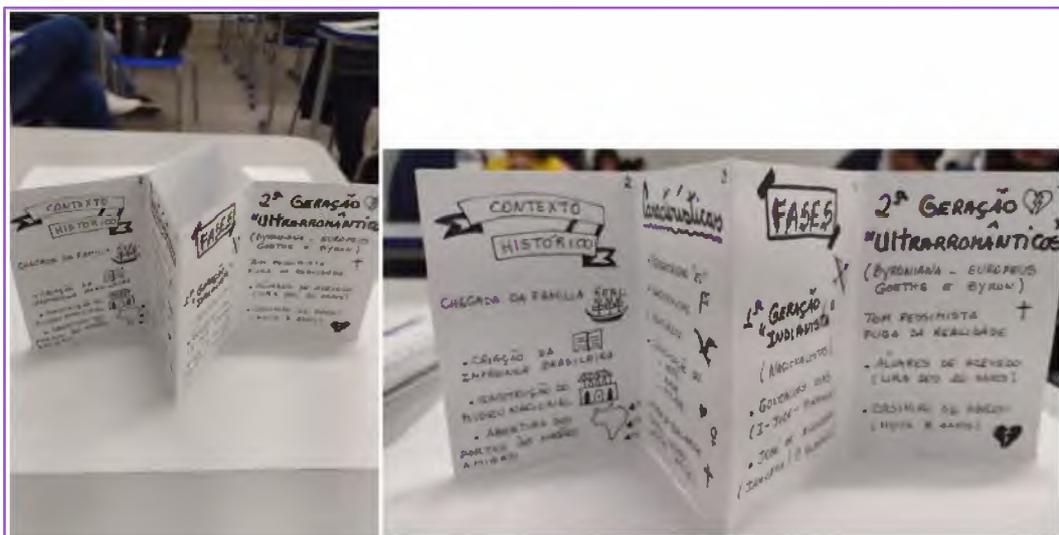
[26/04/2022 12:11] *Professora Themis de Almeida*: Vou testar e te falo. Pode ser dia 04, sim.

[26/04/2022 13:34] *Janáina Rodrigues*: Ok. Vou falar com a [Professora] Antonieta Mota. [Envio o link] <https://youtu.be/iAd9xJwuDIU>. Essa é a versão em papel. Esse vídeo ensina a fazer em papel. Não é o melhor pra o Instagram. Depois eles teriam que filmar a apresentação. Acho que dá mais trabalho. Mas é um modo de ninguém reclamar que N demos opção rrsr.

A *Professora Themis* ficou tão motivada com a produção das *zines* que decidiu experimentar e montar uma zine “*Romantismo no Brasil*”, conteúdo curricular de Literatura (Figura 62). Esse achado é revelador, pois não somente revelou a potencialidade do uso da *zines*

na educação, sobretudo de temas tão sensíveis como os relacionados aos direitos humanos, mas também potencial formativo do processo que mergulhados nesta ciberpesquisa-formação, na qual os estudantes, professores e a *prcfessorapesquisadora* criaram de modo colaborativo, aprenderam juntos e se formaram em comunhão uns com os outros.

Figura 62: Zine “Romantismo no Brasil” criada pela Professora Themis



Fonte: Acervo pessoal da *prcfessorapesquisadora* (2022). Cedido gentilmente pela Professora Themis de Almeida.

Ao mergulhar no universo das *zines*, a *prcfessorapracicante*, *Themis de Almeida* realizou uma pesquisa sobre a temática e partilhou alguns textos comigo que ela havia trabalhado com os estudantes via WhatsApp. Ela também me encaminhou os registros fotográficos de atividades realizadas em sala nas aulas do componente curricular de Língua Portuguesa, como o estudo do gênero textual fanzine<sup>23</sup> em grupos e uma oficina sobre os modos de fazer a dobradura das *zines* em papel (Figura 63).

<sup>23</sup> Fanzine deriva do termo em inglês *Fanatic Magazine*, revistas produzidas por fãs, pessoas aficionadas por determinado segmento. Nesta pesquisa emergiram narrativas nas quais os praticantes adotaram o termo “fanzine” revelando o modo singular como os sujeitos se apropriaram na cocriação de *zines*, se autorizaram e desenvolveram suas autorias, considerando-se a potência das práticas mediadas pelo digital em rede na cena sociotécnica contemporânea.

Figura 63: Envio de materiais trabalhados e registro da oficina de dobradura de zines



Fonte: Acervo pessoal da *prcfessorapesquisadora* (2022). Cedido gentilmente pela Professora *Themis de Almeida*.

Pela primeira vez, eu estava atuando em campo, presencialmente, mediando um número maior de praticantes. Sendo assim, optei por ocultar alguns rostos, pois nem todos os praticantes assinaram o termo de uso de imagem. Dando continuidade, após as primeiras conversas para discutir o planejamento da atividade, eu e as demais professoras, decidimos que as *zines* deveriam abordar os seguintes temas: *Cyberbullying*, Infecções Sexualmente Transmissíveis, Direitos Sexuais e Reprodutivos. A *prcfessorapracicante*, *Themis de Almeida* anotou os temas que elencamos durante a conversa e me passou por WhatsApp. Abaixo, apresento mais transcrições de nossas conversas:

*Prcfessora Themis de Almeida* (áudio): Oi, Janaína, boa noite. Tudo bem? Aqui eu tentei gravar, simulei um encontro no Meet pra tentar gravar, mas eu não consegui. Eu não sei se é porque o meu computador tá sei lá, muito cheio, não sei, deu erro. Mas tenta aí que não é difícil, não. Eu conseguia fazer isso, eu não sei porque não consegui, ontem eu não consegui. É só apertar aquela tecla do Windows, aquela janelinha, mais o G que vai abrir uma tela perguntando se você quer tirar print ou se você quer gravar e ele fica lá em "Meus vídeos". Aí depois dá pra acessar.

*Janaína Rodrigues*: É possível que o Meet não esteja gravando. Vou testar amanhã e pedir um help pra Gestora 1, se for o caso.

*Prcfessora Themis de Almeida* (áudio): Não, o Meet não está gravando mesmo não. Isso eu já testei e não tem essa função, não. Acho que eles tiraram mesmo. Mas tem como a gente gravar, entendeu, a tela. Só que eu não consegui. Não sei se o meu computador já tá lotado, não tem mais espaço, sei lá. Deu um erro lá.

*Janaína Rodrigues:* Oi, Themis. Depois dá uma olhadinha e me fala se tenho que arrumar alguma coisa. Bjss. [...]

*Janaína Rodrigues (áudio):* Oi, Themis. Eu esqueci o negócio dos respaldos, a legislação, o negócio que a Gestora 3 pediu. Eu vou acrescentar depois eu te reenvio. Eu vou acrescentar e depois te reenvio. Agora eu vou entrar em aula, então vou acrescentar mais tarde. Bj.

*Professora Themis de Almeida:* Blz. Li e está certinho, só na pág 2/7 que está (Língua Português) = (Língua Portuguesa).

*Janaína Rodrigues:* Ok! Obrigada. Vou arrumar e reenvio.

*Professora Themis de Almeida:* Já vou te passar o link. 3º Círculo de Cultura, Gênero e Juventude. Quarta-feira, 11 de maio · 7:00 até 8:00pm Informações de participação do Google Meet Link da videochamada: <https://meet.google.com/yyj-fumm-wtd>

Ou disque: (US) +1 605-653-3370 PIN: 873 577 568#

*Janaína Rodrigues:* Obrigada. Depois vou colocar no [Google] Classroom.

*Professora Themis de Almeida:* Ok, na 3002 e 3003 já coloquei.

*Janaína Rodrigues:* Obrigada.

*Professora Themis de Almeida:* Tudo certinho pra daqui a pouco? Boa noite!!!

*Janaína Rodrigues:* Sim! Boa noite.

Nas próximas linhas, apresento a transcrição das conversas no WhatsApp com a *Gestora 3*, que me procurou inicialmente, perguntando sobre a possibilidade de orientarmos a produção de atividades sobre *bullying* e *cyberbullying*, um dos temas que eu e as docentes, praticantes da pesquisa, pretendíamos orientar na mediação da cocriação de *zines*. Abri esse parêntese aqui, porque além da temática coincidente e urgente, as atividades foram mediadas a partir do digital em rede e aproximaram a *Gestora 3* da atividade de cocriação das *zines*, conforme narrarei mais adiante, ainda nesta seção.

[17/03/2022 15:31] *Gestora 3:* Olá professoras [...]. Podemos conversar semana que vem sobre a possibilidade de fazermos um trabalho conjunto sobre bullying e cyberbullying com os primeiros anos? Esse tema também tem caráter compulsório para ser trabalhado nas escolas por lei e queria discutir sobre algum plano de ação com vocês. Bjss

*Janaína Rodrigues:* Oii, desculpa, mas na quinta eu fico por conta do doutorado. Eu tenho uma proposta baseada na demanda apresentada no círculo sobre violência de gênero. Há novas leis sobre vazamento de imagem por vingança, há TB alguma tensão relacionada à misoginia, lgbtfobia ... E isso impacta muito a saúde mental das vítimas. Eu gostaria de fazer algo com segundo ano. E precisaria conversar com [as *professoraspraticantes*] Maria Rosa e a Glória Roussim. A proposta seria conversarmos sobre a temática e depois fazermos alguma ação no mural da escola. Talvez frases em camisetas. Tudo construído pelos estudantes. Agora eu só poderia fazer após o provão e fechamento do 1º bimestre. Acho algo muito sério e que precisa ser construído. Nesse momento já estamos fechando avaliações, revisando conteúdo. Nos falamos semana que vem. Bjss.

[24/03/2022 12:36] *Gestora 3:* Boa tarde, [...] Acabei de falar com a [assistente da diretoria pedagógica] regional [Sul Fluminense], para perguntar o que são diretrizes gerais, que vieram num calendário operacional 2022, do Projeto de Combate ao Bullying e ela disse que ainda não recebeu e que vai me enviar assim que puder. Então, por enquanto, vamos continuar com aquele planejamento que começamos a conversar

ontem de tarde e aguardar essas diretrizes e o posicionamento da direção quanto ao calendário.

*Janaína Rodrigues:* Ok. Abraço.

Com o sinal verde do setor pedagógico, eu e a *Professora Maria de Lourdes*, praticante da pesquisa, mediamos algumas atividades sobre a prevenção do *bullying* e *cyberbullying* com estudantes das turmas 1002 e 1003, nas quais incentivamos o estudo de textos que pesquisamos em jornais on-line, como o texto de Sampaio (2021) sobre o “Massacre de Realengo”, tragédia ocorrida em 2011, na qual um ex-estudante munido de armas de fogo, invadiu a escola municipal Tasso da Silveira, na cidade do Rio de Janeiro e matou 12 adolescentes, a maioria meninas de 13 a 15 anos de idade. Também mediamos uma roda de conversas em sala de aula para compreender o que os praticantes sabiam sobre o tema e ouvir seus relatos acerca da existência do *bullying* na vida escolar.

Na sequência, orientamos a produção de frases para informar, ajudar a identificação dos casos e encorajar as vítimas a denunciarem o *bullying*. Como as frases produzidas de modo colaborativo foram coladas em diferentes espaços do CERJ, as criações dos praticantes alcançaram visibilidade na comunidade escolar. Abaixo, apresento o registro do envio das evidências da realização da atividade sobre a prevenção do *bullying* na escola, solicitadas pela *Gestora 3* (Figura 64).

Figura 64: Envio de evidências da atividade de prevenção do bullying na escola



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2022).

Além disso, como o registro da atividade também foi publicado no Instagram do colégio, foi possível exercitar o princípio da interatividade, por isso, solicitei que os praticantes deixassem comentários acerca das nossas criações, na postagem. Na sequência, destaco alguns comentários que os praticantes deixaram na publicação no Instagram do CERJ, que evidenciam como os estudantes mergulharam no combate ao *bullying*, mostraram suas autorias e se posicionaram de modo crítico. A publicação que divulga o processo de criação das frases e de distribuição nos espaços físicos do colégio, pode ser acessada por meio do QR code e do link abaixo (Figura 65).

Figura 65: Publicação das atividades de combate ao bullying no Instagram



Fonte: @canalcerj no Instagram (2022). Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CddgC3nL\\_1\\_/?igsh=bWFleXlsNnI3MnM4](https://www.instagram.com/p/CddgC3nL_1_/?igsh=bWFleXlsNnI3MnM4)

Para ampliar a reflexão acerca da temática, é conveniente trazermos as contribuições do estudo de Telma Rocha (2010) que investigou o *cyberbullying* e mapeou casos de violência virtual direcionadas a professores, tendo o Orkut como dispositivo da pesquisa, favoreceu a compreensão da distinção entre o *bullying* e o *cyberbullying* e apontou as interseções que atravessam esses fenômenos em nosso, pois na escola, os casos registrados lamentavelmente, revelam a incidência de práticas e discursos preconceituosos (Abramovay, 2009 *apud* Rocha, 2010), como a homofobia, o racismo, a intolerância religiosa e o capacitismo, que se caracteriza pelo uso de expressões ofensivas dirigidas às pessoas com deficiência.

O tema merece atenção, uma vez que as práticas associadas ao *bullying* podem acontecer na escola, em casa e no ambiente de trabalho. O conceito que em nosso país poderia ser interpretado como “intimidação”, tem origem na,

Expressão inglesa derivada do adjetivo *bully*, que significa valentão brigão. Foi cunhado pela primeira vez pelo norueguês Dan Olweus em 1970. Em sua definição, *bullying* refere-se à exposição de um indivíduo ou grupo de indivíduos a ações negativas, que envolvem comportamento agressivo e incomoda o outro por meio de palavras, ações, contatos físicos, gestos obscenos, exclusão, etc. (Rocha, 2010, p. 95).

Sendo assim, segundo a autora, é consenso entre os pesquisadores que as práticas sociais que envolvem o *bullying* e o *cyberbullying*, não guardam relação com os conflitos rotineiros, observados entre os jovens, pois elas se manifestam no exercício das relações de poder de maneira intencional, reiterada e sistemática, considerando-se que,

os agressores se valem dessa incapacidade para infligir dano, seja porque alcançaram algum tipo de gratificação emocional com tal postura, seja porque pretendem obter alguma vantagem específica, como se apossar de dinheiro ou de objetos da vítima, ou ainda solidificar posições na hierarquia do grupo onde estão inseridos, ou aumentar sua popularidade entre os demais colegas (*Ibidem*, p. 97).

Na tentativa de distinguir o *cyberbullying*, Telma Rocha (2010, p. 119) argumenta que esse fenômeno não deve ser entendido de maneira simplificada, apenas como sinônimo de agressões, coações e ameaças perpetradas no contexto das práticas mediadas no ciberespaço, pois de acordo com a autora esse “tipo de violência [apresenta] características diferentes das estruturas tradicionais do *bullying*”, tendo em vista que,

A natureza móvel das tecnologias digitais tira o sossego das vítimas, o que faz do *cyberbullying* uma forma de violência invasiva que ameaça os indivíduos em diferentes locais. Portanto, e como não acontecia no *bullying* tradicional, o lar já não é um lugar de refúgio para a vítima, que continua recebendo SMS ou *e-mails* em qualquer lugar que vá (*Ibidem*, p. 121).

Diante do exposto, podemos perceber como o *cyberbullying* tem potencial para provocar graves danos físicos, sociais e psicológicos e colocar a integridade e a saúde das pessoas em risco. O que evidencia que, estudantes e educadores devem conversar sobre a temática, mediar a troca de informações e a tessitura de saberes e atos de currículo dedicados ao combate do *bullying* e do *cyberbullying dentro* da escola.

A partir de agora, retomo a narração da cocriação das *zines*. Abaixo, podem ser observadas algumas conversas no WhatsApp que antecederam o círculo cibercultural no Google Meet, intitulado, “Conversas sobre a cocriação de *zines*”. As mediações favoreceram o alinhamento da proposta, a partir da elaboração da apresentação em slides, da divulgação dos links de acesso ao Google Meet e do retorno após a realização do encontro (Figura 66).

Figura 66: Conversas no WhatsApp antes e após o círculo cibercultural



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2022).

O círculo cibercultural no Google Meet foi *pensadofeito* para conversarmos sobre a atividade de cocriação das *zines* e passar orientações aos estudantes, praticantes da pesquisa. A figura 67, evidencia a divulgação do encontro no Google Classroom e no Instagram do CERJ, este último pode ser visualizado por meio do QR code e do link abaixo.

Figura 67: Divulgações do círculo cibercultural “Conversas sobre a cocriação de zines”



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* e @canalcerj no instagram (2022). Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CdV73xJr96F/?igsh=MXFoc2dwNW14a314bw==>

Abaixo, transcrevo as conversas que ajudaram a delinear didaticamente as atividades de cocriação de *zines* sobre direitos sexuais e reprodutivos e também o momento em que eu convidei a *Gestora 3*, para participar do nosso círculo cibercultural no Google Meet:

[04/05/2022 17:58] *Gestora 3*: Boa tarde [...]. *Dia 17 de maio é dia internacional contra a homofobia* - podemos pensar em algum projeto?

*Janaína Rodrigues* (áudio): Oi, boa tarde, é a Professora Janaína. Você tem dois números de WhatsApp? Você falou sobre o Dia de combate à Homofobia, eu, Themis, Antonieta e Delce estamos orientando a produção de revistinhas, fanzines com os alunos sobre Direitos sexuais e reprodutivos. Eu acho que dá pra gente incluir esse tema. Eu já falei com a Themis, ela disse que tá tudo bem. A gente vai fazer uma reunião no Meet, quarta-feira pra conversar com os alunos. Ela já começou a falar nas turmas [do terceiro ano]. Themis tá achando os alunos muito engajados na produção das fanzines que depois vão lá pra o Instagram. Então, vamos colocar essa possibilidade também. Vamos falar com eles. Vamos colocar isso como um dos respaldos, eu ia colocar a lei do bullying. Mas coloco esse respaldo também.

*Gestora 3*: Que legal!!! Que horas que é a reunião? Nossa, ótima ideia. *Fiquei até curiosa porque nunca vi um projeto desse tipo*. Ainda mais agrada ao público jovem. Esses meninos gostam de HQ, fanzine, essas coisas... É bem atual. Aí você vai me passando as orientações que eu quero participar como plateia, logicamente. E você vai me mandando fotos, essas coisas porque eu tenho que mandar como evidências pra [Agente de Acompanhamento de Gestão Escolar] AAGE. *Sabe, obviamente tudo que a gente faz a gente tem que mandar foto pra provar que a gente trabalhou de verdade, né, menina*. Aí você passa o passo a passo desse projeto que eu quero acompanhar de pertinho. Obrigadinha, tchau.

*Janaína Rodrigues* (áudio): Será muito bem-vinda, Gestora 3. Inclusive, se você puder entrar e fazer os prints eu te agradeço, porque [a professora] Themis vai transmitir e eu vou ficar responsável por gravar, pra gente tentar colocar no Google Classroom pra os alunos que não puderem participar à noite. Então, se você puder fazer os prints eu te agradeço muito, porque eu também preciso de evidências pra minha tese, tá. Preciso pra colocar depois no Instagram [do colégio], também. Se você puder entrar na quarta-feira às 19h e fazer os prints, agradeço muito.

*Gestora 3*: Tudo bem! Vou me organizar e te aviso! 🙌🙌🙌🙌

*Janaína Rodrigues*: Já vou te passar o link do 3º Círculo de Cultura, Gênero e Juventude [Conversas sobre a cocriação de zines]. Quarta-feira, 11 de maio · 7:00 até 8:00pm. Informações de participação do Google Meet Link da videochamada: <https://meet.google.com/ygj-fumm-wtd>. Ou disque: (US) +1 605-653-3370 PIN: 873 577 568#.

*Gestora 3*: 🙌🙌🙌🙌🙌. (Grifos meus).

As transcrições acima evidenciam a necessidade da escola de atuar no combate à homofobia, mas também revelam cobranças dirigidas aos professores, como a exigência de registros fotográficos para comprovar a realização das ações em sala de aula. Obviamente, não é fácil gerir conteúdos extensos, questões de indisciplina, a avaliação com foco nos resultados e administrar o “tempo *cronos*” para não deixar de se comprometer com o desenvolvimento de projetos tão relevantes socialmente. Em meu caderno de campo registrei meu incômodo, algo que eu precisaria expor à *Gestora 3* em outras conversas e que fez emergir a seguinte indagação: Quem sabe o empecilho não seja ter que “*provar que a gente trabalhou de verdade*”, conforme narrado acima pela praticante da pesquisa, mas o modo aligeirado e alienante como a cobrança

chega até nós que constituímos o “chão da escola”, acentuando o risco de entrarmos no “modo automático” e direcionarmos nossas ações na escola sem conseguirmos refletir antes, durante e depois da práxis?

Apesar das pressões, neste estudo, freireanamente temos adotado uma “pedagogia dos sonhos possíveis”. Nossas ações educativas são pulverizadas, parcerias são estabelecidas nas redes que acionamos, fazendo brotar o currículo em ato, no cotidiano da escola pesquisada. Assim, conforme pode ser verificado na conversa com a *Gestora 3*, que transcrevi acima, busquei a legislação vigente para amparar o nosso comprometimento com o combate à homofobia e para dar sentido às atividades de cocriação de *zines* que estávamos propondo:

- a. Lei da Semana Escolar de Combate à violência contra a mulher, Lei nº. 14.164/2021;
- b. Lei da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na adolescência na escola, Lei nº. 13.798/2019;
- c. Lei de combate ao *Bullying* e *Cyberbullying* nas escolas, Lei no: 13.663/2018;
- d. Estatuto da Juventude, Lei no: 12.852/2013, dispõe sobre o direito dos jovens à saúde sexual;
- e. Dia Internacional contra a LGBTfobia, comemorado no dia 17 de maio, data em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a saúde (CID), em 1990.

Acerca do item e, *Dia Internacional contra a LGBTfobia*, preciso retomar o questionamento que registrei anteriormente em meu caderno de campo e que consegui dirigir à *Gestora 3*, no dia do orgulho LGBTQIAPN+, dia 28 de junho de 2022 (Figura 68), cujo áudio pode ser acessado a partir do QR code abaixo:

Figura 68: Indagação dirigida à Gestora 3 no WhatsApp



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2022).

Na conversa, questionei como o “chão da escola” pode se sentir em condições (de segurança, conforto e formação) para assumir o seu papel no combate à homofobia diante de uma secretaria emudecida e não se posiciona politicamente em favor da luta? Para nós, educadores comprometidos com a educação não sexista, antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica isso não é um entrave. Apesar dos inúmeros desafios e riscos de perseguição, atuamos “pelas brechas”, mergulhando no cotidiano, ouvindo os estudantes que trazem suas questões e contribuições acerca da diversidade na escola. Operamos dispositivos, cocriamos intensamente, acionamos as redes e juntos fazemos brotar o currículo em ato. Entretanto, alguns professores podem se sentir receosos ao abordar “assuntos polêmicos”, outros não se sentem preparados e realmente não estão, pois não estudaram as relações de gênero em sua formação inicial. Desse modo, as ações da secretaria de educação são fundamentais, no que tange ao incentivo à discussão da temática na rede estadual e o investimento na formação de educadores. A Gestora 3, me respondeu que transmitiria a indagação à Agente de Acompanhamento e Gestão Escolar (AAGE), mas transcorrido 12 meses, observei que a SEEDUC/RJ ainda não se posiciona sobre o combate à homofobia em suas redes sociais. Apontando que as mudanças acontecem, ainda que lentamente, recebemos o *Cardápio temático*, documento enviado à coordenação pedagógica das escolas, onde são destacados dezenas de temas de relevante interesse social, como o respeito às minorias, informações sobre outras culturas, combate ao racismo e à violência de gênero, assuntos que devem ser trabalhados durante o ano letivo. E, as *Diretrizes gerais para a prevenção às violências no contexto escolar*, documento que sugere diferentes estratégias aos educadores na

abordagem de temas sensíveis como o combate ao *bullying*, a reflexão sobre o suicídio e questões saúde mental, a diversidade sexual e educação inclusiva e disponibiliza os *links* que direcionam às cartilhas mencionadas no texto.

Nesse sentido, outro fato que merece ser mencionado foi o retrocesso vislumbrado com a remoção do termo “orientação sexual”, que estava presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998 e a supressão do termo “diversidade de gênero” no texto final da Base Nacional Comum (Tokarnia, 2017). Dado preocupante na medida em que, a escola deveria atuar no combate às violações de direitos de pessoas LGBTQIAPN+, coibindo o silenciamento das vozes e o apagamento de corpos dissidentes e existências que subvertem as imposições do padrão cisheteronormativo.

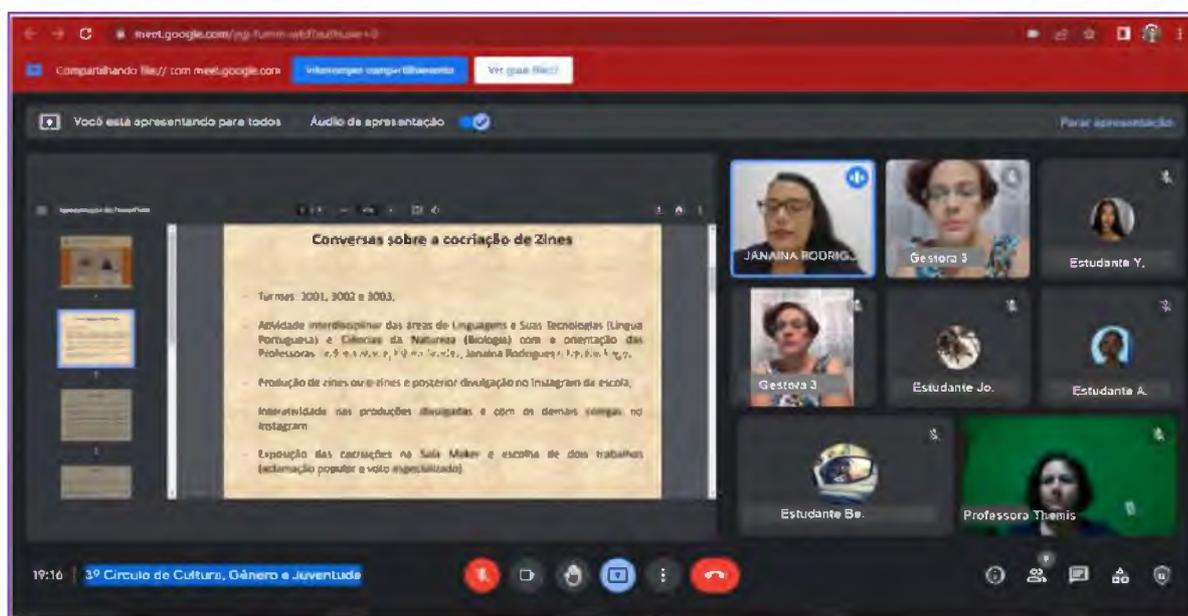
Além do respaldo na legislação vigente, no círculo cibercultural realizado no Google Meet, eu e a *Professora Themis*, apresentamos aos estudantes, os critérios de avaliação que discutimos previamente com as *professoras praticantes, Antonieta e Delce*, que também colaboraram na mediação da cocriação das *zines*:

- a. A participação dos estudantes poderia ser em duplas ou individualmente, configurando-se como uma atividade avaliativa dos componentes de Biologia e de Língua Portuguesa, sendo que o valor atribuído ficaria critério de cada professora. A entrega dos vídeos para avaliação ficaria sob a responsabilidade de cada indivíduo/dupla.
- b. A seleção dos trabalhos que seriam publicados no Instagram da escola ficaria principalmente, sob a responsabilidade das docentes do componente de Língua Portuguesa. Destacamos que deveriam ser rigorosos na pesquisa do tema e elaborar a produção textual, com argumentação consistente e coerente, devendo evitar a emissão de opinião sem embasamento. A *Gestora I*, assumiu a publicação das postagens das *zines* nas redes sociais do CERJ, contribuindo na divulgação dos trabalhos, principalmente no Instagram da escola.
- c. Para exercitar o princípio da interatividade, combinamos que as produções seriam divulgadas no Instagram do colégio. Também incentivamos que os estudantes trocassem com os colegas, deixassem comentários sobre a temática e o processo de criação das *zines*. As professoras que lecionam o componente curricular de Biologia se responsabilizaram pelo acompanhamento das conversas no Instagram.
- d. Em todas as etapas, estimulamos que os estudantes fossem generosos, solidários com os colegas e mantivessem um ambiente harmonioso e adequado ao desenvolvimento das atividades. Eles foram instruídos que comentários

depreciativos, com qualquer forma de discriminação ou preconceito não seriam tolerados ou considerados na avaliação, sendo o conteúdo encaminhado à equipe diretivo-pedagógica da escola para a apuração da responsabilidade.

Nosso círculo de cibercultural iniciou-se às 19h30 no Google Meet e teve a presença de 10 praticantes do CERJ: a *prcfessorapesquisadora*, a *prcfessorapracicante*, *Themis de Almeida*, a *Gestora 3* e sete estudantes (Figura 69). Com o apoio da equipe diretivo-pedagógica, as professoras que mediaram as atividades propuseram que ao término das produções fosse realizada a exposição das cocriações na Sala Maker do colégio. Além disso, os estudantes, praticantes da pesquisa, sugeriram que os trabalhos que mais se destacassem fossem premiados no final do processo.

Figura 69: Captura da tela do círculo cibercultural “Conversas sobre a cocriação de zines”



Fonte: Acervo pessoal da *prcfessorapesquisadora* (2022). Cedido gentilmente pela Gestora 3.

Dando prosseguimento, é importante ressaltar que a *Gestora 2*, me indicou o uso do software OCAM, uma vez que observamos que no início do ano letivo de 2022, o Google Meet estava limitando a gravação aos usuários da SEEDUC/RJ. No entanto, apesar da testagem prévia, a gravação do círculo cibercultural não foi bem sucedida. A seguir, a transcrição de conversas no WhatsApp revela as “errâncias” e o modo como eu e a docente, praticante da pesquisa tentamos superá-las:

*Janaína Rodrigues* (áudio): Oi, Themis. Nossa, tô super chateada aqui. Não gravou o áudio. Gravou toda a imagem, mas não gravou o áudio. Poxa, vida. Quando eu fiz o teste, (usando um vídeo) do YouTube, gravou o áudio normalmente. Então, como eu estou usando o microfone do Google Meet, eu não sei se deveria ter marcado aqui o microfone (na configuração do software que fez a gravação da tela), porque eu não

uso fone, né. Tô usando o microfone do laptop. Acabou que não gravou o áudio. Bom vamos postar o PDF nas turmas, vamos postar os vídeos (sobre como fazer as zines). E seja o que Deus quiser né, rs. Eu não precisava do vídeo pra o meu trabalho, mas é uma pena, né, porque poucos alunos puderam participar, então eles ouvindo a gente retirar as dúvidas seria bem interessante. Mas infelizmente eu testei no YouTube, eu até cheguei a ver um tutorial. Tô imaginando que é isso, porque eu não uso fone. Pelo tutorial que eu vi, tô imaginando que foi esse o erro, não ter marcado a opção microfone. Mas agora aconteceu isso, vamos fazer a postagem dos materiais no Google Classroom e segunda-feira a gente conversa com eles e explica que não gravou com o áudio. Obrigada ❤️. Ficaram ótimas (agradecimento pelo envio de imagens capturadas durante o círculo cibercultural no Google Meet).

*Prófessora Themis de Almeida* (áudio) Poxa, Janaína. Que pena, né! Se soubesse tinha tentado por aqui também. Ah, mas tá bom, pelo menos se vc não precisava do vídeo, as imagens estão aí... Em relação a dúvidas deles, acho que não vão ter, não. Foi algo mais formal mesmo, pra formalizar. Pode deixar que qualquer dúvida eu tiro, te falo também, tá. E é mais na 3001 que eu não tenho e não teria como explicar (as dúvidas dos estudantes), mas acho você tem aula lá, de repente você ajuda. E qualquer coisa pode me falar. Vai dar tudo certo. Obrigada você também. Tchauzinho.

*Janaína Rodrigues*: Bjs, obrigada

*Prófessora Themis de Almeida*: 😊

Apesar do imprevisto, pensamos em disponibilizar os materiais utilizados no círculo cibercultural no Google Meet para que os estudantes acessassem no Google Classroom. Também partilhamos com eles, textos sobre o gênero textual e os temas que seriam abordados na cocriação das revistinhas que foram selecionados pela curadoria da *prófessorapracante*, *Themis de Almeida*. Eu transcrevi um comentário que deixei no Google Classroom para os estudantes e o encaminhei à *Prófessora Themis*, por WhatsApp (Figura 70).

Figura 70: Postagem dos slides e links apresentados no círculo cibercultural no Google Classroom

 **Materiais - 3º Círculo de Cultura Gênero e Juventudes.**

JANAÍNA RODRIGUES DE FREITAS MACHAD · 11 de mai. de 2022 (editado: 16 de mai. de 2022)

Olá,

Disponibilizo os slides apresentados em nossa roda de conversas no Meet e os links de dois vídeos que evidenciam exemplos de zine e e-zine.  
Agradeço a presença dos estudantes e as contribuições das professoras.  
Vocês podem registrar as dúvidas, impressões e sugestões nos comentários abaixo.

Abraço e bom trabalho!

Obs.: Os vídeos de divulgação das zines e e-zines devem ser entregues à Professora Natália Vago até o final de maio/2022.

 Page not found · Instagram  
<https://www.instagram.com/tv/Cb0>

 Como fazer um Zine ou Fanz...  
Vídeo do YouTube 6 minutos

 3º Círculo de Cultura, Gêner...  
PDF

Fonte: Acervo pessoal da *prcfessorapesquisadora* (2022).

Na conversa transcrita abaixo, a *Prcfessora Themis* começa a me entregar as produções dos estudantes e me conta sobre as dificuldades dos praticantes em relação à edição dos vídeos e de como está orientando as correções e ajustes necessários. A docente, praticante da pesquisa, se disponibiliza a auxiliar os estudantes, mas se inquieta com o aparente desinteresse com as atividades evidenciado pelo pequeno número de *zines* que chegam para avaliação:

*Prcfessora Themis de Almeida* (áudio): Oi, Janaína. Aqui meu anjo, *vou te passando aos poucos, aí você vê o que tá ok*, o que você aprova eu enviar pra *Gestora 1*. Aí depois eu envio ou se você quiser você pode enviar direto, só me falar. Se for pra eu enviar depois você me envia aquele texto que você falou que ia fazer pra abrir né, os trabalhos. E esses que tô te enviando, são os que eu acho que dá pra passar rs. Tá, outros que eu já tô barrando aqui. *Inclusive eu estou editando, dando uma "melhoriazinha" neles*, porque igual esse daí, ficou legalzinho, só que eles filmaram muito de longe. Aí eu coloquei no aplicativo que eu tenho de editar vídeos, aí ele já deu uma ampliada um pouquinho. Mas aí depois você fala se tá ok, se eu posso enviar ou eu vou enviar direto.

*Janaína Rodrigues*: Vc autoriza eu postar pra [turma] 3001 olhar?

*Prcfessora Themis de Almeida* (áudio): Sobre esse primeiro que você me passou, é aquele que você me mostrou, né. Ficou uma gracinha, ficou lindinho, só que a proposta não seria essa. De repente você fala lá com eles ou envia não sei, como exemplo pro grupo deles, um que está certinho pra que eles possam refazer. De repente eles fazem e enviam hoje ou amanhã, né. *Porque eles só filmaram né, filmaram o trabalho. Não é essa a proposta, eles precisam apresentar.*

*Janaína Rodrigues*: Eu acho melhor vc passar pra *Gestora 1*. Pra N gerar confusão. Assim teremos certeza que foram pra o insta só os selecionados.

*Prcfessora Themis de Almeida* (áudio): Ah, pode. Isso que eu acabei de falar no áudio, você estava digitando. Pode sim, como exemplo. Não tem problema não, porque eu já falei com eles é "domínio público" da escola. Não precisa sair da escola. Fotos deles, tudo entra no Instagram, a não ser que a pessoa não autorize foto.

Aí eu não tiro, né. Mas quando eles autorizam a tirar e entregam o trabalho em vídeo está autorizado a escola usar.

*Janaina Rodrigues:* Ela ficou de refazer. Por isso queria enviar um certinho.

*Professora Themis de Almeida:* Blz. Depois me passe o texto q vou passando aos poucos pra ela.

*Janaina Rodrigues:* Ok. [Envio o texto para o card no Instagram] - “Cocriação de Zines Tema: Direitos Sexuais e Reprodutivos, ISTs e Cyberbullying. Professoras: Delce, Themis, Janaina e Antonieta. Turmas: 3001, 3002 e 3003. Zine é a redução da palavra inglesa, magazine (revista), gênero que surgiu nos EUA na década de 1930, quando os poetas usavam o material para divulgar suas criações. Desde a década de 1970, as zines se reconfiguraram, a partir do movimento punk e dos ideais da contracultura, como uma forma barata de difundir as ideias, produções e ativismo. As e-zines são a versão digital das Zines, produzidas a partir de desenhos, imagens gráficas, vídeo, áudio, colagens, montagens, etc”. Veja se está bom. Talvez o melhor seja fazer um card e fazermos uma postagem antes falando do projeto e do concurso.

*Professora Themis de Almeida:* Sim, seria melhor. Pq depois o texto abaixo de cada vídeo poderia ser curtinho. Poderia adaptar esta capa.

*Janaina Rodrigues:* Sim. Chegando em casa eu faço.

*Professora Themis de Almeida:* 😊

*Professora Themis de Almeida (áudio):* Só que se aí, na verdade ultrapassou três minutos. Eu até montei “pras” meninas, que elas fizeram tudo picadinho, porque elas têm iPhone. E iPhone não envie nada com mais um minuto e meio. Ainda ficou pior ainda, né. Elas me enviar picadinho eu mesma montei aqui para elas. Mas mesmo mudando uma “aceleradinha”, cortando o que tava um pouquinho repetitivo, ficou com três minutos e pouco. Aí o que eu enviei pra você, ele corta em 2 minutos e 50 e o trabalho continuaria. Só que whatsapp corta. Aí eu tô vendo com a Gestora 1, se ela consegue me ajudar pra eu enviar de outra maneira, por e-mail também não vai, que ele tem mais de 25 mega (Mb). Eu não sei, mas ela deve saber, porque *Gestora 1* é super esperta pra isso. Pelo Instagram acho que tem como enviar também, pelo Telegram. Tem várias opções, vamos ver se ela consegue me ajudar. Mas eu já te enviei ele, faltou só um pedacinho no final, pra você ir olhando, tá bom.

*Professora Themis de Almeida:* Mais um. 📄

*Janaina Rodrigues:* Da 3001. Aquele que vc corrigiu hj. Acha que tá bom? Themis, depois vc me faz um favor. Reúne as Zines quando possível pra fazermos uma foto de todas juntas. Acha que tá boa a capinha assim. Se estiver bom, pode passar pra Gestora 1.

*Janaina Rodrigues (áudio):* Oi, Themis, desculpa o horário. É que eu acabei de chegar agora da escola (às 19h da noite). O que você acha da gente numerar as zines? É que eu acho que isso depois, futuramente pode facilitar na hora de votar. Conforme você for passando pra *Gestora 1*, você coloca no título "cocriação de zines" e aí pode colocar, não sei, "zine 1, o nome dos estudantes e turma" pelo mesmo. Acho que isso pode ajudar depois na votação. O que você acha?

*Professora Themis de Almeida:* Sim. Ficou bem feito. Ok, eu só não recolhi todas hoje porque a maioria teve que refazer, mas amanhã eu acabo de recolher. Posso passar os 2 antes dos vídeos p a Gestora 1, ok? Ok, vou numerando. Enviarei todos que já te passei ok. JÁ ENVIEI TODOS OS 6 ACIMA PARA A GESTORA 1. Só um deles vou tentar gravar no pen drive, pois tem mais de 3 min. Com este serão 7. [...]

*Professora Themis de Almeida:* Seguem mais 📄

*Janaina Rodrigues:* Sim, acho melhor. Porque senão fica meio sem sentido. Pede pra Colocar na legenda Atividade: Cocriação de Zines. E postar os dois cards. A cada trabalho a gente coloca a numeração, turma e os nomes dos estudantes (se vc achar indicado). Desculpa a demora [para responder]. Eu faço terapia toda terça às 20h.

*Professora Themis de Almeida:* Blz. Já passei pra ela do jeitinho q vc acabou de falar.

*Janaína Rodrigues:* Obrigada 😊. Contando com aquele da 3001? Tem a opção do Wetransfer. Para as meninas do iPhone. A *Gestora 1* deve saber como. As meninas criam conta e postam lá e partilham o vídeo. Caso ache necessário o vídeo completo

*Professora Themis de Almeida:* Isso, 7. Mais estes 2 = 9. *Muito pouco*, mas creio q até amanhã aparecem mais. Porém depois de amanhã não vou mais aceitar. Pois será MT trabalho pra nós. *Na verdade, Janaína, recebi mais.* Acho que eu tenho mais uns três aqui. *Mas são trabalhos que estão errados. Ou o som tá muito baixo, tem alguns erros (ortográficos) ou não tá dentro da prcposta.* Aí passei mensagem pra que eles arrumassem. Mas como ficaram de arrumar hoje ainda né, não duvido que entreguem de madrugada rs. Mas vamos ver, são nove com esses dois últimos que eu te mandei. Creio que passem de dez amanhã, né. Vamos ver. Já gravei no pen drive, amanhã vejo se dará certo.

*Janaína Rodrigues:* Tinha uma menina da 3001 que ia arrumar. Lá acho que vão entregar até sexta pra [Professora] Antonieta Mota. Não importa a quantidade. Zero seria difícil pra mim rsrs. O mais importante é ocupar a rede, com autoria, interativa, colaboração. Obrigada ❤

*Professora Themis de Almeida:* Não, eu sei que pra o seu objetivo uns dez já seria interessante. Mas eu fico preocupada. Eu falei com eles. Eles queriam que até valesse mais o trabalho. Eu falei é uma cartada pra recuperação, né. Porque muitos não fizeram, vão ficar de recuperação, a minha recuperação do trabalho é o trabalho. Eles vão ter que fazer. Se eles não fizerem, a diferença é que vou dar outro prazo pra eles. Então, eles vão ter que fazer se não vão ficar com zero. Vão ficar só com a nota da prova. Redação muitos não foram bem. *Um trabalho do livro que eu dei a maioria não fez, esse agora também não.* Vão ter que tirar cinco na prova, né, Janaína. Quero ver tirar cinco na prova, esse que é o problema. *Mas é o desinteresse, a maioria dos jovens estão muito desinteressados.* (Grifos meus).

Tentei acalmar os ânimos explicando que o foco não deveria estar na quantidade de trabalhos produzidos. Todavia, a preocupação da *Professora Themis*, praticante da pesquisa, era legítima, pois enquanto nos encontros anteriores eu pude ir pelas “brechas”, trabalhando na maior parte do tempo com poucos praticantes que livremente aceitaram participar desta pesquisa, na cocriação das zines nós estávamos mediando dezenas de praticantes, de diferentes turmas do 3º ano do Ensino Médio. Desse modo, a cobrança acerca das notas e resultados tinha um peso maior. Apesar dos percalços que enfrentamos ao longo do processo educativo que mediamos e do trabalho árduo na criação das *zines*, gravação e edição de vídeos e na orientação acerca dos critérios que estabelecemos e ajustes necessários, dezenas de *zines* foram cocriadas. A figura 71, evidencia algumas conversas no WhatsApp com o envio das *zines* produzidas pelas estudantes.

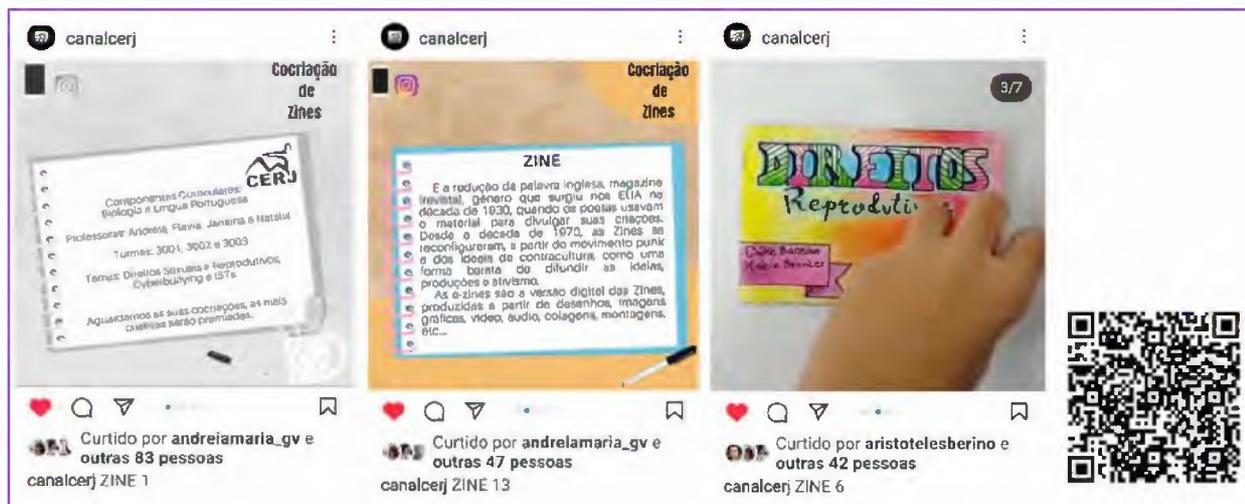
Figura 71: Envio de vídeos com as zines cocriadas pelo WhatsApp



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2022).

Abaixo, destaco a primeira postagem das *zines* produzidas pelos praticantes, que foi publicada no Instagram do colégio em 07 de junho de 2022 e pode ser acessada pelo QR code e o link disponibilizados (Figura 72).

Figura 72: Primeira postagem das zines no Instagram do CERJ



Fonte: @canal-cej no Instagram (2022). Disponível em:  
<https://www.instagram.com/p/CegNC1yLaJz/?igsh=NzBjbmNxM2N0NXBn>

Na sequência, apresento a transcrição da conversa com a *Professora Themis* no WhatsApp, acerca da primeira postagem dos trabalhos, que infelizmente saiu em “preto e branco”:

*Janaína Rodrigues*: 🤔🤔🤔. Que bacana né. Um foi incentivando o outro. *Vc sabe porque o card saiu preto e branco no Instagram?* Poxa, colorido não seria mais atraente. Será que tem como a Gestora 1 postar os próximos coloridos? Os que estão lá N compensa mexer. Os alunos já começaram a interagir. Ah, se puder deixa um comentário pra eles.

*Professora Themis de Almeida*: Claro. 😊

*Janaína Rodrigues*: Obrigada 😊

*Professora Themis de Almeida*: Vou ver com Gestora 1. Mais 2. Acho q serão os últimos. 😊

*Janaína Rodrigues*: Obrigada. [Professora] Antonieta vai começar a avaliar amanhã.

*Professora Themis de Almeida*: Ah, beleza. Teremos mais de 20 então.

*Janaína Rodrigues*: 🍷. (Grifos meus).

Em uma aula de Biologia, enquanto eu tirava algumas dúvidas sobre os critérios que seriam observados na avaliação das *zines* produzidas, o *Estudante M.So*, fez o seguinte questionamento: “*Por que os trabalhos deveriam ser postados no Instagram?*” Durante a mediação da cocriação das *zines*, além de incentivar a colaboração e a autoria, tentei ressaltar a importância da interatividade na Educação Online, por isso estimei que os estudantes interagissem nas postagens no Instagram do CERJ, deixassem impressões sobre as criações, mensagens motivando a participação dos colegas e contassem como as atividades que desenvolvemos reverberam neles. Do mesmo modo, recomendei às docentes praticantes que

também deixassem comentários nas postagens, conforme pode ser observado na minha conversa com a *Professora Themis*, transcrita acima. Entre os comentários que os estudantes deixaram, pude observar preocupações de senso estético (Figura 73), evidentes pelo elogio ao uso de “cores” que chamaram “a atenção” ou a reclamação da *Estudante N.*, acerca da primeira publicação das *zines* no Instagram do CERJ, postada em “preto e branco”, achados que eu já havia identificado nas conversas com a *Professora Themis*.

Figura 73: Comentários deixados pelos praticantes no Instagram



Fonte: @canal-cerj no Instagram (2022).

Após a avaliação das cocriações, as professoras que lecionam o componente curricular de Língua Portuguesa, indicaram as revisões necessárias, pois haviam normas ortográficas que precisavam ser corrigidas, *zines* que empregaram o termo “DST” que está em desuso e deveriam alterar para “IST” e um trabalho que não abordou nenhuma das temáticas sugeridas, mas se revelou um achado da pesquisa bastante considerável, pois favoreceu a continuidade das conversas em outro círculo freireano que narrarei mais adiante. As professoras também me ajudaram a acompanhar a produção dos vídeos, nos quais os estudantes divulgariam as criações no Instagram do CERJ. À medida em que a *Gestora I*, fazia a postagem dos trabalhos no

Instagram, foi possível acompanhar as interações, inclusive com a contribuição do Google Classroom (Figura 74), plataforma que favoreceu a mediação da cocriação das *zines*, dinamizando a organização e as orientações ao possibilitar a interatividade entre as docentes e os estudantes.

Figura 74: Postagem no Google Classroom - acompanhamento da entrega das *zines*

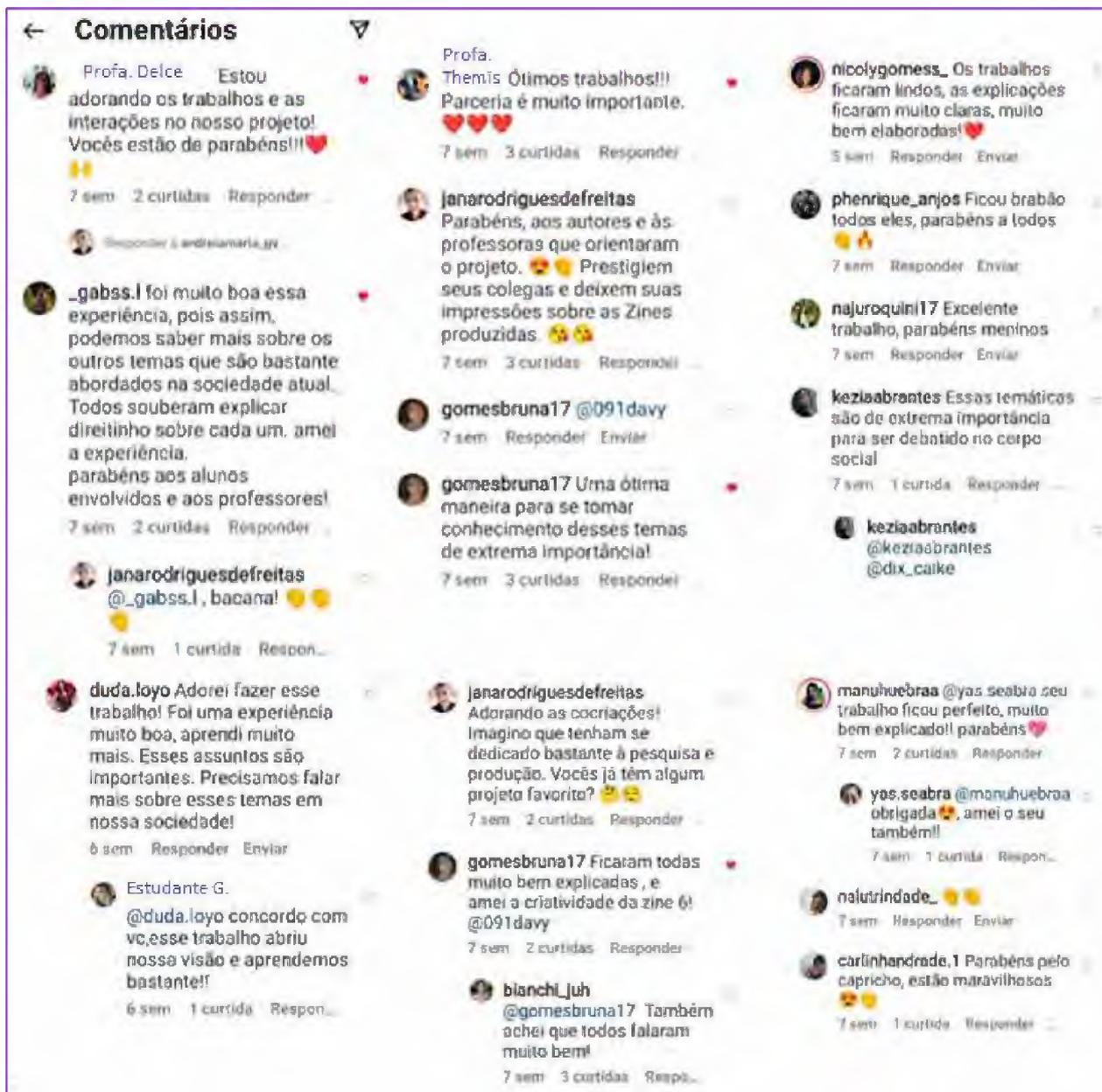


Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2022).

A seguir, destaco alguns comentários deixados pelos praticantes da pesquisa em postagens no Instagram do CERJ (Figura 75), relacionadas à cocriação das *zines* sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos, Infecções Sexualmente Transmissíveis e *Cyberbullying*. Na tentativa de compreender as narrativas dos praticantes, pude perceber que, enquanto as *professoraspraticantes*, *Delce Horta* e *Themis de Almeida*, parabenizaram os estudantes e respectivamente, destacaram as “interações” e a “parceria”, os estudantes demonstraram em seus comentários que estavam cientes da importância das temáticas abordadas na sociedade. Nesse contexto, resalto a narrativa da *Estudante G.*, que afirmou em seu comentário que a atividade de produção de *zines* “abriu as visões”. Além disso, observei que os estudantes se mostraram satisfeitos com suas criações, o que me remeteu a noção de autoria, “que assegura a

dimensão ativa do sujeito na produção de conhecimentos e práticas sociais” (OLIVEIRA, 2012, p. 47).

Figura 75: Dados produzidos nos comentários do Instagram

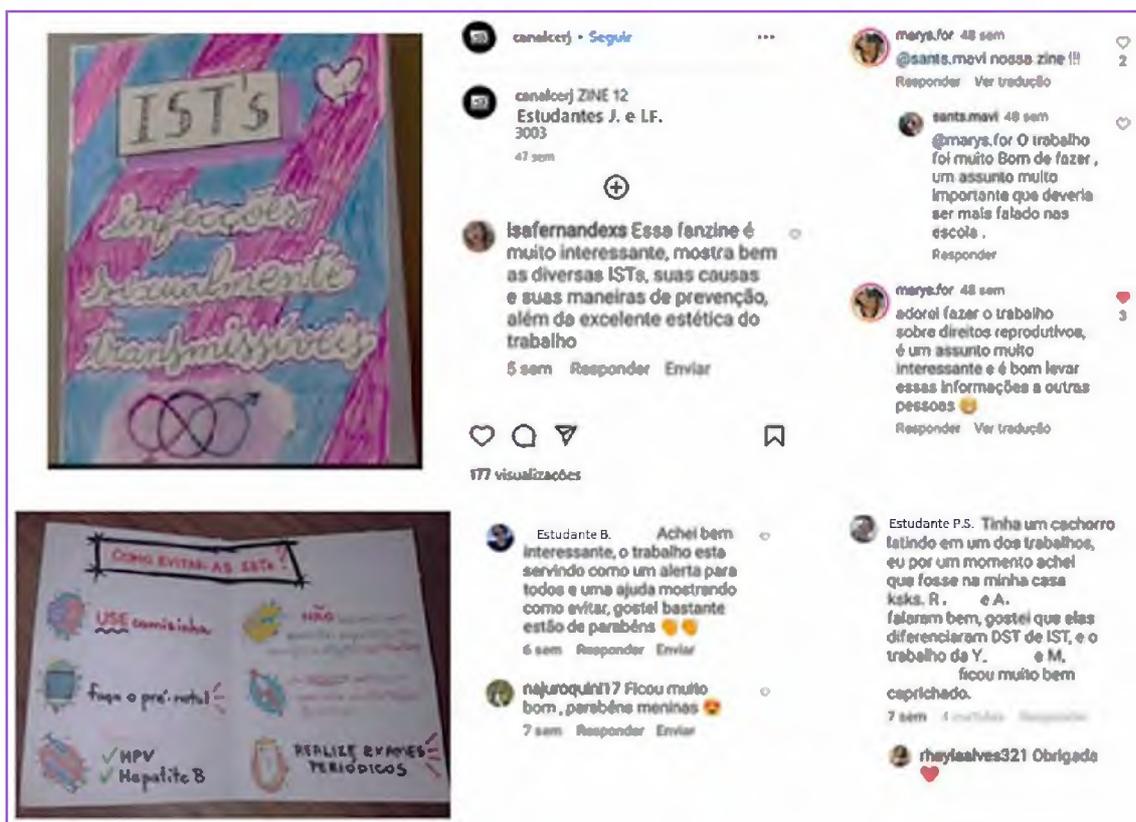


Fonte: @canal-cerj no Instagram (2022).

Nesse sentido, também seria interessante ressaltar a consideração da dimensão do prazer no trabalho pedagógico. Nos comentários deixados no Instagram do CERJ, emergiram narrativas nas quais os praticantes revelaram o envolvimento prazeroso com a atividade, o que parece ter favorecido que estudantes e professores pudessem tecer as *zines* juntos ao acionarem suas redes de *saberes, fazeres* e de afeto.

Dando prosseguimento, considero pertinente apresentar alguns dados produzidos no Instagram, tendo a publicação das *zines* como disparador das conversas. Abaixo, podemos observar a postagem da zine “ISTs – infecções sexualmente transmissíveis, cocriada pelas *Estudantes J. e I.F.* (Figura 76). É possível perceber que emergiram narrativas nas quais os praticantes da pesquisa evidenciaram a relevância da temática e o interesse despertado pelas produções, conforme podemos observar o comentário do *Estudante B.*, que destacou que a produção poderia contribuir na prevenção das ISTs. O *Estudante P.S.*, ressaltou que as autoras da zine diferenciaram Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), já que o segundo termo, atualmente está em desuso devido à estigmatização e foco excessivo na doença. O praticante também mencionou uma dificuldade encontrada por ele e seus colegas durante a gravação de vídeos e áudios em suas casas, em razão de ruídos externos como os “latidos de cachorro”.

Figura 76: Postagem da zine “ISTs – Infecções Sexualmente Transmissíveis” no Instagram



Fonte: @canal-cerj no Instagram (2022).

Embora inicialmente tenhamos intencionado que os estudantes cocriassem preferencialmente, *e-zines*, observei a tendência de realização da tarefa em duas etapas. Assim, a maioria dos praticantes pretendiam cocriar a revista em papel para em seguida fazerem a

contação da história em vídeos que seriam disponibilizados no Instagram da escola, @canal\_cerj. Conversando sobre esse achado da pesquisa com as outras professoras que mediarão a atividade, busquei refletir se o fato de a cocriação envolver a pesquisa do tema, a produção textual com outro praticante, a escolha e montagem de imagens, isso poderia levar os estudantes a considerar que a produção de uma zine digital (*e-zine*) poderia requerer habilidades mais avançadas de edição. Em meu caderno de campo, registrei o seguinte questionamento: Seria possível que os praticantes, diante de sua primeira experiência na produção de *zines* digitais, tenham julgado que a produção escrita e a gravação do vídeo seriam as melhores estratégias a serem adotadas, levando em conta o tempo para a execução e as ferramentas que eles dispunham?

As professoras consideram que os dados produzidos foram satisfatórios, se considerarmos que estávamos no primeiro bimestre letivo de 2022 e identificamos que alguns estudantes tiveram uma regressão na caligrafia, além de maior dificuldade na produção de textos e organização dos materiais e de rotinas de estudo, achados que possivelmente podem estar relacionados ao que vivenciamos em dois anos de ensino remoto realizado emergencialmente na pandemia, período duramente marcado por tantas perdas emocionais e materiais, dificuldades de conexão de internet e acessibilidade, baixa frequência nas aulas síncronas e na devolução de atividades assíncronas no Google Classroom, mudanças nas dinâmicas das famílias e os desafios de estudarem casa. Na figura 77, apresento a postagem de uma atividade no Google Classroom, criada para acompanhar os dados produzidos na cocriação das *zines* relacionados à escolha do tema, motivo da escolha, as opções, *zine* e *e-zine* e os recursos necessários.

Figura 77: Produção de dados no Google Classroom acerca da criação de zines

Data de entrega: 27 de mai. de 2022

### Rodas de conversas

- Discussão sobre a criação de zines.

---

Olá, tudo bem!?

Em nossas aulas e no 3º Círculo de Cultura, Gênero e Juventudes nós conversamos sobre a cocriação de zines. Hoje, nós tivemos a oportunidade de conhecer a zine criada pela professora **Themis** e vocês puderam conversar sobre as produções que farão no 2º bimestre. Agora, consulte os materiais disponibilizados e em seguida registre no "comentário da turma" logo abaixo, as seguintes informações:

- Nome dos participantes;
- Tema;
- Qual o motivo da escolha? Apresente a justificativa;
- Você (s) pretendem fazer uma zine ou e-zine? Por quê?
- Quais recursos (Apps, materiais etc.) serão usados na cocriação?

Bom trabalho!

**Estudante Be.**

a . Nome dos participantes:

**Be. e I. ;**

b . Tema: Cyberbullying ;

c . Qual o motivo da escolha ? Apresente a justificativa; Curiosidade para saber mais sobre o assunto.

d . Você ( s ) pretendem fazer uma zine ou e - zine ? Por quê ? Pretendemos fazer um e-Zine pois é mais atrativo e mais legal na minha opinião

e . Quais recursos ( Apps , materiais etc. ) serão usados na cocriação ? Lápis, papel, borracha, caneta, celular, revistas, tesoura e nossa habilidade de desenho.

**Estudante F.** 5 de jun. ...

a.Nome dos participantes: F.

b.Tema: Cyberbullying.

c.Motivo: a professora me deu uma folha com o tema do Cyberbullying.

d.zine ou ezine: zine/ mais simples de fazer.

e.recursos: celular, computador, lapiseira e papel.

**Estudante M.S.**

a. M.S.

b. ISTs

c. Pois é um assunto que tem que ser considerado menos tabu, para ser gerado mais conhecimento.

d. Ainda estou em dúvida entre zine e e-zine.

e. Folha de papel A4, celular para pesquisa, desenhos, canetas e canetinhas.

Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2022).

Na tentativa de compreender as narrativas que emergiram na atividade no Google Classroom, foi possível identificar os temas que os estudantes pretendiam abordar e a persistência da dúvida entre produzir *e-zines* ou *zines* em papel. É interessante observar que, embora alguns estudantes tenham informado que a *e-zine* seria mais simples e fácil, unanimemente, os praticantes optaram por fazer a zine em papel e narrar a apresentação de suas criações em vídeo.

Novamente, tentei refletir sobre o achado e pensei que depois de dois anos estudando no ensino remoto, é possível que os praticantes tenham preferido a produção escrita, pois isso pode ter favorecido a organização das ideias e o cumprimento do prazo com segurança. Embora a *e-zine* aparentemente possa simplificar o passo a passo, ela pode requerer um planejamento mais apurado e recursos que os estudantes podem ter considerados menos acessíveis. Além disso, como a *Professora Themis*, “mergulhou de cabeça na pesquisa” e realizou uma oficina para ensinar a fazer a dobradura da zine em papel, concluí que isso também pode ter colaborado para a escolha dos estudantes.

Com o intuito de ampliar o entendimento acerca das dificuldades enfrentadas durante a mediação da cocriação da *zines*, destaco uma conversa com a *Professora Themis*, no qual fica evidente como os praticantes da pesquisa exercitaram a colaboração, se lançaram no uso de diferentes *Apps* de edição de vídeos, auxiliaram uns aos outros na edição e encontraram outros modos de entregar os materiais audiovisuais e driblar a restrição do WhatsApp, principal meio de comunicação usado pelos praticantes desta pesquisa, que não estava permitindo o envio de vídeos com mais de dois minutos de duração, no caso dos aparelhos com Android. É possível observar na figura 78, e nas conversas transcritas abaixo, o modo como os praticantes acionaram suas redes e deixaram emergir suas “astúcias” e “táticas” para adequar a duração de seus vídeos ou enviá-los pelo Instagram e Google Classroom.

Figura 78: Driblando a limitação do WhatsApp - Astúcias e táticas adotadas pelos praticantes para nos enviar os vídeos produzidos



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2022).

*Janaina Rodrigues* (áudio): Oi, Themis. Desculpa o horário. Estou chegando agora em casa e recebi duas partes de um à tarde duas alunas da [turma] 3001. Elas também não conseguiram fazer um vídeo só e enviaram essas duas partes. Você me explicar o que a *Gestora 1* fez pra juntar nesses casos? As alunas falaram que vão tentar gravar mais rápido em um vídeo só, amanhã, que aí fariam só um vídeo, né. *Eu até questionei se é por causa do Android, que acho que o iPhone que não permite.* Mas elas ainda não me responderam e eu não sei como que faz pra juntar esses dois pedaços. Depois você vê se poderia me orientar, pra eu passar pra elas o que fazer. Obrigada.

*Janaína Rodrigues:* Elas disseram que pelo insta conseguem enviar por inteiro. Não sei se a *Gestora 1* consegue pegar por lá.

*Professora Themis de Almeida (áudio):* Então, Janaína. O iPhone me parece que é só um minuto e meio. O *Android*, né, ele vai até dois minutos e quarenta ou dois e cinquenta. Aí as minhas alunas, elas colocaram em um aplicativo pra juntar os vídeos e diminuir um pouquinho. Elas *filmaram novamente*. Ou *aceleraram um pouquinho nesse aplicativo pra poder juntar*. Eu não sei como envia pelo Instagram, tem como, os alunos falaram que tem como, mas eu não sei. Aí depois elas podem ver com a *Gestora 1* ou você. Também não sei como, não. Ou elas podem tentar regravar pra dar só um minuto e meio.

*Janaína Rodrigues (áudio):* Oi, Themis. Elas passaram pra mim lá pelo Google Classroom. Aí eu já consegui aqui. Vou te enviar pra você dar uma olhadinha. Eu peguei no Google Classroom. É uma opção, viu. A gente nem pensou, né.

*Professora Themis de Almeida (áudio):* Sim, tem como enviar por lá. Só que essa dupla que tava com problema, que era iPhone, que tava passando dos minutos pra enviar. Elas também estavam com problemas na senha do Classroom. Então, eu falei assim, "é mais fácil editarem o vídeo e mandar, até conseguirem essa senha com a *Gestora 1* e pra testar, não sei o quê, vocês vão perder o prazo", porque já tinham deixado pra última hora. Mas tem como enviar por lá, sim.

*Janaína Rodrigues:* Ah, tá.

*Professora Themis de Almeida:* Agora, eu q esqueci de te falar desta possibilidade.

*Professora Themis de Almeida (áudio):* Janaína, aqui. Caso você perceba que eu te passei um vídeo e que a *Gestora 1* não postou lá, você me fala que eu tenho feito isso. Sempre que eles me passam eu dou uma olhada e passo diretamente pra você pra eu não esquecer. Então eu passei pra você. Se você não falou nada, então é porque tá ok. Mas eu posso esquecer. De repente eu passo um e não vai pra *Gestora 1*. Ela tem demorado um pouquinho pra colocar [no Instagram do colégio]. Tem uns que eu já passei pra ela e ela colocou hoje. E tem outros eu tô passando hoje, ela deve colocar amanhã ou depois. Mas caso você perceba um não entrou lá, eu posso ter errado. Obrigada.

*Janaína Rodrigues:* Eu não fiquei conferindo por aqui, porque meu celular tá com problema de memória. E já são muitos. Então tive que ir vendo e apagando, infelizmente

*Professora Themis de Almeida:* Não, sem problemas. Só tenho medo de esquecer algum, mas vou falar pra eles tb conferirem. 😊. Tb terei q apagar no meu. Meu cel vive cheio rsrs.

*Janaína Rodrigues:* Oi, Themis. Boa tarde. Vc tem o vídeo da fanzine da [Estudante] J.? *Estou salvando alguns no meu canal do YouTube Privado por segurança.*

*Janaína Rodrigues:* A Estudante J., me enviou 4 minis vídeos separados. Pois me disse que o *WhatsApp* não permite enviar inteiro. E por e-mail, ela disse que N vai. Vc sabe como faço pra juntar tudo? Se puder me orientar, agradeço. Obrigada

*Professora Themis de Almeida (áudio):* Oi, Janaína. Isso! Ela me mandou tudo separado também. Então, quando ela me mandou, eu juntei. *Eu uso o Inshot* que é um aplicativo de editar vídeo, né. Mas eu acho que ainda tenho o órgão dela. Não tenho certeza, porque apaguei vários. Não cabe no celular quando você vai ver não roda mais. O meu celular tem pouca memória. Eu vou dar uma olhada pra ver se eu acho essa montagem que eu fiz, tá. Mas se eu não achar eu te falo.

*Janaína Rodrigues:* Eu tentei no app Capcut mas N consegui, um deles apareceu como N compatível. Ok. Obrigada É o da [Estudante] J. A estagiária M., vai tentar me ajudar.

*Professora Themis de Almeida (áudio):* Janaína, eu estou te mandando os que ainda tenho. Você vê se algum serve aí. Delas eu acho que não tenho, não. Tá bom. Eu achei esse daí que é o último, é o delas, da J. e da I.F. Porém, esse daí é o primeiro

que elas mandaram, dá primeira montagem. Ele não tá completo. Só esse daí que eu tenho mesmo, tá.

*Janaína Rodrigues:* Ótimo. Vou salvar tudo no YouTube. Depois te passo o link da playlist [com os vídeos]. Obrigada

*Professora Themis de Almeida:* 😊. (Grifos meus).

Na sequência, eu e a *Professora Themis* conversamos sobre a culminância da atividade de cocriação das *zines*, com a exposição dos trabalhos na Sala Maker do CERJ. No trecho que transcrevo a seguir, a praticante da pesquisa sugere que a gente monte um cavalete com algumas imagens que registramos durante a mediação da atividade:

*Professora Themis de Almeida:* Janaína, vc ainda está na escola?

*Janaína Rodrigues:* Sim.

*Professora Themis de Almeida* (áudio): Janaína, aqui, falei com a *Gestora 1*, pra ela emprestar pra gente aquele cavalete. Você viu que tá ali perto da Direção com a nota da escola [Ideb]? Ela falou que pode sim, que ela tira, a gente usa segunda, terça uns dois dias que a gente precisar e depois ela coloca de novo aquele cartaz. *Porque aí é legal, a gente fazer um muralzinho naquele cavalete.* Que aí não estraga nada. O que você acha? Aí depois você me passa. Ou a gente vai trocando o título que você quer que coloque. Ou você imprime aquele slide da abertura lembra? Que a gente começou a fazer lá no início do ano, que tinha lá das coproduções. Aí você me fala o que você prefere, foto dos alunos fazendo ou algumas fotos das fanzines e a gente monte um muralzinho nesse cavalete.

*Janaína Rodrigues:* Vou precisar das fotos que vc tem. Essas que eu tenho. Me ajuda a escolher algumas

*Professora Themis de Almeida:* Ah, vamos colocar quase todas, só as da aula on-line q estão repetidas.

*Janaína Rodrigues:* Não são repetidas. São momentos diferentes.

*Professora Themis de Almeida:* Podemos agrupar em uma mesma página de impressão.

*Janaína Rodrigues:* Fiz essa roda [de conversas] na 3001 [envio as fotos]. Um feedback pra ouvir o que acharam da atividade e compreender o uso das imagens. (Grifos meus).

No final da conversa acima, como estávamos decidindo a construção da exposição e precisámos selecionar algumas imagens registradas ao longo da mediação da cocriação das *zines*, aproveitei para mostrar para a *Professora Themis*, os registros fotográficos de uma roda de conversas realizada com os estudantes da turma 3001. A roda de conversas foi realizada com o intuito de ouvir o que os praticantes acharam da atividade e compreender o uso das imagens e das cores em suas criações (Figura 79).

Figura 79: Roda de conversas – o que os praticantes revelam sobre os modos de fazer as zines



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2022)

Durante a conversa, o *Estudante P.*, disse que fez *cyberbullying* sem nunca ter sofrido. Eu comentei que o *bullying*, infelizmente é tão comum, então perguntei como ele poderia tê-lo praticado? O aluno disse que havia brincadeiras. O *Estudante G.B.*, destacou que é só não ligar pra elas. Eu falei que parece brincadeira, mas é crime e a gente nunca sabe se isso pode afetar alguém. Causar uma dor. O *Estudante Ka.* disse que não se importaria e todos riram. Eu disse que não poderia rir, pois nossas ações têm consequências. Eu me emocionei e falei que o Médico Dráuzio (nome fictício), havia nos visitado na escola recentemente por ocasião do círculo freireano sobre Saúde mental e masculinidades, próximo movimento da pesquisa que será narrado adiante. O médico contou para mim, para os professores presentes e para os estudantes das turmas do 2º Ano do EM que, em grupos com proximidade (família, amigos) onde um caso de suicídio foi registrado, a probabilidade de repetição do fenômeno é maior do que no restante da população. Acrescentei que é uma situação que ninguém gostaria de vivenciar. Meu comportamento capturou a atenção deles que ficaram me olhando calados, como se estivessem meditando acerca das coisas que falei. A *Estudante A.*, sempre presença em todos os freireanos e ciberculturais que realizamos no CERJ, rompeu o silêncio e me ofereceu um abraço. Eu disse que estava tudo bem e que aceitaria.

Na tentativa de compreender os diferentes modos de fazer as *zines*, distribuí as produções que os praticantes cocriaram, no intuito de entender o processo criativo, no que

concerne ao uso das imagens e a escolha das cores. O *Estudante C.* e a *Estudante K.*, que cocriaram a zine “Direitos reprodutivos” (Figura 80), uma das mais apreciadas durante a divulgação, me contaram que deixaram tudo bem colorido, porque isso representa a diversidade. Eu comentei que a zine que eles cocriaram foi bastante elogiada pela beleza, o capricho na pintura e relevância da temática abordada, inclusive pela abordagem do aborto como “*direito de escolha*”, questão que também foi mencionada pelo *Estudante P.S.*

Figura 80: Postagem da zine “Direitos reprodutivos” no Instagram



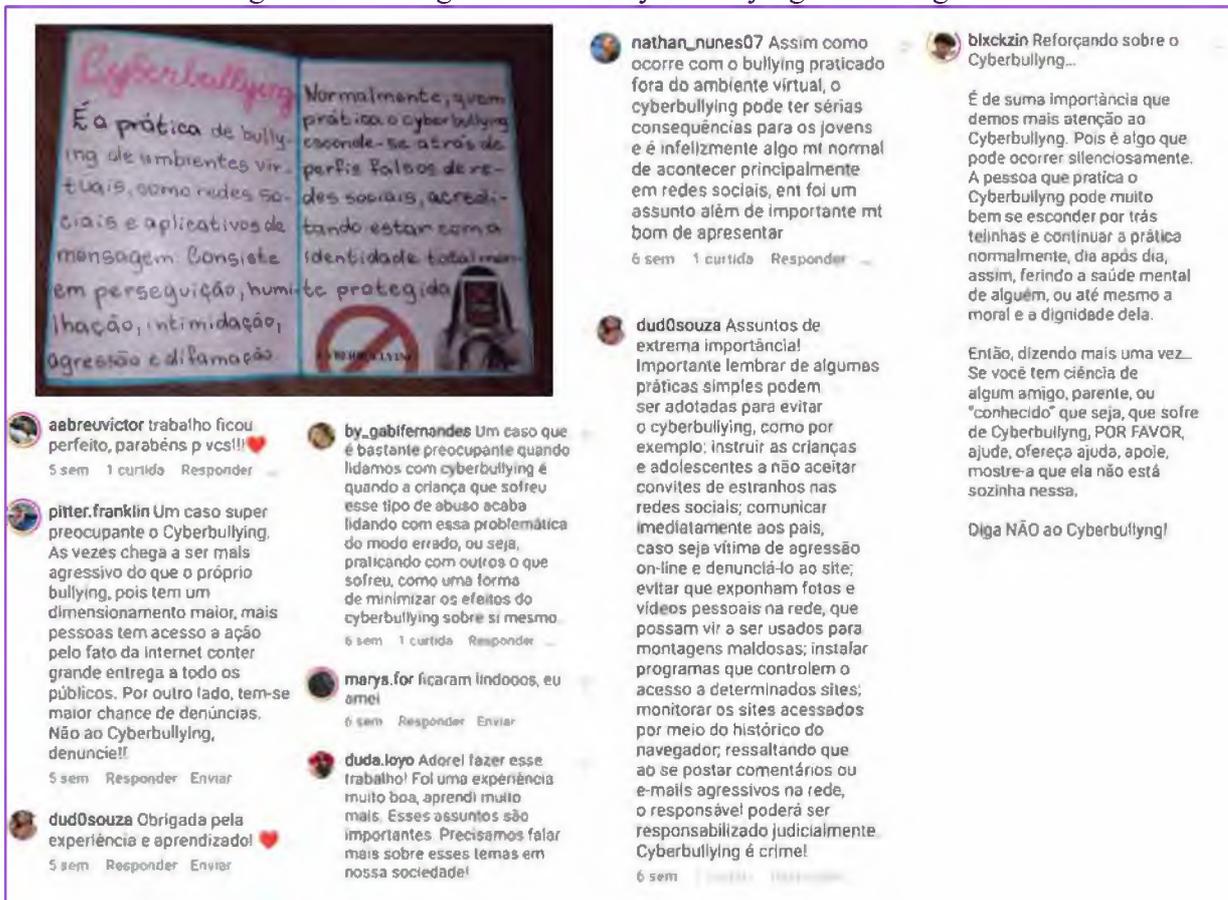
Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* e *@canalcerj* no Instagram (2022)

O *Estudante N.*, um dos autores do trabalho sobre *Cyberbullying*, indicado pelos colegas como uma das melhores produções, nos contou que criou as imagens. Enquanto que as *Estudantes M.*, e *Y.*, relataram que pesquisaram as imagens na internet e em seguida, fizeram desenhos para reproduzi-las ou optaram pela impressão.

Na figura 81, pode ser observada a postagem de uma zine intitulada, “*Cyberbullying*”, cocriada pelas *Estudantes M.* e *G.*, e comentários que os praticantes deixaram no Instagram do CERJ. Entre os comentários merecem destaque: o fato de os estudantes terem a compreensão acerca do conceito, dos malefícios da prática do *bullying* praticado em ambientes cibernéticos e da relevância da discussão desse assunto no cotidiano escolar. E a narrativa da autora da zine,

que não poupou elogios à atividade, pois em sua opinião, a cocriação foi uma “*experiencia muito boa*” e que ampliou o aprendizado.

Figura 81: Postagem da zine “Cyberbullying” no Instagram



Fonte: Acervo pessoal da *prcfessorapesquisadora* e *@canalcerj* no Instagram (2022).

Em 2023, durante uma reunião pedagógica a equipe diretivo-pedagógica nos apresentou um vídeo com as colagens das práticas educativas que fazemos e enviamos à coordenação. Segundo a *Gestora 1*, Biologia foi o componente curricular com mais postagens de atividades no Instagram do CERJ. O dado é considerável, se observarmos que temos apenas duas professoras e que lecionam somente duas aulas semanais em suas turmas. Por sorte e é sempre bom contar com ela, tivemos a contribuição de uma estagiária dedicada que esteve conosco durante o semestre. Eu fiquei muito emocionada com o reconhecimento do nosso trabalho, por nos ver nas imagens e poder reviver os momentos em que tecemos tantos conhecimentos juntos. Na sequência, trago a transcrição de uma conversa que tive com a *Prófessora Themis* no WhatsApp, na qual as contribuições da *Estagiária M.* e da *Gestora 1*, nas atividades de cocriação das *zines* ficam evidentes:

*Prófessora Themis de Almeida:* Quer q eu monte para enviar para a Gestora 1 ou vc?

*Janaína Rodrigues:* A Estagiária M. disse que montaria. Como vc está de tempo? Quer que eu veja com ela?

*Janaína Rodrigues (áudio):* Oh, Themis. A Gestora 1, disse que se a gente montar os slides, ela disse que sabe colocar o efeito de transição, pra ela ficarem mudando enquanto a gente fica na Sala Maker. Você sabe fazer efeito de transição? Se você não souber, Gestora 1, disse que só a gente enviar pra ela com um pouco de antecedência que ela faz.

*Professora Themis de Almeida (áudio):* Eu já fiz, mas eu não lembro, não. Pode deixar. Deixa ela fazer senão pode atrasar. Deixa a Estagiária fazer. Eu pensei enviar pra ela separado pra fazer um muralzinho, porque mesmo na hora em que retirar a televisão a gente tem um material lá pra continuar lá o dia inteiro. Mas aí você vê, de repente não precisa ser muita coisa, só algumas pra colocar naquele painel, cavalete.

*Janaína Rodrigues:* Pra Gestora 1, vc envia por favor. E pede a impressão. A estagiária vai preparar os slides.

*Janaína Rodrigues (áudio):* Themis, eu acho melhor a gente garantir já essa impressão com a Gestora 1, entendeu. Aí você vê se você quer fazer algum cartazinho, uma coisa escrita, não sei. Se você puder ver, agradeço. Beijo.

*Professora Themis de Almeida:* 👍

*Professora Themis de Almeida (áudio):* Aqui você já pensou como que vai ser essa votação? Se vai on-line, se vai ter um formulário ou se vai ser impresso com uma urna... E aí? Vamos colocar uma numeração nas fanzines? Pq se sim, já mandamos p impressão.

*Janaína Rodrigues:* Acho que ficaria bom. Não pensei. Acho que vai ser de papel kkkk. Teria que ver um programa.

*Professora Themis de Almeida:* Pode fazer de papel então? Pq aí já envio tudo pra Gestora 1. Vc lembra quantas no total? Mais de 30?

*Janaína Rodrigues:* Sim. Peraí, que vou contar.

*Professora Themis de Almeida:* Coloquei 40 para sobrar

*Janaína Rodrigues:* Eu contei 31. Não contei as fora do prazo. Mas é bom fazermos com sobra. Rs

*Professora Themis de Almeida:* Pode ser mais ou menos assim? Vou deixar pronto. Depois vc vê se é melhor cédula de papel ou on-line? Mas seria bom ver até amanhã pra não ficar MT coisa pra Gestora 1 imprimir.

*Janaína Rodrigues:* A [agente da portaria] achou um cavalete. Mas N tem a placa de E.V.A. Seria mais pra blocão. Aí N sei se daria pra colocar um papel cartão.

*Janaína Rodrigues (áudio):* Themis, só se a Gestora 1, tiver o tal do aplicativo que daria pra fazer a votação. Mas são tantas [zines]. A não ser que eu peça pra ela criar um formulário no Google. A gente faz um Qr Code, imprime e as pessoas vão abrir o Qr Code na mesa. Aí vai direcionar pra o link no formulário Google e as pessoas votam. O que você acha?

*Professora Themis de Almeida (áudio):* Pode ser. Eu acho que a Gestora 1 faz sim, fazer formulário é rapidinho. Tá ótimo, deixa o QR code já impresso, que aí é só falar pra os alunos, as pessoas que forem votar levarem o celular. E dá pra fazer no cavalete. A escola tem E.V.A. A gente pega nessa salinha de Leitura. A Gestora 2 sempre disponibiliza quando eu preciso de alguma coisa. Tem uns E.V.A.s azuis aí novinhos. A gente pode colocar uma placa de E.V.A e colar ou então colocar alfinetinho. Eu posso levar, eu tenho alfinetinho de cabeça bonitinho. Aí a gente monta. Vou enviar pra Gestora 1 agora, não vou enviar as cédulas, não. Eu deixei montado aqui, mas não tem problema, não. Vou enviar só as outras fotos, aí a gente monta alguma coisa no papel também. Porque na hora em que a televisão sair daí, a gente vai ficar essa parte do papel legal.

*Janaína Rodrigues* (áudio): Então, eu vou pedir pra ela gerar um link e imprimir um QR code. E os alunos votariam com o celular. Abriria esse Qr code e a gente deixaria votação aberta, não sei, até 15h. Porque aí quem não tiver com dados móveis não iria conseguir votar aqui na escola. Então, a gente prolongaria o tempo da votação rs. Themis, eu falei com a *Gestora 1*, pedi pra ela fazer o formulário. Assim, do 1 até o 35, com uma questão, obrigatória. E eles só podem escolher uma zine. Aí pedi pra colocar até o 35. Pedi pra gerar o QR code e imprimir aqui, aí a gente pode colar no mural, no cavalete. Beijo.

*Professora Themis de Almeida* (áudio): Tá ótimo, então. Já enviei pra ela o material, os números eu coloquei de 1 a 40. Eu não lembrava mais, não sabia que era mais de trinta. Aí segunda cedo a gente coloca essa numeração, pendura no varalzinho que a gente vai fazer com barbante. Não é isso? Acho que lá dá pra fazer, lá tem umas estantes. Você vai levar o pregador [de roupas]. Estou pensando, pregador pequenininho eu até tenho, mas não seguram bem. Eu coloquei umas fotos aqui e vivem caindo. Agora pregador de varal, não sei, como as fanzines são pequeninhas, não sei se ela vai ficar rodando. Acho ele pesado, ele é mais pesado que o papel. Não sei se vai dar muito certo, vamos ver. Na hora a gente ajeite, se não der pra colocar no varal, a gente põe uma exposição em pé.

*Janaína Rodrigues*: A gente precisa numerar as Zines. Organizar direitinho.

*Professora Themis de Almeida*: 👍. Ah, ficou MT bom. 😊. [Marquei o comentário com um 😊]. (Grifos meus).

A seguir, temos alguns registros fotográficos capturados durante a exposição das *zines* na Sala *Maker* (Figura 82). Nas imagens abaixo, além do varal no qual eu e a *Professora Themis* afixamos as produções dos praticantes, é possível observar o cavalete e a TV, meios que nos ajudaram a divulgar os registros que produzimos nas atividades que mediamos durante a cocriação das *zines*. Também é possível perceber que os visitantes da exposição, estudantes de diferentes turmas do colégio, puderam folhear e ler as produções dos seus colegas do terceiro ano. Durante a exposição, os visitantes tiveram a oportunidade de indicar os trabalhos que mais se destacaram acessando o Formulário no Google que elaboramos, a partir do QR code disponibilizado na sala. Para tanto, além de seus *Smartphones*, os praticantes do colégio também puderam utilizar um *Chrome Book*.

Figura 82: Exposição da zines na Sala Maker



Fonte: Acervo pessoal da *prcfessorapesquisadora* (2022).

Além da organização da exposição das *zines* na *Sala Maker*, as *prcfessorapraticante*, *Maria Rosa*, *Themis* e eu, também acertamos uma pequena comemoração no início de outubro de 2022, em razão dos afetos e da parceria que tecemos e dos nossos aniversários, pois por coincidência, nascemos em dias próximos. A celebração que realizamos no intervalo da exposição das revistinhas e a organização podem ser observadas na figura 83, e nas conversas que transcrevo abaixo:

*Janaína Rodrigues*: Bom dia, *Themis*. Espero que esteja tudo bem. Passando pra pedir pra vc levar o barbante amanhã, fazendo favor. Bjs e bom domingo.

*Prfessora Themis de Almeida*: Bom dia! Ah, pode deixar. Já separei o barbante, os garfinhos e o bolinho. 🙄🙄🙄.

*Janaína Rodrigues*: Já confirmei a torta 🍰. Tô salvando a apresentação que a Gestora 1 colocou o efeito de transição.

*Prfessora Themis de Almeida*: 🙌🙌🙌👍. Vai ficar "show"

*Janaína Rodrigues*: 📌. Vou lá no insta anotar o número das zines. Lembrei que elas receberam uma numeração lá.

*Prfessora Themis de Almeida*: Sim.

Figura 83: “Fica, vai ter bolo, querida” – a partilha de saberes e sabores no CERJ

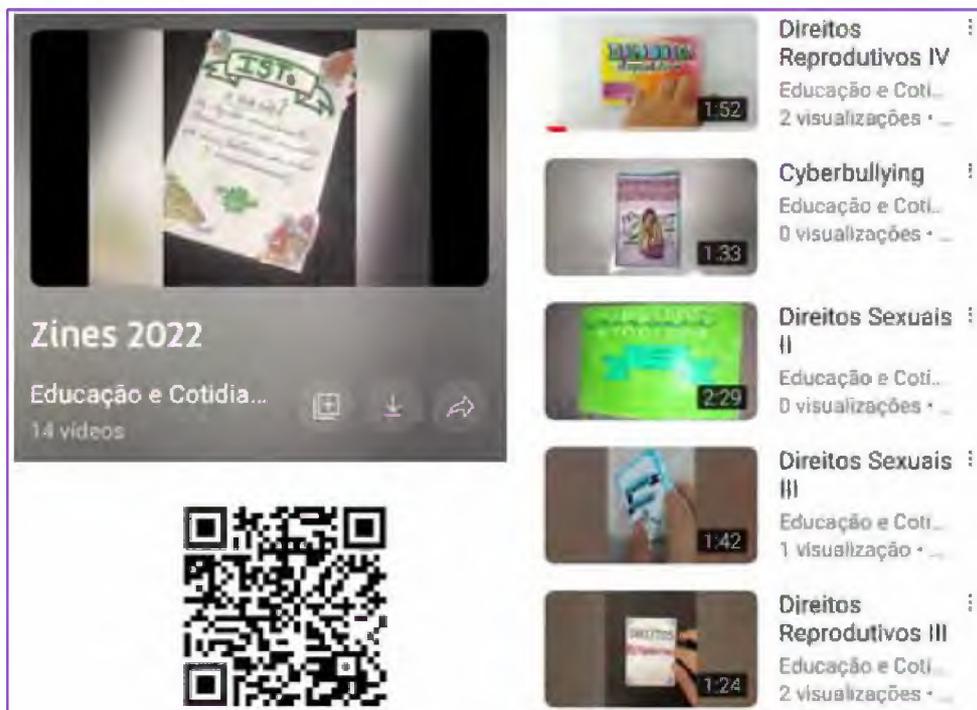


Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2022).

Na sequência, podem ser observados alguns vídeos gravados pelos estudantes, praticantes da pesquisa narram as *zines* cocriadas, que foram disponibilizados no meu canal do YouTube (Figura 84), Educação e Cotidiano. Medida adotada, como uma forma de salvar o acervo e usar as produções em outras atividades educativas no futuro. A criação do acervo me fez refletir sobre um achado: *Os Estudantes Be. e I.*, subverteram as orientações e produziram a *zine* “*Depressão*”, fugindo da temática indicada pelas professoras que mediarão as criações. Contudo, as linhas de fuga do nosso rizoma possibilitaram o brotamento de um ato “transgressor” dos praticantes que reacendeu a discussão do agravamento da saúde mental, questão bastante mencionada pelos estudantes nas mediações no círculo cibercultural realizado no Google Meet, no qual conversamos sobre o aumento da violência de gênero no período

pandêmico. O achado da pesquisa acentuou a necessidade de mediarmos um círculo freireano sobre saúde mental e masculinidades com os praticantes do CERJ.

Figura 84: Playlist com vídeos produzidos pelos estudantes



Fonte: Canal Educação e cotidiano no YouTube (2022). Disponível em: <https://youtube.com/playlist?list=PLEA0-hf5-x8aWkOf-2fdWWdB8NOt-bsbY&si=dlyeg9eKDkt-bQYF>

Nas próximas linhas, narro o modo como aconteceu o processo de avaliação das *zines* produzidas pelos praticantes da pesquisa. Conforme delineamos no planejamento das atividades que seriam desenvolvidas, após a avaliação das professoras de Língua Portuguesa, as *zines* poderiam ser indicadas à revisão ou liberadas para a publicação do vídeo no qual os praticantes apresentariam suas cocriações no Instagram do colégio. Trabalhos revisados e publicados poderiam ser indicados à moção de destaque. Ao todo foram publicados 27 vídeos, nos quais os praticantes narraram as *zines* cocriadas, pois alguns estudantes não conseguiram atender o prazo de entrega dos vídeos com as revisões solicitadas. Com o intuito de valorizar as criações e seus autores, decidimos presentear quatro estudantes com livros, uma prática recorrente entre os docentes do colégio, pois todos os bimestres, os *prcfessoraspraticantes*, *Themis* e *Walmir*, ao medirem atividades de leitura e de produção textual, aproveitam a ocasião para presentear alguns estudantes com a distribuição de livros. Abaixo, apresento as transcrições de nossas conversas no WhatsApp, onde a *Prcfessora Themis* sugere os livros que viu durante o seu passeio em um shopping na cidade de Volta Redonda:

[14/05/22 às 12:18] *Professora Themis de Almeida (áudio)*: Oi, Janaína. Boa tarde, tudo bem? Aqui eu tava andando lá no shopping (Park Sul Volta Redonda) perto dessa livraria que tem lá, um quiosque. Aí eu vi alguns livros lá. São poucos os livros que tem lá, não tem muitos, aí dos que tem eu achei esses interessantes. Tem dois aí que eu já li, acho interessantes. Tem uns aí que são contos terror, acho que é um gênero que eles gostam bastante. Aí só pra você ter uma ideia, porque você tinha falado de livros, né. Esses aí estão com um precinho bom. Quinze reais cada um, tá bom. Beijo e tchau.

*Janaína Rodrigues*: Obrigada. 😊

*Professora Themis de Almeida*: Aqui, eu já comprei os livros da minha parte, pq não sabia o que vc gostaria de comprar. Mas se quiser quando eu for no shopping novamente posso comprar pra vc. Comprei um do Harry Potter e um Anne Frank. Fiz umas pesquisas antes, são poucos os que gostam de ler, mas são bem ecléticos.

*Janaína Rodrigues*: Tendi. Eu vou fazer um pix e vc compra por favor. Eu iria me enrolar rs.

[30/10/22 às 19:03] *Professora Themis de Almeida*: Boa noite! Aqui, agora q meu celular conectou. Já comprei. Podem ser esses dois?

*Janaína Rodrigues*: Boa noite. Pode sim. Qual o valor?

Os movimentos da praticante da pesquisa, me remeteram ao conceito de ubiquidade, pois durante o seu caminhar pela cidade de Volta Redonda/RJ, eu e a *Professora Themis* mantivemo-nos conectadas e nos comunicamos sobre o desenrolar da atividade de produção das *zines*, via *Smartphone*, a partir do uso do WhatsApp. Acerca do vislumbrado com o movimento da praticante, é importante considerar as contribuições de Santaella (2010, p. 17), que ressalta “a coincidência entre deslocamento e comunicação, pois o usuário comunica-se durante seu deslocamento”. Em nosso tempo, temos experimentado a nova fase da cibercultura, “móvel e ubíqua”, por isso, ao entrelaçar os movimentos da praticante e o conceito explicitado, é pertinente dialogar com o pensamento de Santos (2019, p. 30), que salienta que,

A cibercultura vem se caracterizando pela emergência da mobilidade ubíqua em conectividade com o ciberespaço e as cidades. Do *desktop* ao *tablet* e celulares conectados à internet, temos maior fortalecimento da sociedade em rede que ganha com mais autoria dos usuários e mais exploração das vantagens das capacidades interativas do ciberespaço.

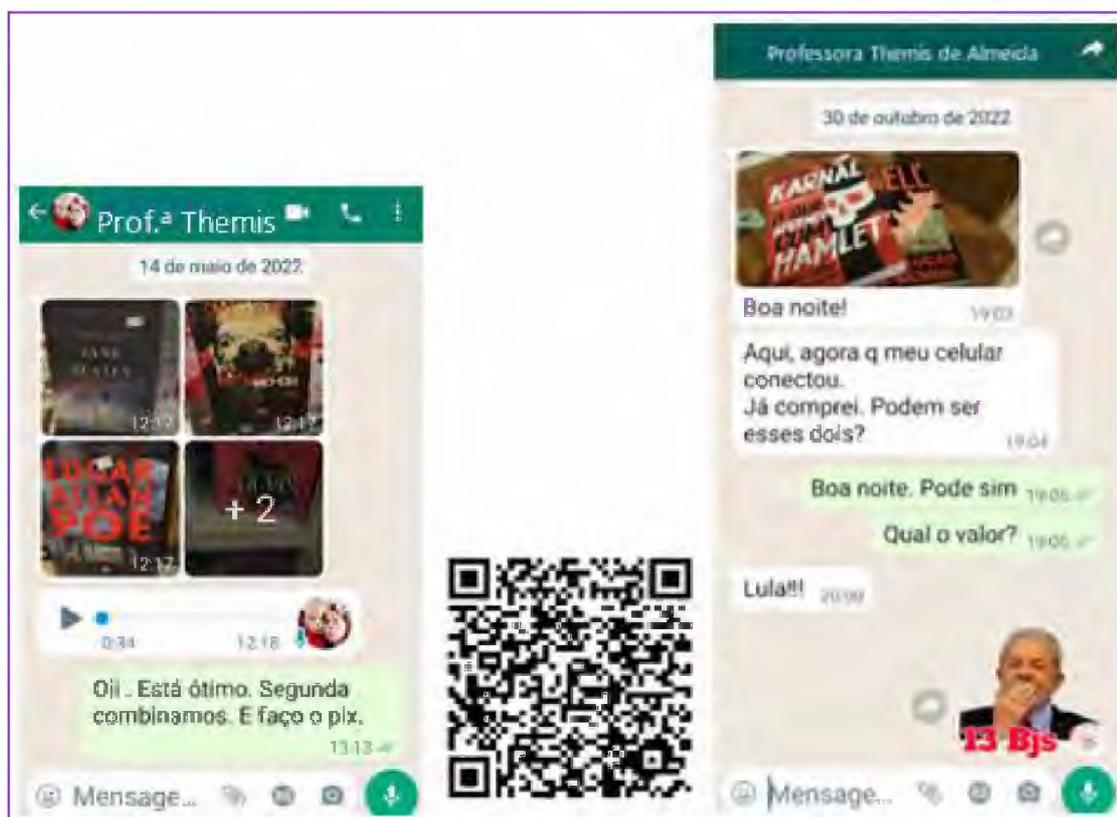
Dando prosseguimento, aproveitei a conversa no WhatsApp para perguntar sobre o custeio dos livros e a *Professora Themis*, além de me passar a chave do PIX<sup>24</sup> e confirmar o valor de trinta reais, ainda me responde “*sim, pode me dá só dia 10, comprei no cartão*”, que eu entendo como um gesto de generosidade entre mulheres trabalhadoras. Uma de nossas conversas aconteceu exatamente, em 30 de outubro de 2022, daí a nossa esperança renovada e o desafio de reconstruir nosso país. Na figura 85, podem ser observados a captura da tela com

---

<sup>24</sup> PIX é o pagamento instantâneo brasileiro, uma marca (e não uma sigla) criada pelo Banco Central, na qual a letra “x” faz alusão à tecnologia e pode ser associada à palavra “*pixels*”. Na transação, os recursos podem ser transferidos em segundos de uma conta para outra, em qualquer dia ou horário.

trechos de duas conversas no WhatsApp. O QR code e o link disponibilizados permitem a audição de um trecho da conversa.

Figura 85: Caminhar ubíquo - conversas sobre a aquisição de livros em um shopping de Volta Redonda



Fonte: Acervo pessoal da professorapesquisadora (2022). Disponível em:  
<https://podcasters.spotify.com/pod/show/janana-rodrigues/episodes/Professora-Themis-de-Almeida-parte-3-e23lj21/a-a9pv583>

De acordo com a aclamação dos praticantes do CERJ, as cocriações que mais se destacaram foram as zines, “Direitos Reprodutivos”, escrita pelo *Estudante C.* e a *Estudante K.* e, “*Stop bullying*”, produzida pelos *Estudantes M.O.* e *N.* Na figura 86, estou reunida com a *Professora Themis* e os estudantes que produziram as zines que mais se destacaram. Eles foram presenteados com as seguintes obras: *O diário de Anne Frank*, *Alvo Dumbledore*, *O que aprendi com Hamlet* e a *Revolução dos bichos*.

Figura 86: Festa da autoria - premiação dos autores das zines que mais se destacaram



Fonte: Acervo pessoal da *prcfessorapesquisadora* (2022).

Como no Exame de Qualificação desta tese, a Professora Lúcia Amante, da Universidade Aberta de Portugal, sugeriu o desenvolvimento de uma atividade de produção de texto, intencionalmente pensada para compreendermos como as ações que emergiram no currículo em ato reverberam nos estudantes, praticantes da pesquisa. Desse modo, levei a questão à *Prcfessora Themis* em uma conversa no intervalo das aulas, no qual a praticante solicitou que eu anotasse todas as atividades que medíamos, desde o final de 2021, para organizarmos as ideias, sem atropelo. Abaixo, apresento as transcrições de algumas conversas no WhatsApp que evidenciam o registro dos apontamentos solicitados, a abordagem de relações de gênero nas aulas de Literatura ministradas pela *Prcfessora Themis* e o momento em que a praticante me chama para entregar as produções escritas dos estudantes:

[08/08/22] *Janaina Rodrigues*: Bom dia, Themis. Espero que esteja tudo bem. Desculpa a demora. Vou colocar aqui o que me foi pedido e relembrar o que já fizemos. A professora Lúcia Amante solicitou um breve relato (espontâneo e anônimo) sobre as atividades educativas desenvolvidas sobre gênero e sexualidade no cotidiano escolar, com intuito dos alunos comentarem como foi a experiência (marcante, transformadora, conflituosa ou prazerosa, pertinente). Seria interessante que eles contassem se essas conversas eram comuns na escola em anos anteriores e qual o aprendizado obtido. Em 2021 foram realizadas conversas sobre direitos sexuais, a prevenção da gravidez e a violência de gênero no WhatsApp e Google Meet, com a participação de professores de sociologia, biologia e geografia. As experiências anteriores demonstraram a necessidade de continuação das conversas devido à relevância da temática e interesse dos estudantes. Em 2022 foi realizada uma roda de conversas sobre os 15 anos da Lei Maria da Penha no pátio da escola com a presença da comissão mulher da ordem dos advogados de V. Redonda. Para tanto, previamente os professores incentivaram que os discentes pesquisassem a temática, trouxessem questões para o debate e escolhessem os representantes da turma. Posteriormente, as professoras das áreas de linguagens orientaram a cocriação de zines sobre direitos sexuais e reprodutivos, IST e Cyberbullying, estimulando a colaboração, a interatividade e a autoria. Os alunos aprenderam o que são as zines, a sua relação com

a difusão da arte e literatura e seu atravessamento com o movimento punk e ativismo social. QQ dúvida estou à disposição. Muito obrigada. 😊

[...]

[22/08/2022] *Professora Themis de Almeida* (áudio): Oi, Janaína. Boa tarde, tudo bem? [...] Tem um outro trabalho que se eu acho que se encaixa também [à pesquisa]. É sobre o livro *Estrava Isaura* que os alunos apresentaram hoje. Inclusive, elas apresentaram muito bem. Elas fizeram uma linha do tempo sobre o livro. Porque é um livro que não fala só sobre escravidão, né. Ele fala sobre esse domínio do homem com a mulher [...]. Então, de repente dá pra encaixar também. Depois você me fala, qualquer coisa eu separo esse também, tá. Bj e tchau. [marquei o comentário com um ❤️].

*Janaína Rodrigues*: Sim, excelente. Seria bom a gente gravar, hein. Se eu estiver na escola no momento me dá um toque. Agradeço muito 😊. Ah, depois do Educacerj dá um jeitinho de publicar no Instagram da escola. Eu posso pegar essa evidência por lá tb.

*Professora Themis de Almeida* (áudio): Então, Janaína. Esses "meninos" são muito tímidos pra isso rs. Pra isso são muito tímidos. Hoje teve um grupo que apresentou [a canção] *Aquarela*. As meninas cantaram com tons diferentes. Os meninos tocaram violão. Teve uma lá que disse que ia passar mal se filmasse. Mas ficou muito lindo o trabalho. Dessa do livro eu até filmei, mas ficou muito extenso. Então eu tava pensando em fazer uma montagem da linha do tempo, da *timeline* pra colocar no Instagram. Agora o poema do Educacerj, esse eu vou filmar com certeza.

*Janaína Rodrigues*: Mesmo o texto, seria bom. Ótima essa *timeline*. Obrigada. 😊

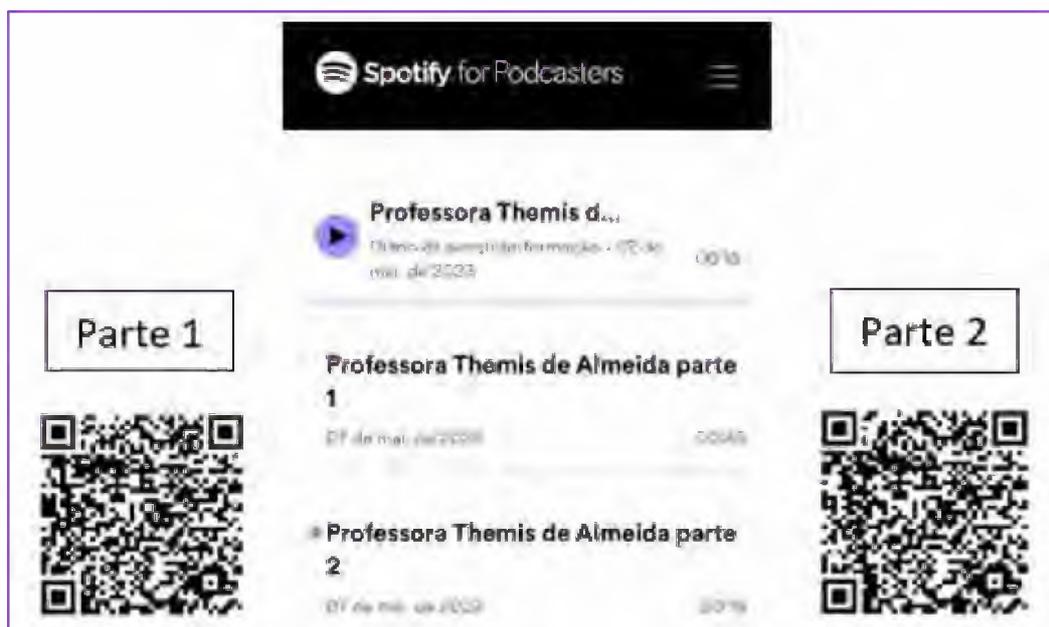
[...]

[05/09/2022] *Professora Themis de Almeida* (áudio): Janaína, aqui eu separei as redações pra você os comentários do seu projeto, mas esqueci de te entregar. Agora só na segunda que eu te vejo. Você quer que eu deixe em algum lugar pra você ir adiantando alguma coisa ou posso te entregar na segunda?

*Janaína Rodrigues*: Sem pressa. Obrigada.

Abaixo, disponibilizo os QR codes e os links que direcionam para os áudios gravados no meu diário de ciberpesquisa-formação no *Spot.fy for Podcasters* que possibilitam a audição de alguns trechos da conversa transcrita acima (figura 87).

Figura 87: Áudios de conversas disponibilizados no diário de pesquisa no Spotify



Fonte: Acervo pessoal da professorapesquisadora (2023). Disponível em:  
<https://podcasters.spotify.com/pod/show/janana-rodrigues/episodes/Professora-Themis-de-Almeida-parte-1-e231cfn/a-a9puegg> e <https://podcasters.spotify.com/pod/show/janana-rodrigues/episodes/Professora-Themis-de-Almeida-parte-2-e231c8r/a-a9pueii>

Como a tarefa era facultativa, a *Professora Themis*, me entregou 21 produções textuais escritas pelos estudantes do 3º ano do EM, em agosto de 2022, com o relato de experiência no círculo freireano no qual conversamos sobre a Lei Maria da Penha e na cocriação de *zines* sobre DSR, ISTs e *Cyberbullying*. As produções evidenciaram que as atividades que mediamos foram valiosas e interessantes, para a maioria dos praticantes. Desse modo, pude observar o predomínio de narrativas que destacaram a importância da discussão de temas considerados “*tabus*” ou “*polêmicos*”, como as conversas sobre o combate à violência patriarcal e abuso sexual, prevenção de ISTs e a importância da educação sexual na escola. No intuito de ampliar a compreensão sobre as narrativas dos praticantes, apresento as imagens de duas produções escritas (Figuras 88 e 89).

Figura 88: Produção textual - Relato de experiência do Estudante Ka.

**Comente como foi sua experiência (marcante, transformadora, conflituosa ou prazerosa, pertinente). Essas conversas eram comuns na escola em anos anteriores? Qual o aprendizado obtido? (entre 10 a 15 linhas)**

O projeto "Circuito de cultura, gênero e juventudes" foi apresentado na escola como um trabalho sobre "fanzine", que foi se desenvolvendo nas aulas de Português, no qual tínhamos que desenvolver um minilivro contando sobre isto um dos temas escolhidos.

Achei este trabalho muito interessante, pois pudemos aprender e estudar mais a fundo o assunto abordado.

Após terminarmos este minilivro, fizemos uma apresentação on-line, que logo após foi divulgada pelas redes sociais da escola, e todos nós pudemos assistir às apresentações dos nossos colegas e interagir com curtidas e comentários nas publicações.

Para mim foi muito bom ter visto e estudado sobre o assunto, pois pude conhecer melhor e me informar mais.

Fonte: Acervo pessoal da professora pesquisadora (2022).

Figura 89: Produção Textual - relato de experiência da Estudante M.C.

**Comente como foi sua experiência (marcante, transformadora, conflituosa ou prazerosa, pertinente). Essas conversas eram comuns na escola em anos anteriores? Qual o aprendizado obtido? (entre 10 a 15 linhas)**

Minha experiência com o projeto "Círculo de cultura, gênero e juventudes" foi de grande valor. Na roda de conversa, foram falados assuntos de extrema importância. Tive a oportunidade de ter sido escolhida para representar a Ilumina, e fazer 3 perguntas sobre a Lei Maria da Penha, em uma delas, nunca imaginei ouvir tal resposta.

Após esse dia, descobri que na família de uma amiga não tão próxima, havia tido um caso de abuso sexual, e com o que eu aprendi nesta roda de conversa, eu pude passar o meu conhecimento para frente, e ajudar a salvar a vida de mais uma mulher neste país tão machista.

Fonte: Acervo pessoal da professora pesquisadora (2022).

Os relatos de experiência evidenciados nas figuras acima foram selecionados por dois motivos: o *Estudante Ka.*, apontou o seu entendimento acerca da potencialidade do uso do Instagram na atividade de cocriação das *zines*, ao mencionar que além de divulgar a sua criação, ao mesmo tempo em que pode interagir e assistir seus colegas apresentando suas produções. E, a *Estudante M.C.*, destacou que os conhecimentos tecidos na mediação das conversas no círculo freireano sobre a Lei Maria da Penha, a ajudaram a compreender questões relacionadas aos direitos das mulheres e principalmente, possibilitaram que a praticante colocasse os saberes em prática, em um movimento que eu interpreto como uma ação emancipatória e de sororidade.

Apesar das contribuições mencionadas, dois praticantes da pesquisa evidenciaram um “desconforto” vivenciado na mediação de conversas no círculo freireano sobre os 15 anos da Lei Maria Penha, conforme podemos observar nas narrativas da *Estudante B.G.* e do *Estudante F.*, transcritas abaixo:

*Estudante B.G.:* [...] a roda de conversas realizada no pátio da escola não me trouxe nenhuma experiência transformadora [...]. Esses debates geralmente provocam desentendimentos, o que suponho ocorrer por conta do meio como é abordado, levando meninas a se enfurecerem e se exaltarem, o que desvirtua da intenção, que é a valorização da mulher como igual na sociedade. A palavra “igualdade” é abordada, mas seu sentido é equivocado, sendo entendido como “supremacia da mulher” nos distanciando do foco inicial. A respeito das fanzines, elas nunca deixam de ser relevantes. Mesmo na era da informação, facilmente um indivíduo sabe todos os podres de uma figura pública, mas quanto o que realmente é válido nada sabem. O tal do emburrecimento programado. Não me recordo de encontros como esse e esse só me fez recordar o que eu já sabia, o que de fato é essencial.

*Estudante F.:* [...] eu acho importante falar sobre esse assunto para mostrar às pessoas esse problema e debater para prevenir a injustiça, porque em todas as escolas que estudei é bem comum e repetitivo esse tipo de conversa e se possível eu não participaria mais, porém sei que é necessário expor esse problema para as pessoas e tentar resolver esse problema [...]. (Grifos meus).

Em sua narrativa, a *Estudante B.G.*, apontou que a experiência não possibilitou “nenhuma experiência transformadora”, embora a praticante reconheça que, encontros como o que mediamos são raros nas escolas. Diferente da narrativa que emergiu na produção escrita do *Estudante F.*, que demonstrou que reconhece a importância das conversas que mediamos, apesar do cansaço provocado pela “repetição” do tema e desinteresse por esse tipo de atividade, o que achei interessante, pois o praticante foi o único que mencionou ter vivenciado práticas educacionais relacionadas às temáticas abordadas de modo extensivo.

O achado parece apontar uma contradição, considerando-se que o praticante não participou de nenhum dos círculos ciberculturais que mediamos no período pandêmico, os estudantes matriculados no CERJ cursaram o Ensino Remoto Emergencial no ano de 2020 e em 2021 e no Governo Bolsonaro a temática passou a ser coordenada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, liderado na ocasião, pela Ministra Damares Silva,

por meio de ações voltadas para a capacitação de agentes de saúde e não de um projeto direcionado às escolas e formação de professores (Herdy, 2020). Acerca das tensões observadas, é conveniente salientar que os acontecimentos no *espaçotempo* da escola refletem os conflitos existentes em uma sociedade desigual e que apesar do cansaço, a disposição ao diálogo é importante, particularmente, porque o nosso país tem índices elevados de feminicídios e gravidezes na adolescência, enfrentamos uma pandemia de HIV e os DSR estão sob ataque dos grupos conservadores.

Na tentativa de compreender o mal-estar provocado por eventuais “*desentendimentos*” e atos enfurecidos que visam a promoção da “*supremacia da mulher*”, que inclusive, não foram observados nas atividades que mediamos, mas foram mencionados pela *Estudante B.G.*, argumento que isso poderia ser atribuído à prevalência do discurso conservador em diferentes espaços sociais e à defesa de que devemos educar as meninas para serem passivas, calmas e “boazinhas”. Ainda mais se ressaltarmos que no sistema cisheteropatriarcal, historicamente misógino, prevalecem o silenciamento, o descrédito das denúncias de abuso e a morte daqueles e daquelas que não se submetem e resistem à colonialidade e ao controle dos seus corpos e de suas existências. Assim, antes de nos ocuparmos com a ideia distante e distorcida de “supremacia da mulher”, me parece mais urgente promovermos a igualdade de gênero, por meio do diálogo permanente sobre DSR, de práticas de educação sexual politicamente pautadas em princípios éticos e democráticos e da formação de professores comprometidos com a educação não sexista.

Mesmo que a promoção da educação não sexista desafie a escola e seus atores e que a luta pela igualdade de gênero tenha que ser constante, entendo que as produções escritas revelaram que ainda há mais razões para esperar a construção de uma realidade mais justa, do que para temer o tensionamento das questões. O relato escrito pelo *Estudante A. L.* revela que os jovens estão atentos ao boicote à educação sexual, pois, segundo o praticante, “ainda vivemos em uma sociedade machista até pelo atual governo brasileiro”, referindo-se à inépcia do governo Bolsonaro na abordagem dos DSR na escola. Na figura 90, eu destaco a produção escrita pelo praticante, que nas linhas finais deixa emergir a “*sensação de libertação* e “*alívio com um projeto de tamanha importância e tão pouco discutido*”, sentimentos advindos da aquisição da aprendizagem, a partir da associação das experiências vivenciadas com sua família e as ações que forjaram o currículo em ato no CERJ.

Figura 90: Produção Textual - relato de experiência do Estudante A.L.

Comente como foi sua experiência (marcante, transformadora, conflituosa ou prazerosa, pertinente). Essas conversas eram comuns na escola em anos anteriores? Qual o aprendizado obtido? (entre 10 a 15 linhas)

Normalmente, assuntos como estes são bastante discutidos e incómodos dentro das escolas, na verdade já discussões são trabalhadas há anos, pois são assuntos indispensáveis, de longo consumo e que merece atenção de uma geração que está em formação.

Muitas das personalidades e pensamentos foram formados durante a pandemia, grande parte dos jovens, principalmente, tiveram parte de sua evolução interrompida por conta dessa falta de convivência. Esse tipo de tema deve ser implementado com mais frequência, principalmente em questões futuras que irão formar nossa futura sociedade, na escola, no relacionamento interpessoal e principalmente no meio.

De fato no século atual, mesmo sendo flexível, é perceptível que ainda vivemos em uma sociedade machista até pelo atual gênero masculino.

Desde um homem criado por uma mãe e uma avó extremamente forte, além de um pai e um avô que me mostram como se trata uma mulher, tive uma sensação de libertação e alívio com um projeto de também impulsionar e ter pouco discutido na geração e na sociedade atual.

Fonte: Acervo pessoal da professora pesquisadora (2022).

### 6.3 Saúde mental e masculinidades: um círculo freireano que emergiu a partir de sugestões e de uma transgressão dos praticantes

No início do período pandêmico, eu me preocupei se os estudantes e professores estavam bem, sãos e nutridos. Imaginava que tudo passaria em poucas semanas. Assim, girei de ponta cabeça e me lancei na mediação de práticas educativas ciberculturais, tendo como foco as ideias éticas, estéticas e políticas de Paulo Freire. Abaixo, é possível verificar uma postagem realizado no Facebook, na qual fica evidente a minha disponibilidade para conversar com meus estudantes e principalmente, ouvi-los, durante nosso encontro síncrono no Google Meet (Figura 91). Na ocasião, eu ainda não havia começado a me dedicar aos estudos da ciberpesquisa-formação, pois me comprometi com os estudos no GPDoc em 2022.

Figura 91: Postagem no Facebook no início da pandemia de covid-19

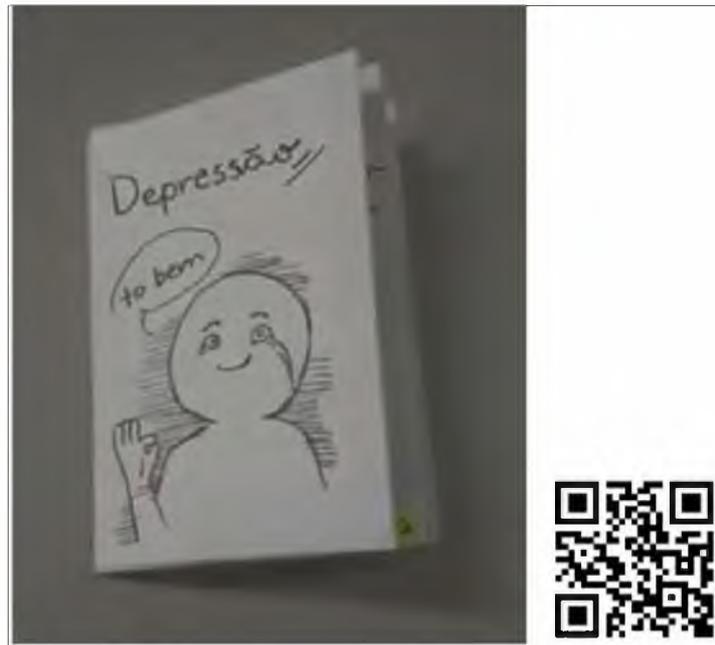


Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2020).

Entretanto, é importante mencionar que o ensino remoto ofertado emergencialmente durante a pandemia, pode intensificar a sensação de cansaço, estresse relacionado ao isolamento físico, dificuldades econômicas e de convivência com familiares. A exposição às “telas” por um longo período de tempo nas atividades on-line, parece acentuar os mecanismos de cobrança relacionados à necessidade de reconhecimento, aprovação social e as pressões estéticas em certos grupos, como as mulheres, negros e pessoas LGBTQIAPN+. O que poderia desencadear novos quadros ou até mesmo provocar recidivas de transtornos psicológicos.

Segundo os dados divulgados em uma pesquisa no Datafolha, oito em cada 10 brasileiros de 15 a 29 anos apresentaram recentemente algum problema de saúde mental (Mena, 2022). Não obstante, esse tema foi o mais recorrente entre os sugeridos pelos praticantes nos círculos ciberculturais. E, inclusive, emergiu até mesmo na cocriação de uma zine sobre a Depressão, que pode ser acessada por meio do QR code e do link disponibilizados (Figura 92)

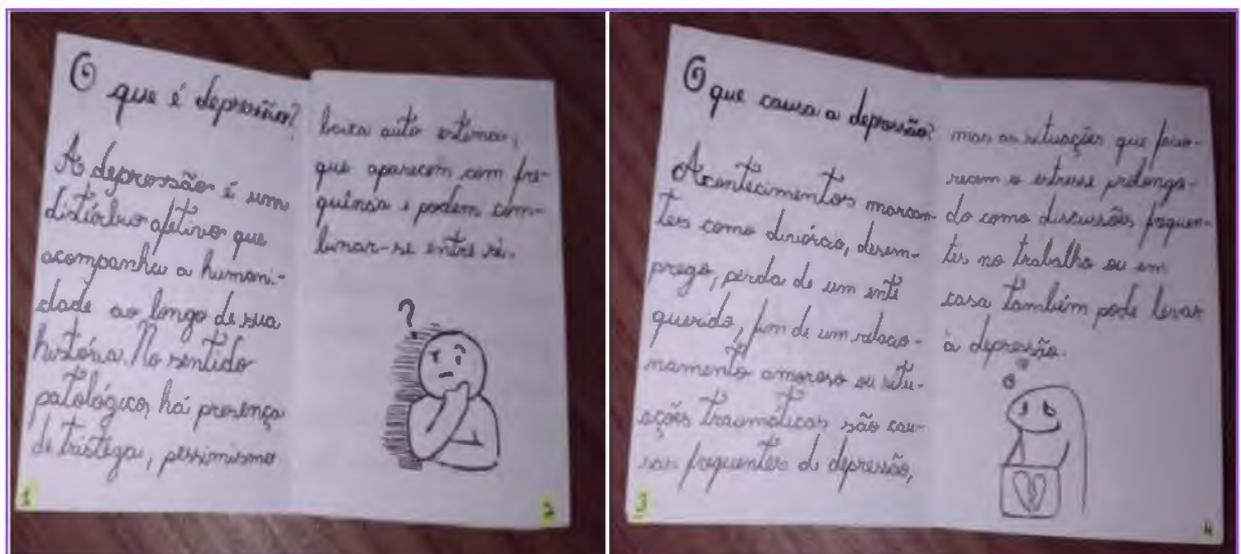
Figura 92: Capa da zine “Depressão”, cocriação dos Estudantes Be. e I.



Fonte: Acervo pessoal da professorapesquisadora; canal Educação e Cotidiano no YouTube (2022).  
Disponível em: <https://youtu.be/MsWlAMxGB-g?si=eA17kgfni-rUKViX>

Convém mencionar que, segundo os dados produzidos no Google Classroom durante a atividade de cocriação de zines apresentados na seção anterior, item 6.2 (cf., Figura 77, p. 208), os *Estudantes Be. e I.*, registraram que pretendiam produzir uma zine sobre *Cyberbullying* e justificaram a opção pela temática em razão da “curiosidade para saber mais sobre o assunto”, na figura 93, podem ser visualizadas algumas páginas da zine “*Depressão*”.

Figura 93: Primeiras páginas da zine “Depressão”



Fonte: Acervo pessoal da professorapesquisadora (2022).

Os dados da pesquisa Datafolha Jovem realizada em 2022, indicaram um forte marcador de gênero, com maior prevalência de problemas relacionados à saúde mental entre mulheres e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. Além disso, com a pandemia e o confinamento nas casas, “os jovens ficaram mais expostos à violência doméstica e parental” e à perda de fatores de proteção à mente, como a frequência à escola e a prática de atividades esportivas ((Mena, 2022, s/p.). A maioria dos jovens brasileiros que responderam à pesquisa do Datafolha Jovem sobre a saúde mental relataram:

- a. Pensamentos negativos;
- b. Dificuldade de concentração.
- c. Crise de ansiedade;
- d. Tristeza excessiva;
- e. Transtornos alimentares;
- f. Depressão;
- g. Ideação suicida;
- h. Autolesão.

A depressão, assunto mais abordado pelos praticantes do CERJ nas conversas mediadas nos círculos ciberculturais realizados anteriormente, é uma condição patológica associada a alteração de humor que pode ocasionar melancolia profunda, ansiedade, distúrbios de sono, pensamentos pessimistas e redução da atividade física e psicológica. Nos casos mais leves, o quadro pode ser superado com psicoterapia e mudanças na rotina, como os cuidados com a alimentação, higiene do sono e exercícios físicos. Mas em outros casos, a pessoa pode precisar de medicação por um tempo para enfrentar uma fase difícil, conseguir se reequilibrar e dar continuidade ao tratamento. O tratamento medicamentoso, na maioria das vezes é realizado com substâncias que melhoram os níveis do neurotransmissor serotonina no cérebro. A figura 94, diferentes situações que podem desencadear o quadro depressivo.

Figura 94: Diferentes situações que podem desencadear o quadro depressivo



Fonte: Elaborado pela *professorapesquisadora* no Canva (2023).

A partir de agora, narro o modo como *pensamos/fizemos* o círculo freireano sobre Saúde mental e masculinidades, que contou com as participações dos praticantes do cotidiano do CERJ: estudantes de três turmas do 2º ano do E.M, a *professorapesquisadora*, os *professorespraticantes*, *Walmir* e *Maria Rosa* e um médico convidado. Também é importante destacar, o apoio da *Estagiária M.* e da *Gestora I.* Inicialmente, chegamos a considerar a possibilidade de realizar este círculo freireano somente com as turmas 2002 e 2003, por razões estruturais, pois como poderíamos alocar tantos estudantes em uma sala, ainda mais sem os recursos de microfone e caixa de som? E aqui convém lembrar que esses instrumentos não estiveram à nossa disposição na realização do círculo freireano em que conversamos sobre os 15 anos da Lei Maria da Penha. No entanto, ao tomarem conhecimento da temática e do nosso convidado, os estudantes da turma 2001 nos disseram que não poderiam deixar de participar,

eles se responsabilizaram em relação à organização do auditório do CERJ, empréstimo do microfone e montagem das caixas de som. Assim como os rizomas crescem desordenadamente, as redes que tecemos no cotidiano escolar e nas práticas mediadas no ciberespaço, também estão em permanente expansão em razão das invenções e subversões acionadas pelos praticantes culturais.

De modo semelhante ao realizado no círculo freireano sobre os 15 anos da Lei Maria da Penha, decidi partir da escuta dos praticantes. Por isso mediei uma roda de conversas em sala de aula para que os estudantes indicassem as perguntas geradoras que eles consideravam que deveriam ser abordadas no círculo freireano sobre Saúde mental e masculinidades. Todavia, antes de continuar a narrar as ações mediadas, convém apresentar o conceito de masculinidades, termo grafado no plural em razão da sua multiplicidade, pois “existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade” (Connell, 1995, p. 188). Acerca disso, Hugo Santos (2021, p 145), a partindo das contribuições de diferentes autores do Brasil e no mundo, salienta que a:

Masculinidade varia de indivíduo para indivíduo, mas, sobretudo, dentro e entre culturas, partilhando assim um entendimento historizado (temporalizado, espacializado) do fenômeno da masculinidade, enfatizando, pois, uma pluralidade incomensurável de ser-se rapaz e homem que não se confina a uma versão singular e estável.

Dando prosseguimento, no início da conversa mediada em sala de aula, os Estudantes *T.* e a *Estudante B.*, disseram que gostariam de me fazer uma pergunta e pelo modo como eles se entreolharam, eu pude observar que a questão não estava condicionada apenas à curiosidade de dois jovens, praticantes da pesquisa. Quando eles indagaram sobre a minha orientação sexual, compreendi que estavam buscando a minha cumplicidade. Achei interessante perceber que eles também desejavam me fazer perguntas, o que considerei coerente com a metodologia aplicada, afinal, freireanamente, eu estava mediando diversas conversas há algum tempo, ainda que as questões abordadas nesta pesquisa não tenham se dedicado a aspectos pessoais, como o que eles me trouxeram. Ciente dos meus privilégios, respondi que até aquele momento, eu me entendia como uma mulher, cis-heterossexual, pois penso a sexualidade como algo fluído e não definitivo, que varia em um espectro de possibilidades e pode ser ressignificada ao longo da nossa existência. Tentei demonstrar segurança, pois o assunto não deveria ser tratado como tabu, mas havia uma tensão no ar, tanto por “desapontar” os dois estudantes que supunham que eu “*era uma mulher lésbica*”, quanto pelo desafio de mediar as atividades da pesquisa com dezenas de estudantes nas aulas de Biologia, tendo as conversas como metodologia. Principalmente, porque a minha resposta pareceu “satisfazer” àqueles que apresentavam um

pensamento conservador, considerando-se as influências e imposições da racionalidade cis-heteronormativa.

Na sequência, os *Estudantes P.F. e P.*, comentaram sobre o julgamento de Amber Heard e Johnny Depp, que ganhou as manchetes em todo o mundo, no qual ambos foram condenados por difamação. Assunto que no meu entendimento merecia ser tratado com profundidade, pesquisa e intencionalidade pedagógica, por isso naquele momento me limitei a ouvi-los e pude observar que os estudantes apontaram que a relação entre os atores estadunidenses não parecia ser saudável e que o modo como ela terminou provocou danos emocionais, profissionais e materiais aos dois envolvidos<sup>25</sup>. A seguir, temos os registros fotográficos da roda de conversas que favoreceu a emergência de perguntas geradoras sobre saúde mental e masculinidades (Figura 95).

---

<sup>25</sup> Segundo Caputo (2022), Amber Heard foi condenada a pagar uma indenização, cujo valor foi revisado para 10 milhões de dólares por ter escrito e publicado uma carta que teria prejudicado a reputação do ex-companheiro e, Depp, também deveria lhe pagar uma indenização no valor de dois milhões de dólares, porque seu advogado teria alegado que a denúncia era uma farsa. Todavia, após as condenações, os atores desistiram dos recursos e assinaram um acordo no qual Amber Heard pagou uma indenização de um milhão de dólares ao ex-companheiro, que decidiu doar o valor a instituições de caridade.

Figura 95: Conversas que deixaram emergir questões sobre saúde mental e masculinidades



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2022).

Transcorrido esse primeiro momento, conduzi a mediação das conversas e expliquei aos praticantes que nós estávamos construindo um círculo freireano que receberia um convidado da área da saúde e por isso, nós precisávamos indicar as perguntas geradoras que eles achavam que deveriam ser abordadas na conversa. A partir daí, anotei o relato do *Estudante L.C.*, a sua preocupação com sentimento de aceitação de seus atos em relação aos familiares, situação que o deixava ansioso. Nesse momento da conversa, vários alunos relataram que se sentem mais ansiosos e que recorrem à onicofagia, que é o hábito de roer as unhas. Então, conversamos sobre as consequências emocionais acarretadas pelo isolamento físico durante a pandemia de Covid-19 e alguns estudantes se sentiram confortáveis para comentar brevemente sobre como o período pandêmico afetou suas relações familiares, rotinas de estudo, lazer e trabalho. Abaixo, apresento três questões que emergiram durante minha conversa com estudantes da turma 2003:

- a. Por que para os homens é mais difícil denunciar a violência sexual?
- b. Sobre o uso da dedeira de látex e camisinha de língua (capa para língua), a mulher pode adquirir todos os tipos de infecções sexualmente transmissíveis?
- c. Por que existe um número maior de pornografia voltada ao público masculino?

Acerca da primeira questão que emergiu na conversa, convém informar que recentemente na cidade de Volta Redonda, tivemos duas denúncias de estupro cujas as vítimas se identificam como pessoas do sexo masculino. Nos dois casos, as vítimas relataram que não recordavam o que havia acontecido, mas que acordaram em local desconhecido e buscaram assistência médica quando notaram os sinais da violência sexual. Os dados do Mapa da violência apontam que 85% das vítimas de violência sexual se identificam como pessoas do sexo feminino, assim, em 15% dos casos, a vítima é uma pessoa que se identifica com o sexo masculino. A violência sexual é um crime subnotificado, por inúmeras razões. As crianças, grupo mais vulnerável à violência sexual, têm dificuldades para denunciar porque podem conviver com o agressor, sentir medo de exposição pública e de represálias por parte do abusador ou de familiares, além de não terem pleno conhecimento acerca dos seus corpos, nomes dos órgãos genitais e a respeito da questão do consentimento. Já as mulheres, oprimidas pelo patriarcado e a misoginia, temem a impunidade, a violência institucional nas delegacias e tribunais e a revitimização, porque terão que declarar a violação sofrida inúmeras vezes e para diferentes pessoas. Além do medo da exposição pública e de que sua denúncia seja descredibilizada. Por isso, é compreensível que os homens tenham receio de denunciar a violência sexual e é urgente que eles possam falar e serem ouvidos.

A partir da segunda questão que estudantes trouxeram para nossa conversa, achei interessante que, apesar do preservativo ter sido o método contraceptivo mais mencionado pelos praticantes na mediação do círculo cibercultural realizado no Padlet, em nossas conversas sobre saúde mental e masculinidades emergiram narrativas que mencionaram a dedeira e da capa para língua, itens que elevaram o debate permitindo a superação do viés da reprodução e a abertura para discutirmos questões menos abordadas, mas de extrema importância, como os direitos sexuais, a sexualidade e o prazer de mulheres lésbicas e pessoas LGBTQIAPN+. Os cuidados de saúde sexual das mulheres lésbicas e homens trans não pode ser negligenciado, pois qualquer pessoa que mantenha relações sexuais com penetração deve fazer o exame citopatológico ou preventivo do câncer do colo uterino. Desse modo, não faz sentido, que a

assistência de saúde esteja condicionando às possibilidades de gravidez ou que os cuidados se restrinjam àqueles que se relacionam com pessoas com pênis.

Registrei em meu caderno de campo que os estudantes apresentaram interesses em conversas HIV/AIDS e o Papiloma Vírus Humano (HPV), vírus associado aos casos de câncer do colo de útero, garganta e pênis, cuja abordagem pretendo retomar em outro momento, na mediação de uma atividade educativa sobre a vacinação contra o HPV, prevenção do câncer ginecológico e hábitos de higiene pessoal. Aproveitei a oportunidade para conversarmos sobre a PEP e PrEP, as profilaxias contra o HIV/AIDS, e o direito à testagem e tratamento gratuitos pelo SUS.

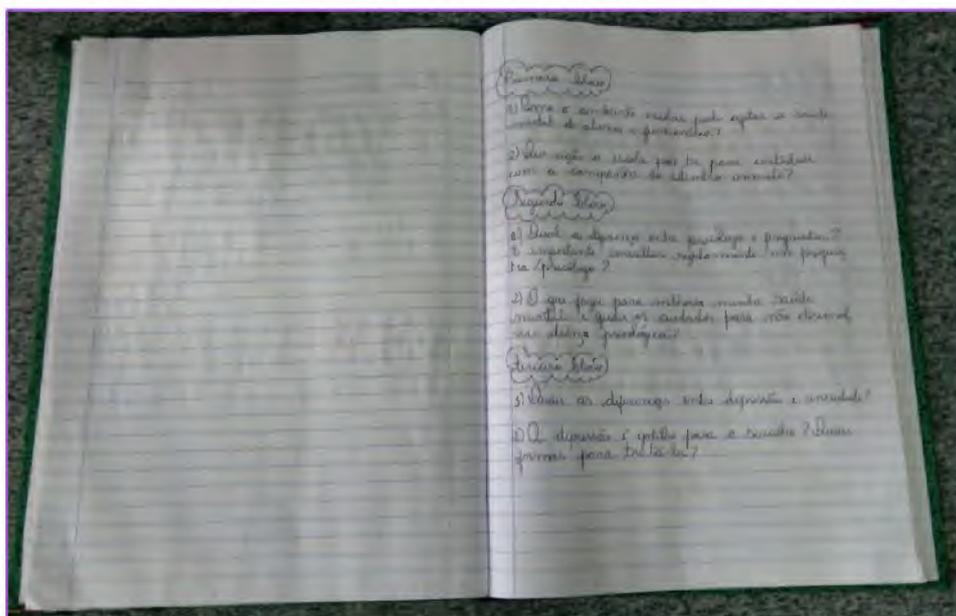
Em seguida, o *Estudante D.* trouxe um questionamento sobre a dificuldade de ereção, algo que gera um incômodo aos jovens que se identificam como homens e que pode estar relacionado a fatores diversos, como ansiedade na hora da relação sexual ou de colocar o preservativo e abuso de álcool e outros de origem orgânica, como a diabetes e a depressão, por exemplo. Durante a nossa conversa, também emergiram narrativas acerca do uso correto da nomenclatura dos órgãos sexuais, medida importante na educação sexual de crianças, pois, o conhecimento sobre o corpo e sobre consentimento para tocar em nossas partes íntimas é importante na proteção contra o abuso sexual.

Também medieei uma conversa com estudantes da turma 2002, que também tiveram a oportunidade de indicar as questões que seriam abordadas no círculo freireano sobre saúde mental e masculinidades. Como eu não leciono na turma 2001, a *professorapracante, Maria Rosa* conduziu os trabalhos de pesquisa da temática, sobretudo acerca da história do “*Setembro Amarelo*<sup>26</sup>”, suas implicações no cuidado de saúde mental e levantamento das questões trazidas pelos estudantes. Abaixo, apresento o registro de questões trazidas pelos estudantes no caderno de campo e o modo como pensamos a organização do círculo freireano sobre saúde mental e masculinidades (Figura 96).

---

<sup>26</sup> Mike Emme, um jovem estadunidense de 17 anos, faleceu em decorrência de suicídio em setembro de 1994. Como ele tinha um automóvel de cor amarela, em seu velório, seus amigos e familiares distribuíram cartões envolvidos por fitas amarelas que continham frases de apoio para pessoas que pudessem estar enfrentando questões emocionais.

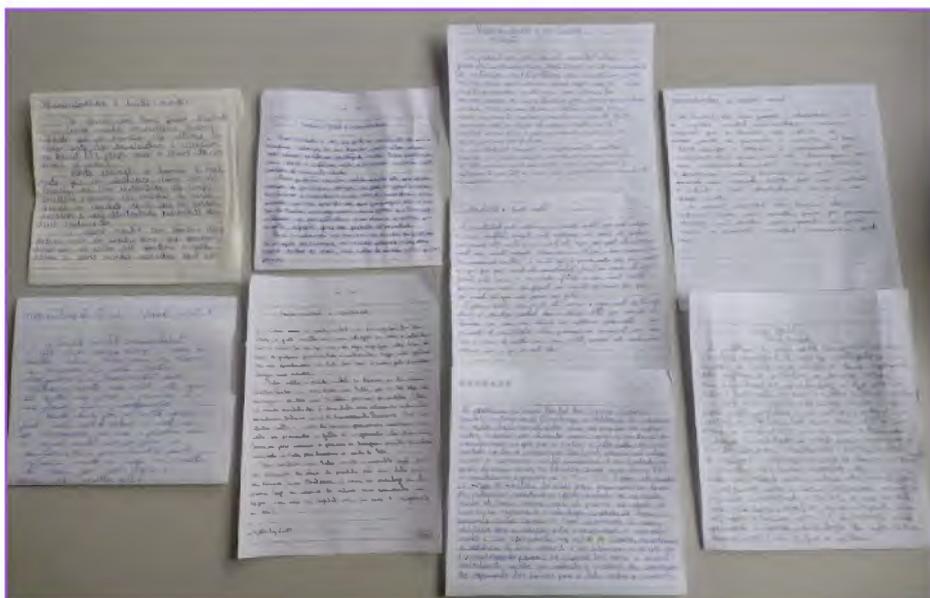
Figura 96: Organização de questões levantadas previamente em conversas mediadas na sala de aula



Fonte: Acervo pessoal da *prcfessorapesquisadora*.

A partir de agora, considero pertinente destacar as contribuições dos docentes praticantes desta pesquisa, a partir da leitura de produções textuais mediadas pelo *prcfessorpraticante*, *Walmir de Freitas*, que leciona o componente curricular de Sociologia no 2º ano do EM. A figura 97, evidencia o registro das produções escritas por nove praticantes da pesquisa na aula de Sociologia em setembro de 2022.

Figura 97: Produção textual dos praticantes sobre saúde mental e masculinidades



Fonte: Acervo pessoal da *prcfessorapesquisadora* (2022).

A leitura dos textos possibilitou que eu fizesse algumas observações, a partir da tentativa de compreender as narrativas que emergiram nas produções escritas pelos praticantes da pesquisa. Abaixo, podemos verificar dois excertos dos textos escritos pelo *Estudante V.H.* e pelo *Estudante P.F.*:

*Estudante V.H.:* A masculinidade pode influenciar na saúde mental pois pode sobrepor as nossas vontades e influenciar o modo de falar, de vestir e agir, pois pode ter o preconceito na mente, exemplo, “brinco é coisa de gay”, “usar camisa rosa é coisa de mulher” e acaba que a pessoa não faz não veste o que quer por conta da masculinidade frágil e do medo de ser zoadado [...] a pessoa acaba não sendo ela mesma e isso pode acabar afetando o psicológico levando a doenças como a depressão, por isso não devemos nos influenciar pelos outros e seus conceitos de masculinidade, brinco, piercing ou coisas de cor rosa não é coisa de mulher mas sim estilo pessoal de cada pessoa [...].

*Estudante P.F.:* Esses padrões causam problemas pelo fato que desde criança os familiares, amigos, sociedade em geral ensina os meninos a esconderem suas emoções, suas dores, pois, quando criança aprendemos que fraquejar não é coisa de macho, criando assim uma pessoa que tem dificuldade para compartilhar suas dores e se esconde por se sentir diferente, fora dos padrões da sociedade.

Na tentativa de aprofundar o entendimento acerca das questões relacionadas às masculinidades e saúde mental, recorri ao pensamento ecofeminista que emergiu na entrevista mediada pelo digital em rede, que Alice Pagan, coautora do livro “*Habilidades socioemocionais & afetividade no ensino de Ciências e Biologia: pesquisas e reflexões*”, concedeu a Yonier Marin, professor da Universidade Federal do Tocantins e pesquisador colombiano que intersecciona em suas pesquisas na área de Ensino de ciências, a decolonialidade e as relações de gênero e étnico-raciais. Na conversa, a professora da Universidade Federal do Mato Grosso destacou que culturalmente, os sujeitos que se identificam como membros do sexo masculino são socializados de uma maneira que os condiciona a bloquear a compaixão com eles mesmos e com os outros, o que poderia se associar a um modo mais agressivo de se relacionar com a natureza e os demais seres (Marin; Pagan, 2022). Entretanto, se os meninos podem aprender a reprimir suas emoções e se comportar de maneira dominadora, eles também podem ser educados em uma perspectiva que considere a afetividade nas relações, uma que vez que as habilidades socioemocionais, tratam de:

Como o indivíduo consegue refletir sobre suas emoções quando precisa tomar decisões intrapessoais e interpessoais. É, portanto, a capacidade reflexiva de lidar com as emoções e potencializar características ímpares de si nas relações com o outro (PARANHOS, 2017, p. 31).

Nesse sentido, convém mencionar o trabalho de Manoel Alves e Alice Pagan (2019), que apontaram que aspectos afetivos poderiam se correlacionar à vulnerabilidade na contaminação por Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Enquanto que, o estudo de Bruna Amoras, Atos Campos e Eveline Beserra (2015) indicou que a estabilidade emocional é

um dos fatores que pode propiciar comportamentos interpessoais mais seguros, responsáveis e de menor risco à saúde, no que tange à curiosidade sobre a relação sexual e descoberta do prazer.

Dando prosseguimento, outro achado que emergiu com a leitura das produções de texto, foi a ênfase ao cuidado com a saúde global das masculinidades, pois culturalmente, este grupo tende a apresentar uma maior dificuldade para solicitar ajuda, buscar atendimento de saúde, realizar exames preventivos (monitoramento de hipertensão, diabetes, cânceres, etc) e para seguir as orientações médicas, como pode ser observado na transcrição de um trecho de duas produções escritas pela *Estudante Na.* e pelo *Estudante C.E.*:

*Estudante Na.:* Precisamos estar mais atentos à saúde do homem, precisamos conversar mais sobre. Por preconceito e falta de informação eles têm mais barreira para iniciar o processo de terapia. Muitos desenvolvem ansiedade medo, por deixarem a saúde de lado. Para combater esse tabu, existe o Novembro Azul, mês de prevenção ao câncer da próstata, mês que alerta mais os homens a se tratarem, a irem ao psicólogo ou até mesmo fazer os exames de rotina (*coisa que muitos não fazem*, não vão ao hospital em caso de sangramento ou dor).

*Estudante C.E.:* Desde criança o homem é ensinado que um machucado, uma dor de barriga ou um sentimento são sempre besteiras e nunca são levados a sério, quando na verdade tinha que ser cuidado, ouvido e não desdenhado totalmente os seus sentimentos.

Estatisticamente, esse grupo tende a adotar comportamentos de risco, relacionados ao abuso de álcool, cigarro, drogas, sexo sem proteção, acidentes de trânsito e lesões e/ou morte provocadas por armas de fogo. Não obstante, Romeu Gomes (2008) aponta que a OMS já recomendou a necessidade da consideração da categoria gênero nos programas de saúde destinados à população que se identifica como homem. Segundo o pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), a recomendação da OMS acerca da necessidade de focalizar as ações de prevenção nos homens, sobretudo os adolescentes, se fundamenta nos seguintes argumentos:

- a. Os comportamentos adotados pelos homens na adolescência podem impactar suas condições de saúde na fase adulta;
- b. Os comportamentos e hábitos de homens na adolescência podem ter influência direta na saúde das mulheres adolescentes;
- c. A falta de consideração das especificidades das pessoas que se identificam como homens pode elevar os custos para a sociedade;
- d. A melhoria e a proteção à saúde dos homens é um direito humano.

Além das contribuições do *professorpraticante, Walmir de Freitas*, o círculo freireano sobre Saúde mental e masculinidades, também contou com a participação da *Professora Maria* e o apoio de outros docentes do CERJ, que cederam suas aulas para a realização de nossas conversas. A iniciativa foi sugerida pela equipe diretivo-pedagógica, uma vez que nosso

convidado, que é Médico especialista em Pediatria, Hebiatria e Psiquiatria Infantil, descartou a realização de um círculo cibercultural e não poderia estar conosco nas manhãs de segunda-feira, horário que eu e os *professorespraticantes*, *Maria Rosa* e *Walmir*, trabalhamos no CERJ. A figura 98, com uma conversa no WhatsApp, na qual eu negocieei a liberação das turmas do 2º ano do EM, com o apoio da *Gestora I*.

Figura 98: Busca de apoio para a liberação de estudantes para a participação no círculo freireano



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2022).

Dando continuidade, foi criado um *card* para facilitar a divulgação o círculo freireano “Saúde mental e masculinidades” em nossas redes. A figura 99, evidencia o card criado e uma publicação realizada no Instagram do CERJ pela *Gestora I*, depois do nosso encontro. A postagem pode ser acessada por meio do QR code disponibilizado.

Figura 99: Divulgação do círculo freireano, Saúde mental e masculinidades, no Instagram



Fonte: @canalcerj no Instagram (2022). Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cim-tq1LcVq/?igsh=ampzejQwZnFidWfX>

No início do círculo freireano sobre Saúde mental e masculinidades cumprimentei os presentes e fiz uma breve apresentação do nosso convidado, que em razão do sigilo recebeu o nome fictício de *Dráuzio*. Nosso convidado é um médico formado em pediatria com especialização em hebiatria e psiquiatria infantil, “*filho de um metalúrgico da CSN e de uma dona de casa*”, como ele mesmo nos contou. É um sujeito declaradamente antifascista, como indicava o pequeno *button* que ele afixou em seu paletó e fez questão de me mostrar. Eu já o conhecia do consultório médico e fiz o convite, que foi prontamente aceito, via WhatsApp. Na conversa, averigüei se seria possível fazermos uma *live* no YouTube ou Instagram, mas nosso convidado solicitou que o encontro acontecesse presencialmente, entendi que pelo excesso de utilização do formato on-line na pandemia.

Dando sequência à solenidade de início do círculo freireano, agradei aos *professorespraticantes*, *Maria Rosa e Walmir*, meus parceiros de trabalho, aos professores que liberaram o tempo de suas aulas e à equipe diretivo-pedagógica por nos auxiliarem na organização do encontro. Passei a palavra para a *professorapracicante*, *Maria Rosa* que saudou os presentes e antes de passar a fala para o médico *Dráuzio*, nos contou a história do *Setembro Amarelo*, conforme os praticantes pesquisaram nas aulas de Geografia (Figura 100).

Figura 100: Primeiras conversas - A história do “Setembro Amarelo”



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2022).

Ao iniciar sua participação em nosso círculo freireano, o *Médico Dráuzio*, mencionou o estudo das relações de gênero e a saúde mental no mundo, sobretudo no que tange ao fenômeno do suicídio. Segundo nosso convidado, “*as mulheres falam e ninguém ouve*”. Na sequência ele nos falou que, na Ásia, continente com elevadas taxas de suicídio, os dados estatísticos revelam que enquanto *as mulheres lideram o percentual de tentativas, o número de homens que retiram suas vidas é superior, pois “eles são mais impulsivos”*. Na conversa, ele também mencionou as “*opressões impostas às mulheres*” e o termo “*masculinidade tóxica*”. Abaixo, apresento a transcrição das narrativas:

*Médico Dráuzio*: As meninas enfrentam a restrição à cidade, às roupas, medo da violência. Escutamos, não fala que tem medo, não chora... A tristeza é um sentimento normal e não é feminino, não é coisa boba, não é coisa de mulher. Isso mata, a gente [os homens] não se cuida. Estamos mais expostos ao infarto, AVC, diabetes. Como trabalhar isso? Permitir ficar triste, entendendo o contexto e o sentimento. Ter condições de falar pra um amigo que gosta muito dele, também é importante.

O que popularmente e nas mídias chamamos de “masculinidade tóxica”, se aproxima da ideia de masculinidade hegemônica<sup>27</sup>, uma das quatro tipologias propostas por Raewyn Connell, pesquisadora australiana que há mais de duas décadas estuda a questão de gênero a partir das manifestações sociais do poder. De acordo com Connell (2013, p. 245), a

---

<sup>27</sup> Considerando-se que “diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social”, Raewyn Connell (1995, p. 189), propôs quatro tipologias: hegemônica, subalterna, cúmplice e marginalizada. Embora tenha sido uma das primeiras a propôr a desconstrução da ideia de masculinidade fixa e única, comum às visões mais essencialistas, nos últimos anos, devido às críticas, a socióloga vem reformulando o conceito, mantendo entretanto, as noções de pluralidade de masculinidades e hierarquia entre as tipologias.

masculinidade hegemônica é “normativa [...], exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens”. Desse modo, esse conceito se expressa nas relações de poder, a partir da dominação física, da conduta agressiva, de discursos egocêntricos e da propensão a comportamentos de risco, deveria ser desconstruída, pois as imposições do patriarcado, além de desiguais e violentas para as mulheres e também adoecem os homens.

A narrativa do nosso convidado, provocou nossos praticantes. O *Estudante Jo.*, deixou emergir que isso é visto “*como coisa de boneca*”. Acerca disso, o *Médico Dráuzio* emendou que, a noção de *inferioridade perpetua o sistema de opressão contra as mulheres*. Então, “*a gente deve expressar sentimentos. Não sofrer por isso e não replicar essa opressão*”. Ainda sobre essa questão, o *Médico Dráuzio*, nos falou que é comum observarmos que os meninos e rapazes se comunicam por “*soquinhos*” e que isso “*é proxêmico*”<sup>28</sup>, que surge da “*nossa necessidade tocar*” e ter contato com os outros. Eu comentei que nunca tinha refletido que o comportamento agressivo é fruto da socialização que geralmente é destinada aos homens, que desde a infância são ensinados, alguns de modo violento, a adotar uma postura de dominação.

Na sequência, conversamos sobre o suicídio e o *Médico Dráuzio* trouxe a questão a religiosidade para o nosso círculo freireano, pois segundo ele, “*o suicídio é considerado algo que confronta Deus e a sociedade, de certa maneira, porque a religião e os padrões sociais tentam controlar a nossa vida e o nosso corpo*”. Nosso convidado aproveitou a oportunidade para nos lembrar que estávamos no Mês de conscientização contra o suicídio, fenômeno que segundo ele, afeta “*mais jovens e idosos*”. Por isso, ele nos recomendou, “*pensam ajuda e conversem*”, essa é a “*regra de ouro*”. Após a sua fala, a *Estudante Cl.*, lhe dirigiu a seguinte questão: *Quando um colega vier nos falar que desistiu de viver, o que devemos fazer?* Ao responder a praticante, *Médico Dráuzio* nos deixou o seguinte alerta, que transcrevo abaixo:

*Médico Drauzio:* O que piora é o não pensa assim, vai passar, é fase. Você é jovem e têm família... O melhor seria poder dizer, eu tô aqui, não sei como fazer, mas vamos descobrir juntos, conversa comigo. Ofereça companhia e o oriente a procurar adulto de confiança. Pergunte se a pessoa já conversou com os pais e tente criar uma rede de cuidado. Você pode comentar em casa se descobrir que um colega está se cortando. Abrace, mostre disponibilidade e não recrimina, porque isso é violento.

Acerca disso, o *Estudante Gu.*, disse que se acontecesse com alguém próximo, ele diria “*Não quero que você morra, pois eu me importo*” e o *Médico Dráuzio*, acrescentou que, se em

---

<sup>28</sup> A noção proxêmica é parte integrante da linguagem não-verbal ou linguagem corporal. Na área da Educação, estudos como o realizado por Danyal Farsani e Jackeline Rodrigues (2021) buscam compreender como as mudanças na linguagem corporal de professores e estudantes podem influenciar a interação social na sala de aula.

casa o nosso sentimento for menosprezado devemos insistir e falar com outra pessoa da família, conforme podemos observar no trecho que transcrevo abaixo:

*Médico Drauzio: Grite, insista, seu sentimento é importante. Não aceite ser deixado de lado. Não aceite que digam que é fase, que vai passar. Não passa. Não deixem que te tratem como alguém sem importância. Ah, só quer chamar a atenção! É normal querer chamar a atenção! A gente quer ser bem tratado, é suicídio, cara! Quem tá bem não vai chamar atenção pra isso.*

Após o encontro, a *professorapracante, Maria Rosa*, comentou comigo e o *professorpraticante, Walmir de Freitas*, que uma estudante da turma 2001, na qual eu não leciono, não havia sido respeitosa ao se referir às falas do *Médico Dráuzio* em nosso encontro. No início da conversa, Médico Dráuzio, comentou que depressão “*não é falta de Deus. Isso é falta de empatia com o sofrimento do outro. Dizer pra pessoa, você também não sai de casa, só fica parado no quarto.*” Segundo nosso convidado, esse tipo de conduta não contribui para melhorar o quadro depressivo, pois a pessoa pode necessitar do acompanhamento de um médico psiquiatra, que “*é o profissional capacitado para atender as questões relacionadas à saúde mental*”. A docente, praticante da pesquisa, que também é membra de uma igreja protestante, nos falou que a estudante que é “*evangélica, mas têm atitudes equivocadas*”, teria dito em uma conversa após o círculo freireano sobre Saúde mental e masculinidades, que “*tem Deus e a depressão não chega nela*”.

Diante da narrativa da *professorapracante, Maria Rosa*, eu concordei que a fala era equivocada e acrescentei que possivelmente, a estudante ainda não tinha maturidade para compreender a fala do nosso convidado. Acredito que a dificuldade para abordar assuntos relacionados à saúde mental são oriundas da falta de informação, da precariedade de acesso à educação, principalmente educação científica. E também por preconceito, em razão de algumas denominações religiosas, sobretudo àquelas da matriz judaico-cristã atribuírem um peso imenso ao suicídio, que invés de ser tratado como uma questão de relevância social e coletiva, que impacta a vida familiar, econômica e cultural das pessoas, é visto como um tabu. Desse modo, a vulnerabilidade social é minimizada, as razões que nos adoecem são invisibilizadas e o debate acerca do suicídio é silenciado, porque o dogmatismo prega que todas as faltas seriam passíveis de perdão, exceto retirar a própria vida.

Mas, quem de nós pode prever o futuro, o que nossas escolhas irão desencadear, que gatilhos emocionais as situações que vivenciamos no cotidiano podem despertar? Seria bom conseguir construir relações mais saudáveis e viver em um mundo no qual as pessoas tenham acesso a condições para existir dignamente, mas a crise imposta pelo capitalismo tardio parece acelerar o caos social e os danos à nossa saúde em geral.

Por entender que as políticas públicas de atenção às juventudes são urgentes, considero pertinente destacar os dez anos da promulgação do Estatuto da Juventude, Lei nº. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Nesse sentido, convém ressaltar que a escola pode ser um espaço para as discussões de demandas das juventudes e mobilização dos jovens na elaboração de políticas públicas voltadas para a resolução de suas demandas. Por entender a importância de educar os jovens para o exercício da cidadania, as ações curriculares que forjamos e os conhecimentos de DSR tecidos pelos praticantes desta pesquisa, não deixaram de considerar as garantias asseguradas pelo Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013b):

- a. Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil;
- b. Direito à Educação;
- c. Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda;
- d. Direito à Diversidade e à Igualdade;
- e. Direito à Saúde;
- f. Direito à Cultura;
- g. Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão;
- h. Direito ao Desporto e ao Lazer;
- i. Direito ao Território e à Mobilidade;
- j. Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente;
- k. Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça.

Ainda sobre a esfera do Poder Público Federal, o *Médico Dráuzio*, não deixou de ressaltar que desde 2016, estávamos sob um governo necropolítico<sup>29</sup>, cujas ações promoviam o ataque ao SUS, aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e ao atendimento de saúde mental. Nosso convidado também destacou a importância da criação do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi) e que a negligência familiar poderia ser responsabilizada com base no ECA, a partir da representação do Conselho Tutelar. Acerca do crescimento dos casos de suicídio nos últimos cinco anos, o *Médico Dráuzio*, comentou que “*é uma emergência se uma criança fala sobre suicídio*”. Ao ouvi-lo, o *Estudante P.F.*, da turma 2003, perguntou ao nosso convidado: “*Está caindo a faixa etária, por quê?*”:

*Médico Dráuzio*: O mundo fazia sentido, ainda que houvesse alienação. Mas temos uma crise nos últimos décadas, crise do capitalismo, crise de valores. Nunca tivemos tanta violência, nunca trabalhamos tanto. Estamos em constante estado de alerta. A gente é afetado pela crise política. Essa coisa do ‘Bullying é normal’, poxa tem escola que finge que não existe. As crianças tem menos tempo de ser criança. São

---

<sup>29</sup> Para Achille Mbembe (2018), a necropolítica se estabelece por meio de parâmetros de submissão da vida à morte, a partir da legitimação da destruição de certas existências e corpos. Segundo o filósofo camaronês, a instrumentalização da necropolítica se estabelece não apenas por “deixar morrer”, mas “fazer morrer também”.

bombardeadas pela necessidade de performar, de seguir o padrão. E quem tá fora se sente inferior.

A esse respeito, a *Estudante Cl.*, da turma 2001, questionou o nosso convidado acerca da influência da família nos disparos de gatilhos mentais. O *Médico Dráuzio* comentou que “*somos construção da família, se a família não está bem as crianças adoecem*”, por isso ele ressaltou:

*Médico Dráuzio:* Hoje atendo casos de anorexia em meninas de 10 anos. A sociedade incentiva que adolescentes se submetam à cirurgia plástica. A necessidade de ser perfeito, é problema grave. Nosso estilo de vida está ‘dando ruim’. É preciso mudar. Os jovens podem ajudar a pensarmos em outras possibilidades.

Na sequência, nosso convidado pergunta aos praticantes: “Um dia ruim pode ser gatilho?”. O Estudante P.N., da turma 3002, respondeu que “pode, sim. Kurt Cobain do Nirvana, se matou com tiro”. Acerca da narrativa do estudante, o Médico Dráuzio comentou que chorou muito esse dia. E eu me surpreendi, pois descobri um “clandestino”, um interessante achado da pesquisa. O Estudante P.N., do terceiro ano, não era discente das turmas em que desenvolvemos o tema previamente. Ele que já havia participado de círculos culturais que realizamos anteriormente, deixou a sessão de fotos de formatura da sua turma e se reuniu ao nosso círculo freireano (Figura 101) para conversar sobre saúde mental e masculinidades.

Figura 101: Nosso círculo freireano, Saúde mental e masculinidades, no auditório do CERJ



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2022).

Dando continuidade, a *Estudante M.L.*, da turma 2003, perguntou “*o que gatilho?*”. O *Médico Dráuzio* explicou que os gatilhos mentais são ações ou pensamentos que podem

desencadear outras ações, emoções e sensações, de modo benéfico ou não, como no caso dos traumas. E ainda ponderou:

*Médico Dráuzio:* O adolescente que teve depressão, pode ter de novo? Algum acontecimento ou assunto pode ser o disparador da crise ou remissão de um distúrbio? Não necessariamente. A pessoa que já teve depressão, estatisticamente é mais suscetível que o restante da população. Mas desde que bem tratada, há maior probabilidade de não voltar a ter, porque quando mais jovem, o cérebro ainda está em desenvolvimento. Então é normal guardar certas características ansiosas diante de um problema de saúde na família, término de relação, perda de alguém próximo, demissão no emprego, mudanças na rotina familiar. Estatisticamente, a depressão acomete mais o homem, pela dificuldade de falar o que tá sentindo, sofre mais e por mais tempo. Enquanto que, as meninas se cortam mais. Por isso é importante falar a respeito.

O *Estudante Js.*, da turma 2002, perguntou e “*se a pessoa está com depressão o que fazer? Como cuidar?*”. Nesse momento, o *Estudante P.N.*, da turma 3002, mencionou o “Disque 188”, telefone do Centro de Valorização da Vida – CVV, pois “*lá alguém vai te ouvir*”. Acerca disso, o *Médico Dráuzio* ressaltou que o CVV oferece um atendimento laico e orientações. Nosso convidado também recomendou que os praticantes não passem “trote” telefônico, pois o atendimento é serviço gratuito, de relevância social e os atendentes são voluntários.

*Médico Dráuzio:* Procure ajuda, faça sua queixa. Se não deu pra falar com um, tente outro adulto. Coisa de maluco? Escuta esse cara falar da crise. Olha que importante, como a família pode atuar e trabalhar essa escuta? Poxa tem que ser um cara forte, e aí? A chave é diálogo! Se alguém percebe pais chorando, sem tomar banho, casa deixada de lado, pai nervoso, bebendo, vai perguntar. Ouçam. Os adultos sofrem também e têm dificuldade. Mostra que a família tá ali. Dialoguem. Se a família não te escutar, busque outra pessoa da família.

Conversamos por aproximadamente duas horas e ao meio-dia nosso encontro precisou ser encerrado porque o nosso convidado tinha atendimento em seu consultório médico no período da tarde. Quando encerramos as conversas no círculo freireano, Saúde mental e masculinidades, nos despedimos e eu agradei a presença e a participação de todos. O *Médio Dráuzio* agradeceu o convite, disse que estava à disposição sempre que houvesse oportunidade e finalizou a sua fala com um “Fora Bolsonaro”, ato que visivelmente dividiu os estudantes. Na saída, ao liberar os praticantes, notei que os estudantes demonstraram satisfação com a atividade e fizeram questão de cumprimentar o nosso convidado. Um praticante, no entanto, externou seu apoio ao ex-presidente da república fazendo menção ao número da chapa que concorria à reeleição: “*é 22*”, ele nos disse. Situação breve que foi contornada com serenidade devido à nossa convicção de que a escola pública deve ser um espaço democrático e plural.

Também pude perceber que na realidade as conversas não terminariam naquele instante, pois atividades educativas que forjamos sempre disparam outros atos de currículo. O *Estudante T.*, da turma 2003, não perdeu a oportunidade de apresentar uma pergunta para nosso convidado,

em particular. Era uma questão sobre pornografia e depressão que emergiu nas mediações realizadas anteriormente nas aulas de Biologia. A tática adotada pelo praticante foi bastante favorável, pois mesmo não havendo tempo para abordar a questão no encontro nós não ficamos sem resposta. Naquela manhã de sexta-feira, eu e o *Estudante T.*, acertamos que na próxima segunda-feira levaríamos a questão e a resposta do *Médico Dráuzio* para os colegas de classe, movimento que irei narrar adiante.

Conforme, a *professorapracicante, Maria Rosa* destacou, “foi uma *efervescência estarmos juntos com os alunos*”. As conversas fluíram livremente e durante a mediação considerei que era pertinente deixarmos as questões emergirem espontaneamente, sem nos prendermos excessivamente às perguntas levantadas previamente. A estratégia foi possível porque havíamos orientado a tessitura de conhecimentos e a pesquisa da temática, mediado as conversas em sala e organizado o encontro com intencionalidade pedagógica.

Além disso, uma estudante nos procurou em particular, para perguntar sobre quanto tempo é necessário para ressignificar o luto? Ela relatou que não estava bem há alguns meses devido à perda de uma pessoa próxima. Eu e o *Médico Dráuzio*, ouvimos a estudante, tentamos orientá-la como era possível naquele momento na escola. Levei a situação à direção para o contato com a família e depois em um contato via WhatsApp, o convidado me alertou que talvez aquele tenha sido um pedido de ajuda. Diante disso, reforcei com a direção a necessidade de fazermos contato com a família e passei informações sobre encaminhamento para atendimento médico e psicoterápico gratuitos, uma vez que a estudante relatou para mim que só havia se consultado uma vez e não retornou à médica para reavaliar o quadro. Fui orientada a procurar a estudante e convidá-la para uma conversa com a equipe diretivo-pedagógica, que prontamente aceitou e foi ouvida. No contato com a família foi observada uma tensão provocada pelo comportamento agressivo da genitora materna, que reclamava da “atenção demasiada ao caso”, referindo-se ao fato dos responsáveis serem questionados sobre as faltas e o impacto disso no rendimento escolar da discente, de modo constante. Segundo apurei, a família relatou que estava tudo bem e de modo surpreendente, informou que não havia necessidade de preocupação dos agentes da escola. A atuação dos educadores fica limitada quando o núcleo familiar recusa o nosso acolhimento e opta por não estabelecer uma parceria. A discente foi reprovada porque sua frequência era inferior a 75%, mesmo com o apelo de um número considerável de professores que votaram pela aprovação no Conselho de Classe. Como tinha boas notas e poderia realizar o exame de reclassificação, que consiste na aplicação uma nova avaliação, a estudante finalmente, foi aprovada para cursar o 3º ano do EM e sua família decidiu matriculá-la em outra escola.

Lamentavelmente, não temos psicólogos atuando em unidades escolares administradas pela SEEDUC/RJ, embora a Lei nº 13.935/2019 assegure que psicólogas e assistentes sociais atendam os estudantes da rede pública matriculados na educação básica, inclusive com a destinação de recursos garantida pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) assegurada pela Lei nº. 14.113/2020, que regulamenta o fundo. Outro dado preocupante é que mesmo com a previsão de aporte de recursos desse fundo, somente 85 municípios brasileiros ofertam atendimento psicológico para os estudantes de suas redes, porque a lei que alterou a aplicação do Fundeb não revogou dispositivos de regulação presentes na Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, Lei nº. 9.394/1996, provocando um impasse, pois os chefes do poder executivo que destinarem o Fundeb para a contratação de psicólogos e assistentes sociais temem que no futuro sejam obrigados a devolver os recursos por uso indevido (Agência Senado, 2023).

Dando prosseguimento, após a realização do círculo freireano sobre Saúde Mental e masculinidades, eu, alguns docentes, praticantes da pesquisa, membros da equipe diretivo-pedagógica e o *Médico Dráuzio*, nos reunimos na Sala dos Professores. Como eu havia preparado um café para receber as membras da OAB-Mulher, seção Volta Redonda, que participaram das conversas no círculo freireano sobre a Lei Maria da Penha, nessa oportunidade, a *professorapracante, Maria Rosa* sentiu-se autorizada a repetir o gesto de generosidade. Na figura 102, podemos observar a boniteza dos laços de afetos entre os praticantes do CERJ. O QR code e o link disponibilizados direcionam para o meu diário de ciberpesquisa-formação no *Spot.fy for Podcasters* e permite a audição da mensagem enviada via WhatsApp pela *professorapracante, Maria Rosa*.

Figura 102: Pausa para o café com alguns praticantes da pesquisa



Fonte: Acervo pessoal da professorapesquisadora (2022). Disponível em: <https://anchor.fm/janana-rodrigues/episodes/Parte-1-Prof-a-Maria-Rosa-e1o46r9/Parte-1--Prof-a-Maria-Rosa-a8icov1>

O modo como alguns praticantes da pesquisa “abraçaram” à pesquisa me tocou profundamente, por isso, preciso contar sobre a emoção que senti quando cheguei à escola. Não era meu dia de trabalho, mas cheguei cedo para “pegar no pesado” e organizar o auditório. Entretanto, fui surpreendida pela *professorapracicante*, *Maria Rosa* que havia chegado ainda mais cedo. Ela que havia sido liberada por outra rede de ensino para estar conosco naquela manhã, orientou os praticantes da pesquisa para que agilizassem a disposição do mobiliário e solicitou que as profissionais da cozinha providenciassem toalhas, xícaras, água e café e assassem os pães de queijo. As profissionais da cozinha trabalham no colégio há mais de uma década e não são servidoras públicas, pois em razão da flexibilidade das leis trabalhistas foram contratadas por uma empresa terceirizada. Por isso, eu que sempre me preocupei em não as sobrecarregar ainda mais, pude observar em seus olhos alegres e dedicados, que elas pareciam satisfeitas por colaborar na realização do círculo freireano. Abaixo, apresento os rastros da realização do círculo freireano sobre Saúde mental e masculinidades publicados em meu perfil no Facebook (Figura 103).

Figura 103: Rastros do círculo freireano, Saúde mental e masculinidades no meu Facebook



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2022).

### 6.3.1 Conversas intermináveis na previsibilidade de nosso inacabamento: retomando questões para ouvir as fabulações dos praticantes sobre o vivido

De volta ao colégio na manhã de segunda-feira subsequente à realização do círculo freireano sobre Saúde Mental e masculinidades, conversei com os praticantes com a intenção de ouvir suas impressões após o encontro. Como os estudantes da turma 2003 tinham uma aula vaga devido à falta de um professor por motivos de saúde, o *Estudante Pa.*, sugeriu que utilizássemos esse tempo disponível. Por isso, conforme o combinado, o *Estudante T.*, compartilhou com todos a resposta do *Médico Dráuzio*, acerca da relação entre pornografia e depressão:

*Médico Dráuzio*: Pode causar, sim. O Mundo dos filmes pornôs não é real. Ele é fetichizado, com a objetivação da mulher e predominância de práticas violentas. Pode confundir a mente e causar tristeza, por causa das comparações de corpos e tamanhos irreais. Assistir os vídeos pode ser um gatilho pra não se sentir bem, no padrão e desencadear o quadro depressivo.

Acerca disso, é pertinente ressaltar a ação do neurotransmissor dopamina, que regula o prazer, mas que também pode ser associado às compulsões, dependência e crise de ansiedade

na abstinência. O excesso de atividades que ativam o nosso sistema de recompensa e prazer (açúcar, pornografia, masturbação, jogos, *likes* nas redes sociais) pode condicionar o cérebro a uma maior necessidade de liberação de dopamina para ter a mesma resposta. Os movimentos da pesquisa dispararam uma conversa sobre a indústria de adultos e a situação de Mia Kalifa<sup>30</sup>, que emergiu na conversa a partir da narrativa do *Estudante T*. Conversamos sobre a influência do capitalismo e o modo, como a indústria cinematográfica, gerida, dirigida e produzida predominantemente, por homens lucra com a exploração do trabalho sexual, a objetificação dos corpos das mulheres e hiper sexualização das pessoas negras.

Na sequência, o *Estudante P.F.*, perguntou “*se era verdade que a direção não gostou do ‘Fora Bolsonaro’*”? Como estávamos há três semanas do primeiro turno das eleições, os ânimos estavam acirrados. Eu respondi que não tinha conhecimento, mas fiz questão de frisar o contexto da fala do nosso convidado, um especialista em psiquiatria infantil que estava lamentando o sucateamento do SUS e a queda de investimento em saúde mental desde o ano de 2016, apesar do aumento de casos de suicídio e do crescimento da demanda de atendimento de crianças e adolescentes nessa área.

Posteriormente, eu levei a pergunta feita pelo estudante a outros docentes, praticantes da pesquisa, que também comentaram que ouviram a questão no retorno às aulas. Acerca disso, a *professora praticante, Maria Rosa*, salientou que o convidado não era um funcionário público e não atuava no CERJ e eu respondi que entendi a fala do convidado como um ato de resistência e liberdade de expressão. Por isso, é importante ressaltar que durante atividades desta pesquisa nenhum participante fez uso de camisa, bandeira nem promoveu a distribuição de materiais de campanha. Nenhuma chapa foi mencionada durante as conversas.

Na turma 2002, o *Estudante Js.* que na sexta-feira havia ficado desconcertado com o “*Fora Bolsonaro*” proferido por nosso convidado na despedida, também me questionou sobre o posicionamento da direção. Decidi tratar o assunto com a mesma abordagem realizada na

---

<sup>30</sup> Mia Kalifa é pseudônimo de uma ex-atriz que atuou na indústria pornográfica entre 2014 e 2015, nascida no Líbano e atualmente, reside nos Estados Unidos. De acordo com Gabriel dos Santos (2021, s/p.), “ela desistiu da carreira na indústria pornográfica e desencoraja pessoas nesse ramo. Hoje, Mia Khalifa é influencer digital e já foi assistente jurídica, contadora e comentarista esportiva”. Mia desencoraja o ingresso no mundo da pornografia por considerar que o modelo de cooptação de mulheres jovens e pobres é ilusório e baseado em promessas irreais de luxo e fama. A prática perpetua a exploração sexual e econômica e o controle de corpos e sexualidades das mulheres, em uma lógica que beneficia o patriarcado e o capitalismo, uma vez que as produtoras detêm a lucratividade e os diretores, em sua maioria, são homens. Embora, ela tenha atuado somente entre os anos de 2014 e 2015, seu nome ainda é o mais buscado em uma famosa plataforma de vídeos adultos, sua capacidade produtiva é constantemente questionada e ironizada e sua imagem lamentavelmente, é usada na disseminação de *fake news* (notícias falsas, em tradução livre), como podemos observar durante as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Covid – 19, em que uma fotografia de Mia Kalifa foi utilizada para retratar uma suposta médica infectologista que estaria conduzindo um estudo sobre o efeito da cloroquina (Santos, G. 2021).

outra turma e não observei incômodos nos praticantes. Não apurei a questão com a equipe diretivo-pedagógica, por considerar que a indagação não tinha correspondência direta com esta pesquisa e não fui procurada para prestar esclarecimentos. Mas naquela semana observei que uma circular da SEEDUC/RJ sobre a proibição de campanha eleitoral nas escolas da rede havia sido postada no grupo de WhatsApp criado pela gestão escolar. Fato que não atribuí a questão levantada, mas ao clima tenso que vivenciamos nos dias que antecederam o pleito de 2022 e até mesmo nos meses seguintes.

Na sequência, o *Estudante Ro.*, sentiu-se confortável para nos contar sobre a alteração sensorial que ele sentiu após uso de maconha (*Cannabis sativa*) e relatou que “*sentiu que estava se prejudicando*”. O praticante narrou a situação que ele vivenciou na rua com um colega e o cuidado da sua mãe em casa, com banhos, cafés para aliviar os efeitos psicoativos. Ele nos contou que “*o uso quase trouxe transtorno psicológico, ansiedade, agressividade, por isso, “hcje, usa com mais cuidado e dá poucas tragadas*”. A narrativa do praticante disparou uma conversa sobre uso medicinal, as pesquisas na área e à plasticidade neuronal, conceito comentado pelo *Médico Dráuzio*, quando este conosco no CERJ. Segundo nosso convidado, como o cérebro está em desenvolvimento até 23 anos, há a necessidade de prevenção ao uso das drogas (álcool, cigarro e entorpecentes) junto aos adolescentes. Conversamos também sobre a liberação da maconha, sobre a ineficiência das ações do Estado no combate às drogas no que tange ao avanço da milícia, as denúncias de corrupção e associação ao tráfico envolvendo agentes policiais e políticos e principalmente, sobre o extermínio do povo pobre, preto e periférico e o encarceramento em massa dessa população.

Também conversamos sobre o uso paliativo da *Cannabis* e a diferença entre o Tetra-hidrocanabidiol (THC), seu principal composto ativo, responsável pelos efeitos psicoativos e o Canabidiol, uma substância que também pode ser extraída da planta, cujos efeitos benéficos no tratamento de doenças neurológicas e outras patologias são objetos de estudo em diferentes pesquisas. O *Estudante El.* comentou que “*algumas pessoas com depressão usam maconha pra relaxamento*”, mobilizando a conversa sobre o risco do uso indiscriminado para anestesiar as emoções e não resolver a raiz do problema, não devendo ser descartados, portanto, o acompanhamento médico e psicoterápico.

Nesse momento, a *Estudante Ca.*, nos contou que a sua prima morreu de overdose e que o corpo foi encontrado dias depois, já em estado avançado. Ela nos falou sobre a “*tristeza dos amigos diante do caixão fechado e que a mãe ficou desconsolada por enterrar a filha*”. Como a praticante havia narrado que há casos de suicídio em sua família, o *Estudante Ro.*, narrou uma situação em sua família e eu orientei que não devemos mencionar o modo da morte, conforme

as recomendações das autoridades policiais e pesquisadores, porque um caso pode desencadear gatilhos emocionais nas pessoas em vulnerabilidade, já que o suicídio é um fenômeno que tem influência na coletividade. Os praticantes me disseram que não tinham conhecimento acerca dessas informações. Lembrei-os, também que em nosso círculo freireano, Saúde mental e masculinidades, *o Médico Dráuzio*, havia comentado que há maior incidência de suicídio em um grupo onde um caso anterior já foi registrado, por isso as ações de prevenção e de atenção à saúde mental são muito importantes.

As narrativas acima revelam que os praticantes da pesquisa têm interesse em conversas sobre as temáticas abordadas, mas também evidenciam que o professor de Biologia pode utilizar “ganchos curriculares”, como estratégia para desenvolver temas considerados “menores” nos planos de curso, mas profundamente necessários ao exercício da cidadania e às demandas sociais urgentes (Bastos, 2015).

#### **6.4 Crescimento para todos os lados, assim os rizomas se alastram e uma ciberpesquisa-formação acontece: a cocriação no Google Jamboard**

Como no terceiro bimestre, o Currículo Básico de Biologia (Anexo A) orienta o desenvolvimento de temas relacionados aos sistemas do corpo humano, a abordagem de conteúdos inerentes à saúde mental e masculinidades nas aulas de Biologia sobre sistema nervoso e o sistema genital foi favorecida. Para não “desperdiçar a experiência”, aproveitei a oportunidade para mediar também uma atividade colaborativa e interativa no Google Jamboard, intitulada “*Educação e saúde sexual e reprodutiva*”. Participaram das cocriações, 46 estudantes matriculados em duas turmas do 2º ano do E.M.

Considerando-se as contribuições do uso do WhatsApp nos atos de currículo (Carvalho, 2015), também solicitei que a *Estudante N.*, partilhasse o link de acesso à atividade nos grupos das turmas. Na sequência, apresento a postagem no Google Classroom que evidencia o envio de orientações acerca da atividade aos praticantes da pesquisa (Figura 104). Além disso, os *Jams* (quadros) cocriados pelos estudantes, a partir da mediação da *professorapesquisadora* podem ser acessados integralmente, por meio do QR code e do link disponibilizados abaixo.

Figura 104: Postagem da atividade “Educação e saúde sexual e reprodutiva” no Google Classroom

The image shows a screenshot of a Google Classroom post. At the top, the title is "Google Jambord - Educação e Saúde Sexual e Reprodutiva" in green. Below the title, the author is "JANAÍNA RODRIGUES DE FREITAS MACHAD" and the date is "22 de ago. de 2022". On the right, it says "Data de entrega: 6 de set. de 2022, 18:00". The main text of the post reads: "Olá, tudo bem? Nesta atividade coletiva vamos tecer conhecimentos relacionados à educação e saúde Sexual e Reprodutiva. Após a nossa conversa e a escolha da temática em sala de aula, reúna a sua equipe e mãos à obra! O link de acesso ao App também foi disponibilizado no grupo de WhatsApp da sua turma. Estarei à disposição por aqui e também no e-mail [janaina.43607039@prof.educa.rj.gov.br](mailto:janaina.43607039@prof.educa.rj.gov.br). Vocês devem cocriar uma página (tela) no Google Jambord. Sejam criativos, adicionem imagens, QR codes, avatares, ícones etc. Deixem o ambiente personalizado e lindo. Esta atividade é acadêmica interativa e colaborativa, portanto, tenham atenção à veracidade das informações e respeitem as criações dos colegas. Abraço e bom trabalho." Below the text, there is a thumbnail of a Google Jamboard titled "Atividade T. 2002 Google Jamboard" and two QR codes.

Fonte: Acervo pessoal da professorapesquisadora (2022). Disponíveis em:  
[https://drive.google.com/file/d/1BTn4\\_QWxHv-0qgdowSzlg1ixrviV-wyq/view?usp=drivesdk](https://drive.google.com/file/d/1BTn4_QWxHv-0qgdowSzlg1ixrviV-wyq/view?usp=drivesdk) e  
<https://drive.google.com/file/d/1Bfx0IZlxMiC5mV1XUL00-kyIqtL4DU2W/view?usp=drivesdk>

Como eu estava na primeira atuação no Google Jamboard, mediando um grupo de praticantes jovens que, assim como eu, majoritariamente, também utilizavam esse *App-education* pela primeira vez, decidi que seria pertinente elucidar os objetivos da atividade no primeiro quadro: pesquisar assuntos relacionados à educação e saúde sexual e reprodutiva e cocriar um material para *aprendizagemensino* da temática abordada. Objetivos diretamente implicados com os fundamentos da educação online: autoria, interatividade, colaboração, “explosão” do horário da sala de aula e indissociabilidade da relação *práctateoriaprática* (Santos, 2020). A cocriação que emergiu das mediações no Google Jamboard e nas aulas de Biologia resultou em um artigo submetido a um periódico da área de Ensino de Ciências, ainda em análise.

Também incentivamos que os praticantes abusassem da criatividade e recomendamos que eles adicionassem QR codes, avatares, etc. e pensassem em diferentes possibilidades estéticas para a personalização da ambiência formativa no Google Jamboard. Como na perspectiva teórico-metodológica adotada neste trabalho, educadora e educandos podem criar juntos, interagir, se autorizar, à medida em que estabelecem uma relação em horizontalidade,

eu observei que também deveria mergulhar com os praticantes e colaborar na tessitura, por isso também criei o meu avatar e acrescentei um quadro com os seguintes temas geradores:

- a. Sistema genital masculino: anatomia e fisiologia, a partir do estudo dos órgão e funções;
- b. Sistema genital feminino: anatomia e fisiologia, a partir do estudo dos órgãos e funções;
- c. Gametogênese e hormônios sexuais: compreensão do processo de produção das células sexuais masculinas e femininas (espermatozoides e óvulos), dos hormônios sexuais pelos testículos e ovários e da regulação hormonal no desenvolvimento do corpo e do ciclo menstrual;
- d. Lei do “Minuto Seguinte”: política pública de atendimento imediato, multidisciplinar e gratuito às vítimas de violência sexual;
- e. Fecundação, nidação e gravidez: compreensão dos mecanismos que envolvem a formação do embrião, como a fusão das células sexuais, a fixação e o desenvolvimento no útero materno;
- f. Gemelaridade: diferenças entre gêmeos uni e bivitelinos;
- g. Legislação brasileira acerca da interrupção da gestação: garantia de acesso ao abortamento com base nas leis que vigoram no país;
- h. Métodos contraceptivos distribuídos pelo SUS: pesquisa dos métodos utilizadas na prevenção da gravidez, distribuídos gratuitamente à população;
- i. Anexos embrionários: estudo das estruturas que garantem o crescimento do embrião e a formação do feto no organismo materno.

Os temas acima foram sorteados entre as equipes, por solicitação dos estudantes. A escolha dos temas considerou o currículo, mas também respeitou os interesses das/dos estudantes, sendo assim, é importante destacar que os temas interrupção da gestação, gemelaridade e distribuição de métodos contraceptivos no Sistema Único de Saúde (SUS) foram sugeridos. Achado relevante da pesquisa, pois pode evidenciar que as cocriações mediadas na escola e no ciberespaço emergiram do modo como os praticantes do cotidiano escolar ressignificaram a proposta curricular oficial da rede de ensino.

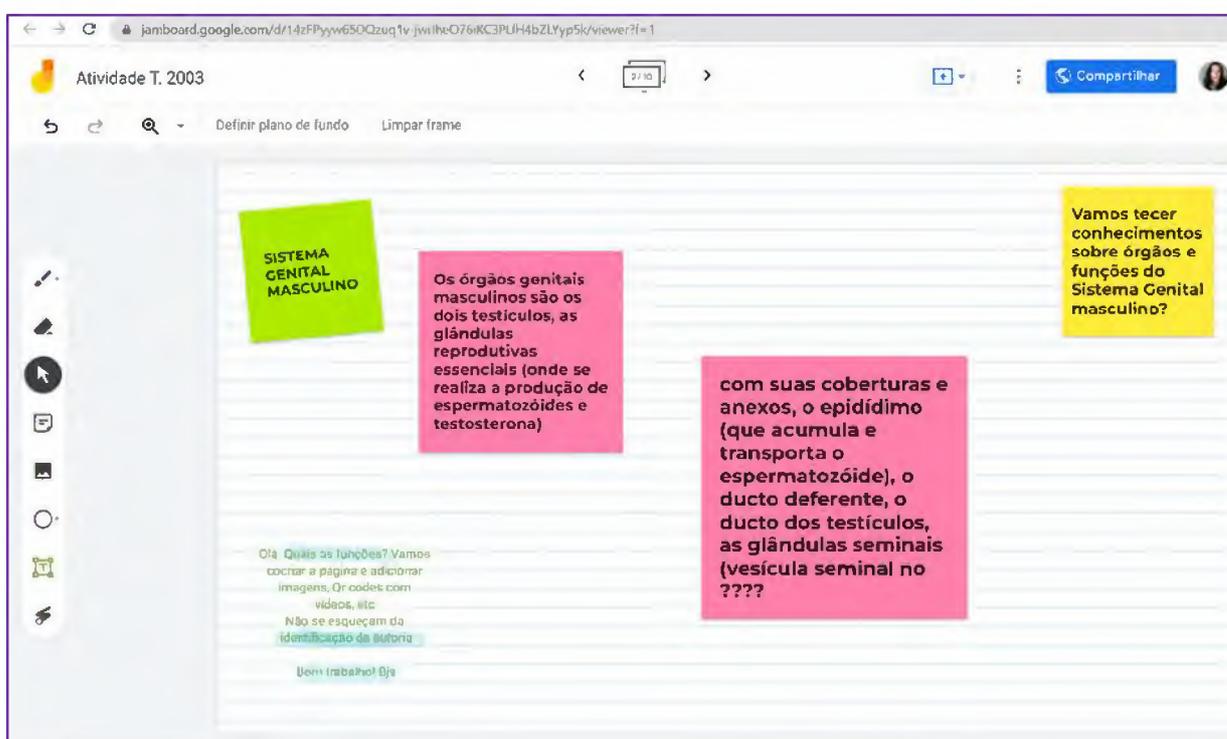
Por se tratar de uma atividade on-line no Google Jamboard, mediada de maneira assíncrona e colaborativa, durante a produção de dados, observei que também seria necessário listar no segundo quadro (subsequente à página de início), as seguintes orientações aos praticantes:

- a. Não remova as criações dos colegas. Participe, colabore e seja respeitoso;

- b. Após a escolha das temáticas em sala de aula, junte-se aos seus colegas em rede para cocriarem as páginas da atividade;
- c. Nesta atividade cocriaremos alguns quadros e teceremos conhecimentos relacionados à educação e saúde sexual e reprodutiva.

Na figura 105, destaco um *jam* (quadro) no início do processo de criação, onde podemos verificar a utilização do recurso digital denominado “notas adesivas”, uma com a discriminação do tema gerador, “Sistema genital masculino”, na cor verde e outra, na cor amarela, com uma pergunta que deixei na mediação da atividade no Jamboard.

Figura 105: Captura da tela no Google Jamboard na fase de início da atividade



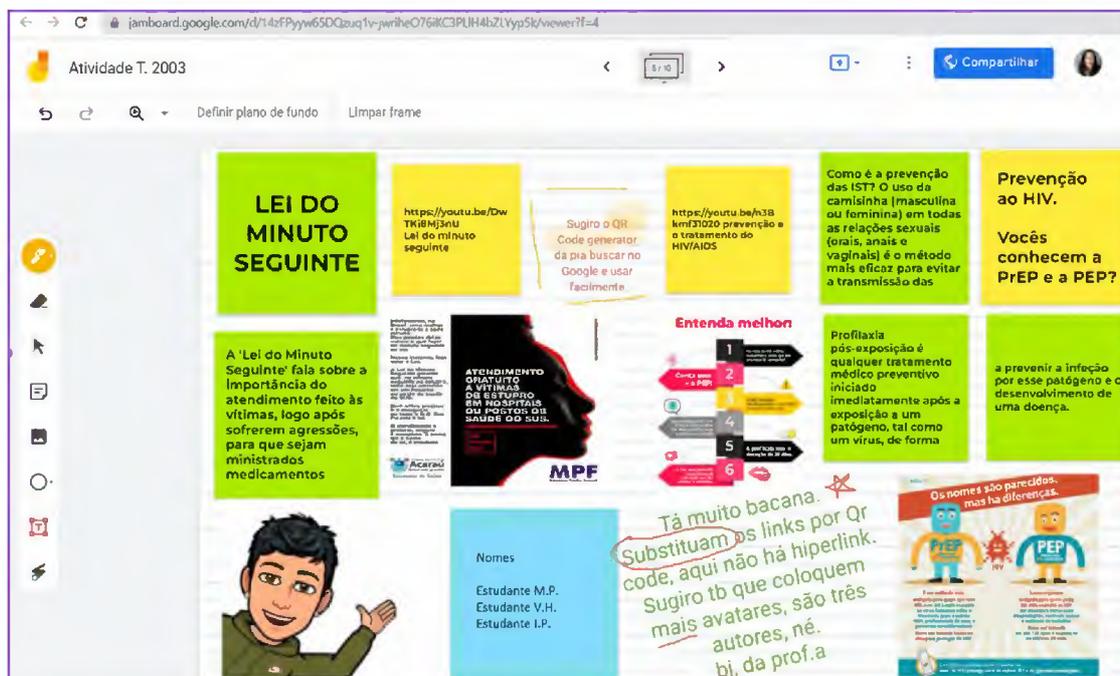
Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2022).

A iniciativa mostrou-se pertinente, considerando-se que, os praticantes ainda estavam aprendendo a usar os recursos do Google Jamboard, incluindo as opções de edição, duplicação e exclusão. As estratégias foram adotadas em todos os quadros devido à implicação metodológica deste trabalho com a concepção de educação problematizadora freireana e os princípios da Educação Online. À esquerda, no canto inferior, também é possível observarmos a solicitação dos ajustes necessários.

A atividade foi bastante interessante, pois possibilitou a tessitura de vários conhecimentos acerca da educação e saúde sexual e reprodutiva, como a Lei do “Minuto Seguinte” e profilaxia contra o HIV (Figura 106). A Lei do “Minuto Seguinte”, Lei nº.

12.845/2013 foi sancionada pela ex-presidenta Dilma Rousseff e assegura o atendimento emergencial e integral às vítimas de violência sexual no Sistema Único de Saúde, garantindo a assistência multidisciplinar imediata e o acesso às profilaxias contra a gravidez e HIV/Aids.

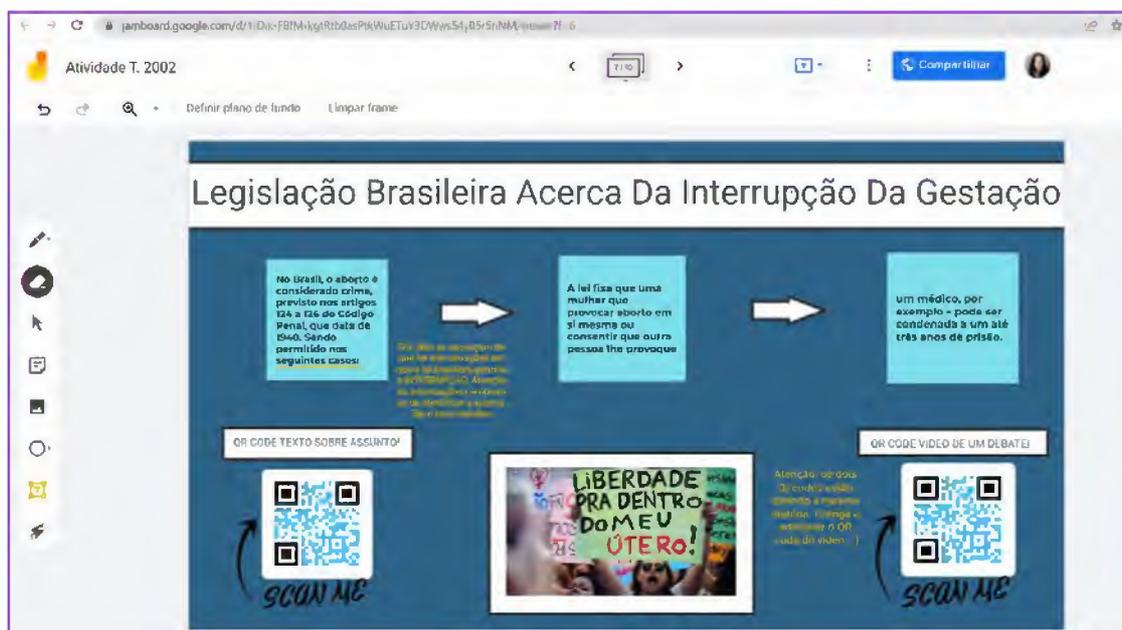
Figura 106: Jam sobre a Lei do Minuto seguinte e profilaxia contra o HIV



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2022).

Na figura 107, apresento um “jam” (tela), no qual três praticantes teceram juntos conhecimentos acerca da interrupção da gestação no Brasil. Também é possível observar as recomendações que deixei para os praticantes acerca dos ajustes necessários.

Figura 107: Captura da tela da atividade “Educação e saúde sexual e reprodutiva” mediada no Jamboard



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2022).

No período em que a atividade foi mediada no digital em rede e também em sala de aula, emergiram conversas sobre a legislação que versa sobre o direito à interrupção da gestação, cujas narrativas serão explícitas a seguir. Em uma aula de Biologia, o *Estudante Ro.*, comentou que “*é favorável nos casos de estupro e deficiência*”. Achei muito interessante que um praticante cultural que se identifica como homem tenha abordado o tema do aborto, porque é importante que os homens ouçam as mulheres, mas também falem entre si e se eduquem conosco acerca dos DSR. Todavia, informei ao praticante, que a lei não autoriza a interrupção da gestação em caso de deficiência, mas em caso de anencefalia, estupro e risco de morte materna.

Posteriormente, a leitura de *Esperança feminista*, de Débora Diniz e Ivone Gebara (2022) trouxe novas nuances e favoreceu a ampliação do meu entendimento acerca da narrativa do praticante. Na obra, a professora Débora Diniz, narra as ofensas que ela recebeu no período em que atuou em campo em um ambulatório que pesquisava a malformação em fetos, a tentativa de silenciamento para que deixasse de abordar “temas polêmicos” e a sua demissão da universidade onde lecionava no ano de 2002. Embora a reivindicação das mulheres acerca do aborto nos casos de malformação do cérebro figurasse em consultórios médicos e tribunais, a situação permaneceu em suspensão por dez anos, já que “a ação sobre a descriminalização do aborto em caso de anencefalia” só foi apreciada definitivamente, pela Suprema Corte brasileira

em 2012 (Diniz; Gebara, 2022, p. 69). A autora, também revela como enfrentou as armadilhas do patriarcado, uma vez que as feministas que defendiam a legalização da interrupção da gestação em casos de anencefalia foram acusadas de eugenia, pois como um artil, “crimes terríveis do patriarcado bélico, racista e imperialista, como a matança de pessoas com deficiência se voltaram contra um punhado de mulheres que buscavam as cortes” (*Ibidem*, p. 73).

Nas conversas com os praticantes do CERJ, também considerei que era pertinente salientar o grave problema vivido por meninas e mulheres que cumprem os requisitos legais para o abortamento e são expostas à perseguição por grupos de reacionários e ainda enfrentam o poder da autoridade médica, pois há agentes de saúde que se negam a fazer a interrupção da gestação e colocam obstáculos, mesmo nos casos permitidos. Nesse sentido, convém salientar a presidenta do STF, Ministra Rosa Weber colocou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), nº 442 de 2017, que figurava sob a sua relatoria na pauta de votação. Em 22 de setembro de 2023, a Ministra Rosa Weber, declarou-se favorável à ADPF nº 442 de 2017, que reivindica a constitucionalidade da interrupção da gestação até 12 semanas, via plenário virtual. O voto da Ministra Rosa Weber pautado na ideia de que a descriminação do aborto é questão de saúde pública e de promoção da justiça de gênero, foi declarado antecipadamente, em razão da sua saída da Suprema Corte tendo em vista a limitação de 75 anos de idade para o exercício de cargo público. O julgamento foi declarado suspenso, após o pedido de destaque realizado pelo Ministro Luís Roberto Barroso. Todavia, considerando-se que todos os ministros podem solicitar vistas do processo é provável que o julgamento da questão transcorra em até dois anos.

Quando verificamos os dados obtidos pela Pesquisa Nacional de Aborto – 2021, realizada por Debora Diniz, Marcelo Medeiros e Alberto Madeiro (2023), que indicam que uma em cada sete mulheres brasileiras, acima de 40 anos já realizou pelo menos um aborto e que o abortamento é um fenômeno que geralmente, marca o início da vida reprodutiva das mulheres, pois a maioria das participantes afirmou que realizou a interrupção da gestação antes dos 20 anos de idade. Além disso, de acordo com o estudo, a maioria das mulheres que afirmaram que já realizaram um aborto declararam que professam uma religião, com predominância das religiões de matriz cristã. Desse modo, a declaração favorável da relatora da ADPF nº442/2017, Ministra Rosa Weber, representa uma conquista em favor dos direitos reprodutivos das mulheres, principalmente, porque a interrupção da gestação de modo seguro é uma questão de saúde pública, com forte marcador de raça e classe, pois as mulheres negras e pobres são as

maiores vítimas de morte resultante de sequelas de abortamento realizado sem assistência médica.

Dando continuidade, o *Estudante L*, perguntou se eu sou “*favorável ao aborto*”? Respondi que defendo a descriminalização da prática, termo que os praticantes disseram que não conheciam. Nesse sentido, a questão social que se coloca é se uma mulher deveria ser presa por causa da sua decisão de abortar? Complementei minha fala apontando que além de não impedir que os casos ocorram, a criminalização do aborto é um modo de controlar a vida e os corpos das mulheres, sobretudo, as negras, pobres e periféricas, maiores vítimas de morte materna relacionada às sequelas do abortamento sem assistência médica. Mulheres que se arriscam à morte, possivelmente, porque os direitos à educação sexual para poder se informar e à saúde sexual e reprodutiva para poder decidir, também lhes foram negados.

Segundo Jamil Chade (2022, s/p.), em sabatina coordenada pela ONU em novembro de 2022, representantes de vários países estiveram em Brasília para pressionar o governo de Jair Bolsonaro a “*garantir acesso ao aborto legal, e até mesmo a adotar uma postura de descriminalização do ato*”. Em contrapartida, Cristiane Britto, ministra de Família, Mulher e Direitos Humanos, que assumiu no lugar de Damares Silva, que na ocasião se licenciou para concorrer a uma cadeira no Senado, defendia que sua pasta “*tinha compromisso inabalável*” com os direitos humanos, embora sua posição contra o aborto fosse “*inegociável*” (*Ibidem*). Entendo que existia um impasse, pois enquanto o governo federal naquela ocasião, considerava que os protocolos de atendimento ao aborto legal “*eram adequados*”, representantes da organização civil e de países estrangeiros apontam que o modelo adotado dificulta o acesso de meninas e mulheres ao aborto seguro, nos casos previsto pela legislação brasileira.

Para aumentar as tensões, médicos que se que garantem a assistência no procedimento de aborto legal são perseguidos por grupos reacionários e pelo Conselho Federal de Medicina, enquanto, pesquisas apontam que os profissionais de saúde são os principais denunciadores de mulheres suspeitas de terem induzido o próprio aborto, o que fere o código de ética médica, no que tange ao direito ao sigilo entre paciente e seu médico, o que inclusive, conta com decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça (SOBRINHO, 2023). É quase inacreditável pensar que um profissional ao atender uma mulher em risco de morte, chame a polícia militar e ainda entregue o prontuário sem autorização, como ocorreu em julho de 2023, no estado de Minas Gerais, em que uma mulher de 21 anos foi denunciada pelo médico que a atendeu, interrogada e algemada ao leito hospital e foi indiciada por tentativa de aborto, homicídio e ocultação de cadáver (*Ibidem*).

Dando prosseguimento às nossas conversas mediadas presencialmente, nas aulas de Biologia, o *estudante G.C.*, mencionou uma notícia que ele viu em um telejornal sobre o anticoncepcional masculino que obteve 99% de eficácia no teste com camundongos. Segundo o praticante, os testes em humanos seriam iniciados até o final de 2022. As narrativas dispararam conversas sobre diferentes métodos contraceptivos e a eficiência deles. Nesse momento, o *Estudante Ro.*, fez a seguinte pergunta sobre o coito interrompido, “*se o cara ao sentir que vai gozar, poderia tirar?*”. A *Estudante S.*, disse que esse método é um dos apresentam os maiores índices de falha. Eu confirmei, pois o líquido lubrificante já pode conter espermatozoides.

Na pesquisa realizada com jovens adolescentes do Rio de Janeiro, Stella Taquette, Marília Vilhena e Mariana de Paula (2004, p. 288) indicaram a necessidade de ampliação do debate “em torno da existência de modelos de dominação de gênero”, uma vez que as masculinidades e feminilidades são socialmente construídas com base na supremacia masculina. Como consequência da subordinação de gênero, as jovens que participaram do estudo supracitado, informaram um menor uso do preservativo, por confiança irrestrita ou dificuldades para solicitar o uso ao parceiro. Por sentirem-se pressionadas, as adolescentes podem acabar cedendo, submetendo-se aos riscos de engravidar ou contrair uma IST.

Nesse sentido, a mediação as conversas sobre direitos sexuais e reprodutivos na escola e o desenvolvimento de atividades educativas que discutam as questões de empoderamento, consentimento e corresponsabilidade na adoção de comportamentos sexuais mais seguros, pode ser mais eficiente do que o “bombardeio de informações”, a “pedagogia do medo” e o modelo falocêntrico de ensino que reproduz a colocação do preservativo em frutas e outros vegetais, mas por receio ou carência na formação, bloqueia as conversas, sobretudo com as pessoas que têm pênis, sobre a ansiedade reforçada pela “cobrança” de ter que “manter” a ereção ao colocar o preservativo e a necessidade de retirar a proteção com o membro ainda ereto.

Acerca da centralidade das práticas de educação escolar recair sobre a prevenção da AIDS e outras ISTs, a partir da “pedagogia do medo” e da discriminação de sujeitos com orientações sexuais divergentes da heteronormatividade, Guacira Louro ressalta que:

Não há dúvidas de que informações sobre a prevenção desta e de outras doenças precisam, necessariamente, ser divulgadas e integrar as atividades educativas. No entanto, temos de prestar atenção se o cuidado com a manutenção da saúde não está sendo feito de modo a rodear o exercício da sexualidade de uma aura de perigo e de doenças. Particularmente no caso da Aids é importante notar, ainda, o quanto vem se associando a enfermidade a determinadas práticas sexuais, em especial à prática homossexual, e observar os efeitos dessas associações (Louro, 2014, p. 144)

Continuando as conversas, o *Estudante En.* e a *Estudante Ta.*, mencionaram a vasectomia, mas a *Estudante N.*, comentou que o tio dela engravidou a esposa um ano após realizar a vasectomia. Por isso, eu comentei que ainda não existe um método contraceptivo infalível e que o único que pode ser considerado 100% eficaz é não ter relações sexuais. Entretanto, salientei que não estava defendendo a abstinência sexual como política pública de educação e saúde sexual e reprodutiva, porque o direito de se informar e de decidir manter relações sexuais e ter filhos ou não, são direitos humanos. Por isso, mencionei dois métodos considerados os mais seguros: a camisinha ou preservativo, que quando colocada e retirada corretamente tem uma baixa incidência de falha, a pílula oral que exige acompanhamento regular do médico, precisa ser tomada sempre no mesmo horário e em caso de vômito ou diarreia logo após a ingestão, deve-se adotar a camisinha como coadjuvante no ciclo. Também abordei a combinação de dois métodos, como o uso de camisinha e DIU e a camisinha e pílula oral, que além de reduzem as chances de gravidez não planejada, impedem o contágio de ISTs.

Na sequência, o *Estudante En.*, e a *Estudante Ta.*, fizeram questionamentos acerca da castração química e a pena de morte. *Estudante Ro.*, disse que concordava e acrescentou que “*lá na cadeia vão dar cabo do estuprador*”. Argumentei que isso é barbárie, pois uma pessoa apenada, está sob custódia do Estado que deverá garantir um julgamento justo. Citei o caso de um homem declarado inocente pela justiça do estado do Espírito Santo que perdeu a visão devido às violências que sofreu durante o cárcere. Também expliquei, que a castração química de agressores sexuais não funciona, pois, não é sobre sexo, mas uma questão de dominação, de exercer poder sobre outra pessoa. Desse modo, o agressor sexual poderia utilizar qualquer objeto fático em suas vítimas.

Sobre a pena de morte, a *Estudante N.P.* disse que era contra porque há casos envolvendo a condenação de inocentes. Em acréscimo, eu abordei a política de encarceramento em massa da população negra e as altas taxas de mortes violentas de jovens negros em nosso país. Conversamos sobre as ações policiais abusivas e desastrosas nas periferias e a violação do direito dos jovens à cidade. Nas comunidades vivem cidadãos da classe trabalhadora, algumas vezes apartadas da cidade e com dificuldade de acesso à saúde, educação, lazer, trabalho, transporte e habitação. Em relação a essa questão, o *Estudante Ro.*, nos disse que “*as pessoas da periferia tenham ódio da polícia*”. Narrativa que escancara a omissão do Estado e denuncia que os agentes policiais atuam de maneira distinta nos bairros com maior concentração de riqueza.

Encaminhando para finalizar as conversas, o *Estudante Ro.*, revelou que votaria em um candidato de esquerda e me perguntou sobre o meu posicionamento. Apesar do receio de

retomar a questão do pleito eleitoral, não me esquivei do diálogo, porque considero que devemos falar com os educandos honestamente. Por isso, considerando-se que educar é um ato ético e político (FREIRE, 2011b) e a livre manifestação é um direito, confirmei minha militância contra o projeto de poder da extrema-direita e a defesa da escola pública, laica, diversa, inclusiva e democrática. Quando o praticante respondeu que eu era uma “*pessoa sensata*” e que “*gostava do meu posicionamento*”, tive a oportunidade de observar os olhares de concordância de alguns e o silêncio de outros praticantes, dado que anotei em meu caderno de campo.

A leitura da obra, “*Política e Educação*”, de Paulo Freire possibilitou a reflexão acerca desta dimensão em meu campo trabalho, mas também de estudo e pesquisa, pois:

Esta é a tarefa dos professores e das professoras progressistas que estão certos de que têm o dever de ensinar competentemente os conteúdos, mas também estão certos de que, ao fazê-lo, se obrigam a desvelar o mundo da opressão. Nem conteúdo só, nem desvelamento só, como se fosse possível separá-los, mas o desvelamento do mundo opressor através do ensino dos conteúdos. O cumprimento dessa tarefa progressista implica ainda a luta incansável pela escola pública, de um lado, e de outro, o esforço para ocupar o seu espaço no sentido de fazê-la melhor. Esta é uma luta que exige clareza política e competência científica. É por isso que, ao perceber a necessidade de sua competência e de sua permanente atualização o educador e a educadora progressista têm de criar em si mesmos a virtude ou a qualidade da coragem. A coragem de lutar por salários menos imorais e por condições menos desfavoráveis ao cumprimento de sua tarefa. (Freire, 2021a, p. 62-63. Grifos meus).

Nós, educadores comprometidos com os fundamentos da ciberpesquisa-formação (Santos, 2019), além de não dissociarmos a *prácticateoriaprática*, à maneira freireana, pautamos nossas práxis e epistemologias em princípios éticos e políticos de defesa à educação pública, da democratização e abertura dos conteúdos e da tessitura e partilha de saberes em redes. Nesse sentido, apesar de reconhecer criticamente os limites da minha prática, como eu não poderia “cruzar os braços” e aguardar que a transformação social se cumpra para somente em seguida começar a atuar? Antes de tudo foi preciso tomar decisões e assumir os riscos, corajosamente. Em minhas itinerâncias formativas, estive atenta à importância dos conteúdos e necessidade de ensiná-los de modo adequado. Mas, decidi que faria isso não de modo ingênuo, apartado da realidade e da vida política do país e da minha cidade.

As cocriações dos praticantes no Google Jamboard possibilitaram a tessitura de vários conhecimentos acerca da educação e saúde sexual e reprodutiva, como os sistemas genitais masculino e feminino, conceitos relacionados à fecundação, reprodução, gravidez e contracepção, Lei do “Minuto Seguinte” e profilaxia contra o HIV. Como a atividade on-line foi elogiada pela coordenação pedagógica que sugeriu a impressão dos quadros e orientou a elaboração de um mural no pátio do colégio para divulgar as produções. Além disso, a equipe

diretivo-pedagógica publicou as criações mediadas no Google Jamboard, postagem que pode ser acessada por meio do QR code abaixo. A figura 108, evidencia a publicação da atividade mediada no Jamboard na rede social do colégio, a partir de uma postagem realizada pela Gestora 1, no @canalcerj no Instagram, que pode ser acessada por meio do QR code e do link abaixo.

Figura 108: Postagem da atividade “Educação e saúde sexual e reprodutiva” no Instagram



Fonte: @canalcerj no Instagram (2022). Disponível em: [https://www.instagram.com/p/Cj3Tik2ur3C/?igsh=d313NmxaXkzYnFu&img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/Cj3Tik2ur3C/?igsh=d313NmxaXkzYnFu&img_index=1)

Após a cocriação do material direcionado ao estudo de temas relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos no Google Jamboard, mediamos a realização de uma atividade on-line no Google Classroom com o intuito de investigar os que os praticantes tinham para nos contar sobre a experiência que vivenciamos. O quadro 15 evidencia uma atividade estrategicamente postada no Google Classroom com o intuito de investigar o que os praticantes podem nos contar sobre os atos de currículo mediados no Google Jamboard.

## Quadro 15: Impressões dos praticantes sobre a experiência no Google Jamboard

<p> Educação e saúde Sexual e Reprodutiva – Jamboard</p> <p>JANAINA RODRIGUES DE FREITAS MACHADO • 17 de out. de 2022 (editado: 18 de out. de 2022) Data de entrega: 25 de out. de 2022, 12:00</p> <p>Olá.</p> <p>Finalmente, concluímos as telas no Jamboard que resultaram na cocriação de um material didático (PDF anexado abaixo) elaborado a partir da interação e colaboração de todos da turma. Revisei conceitos, sugeri ajustes, conferi os QR codes e colaborei no alinhamento entre conteúdo e espaço. Espero que vocês gostem do resultado.</p> <p>Agora, gostaria que as duplas ou trios contassem (se acharem melhor, somente um integrante poderá responder, desde que registre os nomes de todos os participantes da sua equipe):</p> <p>A. Como foi a experiência, o que aprenderam sobre a temática? B. Já conheciam o Jamboard do Google? C. Acharam a atividade atrativa e interessante? D. Encontraram alguma dificuldade? Como vocês superaram os desafios relacionados à cocriação das telas?</p> <p>Aguardo as participações. Abraço.</p>	<p><u>Estudante G.</u> <span style="float: right;">Devolvido (Ver histórico)</span></p> <p>A. Foi ótima, tivemos o resultado esperado e um bom desenvolvimento em grupo. Aprendemos que os métodos contraceptivos distribuídos pelos SUS são poucos e imprecisos, não sendo totalmente eficazes, porém com uma ótima taxa de acertos logo, toda ação gera uma consequência sendo ela como uma gravidez inesperada ou não.</p> <p>B. Ninguém do grupo tinha conhecimento ou experiência prévia da plataforma.</p> <p>C. Achamos que foi uma atividade incomum. Poucos professores usam recursos tecnológicos como um método de aprendizado. Então foi uma atividade bem legal e interessante.</p> <p>D. Tivemos algumas dificuldades, como a plataforma em si, achamos ela bem complicada de desenvolvimento pois é bem limitada. Ela fornece o que é proposto e só isso, não tivemos o resultado que desejamos por causa da ferramenta. Outra dificuldade que tivemos foi a questão de ser uma atividade online e de múltiplos acessos podendo entrar qualquer pessoa e mexer, e isso foi um problema porque quase perdermos pontos pois alguém tinha mexido e desorganizado, mas foi tudo resolvido porque tínhamos a foto de como deixamos, então a professora reconsiderou. Mesmo passando por tudo isso, superamos através do diálogo e pesquisa, e assim chegamos no resultado final.</p> <p><i>Estudantes: G.; J. e J.C.</i></p> <p>1 comentário particular</p> <p> JANAINA RODRIGUES DE FREITAS MACHADO 27 de out. de 2022 Fiquei muito feliz com o seu comentário, que bom fazermos juntos e de um modo interativo, ousado e diferente. Estou sempre aberta ao diálogo, a rever o processo. Não se tratava de pontos, mas 0,2. Fizemos ajustes. Acontece. Há sempre a possibilidade de recuperação do resultado e vocês se superaram e cumpriram os objetivos. Um grande abraço e parabéns.</p>
<p><u>Estudante N.</u> <span style="float: right;">Devolvido (ver histórico)</span></p> <p>A. A experiência foi boa, aprendemos que é importante termos mais conhecimento saber mais sobre a lei do minuto seguinte, sobre a prevenção ao HIV etc.</p> <p>B. Não</p>	

C. Sim, muito vou passar a usar para fazer outros trabalhos

D. Um pouco, mais a partir que fomos mexendo e procurando os lugares certos conseguimos

*Estudantes: J.M.S. e N.P.*

1 comentário particular



JANAINA RODRIGUES DE FREITAS MACHADO 27 de out. de 2022

Que bacana! Maravilha ter inspirado o uso do Jamboard em suas próximas criações. Sucesso!

Estudante E.

Devolvido (Ver histórico)

A. A experiência foi divertida. Aprendemos mais sobre o sistema genital feminino.

B. Não conhecíamos

C. Achamos. O jamboard é fácil de mexer no computador e divertido de fazer o que precisa.

D. A maior dificuldade foi a montagem porque a gente não tinha nenhuma experiência, mas aos poucos eu fui me acostumando e deu tudo certo.

*Estudantes: E., C. e S.*

2 comentários particulares



JANAINA RODRIGUES DE FREITAS MACHADO

27 de out. de 2022

Obrigada pela participação.



JANAINA RODRIGUES DE FREITAS MACHADO

27 de out. de 2022

Oi, *Estudante E.*! Tudo bem? Sobre as figurinhas que vcs acrescentaram surgiram curiosidades. Poderia me contar a motivação? Achei interessante a ideia que surgiu e o fato de vc me perguntar se poderiam usá-las. Agradeço se puder responder. Um abraço.

Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2022).

A atividade desvelou o modo como os praticantes desenvolveram suas autorias em rede e se autorizaram, além de evidenciar o que os estudantes acharam dos atos de currículo que mediamos na tessitura de conhecimentos relacionados ao estudo de direitos sexuais e reprodutivos, as táticas adotadas e as dificuldades superadas coletivamente. Embora essa tenha sido a primeira cocriação realizada pelos praticantes no Google Jamboard, os estudantes consideram a experiência “incomum”, “legal e interessante” e “divertida” e ainda informaram que ela poderia ser acionada em outras atividades educativas, evidenciando a oportunidade de ampliação de repertórios.

Na parte final do quadro acima, nas últimas linhas deixei um comentário à *Estudante E.*, sobre um acontecimento capturou a minha atenção. Nas conversas nas aulas de Biologia, a *Estudante E.*, me perguntou em particular, se eu permitiria a manutenção das “figurinhas” adicionadas ao quadro que ela e suas colegas de classe estavam tecendo conhecimentos sobre o sistema genital feminino no Google Jamboard. Pedi que ela me mostrasse e notei duas imagens que logo associei às “figurinhas” criadas cotidianamente pelos praticantes

ciberculturais no WhatsApp, cujos termos remetiam a dois nomes popularmente atribuídos à genitália externa feminina. O acontecimento transformou-se em um dilema: eu deveria reprimir ou acolher as fulgurações estéticas juvenis?

Embora, eu compreenda a importância de nomear corretamente os órgãos genitais, como a vulva, inclusive porque o conhecimento do corpo pode ajudar no combate aos abusos sexuais na infância e juventude, período de maior vulnerabilidade, segundo as estatísticas, eu não pude deixar de pensar sobre nossa imersão no sistema cisheteropatriarcal. Um sistema pautado por opressões sexistas, historicamente falocêntrico, no qual as relações de poder entremeiam-se e podem atribuir uma condição hegemônica aos sujeitos que se reconhecem como pessoas do sexo masculino em suas interações com indivíduos de outros gêneros.

Falos rijos, fortes, preferencialmente, avantajados, culturalmente, são cantados em verso e prosa, destacam-se em manifestações artísticas ou analogamente, na arquitetura das cidades e são valorizados na linguagem, em expressões como, “pica das galáxias”. Sendo assim, partindo da contribuição da obra, *Cai de boca no meu b\*c3t@o - O funk como potência do empoderamento feminino*, fruto do Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Públicas apresentado por Tamiris Coutinho (2021) à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), como eu poderia reprimir a criação das estudantes? Todavia, eu e as praticantes da pesquisa, considerando a turbulência política do período que antecedeu o pleito de 2022, decidimos que as figurinhas seriam mantidas no Google Jamboard, acessível por meio do link disponibilizado, à *professorapesquisadora* e aos colegas da turma e não seriam divulgadas na versão apresentada no mural e nas redes sociais do colégio. Sobre a motivação para inclusão das imagens, as praticantes desconversam e disseram que a razão era apenas estética. Eu nunca duvidei da influência da dimensão estética, mas registrei em meu caderno de campo que o achado poderia evidenciar um ato político em favor da luta pelo respeito à diversidade no cotidiano do CERJ.

## 7 CONVERSAS QUE FAZEM BROTAR NOÇÕES SUBSUNÇORAS E INDICADORES PARA A FORMAÇÃO DE EDUCADORES COMPROMETIDOS COM A EDUCAÇÃO ANTIDISCRIMINATÓRIA

*Redescobrir  
Gonzaguinha (1986)*

*“Como se fora a brincadeira de roda  
Memória!  
Jogo do trabalho na dança das mãos  
Macias!  
O suor dos corpos, na canção da vida  
Histórias!  
O suor da vida no calor de irmãos  
Magia!*

*Como um animal que sabe da floresta  
Memória!  
Redescobrir o sal que está na própria pele  
Macia!  
Redescobrir o doce no lamber das línguas  
Macias!  
Redescobrir o gosto e o sabor da festa  
Magia!*

*Vai o bicho homem fruto da semente  
Memória!  
Renascer da própria força, própria luz e fé  
Memórias!  
Entender que tudo é nosso, sempre esteve em  
nós  
História!  
Somos a semente, ato, mente e voz  
Magia! [...]”*



O entendimento da potência do ato de conversar e o reconhecimento da necessidade de ampliação das redes de *saberes/fazer*s nas quais os praticantes ciberculturais estavam inscritos permearam a investigação da tessitura de conhecimentos (Alves, 2001; Oliveira, 2012) de direitos sexuais e reprodutivos no Colégio Estadual Rio de Janeiro. Desde o princípio, houve a disposição para “abrir a roda” e freireanamente, nos juntar a quem quisesse participar das conversas, inclusive, porque trabalhando na perspectiva do rizoma, “sempre cabia mais gente” disposta a se conectar e tecer conhecimentos de DSR.

Assim, como na canção que pode ser ouvida a partir do QR code que direciona à *playlist* que cocriamos e que abre este capítulo, nossa “ciranda” foi coletivamente construída com o calor de muitas mãos e entoada por pessoas de diferentes idades, gêneros, profissões e etnias. Contudo, os praticantes compartilhavam o interesse pela temática abordada, evidente na curiosidade e na criatividade vislumbrada nas invenções cotidianas que mediamos; na

necessidade de falar de si e com o outro; na disponibilidade para escutar atentamente; e no compromisso de *aprenderensinar* e tecer conhecimentos sobre DSR, considerando-se a implicação deste trabalho com a educação não sexista e a Educação em Direitos Humanos.

Nesse sentido, é importante ressaltar a participação dos docentes do CERJ na realização deste estudo, pois as conversas que emergiram nos círculos freireanos e as práticas ciberculturais foram mediadas por educadores que trabalham no CERJ. Uma “ciranda dançada” por muitas gentes que empregaram seus corpos e mentes para tecerem criativamente conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos nas redes de *sabere:fazeres* e afetos estabelecidas, fazendo brotar as noções subsunçoras, a partir da implicação de nossas pesquisas com o olhar multirreferencial.

Portanto, partindo das contribuições de Macedo (2000, p. 204), é importante destacar ainda que, as nossas ciberpesquisas-formação buscam superar “a mera descrição e interpretação sumárias, produto de simples constatações”, pois,

À medida que a leitura interpretativa dos ‘dados’ se dá - às vezes por várias oportunidades - aparecem significados e acontecimentos, recorrências, índices representativos de fatos observados, contradições profundas, relações estruturadas, ambigüidades marcantes. Emerge aos poucos o momento de reagrupar as informações em noções subsunçoras - as denominadas categorias analíticas - que irão abrigar analítica e sistematicamente os subconjuntos das informações, dando-lhes feição mais organizada em termos de um corpus analítico escrito de forma clara e que se movimenta para a construção de uma peça literária compreensível e heurísticamente rica (*Ibidem*).

Desde a apresentação do anteprojeto de pesquisa, as noções subsunçoras podem evoluir e se atualizar, considerando-se que as interpretações são fruto de experiências vivenciadas anteriormente pelo pesquisador em formação e também dos acontecimentos ao longo do processo de criação do trabalho acadêmico (Santos; Okada, 2004). Entre as operações cognitivas que possibilitam a emergência de noções subsunçoras na/da análise e interpretação dos dados produzidos com os praticantes culturais nas ciberpesquisa-formação, temos:

- a. Distinção do fenômeno em elementos significativos;
- b. Exame minucioso destes elementos;
- c. Codificação dos elementos examinados;
- d. Reagrupamento dos elementos por noções subsunçoras;
- e. Sistematização textual do conjunto;
- f. Produção de uma meta-análise ou uma nova interpretação do fenômeno estudado;
- g. Estabelecimento de relações e/ou conexões entre as noções subsunçoras e seus elementos. (Macedo, 2000, p. 205).

Considerando-se a interpretação compreensiva das narrativas e dados produzidos nos movimentos da pesquisa, as noções subsunçoras ou categorias analíticas podem emergir, a partir da “seleção das partes que são significativas e têm o propósito de distinguir o objeto, os acontecimentos, os praticantes culturais, as ações ou outros aspectos” (Santos, 2015, p. 31). Nessa linha de raciocínio, é pertinente trazermos as contribuições de Macedo (2020, p. 52), que ressalta que,

[...] Todo trabalho analítico que se realiza a partir da organização do *corpus empírico* da pesquisa, ou seja, as informações e compreensões construídas em campo pelo uso dos dispositivos escolhidos pelo pesquisador para responder às sua(s) questão(ões), visa à construção das denominadas *categorias analíticas*. Essas categorias, que costumamos nomear de *noções subsunçoras*, isto é, macro concepções com poder de acolhimento de similaridades, resultam da nossa capacidade de hibridizar nossas concepções empíricas conquistadas e vividas em campo. Desse encontro nascem as *noções subsunçoras* que irão organizar e realçar nossas conclusões sobre o que experimentamos e experenciamos em campo (Grifos do autor).

Outrossim, também devemos salientar que as noções subsunçoras não emergem de maneira linear, conforme apontam as professoras Edméa Santos e Mirian Maia do Amaral (2023). As categorias analíticas despontam da triangulação da empiria, da reflexão sobre a relação *práctateoriaprática* e do exercício de autoria construído paulatinamente, à medida em que o pesquisador se autoriza e se implica dialogicamente na mediação de atos de currículo cocriados colaborativamente com os praticantes culturais no cotidiano escolar, possibilitando uma produção singular, mas que também pode desvelar “ambivalências e contradições recorrentes ao longo do processo de investigação” (*Ibidem*, p. 320). Nesse contexto, é pertinente trazer as contribuições de Vivian Souza (2017), egressa do GPDoC, que argumenta que, as noções subsunçoras ou categorias analíticas que emergem na/da produção de dados de nossas ciberpesquisas-formação,

São o esforço para interpretar o que emerge do campo, o que se constrói e se aprende a partir da pesquisa, o que vem da empiria e da sua formação prévia. São noções que emergem da conversa com os dados, com a prática e com suas vivências, representam o que ficou de significativo após a pesquisa, na relação igualitária entre *práctateoriaprática* (Souza, 2017, p. 102. Grifo da autora).

No final deste trabalho apresento a criação de alguns indicadores para a formação de professores na perspectiva da educação não sexista, antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica. Na esteira desse debate é conveniente destacar o mapeamento de experiências ciberfeministas no Instagram realizado pelas professoras Terezinha Fernandes, Edméa Santos e Sara York (2022, p. 67), a partir das contribuições de bell hooks (2013) e outras teóricas feministas. As reflexões suscitadas nesse trabalho, ajudaram-me a questionar como as práticas pedagógicas feministas, insurgentes, emancipatórias e democráticas, podem gerar um “um lugar de empoderamento

coletivo e de transformação social”, ao possibilitar que os sujeitos aprendam com seus pares e compreendam a realidade de modo crítico.

Mergulhei na busca das fundamentações teórico-epistemológicas que orientaram os atos de currículo que cocriamos na tessitura de conhecimentos de DSR, fizeram brotar duas noções subsunçoras que emergiram na/da análise de dados produzidos na mediação dos encontros com os praticantes da pesquisa e possibilitaram a criação de indicadores para a formação de educadores comprometidos com a educação antidiscriminatória. Diante do exposto, convém explicitar que desde o ano de 1991, a Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e do Caribe (REPEM), organização que orienta diversas ações de combate às opressões de sexo e gênero em nosso continente, definiu o dia 21 de junho, como o Dia Internacional de Luta por uma Educação não sexista e antidiscriminatória.

Pensando na potência da *Educação como prática da liberdade*, obra marcada pelo diálogo entre bell hooks e Paulo Freire, podemos perceber que,

A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração e que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática de liberdade (Hooks, 2013, p. 273).

Não obstante, as duas noções que emergiram na/da tentativa de interpretação das conversas mediadas, narrativas, textos, áudios, vídeos e outras criações cotidianas dos praticantes da pesquisa foram inspiradas nas criações e ativismo das ciberfeministas nas redes e também, nas obras *Educação como prática da liberdade* (Freire, 2021a) e *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, na qual a feminista interseccional, bell hooks (2013) dialoga com o educador brasileiro e nos conta as contribuições teóricas do pensamento freireano à sua formação e tomada de consciência.

Assim, emergiram as seguintes noções subsunçoras: Educação Online e Docência Implicada - contribuições da mediação docente na cocriação de atos de currículo presenciais/híbridos na tessitura de conhecimentos de DSR e Ambiências Formacionais Ciberfeministas – reflexões teórico-metodológicas sobre a formação de professores comprometidos com a educação não sexista, antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica. As duas categorias analíticas serão apresentadas de maneira pormenorizada no item 7.2 desse capítulo.

Nas próximas linhas, apresento a produção de dados que emergiu na/da mediação de conversas no WhatsApp com educadores do CERJ sobre a tessitura de conhecimentos de DSR no cotidiano escolar (9º círculo cibercultural).

## **7.1 Ambiências formacionais: o que os professores nos contam sobre a tessitura de conhecimentos de DSR no cotidiano do CERJ**

No ano de 2023 havia 26 docentes lecionando no CERJ, nos turnos matutino e vespertino. O link do TCLE criado no Google Formulário foi enviado a 15 docentes que lecionam componentes curriculares das quatro áreas do conhecimento (Linguagens, Ciências da Naturais, Ciências Humanas e Matemática). Dez professores aceitaram participar da pesquisa. Os docentes que não aceitaram participar da pesquisa justificaram que estavam sem disponibilidade de tempo por motivo de doença na família, extensa carga de trabalho em várias escolas, dedicação aos estudos na pós-graduação e dificuldade para usar o WhatsApp. No meu entendimento, o último motivo foi crucial, pois enquanto alguns praticantes conversaram comigo com bastante desenvoltura, enviaram áudios com facilidade e respondem prontamente em algumas horas, outros apresentaram maior dificuldade para interagir, se organizar e responder as questões, estendendo a conversa ao longo de várias semanas.

Na maioria das vezes, aproveitei o intervalo para abordar os docentes que lecionam nos dias em que estou no colégio. Os demais, receberam o convite pelo WhatsApp, seguido de uma breve explicação acerca da metodologia e o tema. Ao iniciar as conversas, aproveitei para fazer o agradecimento pela assinatura do Termo de Consentimento (Figura 109). Expliquei a cada um dos praticantes que eles ditariam o ritmo do nosso diálogo. Também achei pertinente informar o número de perguntas geradoras para deixá-los a par do tempo que a conversa poderia despender, para que pudessem ficar mais confortáveis e não atrapalhar a organização de suas rotinas.

Figura 109: Primeiro contato no WhatsApp e envio dos TCLEs



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora* (2022).

A ficha-roteiro das conversas com educadores (Apêndice C) é composta por 13 questões, estrategicamente pensadas para subsidiar os diálogos, considerando-se a exigência de submeter os instrumentos da pesquisa para a apreciação do Comitê de Ética na Pesquisa – CEP. Cabe ressaltar, que devido ao comprometimento com o pensamento freireano e os pressupostos metodológicos da ciberpesquisa- formação, a ficha elaborada tem um caráter flexível e se alinha à ideia de entrevista semiestruturada, na qual as perguntas geradoras podem ser complementadas por outras inerentes às circunstâncias que surgiram no decorrer das conversas, fazendo brotar novas informações e perspectivas que aprofundar o entendimento das narrativas que emergiram neste estudo qualitativo, de maneira livre, evitando-se o condicionamento dos praticantes e a padronização das respostas. Sendo assim, fui colocando as perguntas, isoladamente, com exceção das seis primeiras. Quando eu entendia que precisava retomar ou tentar compreender algo minuciosamente, eu reconduzia a conversa, incluindo outras questões pertinentes e que poderiam ajudar a entender as narrativas que estavam emergindo.

A partir de agora, apresento as narrativas dos praticantes que emergiram nas conversas no WhatsApp. As primeiras perguntas eram relacionadas à formação dos praticantes (Questão 1), campo de atuação (Questão 2) e tempo na profissão (Questão 3), conforme pode ser observado na Ficha-roteiro de conversas com educadores (Apêndice C). A figura 110, apresenta os *professorespraticantes* desta pesquisa.

Figura 110: Professores praticantes da pesquisa no CERJ



Fonte: Elaborado pela professorapesquisadora (2023).

Com a apresentação da *Questão 4*, que investigou o tempo de trabalho docente no CERJ, identifiquei que a maioria dos *prcfessoraspraticantes* leciona no colégio pesquisado há mais de uma década, sendo que três professoras trabalham na escola há mais de 20 anos. Dando prosseguindo, apresentei a *Questão 5: Você já ouviu falar em Direitos Sexuais e Reprodutivos?* E, a *Questão 6. Qual a sua opinião sobre a Educação em Direitos Humanos?* Abaixo, podem ser observadas as transcrições das narrativas que emergiram nas conversas.

[07/11/2022 13:37] *Prófessora Glória Roussim*: Sim. Extremamente necessário. Ter o direito de ter acesso a essas informações e fazer uso delas é primordial. (Transcrição do áudio) - Informação é tudo, quando eu tenho acesso a isso, sei do que se trata dos meus direitos Reprodutivos ou não, de não querer me reproduzir, de ter acesso a isso esse tipo de informação, ela vai direcionar a minha vida, é um direito a opção. É um direito humano, sim. Extremamente humano, principalmente pra mulher, né, porque quem é mulher sabe muito bem, que a reprodução ela não é única, ela não é de um lado só mas em compensação o resultado dela na maioria das vezes, quase que 70% ela recai só sobre a mulher.

[07/11/2022 13:39] *Janaína Rodrigues*: Sim. Muito importante essa questão que vc menciona.

[07/11/2022 13:31] *Próf. Walmir de Freitas*: 5. Sim, já. 6. É fundamental para defesa da autodeterminação dos povos.

[10/11/2022 19:06] *Prófessora Maria Rosa*: 5. Sim... Assim podemos lutar pela garantia de saúde, respeito às individualidades e ao planejamento familiar... Ainda se faz necessário a luta pela garantia desses direitos e à divulgação dos mesmos... 6. Essencial... Precisamos conhecer p cobrar nossos direitos e aprender a respeitar os direitos dos outros...

[10/11/2022 19:02] *Janaína Rodrigues*: Tão importante conhecer para poder acompanhar os processos democráticos, reivindicar ações, denunciar os abusos e excessos.

[27/11/2022 18:52] *Prófessora Themis de Almeida*: 5. Sim [já ouviu sobre direitos sexuais e reprodutivos]. 6. É necessária, pois os educandos precisam ter consciência do seu papel na sociedade e entender as diferenças para lutar por tolerância e igualdade.

[28/11/2022 07:45] *Prófessora Delce Horta*: Usei essa cartinha da saúde.gov [Cartilha Direitos Sexuais e Reprodutivos, BRASIL, 2013a] pra trabalhar os direitos sexuais com o 2º ano 5. Sim. 6. Na minha opinião a Educação em Direitos Humanos é importante para que haja consciência de que todos direitos das pessoas sejam respeitados, independente de raça, religião, opção sexual e etc...

[21/11/2022 08:12] *Prófessora Antonieta Mota*: 5. Sim. 6. Não estou familiarizada com o assunto.

[07/12/2022 06:16] *Prófessora Dayse Mansur*: 5. Sim, já ouvi. 6. Acredito que seja essencial que todos desde a idade escolar saibam o que ter direito e principalmente direitos humanos para que lutem para que todos não sofram qualquer tipo de punição sem saber que ninguém pode fazer isto com ele mesmo e nem com o próximo seja quem for.

[20/2/23 10:59] *Prófessora Marlene Mendes*: 5. Sim. 6. De extrema importância para valorização e promoção da dignidade humana. [Marquei com um ❤️].

[20/2/23 11:31] *Janaína Rodrigues*: Sobre a questão 5, Vc se lembra onde ouviu falar sobre DSR? Escola, mídia...

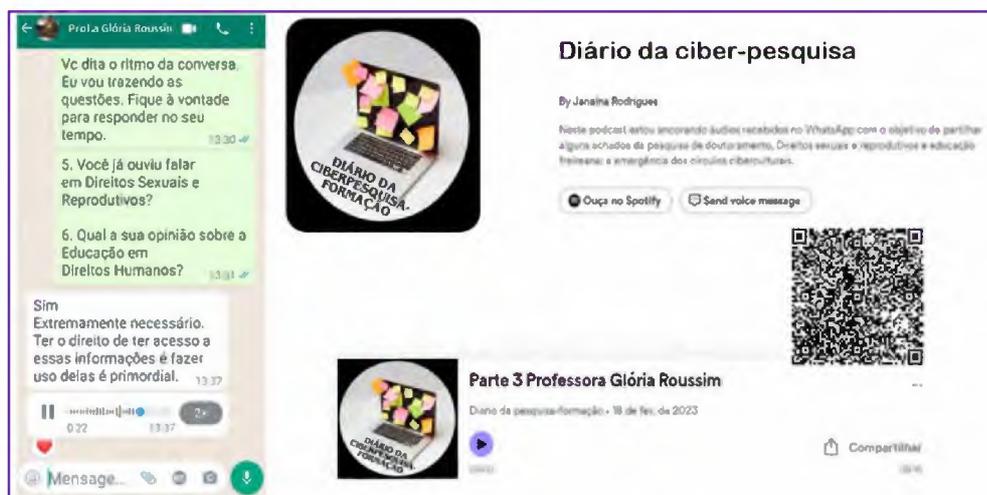
[20/2/23 12:13] *Prófessora Marlene Mendes*: Mídias sociais.

[9/3/23 20:39] *Professora Maria de Lourdes*: 5. Sim. 6. Acredito ser um dos caminhos para a conscientização, que na maioria das vezes, não são de conhecimento da população e dessa forma possam se apropriar e cobrar para que seus direitos sejam respeitados e cumpridos. É uma questão de dignidade humana.

[10/3/23 16:35] *Professora Marizinha Félix*: Janaina, boa tarde! Referente a pergunta número 5, assisti um documentário que dizia respeito a esse assunto. Não aprofundi o bastante para obter maiores informações. Pergunta número 6: Se faz necessário ampliar o conhecimento entre os jovens e adultos na importância de respeitar e honrar as leis que regem os direitos e deveres de cada cidadão que formam a sua nação. Através da Educação nas escolas estaríamos trabalhando junto com a Sociedade para obtermos mais rapidamente esse respeito.

A Professora *Dayse Mansur*, me disse que “Se quiser mandar todas de uma vez, fique à vontade!” Expliquei que a conversa é metodologia de pesquisa e também de *aprenderensinar*. Pra não ficar muito prescritivo e dirigido. Assim, vamos conversando com calma. Às vezes surge algo e eu faço outra pergunta que nem “era planejada” no intuito de compreender, aprofundar o entendimento da questão ou resposta. Nossa rotina no pós-pandemia segue exaustiva, marcada pelas transformações provocadas pelo capitalismo tardio, como a busca da produtividade desenfreada, o excesso de informação e telas, a falta de tempo para criar e descansar. Nesse sentido, é pertinente mencionar que optei por apresentar as datas e horários ao lado das narrativas, uma vez que as conversas duraram semanas, é nítido que os docentes buscaram brechas em seus tempos de lazer e descanso, alguns responderam em horário noturno, participaram quando foi possível, como nos fins de semana. Movimentos permeados por uma intrínseca rede de afetos tecida por profissionais competentes, dedicados à educação pública, que me acolheram afetuosamente e se dispuseram a contribuir com esta pesquisa. Abaixo apresento a captura de tela da conversa com a *professorapracante, Glória Roussim* (Figura 111). Também é possível ouvir o áudio, respondendo à *questão 6*, por meio do QR code e do link disponibilizados abaixo.

Figura 111: Conversas com a Prof.<sup>a</sup> Glória Roussim no WhatsApp



Fonte: Acervo pessoal da *prcfessorapesquisadora* (2023).

Disponível em: <https://podcasters.spotify.com/pod/show/janana-rodrigues/episodes/Parte-3-Professora-Glria-Roussim-e1v5k4p/a-a8qrahb>

Dando sequência às conversas com educadores no WhatsApp apresentei a Questão 7, aos praticantes da pesquisa: Você já orientou atividades e discutiu relações de gênero em suas aulas no Cerj? Em caso afirmativo, por gentileza, mencione alguma atividade desenvolvida por você na escola.

[07/11/2022 13:56] *Prcfessora Glória Roussim*: Sim. Transcrição de áudio: Não foi especificamente de gênero. Fiz atividades com eles com palavras-chaves: respeito, respeito à dignidade, à diferença, às minorias. E aí a gente chegou à questão. Eu tenho uma turma no Cerj, nessa minha turma 1003 eu tenho 14 alunos, uns sete são homossexuais. É uma turma super fácil de trabalhar, é uma turma que se respeita, eles já aprenderam a conviver com isso, sabe. Assim a gente foi fazendo um trabalho. A questão de respeito, frases. A gente pegou um monte de frases assim preconceituosas, que a gente não achava legal. Eu trabalho com eles uma atividade de argumentação que é o "sim, não e porque". Então nessa atividade, eu coloco frases bem chocantes. Sabe essas frases que ficam vinculadas na mídia, "bandido bom é bandido morto?". Aí coloco, sim, não e por que? Homossexualismo<sup>31</sup> é uma doença, sim, não ou por que? Pessoas negras são inferiores às pessoas brancas, "sim ou não e por que? Pra treinar argumentação, pra eles verem o quanto é ridículo determinados tipos de colocações que as pessoas fazem até sem perceber o tamanho do preconceito delas. Então não foi diretamente com gênero, o gênero entra. O respeito ao gênero entra, mas a gente trabalha muito isso no sim, não e porque, princípio da argumentação.

[07/11/2022 14:14] *Janaina Rodrigues*: Entendi. Situações repetidas no senso comum. Às vezes a gente nem tem a oportunidade de refletir, reproduzimos, pois fomos criados assim. Exige uma desconstrução. Parar e pensar no que estamos falando. Bacana!

<sup>31</sup> Na transcrição decidi manter a narrativa da praticante, todavia é importante destacar a compreensão acerca da importância política do emprego do termo homossexualidade na cena contemporânea e ressaltar a nossa implicação, minha e da praticante com a adoção de discursos e práticas antidiscriminatórios nesta tese, na escola e no mundo.

[07/11/2022 13:37] *Próf. Walmir de Freitas*: Sim. O papel das mulheres na sociedade contemporânea.

[07/11/2022 13:46] *Janaína Rodrigues*: Bacana! Em alguma série especificamente? Ou em todas as turmas?

[07/11/2022 14:13] *Próf. Walmir de Freitas*: Essa apresentação aconteceu no EducaCerj antes da pandemia. Mas sempre introduzo esse tema de gênero na [aula de] Sociologia.

[07/11/2022 14:14] *Janaína Rodrigues*: Excelente!! Eu tive a oportunidade de assistir. Os estudantes, sobretudo as meninas deram show!

[07/11/2022 14:16] *Próf. Walmir de Freitas*: Sim. Os temas sobre as questões das mulheres, a misoginia, a homofobia, o racismo devem na minha opinião fazer parte do currículo.

[07/11/2022 14:16] *Janaína Rodrigues*: Sem dúvidas! [...]

[22/11/2022 16:37] *Janaína Rodrigues*: Prof. Walmir de Freitas, boa tarde. Sei que está em aula, mas vou retomar a conversa, dar prosseguimento à pesquisa se não for incômodo. Chegamos à metade do caminho. Vc pode ficar à vontade para responder quando for possível. Puxando o fio do novelo ... Vc respondeu anteriormente que sim [questão 7], que orientou uma atividade no Educacerj sobre o papel das mulheres na sociedade contemporânea. Algo que sempre me chama a atenção na filosofia e ciência é o apagamento da mulher. No passado era bem raro a gente citar mulheres, recomendar a leitura, estudar suas obras na escola. Eu já observei que vc tem muito respeito pela obra de Rosa Luxemburgo, por exemplo. Na virada dos séculos 19/20 tivemos grandes pensadoras que conseguiram superar essa barreira, a partir de vários movimentos importantíssimos. Acerca disso queria saber duas coisas, amigo: a. Como vc vê a reação/postura das nossas alunas durante a atividade que vc propôs? Acha que pode favorecer a tomada de consciência? b. A prática que vc propôs é recorrente ou se trata de uma demanda que surgiu principalmente nos últimos anos?

[22/11/2022 16:51] *Próf. Walmir de Freitas*: a. O objetivo do trabalho foi a tomada de consciência. O empoderamento. E a necessidade da emancipação da mulher. b. É um tema recorrente.

[22/11/2022 16:54] *Janaína Rodrigues*: Eu acho que tem sido enriquecedor [sobre o item a]. Gostei muito de assisti-las em 2019, se não me engano. Hj temos excelentes ex-alunas e ex-alunos nas melhores universidades públicas. Fazemos nosso trabalho na escola, semeando *sempre, esperando*.

[21/11/2022 05:26] *Prófessora Maria Rosa*: Sim... Numa turma especificamente dialogamos sempre e já conversei individualmente algumas vezes com aluno q constantemente é bulinado devido sua opção... Um dos conteúdos trabalhados é a população, a questão de gênero é subtema... Desta vez, além do diálogo onde escuto pontos de vista e faço mediação, apresentei o trabalho realizado pela SMIDH, secretaria dos direitos humanos q dá suporte às mulheres, aos idosos e aos LGBTs... Conversamos sobre respeito, empatia e direitos... Neste ano, o tema TB entrou na pesquisa q fazemos p nosso jornal mural... A temática principal era qualidade de vida... Discutimos sobre bullying e uma aluna fez quadros mto impactantes...

[21/11/2022 05:52] *Janaína Rodrigues*: Obrigada, amiga. Bom dia. O que foram os quadros impactantes?

[23/11/2022 21:17] *Prófessora Maria Rosa*: Esta aluna é fantástica! Ela usa sua arte como protesto ao bullying, à discriminação, ao desrespeito... Ela faz desenhos mto significativos sobre o cotidiano q levam a reflexão sobre respeito a diversidade, necessidade de empatia e empoderamento... Qdo exponho seus quadros com os desenhos, um grupinho sempre se forma e o diálogo rola solto... Sempre chamam a atenção das pessoas! São instigantes e levam a pensar... (Grifos meus).

Abaixo, apresento a figura 112, que evidencia os desenhos elaborados pela *Estudante E*, durante as atividades de pesquisa sobre o *Setembro Amarelo*, que antecederam o círculo

freireano sobre Saúde mental e masculinidades e foram mediadas por mim e a *prcfessorapracicante, Maria Rosa*.

Figura 112: Desenhos elaborados pela Estudante E.



Fonte: Acervo pessoal da *prcfessorapesquisadora* (2022). Imagens cedidas gentilmente pela *Prfessora Maria Rosa*.

No primeiro desenho, é pertinente destacar a presença marcante da frase escrita pela praticante: “*Ainda há esperança*”. A narrativa que emergiu na fruição artística da *Estudante E.*, entrelaça-se perfeitamente ao pensamento freireano de que “ensinar exige alegria e esperança” (Freire, 2011b, p. 70). Se a esperança deve ser crítica, jamais ingênua (Freire, 2018a), corajosamente precisamos questionar, como uma pessoa triste, adocida e em um subemprego pode *aprenderensinar* com alegria e ter condições de “ser-mais” e estar no mundo com os outros em uma experiência transformadora? Pensando nos pressupostos da educação freireana e na importância de “dar sentido” aos atos de currículo que forjamos na escola e nas redes que instituímos, considero pertinente que, professores e estudantes se autorizem, sejam curiosos, se inquietem e estejam dispostos a criar, recriar e resistir à desesperança juntos, pois “a esperança é o condimento indispensável à experiência histórica” (*Ibidem*, p. 71).

As *prcfessoraspraticantes, Antonieta Mota*, que leciona Língua Portuguesa e *Delce Horta*, que leciona Biologia, responderam que não desenvolveram o tema relações de gênero nas aulas (Questão 7). Entretanto, apesar das dificuldades que surgiram ao longo do processo educativo, em razão do afastamento de ambas por motivo de saúde, achei pertinente rememorar a cocriação das *zines* sobre direitos sexuais e reprodutivos e *cyberbullying*.

[06/12/2022 13:43] *Janaina Rodrigues (perguntando à Professora Delce):* O que vc achou da atividade de cocriação das Zines? Publicamos vários trabalhos no Instagram do colégio, achei que nossos estudantes deram show de autoria! Poderia comentar essa atividade, ainda que brevemente?

[06/12/2022 14:24] *Professora Delce Horta:* A atividade de cocriação de zines foi pertinente para o incentivo a leitura, escrita, produção de vídeos e divulgação dos conhecimentos pesquisados e adquiridos durante as aulas, proporcionando aos alunos uma aprendizagem significativa de forma diferenciada, dinâmica e lúdica.

[06/12/2022 14:28] *Janaina Rodrigues:* Sim, é uma atividade bastante diversificada. Com diferentes usos e modos de fazer. A temática foi variada permitindo a abordagem de Infecções sexualmente transmissíveis, o Cyberbullying para além da discussão sobre a tessitura de conhecimentos acerca de direitos sexuais e reprodutivos. Vc acha que as atividades realizadas contribuíram na discussão de relações de gênero em nossa escola?

[06/12/2022 07:45] *Professora Delce Horta:* Sim.

A seguir, apresento outras narrativas emergiram nas conversas com os educadores sobre a abordagem das relações de gênero (Questão 7):

[12/12/2022 10:55] *Professora Themis de Almeida:* Já havia discutido sim. Normalmente trabalho assuntos que fazem parte de temas das aulas de redação para o Enem, em 2022 trabalhei temas como: Violência contra a mulher e Intolerância de gênero. Em anos anteriores já havia promovido debates sobre a questão do aborto e a mulher no mercado de trabalho.

[12/12/2022 14:14] *Janaina Rodrigues:* Bacana! 🍌🍌🍌. *Janaina Rodrigues:* Em relação ao gênero, seriam questões sobre machismo, patriarcado? Tb fiquei curiosa sobre o aborto, geralmente a temática da interrupção da gestação, ainda que garantida na legislação em alguns casos é tido como polêmica. Como foi a experiência, poderia comentar?

[12/12/2022 14:18] *Professora Themis de Almeida:* Sim, pq na vdd quase todos esses temas têm como causa a sociedade patriarcal. Então, sobre o aborto foi antes da pandemia, acho que em 2019. Foi um debate que causou muita polêmica, mas me lembro que a turma ficou bem dividida. Inclusive havia uma grávida na turma e ela ficou no grupo "pró aborto" e defendeu muito bem o direito de a mulher poder escolher. Mas apesar da polêmica e dos ânimos alterados, foi bem produtivo poder ouvir os 2 lados. Creio que se fosse nestes anos de 2022 (com conceitos "tradicionais" mais enraizados) seria muito difícil abordar tal assunto.

[12/12/2022 14:24] *Janaina Rodrigues:* [eu comentei sobre a menção à abordagem do tema aborto, postura corajosa e tema relevante]. Muito interessante. Acho a conversa importante. Faz pensar, ouvir o pensamento divergente. Possibilita a troca. E democraticamente, a visão pessoal, individual não deveria balizar questões do coletivo.

[12/12/2022 14:25] *Professora Themis de Almeida:* Sim, e na época foi o que prevaleceu "vc pode exercer seu direito individual e não optar pelo aborto, mas não pode impedir o direito coletivo". [Reagi com um ❤️]

[12/12/2022 14:26] *Janaina Rodrigues:* [eu concordando sobre a dificuldade (e medo) de trabalharmos algumas certas no ano de 2022]. Momento político delicado. Em nossa cidade há ainda além do conservadorismo, um forte apelo neopentecostal. Não sei se você observou isso, mas já apareceu em minhas conversas com a professora Maria Rosa.

[12/12/2022 14:27] *Professora Themis de Almeida:* Mas não sei se eu teria pernas pra trabalhar tal assunto no próximo ano ainda não. Mas creio que daqui a algum tempo "esse tradicionalismo" tende a diminuir... assim espero.

[12/12/2022 14:36] *Janáina Rodrigues*: Compreendo. A gente vê cada coisa, professores assediados, expostos nas redes, algumas vezes sem apoio da escola. Muita gente boa acaba cansando e se resguardando. Uma pena.

[11/2/23 12:11] *Professora Dayse Mansur*: Não fiz nenhuma atividade específica sobre as relações de gênero, apenas conversamos muito sobre o assunto, já que era interesse dos alunos que buscavam se afirmar na sociedade atual ultrapassada, culturalmente enraizada nela e que cabe a nós lutarmos para a cada dia para conseguir a igualdade de gênero, algo que nem era para ser discutido.

[20/2/23 13:05] *Professora Marlene Mendes*: Não [desenvolveu o tema relações de gênero nas aulas].

[14/3 17:28] *Marizinha Félix*: Na disciplina que eu ministro tive a oportunidade de compartilhar apenas em sala de aula os conteúdos com uma aluna que dizia que gostava de meninas e se vestia de menino, apesar de manter o seu nome. Tive pouco tempo com a aluna pois ela se transferiu para outro colégio e não trabalhei nesse assunto.

[14/3/23 18:41] *Janaina Rodrigues*: Entendi, muito obrigada.

[19/03/2023 14:14] *Professora Maria de Lourdes*: Sim. Inclusive foi usado como tema de uma dupla de Pibidianos que escreveram um relato de experiência. Em uma das aulas os alunos vivenciaram o rugby (esporte mais praticado por homens) e em outra aula vivenciaram o balet (dança mais praticada por mulheres), quem conduziu essa aula foi uma professora de balet convidada. Em um terceiro momento foi feita uma roda de conversa, onde os alunos puderam expor suas experiências e refletir sobre a questão de gênero nos esportes e danças.

[19/03/2023 14:21] *Janáina Rodrigues*: Que bacana! 🍌🍌. Foi antes da pandemia? Lembra o ano?

[19/03/2023 14:38] *Professora Maria de Lourdes*: Foi antes. Acho que foi em 2017. (Grifos Meus).

Acerca da questão do aborto, é importante destacar a dificuldade para promover a discussão da temática na escola, conforme relatado pela *Professora Themis*, que inclusive, destaca que “[...] se fosse nestes anos de 2022 (com conceitos "tradicionais" mais enraizados) seria muito difícil abordar tal assunto”. Apesar dos perigos, o aborto foi um tema que emergiu nas conversas com os praticantes da pesquisa durante as aulas de Biologia, conforme destaquei quando narrei a atividade de cocriação no Jamboard do Google (cf., item 6.4, p. 256). Os movimentos da pesquisa, despertaram atravessamentos em mim, sobretudo, a partir do relato pungente de Djamila Ribeiro (2021, p. 59) acerca de uma conversa na qual a sua mãe, Irani lhe fez uma confidência que mudou para sempre a relação entre as duas:

Quando engravidei de você, seus irmãos eram todos bebês, sua irmã tinha meses ainda. Eu fiquei desesperada, como ia ser cuidar de quatro filhos numa casa que quando chovia até cobra entrava? Como seria se seu pai não conseguisse o registro de estivador [...]? Passaríamos necessidade? Eu tive muito medo e resolvi procurar um curandeiro da vila, que oferecia chás abortivos e simpatias pra que a gente interrompesse a gravidez. Ele disse que era pra eu tomar um chá, segurar uma chave e fazer uma reza. Eu fui pra casa, fiz o que ele mandou e nada. Fiquei preocupada e voltei lá. Ele me disse que eu não deveria ter segurado a chave com força ou não tinha rezado com fé. Voltei pra casa, fiz novamente o que ele me mandou e nada. [...] Filha, passei sua gravidez toda com medo, não ia me perdoar se você nascesse com algum problema que eu poderia ter causado. E não pude dividir isso com ninguém, porque sabia que as pessoas me condenariam.

As reflexões suscitadas pela leitura da obra de *Cartas para minha avó*, me ajudaram a observar que quase sempre somos duras demais com as nossas, ao passo que somos socializadas para minimizar e relevar as falhas dos homens, em uma postura que os infantiliza e beneficia, enquanto aumenta a carga das mulheres, tal como exposto por Ribeiro (2021). Também me fizeram ponderar sobre a necessidade de *aprenderensinar* assuntos relacionados aos DSR com os homens, para possam assumir a corresponsabilidade na contracepção, que socialmente é delegada quase exclusivamente, às mulheres.

Em *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*, bell hooks (2019a, p. 51), discute as controvérsias que envolveram o desenvolvimento da pílula anticoncepcional na década de 1960, pois apesar de elas terem sido “criadas por cientistas homens, a maioria dos quais não era antissexista” e da relação observada entre a administração de altas doses de estrogênio e diversos efeitos colaterais, a escolha do método ajudou a pavimentar a libertação sexual das mulheres. Todavia, de acordo com a autora,

Vários de nós somos as crianças não planejadas de mulheres talentosas e criativas que tiveram suas vidas mudadas por uma gravidez não planejada ou indesejada. Nós testemunhamos a amargura, a raiva, a frustração com a sua situação de vida. E estava claro que para nós não poderia haver qualquer libertação sexual genuína para mulheres e homens sem melhores e mais seguros métodos contraceptivos – sem o direito ao aborto seguro e legal (*Ibidem*, p. 50).

À semelhança do narrado por Ribeiro (2021), também ouvi da minha mãe o relato sobre o uso de chás oferecidos por benzedeiras com a cumplicidade de outras mulheres da família para provocar o abortamento quando ela me concebeu com meu pai, aos 18 anos de idade. Penso que a decisão de seguir com a gestação deve ser uma escolha da mulher. Além disso, defendo que a escola deve se comprometer com a educação sexual e reprodutiva para que os adolescentes tenham o direito de se informar assegurado e que o Estado deve investir também na saúde sexual e reprodutiva, para que todos possam decidir se querem ter filhos ou não, sobre a quantidade e o momento de suas vidas que pretendem concebê-los. Eu gostaria que nenhuma mulher sentisse medo diante de uma gestação não desejada, nem tivesse que arriscar a sua vida em razão de violações dos DSR.

Desse modo, a escrita desta tese, de certo modo, foi uma forma de reencontrar a minha mãe para finalmente, acolhê-la. Sei que a minha avó, uma mulher que pariu 15 filhos e ficou viúva os 42 anos, com 9 filhos menores de idade, nunca conversou com ela sobre contracepção. Esse tema também era um tabu para geração dela. É evidente que ambas não tiveram acesso à saúde sexual e reprodutiva nem à educação sexual na escola. Com esse exercício reflexivo, eu percebi suas vulnerabilidades, considerando-se que estamos imersos em uma estrutura social

extremamente dura com as mulheres, mas também pude reconhecer sua fortaleza dessas mulheres, pois elas não sucumbiram e se aliaram para me educar, sozinhas.

Na sequência apresento a Questão 8: Você respondeu afirmativamente à questão anterior afirmativamente (que orientou atividades no Cerj sobre a discussão de relações de gênero). Então, poderia comentar por gentileza, se é uma prática recorrente ou se trata de uma demanda que surgiu ou se acentuou nos últimos anos? Abaixo, trago as narrativas que emergiram nas conversas com professores praticantes pelo WhatsApp:

[07/11/2022 14:16] *Professora Glória Roussim*: Transcrição de áudio: É recorrente sabe por quê? A gente vai trabalhando com o aluno desde do primeiro ano, a questão da dissertação voltada para o Enem. Só que não dá pra trabalhar só no terceiro. Então a gente vai trabalhando pequenas coisinhas no primeiro [ano], aí a gente vai aumentando a dificuldade no segundo e o ápice é o terceiro. Mas vc tem que treinar o menino desde sempre a argumentar. Com argumentos sólidos. E assim todas as redações do Enem (tudo bem que nós últimos anos as questões firam ridículas, entendo), mas até então as questões eram bem de cunho social, então o moleque tinha que entender do que a gente estava falando, tinha que entender que discriminação não é brincadeira, qualquer tipo de discriminação é crime. Então, quando a gente dá esse tipo de trabalho pra ele, isso é uma coisa recorrente, principalmente em língua portuguesa. Porque a gente precisa fazer com que ele pense nessa dinâmica de você reproduzir uma situação porque está acostumado. Essas coisas povoam o imaginário da gente. Sabe um exercício que eu faço muito com os meus alunos? Eu dou assim questões, peço pra eles imaginarem. Falo por exemplo: você foi a um hospital e um médico muito atencioso veio te atender. Como era esse médico? É automático, Janaína. Todos eles responderam, ah era "branco, era bonito", isso tem que sair da cabeça deles. O adjetivo do médico não pode ser branco. O adjetivo do médico tem que ser competente. Então todas essas coisinhas que a gente vai fazendo com eles é pra despertar neles que existe esse preconceito gravado nele. Tá gravado. Ele é treinado desde sempre a pensar. Como eu [também] faço o caminho inverso: você tá numa rua, vê um garoto e ele te assalta. Como é esse garoto? Ah, é "um pivete, ele é preto". É automático! Então a gente precisa tirar isso do moleque desde cedo [no primeiro ano]. Ah, vc viu uma pessoa gritando no meio da rua, fazendo um show, não sei o quê, como era ela?" Ah, é automático, filha! "Era uma bichinha", entendeu? Então eles têm que tirar isso da cabeça deles. "Era meio afeminado", sabe? [Outro exemplo] tem uma menina na sua sala que briga com todo mundo. Como ela é? A primeira coisa [que os estudantes falam], "ah, ela é sapatão". Então, a gente tem que retirar esses valores distorcidos da cabeça do menino, senão a gente vai tá sempre reproduzindo uma sociedade que desde pequenininho coloca na cabeça deles que isso é normal e não é.

[07/11/2022 14:23] *Janaína Rodrigues*: Interessante. São análises estereotipadas. Mas há falta representatividade de fato. É importante eles perceberem a transformação relacionada à questão das cotas, por exemplo. Temos tantos estudantes do Cerj na universidade federal!

[06/12/2022 13:44] *Professora Maria Rosa*: Faz parte do trabalho de Geografia e da escola... Trabalhamos estas questões de gênero no dia a dia pq o jovem possui infinitas interrogações sobre... Planejo sempre algo mais sistematizado quando trabalhamos o tema população, mas não é regra... Questões relacionadas a gênero não vem nos livros didáticos, mas aparece nas atividades propostas... Atualmente, falar sobre relações de gênero vem acompanhado de muitas declarações preconceituosas e debates bem agressivos... Nem de longe, somos povo brasileiro q foi conhecido como acolhedor... Nos falta empatia e respeito pelas pessoas... Gosto muito de destacar personalidades queridas pelos jovens alunos e trabalhar suas histórias e feitos... Muitos ficam surpresos com a descoberta q são humanos como nós, com lutas diárias, preferências, opiniões e decisões nem sempre fáceis de serem tomadas... Como são muitos alunos,

eles têm acesso a diversas personalidades e descobrem as preferências, estilos de vida do colega que senta ao lado... Aí começa uma boa abertura para novos papos, trocas de ideias q, sim, contribuem com respeito mútuo... Conhecer favorece o entender e o aceitar!

[06/12/2022 13:47] *Janaína Rodrigues*: Você e os estudantes fazem um trabalho muito lindo, implicado e relevante. Eu passo no corredor, vejo o mural, os registros das coisas que vcs produzem, pesquisam e conversam na aula e TB na troca possibilitada pelo WhatsApp e fico muito babando. Admiro muito o trabalho que vcs estão fazendo [Maria Rosa marcou com um ❤️]. Vou colocar a próxima aqui. Fica à vontade pra responder no seu tempo.

[12/12/2022 15:05] *Prófessora Themis de Almeida*: Tem sido uma prática recorrente desde 2015, quando estava corrigindo redações sobre "O papel da mulher da sociedade" e me deparei com frases do tipo: "lugar de mulher é na cozinha"; "mulher gosta de apanhar"; "mulher não tem a mesma capacidade que os homens" entre outras. E mesmo sabendo que vivemos em uma sociedade machista, fiquei horrorizada de estas falas surgirem de adolescentes. Desde então sempre tento trabalhar tais temas, porém nos últimos anos se acentuou muito a necessidade de tal trabalho.

[12/12/2022 15:15] *Janaína Rodrigues*: Sem dúvidas, é impossível a gente se deparar com isso e se calar. Que bom que é uma temática abordada cada vez mais. Ainda que algumas de nossas práticas aparentam ter uma pequena visibilidade, não esmorecemos, vamos tocando em frente, nos comprometendo com um trabalho fundamental em nosso tempo.

[12/04/2023 16:46] *Professora Maria de Lourdes*: Sim, é recorrente. Quando abordamos temas como tipos de provas de ginástica, qualidade física... o assunto sobre gênero é questionado.

Seguindo com as conversas trouxe a Questão 9: Você já desenvolveu atividades relacionadas à Semana de prevenção da gravidez na Adolescência no CERJ? Em caso afirmativo, por gentileza, comente a atividade desenvolvida e a série. A seguir, é possível verificar a transcrição das narrativas dos professorespraticantes da pesquisa:

[07/11/2022 14:24] *Prófessora Glória Roussim*: Não.

[21/11/2022 10:48] *Prófessora Antonieta Mota*: Não. Acho que a atividade aconteceu enquanto eu estava de licença, pois não me lembro dela.

[21/11/2022 10:49] *Janaína Rodrigues*: Entendi. Vc deve estar se referindo às zines.

[21/11/2022 10:56] *Prófessora Antonieta Mota*: Eu realmente estava de licença. Tanto que só vi as que estavam prontas quando voltei.

[21/11/2022 10:56] *Janaína Rodrigues*: Sim. O que achou da experiência, ainda que breve? Achei que os estudantes deram show de autoria. A divulgação no Instagram da escola TB foi bem legal.

[16/12/2022 18:57] *Prófessora Antonieta Mota*: Achei muito legal o projeto. Inclusive, eu não conhecia as zines.

[16/12/2022 18:58] *Janaína Rodrigues*: Obrigada. Ficou muito bacana mesmo. Vou colocar a próxima questão. Responda quando possível. 🤔

[06/12/2022 13:06] *Próf. Walmir de Freitas*: Ok. Não desenvolvi [atividades sobre a prevenção gravidez na adolescência].

[12/12/2022 15:29] *Prófessora Themis de Almeida*: Relacionadas à Semana de prevenção, não.

[12/12/2022 15:33] *Janaína Rodrigues*: Ok, obrigada.

[12/12/2022 14:39] *Professora Delce Horta*: Sim. Os alunos da turma 2001 pesquisaram e apresentaram os dados sobre os principais métodos contraceptivos utilizados, mais eficazes etc. Também participaram da dinâmica Fato ou Fake da Sexualidade onde analisaram informações pertinentes a sexualidade e prevenção de gravidez e IST's na adolescência.

[12/12/2022 14:42] *Janaína Rodrigues*: Oi, Delce! Obrigada. Espero que esteja tudo bem. Não nos vimos hj. Maravilha, a abordagem nos moldes de Fato ou Fake! Há realmente muita dúvida sobre a temática, tabus, e crenças arraigadas que dificultam o conhecimento sobre o corpo, o cuidado de si e do outro. Os estudantes se mostraram interessados? Geralmente é uma temática que eles adoram.

[12/12/2022 14:52] *Professora Delce Horta*: Eles se mostraram muito interessados, participaram em duplas, mas em conjunto com a turma, foi bem bacana. Tinham muitas frases como por exemplo: "é a minha primeira vez, não preciso usar camisinha, pois não irei engravidar". Tinham também frases que voltadas para o "respeito às opções sexuais das pessoas", etc... Aí tinham que dizer se era Fato ou Fake e explicar o porquê, quando tinham dificuldade a turma intervia e explicava. Então, eu fiz outro procedimento cirúrgico e graças a Deus ocorreu tudo bem, estou de repouso. 🙏

[12/12/2022 14:56] *Janaína Rodrigues*: A escola é diversa, plural. Que bom que questões sobre orientação sexual foram trazidas, importante a gente discutir os direitos sexuais, o respeito e o combate à LGBTfobia. Fico feliz de saber que essas questões não são apagadas. Realmente, vejo nossos alunos mais conscientes e com vontade de falar, de se expressar.

[15/12/2022 08:03] *Professora Maria Rosa*: Sim... Tínhamos um projeto onde preparávamos os terceiros anos p os trabalhos nas Universidades... Mostrávamos a estrutura e os padrões de formatação de um TC e estimulávamos que experimentassem a realização em grupo... Depois, eles se apresentaram à banca de professores e convidados... Era um trabalho bem interessante e edificante... Os temas eram escolhidos pelos alunos... A temática da gravidez na adolescência foi abordada algumas vezes, atrelada a planejamento familiar e necessidade de suporte a jovem mãe... Certo ano, foi de emocionar... Os alunos fizeram uma homenagem a uma aluna q perdeu o bebê já na época de tê-lo ... Ela teve depressão e foi acolhida pela turma ...

[15/12/2022 08:21] *Janaína Rodrigues*: Um excelente trabalho de ensino e pesquisa. 🍷🍷🍷. Muitos estudantes chegavam à universidade sem acesso à metodologia da pesquisa, a textos e escrita acadêmica. Tive a oportunidade de orientar dois trabalhos, um sobre Gravidez, inclusive uma das membras da equipe estava gestante. Experiência maravilhosa pra estudantes e para nós. Lembro-me da organização, vc presidente das bancas, tendo um professor do Cerj como orientador e um membro externo. Eu amei participar, colaborar. 🤗❤️. [Professora Maria Rosa marcou com um ❤️]. Depois vc saiu dos terceiros e o projeto foi descontinuado, infelizmente. Estamos caminhando pra o fim dessa conversa, que evidentemente não se esgota aqui. Mas eu não poderia deixar de agradecer por sua participação na pesquisa e todo apoio, amor que vc partilha conosco na escola.

[13/2/23 09:42] *Professora Dayse Mansur*: Fizemos uma semana do seminário, no 9º ano, em sala de aula mesmo, durante as aulas de Produção Textual, escolhemos os temas que faziam parte do dia a dia na comunidade dos alunos e sobre a Gravidez, fizemos um debate e pesquisas (em duas aulas além das apresentações do tema com cartazes e exposições orais), sobre a busca por liberdade desenfreada, da prevenção - dos métodos contraceptivos e da problemática na vida da adolescente, exemplos familiares e de amigos com a gravidez na adolescência.

[20/2/23 13:16] *Professora Marlene Mendes*: Também não [desenvolveu atividades sobre a prevenção da gravidez].

[18/3/23 18:51] *Marizinha Félix*: Não realizei atividade, mas participei com os colegas de Biologia da palestra Gravidez na adolescência ministrada com os profissionais de saúde.

[18/3/23 19:01] *Janaína Rodrigues*: Obrigada. A palestra foi em 2022? Vc lembra quando foi?

Transcrição - Áudio Marizinha Félix: Bom dia, Janaína. Não. Quando eu participei foi junto, não com o grupo de 2022, foi anterior. Só que agora não lembro a data. Mas não foi essa de 2022, não. Já tinha existido uma anterior que foi proposta não sei se tinha a professora xxx e outra diretora, fizeram. A escola sempre faz, né porque fica preocupada.

[20/3/23 11:42] *Janaína Rodrigues*: Entendi. Então deve ter sido entre 2016 e 2019, anterior à pandemia.

[12/04/2023 17:56] *Prfessora Maria de Lourdes*: Especifico não, mas levei palestra sobre ISTs na eletiva saúde e bem-estar [componente do Novo Ensino Médio].

Dando continuidade aos apontamentos registrados nas conversas com educadores pelo WhatsApp, apresento a Questão 10: *Você já desenvolveu com os estudantes do Cerj, atividades relacionadas ao combate à violência contra as mulheres?* Em caso afirmativo, cite as atividades desenvolvidas por você recentemente na escola. Na sequência, temos as transcrições das narrativas dos praticantes:

[07/11/2022 14:29] *Prfessora Glória Roussim*: Sim. Trouxe reportagem sobre sobre feminicídio. Dados estatísticos, textos e falei sobre lei Maria da Penha. Transcrição áudio: Esse eu fiz esse ano [2022]. Você fez a palestra de manhã (comissão mulher OAB) com os alunos. Ai de tarde, eu fiz esse trabalho com eles, lá em março, sobre isso, sobre essas atividades.

[07/11/2022 14:32] *Janaína Rodrigues*: Sim. Fizemos a roda de conversas com a participação dos estudantes e das membras da Comissão mulher da OAB VR. Qual a sua impressão sobre a roda de conversas na escola? Vc contribuiu imensamente. Eternamente grata pelo seu apoio e atuação direta nas atividades que desenvolvemos.

[07/11/2022 14:36] *Prfessora Glória Roussim*: Acho muito interessante e necessário!!! Essas atividades fazem a diferença na qualidade da aprendizagem!!! Transcrição áudio: Oh, Janaína. Não tem coisa mais interessante de você ver que às vezes a palavra de uma pessoa. Igual àquelas meninas [advogadas da Comissão mulher] da OAB [Volta Redonda]. A medida em que elas iam falando e tocando em determinadas alunas, você via até a mudança de comportamento delas. É importante esses alunos verem que não estão sozinhos no mundo. E que a gente entende tudo que os cerca. Entendeu? Então qualquer atividade diferenciada é feita dentro da escola. Que faça com que o aluno veja que a situação que ele passa, que ele não é único, não tá sozinho naquela história, pra mim já vale a pena. Questões sobre aborto, sobre suicídio, sobre doenças sexualmente transmissíveis, sobre violência com a mulher, tudo isso é muito importante [...]

[07/11/2022 14:33] *Janaína Rodrigues*: Eu queria te perguntar sobre a participação dos estudantes. Você acha que eles gostaram da conversa? Muitos participaram, construíram as questões de maneira colaborativa.

[07/11/2022 14:33] *Prfessora Glória Roussim*: Transcrição áudio: [...] gostaram muito. Lógico que a gente tem aluno que nem se a gente colocar a Anitta pra dançar eles vão gostar, eles vão querer outra, outro. Mas a gente tem muita gente ali que se viu na fala das advogadas, que se viu representado e o que melhor, se viu fazendo o trabalho delas. Eu gostei muito de ver isso, principalmente aluno de terceiro ano, sabe. Eles se identificaram, eu gostei muito. Isso é muito necessário.

[07/11/2022 14:39] *Janaína Rodrigues*: [...] acho bacana a identificação com a profissão de advogada. Temos várias egressas do Cerj cursando Direito. Você poderia comentar o caso daquele aluno do segundo ano que parecia incomodado com as questões que os colegas trouxeram pra roda de conversas? Esse aluno pediu

transferência, mas um professor da escola comentou que ele ficava incomodado com o "meu feminismo".

[07/11/2022 14:41] *Professora Glória Roussim*: Transcrição áudio: Ele tava incomodadíssimo com as colocações. E à medida em que a menina ia falando sobre o número de pessoas mortas. Primeiro ele ficou incômodas com o banner. Quando ele viu o banner, ele falou "nossa, o que é isso?". Aí alguém fez um comentário com ele, ele falou que isso é sério. Ele não foi meu aluno, que a gente tava vindo de pandemia, né. E aí assim, à medida que ia falando, a gente notava que ele vivia isso dentro de casa ou que era muito próximo dele, porque não ficou uma coisa de incômodo, dele achar que era uma coisa que podia acontecer com ele e ele estaria do outro lado. Não. É uma que ele viveu na pele. [...]. Eu não lembro o nome dele, porque ele não foi meu [aluno]. Mas ele ficou sentado o tempo todo perto de mim e a cada gracinha que um colega fazia mais ele brigava com isso, mais ele ficava revoltado [...]. A sensação que eu tive foi que ele já tinha vivido, já tinha sentido na pele, o que era ver uma mãe apanhar, o que era ver uma mulher ser espancada, o que era ficar calado pra ninguém perceber. Eu não me lembro o nome dele, mas sei que era do segundo ano lá do cantinho [turma 2002].

[07/11/2022 15:08] *Janaína Rodrigues*: O banner estava tão lindo! Foi super elogiado. Esse aluno pediu transferência no meio do ano. Vc acha que ele gostou da roda de conversas?

[07/11/2022 15:19] *Professora Glória Roussim*: Transcrição áudio: Com certeza. Acho que pra ele foi bom saber que todo incômodo que ele estava sentido de já ter vivido tem solução. E que se ele passar por isso de novo ele sabe onde recorrer. Isso tava nítido nele.

[07/11/2022 15:24] *Janaína Rodrigues*: Excelente! Que bom saber que nossas ações não apenas visam a formação escolar dos jovens. Conseguimos ir além da sala de aula, do currículo formal. Excelente! Que bom saber que nossas ações não apenas visam a formação escolar dos jovens. Conseguimos ir além da sala de aula, do currículo formal.

[07/11/2022 15:24] *Professora Glória Roussim*: Transcrição áudio: Nossa, Janaína. Eu fiquei encantada com o trabalho. Assim, apaixonada pela fala das meninas. E fiquei encantada pelo engajamento seu. Eu gosto muito disso, esse tipo de escola me chama a atenção, entendeu. Eu sou gramaticqueira, eu sou professora tradicional, eu tenho mais de trinta anos de sala de aula, mas essas atividades que você mostra pra o aluno que existe perspectiva, que existem outras opções, que o mundo é muito além da bolha que ele está, isso mexe muito comigo. Não só como pessoa, mas também como profissional. Então esse trabalho que foi feito pra mim foi só perfeito, sabe. As colocações das meninas, o posicionamento, a certeza, a firmeza com que fala, porque isso muda tudo, porque a pessoa pode dominar muito, quando ela começa a falar, essa expressão tá na moda, expressões de moda não me agradam muito, mas é certo, esse momento de fala dela, perfeito, pertinente, então ajuda isso muito, sabe. Ela é mulher, ela é advogada, ela conhece a lei e aí a gente consegue aproximar, porque às vezes a gente fala pra o aluno, ele olha pra gente e ele não consegue ver todos esses links voltados pra gente. Uma pessoa de fora inspira uma confiança, principalmente quando tem conhecimento.

[07/11/2022 15:31] *Janaína Rodrigues*: Obrigada pelo carinho! Todo mundo junto construindo uma escola pública de qualidade. Ativa, colaborativa e atenta às demandas atuais e sociais. (Grifos meus).

Nas narrativas transcritas acima, a *professorapracante, Glória Roussim* nos conduz aos conceitos de Lugar de fala e de representatividade, pois a mediação no círculo freireano sobre os 15 anos da Lei Maria da Penha (item 6.1, p. 169), além de tocar *as* estudantes, possivelmente pelo caráter emancipador, também provocou *os* estudantes, mobilizou o interesse e despertou a empatia, a exemplo do praticante mencionado na transcrição acima, na qual a

*professorpraticante, Glória*, me conta a sua percepção sobre a atividade, o comportamento e a participação dos estudantes.

A leitura da obra *O que é lugar de fala?* de Djamila Ribeiro (2019), trouxe novas cores e nuances para o meu entendimento acerca da narrativa da praticante da pesquisa. Na obra, a autora nos ajuda a refletir que o conceito de lugar de fala não deve ser entendido em uma perspectiva individual ou universalista, pois “o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (*Ibidem*, p. 69). A partir das contribuições de diversas autoras como Lélia Gonzalez, Patricia Hill Collins e Grada Kilomba, a filósofa Djamila Ribeiro explica que,

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir. [...] Quando falamos de direito à existência digna à voz, estamos falando de lócus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre o racismo, por exemplo (*Ibidem*, p. 64).

Seguindo essa linha de raciocínio, embora o lugar do qual se fala deva ser considerado, a ideia de que somente os oprimidos devem falar “de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica nem sequer se pensem”, precisa ser superada (*Ibidem*, p. 83). Desse modo, a autora destaca que seria importante que homens cis, brancos e heterossexuais conversem entre si, se eduquem e participem do debate sobre as opressões sexistas, de raça, orientação sexual, etc. De modo semelhante, em sua argumentação acerca do conceito de lugar de fala, Pinheiro (2023, p. 62) enuncia que, “todo mundo tem o seu”, sendo assim, não deveríamos ver, tanta “gente branca antirracista se utilizando desse entendimento equivocado de lugar de fala para silenciar e não se colocar devidamente pela equidade racial em espaços sociais onde elas estão” e as pessoas negras e trans ainda não conseguiram ocupar.

Partindo dessas premissas, compreendi que como uma mulher branca, eu posso pesquisar as relações de gênero e incentivar a discussão das intersecções que atravessam o cotidiano de outras mulheres e oprimem sobretudo, as mulheres negras, trans, lésbicas, periféricas. Por isso, na conversa sobre a Lei Maria da Penha, além das advogadas, membras da Comissão da Mulher da OAB – Seção Volta Redonda, também foi importante dialogar e ouvir a *Membra D.*, minha ex-aluna e mulher preta, que havia passado recentemente no Exame da OAB, cuja presença evocou a questão da representatividade entre as/os estudantes. Inclusive, para nossa alegria, alguns dias após a sua participação em nosso círculo freireano, a *Membra D.*, contou para mim e para o *professorpraticante, Walmir de Freitas*, que ela havia sido convidada para compor a Comissão de Igualdade Racial e Intolerância Racial, da OAB – Seção Volta Redonda.

Os movimentos da pesquisa capturaram a atenção e a emoção da *professorapracicante*, Glória. A figura 113, evidencia a captura da tela de alguns trechos das conversas com a praticante, além disso, os QR codes disponibilizados e os links direcionam para os dois áudios enviados para o meu diário de ciber-pesquisa formação no *Spot.fy for Podcasters*.

Figura 113: Mais um trecho das conversas com a prof.<sup>a</sup> Glória Roussim



Fonte: Acervo pessoal da professorapesquisadora (2022).

Disponíveis em: <https://anchor.fm/janana-rodrigues/episodes/Parte-10-Professora-Glria-Roussim-e22idit> e  
<https://anchor.fm/janana-rodrigues/episodes/Parte-11-Professora-Glria-Roussim-e22idkv>

Prosseguindo com as conversas com educadores no WhatsApp, apresento mais transcrições das narrativas dos praticantes sobre o desenvolvimento de atividades relacionadas ao combate à violência contra as mulheres (*Questão 10*). Nas narrativas percebo que o praticante está descontente com os problemas de infraestrutura do colégio e a falta de recursos tecnológicos:

[22/11/2022 16:54] *Janaína Rodrigues* conversando com o Professor Walmir de Freitas: Nós desenvolvemos com os estudantes do Cerj, uma atividade relacionada ao combate à violência contra as mulheres. Uma roda de conversas no Google Meet.

[22/11/2022 17:02] *Prcf. Walmir de Freitas*: Com a Professora Maria Rosa, né?

[22/11/2022 17:02] *Janaína Rodrigues*: Na ocasião, discutimos o aumento da violência na pandemia, sobretudo em relação às meninas e mulheres negras. Sim. Majoritariamente os alunos gostaram muito. Tanto que pediram pra fazermos mais atividades assim.

[22/11/2022 17:04] *Prcf. Walmir de Freitas*: Sim.

[22/11/2022 17:04] *Janaína Rodrigues*: Um aluno demonstrou desconhecimento sobre a relação racismo/capitalismo, lei de cotas, feminicídio. Foi tenso, mas a experiência mostrou que o caminho é longo. Que a conversa N acabava ali. Ainda há muito a aprender. É um excelente aluno. Inclusive continua participando de tudo.

[22/11/2022 17:05] *Prcf. Walmir de Freitas*: Legal.

[22/11/2022 17:05] *Janaína Rodrigues*: No meu entendimento há amadurecimento desde então. Tô falando do [Estudante] Gu.

[22/11/2022 17:06] *Prcf. Walmir de Freitas*: Bom aluno.

[22/11/2022 17:09] *Janaína Rodrigues*: a. Para vc como foi a experiência do círculo [freireano e cibercultural] que realizamos na pandemia sobre a violência contra a mulher? b. Vc costuma abordar esse tema nas aulas?

[22/11/2022 17:11] *Prcf. Walmir de Freitas*: a. Uma experiência importante, pois esse debate normalmente é realizado de forma presencial. E o fato das pessoas participarem on-line, mostrou o grande interesse pelo tema. b. Sempre abordo. É uma questão de cidadania

[22/11/2022 17:15] *Janaína Rodrigues*: Pois é. Conseguimos explodir o horário da sala de aula. Foi uma conversa à noite. Com previsão de 1h mas que durou quase 3h. Valeu demais.

No final os estudantes pediram pra fazermos toda semana. Eles foram indicando outros temas... Alguns conseguimos retomar esse ano. Como a Saúde mental e masculinidades e a conversa sobre a Lei Maria da Penha com a comissão OAB mulher Volta Redonda.

[22/11/2022 17:17] *Prcf. Walmir de Freitas*: Sim. A escola não tem infraestrutura adequada. Aparelhos tecnológicos, espaço físico já que o salão [auditório] fica sempre interditado.

[22/11/2022 17:31] *Janaína Rodrigues*: Poxa, isso dificulta bastante.

[22/11/2022 17:31] *Prcf. Walmir de Freitas*: Sim, muito.

[22/11/2022 17:31] *Janaína Rodrigues*: Inclusive, no círculo sobre a Lei Maria da Penha o microfone fez falta. Os estudantes deram show. Foram muito atenciosos.

[22/11/2022 17:33] *Prcf. Walmir de Freitas*: Sim. Como pode isso?

[22/11/2022 17:34] *Janaína Rodrigues*: A falta do microfone, né? Eu planejei a atividade com meses de antecedência. Achei que os microfones estavam bons. Ninguém me alertou. No círculo sobre saúde mental e masculinidades, já cientes da situação, os estudantes nos emprestaram.

[22/11/2022 17:37] *Prcf. Walmir de Freitas*: Falta de tudo. Data Show...

À despeito das dificuldades materiais observadas na maioria das escolas públicas brasileiras, avalio que a falta de microfone em condições de uso deu-se em razão de termos lecionado nos períodos letivos de 2020 e 2021, predominantemente na modalidade de Ensino Remoto emergencial, circunstância que disparou inúmeros desafios para docentes, dirigentes e estudantes e redirecionou as prioridades. Acredito que a nossa falta de experiência em atividades com muitos participantes e uso limitado do auditório em nossas aulas, que conforme destacado pelo praticante, “*fica sempre interditado*”, pois havia passado por uma reforma no ano anterior à pandemia e costuma ser utilizado como depósito de livros didáticos e outros materiais, por falta de espaço na biblioteca escolar, também colaboram para o esquecimento do microfone. Nesse sentido, é importante destacar que, embora não tenhamos funcionários de apoio em número suficiente, o que sobrecarrega a equipe diretivo-pedagógica, observei que todos se dedicaram para que o círculo freireano sobre os 15 anos da Lei Maria da Penha. Sendo

assim, a falta do microfone foi um obstáculo que dificultou a comunicação em alguns momentos, mas foi superado coletivamente pelos praticantes que se interessaram pela atividade e não pouparam esforços para que as conversas acontecessem, contornando o problema que surgiu.

Outro fato que merece ser ressaltado é a presença constante e ativa do *Estudante Gu.*, em nossos círculos freireanos e ciberculturais, por dois motivos. Primeiro, porque eu nunca lecionei Biologia nas turmas desse praticante, que chegou aos nossos encontros graças às mediações dos *prcfessorespraticantes*, *Maria Rosa* e *Walmir*, que lecionam, respectivamente Geografia e Sociologia nas turmas do 1º e 2º ano do EM. Um achado que evidencia a colaboração entre os praticantes e que, provavelmente seria um indicativo de que conseguimos forjar atos de currículo para além do ensino de Biologia, que segundo dados apresentados ao longo deste estudo, é o componente disciplinar que, tradicionalmente, mais articula práticas de educação e saúde sexual e reprodutiva nas escolas. Em segundo lugar, a partir da observação do interesse e regularidade de adesão do *Estudante Gu.*, as atividades propostas nesta pesquisa, não seria exagero ressaltar que as ações educativas que cocriamos podem ter contribuído na formação dos praticantes, no que tange à tessitura de conhecimentos acerca dos DSR no cotidiano do CERJ.

Na sequência, trago mais narrativas nas quais os professores tecem comentários acerca de atividades relacionadas ao combate à violência contra as mulheres desenvolvidas em suas aulas, enquanto outros revelam que não costumam abordar a temática (*Questão 10*).

[26/12/2022 13:31] *Prcfessora Maria Rosa*: Este ano nossa parceria foi supimpa! Tivemos a oportunidade de conversar com representantes da OAB sobre os direitos das mulheres... Assuntos como violência contra a mulher vieram à tona antes e depois da nossa roda de conversa... Eu já fui vítima de violência doméstica...

[26/12/2022 14:03] *Janaina Rodrigues*: Muito forte, Maria Rosa! Desejo sinceramente que vc consiga superar, que as coisas se ajeitem. Vc já deu muitos passos quando conseguiu enxergar o abuso, teve força pra lutar e coragem pra falar a respeito, trabalhar essa temática na escola. Muito orgulho do seu processo, do modo que vc enfrenta a situação. 😊

[26/12/2022 23:15] *Prcfessora Maria Rosa*: Já trabalhamos muitas questões sobre mulheres no Brasil e no mundo... Usei estratégias diferentes..., mas, ter coragem de falar de um tema de grande relevância e q vivi com tanta intensidade, abre para uma conversa ampla e esclarecedora... Muitos anos atrás, um Gr realizando pesquisa de campo, levou às seguintes questões p serem respondidas por mulheres q passavam na Vila, bairro central da nossa cidade: Vc conhece mulheres que já foram violentadas? Vc já foi violentada por alguém? As duas questões foram pensadas pelos alunos e a conclusão foi muito interessante... A grande maioria conhecia mulheres que já tinham sido violentadas em algum momento na vida... Nenhuma q participou da pesquisa foi violentada... O trabalho ganhou força e as pesquisas com debates foram bem enriquecedoras ... Precisamos ter clareza que se calar pode contribuir com muito mais pessoas passando pelo mesmo problema inocentemente... Qdo damos voz a quem está sendo oprimido, estamos dando um grande passo à reflexão e mudanças

significativas... Foram bem enriquecedoras, tenho suporte especial da CEAM/SMIDH e do CER III com psicóloga, assistente social e advogada, de vítima, tornei-me militante ... Não tenho vergonha de falar sobre o q vivi... Acho essencial conversar e alertar sobre este problema, onde o vilão geralmente é quem tem relação afetiva com a vítima... Qdo falo de mim, alunos e alunas me procuram p falar das suas realidades: pais, padrastos, irmãos, outros parentes e namorados violentos... Agressões físicas e orais, muitas ameaças, e muitas de nós crendo q são culpadas das agressões... Silêncio, omissão e negação só agravam o problema... [eu coloquei ❤️]

[26/12/2022 14:03] *Janaína Rodrigues*: Muito forte, Professora Maria Rosa! Desejo sinceramente que vc consiga superar, que as coisas se ajustem. Vc já deu muitos passos quando conseguiu enxergar o abuso, teve força pra lutar e coragem pra falar a respeito, trabalhar essa temática na escola. Muito orgulho do seu processo, do modo que vc enfrenta a situação. 😊

[26/12/2022 23:15] *Professora Maria Rosa*: Já trabalhamos muitas questões sobre mulheres no Brasil e no mundo... Usei estratégias diferentes... Mas, ter coragem de falar de um tema de grande relevância e q vivi com tanta intensidade, abre para uma conversa ampla e esclarecedora... Muitos anos atrás, um Gr realizando pesquisa de campo, levou às seguintes questões p serem respondidas por mulheres q passavam na Vila, bairro central da nossa cidade: Vc conhece mulheres que já foram violentadas? Vc já foi violentada por alguém? As duas questões foram pensadas pelos alunos e a conclusão foi muito interessante... A grande maioria conhecia mulheres que já tinham sido violentadas em algum momento na vida... Nenhuma q participou da pesquisa foi violentada... O trabalho ganhou força e as pesquisas com debates foram bem enriquecedoras ... Precisamos ter clareza que se calar pode contribuir com mto mais pessoas passando pelo mesmo problema inocentemente... Qdo damos voz a quem está sendo oprimido, estamos dnd Gr passo à reflexão e mudanças significativas...

[12/12/2022 15:37] *Professora Themis de Almeida*: Diretamente não.

[12/12/2022 14:58] *Professora Delce Horta*: Não [desenvolveu atividades sobre o combate à violência de gênero].

[12/12/2022 15:01] *Janaína Rodrigues*: No currículo de Biologia nem sempre é possível abordar essa temática, embora haja a legislação versando sobre a Semana Nacional de Combate à violência contra a mulher. Eu tenho proposto um trabalho interdisciplinar, uma parceria com professores de Geografia e Sociologia que tem se mostrado fecunda. O negócio é a gente explodir um pouco o currículo oficial, se dar uma chance, permitir outros voos e até se atrever. Kkkk. No Cerj eu tenho muito apoio dos alunos, direção e dos colegas.

[16/12/2022 19:23] *Professora Antonieta Mota*: Não.

[16/12/2022 19:26] *Janaína Rodrigues*: Ok. Assim como eu, vc está doutoranda e se dedica à pesquisa sobre a violência contra as mulheres na Literatura. Inclusive é autora, já tive oportunidade de ler seu trabalho. Nesse sentido, vc observa alguma limitação para trabalhar esse tema nas aulas da sua disciplina?

[20/12/2022 08:49] *Professora Antonieta Mota*: Não, acho até possível trabalhar, principalmente com redação e interpretação de texto. Vou pensar sobre isso para o ano que vem.

[20/12/2022 08:56] *Janaína Rodrigues*: ❤️❤️. Excelente! Podemos orientar as produções e pensar em uma exposição na Semana Nacional de prevenção da violência contra a mulher ou durante o mês de março. Podemos inclusive chamar a Professora Glória Roussim, grande parceira no Cerj.

[13/02/23 09:54] *Professora Dayse Mansur*: Fizemos atividades de combate à violência. Os alunos fizeram vídeos representando todas as problemáticas que envolvem a violência em nossa sociedade, na escola e contra as mulheres, fizemos vídeos curtos representando a violência e em específico contra a mulher e ainda como a mulher deve agir para se libertar desta violência, principalmente no meio familiar, social e profissional, além de cartazes e de entrevistas com funcionários da escola.

[13/02/23 10:06] *Janaína Rodrigues*: Maravilha! Esses vídeos foram divulgados no Instagram ou em outro espaço da escola? Ou ficaram no seu acervo pessoal com fotos encaminhadas à coordenação?

[13/02/23 10:05] *Prófessora Dayse Mansur*: Na época não tínhamos o canal Cerj... não sei se tenho fotos, posso procurar, mas não garanto pq meu celular na época estragou.

[13/02/23 10:06] *Janaína Rodrigues*: Entendi. Foi antes de 2020? É isso?

[13/02/23 10:37] *Prófessora Dayse Mansur*: Isso mesmo!

[13/02/23 10:43] *Janaína Rodrigues*: Obrigada.

[20/02/23 13:22] *Prófessora Marlene Mendes*: Também não [desenvolveu atividades relacionadas ao combate à violência de gênero.

[20/02/23 13:31] *Janaína Rodrigues*: Realmente, não são temas específicos da sua área de formação. Embora, imagino que a gente possa fazer a abordagem em projetos interdisciplinares ou trabalhando estatística e habilidades relacionadas à construção e interpretação de gráficos e tabelas.

[27/03/23 14:14] *Prófessora Marizinha Félix*: Atividades não foram aplicadas nas turmas, mas conversas referentes a violência na Sociedade foram discutidas no tempo de aula e foram mencionadas principalmente o que se refere às mulheres.

[30/03/23 19:45] *Janaína Rodrigues*: Oi, Marizinha. Boa noite. Entendi que você não fez uma atividade específica, mas o tema da violência contra a mulher aparece nas conversas em sala. Você leciona [o componente de] Física, área com algumas cientistas de destaque, mas historicamente as mulheres foram apagadas, silenciadas. Lamentavelmente, às vezes ouvimos que "mulher não gosta da área de exatas". Quando na verdade, socialmente elas nem sempre são incentivadas a trilhar esse caminho. Nesse sentido, você já abordou algo sobre o incentivo às meninas e mulheres na ciência?

[01/04/23 09:44] *Prófessora Marizinha Félix*: Bom dia Janaína! Sim, quando as estudantes mencionaram que essa disciplina era muito complicada e precisava da matemática, elas pensavam em se dedicar mais naquelas disciplinas que não tinham dificuldades e obtinham bom resultado. Nas aulas eu mencionava as grandes cientistas que se destacaram em diversas áreas, incluindo a Física. Mostro também que essas mulheres conquistaram através de grande desempenho os seus trabalhos para serem aceitas na Sociedade Científica. Cabe a nós continuarmos a motivar todos os estudantes e deixar uma colaboração positiva na sua vida, *incluindo as estudantes*.

[01/04/23 09:46] *Janaína Rodrigues*: Bom dia. Maravilha, querida. Nos últimos dois séculos, finalmente as mulheres tiveram acesso à escolarização formal, contudo mais difícil e lento é a ruptura das amarras sociais e culturais e a superação de relações desiguais de poder perpetradas os aqueles nos consideram seres inferiores ou incapazes de ocupar todos os espaços. As mulheres que se destacaram na ciência abriram um caminho que podemos trilhar hoje e nos inspiram a continuar incentivando meninos e meninas. 😊

[12/04/2023 18:59] *Prófessora Maria de Lourdes*: Não [desenvolveu atividades sobre a prevenção da violência contra a mulher]. Grifos meus.

As narrativas das/os *Prófessorespraticantes* que emergiram nas conversas sobre o desenvolvimento de ações pedagógicas voltadas ao combate à violência de gênero evidenciaram alguns esforços para abordar o tema, embora alguns docentes tenham revelado que não abordam a temática, achado interessante, considerando-se que há orientações institucionais e legais sobre a realização de práticas educativas sobre o combate à violência. Nesse sentido, comecei a pensar se seria possível mobilizar a articulação de grupos de estudo

no CERJ para o planejamento de atividades interdisciplinares e discussão das temáticas abordadas nesta pesquisa visando a formação continuada dos professores. Registrei a ideia no meu caderno de campo e um questionamento sobre a potência das ambiências formacionais que mediamos na ampliação de repertórios e práticas, considerando-se que nas conversas no WhatsApp sobre o desenvolvimento de atividades relacionadas à prevenção da violência de gênero, a *prcfessorapracicante*, *Antonieta* informou que seria possível trabalhar a temática nas aulas de Língua Portuguesa e indicou que iria “*pensar sobre isso para o ano que vem*”.

Outro dado que merece ser mencionado foi a narrativa da *prcfessorapracicante*, Maria Rosa, que voltou a comentar sobre a violência doméstica que sofreu. A praticante já havia nos contado a respeito no círculo cibercultural no Google Meet, no qual conversamos sobre o aumento da violência de gênero na pandemia. Acho interessante destacar o modo como a praticante tenta ressignificar o vivido. Ela não se calou, nem deixou de abordar a temática nas aulas de Geografia. A praticante participou ativamente da mediação de algumas atividades desta pesquisa e como ela mesmo mencionou, “*nossa parceria foi supimpa*”.

Nas próximas linhas, coloco as narrativas que emergiram nas conversas no WhatsApp com professores do CERJ disparadas pela Questão 11: Quais as dificuldades e desafios associados ao desenvolvimento de atividades relacionadas aos Direitos Sexuais e Reprodutivos na escola? Abaixo, apresento a transcrição de algumas narrativas acerca dessa questão:

[06/12/2022 13:14] *Prcf. Walmir de Freitas*: Falta de um projeto institucional. Não se debate educação sexual nas escolas. Deveria fazer parte do currículo.

[06/12/2022 13:17] *Janaína Rodrigues*: É lamentável isso. Evitaria tanta violência.

[06/12/2022 13:17] *Prcf. Walmir de Freitas*: Exatamente.

[06/12/2022 13:18] *Janaína Rodrigues*: Concordo [que deveria estar no currículo]! Há possibilidades, mas faltam indicadores pra uma Educação N sexista e antirracista.

Em *Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação*, Paulo Freire conversa com Sérgio Guimarães (2021, p. 83) e enuncia que existe uma relação “dialética entre denunciar e anunciar: a pura denúncia, a denúncia que não se alonga em anúncio, é uma denúncia que castra”. Por isso, conforme pode ser verificado acima, na transcrição das conversas mediadas no WhatsApp, quando o *prcfessorapracicante*, *Walmir de Freitas*, denuncia a importância da abordagem da educação sexual no currículo escolar, eu aponto a necessidade de construirmos indicadores para a formação de professores na perspectiva da educação não sexista, antirracista e antiLBBTQIAPN+fóbica, inclusive para a formação continuada, considerando-se que o corpo docente da escola pesquisada, majoritariamente formou-se há mais de uma década e por conseguinte, não teve acesso à discussão desse tema quando cursaram as licenciaturas. Além

disso, a mediação de conversas com outras docentes, praticantes da pesquisa, mencionam o preconceito:

[07/11/2022 15:31] *Professora Glória Roussim*: Transcrição áudio: Eu acho que a maior dificuldade é o preconceito. A pessoa não sabe do que tá falando, ela não sabe qual o objetivo de a gente ter esse tipo de atividade e aí ela já se veste, se arma contra tudo isso num preconceito horroroso e isso muitas vezes a gente até enfrenta com colega. A gente escuta um colega dizer assim, "ah, mas eu não sei falar sobre isso não. Ah, eu não me sinto à vontade pra falar sobre isso não". E esse tipo de coisa que a gente tem que vencer, a gente precisa falar. Abusos acontecem, a gente precisa prevenir esses meninos, essas meninas que a reproduzem literalmente, ela precisa ser consciente. Ela precisa ter uma responsabilidade em cima dela. E se a gente não falar dentro da escola eles vão reproduzir o modelo que eles têm como base. A gente tá em uma sociedade em que tudo é muito permissivo, tudo é muito permitido, tudo em nome dos meus direitos, mas direitos eles tão associados a deveres, entendeu? As responsabilidades. Direito só por direito não quer dizer nada. Ele precisa tá associado a outras coisas. Então a gente precisa orientar esses meninos. Então, a gente enfrenta o preconceito sobre tudo. "Ah, vai falar de sexo, ah vai falar de reprodução, ah vai falar de gay, falar de orientação sexual?" *Tem que ser falado*, sabe. Parece que esse tabu precisa ser vencido. A gente precisa deixar de lado o preconceito, as ideias preconcebidas e sem nenhum embasamento. Conhecimento é vida. Quando a pessoa tem conhecimento ela tem direito a optar porque ela conhece. Ela tem direito a opinar porque ela sabe. É um monte de gente falando aquilo que não tem o mínimo de conhecimento sobre a coisa. Não é pertinente à vida dele, ele não sabe nada, ele "ouviu dizer". Igual essas histórias de mamadeira de "piroca", de cartilha gay e de não sei lá o quê das quantas, sabe? E como se isso fosse verdade, a pessoa não conhece a escola. Não sabe o quão restritivo são as coisas que chegam pra gente e aí sabe, se fala de uma coisa que não existe, que não tem nem como se falar. Quando o que a gente precisa realmente falar, abrir a boca, dizer, *falar sobre a questão de você ter responsabilidade para com o seu corpo, para o que o seu corpo pode produzir, para com os filhos que possam vir de qualquer tipo de relação*, aí isso é um tabu? E esse monte de mentira, não é? Essas coisas precisam ser repensadas.

[07/11/2022 15:41] *Janaina Rodrigues*: Sim, são questões tabus. E tem mais, não estavam presentes na formação inicial da maioria dos professores. Lógico que isso não é justificativa pra gente não buscar, se posicionar. Mas é algo importante. Eu venho tentando educar e me educar com nossos alunos porque TB teve uma educação sexista, cresci imersa no racismo, LGBTQIfobia... (Grifos meus).

Nesse sentido, o tema dos DSR "*Tem que ser falado*", conforme a argumentação da *professorapracicante, Glória Roussim*. Mas para tanto, o Estado precisa investir na formação docente e os professores precisam ser formados na perspectiva da educação não sexista, antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica. Na figura 114, é possível verificar um trecho das conversas com a praticante sobre a questão do preconceito e dos tabus nas práticas de educação sexual e o problema ocasionado pela disseminação de *fake News*, que prejudicam o trabalho dos professores na escola. Também é possível escutar alguns áudios, por meio do QR code e do link disponibilizado.

Figura 114: Conversas com praticantes sobre as dificuldades encontradas na abordagem de DSR na escola



Fonte: Acervo pessoal da professorapesquisadora (2023).

Disponível em: <https://anchor.fm/janana-rodrigues/episodes/Parte-12-Professora-Glria-Roussim-e22idnv/Prof-a-Glria-12-a8qrcsb>

A respeito da difusão das *fake news* na campanha e no governo de Jair Bolsonaro, trago as contribuições de Wallace Almeida (2022), Professor Adjunto da Graduação em Educação Especial no IM/UFRRJ e membro do GPDoC, que estudou o fenômeno e desenvolveu um dispositivo de verificação de notícias fazendo brotar atos de currículo implicados com os fundamentos da ciber-pesquisa, mediados com graduandos da Pedagogia da UERJ/Consórcio CEDERJ, na modalidade a distância. Segundo o autor, desde a campanha, Bolsonaro “posicionou boa parte da imprensa tradicional como adversária” e adotou “meios de comunicação alternativos como única fonte confiável de informação”, estratégia eficiente “para quem quer diversificar na polarização para se promover e alastrar preconceitos em forma de mentiras” (*Ibidem*, p. 56-57), como no caso da “*Cartilha Gay*”, tema que emergiu nas conversas com a *professorapracicante*, Glória Roussim.

Devido à articulação entre a disseminação de *fake news* e diversos fatores políticos, culturais e sociais, o fenômeno não deve ser compreendido somente como consequência do domínio da desinformação em nosso tempo, da ausência do hábito de checagem de fatos ou ainda, do crescimento vertiginoso na circulação de informação e envio de mensagens. É

importante considerarmos que os assuntos, tradicionalmente tratados como tabus podem ser influenciados pelo conjunto de crenças e juízos de valor preconcebidos por indivíduos de determinados grupos (*Ibidem*, 2022). De modo semelhante, a *prcfessorapracicante*, Glória Roussim, destaca a dificuldade na abordagem de temas relacionados aos DSR, em razão do receio que os docentes têm de sofrerem represálias quando decidem enfrentar os preconceitos e a difusão de *fake News* na escola. A preocupação da praticante cultural é legítima, considerando-se que na ocasião, nosso país era governado por representantes da extrema-direita, com forte inspiração na moral cristã. Sendo assim, se,

Professores, intelectuais, especialistas e mesmo políticos profissionais costumavam ser aceitos como mediadores confiáveis [...], parece estar em curso uma destituição desses lugares, fenômeno que alguns chegam a identificar como o fim das mediações, numa fragilização do regime democrático para além do terreno estrito da política representativa. Polêmicas recentes sobre a necessidade de vacinação ou sobre o aquecimento global deixam transparecer uma contestação profunda até mesmo dos modos de aferição da verdade que embasam o método científico. Crenças e valores vêm ocupando o centro do debate, levando ao questionamento de afirmações tidas como óbvias pela ciência. Não se pode menosprezar o papel da religião em polêmicas sobre a teoria da evolução, a "terra plana" ou as vacinas. Para além desses casos, porém, vemos indícios de uma crise dos modos estabelecidos de aferição da verdade. É uma crise que questiona competências e desafia as mediações estabelecidas para que uma afirmação possa ser reconhecida como válida. (Roque; Bruno, 2018 *apud* Almeida, W., 2022, p. 57)

Dando continuidade, observei que nas conversas mediadas no WhatsApp com outros professores, praticantes da pesquisa também emergiram narrativas acerca do preconceito, da forte influência da moralidade cristã e da dificuldade para abordar as relações de gênero e orientação sexual, consideradas tabus na sociedade, conforme pode ser verificado nas transcrições abaixo:

[2/1/23 13:49] *Prcfessora Maria Rosa*: Pré-conceito... Precisamos trazer informações, estimular pesquisas, rodas de conversa entre os alunos... Existem muitas ideias distorcidas sobre o papel da escola... Muitos conservadores pregam q qdo investimos neste trabalho, perdemos tempo e desviamos do real objetivo da escola. Para eles, nossa função não é estimular o pensar, mas apenas ensinar a ler, escrever e contar... Assim fica fácil manipular o povo!

[2/1 14:19] *Janaína Rodrigues*: Verdade. Espero que as mudanças no MEC e novos ministros verdadeiramente dedicados à Educação, Saúde e Direitos Humanos tragam um olhar mais comprometido com as demandas da escola pública.

[2/1 14:25] *Prcfessora Maria Rosa*: Sim ... Estou bem esperançosa...

[2/1 14:25] *Janaína Rodrigues*: Também!

[12/12/2022 16:03] *Prcfessora Themis de Almeida*: Normalmente a resistência de alguns alunos, tanto por questões ideológicas como religiosas. Mas eu também sinto dificuldade de trabalhar esses assuntos devido à falta de embasamento. Assim creio que quando se faz um trabalho em conjunto (interdisciplinar) como fizemos este ano fica mais fácil, pois entendem que não é a ideia de um professor e sim de uma equipe.

[12/12/2022 16:15] *Janaína Rodrigues*: Sim, esse ano eu e vc mediamos a cocriação das zines sobre direitos sexuais e reprodutivos e Tb cyberbullying e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Foi uma experiência enriquecedora, com muitas

nuances, estratégias, desde nosso primeiro encontro no Google Meet. O processo de orientar o trabalho, a pesquisa do gênero literário e dos temas. Vc se jogou com tudo. 😊. Observei que levou a zine para outras turmas além do terceiro ano e até para outra escola. Aprendemos juntas. Vc já conhecia as zines? O que achou da atividade de produção? A zine que vc criou sobre o Romantismo no Brasil. 🤝🤝🤝. Maravilhosa contribuição.

[12/12/2022 16:23] *Prófessora Themis de Almeida*: Então, já tinha ouvido falar na faculdade [sobre as zines], mas acabou se perdendo em meio a tantos gêneros literários. Porém, quando você trouxe a ideia achei muito interessante e bem prática. Gostei muito do aprendizado e os alunos gostaram também.

[12/12/2022 16:24] *Janaína Rodrigues*: ❤️❤️❤️. Uma bela experiência formativa, repleta de sentido, com inteligência pedagógica. Aprendemos ensinamos, pois tb nos formamos enquanto formamos. Uma das estratégias que adotamos foi a criação de vídeos disponibilizados no Instagram do Cerj, nos quais os alunos narraram as produções. A estratégia possibilitou o desenvolvimento de outras habilidades para além da autoria e criatividade, como a interatividade e colaboração. Você acompanhou as postagens no Instagram da escola? Vi nos comentários, estudantes autorizados, conscientes da importância da temática abordada e orgulhosos de suas criações.

[12/12/2022 17:06] *Prófessora Themis de Almeida*: [respondendo sobre a o uso intencional do Instagram da escola]. Sim, acompanhei. Verdade, além do trabalho em aula e da produção em papel, houve a produção audiovisual que demandou criatividade e trabalho em equipe.

[14/12/2022 16:36] *Prófessora Delce Horta*: Então, as dificuldades e os desafios [para se abordar os direitos sexuais e reprodutivos] estão relacionados ao fato de que muitos adolescentes buscam orientações em revistas, na televisão, em tutoriais da internet ou até com os amigos e etc... E também em relação ao conservadorismo, falta de conversar com a família e a busca pela superação da vergonha de falarem sobre sexo/sexualidade...

[14/12/2022 16:35] *Janaína Rodrigues*: É uma questão delicada. Observo um questionamento do papel da escola, lugar privilegiado para o desenvolvimento da educação sexual em todos os níveis. Às vezes a família reivindica esse papel, mas não tem condições, nem conhecimentos necessários. Por outro lado, a maioria dos educadores não teve acesso aos estudos de gênero na sua formação inicial, daí a importância da formação continuada. Vc teve alguma disciplina relacionada à gênero durante a graduação em Biologia?

[14/12/2022 16:35] *Prófessora Delce Horta*: Não [sobre não ter estudado gênero quando cursou a Licenciatura em Ciências Biológicas].

[14/12/2022 16:42] *Janaína Rodrigues*: Eu tb não tive. É uma demanda contemporânea muito importante. E já observo uma mudança nos cursos de licenciatura. Movimento que tb percebo em nossa escola, em nossas práticas, conversas...

[26/12/2022 23:46] *Antonietta Mota* [respondendo sobre a dificuldade para abordar questões relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos na escola]. Formas de abordar os assuntos sem causar polêmica ou desconforto.

[2/1/23 20:02] *Janaína Rodrigues*: Obrigada.

[20/2/23 14:38] *Prófessora Marlene Mendes*: Eu não desenvolvo atividades [relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos], pois minha visão sobre o tema é bem conservadora. Mas eu sei que as minhas crenças são escolhas para minha vida. Eu acho que para trabalhar esses temas seria preciso abrir mão de crenças que eu não estou disposta a abrir. Sei que lá no CERJ tinham pessoas que trabalhavam esse tema melhor que eu.

[20/2/23 14:43] *Janaína Rodrigues*: Vc é uma excelente professora e pessoa maravilhosa. Muito ética e dedicada. Respeito muito vc e sua postura na escola e fora.

Penso que diferentes visões enriquecem o debate. Acredito que a escola deve respeitar a diversidade, a pluralidade de ideias e oportunizar que os estudantes pensem criticamente e de maneira autônoma.

[20/2/23 14:56] *Janaína Rodrigues*: Nem sempre é fácil tocar em questões tidas como tabu ou polêmica, eu concordo. Na minha área, a Biologia, eu sempre considerei que era imprescindível me posicionar e dar condições para esse debate mais amplo. Mas é verdade que nem sempre pensei assim. Antes eu ficava mais amarrada ao conteúdo, por exemplo. Acho que a minha mudança tem a ver com meu processo de consciência política e acerca do fazer docente e da nossa responsabilidade, uma vez que a família não tem condições de promover o que é função da escola. Nós, mesmo quando não fomos preparados desde a graduação, tentamos nos formar continuamente, inclusive no encontro com os estudantes e nas trocas com os colegas. Agora na coordenação pedagógica, imagino que [vc] terá novos desafios. E sei que dará show, fará o melhor como sempre.

[20/4/23 11:44] *Marizinha Félix*: Como ministro a disciplina Física [a abordagem das questões relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos] torna-se complicada pelo tempo em que trabalho os conteúdos programados por série. Algumas vezes os alunos mencionam o assunto e conversamos mostrando a responsabilidade das atitudes que cada uma toma. A prevenção é importante em termos da saúde de cada um.

[27/4/23 09:58] *Professora Dayse Mansur*: A dificuldade [para se abordar as questões relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos] está em encontrar um profissional que fale, de fato, sobre o assunto na linguagem que os jovens entendam, de acordo com as suas realidades. O desafio é fazer com o que os alunos entendam que não podemos normalizar e banalizar a questão, precisamos mostrar a importância de algo que era simples, exercer os direitos e não ter que se expor para se fazer valer.

[27/4/23 10:01] *Janaína Rodrigues*: Há o desafio geracional, o tabu é tb o fato da gente não ter estudado isso em nossa formação na graduação. Nesse sentido, seria importante a formação continuada dos docentes e abertura pra ouvir os jovens. Eles têm muito pra nos contar.

[19/06/2023 13:23] *Professora Maria de Lourdes*: É um tema de suma importância, mas também de grande desafio trabalhá-lo na escola, pois nos deparamos com questões religiosas, valores familiares, desestruturas familiares, desrespeito e aceitação dos colegas de turma. (Grifos Meus).

A figura 115, evidencia a captura de tela de mais narrativas que emergiram nas conversas no WhatsApp, a partir da *Questão 11* (Dificuldades para desenvolver atividades relacionadas aos DSR).

Figura 115: Conversas sobre as dificuldades para o desenvolvimento de atividades relacionadas aos DSR



Fonte: Acervo pessoal da *prcfessorapesquisadora* (2023).

A respeito da dificuldade observada entre os praticantes no que tange ao desenvolvimento de atividades educativas voltadas à sexualidade e discussão das relações de gênero na escola, é importante ressaltar mais uma vez a carência da abordagem dessa temática desde a formação na educação até o nível superior, nos cursos de licenciatura, sem perder de vista problemas que afetam a área da educação de modo mais profundo, como a falta de estrutura nas escolas públicas e o avanço das ideias conservadoras ligadas à moral da religião cristã, conforme é possível observar acima, na transcrição da narrativa da *prcfessorapracante*, *Marlene Mendes*, que afirma que não está disposta a “*abrir mão*” de suas crenças e acredita que no colégio há pessoas mais preparadas para abordar esse tema. Sobre a importante função social da escola e dos educadores na promoção das práticas de Educação Sexual, que ficaram evidentes nas fotografias que eu registrei no cotidiano escolar (item 4.2.1, p. 100-101), mas também emergiram nas conversas transcritas acima, Guacira Louro assevera que:

Há aqueles/as que negam que a educação sexual seja uma missão da escola com o fundamento de que nela estão implicadas as escolhas morais e religiosas e que ela cabe primordialmente às famílias. A pressão desses grupos vai na direção do silenciamento, possivelmente supondo que não se tocar nessas questões elas não ‘entrarão’ na escola. Uma suposição que se revela impossível. As questões referentes à sexualidade *estão*, queira-se ou não na escola. Elas fazem parte das conversas dos/as estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras nas aproximações afetivas, nos namoros; e não apenas aí, elas estão também de ato nas

salas de aula – assumidamente ou não -, nas falas e atitudes das professoras, dos professores e estudantes (2014, p. 135) Grifo da autora.

Quando à praticante, que leciona o componente curricular de Matemática, posso afirmar que observei elementos progressistas em sua práxis, sobretudo no que concerne à defesa do SUS e das escolas e universidades, públicas, laicas e gratuitas. Além de destacar que seu posicionamento crítico é contrário ao projeto de poder do governo anterior, alinhado às ideias da extrema-direita. Por isso, considero importante ressaltar que o conservadorismo e a moralidade moral cristã operam de maneira forte na sociedade brasileira e nas escolas, inclusive, a partir do agenciamento do medo, em face aos posicionamentos “*tradicionais*”, “*enraizados*” e “*intolerantes*”, conforme enunciado pela *prcfessorapracicante, Themis de Almeida*, ao se referir à dificuldade vislumbrada pela praticante para retomar a discussão do aborto realizada em suas aulas em anos anteriores, no período letivo de 2022 (cf., Questão 7, p. 279).

Acerca do medo mencionado pelos educadores no desenvolvimento de práticas de educação sexual nas escolas, a autora ressalta que isso acontece, porque a temática é perpassada por questões “morais e religiosas e por dualismos que dicotomizam o que é saudável/doentio, normal/anormal (ou desviante), heterossexual/homossexual, próprio/ impróprio, benéfico/nocivo” (Louro, 2014, p. 137), a partir de procedimentos que buscam respaldo no “biologismo”, em detrimento do debate sobre os aspectos sociais e culturais, pois,

Essa ainda é uma área onde todos/as se movimentam com extrema cautela e com muitos receios, onde a regra é buscar refúgio no ‘científico’ (que é traduzido, neste caso, por um estreito biologismo), evitando a contextualização social e cultural das questões. Além disso, para muitos adultos, esses sempre foram temas que se conversavam em voz baixa, com reservas e com poucas pessoas. O silêncio, o segredo e a discrição eram os comportamentos aquedados no trato com a sexualidade. Em voz alta, alardeadas ou proclamadas sem censura, tais questões ganhavam o caráter de gozação, deboche, malícia ou grosseria. Essas representações não são alheias a vários/as responsáveis pela elaboração e efetivação das práticas de educação sexual (*Ibidem*, p. 137).

Segundo bell hooks (2019a, p. 52-53), a abordagem de temas relacionados ao acesso aos DSR desafia “diretamente a noção de que a existência da mulher é gerar crianças”, principalmente, em razão da organização política alinhada à direita e de “interpretações fundamentalistas da religião” que se apoiam em ideias disseminadas por mídias de massa, majoritariamente conservadoras e antifeministas. Os argumentos da autora, podem indicar que a formação de educadores para abordar as relações de gênero nas escolas é questão urgente, assim como garantir condições reais para desenvolvimento de práticas de educação não sexista, minimizando-se os riscos de perseguição institucional, política e religiosa. Nesse contexto, Debora Britzman, no capítulo, “Curiosidade, sexualidade e currículo”, da obra “*O corpo*

*educado*”, organizada por Guacira Louro, aponta que o caminho seria a formação de educadores com uma postura de abertura ao diálogo, à exploração de outras possibilidades em suas práticas educativas e à curiosidade epistemológica:

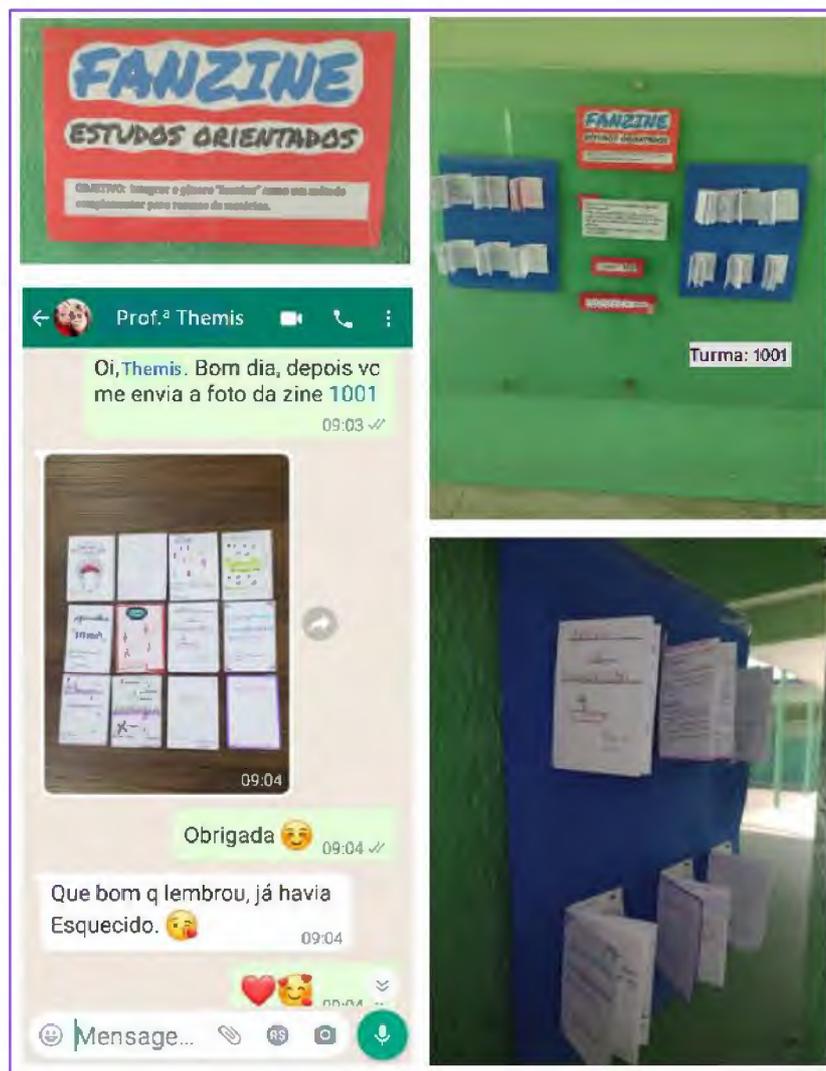
O ponto de partida é uma conversa e uma produção generosa de uma sociabilidade que se recusa a se justificar através do consolo da fixação de um lugar próprio. A sexualidade é qualquer lugar. Para que essas conversas sejam até mesmo pensáveis em relação à educação, é preciso que as educadoras e os educadores se tornem curiosos sobre suas próprias conceptualizações sobre o sexo, e ao fazê-lo, se tornem abertos também para as explorações e as curiosidades de outros relativamente à liberdade do ‘domínio imaginário’ (Britzman, 2000, p. 80).

No intuito de aprofundar a discussão, destaco o prefácio que Paulo Freire escreveu para o livro *O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde*, organizado por Marcos Ribeiro, no qual é possível perceber a compreensão do patrono da educação nacional, a respeito da importância da curiosidade e sobre como conhecer o corpo e estar no mundo e com o mundo é fundamental para nossa existência, para a recuperação do prazer e como tudo isso tem beleza (FREIRE, A., 2018). Acerca da curiosidade epistemológica, conceito discutido na *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, Freire (2011b), salienta que o processo de aprender,

Pode deflagrar no aprendiz uma curiosidade crescente, que pode torná-la mais e mais criador. O que quero dizer é o seguinte: quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender tanto mais se constrói e desenvolve o que venho chamando ‘curiosidade epistemológica’, sem qual não alcançamos o conhecimento cabal do objeto.

A seguir, podemos observar o modo como a *Professora Themis* se apropriou dos conhecimentos que tecemos juntas ao longo desta pesquisa e se lançou à experimentação do uso das *zines* em suas práticas educativas. A praticante mediou uma atividade de elaboração de resumos de diferentes disciplinas, a partir do uso pedagógico e intencional das *zines*. Os resumos produzidos por estudantes do 1º ano, nas aulas do componente curricular do Novo Ensino Médio, Estudos Orientados, foram apresentados à comunidade escolar em um mural no pátio do CERJ, no ano de 2022 (Figuras 116).

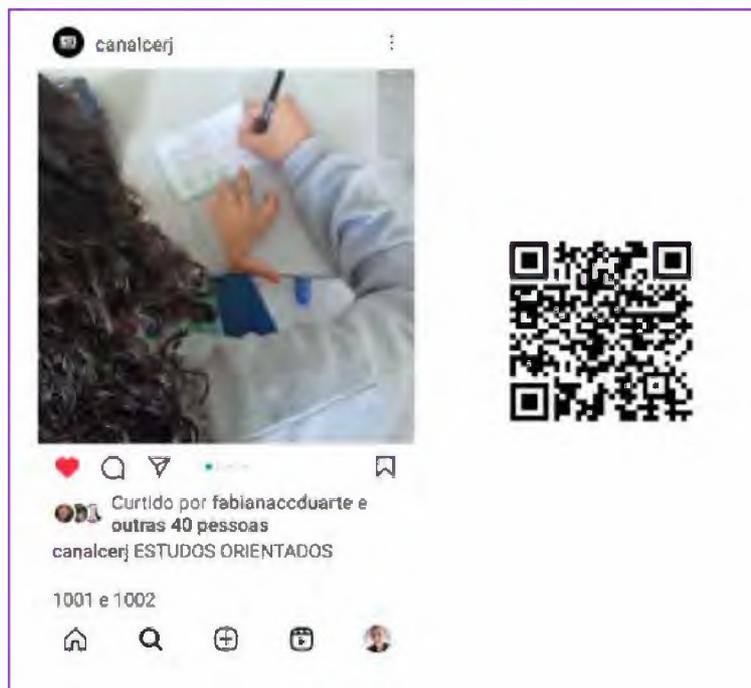
Figura 116: Registros de zines produzidas sob a orientação da Professora Themis, em outras turmas



Fonte: Acervo pessoal da *professorapesquisadora*. Gentilmente cedidas pela Professora Themis. (2022).

Evidenciando que a mediação da produção de revistinhas é uma estratégia que continua sendo adotada pela *Professora Themis*, nos atos de currículos que brotam no CERJ, trago a postagem realizada no Instagram do colégio em agosto de 2023, onde é possível observar os registros da atividade de criação de *zines* que podem ser acessados na íntegra, por meio do QR code e do link disponibilizado (Figura 117).

Figura 117: Divulgação da atividade de criação de zines no Instagram do CERJ



Fonte: @canalcerj no Instagram (2023). Disponível em:  
<https://www.instagram.com/p/CwyHd5YvpLO/?igshid=YTUzYTFiZDMwYg==>

Dando sequência, apresento as narrativas que emergiram na Questão 12: “Você considera importante a discussão e abordagem de conteúdos relacionados aos Direitos Sexuais e Reprodutivos na escola?”:

[07/11/2022 15:46] *Professora Glória Roussim*: Transcrição áudio: É uma questão extremamente importante. É um direito e um dever, tudo junto. A gente tem um dever, a obrigação de esclarecer e fazer esse tipo de formação dentro da escola, tá. Somos profissionais habilitados, sabemos como lidar com adolescentes, como conduzir isso. E o professor que tem o conhecimento suficiente deve, ele tem a obrigação de fazer isso. É extremamente importante.

[12/12/2022 18:04] *Professora Themis de Almeida*: Sem dúvidas. Os conteúdos relacionados aos Direitos Sexuais e Reprodutivos são de fundamental importância para toda a população, em especial para os jovens e adolescentes.

[12/12/2022 18:06] *Janaína Rodrigues*: 😊

[14/12/2022 16:54] *Professora Delce Horta*: Sim, considero importante tanto a discussão e abordagem dos conteúdos relacionados aos Direitos Sexuais e Reprodutivos, quanto ao trabalho em conjunto com os professores e profissionais da escola, através de projetos como o que foi realizado com as zines por exemplo.

[3/1/23 11:33] *Professora Antonieta Mota*: Acho sim.

[3/1/23 11:33] *Janaína Rodrigues*: 😊

[24/1/23 11:41] *Professora Maria Rosa*: Sim... Só assim temos mais informação de qualidade e conversa dialógica sobre um tema tão importante... Hã, temos muita informação equivocada nas mídias... E q não levam a reflexão consciente... Muitos só absorvem as informações e saem repetindo, sem nenhuma compreensão real da questão... Aí, não há diálogo, mas sim imposição de ideias e opressão!

[20/2/23 16:04] *Professora Marlene Mendes*: Sim. Muitos não recebem orientação e até mesmo sofrem abusos por pessoas em que, supostamente, deveriam confiar.

[20/2/23 16:49] *Janaína Rodrigues*: Isso mesmo. A Educação sexual, além de ser um direito, auxilia no combate à violência de gênero.

[24/4/23 09:52] *Marizinha Félix*: Permitir aos educadores e profissionais da área discutir através de atividades e palestras com a comunidade escolar como também ouvir da classe estudantil o que eles precisam de esclarecimentos sobre esse assunto.

[19/06/2023 14:49] *Professora Maria de Lourdes*: Sim. De grande necessidade

Nas próximas linhas, apresento as narrativas dos professores praticantes que emergiram nas conversas no WhatsApp relacionadas à Questão 13: No Currículo Básico da sua disciplina, quais temas podem ser abordados (pode marcar mais de uma opção): a. Relações de gênero; b. Combate à violência patriarcal; c. Educação sexual; d. Saúde Sexual e reprodutiva. Abaixo, temos as narrativas dos praticantes:

[07/11/2022 17:20] *Professora Glória Roussim*: A e B.

[06/12/2022 13:52] *Próf. Walmir de Freitas*: A, B, C [Relações de gênero; Combate à violência patriarcal e Educação sexual].

[06/12/2022 13:55] *Janaína Rodrigues*: Vc está encerrando a caminhada na escola, mas sempre fará parte da minha formação e tomada de consciência da nossa responsabilidade como sujeitos e educadores.

[06/12/2022 13:56] *Próf. Walmir de Freitas*: ❤️

[19/02/23 10:05] *Professora Maria Rosa*: a. (X) Relações de gênero. b. (X) Combate à violência patriarcal d. (X) Saúde Sexual e reprodutiva. Relações de gênero tem fervilhando nas salas... Uso estratégias diversas p abordar o tema: bate-papo, pesquisa de biografia de pessoas q são referência para os alunos e exposição em sala e nos murais, trabalho integrado com o conteúdo proposto, e até conversas individuais... Muitos alunos me procuram p conversar, buscar ajuda para se compreender e estímulo na militância dos seus espaços e direitos... Eles acabam se tornando multiplicadores de ideias e prontos p construir outras tantas. O combate a violência faz parte da minha vida... Depois de sentir na pele e na alma as marcas da violência, resolvi não ser só vítima... A todo tempo estou envolvida em ações de combate a violência e não tenho vergonha de falar de mim e da minha luta para me valorizar e não aceitar os relacionamentos abusivos... Sempre arrumo possibilidades de trabalhar e divulgar trabalhos com essa temática. Saúde sexual e reprodutiva sempre é trabalhado junto com planejamento familiar e questões relacionadas à população brasileira e mundial...

[19/02/23 10:31] *Janaína Rodrigues*: Vc tem feito um trabalho lindo! Essa semana recebemos membras da Coordenadoria da juventude no Cetj, setor vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da prefeitura de Volta Redonda. Elas comentaram sobre a importância do consentimento, sobre onde denunciar violência de gênero, o ano todo e sobretudo nesse período do Carnaval. Explicaram a atuação da Ceam na escuta e acolhimento de vítimas de violência. Acho que nosso trabalho de formiguinha está florescendo. É muito bonito ver os alunos atentos, conversando, expondo suas questões. [Maria Rosa, reagiu com 🍌🍌🍌🍌]

[12/12/2022 19:06] *Professora Themis de Almeida*: Não entendi. Se eu trabalhei ou se está no currículo da minha disciplina?

[12/12/2022 19:07] *Janaína Rodrigues*: Se está no currículo da disciplina.

[12/12/2022 19:25] *Professora Themis de Almeida*: Então, o Currículo de Língua Portuguesa não faz menção a esses temas. Infelizmente temas tão importantes para se trabalhar direitos humanos em geral ficam sem seu devido valor. Acredito que estão apenas ligados à matéria de ciências (mesmo assim de forma bem indireta). Veja: é o

que acho... não tenho conhecimento suficiente sobre estas abordagens. Mas daria para englobá-los nas competências gerais da BNCC, dentro de autoconhecimento e autocuidado.

[12/12/2022 19:26] *Janaína Rodrigues*: Entendi. Obrigada pela participação.

[14/12/2022 17:01] *Prófessora Delce Horta*: C e D [Educação sexual; Saúde Sexual e Reprodutiva].

[14/12/2022 17:01] *Janaína Rodrigues*: Obrigada pela participação na pesquisa!  
😊😊

[03/01/23 14:46] *Prófessora Antonieta Mota*: De acordo com o conteúdo, nenhum deles é abordado diretamente.

[03/01/23 15:36] *Janaína Rodrigues*: Entendi. Muito obrigada. No caso, a abordagem acabaria dependendo da chancela do professor e/ou do alinhamento ao planejamento da escola?

[02/02/23 11:44] *Prófessora Antonieta Mota*: Acho que está mais alinhado com a chancela do professor.

[25/04/23 12:12] *Prófessora Marizinha Félix*: c e d [Educação sexual e Saúde Sexual e reprodutiva].

[25/04/23 12:13] *Janaína Rodrigues*: Obrigada. ❤️

[09/08/2023 13:41] *Prófessora Maria de Lourdes*: O tema da letra A não vem para ser abordados diretamente, mas são discutidos quando trabalhamos determinados objetos de conhecimentos.

[09/08/2023 13:58] *Janaína Rodrigues*: Entendi. Na abordagem de quais objetos de conhecimento vc consegue discutir as questões de gênero? Poderia mencionar, por gentileza?

[09/08/2023 14:02] *Prófessora Maria de Lourdes*: Esporte técnico-combinatório/ginástica. Dança tb.

[09/08/2023 14:05] *Janaína Rodrigues*: Ok. Agradeço a sua participação na pesquisa.

As narrativas transcritas acima, parecem indicar que embora a abordagem dos temas enumerados na Questão 13, ainda não contemple a proposta oficial da maioria dos componentes curriculares, conforme ressaltado pela *Prófessora Themis*, esses assuntos podem ser desenvolvidos nas atividades que mediamos *dentro* das salas de aula à critério do docente, como destacou a *prófessorapracicante*, *Antonieta Mota*. Nesse contexto, a formação de educadores para a educação não sexista, antirracista e antiLGBTQIA+fóbica poderia ser o caminho para a superação desses dilemas.

Outro aspecto que merece ser ressaltado, pois apareceu em diferentes momentos nas conversas com os *prófessorespraticantes* do CERJ mediadas pelo WhatsApp foram os silêncios. Percebi que enquanto, alguns praticantes optaram por responder as perguntas geradoras em sequência, outros ficaram inúmeras semanas sem retomar a conversa. A reflexão sobre o achado, aspecto que costuma ser recorrente e significativo nas pesquisas narrativas me levou a ponderar sobre o modo como alguns praticantes usam o WhatsApp e se relacionam nas práticas mediadas no ciberespaço. Nesse sentido, penso que os silêncios podem estar associados a diferentes fatores, como a dificuldade de uso dos recursos tecnológicos desse *App*; da escassez

de tempo em razão da excessiva carga de trabalho docente; a influência das ideias conservadoras e ausência dos temas no currículo das licenciaturas cursadas pelos praticantes e nos componentes curriculares da Educação Básica, aspectos que parecem evidenciar que as conversas sobre esses assuntos ainda são tratados como um tabu, algo “espinhoso” e polêmico.

Acerca dos dilemas e tensões vislumbrados pelos professores na tessitura de conhecimentos de DSR no cotidiano escolar, considero pertinente trazer a contribuição do geógrafo Clímaco Dias, professor do Departamento de Geografia da UFBA, que em uma postagem realizada no seu perfil no Facebook asseverou que "polêmico, no Brasil, é um termo ideológico que busca silenciar/desqualificar as pessoas que são contra qualquer ideia hegemônica” (Dias, 2023).

## **7.2 Apresentação das noções subsunçoras e dos indicadores para a formação de professores na perspectiva da educação não sexista, antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica.**

Acerca das noções subsunçoras, Edméa Santos e Alexandra Okada (2004) salientam que, esse conceito se processa de modo dinâmico e evolui ao longo da pesquisa, à medida em que agregamos as ambiências formacionais e situações de aprendizagem experienciadas anteriormente, ao vivificado na relação entre teoria e empiria e à implicação na atualização dos fenômenos na cibercultura, nas práticas educativas que mediamos no digital em rede, a partir da interatividade com os praticantes culturais e dos dispositivos que forjamos. Nessa linha de pensamento, retorno à discussão proposta por Santos (2015, p. 31), que contribui na ampliação do debate ao ponderar que:

Compete ao pesquisador refletir sobre essas partes da experiência que possuem significados cognitivos e afetivos. As asserções significativas resultantes transformam-se em unidades de sentidos propostas pelos praticantes ao narrar os fenômenos em seus etnométodos. Assim, reagrupamos esses elementos em noções subsunçoras, categorias analíticas que abrigam os subconjuntos das informações que vão constituir um corpus analítico escrito por meio de relações e/ou conexões estabelecidas.

Tendo em vista as premissas acima, nas próximas linhas delinheiro com maior detalhamento as duas noções emergentes na/da análise desta ciberpesquisa-formação que investigou a tessitura de conhecimentos de DSR no cotidiano do Colégio Estadual Rio de Janeiro (CERJ):

I. Educação Online e Docência Implicada - contribuições da mediação docente na cocriação de atos de currículo presenciais/híbridos na tessitura de conhecimentos de DSR.

II. Ambiências Formacionais Ciberfeministas - reflexões teórico-metodológicas sobre a formação de estudantes e professores comprometidos com a educação não sexista, antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica.

Considero que as duas noções emergentes na/da análise dos dados produzidos com os praticantes culturais apresentam um caráter de complementaridade, sendo pouco recomendável tentarmos compreendê-las de modo dissociado, visto que as duas categorias analíticas destacadas acima foram desveladas a partir do nosso entendimento sobre a importância da relação *prácticateoriaprática* nos atos de currículo que mediamos nesta ciberpesquisa-formação realizada no CERJ e, da tentativa de compreender como os *sujeitospraticantes* interagiram, usaram os dispositivos tecnológicos para *aprenderensinar*, se autorizaram, acionaram as redes de *saberes:fazeres*, teceram conhecimentos de DSR juntos, pois fabularam suas autorias, de maneira colaborativa e criativa no decorrer desta pesquisa.

Por conta da limitação espacial deste texto, não trouxe para esta seção a análise interpretativa de todas as narrativas que emergiram nas mediações de conversas com os praticantes, conforme o investimento realizado ao longo da descrição analítica que apresentei nos capítulos 5 e 6 e também, na seção anterior deste capítulo, 7.1. Sendo assim, achei que seria pertinente apresentar uma síntese dos elementos que ajudaram a delinear as noções subsunçoras que despontaram neste estudo.

Em relação à primeira noção subsunçora que emergiu na/da análise de dados produzidos nesta ciberpesquisa-formação, Educação Online e Docência Implicada – contribuições da mediação docente na cocriação de atos de currículo presenciais/híbridos na tessitura de conhecimentos de DSR, merece ser ressaltada, a importância da atuação dos professores do CERJ nas ações educativas que forjamos presencialmente no colégio, mas também na perspectiva do hibridismo, considerando-se os atos de currículo que mediamos a partir do digital em rede, considerando-se que nos primeiros anos desta pesquisa de doutoramento vivenciamos um período de emergência epidemiológica em razão da pandemia de covid-19.

Conforme explicitarei nas linhas introdutórias deste capítulo, a primeira categoria analítica emergiu especialmente, sob a inspiração de *Educação como prática da liberdade* (Freire, 2021a), obra escrita por Paulo Freire em 1965, a partir da sua experiência na alfabetização de trabalhadores rurais no sertão do Rio Grande do Norte. A experiência de Angicos/RN que resultou na alfabetização de 300 camponeses em 45 dias em 1963, possivelmente foi um dos estopins para as perseguições e encarceramentos que se seguiram e que mobilizaram Paulo Freire a pedir asilo político à Bolívia em 1964, onde permaneceu por 30 dias em razão do golpe de Estado deflagrado também nesse país. Após esse fato, o educador

brasileiro partiu para o exílio no Chile, onde viveu por cinco anos, trabalhou em prol da reforma agrária e pode escrever os livros *Educação como prática da liberdade* e *Pedagogia do oprimido*, à salvo das agruras impostas pela ditadura cívico-militar que se abateu sobre o Brasil.

A experiência de Angicos/RN foi a mais conhecida aplicação do Método Paulo Freire com educandos apartados da escolarização tradicional, configurou-se, portanto, como uma situação de aprendizagem em contexto não escolar, que segundo Francisco Weffort, estudioso do populismo e da democracia, materializou-se como “uma pedagogia que elimina pela raiz, as relações autoritárias, onde não há ‘escola’ nem ‘professor’, mas círculos de cultura e um coordenador cuja tarefa essencial é o diálogo” (Freire, 2021a, p. 38).

Sendo assim, nos círculos de cultura, no qual o educador atuava como “coordenador dos debates”, alfabetizadores e alfabetizandos, enquanto sujeitos livres e críticos, educavam-se em comunhão, com a utilização das fichas de cultura e a compreensão da realidade local, levando-se em consideração o vocabulário popular e o respeito à liberdade dos educandos. Ainda de acordo com contribuições deixadas no primeiro capítulo de *Educação como prática da liberdade*, pelo cientista político e ex-professor da Universidade de São Paulo (USP), o “círculo de cultural, peça fundamental da educação popular”, buscava:

[...] reunir um coordenador a algumas dezenas de homens do povo no trabalho comum pela conquista da linguagem. O coordenador, quase sempre um jovem, sabe que não exerce a função de “professor” e que o diálogo é condição essencial de sua tarefa, “a de coordenar, jamais influir ou impor” (*Ibidem*, p. 10).

O pensamento freireano inscrito nas ideias apresentadas acima, pode ser aproximado da compreensão de Maíra Ribeiro, Patrícia Alcântara e Quelvin Silva (2022, p. 88) acerca da importância da atuação docente na perspectiva da cibercultura, tal como a primeira noção subsunçora que emergiu na/da análise dos dados produzidos nesta pesquisa, pois nas conversações mediadas indistintamente, por todos os praticantes envolvidos, presencialmente ou no contexto da Educação Online (EOL),

o pesquisador assume o papel de mediador das mediações, formulador de problemas e mobilizador da experiência do conhecimento no online. Ao mesmo tempo que sai da centralidade e do polo da emissão, o pesquisador coloca-se no lugar de retomada e de avanços no caminho da inteligibilidade do objeto em estudo, com a premissa do inacabamento e de que os sentidos são produzidos junto com, uma vez que produzimos “*conhecimentossignificações*” em rede [...] (Grifo dos autores).

Desse modo, podemos notar que a implicação da práxis docente com os fundamentos da EOL, como a interatividade, a colaboração, a autoria, a indissociabilidade do processo de *aprendizagemensino*, materializou-se nas (ciber)invenções cotidianas e singulares que apresentamos ao longo desta ciberpesquisa-formação, que frutificaram do modo como os praticantes culturais ressignificaram a proposta curricular oficial da SEEDUC/RJ e usaram

diferentes artefatos culturais (*Apps*, redes sociais e Plataforma Google Classroom) para conversar e tecer conhecimentos de DSR nos círculos freireanos e ciberculturais, principal dispositivo metodológico utilizado neste estudo.

Os atos de currículo que vislumbramos no cotidiano do CERJ foram possibilitados pela participação dos *prcfessoraspraticantes* na tessitura de conhecimentos de DSR, a partir das redes de conversações estabelecidas no colégio e também nas mediações do digital em rede. Nesse sentido, acho conveniente apresentar novamente à narrativa da *Prcfessorapracicante* Glória Roussim, que emergiu em nossas conversas no WhatsApp (item 7.1 desse capítulo):

[...] Nossa, Janaína. Eu fiquei encantada com o trabalho. Assim, apaixonada pela fala das meninas. E fiquei encantada pelo engajamento seu. Eu gosto muito disso, esse tipo de escola me chama a atenção, entendeu. Eu sou gramaticeira, eu sou professora tradicional, eu tenho mais de trinta anos de sala de aula, mas essas atividades que você mostra pra o aluno que existe perspectiva, que existem outras opções, que o mundo é muito além da bolha que ele está, isso mexe muito comigo. Não só como pessoa, mas também como profissional. Então esse trabalho que foi feito pra mim foi só perfeito, sabe...

Todavia, considerando-se que, os DSR não são temas encontrados na proposta oficial de todos os componentes curriculares e que a abordagem da temática depende da chancela do educador, conforme apontaram as *Prcfessoraspraticantes*, *Themis e Antonieta*, nas conversas com educadores que medieei WhatsApp (item 7.1), a remoção do termo “gênero” do texto final da BNCC e a escassez dessa temática na formação inicial de um número considerável de professores brasileiros, parecem desvelar a importância do posicionamento crítico e intencional dos educadores na discussão de assuntos relacionados aos DSR no cotidiano escolar. Desse modo, preciso ressaltar que a práxis docente é um exercício permeado por intencionalidades, atravessado por nossa leitura de mundo e amparado na base ideológica que nos orienta, pois nenhuma ação pedagógica é neutra (Freire, 2011b).

Avançando na leitura interpretativa, trago a segunda noção emergente que despontou na/da análise dos dados produzidos nesta pesquisa, *Ambiências Formacionais Ciberfeministas – reflexões teóricas-metodológicas sobre a formação de estudantes e prcfessores comprometidos com a educação não sexista, antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica*. Ao pesquisar o fenômeno da educação online, Edméa Santos (2005) delineia um *modo outro* de *fazer pensar* as experiências formativas. Ao longo da sua tese doutoral, a autora mergulha na abordagem multirreferencial e na bricolagem inventiva para acionar os praticantes em suas redes, criar etnométodos e desenvolver a fundamentação da pesquisa-formação na cibercultura.

Considerando-se que no GPDoC, cocriamos dispositivos com nossos praticantes, à medida em que atualizamos as discussões teórico-epistemológicas desenvolvidas coletivamente e (re)inventamos o método, cada *prcfessorapesquisador* tem a oportunidade de aprofundar as

abordagens, trago as contribuições da Prof. Dr.<sup>a</sup> Rosemary dos Santos, que favoreceu a nossa compreensão e a ampliação do campo, ao apresentar o conceito de ambiências formativas, que segundo a autora são,

As situações de aprendizagem cocriadas nos *espaçotempos* híbridos em que se articulam os ambientes físicos e digitais (sala de aula presencial, ambientes virtuais de aprendizagem e redes sociais). Uma ambiência formativa é o complexo enredamento onde se dinamizam diversas possibilidades de produção intelectual, de invenção, de constituição de rastros onde um coletivo assume, explícita e reinventa seu processo de formação (Santos, 2015, p. 40).

Nos últimos anos, Macedo (2020) passou a defender o uso do termo “ambiência formacional” dado o caráter relacional desse conceito, pois segundo o autor, nossas itinerâncias formativas são tecidas na troca com o outro, o grupo de pesquisa, os colegas, professores e demais atores sociais, mas também outras experiências com a cidade, o cinema, os dispositivos tecnológicos, etc. De acordo com o Prof. Dr. Sandro Ribeiro (2023), que também contribuiu na ampliação do nosso entendimento acerca da temática, com a discussão da *Abordagem Ciberformacional*, conceito apresentado na/da investigação realizada em sua pesquisa doutoral, defendida no GPDoC-PPGEduc/UFRRJ, a perspectiva apontada por Roberto Sidnei Macedo, propõe um *rigor outro* para *pensar/fazer* os processos de formação e pesquisa, que emergem nas/das relações de *aprendizagemensino* e possibilitam a cocriação de experiências mais significativas.

A consideração das premissas acima e a tentativa de interpretação das narrativas e cocriações dos praticantes nos atos de currículo de conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos que mediamos no colégio pesquisado e no ciberespaço, possibilitou a emergência da segunda noção subsunçora, *Ambiência Formacional Ciberfeminista*, sob a inspiração das produções ciberfeministas de Santos (2022) e de Santos, Fernandes e York (2022), em diálogo com o pensamento freireano e bell hooks (2013).

Assim, ao mergulhar na escrita desta síntese, recorro ainda às ideias de Paulo Freire (2011b), em *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, que favoreceram a ampliação da minha compreensão acerca dos movimentos e dados produzidos nesta pesquisa. As cocriações que forjamos na mediação das conversas com os praticantes culturais, fizeram brotar narrativas, textos, imagens, vídeos, áudios, etc., que me ajudaram a entender que, “meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas, também, o de quem intervém como sujeito de ocorrências” (*Ibidem*, p. 74-75). A seguir, apresento três elementos observados nos achados da pesquisa que inspiraram a emergência da segunda categoria analítica:

1º aspecto: A potência mobilizadora dos professores de Ciências e Biologia no acionamento das redes de *saberes/fazer*s interdisciplinares para a criação inventiva de ambiências formacionais ciberfeministas comprometidas com a educação não sexista, antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica. Sobre esse aspecto, é pertinente ressaltar duas coisas: os estudantes que participaram do primeiro círculo cibercultural revelaram que a tessitura de atos de currículo de conhecimentos de DSR são mediados no cotidiano escolar majoritariamente, por professores que lecionam os componentes curriculares de Ciências e Biologia; nas conversas que mediei com os educadores do CERJ emergiram narrativas sobre o medo ao abordar temas considerados polêmicos e tabus, conforme as narrativa da *Professorapracicante* Glória Roussim que apresentei primeiramente, na seção anterior (item 7.1): "*Ah, vai falar de sexo, ah vai falar de reprodução, ah vai falar de gay, falar de orientação sexual?*" *Tem que ser falado, sabe. Parece que esse tabu precisa ser vencido*". Acerca disso, bell hooks (2013, p. 51-52) salienta que,

Muitos professores se perturbam com as implicações políticas de uma educação multicultural, pois têm medo de perder o controle da turma caso não haja um modo único de abordar um tema, mas sim modos múltiplos e referências múltiplas. Os educadores têm de reconhecer que qualquer esforço para transformar as instituições de maneira refletir um ponto de vista multicultural deve levar em consideração o medo dos professores quando se lhes pede que mudem de paradigma. É preciso instituir locais de formação onde os professores tenham a oportunidade de expressar seus temores e ao mesmo tempo aprender a criar estratégias para abordar a sala de aula e o currículo multiculturais.

Como ainda não existe uma política pública nacional de educação e saúde sexual e reprodutiva, voltada à formação inicial e continuada de professores de diferentes componentes curriculares, creio que seria pertinente aproveitar as experiências e itinerâncias formativas dos professores de ciências/Biologia na mobilização das reflexões, debates e produção de conhecimentos de DSR no cotidiano escolar.

2º elemento: O interesse dos estudantes pela temática dos DSR e o modo os praticantes culturais resignificaram a proposta curricular oficial, interagiram, se autorizaram, produziram autorias de modo divertido e sugeriram novos encontros e conversas sobre aborto, saúde mental, respeito à diversidade, etc., merecem ser destacados. As (ciber)criações freireanas e cotidianas de direitos sexuais e reprodutivos foram tecidas nas redes de conversações que mediamos, nas modalidades presencial e on-line, com a participação ativa dos estudantes do CERJ. Segundo bell hooks (2013), algumas vezes, os estudantes parecem apresentar mais facilidade para romper com a "educação bancária" e um maior entusiasmo para criar atos de currículo multiculturais criativos e divertidos, que seus professores. Todavia, sobre o último aspecto mencionado, a autora ressalta que,

[...] o entusiasmo pelas ideias não é suficiente para criar um processo de aprendizado empolgante. Na comunidade da sala de aula, nossa capacidade de gerar entusiasmo é profundamente afetada pelo nosso interesse uns pelos outros, por ouvir a voz uns dos outros, por reconhecer a presença uns dos outros. Visto que a maioria dos alunos aprende por meio de práticas educacionais tradicionais e conservadoras e só se interessa pela presença do professor, qualquer pedagogia radical precisa insistir em que a presença de todos seja reconhecida. E não basta simplesmente afirmar essa insistência. É preciso demonstrá-la por meio de práticas pedagógicas. Pra começar, o professor precisa valorizar de verdade a presença de cada um. Precisa reconhecer permanentemente que todos influenciam a dinâmica da sala de aula, que todos contribuem. Essas contribuições são recursos. Usadas de modo construtivo, elas promovem a capacidade de qualquer turma de criar uma comunidade aberta de aprendizado (Hooks, 2013, p. 17-18).

Considerando-se, portanto, que o “entusiasmo é um esforço coletivo” (*Ibidem*, p. 18), pode ser conveniente aproveitarmos o interesse dos educandos sobre a discussão dos DSR, contando com as contribuições dos fundamentos da ciberpesquisa-formação e da EOL (Santos, 2019; 2020) e o acionamento dos dispositivos de *aprendizagemensino* na criação de ambiências formativas ciberfeministas comprometidas com a educação antidiscriminatória.

3º elemento: Os questionamentos acerca da tipificação do feminicídio da política de cotas nas universidades públicas e da influência do capitalismo na manutenção do racismo que emergiram nas narrativas de alguns estudantes na mediação de conversas no Google Meet sobre o aumento da violência de gênero no período pandêmico (item 5.3), as quais destaco mais uma vez nesta tese:

*Estudante Gu.* (ao microfone): Agora tudo é registrado como feminicídio. Qual a necessidade da lei do feminicídio, uma vez que os homens são as maiores vítimas de violência.

*Professor Walmir de Freitas* (ao microfone): As mulheres são seres humanos, vítimas do sistema patriarcal. Não estamos debatendo sobre o corte de uma árvore.

*Estudante R.G.* (discordando do Estudante Gu.): Claro que não, responde o que o professor falou.

*Estudante Y.:* Mulher morre por não arrumar a casa, por não fazer o que o marido quer, aparece vários casos como esse na TV.

*Estudante M.S.:* É verdade, amiga.

[...]

*Estudante Gu.:* As cotas, por dividirem a população dessa forma faz a segregação ainda maior.

*Estudante J.:* Mas o princípio das cotas não é causar uma divisão, mas sim acabar com ela.

*Estudante M.:* Concordo, Júlia

*Estudante Gu.:* J., você não acaba com divisão criando uma.

*Estudante M.So.:* Quanto mais divisões tivermos, pior é para acabar com elas.

*Estudante R.G.:* Isso é fato.

*Estudante Gu.:* Exatamente M.So., porque a maioria dos brasileiros são negros.

*Estudante J.:* As cotas não criam divisão, elas partem do princípio de alcance à equidade, Gu. Você não alcança a isonomia fazendo com que certas pessoas possam entrar em qualquer lugar levando uma vantagem que ela acaba tendo.

*Professora Janaína Rodrigues* (ao microfone): Já olharam ao redor quantos juízes o médico os negros nós conhecemos quem são as pessoas que fazem as limpezas nos locais que frequentamos? O capitalismo também se beneficia em muito do racismo. Por conta do racismo estrutural que apaga essas existências, hoje além da política de cotas, o ensino da história da África é obrigatório nas escolas [Lei 10.639, promulgada em 2003].

*Estudante Gu.:* O capitalismo tem relação com o racismo?

*Estudante D.:* Não precisamos ir longe, [referindo-se à] ocorrência [de] um caso em duas escolas da região com censura em livros de História sobre os negros.

*Estudante R.G.:* Concordo mano, eu acho que deveria ter na igualdade na minha opinião isso desvaloriza mais ainda [...].

Os achados evidenciaram a necessidade de ouvirmos os praticantes respeitosamente, reconhecemos suas experiências e continuarmos conversando sobre os DSR e a eliminação das opressões de gênero, raça, classe, etc., disparando a realização de outros encontros. Ao discutirem as relações étnico-raciais e de gênero de maneira mais crítica e tecerem diferentes saberes *dentre*fora da escola, alguns estudantes podem se sentir desconfortáveis ao reconhecerem o pensamento reacionário, os discursos racistas e as posturas preconceituosas no convívio com seus familiares e outras pessoas. Dialogando com as ideias apresentadas, bell hooks (2013, p. 61) destaca a importância de ouvirmos os questionamentos dos educandos e reconhecemos que os assuntos que trabalhamos em nossas aulas podem impactar as experiências de vida dos estudantes, lhes dando,

Tanto a oportunidade de saber que as experiências difíceis acontecem com todo mundo quanto a prática de integrar teoria e práxis: modos de conhecer e hábitos de ser. Praticamos não só o questionamento das ideias como também o dos modos de ser. Por meio desse processo, construímos uma comunidade.

Segundo a autora, a mudança paradigmática nem sempre é um processo harmonioso, pois, "geralmente, há uma certa dor envolvida no abandono de certas formas de pensar e saber e no aprendizado de outras formas" (Ibidem, p. 61). Entretanto, acredito que é importante destacar que a relação *prácticateoriaprática* vivenciada com os meus praticantes e os movimentos da pesquisa dispararam novos encontros e ampliaram as redes de conversações *dentre*fora da escola, possibilitando novas conversas, como por exemplo, o círculo freireano com conversas sobre os 15 anos da Lei Maria da Penha, que mediamos com a participação de advogadas, membras de duas comissões da OAB - Seção Volta Redonda.

A desconsideração do forte marcador de classe e raça na incidência de violência de gênero e na disparidade salarial, que afetam predominantemente, a vida, a integridade e a renda de meninas e mulheres negras, não é recomendável. Por isso, com base nas (ciber)invenções que emergiram nos atos de currículo que mediamos com os praticantes do cotidiano do CERJ,

que assim como os rizomas, brotaram graças à implicação epistemológica e metodológica desta ciberpesquisa-formação com o pensamento freireano, os fundamentos da EOL e as contribuições de diferentes intelectuais feministas, como a obra, *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, na qual bell hooks (2013) dialoga com as ideias de Paulo Freire, apresento algumas reflexões disparadas pelos atos de currículo que brotaram nas ambiências formacionais ciberfeministas que mediamos com os praticantes culturais:

a. Os atos de currículo foram forjados, a partir de estratégias de *aprendizagemensino* síncronas e assíncronas bem planejadas e distribuídas e não como uma proposta de ensino com atividades isoladas. As cocriações mediadas por estudantes e professores do CERJ, presencialmente na escola e no digital em rede são singulares e dotadas de sentido.

b. A formação permanente de educadores para lecionar as competências de suas áreas é relevante, mas a construção de uma escola democrática deve ultrapassar a ideia de que a seleção de conteúdo é o passo primordial, pois a educação não pode prescindir das dimensões ética, estética e política.

c. Se as respostas são provisórias, saber o que perguntar pode ser valioso. A Pedagogia da pergunta ser faz com inquietação e disposição ao diálogo. É importante instigar a curiosidade epistemológica (Freire, 2011b) e considerar os que os praticantes culturais têm para nos contar.

d. Ensinar a transgredir e educar para a prática da liberdade exigem responsabilidade, implicam assumir riscos e uma dose de extra de ânimo, se nossas práticas educativas forem rotuladas de atos de subversão ou desobediência. Nesse sentido, é relevante destacar que os atos de currículo que mediamos ao longo desta pesquisa aconteceram no período em que o projeto de poder de grupos ligados à extrema-direita governava o Brasil e o estado do Rio de Janeiro.

e. As mudanças não costumam acontecer instantaneamente, pois a luta é constante e educar é um processo e leva tempo. À maneira freireana, esperançosamente, preparamos a terra e semeamos jardins, confiantes na chegada da primavera, para tanto, não basta denunciarmos as desigualdades sociais e as violações de DSR, precisamos combater as práticas discriminatórias na escola, criando inventivamente com os praticantes culturais, atos de currículo antirracistas, não sexistas e antiLGBTQIAPN+fóbicos.

f. Se as tramas são tecidas no entrelaçar de inúmeros fios, educar em uma perspectiva antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica carece do encontro com o outro nas redes instituídas, a partir da interatividade e da colaboração entre os praticantes, da formação de grupos de discussão, do incentivo ao trabalho interdisciplinar e apoio às iniciativas. Esta ciberpesquisa-formação foi possível, porque os discentes do CERJ interessaram-se, interagiram e acionaram as redes de conversações sobre os DSR, assim como os docentes, principalmente àqueles que

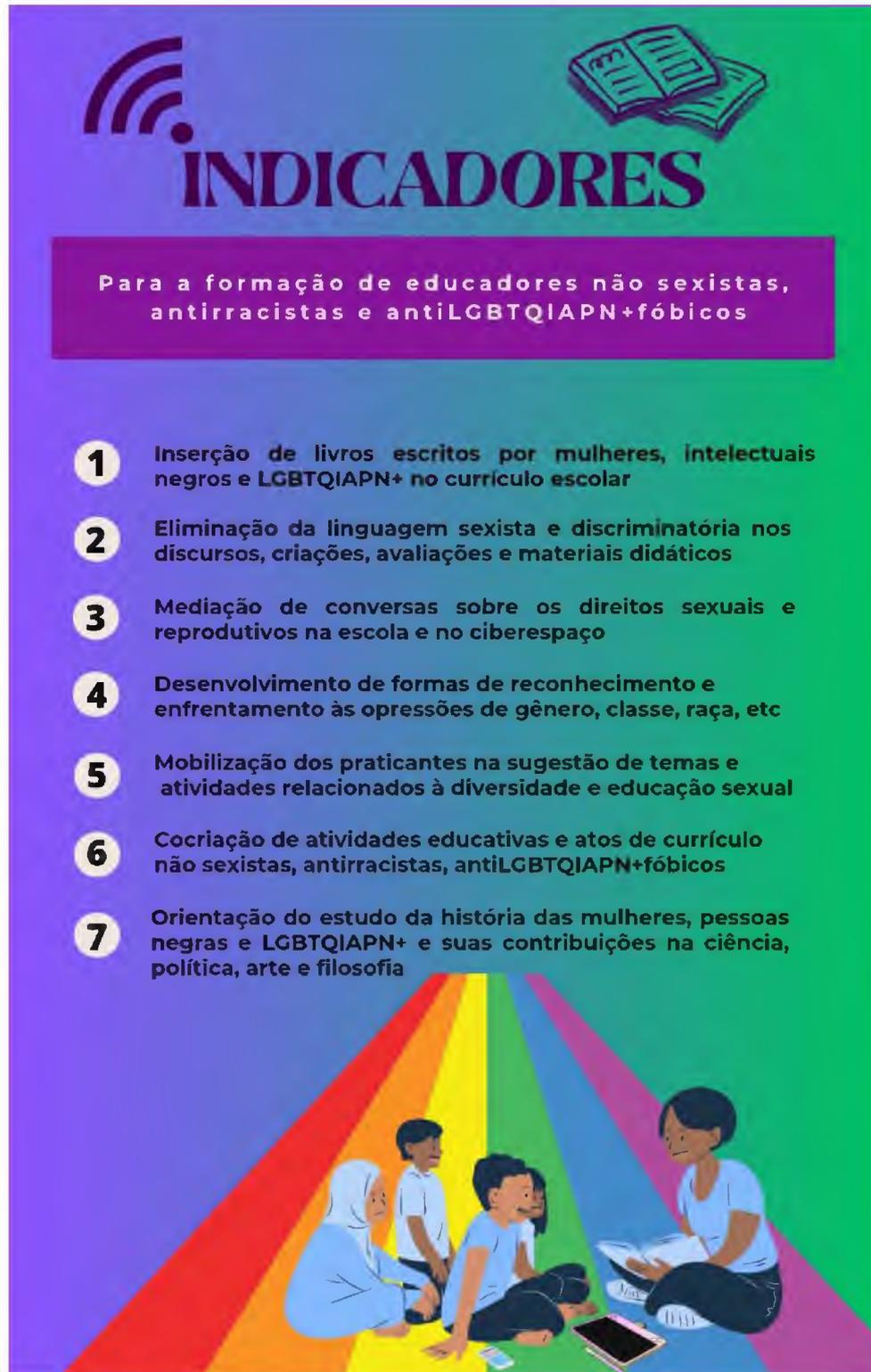
lecionam os componentes curriculares de Biologia, Geografia, Língua Portuguesa e de Sociologia, que colaboraram na mediação dos encontros e na tessitura do currículo em ato.

g. As diferentes opressões se estruturam socialmente por influência dos sistemas capitalista, colonial e cis-heteropatriarcal. O entendimento dos mecanismos que perpetuam as violações pode favorecer que cada um seja capaz de reconhecer a presença do sexismo, do racismo e LGBTQIAPN+fobia em si mesmo, possa se despir de seus privilégios para assumir o seu lugar na luta pelo fim das opressões de raça, classe, gênero etc.

Na esteira do debate proposto, é pertinente frisar que o aspecto emancipatório da concepção de educação libertadora defendida por Paulo Freire tem implicação direta com a transformação social, pois para o educador brasileiro “a luta de classes não é o motor da história, mas certamente é *um* deles” (Freire, 2018a, p. 125. Grifo do autor). Nesse contexto, como feminista interseccional compreendo que a luta anticapitalista é fundamental para eliminar as opressões de raça, gênero, classe, condição física e intelectual, nacionalidade, faixa etária, etc.

Considerando-se a urgência das questões discutidas e os índices alarmantes de violações de direitos humanos no Brasil, o investimento na formação de educadores preparados para atender as demandas sociais com competência profissional e consciência crítica deveria ser uma política educacional proposta pelo Estado. Diante disso, a título de sugestão e não como prescrição, apresento alguns indicadores para uma educação não sexista, antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica (Figura 118), estrategicamente pensados, a partir das reflexões mencionadas nas linhas anteriores:

Figura 118: Indicadores para a formação de professores



Fonte: Elaborado pela *professorapesquisadora* (2023).

Devido à compreensão acerca da ideia de que “formamos, enquanto nos formamos”, que é um dos princípios da ciberpesquisa-formação (Santos, 2019) e da importância da tessitura

de conhecimentos DSR em rede nas práticas de (ciber)ativismo na cena sociotécnica contemporânea, é conveniente apresentar algumas experiências ciberfeministas que vivenciei durante a criação desta tese. Em primeiro lugar gostaria de mencionar a minha participação na Mesa Redonda, “Contribuição pedagógicas do pensamento de Paulo Freire”, no I Encontro da Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PECNM), evento on-line promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), *campus* Volta Redonda, em dezembro de 2021 (Figura 119).

O convite para compor a mesa foi feito por Andréa Tunin, que atua como profissional de Serviço Social no IFRJ e é egressa do Doutorado PPGEDUC/UFRJ. Por acompanhar os meus rastros no Facebook, ela sabia que eu sou professora na Educação Básica, membra do FRECON e estava cursando o doutorado no PPGEDUC/UFRJ, mas desconhecia que eu sou egressa da primeira turma do PECNM/IFRJ. Por isso, participar do evento em minha cidade, no ano do centenário de Paulo Freire foi um presente e uma excelente oportunidade para rever meus professores da especialização, mesmo em um evento on-line. Afinal, no IFRJ possibilitou que eu me dedicasse com afinco à pesquisa em ensino de ciências. Reconheço que tudo o que o sei sobre as submissões na Plataforma Brasil e os trâmites nos Comitês de Ética na Pesquisa, aprendi nessa instituição. Conhecimentos que me trouxeram até o doutorado e possibilitaram o desenvolvimento desta tese.

Figura 119: Mesa Redonda no IFRJ/VR- Contribuições pedagógicas do pensamento de Paulo Freire



Fonte: IFRJ Campos Volta Redonda no Facebook (2021).

Também pude apresentar o trabalho intitulado, *A emergência de círculos freireanos e ciberculturais sobre direitos sexuais e reprodutivos no cotidiano escolar*, em julho de 2022 no IV Encontro Internacional Docência e Cibercultura (EDoC), com a mediação Prof. Dr. Marcelo Bairral do PPGEDUC/UFRRJ e a participação de Ana Clara São Thiago, membra do Grupo de Pesquisas Sociabilidades, Cibercultura e Educação – SoCib e Mestra em Educação pelo PPGECC/UERJ, entre outros presentes (Figura 120). O QR Code e o link disponibilizados a seguir, permitem o direcionamento para o canal do IV – DoC no YouTube, onde o vídeo com as apresentações do painel foi disponibilizado.

Figura 120: Apresentação de trabalho no IV- e-DoC



Fonte: Acervo pessoal da professorapesquisadora (2022). Disponível em: <https://www.youtube.com/live/qOwLYIBUzGs?si=UhWTD2G8L6TOF5z>

Por fim, gostaria de apresentar a figura 121, que evidencia a postagem que a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edméa Santos fez em seu diário de pesquisa on-line no Instagram contando sobre a nossa participação, juntamente com a Professora Dr.<sup>a</sup> Raquel Barros, pós-doutoranda do GPDoC-PPGEDUC/UFRRJ, na mesa Coordenada, *Experiências Ciberfeministas na Pesquisa-formação na cibercultura*, trabalho que apresentamos em novembro de 2023, no XVI Simpósio da ABCIBER 2023. Na sequência, o QR code e o link disponibilizados possibilitam o direcionamento à publicação da Professora Dr.<sup>a</sup> Edméa Santos no Instagram.

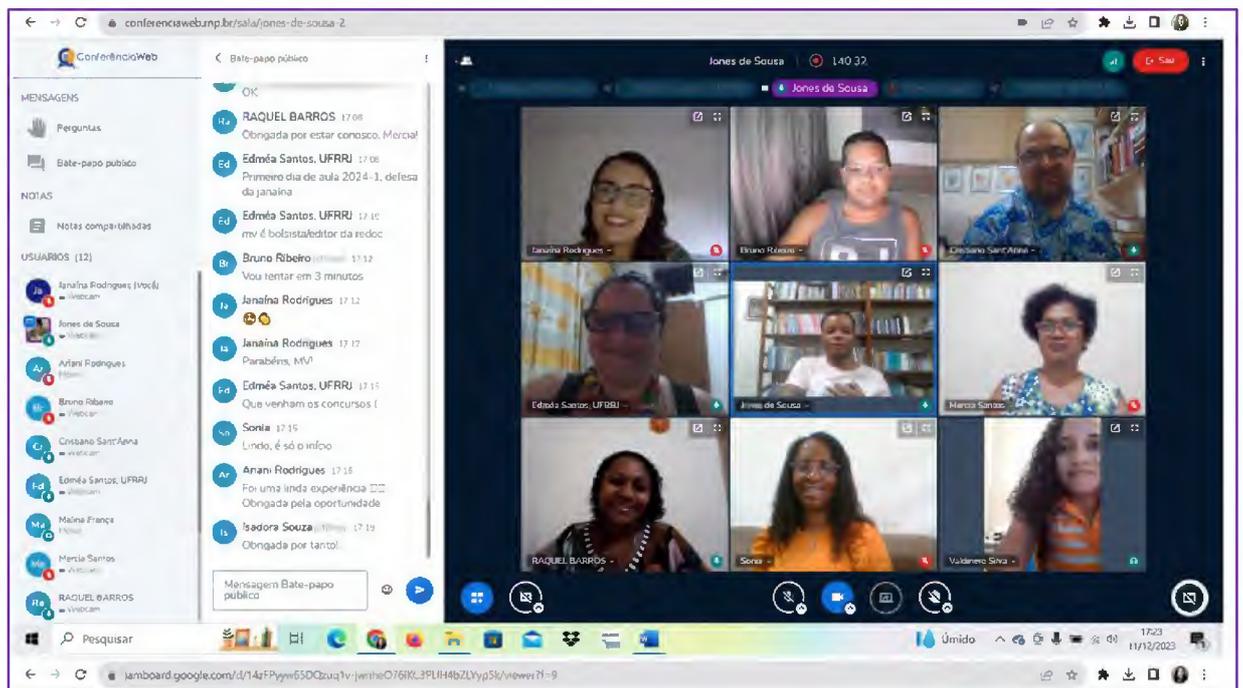
Figura 121: Rastros de nossas experiências ciberfeministas



Fonte: @measantos, no Instagram (2023). Disponível em:  
<https://www.instagram.com/p/C0SvoyxL14W/?igshid=YTI4YzE2YTYwMA==>

Na mesa coordenada, eu tive a oportunidade de relatar a mediação de conversas sobre o aumento da violência de gênero na pandemia de covid-19, experiência vivenciada com meus os praticantes do CERJ, no círculo cibercultural realizado no Google Meet, produção descrita no capítulo 5, item 5.3 desta tese. Ao meu lado no evento, as professoras Edméa Santos e Raquel Barros comunicaram as experiências relativas às mediações realizadas por elas e o graduando em Letras da UFRRJ, Marcos Vinícius Menezes no Curso de Extensão, *Clube de leitura Ciberfeministas*, atividade ofertada pela Escola de Extensão da UFRRJ, da qual eu participei como praticante cultural, assim como outros 49 praticantes, graduandos da universidade e professoras que atuam na Educação Básica. No curso de extensão tivemos a oportunidade de ler a obra *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo, experiência interseccional que nos tocou profundamente foi desenvolvida com mediações na plataforma de webconferências Web RNP, no Moodle, no WhatsApp e no Padlet, ao longo de 10 encontros realizados nas modalidades on-line e presencial. Na figura 122, temos a captura de tela do nosso encontro de despedida e encerramento do clube de leitura que contou com as presenças dos professores Cristiano Santana e Isadora Souza da Silva.

Figura 122: Último encontro no Clube de Leituras Ciberfeministas



Fonte: Acervo do GPDoC (2023).

Minha participação no curso aguçou meu olhar para as mazelas das mulheres negras e periféricas e me fez ponderar sobre a mediação de outras ambiências formacionais ciberfeministas no futuro. Ainda há tanto para viver e lutar pela igualdade de gênero e o fim dos sistemas de opressão, racial, sexista, classista, etc.

## 8 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nesta tese narrei a investigação da tessitura de conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos no cotidiano do Colégio Estadual Rio de Janeiro, localizado em Volta Redonda, tendo os estudantes matriculados no Ensino Médio e seus educadores, como os praticantes culturais desta ciberpesquisa-formação. Ao longo deste estudo, tentei compreender a influência da cultura na constituição das juventudes e sexualidades no cotidiano escolar, no que tange à *aprendizagem* em torno de temas relacionados à educação e saúde sexual e reprodutiva, interpretar as narrativas dos praticantes que emergiram nas mediações dos círculos ciberculturais e incentivar as cocriações de *zines*, práticas e dispositivos voltados à tessitura de conhecimentos de DSR no cotidiano escolar.

Este trabalho que é fruto da pesquisa de doutoramento desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ, foi entretido em razão do reconhecimento do legado de Paulo Freire em favor da Educação em Direitos Humanos e da ideia de aproximar as premissas da concepção de educação freireana às contribuições de teóricas e intelectuais do feminismo interseccional. Metodologicamente, este estudo qualitativo também se fundamentou nos pressupostos epistemológicos da ciberpesquisa-formação. O caderno de campo e as fichas-roteiro das conversas foram os instrumentos utilizados na pesquisa e permitiram, respectivamente, a anotação detalhada das observações e narrativas e a mediação dos encontros que aconteceram sob a inspiração dos círculos de cultura realizados por Paulo Freire, na década de 1960, e que no contexto da pandemia da covid-19, se materializaram em círculos presenciais e ciberculturais, com base nos pressupostos da Educação Online: interatividade, colaboração e autoria.

Um dos desafios da educação popular hoje é o desenvolvimento de práticas educacionais emancipatórias no sentido de corresponder às demandas de sujeitos concretos, identitariamente representados. No caso específico, de jovens de origem popular que estudam em uma grande rede pública, geográfica e socialmente localizada. Como o diálogo e a adoção das conversas como metodologia para *aprenderensinar* e pesquisar balizaram a realização desta pesquisa, pude observar que os dados produzidos colocaram em destaque a potência e a ressonância das vozes desses jovens e seus educadores e das suas presenças atuantes no trabalho pedagógico.

Para tentar romper com a imposição da racionalidade moderna, que tende a invisibilizar os sujeitos e suas invenções cotidianas, à moda freireana, mediamos as conversas com os

praticantes culturais, possibilitando a tessitura nas redes, que assim como os rizomas, fizeram brotar os atos de currículo sobre os DSR e as cocriações singulares e diversificadas que emergiram nas práticas educativas presenciais e on-line, em razão da implicação desta pesquisa com as práticas mediadas pelo digital.

A mediação da tessitura de atos de currículo de DSR nos círculos freireanos e ciberculturais, principal dispositivo metodológico desta pesquisa, foi *pensada feita* estrategicamente, considerando-se também as demandas trazidas pelos praticantes e as preciosas sugestões da equipe diretivo-pedagógica. Ao todo, realizamos nove encontros, presenciais e on-line, a partir do uso consciente de diferentes microdispositivos formacionais, como o WhatsApp, o Padlet, o Instagram, o Google Meet, entre outros artefatos culturais que utilizamos nas ciberpesquisas-formação como *App-educations* ou *App-learning*. Além disso, em duas ocasiões, as redes de conversações foram ampliadas com a presença de convidados que vieram conversar com os praticantes culturais do CERJ.

Os quatro primeiros encontros foram realizados no segundo semestre de 2021, ainda no período de ensino remoto devido à emergência epidemiológica. O primeiro círculo cibercultural mediado em um grupo criado no WhatsApp teve como disparador a seguinte questão: o que são DSR? Pedagogicamente, a pergunta foi o fio condutor que orientou a investigação da tessitura de conhecimentos de DSR no cotidiano da escola pesquisada, possibilitando o levantamento de práticas educativas e componentes curriculares que desenvolvem práticas educativas voltadas à educação e saúde sexual e reprodutiva. Fato que evidenciou a predominância da abordagem da temática nas aulas de Ciências e Biologia, como era de se esperar, mas também aguçou meu olhar para a articulação de um trabalho interdisciplinar com educadores que lecionam os componentes das áreas de Linguagens e Suas Tecnologias e de Ciências Humanas.

Na sequência, percorri as trilhas cotidianas em busca de pistas do interesse juvenil pelo tema sexualidade. Os registros fotográficos evidenciaram a participação dos estudantes nas exposições científicas, nos seminários sobre a prevenção de ISTs e revelaram ofensas sexistas deixadas nas portas e desenhos fálcos no mobiliário escolar, acionou a cocriação de uma nuvem de palavras no *APP* Mentimeter (2º círculo cibercultural) fazendo emergir temas geradores para outras conversas.

Prosseguindo com a produção de dados, a mediação das conversas no WhatsApp e no *APP* Padlet possibilitou a produção de um mural interativo sobre a Lei da Semana Nacional de Prevenção à Gravidez na Adolescência na escola com a colaboração dos praticantes da pesquisa. A experiência que vivenciamos no terceiro círculo cibercultural favoreceu a observação dos alarmantes índices de gestações precoces em diferentes países da América

Latina e a discussão dos fatores associados, como a violência de gênero e as desigualdades socioeconômicas, que evidenciaram que a gravidez na adolescência em nosso país é um fenômeno com forte marcador de raça e classe, considerando-se que os estudos apontam que as jovens negras e pobres são as mais afetadas.

A cocriação do mural interativo no Padlet disparou a ideia de mediarmos conversas sobre o aumento da violência de gênero na pandemia, fenômeno que, lamentavelmente, também precisa ser examinado com base nas intersecções de raça e classe. Assim, acionamos as redes e realizamos o quarto círculo cibercultural no Google Meet que, possibilitou a emergência de narrativas sobre a tipificação do feminicídio e questionamentos sobre a influência do sistema capitalista na manutenção das desigualdades sociais e racismo. O encontro foi tão fecundo que evidenciou a necessidade de realizarmos novos encontros para continuarmos conversando sobre a temática, disparando a ideia de mediarmos mais encontros, como o círculo freireano sobre os 15 anos da Lei Maria da Penha (5º encontro), que mediamos no pátio do CERJ, com a presença de advogadas, membras de duas comissões da OAB - Seção Volta Redonda, em março de 2022.

No segundo bimestre de 2022, mediamos a cocriação de *zines* sobre os Direitos sexuais e reprodutivos, Cyberbullying e ISTs (6º círculo), partindo da ideia de reinventarmos as fichas de cultura de Paulo Freire, acionamos o Instagram para incentivar a interatividade entre os praticantes e explorar as potencialidades de uso das redes sociais nas ambiências formacionais ciberfeministas. À semelhança dos rizomas que crescem em múltiplas dimensões, nossas redes de conversações sempre acolhem mais gente, a mediação da cocriação das *zines* contou com a colaboração de três *prcfessoraspraticantes*, das áreas de Linguagens e suas Tecnologias e de Ciências da Natureza, que prontamente, mergulharam conosco na tessitura de conhecimentos de DSR, fato que eu e os praticantes que participaram dos primeiros encontros comemoramos bastante.

Para acolher as demandas sugeridas pelos estudantes nos encontro realizado no Google Meet, mas também em consideração ao currículo de Biologia que orienta a abordagem de conteúdos relacionados aos sistemas do corpo humano, como os sistemas nervoso, genital e endócrino, mediamos o círculo freireano sobre saúde mental e masculinidades (7º círculo), com a colaboração dos *prcfessorespraticantes* que lecionam os componentes de Geografia e Sociologia, que orientaram a pesquisa da temática, a produção de textos e imagens nas aulas e mediam as conversas com os estudantes e um médico convidado no encontro realizado no auditório do colégio, em setembro de 2022.

Nas aulas de Biologia e nas atividades mediadas no Google Classroom, a abordagem de conteúdos relacionados aos sistemas genital, endócrino e reprodução humana fez emergir uma

experiência freireana e cibercultural no Google Jamboard (8º círculo), na qual os praticantes cocriaram um material voltado à *aprendizagem* *sino* de temas relacionados aos DSR, como a “Lei do Minuto Seguinte”, aspectos legais da interrupção da gestação no Brasil e a prevenção da gravidez e de ISTS/Aids, a partir da ressignificação da proposta curricular oficial. O nono e último encontro foi mediado no WhatsApp, artefato cultural utilizado na mediação de conversas com os *professorespraticantes* do CERJ.

A bricolagem metodológica e inventiva possibilitou a análise das narrativas de maneira minuciosa e atenta às discussões propostas pelas autoras e autores que fundamentam o escopo teórico-metodológico deste trabalho, em especial, à perspectiva feminista interseccional em diálogo com a abordagem multirreferencial. A análise dos dados produzidos revelou a emergência de duas noções subsunoras ou categorias analíticas: *EOL e Docência Implicada* - contribuições da mediação docente na cocriação de atos de currículo presenciais/híbridos na tessitura de conhecimentos de DSR; e *Ambiências Formacionais Ciberfeministas* - reflexões teórico-metodológicas sobre a formação de estudantes e professores comprometidos com a educação não sexista, antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica.

A práxis docente guarda intencionalidades. Mas, quê fazer? A reflexão sobre o vivido *detrçfora* da escola, o tensionamento da relação *prácticateoriaprática* e a difusão de tantas notícias de violações de direitos dos grupos mais vulneráveis orientaram meus pensamentos sobre a urgência do debate dos direitos sexuais e reprodutivos na cena contemporânea. A questão dos DSR atravessa a luta pelo acesso à educação, saúde, emprego, renda e habitação e impacta diretamente, as condições de vida das mulheres negras, pobres e periféricas. Se o avanço da escolaridade, a conquista da autossuficiência econômica e a alta qualificação profissional não nos protegem das opressões sexistas, racistas e da violência, sem esses condicionantes estaríamos ainda mais distantes de alcançarmos a igualdade de gênero.

A idealização de um trabalho coletivo, pautado no pensamento freireano e na superação de práticas impostas pela racionalidade moderna, que tendem a valorizar somente as produções escritas em detrimento de outras formas de fazer ciência e produzir conhecimento no cotidiano escolar, foram alguns dos desafios enfrentados durante a realização deste estudo. Assim, como a a escassez de recursos tecnológicos, como a falta de dispositivos e a precariedade da conectividade na escola e nas cidades, inclusive porque os dois primeiros anos da pesquisa de campo foram desenvolvidos no período de ensino remoto ofertado em razão da pandemia de covid-19.

Outros aspectos limitantes que merecem ser ressaltados são a ausência dos DSR na proposta oficial da maioria dos componentes curriculares, a carência da discussão da temática

na formação inicial e continuada de educadores, a remoção do termo gênero e a falta de menção do respeito às orientações sexuais divergentes da cisheteronormativa, na BNCC e a inexistência de uma política nacional que regule a oferta de educação sexual nas escolas. Elementos que dificultam a abordagem dos DSR e se manifestam no medo que alguns educadores têm para abordar os assuntos considerados tabus para os grupos conservadores e que defendem a moralidade cristã, apesar de existirem preceitos constitucionais que asseguram a liberdade para aprender e ensinar, a pluralidade de ideias e a laicidade.

Também esbarrei no limite da linguagem. Assim, nesta tese tecida com as contribuições de inúmeras mulheres, professoras, pesquisadoras e intelectuais, lamentavelmente, não consegui flexionar substantivos e adjetivos no feminino, como as estudiosas do Mulherismo Africano fazem. Mudar a linguagem é um passo importante, reconheço. Todavia, não é um movimento fácil para quem foi educada tantas décadas na perspectiva colonial, com os modelos falocêntricos de ciência, filosofia e arte. Meu momento atual é de reflexão sobre esse assunto.

Esta pesquisa de doutoramento conta um pouco da minha história de vida e formação, situações comuns para tantas brasileiras. É sobre(vida) de uma mulher que rompeu amarras e renunciou à estabilidade financeira amealhada ao longo de duas décadas para tentar o doutorado, sem bolsa de estudos, nem liberação nas escolas, pagando aluguel, trabalhando e estudando na pandemia, enfrentando a escassez de recursos tecnológicos. Além disso, eu não poderia deixar de destacar a potência da parceria firmada entre dois grupos de pesquisas que desenvolvem trabalhos no âmbito do PPGEDuc/UFRRJ: FRECON e GPDoC. A bricolagem de saberes nos grupos e as experiências de *aprendizagem ensino* e pesquisa que vivenciamos nas diversas ambiências que criamos juntos foram fundamentais para a tessitura desta tese.

Sem a intenção de ser repetitiva, acho importante me posicionar do início ao fim deste trabalho, contar sobre o meu processo de reconhecimento dos privilégios da branquitude e me colocar como uma aliada da luta antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica. Eu sou uma mulher cis e mãe, latino-americana, pós-graduanda em uma universidade na Baixada Fluminense, professora da educação básica, em uma escola pública situada na cidade operária de Volta Redonda, no interior do estado do Rio de Janeiro, onde leciono Biologia aos filhos da classe trabalhadora, jovens que assim como a maioria da população brasileira, são negros e pobres. Por isso, dirigi meu olhar para o Sul Global, no intuito de “sulear” a tessitura de conhecimentos de DSR que medie com meus praticantes. Afinal, ao lado da interseccionalidade, percebi que os teóricos/as que estudam a decolonialidade poderiam favorecer a minha compreensão acerca do modo como as opressões de raça, classe, território, etc. operam em nosso continente sob a influência dos sistemas patriarcal, colonial e capitalista.

Diferente da sorte de mais de 600 mil vítimas da política nefasta que atrasou a vacinação e retardou a atenção aos avanços da covid-19 em nossa população, sobrevivi para narrar as experiências e as ambiências formacionais ciberfeministas que mediamos ao longo desta tese. Observo, entretanto que discentes e docentes retornaram para escola sensibilizados ou debilitados em algum grau. Cada um dos praticantes do cotidiano do CERJ carrega no corpo e na mente um evento marcante associado à vida e ao processo formativo na pandemia, questões que exigirão discernimento para planejar e implementar as ações futuras.

Concordo que a consideração exclusiva da dimensão biológica é insuficiente para a compreensão das relações de gênero e o estudo das relações étnico-raciais na escola, mas esse aspecto não deveria ser totalmente desprezado. O ensino de Biologia é importante para a compreensão da história evolutiva da nossa espécie, desde o seu aparecimento em África e da inexistência do conceito biológico de raça entre os seres humanos. Mas ainda temos muito a aprender sobre as filosofias e cosmovisões dos povos africanos, indígenas e amefricanos acerca da origem do planeta e da vida, conhecer as propriedades dos nutrientes presentes nos alimentos que mantiveram nossos ancestrais vivos, apesar da violenta diáspora africana. Eu também acho pertinente discutirmos os direitos das pessoas intersexo no estudo da fisiologia, anatomia e dos cromossomos humanos e combater a evasão das pessoas LGBTQIAPN+, em face das violências perpetradas no ambiente escolar.

Esperançando o futuro, sem perder o foco no presente enxergo as potencialidades da área de ensino da Biologia e de seus professores que, enquanto não tivermos uma política nacional específica, poderiam articular a criação de grupos de estudo sobre os direitos sexuais e reprodutivos nas escolas e incentivar a mediação de ambiências formacionais voltadas à educação e saúde sexual e reprodutiva, em uma perspectiva interdisciplinar, nas modalidades de ensino presencial e online. Nesse sentido, espero que os indicadores para a formação de professores comprometidos com a educação antidiscriminatória que apresentei no final desta tese e foram construídos após a reflexão sobre as (ciber)criações que mediamos no cotidiano do colégio pesquisado possam contribuir na discussão da temática *dentre/fora* da escola.

Por fim, expresso o meu desejo de que este trabalho ganhe o mundo e que mais praticantes culturais se autorizem, cocriem novos estudos e dispositivos de *aprendizagem ensino* e pesquisa, contando com as contribuições epistemológicas e metodológicas da ciberpesquisa-formação na mediação de ambiências formacionais ciberfeministas dedicadas à tessitura de conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos, na escola e no ciberespaço. Por isso, deixo um convite aos meus leitores, para que (re)criem conosco e produzam outras ações pedagógicas implicadas com a perspectiva da educação não sexista, antirracista e antiLGBTQIAPN+fóbica.

## REFERÊNCIAS

- ABCIBER. **Mesa de Conferência 3** - XV Simpósio Nacional da Abciber - 2022. Duração 1h33min06seg. Com Edméa Santos e Mauricio Ribeiros da Silva e a mediação de Decio Forni. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/v7dkAMMKKK4?si=B5sdkEHZF80qO0ni> . Acesso em jan. 2023.
- ADICHIE, C. N. **Sejamos todos feministas**. Tradução de Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- AGÊNCIA Senado. **País não sabe como pagar por psicólogo e assistente social na escola, aponta debate**. Senado Federal. 09 ago. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/08/09/pais-nao-sabe-como-pagar-por-psicologo-e-assistente-social-na-escola-aponta-debate#:~:text=O%20presidente%20da%20Confedera%C3%A7%C3%A3o%20Nacional,pagar%20psic%C3%B3logos%20e%20assistentes%20sociais> . Acesso em out. 2023.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Série Feminismos plurais.
- ALMEIDA, P. Brancos têm rendimento cerca de 40% maior do que negros, mostra pesquisa do IBGE. **CNN**. Rio de Janeiro. 11 nov. 2022. Disponível em: [encurtador.com.br/clvXY](https://www.cnn.com.br/brasil/2022/11/11/brancos-40-porcento-mais-ricos-do-que-negros-ibge/index.html) . Acesso em fev. 2023.
- ALMEIDA, W. C. Fact-checking education: identificação, produção e combate de narrativas falsas nas redes. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Seropédica; Nova Iguaçu, 2022.
- ALVES, A. Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Salvador, 27 jul. 2027. *El País*. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503\\_610956.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html) . Acesso em jul. 2023.
- ALVES, N. Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, I. B.; ALVES, N. (orgs.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes**. Rio de Janeiro: DP et Alii, 2001. p. 13-38.
- ALVES, N. Sobre os movimentos das pesquisas nos/dos/com o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. **Teias**. Rio de Janeiro, ano 4, n. 7-8. jan./dez., p. 01-08, 2003. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/download/23967/16939> . Acesso em fev. 2022.
- ALVES, M. M. S.; PAGAN, A. A. Correlação entre equilíbrio emocional e vulnerabilidade às IST/AIDS num estudo sobre desempenho escolar com adolescentes. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 28, n. 69, p. 793-819, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/7896> . Acesso em jul. de 2023.
- AMARO, I. Discutir (mais ainda) gênero e sexualidade na escola: por uma pedagogia da pergunta nos/dos/com os cotidianos escolares. In: SEPÚLVEDA, D.; AMARO, I. (orgs.). **Gêneros, sexualidades e educação na ordem do dia**. Curitiba: CRV, 2018. p. 21-43.
- AMORAS, B. C.; CAMPOS, A. R.; BESERRA, E. P. Reflexões sobre vulnerabilidade dos adolescentes a infecções sexualmente transmissíveis. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do**

Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, v. 8, n. 1, p. 163-171, jan./jun., 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/55249/Downloads/1668-7099-1-PB.pdf> . Acesso em: jul. 2023.

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**. Ano 8, 1º semestre de 2000. p. 229-236. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106> . Acesso em mai. 2023.

ANDRADE, T. Prefeito de 65 anos se casa com jovem de 16 anos e nomeia sogra para cargo. **Correio Brasiliense**. 25 mar. 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/04/5089763-prefeito-de-65-anos-casa-com-adolescente-de-16-anos-e-nomeia-sogra-para-cargo.html> . Acesso em mai. 2023.

ANDREOLA, B. A. Paulo Freire e a condição da mulher. **Roteiro**. v. 41, n.3, set./dez., Joaçaba/SC, 2016. p. 609-628. disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/10398> . Acesso em dez. 2020.

ARCOVERDE, L. Taxa de homicídio de homens negros no Brasil é quase 4 vezes maior do que a de não negros, aponta estudo. **GloboNews**. São Paulo. 19 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/11/19/taxa-de-homicidio-de-homens-negros-no-brasil-e-quase-4-vezes-maior-do-que-a-de-nao-negros-aponta-estudo.ghtml> . Acesso em fev. 2023.

ARDOINO, J. **Para uma Pedagogia Socialista**. Brasília: Editora Plano, 2003.

ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. Rio de Janeiro: documentário, 1979.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11. Brasília, mai./ago. de 2013, pp. 89-117.

BAMBIRRA, N. V.; LISBOA, T. K. “Enegrecendo o feminismo”: a opção descolonial e a interseccionalidade traçando outros horizontes teóricos. **Revista Ártemis**, v. 27, n. 1, p. 270–284, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/40162> . Acesso em 12 jul. 2023.

BARBOSA, J. G.; HESS, R. **O diário de pesquisa: o estudante universitário e o processo formativo**. Brasília: Liberlivro, 2010.

BARROS, D. M. V. Padlet: estratégia didático-pedagógica em fóruns para cursos on-line. In: SANTOS, E.; PORTO, C. (Orgs.). **App-Education: fundamentos, contextos e práticas luso-brasileiras na cibercultura**. Salvador: EDUFBA, 2019.

BASTOS, F. “A diretora sabe que você está trabalhando isso na sala de aula?”: diversidade sexual e ensino de ciências. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, Rio de

Janeiro, 2015. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/26508/26508\\_1.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/26508/26508_1.PDF) . Acesso em jan. 2023.

BELTRÁN-MARTÍN, I. **Using Padlet for collaborative learning**. 5th International Conference on Higher Education Advances. Universidade Politécnica de Valência, Valência, Espanha, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.4995/HEAd19.2019.9188> . Acesso em nov. 2021.

BENTO, M.A.S. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento\\_do\\_2002.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf) . Acesso em 15 de jan. 2024.

BERINO, A. Imagens da educação: a linguagem pictórica da escrita no cotidiano escolar. *Jornal Eletrônico Redes educativas e currículos locais*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 10, 2009.

BERINO, A.; VICTÓRIO, A. Culturas juvenis, cotidianos e currículos: revista para uma educação crítica emancipadora. *Currículos sem fronteiras*. v. 7, n. 2, jul./dez., 2007. p. 7-20.

BERINO, A. Para ser um ser no mundo: a humanização é uma poética em Paulo Freire. *Teias*. Rio de Janeiro, v.19, p. 329-339, 2018.

BERINO, A.; EDUARDO, J. R. F. M. **Direitos sexuais e reprodutivos e Paulo Freire**: conversas no WhatsApp e Mentimeter: Interfaces Científicas - Educação, 11(3), 64–81, 2022. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/10641> . Acesso em dez. 2022.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular?** São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros passos).

BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. **Pesquisa participante: a partilha do saber**. BRANDÃO, c. R.; STRECK, D. R. (orgs.). Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2006. p. 17-54.

BRASIL. **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos**: uma prioridade do governo. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Caderno 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/55249/Desktop/direitos\\_sexuais\\_reprodutivos\\_metodos\\_anticoncepcionais.pdf](file:///C:/Users/55249/Desktop/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf) . Acesso em fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm) Acesso em 23 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006** - Lei Maria da Penha. Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em 23 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Estatuto da Juventude. Brasília, 2013b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm) .Acesso em 23 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 16 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática – Bullying. Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm) . Acesso em 23 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018**. Lei de promoção de medidas de combate à violência e estímulo à cultura de paz nas escolas. Brasília, 2018. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/577861349/lei-13663-18> Acesso em 23 mai. 2020.

BRASIL **Política Nacional de Atenção Integral à saúde do homem**: Princípios e Diretrizes. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, nov. 2008. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_atencao\\_homem.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_homem.pdf) . Acesso em fev. 2022.

BRASIL. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013a.

BRASIL. **Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na adolescência**. Lei 13. 798, de 03 jan. 2019. Acréscimo do Art.8º-A, à Lei 8.069/90, Estatuto da Criança e do adolescente. Brasília, 2019a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03Ato2019-2022/2019/Lei/L13798.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03Ato2019-2022/2019/Lei/L13798.htm#art1) Acesso em 24 jul. 2019.

BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. LOURO, G.L. (org.). [recurso eletrônico] Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. Autêntica. Belo horizonte: 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1230> . Acesso em jan. 2023.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. (Série Sujeito e História).

CABRAL, C. S.; BRANDÃO, E. R. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. **Caderno de Saúde Pública**. 36, n. 8, 2020. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1138/gravidez-na-adolescencia-iniciacao-sexual-e-genero-perspectivas-em-disputa> . Acesso em 10 fev. 2021.

CÂMARA aprova projeto que prevê igualdade salarial entre homens e mulheres. **Carta Capital**. Política. 04 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/camara-aprova-projeto-que-preve-igualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres/> . Acesso em 05 mai. 2023.

CAPUTO, G. O capítulo final da novela entre Johnny Depp e Amber Heard. **Veja**. Cultura. 19 dez. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/o-capitulo-final-da-novela-entre-johnny-depp-e-amber-heard> . Acesso em jul. 2023.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, H.B. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 313-321.

CARVALHO, F. S. P. **Atos de Currículo na Educação Online**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.bdt.uerj.br:8443/handle/1/10681>. Acesso em set. 2021.

CARVALHO, G. S.; GONÇALVES, A.; RODRIGUES, V.; ALBUQUERQUE, C. **O modelo biomédico e a abordagem de promoção da saúde na prevenção de comportamentos de risco**. Braga: Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 2008. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7640/1/BM%20%26%20HP%20comp-risco.pdf> . Acesso em jul. 2023.

CARVALHO, J. M. A formação de professores como redes de conversações: por um devir- docência. In: OLIVEIRA, I. B.; REIS, G. (orgs.). **Pesquisas com formação de professores erodas de conversa e narrativas de experiências**. Petrópolis, RJ: DP et Alii, 2017, p. 63-82.

CARVALHO, J. M. **O cotidiano escolar como comunidade de afetos**. Petrópolis: Editora DP et Alii; Brasília, DF: CNPq, 2009.

CASTRO, A. M.; MACHADO, R.C.F. (orgs.) **Estudos feministas, mulheres e educação popular**. Curitiba: CRV, 2016.

CASTRO F.; HAMMES, B.; FILIPPIN, N.; PARIS, L.; BISCHOFF, W. Caso Tatiane Spitzner: Luis Felipe Manvailer é condenado a 31 anos de prisão por matar a esposa. Campos Gerais e Sul. **G1**. 10

mai. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2021/05/10/caso-tatiane-spitzner-luis-felipe-manvailier-e-condenado-por-matar-a-esposa.ghtml> . Acesso em mar. 2023.

CENTRO Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ. **Tabela das mesorregiões, microrregiões geográficas e municípios fluminenses**. 2019. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=79>. Acesso em 14 mai. 2020.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 2014

CINCO mulheres recebem medida protetiva de urgência por hora no Rio, segundo dados da Justiça. **Meia Hora**. 19 abril de 2023. Disponível em: <https://www.meiahora.com.br/geral/2023/04/6616249-cinco-mulheres-recebem-medida-protetiva-de-urgencia-por-hora-no-rio-segundo-dados-da-justica.html> . Acesso em 05 mai. 2023.

CHADE, J. Na ONU, governos pedem garantias a aborto legal no Brasil. 14 nov. 2022. **UOL**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/11/14/brasil-omite-crise-e-mortes-na-onu-e-e-pressionado-por-dezenas-de-governos.htm> . Acesso em jul. 2023.

COLLINS, P. H. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA,

H.B. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar doTempo, 2019. p. 271-310.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONNELL, R. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**. 20(2), p. 185-206, jul.dez., 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725/40671> . Acesso em jan. 2023.

CONNELL, R. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito repensando o conceito. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 21(1), janeiro-abril, p. 241-282, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em jan. 2023.

COUTINHO, T. **Cai de boca no meu b\*c3t@o**: o funk como potência do empoderamento feminino. São Paulo: Claraboia, 2021.

DATA Popular; Instituto Patrícia Galvão. **Percepção da sociedade sobre a violência e assassinatos de mulheres**. Apoio da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres da Presidência da República. Caderno Campanha Compromisso e Atitude - Lei Maria da Penha. 2013. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-impressao/documentos-1/livro\\_pesquisa\\_violencia.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-impressao/documentos-1/livro_pesquisa_violencia.pdf) . Acesso em 01 nov. 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia 2**. V.1. 2. ed. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2011. (Coleção TRANS).

DIAS, C. [Clímaco Dias]. (08 dez. 2023). **Falei para um orientado que disse eu ser polêmico**: "polêmico, no Brasil, é um termo ideológico que busca silenciar/desqualificar. Facebook. Disponível em: [https://m.facebook.com/story.php?story\\_fbid=pfbid02noUxsMSRU5ARm54bwcq1t7u4hXJK1UBBW](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid02noUxsMSRU5ARm54bwcq1t7u4hXJK1UBBW)

QpSz5ixjp1BlzRydMEXuSf1PZ8VmXb3l&id=100000624659132&mibextid=Nif5oz . Acesso em 09 dez. 2023.

DINIZ, D.; GEBARA, I. **Esperança feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2022.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; MADEIRO, A. National Abortion Survey - Brazil, 2021. **Ciência & Saúde Coletiva**. 28(6), 2023. p. 1601-1606. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023286.01892023> . Acesso em set. 2023.

EDUARDO, J. R. F. M. Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência na escola: uma criação freireana acerca dos direitos reprodutivos. In: **Estudos Freireanos Contemporâneos e Currículo**. BERINO, A.; RODRIGUES, J.; CABRAL, T. (orgs.). Petrópolis/RJ: DP et Alii, 2022. p. 89-104.

EVARISTO, C. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FARSANI, D.; RODRIGUES, J. Proxêmica e comunicação não verbal na interação em sala de aula. **Psicologia Escolar e Educacional**. v. 25, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/Tsg786bVZ6g6pJXk6m6fHLf/?format=pdf> . Acesso em jan. 2023.

FAUSTO-STERLING, A. The five sexes, revisited. **The Sciences**, v. 40, n.4, p. 18-23, jul./ago. 2000. Disponível em: <https://mymission.lamission.edu/userdata/jeffirm/docs/The%20Five%20Sexes.pdf> . Acesso em jan. 2023.

FAUSTO-STERLING, A. Gender/sex, sexual orientation, and identity are in the body:how did they get there? *The Journal of Sex Research*, p. 1-27, 2019. Disponível em: [https://www.unige.ch/ssi/files/4515/5301/2783/Gender\\_Sex\\_Sexual\\_Orientation\\_and\\_Identity\\_Are\\_in\\_the\\_Body\\_How\\_Did\\_They\\_Get\\_There.pdf](https://www.unige.ch/ssi/files/4515/5301/2783/Gender_Sex_Sexual_Orientation_and_Identity_Are_in_the_Body_How_Did_They_Get_There.pdf) . Acesso em jan. 2023.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERNANDES, T.; SANTOS, E.; YORK, S.W. Dispositivos ciberfeministas no Instagram: as autorias educ-ativas em contexto de covid-19. **Revista Entreideias**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 59-80, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/45468> . Acesso em fev. 2023.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 6 ed. Rio de Janeiro:Terra e Paz, 2017.

FREIRE, A. M. A. **Paulo Freire**: uma história de vida. [recurso eletrônico]. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 42. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **À sombra desta mangueira**. Organização e notas: Ana Maria Araújo Freire.12. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019a.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Direitos Humanos e educação libertadora**: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo. FREIRE, A. M. A.; MENDONÇA, E. F. (orgs.). Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019b.

- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 50 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021b.
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. Tradução de Lilian Lopes Martin. 45 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021c.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Notas de Ana Maria Araújo Freire. 24. Ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018a.
- FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50 ed. Rio de Janeiro: Editora: Paz e Terra, 2011a.
- FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. FREIRE, A. M. A. (org.). 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018b.
- FREIRE, P. **Política e Educação**. FREIRE, A.M.A. (org.). 8 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021a.
- FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta**. Revisão e tradução de Antonio Faundez e Heitor Ferreira da Costa. 7. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- FREIRE, P.; HORTON, M. **O caminho de faz caminhando: Conversas sobre educação e mudança social**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- FREIRE-FILHO, J. **Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- GADOTTI, M. (org.) **Paulo freire: uma biobibliografia**. [recurso eletrônico] São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- GEBARA, I. **Direitos reprodutivos: quem legisla nas religiões monoteístas?** In: TOSTES, A.; RIBEIRO, C. O. (org.). **Religião, corporeidade e direitos reprodutivos: outras vozes dentro da fé cristã**. São Paulo: Annablume, 2019. p. 41-79.
- GERMANO, M. A. L. R. **Narrativas de idosos sobre a escola: uma leitura Freireana**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Sorocaba. Sorocaba/SP, 2006. Disponível em: [http://educacao.uniso.br/producao-discente/dissertacoes/2006/010/marcia\\_aparecida\\_luna\\_rodrigues\\_germano\\_dissertacao.pdf](http://educacao.uniso.br/producao-discente/dissertacoes/2006/010/marcia_aparecida_luna_rodrigues_germano_dissertacao.pdf) Acesso em 23 mai. 2020.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOMES, R. **Sexualidade masculina, gênero e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.
- GONÇALVES, R. M. Emoções cotidianas: movimentos de uma pesquisa. In: OLIVEIRA, I. B.; GARCIA, A. (orgs.). **Aventuras do conhecimento: utopias vivenciadas nas pesquisas em educação**. Petrópolis: DP et Alii, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2014.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organizado por Flavia rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOUVEIA, A. Casamento infantil: 2,2 milhões de adolescentes brasileiras são casadas. **Correio Brasiliense**. 27 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2023/04/5090333-casamento-infantil-22-milhoes-de-adolescentes-brasileiras-sao-casadas.html> . Acesso em 10 abr. 2023.

HASSEN, M. N. A. Sexualidade e reprodução: uma abordagem participativa no desenvolvimento de materiais educativos com jovens no Brasil. In: CORNWALL, A.; WELLBOURN, A. (orgs.). **Direitos sexuais e reprodutivos**: experiências com abordagens participativas. Tradução de Roberto Cataldo. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006. p. 184-194.

HEILBORN, M. L. **Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis**. In: HEILBORN, M. L.; AQUINO, E.M.L.; BOZON, M.; KNAUTH, D. R. (orgs.). O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006. p. 29-59.

HERDY, T. Três Crianças ou adolescentes são abusadas sexualmente no Brasil a cada hora. **O Globo**. 02 mar. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/tres-criancas-ou-adolescentes-sao-abusadas-sexualmente-no-brasil-cada-hora-24280326> . Acesso em nov. 2021.

HOLLANDA, H. B. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, B. **Ensinando comunidade**: uma pedagogia da esperança. Tradução de Kenia Cardoso. São Paulo: elefante, 2021a.

HOOKS, B. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. Tradução de Bhuvan Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução de Ana Luiza Libânio. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos ventos, 2019a.

HOOKS, B. **Teoria feminista**: da margem ao centro. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019b.

HOOKS, B. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. Tradução de Stephanie Borges: São Paulo: Elefante, 2021b.

IBA MENDES. **O andarilho da utopia**: Paulo Freire. Duração: 1h12min20seg. YouTube, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2251LEHxWOc&list=RDCMUCAUpcBghaj-R344rrfGmvBQ&index=1> . Acesso em abr. 2022.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Ipea; FBSP, 2019.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Políticas públicas e violência baseada no gênero durante a pandemia da covid-19**: ações presentes, ausentes e recomendadas. Nota técnica nº 78, de Joana Alencar, Paola Stuker, Carolina Tokarski, Iara Alves, Krislane de Andrade. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. Brasília, jun., 2020. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/161/politicas-publicas-e-violencia-baseada-no-genero-durante-a-pandemia-da-covid-19-acoes-presentes-ausentes-e-recomendadas> . Acesso em mar. 2023.

JESUS, C. M. **Diário de Bitita**. São Paulo: SESI-SP editora, 2014.

JESUS, C. M. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ed. Francisco Alves.1961.

JOSSO, M. C. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Educação**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2741> . Acesso em abr.2022.

LORDE, A. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: **Pensamentofeminista: conceitos fundamentais**. HOLLANDA, H.B. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 239-249.

LOURO, G.L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. Autêntica. Belo horizonte: 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1230> . Acesso em jan. 2023.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. 16 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H.B. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-377.

LÚMINA UFRGS. **Direitos Sexuais e Reprodutivos** - parte 1. Curso Feminismos - algumas verdades inconvenientes. Duração: 21 minutos. YouTube. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=TPGDxQpHIo&list=PL9-BJ9guBp\\_I9Riu-oAJfXJ4YcKmNOCnP&index=17](https://www.youtube.com/watch?v=TPGDxQpHIo&list=PL9-BJ9guBp_I9Riu-oAJfXJ4YcKmNOCnP&index=17) . Acesso em jul. 2020.

MACEDO, R.S. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. Salvador: EDUFBA, 2000.

MACEDO, R.S. **A pesquisa como heurística, ato de currículo e formação universitária**: experiências transingulares com o método em ciências da educação. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

MACEDO, R.S. **A pesquisa e o acontecimento**: compreender situações, experiências e saberes acontecimentais. Salvador: EDUFBA, 2016.

MACEDO, R.S. Outras luzes: um rigor intercítico para uma etnopesquisa política. In: MACEDO, R.S.; GALEFFI, D.; PIMENTEL, A. **Um rigor outro sobre a qualidade da pesquisa qualitativa**. EDUFBA: Salvador, 2009. p. 75-126.

MACEDO, R.S. **Pesquisar a experiência**: compreender/mediar saberes experienciais. Curitiba/PR: Editora CRV, 2015.

MACHADO, A.M. **Bisa Bia, Bisa Bel**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

MAGRI, C. A. A educação em direitos humanos: uma abordagem a partir de Paulo Freire. **Revista Espaço Pedagógico**. v. 19, n. 1, Passo Fundo/RS, 2012. p. 44-63.

MARIN, Y. A. O.; PAGAN, A. A. Por uma ciência feminista e uma educação científica fundamentada em relações mais diplomáticas e de cuidado com a natureza. **Revista Interdisciplinar em Ensino de Ciências e Matemática**, v. 2, n. 2, p. 35–41, 2022. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/RIEcim/article/view/15464> . Acesso em 12 jul. 2023.

MASO, T. F.; MENDONZA, N. G. Educação popular feminista: um sonho, uma luta e um atopolítico. **Revista Estudos do Sul Global**. v. 1, n. 2. 2021. p. 158-181. Disponível em: <https://resg.thetricontinental.org/index.php/resg/article/view/31> . Acesso em set. 2021.

MATURANA, H. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1997.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENA, F. 8 em cada 10 jovens tiveram problemas recentes de saúde mental, aponta Datafolha. 17 out. 2022. **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrio/2022/10/8-a-cada-10-jovens-tiveram-problemas-recentes-de-saude-mental-aponta-datafolha.shtml> . Acesso em mai. 2023.

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

MIRANDA, P. R. M; ALVES, J. M. Temas e/ou questões sobre a sexualidade de interesse de estudantes do Ensino Médio de uma escola pública de Rio Branco – Acre. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**. v. 6, n. 2, ago. /dez., 2019. p. 647-659. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/2520> .Acesso em ago. 2021.

MORALES, J. **Bolsonaro veta lei de internet grátis para a educação básica na pandemia**. Guia do Estudante (on-line). 19 mar. 2021. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/bolsonaro-veta-lei-de-internet-gratis-para-educacao-basica-na-pandemia/> . Acesso em fev. 2022.

OLIVEIRA, E. Veto de Bolsonaro derrubado: lei de internet gratuita a alunos e professores tenta aliviar defasagem de escola pública no digital. **G1**. 7 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/06/07/veto-de-bolsonaro-derrubado-lei-de-internet-gratuita-a-alunos-e-professores-tenta-aliviar-defasagem-da-escola-publica-no-mundo-digital.ghtml> . Acesso em fev. 2022.

OLIVEIRA, I. B. **Currículo praticado no cotidiano**. Petrópolis, RJ: DP et Alii, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

OLIVEIRA, L.F. Teias ancestrais de formação política e pedagógica. In: **Cotidiano, educação e culturas**: realizações, tensões e novas perspectivas [livro eletrônico]. CANDAU, V.M. (org.). Rio de Janeiro, RJ: Ed. da Autora, p. 61-81, 2023.

ORGANIZACIÓN Panamericana de La Salud - OPAS. **Acelerar el progreso hacia la reducción del embarazo en la adolescencia en América Latina y el Caribe**. Organização Mundial de Saúde (OMS). Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA). Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Washington, D.C., EUA, 2016.

PAIS, J. M. Deambulações cotidianas: a emergência de um método na observação dos sem-teto. Recife: **Revista Estudos de Sociologia**. V.1, n. 21, 2015.

PARAÍSO, M. A. A dança nas escolas e as táticas de consumo. In: PARAÍSO, M.A.; SEPÚLVEDA, D. (orgs.). **Tecendo conhecimentos nas escolas**. DP et Alii: Rio de Janeiro:FAPERJ, 2012. p. 23-41.

PARANHOS, M. **Relações entre habilidades socioemocionais e inovação para alguns licenciandos em ciências biológicas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em:

[https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5091/1/MARCIA\\_CRISTINA\\_ROCHA\\_PARANHOS.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5091/1/MARCIA_CRISTINA_ROCHA_PARANHOS.pdf) . Acesso em fev 2021.

PAULA, M. **Trabalhadores terceirizados e a luta sindical**. Curitiba: Ed. Appris, 2013.

PETCHESKY, R. P. Direitos sexuais: um novo conceito na prática política internacional. *In*: BARBOSA, R. M. e PARKER, R. (Orgs.) **Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ. São Paulo: Editora 34, 1999.

PINHEIRO, B.C.S. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PINI, F. R. O.; MORAES, C.V. (orgs.). **Educação, participação política e direitos humanos**. São Paulo: editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011. p. 43-62.

QUIJANO, A. Colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. LEHER, R.; SETÚBAL, M. (orgs.). São Paulo: Cortez, 2005. p. 35-95.

REIS, G. e FLORES, R. L. B. Sobre a hegemonia e conhecimento: uma proposta de diálogoem busca de desinvisibilizações de práticas curriculares cotidianas. *In*: OLIVEIRA, I. B.; REIS, G. (orgs.). **Pesquisas com formação de professores e rodas de conversa e narrativas de experiências**. Petrópolis, RJ: DP et Alii, 2017, p. 17-44.

RIBEIRO, D. **Cartas para minha avó**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, S. J. T. **Formação de professores formadores: uma ciberpesquisa-formação na Jornada da Educação Online durante a pandemia da COVID-19**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Seropédica; Nova Iguaçu, 2023. Disponível em: <https://11nk.dev/eZWQN> . Acesso em 20 de dez. 2023.

RIBEIRO, M.R.F.; ALCÂNTARA, P.S.C.; SILVA, Q. S. Conversação online como dispositivo na ciberpesquisa-formação multirreferencial. **Periferia**, v. 14, n. 3, set./dez. 2022. p. 81-103. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/69209> . Acesso em dez. 2023.

ROCHA, T.B. **Scr@ps de ódio no orkut: cyberbullying, contextos e ressonâncias da violência virtual que atinge o professor**. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador/BA, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/10954> . Acesso em jan. 2024.

RODRIGUES, C.; FILARDI, I. Negros somam 80% das mortes violentas de jovens no país, aponta estudo. **CNN**. São Paulo. 15 dez. 2021 Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/negros-somam-80-das-mortes-violentas-de-jovens-no-pais-aponta-estudo/> Acesso em dez. 2021.

SALATA, A.R.; RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles**. Porto Alegre/RS, n. 05, 2021 Disponível em: [https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2021/10/BOLETIM\\_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES\\_05FINAL.pdf](https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2021/10/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES_05FINAL.pdf) . Acesso em fev. 2023.

SALES, M.L.L.; MAUÉS, A.C.C.C. Sinais de feminismo em Bisa Bia, Bisa Bel, de Ana Maria Machado. *In*: MACHADO, I.C.B.; AGUIAR, J.H.; CHASQUI, J.W.B.; OLIVEIRA, A.M. (Orgs.).

**Geografia Cultural do feminismo:** enfoques e perspectivas. [recurso eletrônico]. Santa Maria/RS: Arco Editores, 2021.

SAMPAIO, J.L. Dez anos após Realengo, bullying nas escolas está longe de ser superado. **CNN Brasil**. 07 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/dez-anos-apos-realengo-bullying-nas-escolas-esta-longo-de-ser-superado/> . Acesso em abril. 2022.

SANTAELLA, L. **A ecologia pluralista da comunicação: conectividade, mobilidade, ubiquidade**. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTAELLA, L. **Humanos hiper-híbridos:** linguagens e culturas na segunda era da internet. Editora Paulus, 2021.

SANTOS, E. EAD, palavra proibida. Educação online, pouca gente sabe o que é. Ensino remoto, o que temos. **Revista Docência e Cibercultura**. Notícias, agosto de 2020, online. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/announcement/view/1119>. Acesso em mar. 2022.

SANTOS, E. **Escrevivências ciberfeministas e ciberdocentes:** narrativas de uma mulher durante a pandemia de Covid-19. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

SANTOS, E. **Educação online:** cibercultura e pesquisa-formação na prática docente. 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11800> Acesso em 03 dez. 2023.

SANTOS, E. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Teresina: UDUFPI, 2019.

SANTOS, E.; AMARAL, M.M. Compreender a compreensão em pesquisas qualitativas: a emergência de noções subsunçoras à luz do documentário freenet. In: OSVALD, M.L.M.B.; HOFFMANN, A.F.; SILVA, D.M. COUTO JR, D.R.; FERREIRA, H.M.C. (orgs.). **Metodologia de pesquisa online:** investigando em/na rede com o outro. Recurso eletrônico no formato PDF. Rio de Janeiro: Ayvu, 2023. p. 290-327.

SANTOS, E.; FERNANDES, T. YORK, S. W. **Ciberfeminismos e cibereducações:** narrativas de mulheres durante a pandemia de Covid-19. Salvador: EdUFBA, 2022.

SANTOS, E.; OKADA, A. L. P. **O diálogo entre a teoria e a empiria:** mapeando noções subsunçoras, com o uso de software, uma experiência de pesquisa e docência em EAD Online. 11º Congresso Internacional de Educação a Distância. Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), Salvador/BA, 2004. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/147-TC-D2.htm> . Acesso em ago. 2023.

SANTOS, E.; PORTO, C. (orgs.). **App-Education:** fundamentos, contextos e práticas luso-brasileiras na cibercultura. Salvador: EDUFBA, 2019.

SANTOS, E.; RANGEL, L. **O caminhar na educação:** narrativas de aprendizagens, pesquisa e formação. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/o-caminhar-na-educacao-narrativas-de-aprendizagens-pesquisa-e-formacao> . Acesso em 17 ago. 2023.

SANTOS, G. Quem é Mia Khalifa, a ex-atriz pornô que virou assunto no Brasil, após confusão com fake news na CPI da Covid-19. **UOL**. 19 jul. 2021. Disponível em: <https://radicjornal.ne10.uol.com.br/noticia/2021/07/19/quem-e-mia-khalifa-a-exatriz-porno-que-virou-assunto-no-brasil-apos-confusao-com-fake-news-na-cpi-da-covid19-213211/index.html> . Acesso em nov. 2022.

SANTOS, H. Masculinidades híbridas em contexto escolar: mudanças em curso ou reprodução do status quo? *Revista Periódicos*, 2 (14), p. 143-163, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/35914> . Acesso em nov. 2022.

SANTOS, R. **Formação de formadores e educação superior na cibercultura: itinerâncias de grupos de pesquisa no Facebook**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [http://www.proped.pro.br/teses/teses\\_pdf/2010\\_1-505-DO.pdf](http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2010_1-505-DO.pdf) . Acesso em jan. 2023.

SANTOS, R.; CARVALHO, F.S.P. MADDALENA, T. L. Conversas ubíquas via WhatsApp: ambiências formativas multirreferenciais. In: PORTO, C; OLIVEIRA, K. E.; CHAGAS, A. (orgs.). **WhatsApp e Educação: entre mensagens, imagens e sons**. Salvador/Ilhéus: EDUFBA; EDITUS, 2017. p. 193-214.

SEGATO, R. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Tradução de Daniel Jatobá e Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SEPULVEDA, D.; AMARO, I. A escola, outros *espaçostempos* não escolares e seus processos pedagógicos cotidianos no enfrentamento das ofensivas conservadoras: o respeito às diferenças, à diversidade sexual e às relações de gênero. In: SEPULVEDA, D.; AMARO, I. **Gêneros, sexualidades e educação na ordem do dia**. (orgs.). Curitiba: CRV, 2018. p. 11-17.

SEPULVEDA, D.; SEPULVEDA, J. Conservadorismo, gênero e sexualidades: temáticas que se entrelaçam nas pesquisas do GESDI e do GEPCEB. In: SEPULVEDA, D.; AMARO, I. (Orgs.). **Gêneros, sexualidades e educação na ordem do dia**. Curitiba: CRV, 2018. p. 45- 61.

SILVA, M. O. Juventudes inventadas. In: BERINO, A.; VICTÓRIO FILHO, A.; SOARES,

M.C.S. (Orgs). **A fatura das Juventudes: tramas entre educação, mídia e arte**. Rio de Janeiro: NAU, 2013. p. 81-88.

SILVA, M. Paulo Freire, Vygotsky, Freinet, Dewey e Anísio Teixeira: usariam o WhatsApp! In: PORTO, C; OLIVEIRA, K. E.; CHAGAS, A. (orgs.). **WhatsApp e Educação: entre mensagens, imagens e sons**. Salvador/Ilhéus: EDUFBA; EDITUS, 2017. p. 15-26.

SILVA, M. **Sala de aula interativa: educação, comunicação, mídia clássica, internet, tecnologias digitais, arte, mercado, sociedade, cidadania**. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. (Coleção Práticas Pedagógicas).

SILVA, M. O. S. Reconstruindo um processo participativo na produção do conhecimento: uma concepção e uma prática. **Pesquisa participante: a partilha do saber**. BRANDÃO, c. R.; STRECK, D. R. (orgs.). Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2006. p. p. 123-149.

SILVA, S.M. Linguagem sexista e possibilidades de mudança. **SINTAJ**. 02 out. 2017. Disponível em: <https://sintaj.org/artigo/linguagem-sexista-e-possibilidades-de-mudanca/> Acesso em set. 2023.

SOBRINHO, W. P. Algemada no hospital: médicos ignoram lei e denunciam mulheres que abortam. 07 jul 2023. UOL. São Paulo. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2023/07/07/aborto-mulher-almemada-medicos-quebram-sigilo-medico.htm> . Acesso em jul. 2023.

SOUZA, V.M.L. **Os cibervídeos na educação online: uma pesquisa-formação na Cibercultura**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/10733> . Acesso em dez. 2023.

STRECK, D. R. Pesquisar é pronunciar o mundo: notas sobre método e metodologia. **Pesquisa participante**: a partilha do saber. BRANDÃO, c. R.; STRECK, D. R. (orgs.). Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2006. p. p. 259-276.

TAQUETTE, S. R.; VILHENA, M. M.; PAULA, M. C. Doenças sexualmente transmissíveis e gênero: um estudo transversal com adolecentes no Rio de Janeiro.

**Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 282-290, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/WqymPgy8kXChjVF5BYWcgnn/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em jul. 2023.

TAYLOR, A.; LAURO, G.; SEGUNDO, M.; GREENE, M. **Ela vai no meu barco**: Casamento na infância e adolescência no Brasil. Resultados de pesquisa de método misto. Rio de Janeiro e Washington DC: Instituto Promundo e Promundo-US, 2015. Disponível em: [https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2015/07/SheGoesWithMyBoat\\_PT\\_Final\\_15SET.pdf](https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2015/07/SheGoesWithMyBoat_PT_Final_15SET.pdf) . Acesso em: 10 mar. 2023.

TIC EDUCAÇÃO 2020. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras**. edição COVID-19 - Metodologia adaptada. [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124200326/tic\\_educacao\\_2020\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124200326/tic_educacao_2020_livro_eletronico.pdf) . Acesso em abr. 2022.

TIC EDUCAÇÃO 2019. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras**. [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123090444/tic\\_edu\\_2019\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123090444/tic_edu_2019_livro_eletronico.pdf) . Acesso em abr. 2022.

TOKARNIA, M. MEC retira termo “orientação sexual” da Base Curricular. Educação. **Agência Brasil**. 7 abr. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular> . Acesso em mai. 2023.

TRIBUNAL Superior Eleitoral - TSE. Resultado da Eleição. Cargo Presidente. Total de votos no estado do Rio de Janeiro. 2022. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/m/eleicao;e=e545;uf=rj;ufbu=rj/resultados> . Acesso em mar. 2023.

TORRES, P. L.; SIQUEIRA, L. M. M. KOWALSKI, R. P. G. Uso de aplicativos com a colaboração entre pares para a aplicação didática no ensino superior. In: SANTOS, E.; PORTO, C. (Orgs.). **App-Education**: fundamentos, contextos e práticas luso-brasileiras nacibercultura. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 291- 312.

URPIA, A. 2020. Por uma noção corporizada e posicional de subjetividade de gênero. **Psicologia política**. V.20. n. 48, 2020. p. 385-401. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2020000200010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000200010) . Acesso em dez. 2021. 26.

VAGGIONE, J.M.; MACHADO, M.D.C.; BIROLI, F. Matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In: BIROLI, F.; VAGGIONE, J.M.; MACHADO, M.D.C. (orgs.) Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

VASCONCELOS, P. M. S.; SEBASTIÃO, E. O.; GRABE-GUIMARÃES, A. Hábitos e conhecimentos relativos à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e gravidez de estudantes da área da saúde de uma universidade pública. **Brazilian Journal of Health and Pharmacy**. v. 1, n.3, p. 6-16, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/55249/Downloads/67-Manuscrito-75-143-10-20201110.pdf> . Acesso em jul. 2023.

VEIGA, M.; ZANELLO, V. Escolher é ser escolhida: Meninice, pobreza e Casamento Infantil no Brasil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 36, n. Especial, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/27340> . Acesso em 28 abr. 2023.

VIVALDO, F.V. **Educação em direitos humanos**: abordagem histórica, a produção e experiência brasileira. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

WALSH, C.; OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. Colonialidade e Pedagogia Decolonial: para pensar uma educação outra. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. v. 26. n. 83, 2018. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3874> . Acesso em 10 jan. 2020

## ANEXOS

### Anexo A: Currículo Básico - SEEDUC/RJ.

Biologia		1ª SÉRIE / ENSINO MÉDIO
<b>1º Bimestre</b>		
<b>Foco</b>	<b>Origem da vida</b>	
<b>Habilidades e Competências</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Reconhecer a existência de diferentes explicações para a origem do universo, da Terra e da vida, bem como relacioná-las a concepções religiosas, mitológicas e científicas de épocas distintas.</li><li>- Relacionar os processos referentes à origem da vida a conceitos da Biologia e de outras ciências, como a Química e a Física.</li><li>- Reconhecer a célula como unidade morfofisiológica de todas as formas de vida.</li></ul>	
<b>2º Bimestre</b>		
<b>Foco</b>	<b>Transmissão da vida</b>	
<b>Habilidades e Competências</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Identificar os mecanismos de transmissão da vida, reconhecendo a relação entre reprodução sexuada, hereditariedade, identidade e diversidade dos seres vivos.</li><li>- Associar a reprodução celular à transformação do zigoto em adulto e ao desenvolvimento de processos patológicos.</li><li>- Relacionar síntese de proteínas a ação dos genes, identificando, de modo geral, como ocorre a regulação da expressão gênica.</li><li>- Correlacionar genética, evolução e manutenção da vida na Terra.</li></ul>	
<b>3º Bimestre</b>		
<b>Foco</b>	<b>Evolução das espécies</b>	
<b>Habilidades e Competências</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Reconhecer a importância da evolução na promoção de modelos, processos biológicos e organização da taxonomia dos seres vivos.</li><li>- Comparar, a partir de textos científicos e históricos, as teorias evolucionistas de Lamarck, Darwin e a neodarwinista.</li><li>- Identificar, filogeneticamente, as relações de parentesco entre os seres vivos.</li></ul>	
<b>4º Bimestre</b>		
<b>Foco</b>	<b>Diversidade dos seres vivos</b>	
<b>Habilidades e Competências</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Reconhecer a diversidade de seres vivos no planeta, relacionando suas características aos seus modos de vida e aos seus limites de distribuição em diferentes ambientes, principalmente os brasileiros.</li><li>- Associar os processos genéticos à grande diversidade de espécies no planeta.</li></ul>	

Fonte: Currículo de Ciências e Biologia (SEEDUC/RJ, 2012). Biologia, 1º ano. Disponível em: [https://fep.if.usp.br/~profis/arquivo/docs\\_curriculares/RJ/Rio\\_de\\_Jneiro\\_Curriculo\\_Minimo\\_2012\\_Ciencias\\_e\\_Biologia\\_Livro.pdf](https://fep.if.usp.br/~profis/arquivo/docs_curriculares/RJ/Rio_de_Jneiro_Curriculo_Minimo_2012_Ciencias_e_Biologia_Livro.pdf) . Acesso em mar. 2023.

### 1º Bimestre

Foco	Transformações essenciais à vida
Habilidades e Competências	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Analisar os processos de obtenção de energia dos seres vivos, relacionando-os aos ambientes em que vivem.</li> <li>- Reconhecer respiração aeróbica, anaeróbica, fermentação, fotossíntese e quimiossíntese como processos do metabolismo celular energética.</li> <li>- Identificar a ocorrência de transformações de energia no metabolismo celular.</li> </ul>

### 2º Bimestre

Foco	Manutenção dos sistemas multicelulares
Habilidades e Competências	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconhecer a existência de diferentes tipos de células, identificando a formação, organização e funcionamento de cada uma delas, diferenciando, de modo geral, seus mecanismos bioquímicos e biofísicos.</li> <li>- Relacionar a fisiologia dos organismos à produção de hormônios.</li> </ul>

### 3º Bimestre

Foco	Manutenção dos sistemas multicelulares
Habilidades e Competências	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconhecer a interdependência dos sistemas que asseguram e regulam o funcionamento dos organismos e o papel dos mecanismos de controle e manutenção no equilíbrio dinâmico desses organismos.</li> <li>- Caracterizar as funções vitais dos animais e plantas, identificando seus princípios básicos nos diferentes ambientes.</li> <li>- Reconhecer a atuação dos diferentes mecanismos de defesa do organismo.</li> <li>- Correlacionar o bom funcionamento do organismo à microbiota, assim como os problemas que podem ser acarretados por esses seres.</li> </ul>

### 4º Bimestre

Foco	Doenças e promoção da saúde
Habilidades e Competências	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Distinguir, entre as principais doenças, as infectocontagiosas e parasitárias, as degenerativas, as ocupacionais, as carenciais, as sexualmente transmissíveis (DST) e as provocadas por toxinas ambientais.</li> <li>- Reconhecer, através de análise de dados, as principais doenças que atingem a população brasileira, correlacionando-as ao ambiente e à qualidade de vida, indicando suas medidas profiláticas.</li> <li>- Elaborar propostas com vistas à melhoria das condições sociais, diferenciando as de responsabilidade individual das de cunho coletivo, destacando a importância do desenvolvimento de hábitos saudáveis e de segurança, numa perspectiva biológica e social.</li> </ul>

Fonte: Currículo de Ciências e Biologia (SEEDUC/RJ, 2012). Biologia, 2º ano. Disponível em: [https://fep.if.usp.br/~profis/arquivo/docs\\_curriculares/RJ/Rio\\_de\\_Jneiro\\_Curriculo\\_Minimo\\_2012\\_Ciencias\\_e\\_Biologia\\_Livro.pdf](https://fep.if.usp.br/~profis/arquivo/docs_curriculares/RJ/Rio_de_Jneiro_Curriculo_Minimo_2012_Ciencias_e_Biologia_Livro.pdf) . Acesso em mar. 2023.

**1º Bimestre**

**Foco**

**Humanidade e ambiente**

**Habilidades e Competências**

- Identificar critérios utilizados como indicadores sociais e de desenvolvimento humano e analisar de forma crítica as consequências do avanço tecnológico sobre o ambiente.
- Analisar perturbações ambientais, identificando agentes causadores e seus efeitos em sistemas naturais, produtivos ou sociais.
- Reconhecer a importância dos ciclos biogeoquímicos para a manutenção da vida, identificando alterações decorrentes de ações antrópicas e suas consequências.
- Avaliar métodos, processos ou procedimentos utilizados no diagnóstico e/ou solução de problemas de ordem ambiental decorrentes de atividades sociais e econômicas.

**2º Bimestre**

**Foco**

**Os ecossistemas**

**Habilidades e Competências**

- Identificar a importância dos diferentes grupos funcionais e suas interações na manutenção dos ecossistemas.
- Reconhecer padrões em fenômenos e processos fundamentais em sua organização.
- Reconhecer a importância do fluxo de energia para a vida e a ação de agentes ou fenômenos que podem causar alterações nesse processo, indicando mecanismos de obtenção, transformação e utilização de energia pelos seres vivos, considerando aspectos biológicos, físicos ou químicos.

**3º Bimestre**

**Foco**

**Biotecnologia**

**Habilidades e Competências**

- Conhecer a natureza dos projetos genomas, em especial aqueles existentes no Brasil, e sua importância para o homem e o ambiente.
- Perceber a importância da ética na utilização de informações genéticas na promoção da saúde humana.
- Identificar as técnicas moleculares utilizadas na detecção e tratamento de doenças, assim como os testes de DNA, sua importância e abrangência e os custos envolvidos.

**4º Bimestre**

**Foco**

**Biotecnologia**

**Habilidades e Competências**

- Reconhecer a legislação ambiental como de responsabilidade de todo cidadão e do poder público.
- Avaliar os aspectos éticos da Biotecnologia, reconhecendo seus benefícios e limitações.
- Julgar propostas de intervenção ambiental, visando à qualidade de vida, medidas de conservação, recuperação e utilização sustentável da biodiversidade.

Fonte: Currículo de Ciências e Biologia (SEEDUC/RJ, 2012). Biologia, 3º ano. Disponível em: [https://fep.if.usp.br/~profis/arquivo/docs\\_curriculares/RJ/Rio\\_de\\_Jneiro\\_Currículo\\_Minimo\\_2012\\_Ciencias\\_e\\_Biologia\\_Livro.pdf](https://fep.if.usp.br/~profis/arquivo/docs_curriculares/RJ/Rio_de_Jneiro_Currículo_Minimo_2012_Ciencias_e_Biologia_Livro.pdf) . Acesso em mar. 2023.

## Anexo B: Parecer de aprovação no Comitê de ética.

CENTRO UNIVERSITÁRIO  
GERALDO DI BIASE - CUGB



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Diálogos sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos na perspectiva da educação freireana.

**Pesquisador:** Janaína Rodrigues de Freitas Machado Eduardo

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 44200621.6.0000.5609

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.720.706

#### Apresentação do Projeto:

Este Projeto de pesquisa tem intuito de compreender a tessitura de conhecimentos de Direitos Sexuais e Reprodutivos no cotidiano escolar, a partir da contribuição da concepção de educação freireana. A pretensa pesquisa deve ser desenvolvida com estudantes do Ensino Médio e educadores, em duas escolas públicas da rede estadual, no interior do Rio de Janeiro. Os direitos sexuais e reprodutivos são Direitos Humanos assegurados em documentos internacionais e na legislação nacional. Mas apesar do reconhecimento, esses direitos são alvo de inúmeras violações. Este estudo qualitativo será fundamentado nos Estudos com o cotidiano, tendo como instrumentos o caderno de campo e as Fichas-roteiro de rodas de conversas e de entrevistas. A pertinência da pesquisa baseia-se no caráter dialógico e ético da educação freireana e na legislação vigente, pois as ações educativas propostas estão alinhadas à prevenção da violência patriarcal e colonial, da gravidez não planejada e da promoção da saúde, no cotidiano escolar. Ademais, espera-se que a busca de palavras geradoras e a produção de Zines inspiradas nas fichas de cultura possam favorecer a ressignificação do processo de ensinar/aprender a temática abordada

**Endereço:** Rua Deputado Geraldo Di Biase

**Bairro:** ATERRADO

**CEP:** 27.213-080

**UF:** RJ

**Município:** VOLTA REDONDA

**Telefone:** (24)3345-1700

**E-mail:** cep@cugb.edu.br

Continuação do Parecer: 4.720.708

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

VOLTA REDONDA, 19 de Maio de 2021

---

**Assinado por:**

**Janaina da Costa Pereira Torres de Oliveira  
(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Deputado Geraldo Di Biase

**Bairro:** ATERRADO

**CEP:** 27.213-080

**UF:** RJ

**Município:** VOLTA REDONDA

**Telefone:** (24)3345-1700

**E-mail:** cep@ugb.edu.br

## Anexo C: Autorização de realização de pesquisa na unidade escolar.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Educação  
Subsecretaria de Gestão de Ensino

À Diretoria Regional Pedagógica Sul Fluminense,

autorizando Janaina Rodrigues de Freitas Machado Eduardo, professora desta Secretaria, Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, realize a pesquisa intitulada "*Diálogos sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos na perspectiva da educação freireana*", na unidade escolar Colégio Estadual Rio de Janeiro de abrangência da Diretoria Regional Médio Paraíba, atual Sul Fluminense.

A solicitação em pauta foi analisada e aprovada pela Diretoria Regional Pedagógica Sul Fluminense (16555964), Coordenadoria de Ensino Médio (17230095) e Superintendência Pedagógica (17237588), ratificada por esta Subsecretaria.

Acrescentamos que a pesquisa será realizada em horários e condições estabelecidas pela direção, sem prejuízo das atividades de rotina de alunos e professores, bem como as legislações vigentes que dispõem sobre as medidas de enfrentamento da propagação do novo coronavírus (COVID19).

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2021

**Andréa Marinho de Souza Franco**  
Subsecretária de Gestão de Ensino  
ID nº 5493480



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Marinho de Souza Franco, Subsecretária**, em 20/05/2021, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **17239761** e o código CRC **835DA809**.

## APÊNDICES

### Apêndice A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Senhor (a) Participante ou Responsável,

Solicito sua autorização para realização das atividades de pesquisa vinculadas ao estudo intitulado, **Diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos na perspectiva da Educação Freireana**. Em anexo, pode ser consultada a ficha-roteiro das rodas de conversas/entrevistas com as questões que serão discutidas. Reitero que as informações coletadas serão apresentadas apenas para fins acadêmicos e científicos da área.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- Descrição: A investigação da tessitura de conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos na perspectiva Educação Freireana, especificamente, pretende compreender a influência da cultura na constituição das juventudes e sexualidades no cotidiano escolar; incentivar a ressignificação de conteúdos relacionados à temática nas redes constituídas pelos sujeitos pesquisados; estimular a discussão das relações de gênero no cotidiano escolar; discutir a contribuição da *aprendizagem* *em* *sino* de direitos sexuais e reprodutivos para a promoção da saúde dos jovens. A pesquisa qualitativa será com estudantes e professores da escola pesquisada e está fundamentada nos Estudos com o cotidiano e na noção de Conhecimentos em redes.
- Benefícios da participação: Além de favorecer a discussão da temática na escola, o estudo deve contribuir no processo de *aprendizagem* *em* *sino*, a partir da ressignificação dos conteúdos associados, da prevenção de doenças infecciosas e gravidez não planejada e do incentivo ao combate à violência.
- Riscos e condutas decorrentes: Não há riscos.
- Período, sigilo e consentimento: A pesquisa será realizada no âmbito das atividades educativas desenvolvidas no Colégio Estadual Rio de Janeiro. Os participantes terão o sigilo garantido, pois seus nomes não serão divulgados em nenhuma circunstância durante o desenvolvimento ou publicação da pesquisa. O consentimento pode ser retirado a qualquer momento, sem qualquer prejuízo pessoal ou institucional ou repasse

de custos ao participante. Não haverá compensação financeira pela participação do sujeito.

Contatos para obter maiores informações:

Pesquisadora responsável: Janaína Rodrigues de Freitas Machado Eduardo

E-mail: [janainaeduardo@yahoo.com.br](mailto:janainaeduardo@yahoo.com.br)

Comitê de Ética da UFRRJ: (21) 2681-4707; 26821220.

### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, abaixo assinado, autorizo a realização da pesquisa na escola: Colégio Estadual Rio de Janeiro, e declaro que fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da mesma. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Pesquisadora responsável: Janaína Rodrigues de Freitas Machado Eduardo

E-mail: [janainaeduardo@yahoo.com.br](mailto:janainaeduardo@yahoo.com.br)

Local e data, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de  
20 \_\_\_\_\_

Nome:

\_\_\_\_\_

Cargo na

instituição: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura do participante:

\_\_\_\_\_

## Apêndice B: Termo de Assentimento

Caro estudante,

Solicito sua autorização para realização das atividades de pesquisa vinculadas ao estudo intitulado, **Diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos na perspectiva da Educação Freireana**. Em anexo, pode ser consultada a ficha-roteiro das rodas de conversas/entrevistas com as questões que serão discutidas. Reitero que as informações coletadas serão apresentadas apenas para fins acadêmicos e científicos da área.

A investigação da tessitura de conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos na perspectiva Educação Freireana, especificamente, pretende compreender a influência da cultura na constituição das juventudes e sexualidades no cotidiano escolar; incentivar a ressignificação de conteúdos relacionados à temática nas redes constituídas pelos sujeitos pesquisados; estimular a discussão das relações de gênero no cotidiano escolar; discutir a contribuição da *aprendizagem* *sino* de direitos sexuais e reprodutivos para a promoção da saúde dos jovens.

A pesquisa qualitativa será com estudantes e professores da escola pesquisada e está fundamentada nos Estudos com o cotidiano e na noção de Conhecimentos em redes. Além de favorecer a discussão da temática na escola, o estudo deve contribuir no processo de *aprendizagem* *sino*, a partir da ressignificação dos conteúdos associados, da prevenção de doenças infecciosas e gravidez não planejada e do incentivo ao combate à violência. Desse modo, informo que não há riscos.

A pesquisa será realizada no âmbito das atividades educativas desenvolvidas no Colégio Estadual Rio de Janeiro. Os participantes terão o sigilo garantido, pois seus nomes não serão divulgados em nenhuma circunstância durante o desenvolvimento ou publicação da pesquisa. O consentimento pode ser retirado a qualquer momento, sem qualquer prejuízo pessoal ou institucional ou repasse de custos ao participante. Não haverá compensação financeira pela participação do sujeito.

Contatos para obter maiores informações:

Pesquisadora responsável: Janaína Rodrigues de Freitas Machado Eduardo

E-mail: [janaínaeduardo@yahoo.com.br](mailto:janaínaeduardo@yahoo.com.br)

Comitê de Ética da UFRRJ: (21) 2681-4707; 26821220.

## ASSENTIMENTO

Eu, abaixo assinado, autorizo a realização da pesquisa na escola: Colégio Estadual Rio de Janeiro, e declaro que fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da mesma. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Pesquisadora responsável: Janaína Rodrigues de Freitas Machado Eduardo

E-mail: janainaeduardo@yahoo.com.br

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de  
20\_\_\_\_

Nome:

---

E-mail: \_\_\_\_\_ Telefone

---

Assinatura do Estudante:

---

## Apêndice C: Ficha-roteiro de conversas com educadores

Questões:

1 Área de formação: \_\_\_\_

2 Área de atuação: \_\_\_\_

3 Tempo na profissão docente: \_Está há quanto tempo na escola? \_\_\_\_

4 Você já ouviu falar em Educação em Direitos Humanos?

---

5 Você aborda em suas aulas ou orienta atividades que discutem relações de gênero?

---

6 Quais as dificuldades e desafios relacionados ao planejamento desse tipo de atividades?

---

7 Você participa e planeja atividades relacionadas à Semana de prevenção da gravidez na adolescência nas escolas e/ou de combate à violência contra as mulheres?

---

8 Você considera importante a discussão da temática e ressignificação de conteúdos relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos?

---

9 No Currículo Mínimo da sua disciplina, a relação de gênero, o combate à violência patriarcal e a saúde sexual dos jovens são assuntos abordados?

---

## **Apêndice D: Fichas-roteiro de conversas com educandos**

### **1º Encontro**

**Foco:** Direitos

**Contextualização:** Artigos selecionados na legislação vigente.

#### **Questões:**

- 1 Você sabe o que são direitos sexuais e reprodutivos?
- 2 Os direitos sexuais e reprodutivos são abordados em alguma disciplina?
- 3 Você já realizou atividades que discutiram a questão de gênero, violência patriarcal, saúde sexual e reprodutiva?
- 4 Em quais disciplinas você realizou as atividades?
- 5 Você considera importante a discussão dessa temática na escola?

### **2º Encontro**

**Foco:** Em busca de temas geradores.

**Contextualização:** Imagem (meme/obra de arte).

#### **Questões:**

- 1 Para você, o que é sexualidade?
- 2 Quando você pensa nos termos juventude e sexualidade pode palavras vêm espontaneamente no seu pensamento?
- 3 Você tem interesse nessa temática?
- 4 Dentro dessa temática quais assuntos despertam mais o seu interesse?

### **3º Encontro**

**Foco:** Semana Nacional de Prevenção da Gravidez Adolescência.

**Contextualização:** Tabela com números de casos de adolescentes grávidas na América Latina (OPAS, 2016).

#### **Questões:**

- 1 Você conhece alguma adolescente grávida?
- 2 Em sua opinião, quais são os fatores relacionados à gravidez não planejada?
- 3 Na escola, a prevenção da gravidez é um tema discutido? Em quais disciplinas?
- 4 Você já realizou alguma atividade educativa sobre esse tema? Em quais níveis (Ensino Fundamental e/ou E. Médio)?

- 5 Você considera que esse tema é importante e deve fazer parte do currículo escolar?

#### **4º Encontro**

**Foco:** Combate à violência e prevenção do *Bullying*.

**Contextualização:** Lei 13.663 de 14 de maio de 2018.

- 1 Você sabe o que é *Bullying* sexual?
- 2 Você já presenciou ou tomou conhecimento de algum caso de *Bullying* sexual na escola?
- 3 Orientar que os estudantes produzam cartazes sobre o *Bullying* sexual.

#### **5º encontro**

Produção de zines, inspiradas na ideia de Fichas de Cultura.

**Organização:** Para estimular a solidariedade e participação, a atividade preferencialmente, deve ser realizada em duplas ou por uma equipe com três estudantes.

**Temas:** Os estudantes devem pensar na elaboração de uma *zine* com o seguinte tema: direitos sexuais e reprodutivos.

**Materiais:** Previamente, serão orientados a pesquisar a temática e selecionar, recortes de revistas, fotografias, memes, obras de arte e tudo o que a criatividade possibilitar.

**Apresentação:** Na roda os discentes devem trazer a sua *Zine* e conduzir uma breve discussão com a sua turma. Posteriormente, as cocriações serão divulgadas para toda comunidade escolar nas redes sociais e na Sala de Leitura.